

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernando Henrique Dantas de Paiva

**Políticas públicas e empreendedorismo nos
Institutos Federais de Educação Tecnológica
do Brasil: um estudo de caso no IFRN**

Tese de Doutorado
Doutorado em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Paula Pereira Marques

julho de 2021

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

À minha orientadora, professora Doutora Ana Paula Marques, pela compreensão, ensinamentos e incentivo por toda nossa “Odisseia”. Foram inúmeros bons momentos de convivência e aprendizado. Serás sempre lembrada e admirada por mim.

Ao IFRN, por ter oportunizado este convênio com a Universidade do Minho. A visão proporcionada em continente europeu foi ímpar. Estando nesta casa desde 1995, espero sempre retribuir minha satisfação profissional e alegria de fazer o que gosto.

À Universidade do Minho, em especial a todos que fazem o ICS. Foram muitos ensinamentos, sempre pautados pela ética, esmero e receptividade.

Ao meu amigo e colega de IFRN, professor Samir Cristino, pela coorientação e incentivos para o término deste trabalho. Que continuemos nossa amizade e a proferir nosso bordão “Ahhh!”.

Ao meu professor e amigo além-mar, Doutor Carlos Veiga. Por ter me acolhido em Braga, pelo convívio e pelos ensinamentos. Força Benfica! Também não poderia esquecer da sua esposa Isabel, figura querida e simpática. “Patadinhas” carinhosas para Mirandona.

Aos meus amigos portugueses José Guimarães, de Aveiro, e Virgínia Barata Teles, de Coimbra, pela acolhida e pelos bons e descontraídos momentos.

Aos colegas do programa de Doutoramento em Sociologia. Foram momentos de harmonia, boa convivência e ajuda mútua em nossos períodos pela Bracara Augusta.

Às pessoas que fazem o IFRN. Difícil nominar todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta Tese, porém, cito a professora Luzimar Barbalho, que foi minha primeira preceptora em Braga e deu valiosas contribuições à investigação, e o professor Allyson Amilcar, meu chefe, pelo auxílio no meu afastamento para conclusão do trabalho. Menção também aos gestores e egressos que participaram desta pesquisa e aos colegas doutorandos do IFRN da “última leva”. Foi um grupo que muito se ajudou, em que ressalto a amiga Anna Catharina, pela ajuda e incentivo, e o colega Marcelo Camilo, pelos tutoriais dos trâmites finais.

À minha família, por todo alicerce e suporte. À minha esposa Talita, por ter compreendido o contexto do trabalho, principalmente em sua reta final. À minha mãe, Selma Paiva (*in memoriam*), que sempre torceu pelo meu sucesso. Aos meus filhos, Daniel e Maria Fernanda, minha eterna fonte de inspiração e luta. Vocês são a principal razão da minha vida.

A Deus, por tudo!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Políticas públicas e empreendedorismo nos Institutos Federais de Educação Tecnológica do Brasil: um estudo de caso no IFRN

Resumo

É notório que a temática do empreendedorismo vem, cada vez mais, se propagando, seja através de pesquisas, de publicações ou na execução de projetos práticos. Sua vinculação ao meio educacional ganhou destaque nos últimos tempos e essa conexão, quase sempre, expressa a necessidade de se formar um “novo” trabalhador com perfil alinhado às Características e Comportamentos Empreendedores (CCEs) e capaz de criar seu próprio negócio ou de ser um intraempreendedor. Mas será que esse modelo pode ser questionado? Existem outros olhares e práticas sobre o empreendedorismo no meio educacional? Com o intuito de responder a estas e a outras questões, nossa investigação teve como objetivo geral identificar e analisar as políticas públicas, programas e agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo, bem como contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo em uma perspectiva crítica e multidimensional no IFRN. Os Institutos Federais do Brasil têm mais de 112 anos de história e estão presentes em todos os estados brasileiros. Contam com 599 unidades estabelecidas em mais de 10% dos municípios do país e têm quase 1 milhão de alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino ofertadas. Já o IFRN, objeto do nosso estudo de caso, dispõe de 21 unidades com cerca de 44 mil alunos matriculados. A orientação metodológica que guiou este estudo teve como base a revisão bibliográfica e a análise crítica do tema empreendedorismo e suas políticas públicas. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, orientada pelo paradigma interpretativo, teve como objeto empírico cinco *campi* do IFRN. Os instrumentos de recolha de dados foram os documentos institucionais, os questionários *on-line* aplicados aos alunos egressos e as entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores institucionais. As técnicas de análise de dados foram a análise estatística e a análise de conteúdo. Os resultados demonstram que a temática do empreendedorismo no IFRN tem sido muito evidenciada e está presente em documentos institucionais balizadores, no arcabouço pedagógico e em diversos projetos e ações, com o propósito de formar empreendedores munidos de características específicas que os auxiliem a responder às novas exigências do mercado de trabalho. Mesmo que alguns documentos institucionais não particularizem sobre qual viés de empreendedorismo se referem, a partir da nossa análise empírica, observamos a hegemônica adoção de um modelo economicista ou comportamental moldado por um receituário neoliberal, corroborado por atividades diversas como prêmios, editais de fomento, conteúdos de disciplinas, projetos inovadores, palestras e *workshops* relacionados à temática, dentre outras. Esse modelo também é percebido e adotado pelos gestores, tendo os egressos o mesmo pensamento, talvez como reflexo da visão dominante gestonária. Nossa pesquisa, estabelecendo um caráter inovador e fora do *mainstream* sobre a temática, não se limita a fornecer apenas conhecimentos suplementares, mas põe em questão, sob um olhar crítico, a concepção e a aplicação das políticas, projetos e ações empreendedores no IFRN, além de sugerir outros olhares e práticas sobre o empreendedorismo no meio educacional, propondo alternativas viáveis e exequíveis para o IFRN.

Palavras-chave: Educação; Empreendedorismo; IFRN; Políticas públicas.

Public policies and entrepreneurship in the Federal Institutes of Technological Education in Brazil: A case study at IFRN

Abstract

It is factual that the entrepreneurship thematic is increasingly getting adoption, whether through research, publications, or in the execution of practical projects. Its linkage with the educational environment has gained prominence in recent years. Almost always, it requires the need to shape a "new" worker with a profile aligned with Entrepreneurial Behaviors and Characteristics (CCEs) and capable of either creating their own business or being an intrapreneur. However, can this model be questioned? Are there other viewpoints and practices on entrepreneurship in the educational environment? To answer these and other questions, our investigation aimed to identify and analyze public policies, programs, and agents involved in the promotion of entrepreneurship, as well as to contribute to a conceptual (re)innovation of entrepreneurship in a critical and multidimensional perspective at IFRN (Federal Institute of Rio Grande do Norte). Brazilian federal institutes have more than one century of history. They are present in all Brazilian states, close to six hundred set units across more than ten percent of the Brazilian municipalities. It means nearly one million students enrolled in the various types of educational programs offered. Our case study, the IFRN, has twenty-one units with close to forty-four thousand students enrolled. The methodology that guided this study uses bibliographic review and critical analyze on the thematic: *entrepreneurship and its public policies*. The qualitative-quantitative research, oriented by the interpretative paradigm, had as empirical object five of the IFRN units. The data collection instruments used were institutional documents, online questionnaires applied to alumni students, and semi-structured interviews with institutional managers. The data was analyzed using statistical and content analysis techniques. The results show that, at the IFRN, the entrepreneurship thematic has been very prominent and is present in directive institutional documents, in the pedagogical framework and in several projects and actions executed within the institution. Such projects and efforts help to form entrepreneurs with specific characteristics that will be helpful to respond to the constantly evolving labor market demands. Even though some institutional documents do not specify which entrepreneurship approach they refer to, based on our empirical analysis, we observe the hegemonic adoption of an economic or behavioral model shaped by a neoliberal prescription, supported by various activities such as awards, promotion notices, disciplines content, innovative projects, lectures, and workshops related to the theme, amongst others. Such a model is also perceived and adopted by the institutional managers, with former students having the same thinking, perhaps because they reflect the dominant organizational vision. Our research, which establishes an innovative and out-of-the-mainstream character on the theme, is not limited to providing only supplementary knowledge. It questions the conception and application of entrepreneurial policies, projects, and actions at the IFRN. In addition, it suggests a different approach to entrepreneurship practices in the educational environment, whereas proposing viable and feasible alternatives for the institution.

Keywords: Education; Entrepreneurship; IFRN; Public policy.

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de figuras.....	xi
Lista de tabelas	xi
Lista de gráficos.....	xii
Lista de quadros.....	xiii
Lista de abreviaturas e siglas	xiv
Introdução.....	1
Apresentação e pertinência da investigação.....	2
Percurso, motivações e questões que suscitaram a tese.....	5
Objetivos da investigação e metodologia.....	7
Estrutura da tese	8
Capítulo I – Empreendedorismo: perspectiva histórica e abordagem interdisciplinar	12
1.1 Enquadramento do termo “empreendedor” e o empreendedorismo	13
1.2 Concepções de cariz econômico	15
1.2.1 Cantillon e Knight: riscos e incertezas	15
1.2.2 Say, o empreendedor e o <i>Tratado de Economia Política</i>	18
1.2.3 Joseph Schumpeter e a <i>destruição criativa</i>	20
1.3 Concepções de cariz comportamental.....	23
1.3.1 David McClelland: comportamento empreendedor.....	24
1.3.2 Peter Drucker: inovação e espírito empreendedor.....	26
1.4 Algumas acepções “neocontemporâneas” do empreendedorismo	32
1.4.1 Perfis empreendedores e as CCEs	32
1.4.2 Empreendedorismo regional	38
1.4.3 Empreendedorismo e a economia do conhecimento.....	40
1.4.4 Empreendedorismo social.....	43
Capítulo II – Políticas públicas educacionais para o empreendedorismo	48
2.1 Educação para o empreendedorismo: breve enquadramento.....	49
2.2 Educação empreendedora no contexto da UE	51
2.3 Educação empreendedora no contexto brasileiro.....	62

2.3.1 Educação e formação para o empreendedorismo em relação aos ensinos médio, técnico e superior	64
2.3.2 Contexto da educação empreendedora na criação dos Institutos Federais brasileiros	67
2.3.3 Educação empreendedora no IFRN	68
2.4 Outras abordagens críticas da educação para o empreendedorismo	72
Capítulo III – Metodologia de pesquisa.....	80
3.1 Descrição do roteiro metodológico de investigação	81
3.2 O estudo de caso e suas abordagens	83
3.3 Delimitação do objeto empírico	87
3.4 Instrumentos de recolha de dados	91
3.4.1 Fontes documentais	92
3.4.2 Observação	94
3.4.3 Inquérito por questionários	95
3.4.4 Entrevista semiestruturada.....	101
3.5 Tratamento da informação e análise de dados	105
3.5.1 Análise de conteúdo	106
3.5.2 Análise estatística	109
3.6 Aspectos éticos considerados	110
Capítulo IV – Panorama histórico, expansão e caracterização dos <i>campi</i> do IFRN	113
4.1 Enquadramento histórico	114
4.2 Função social, princípios, características e objetivos do IFRN	118
4.3 A expansão nacional comprometida com o desenvolvimento regional	120
4.4 Caracterização dos <i>campi</i> e o papel da Reitoria com seus projetos e políticas empreendedores	125
4.4.1 <i>Campus</i> do Leste Potiguar – Natal-Central	132
4.4.2 <i>Campus</i> do Leste Potiguar – Cidade Alta.....	135
4.4.3 <i>Campus</i> do Agreste Potiguar – João Câmara.....	137
4.4.4 <i>Campus</i> do Central Potiguar - Caicó.....	139
4.4.5 <i>Campus</i> do Oeste Potiguar - Mossoró.....	141
Capítulo V – Contextos e percursos dos egressos perante o empreendedorismo	144
5.1 Caracterização do perfil dos egressos	145
5.2 Percepções dos egressos sobre as ações empreendedoras desenvolvidas no IFRN	149
5.3 Percursos profissionais e a relação com o empreendedorismo	154

5.3.1 Trabalhadores assalariados.....	155
5.3.2 Desempregados.....	160
5.3.3 Trabalhadores independentes/autônomos/empresários/empreendedores	163
5.4 Projetos empreendedores futuros	173
5.5 Significados do empreendedorismo: alternativas para a visão dominante?	181
5.6 Síntese do capítulo	183
Capítulo VI – Políticas públicas e promoção da educação para o empreendedorismo sob a perspectiva dos gestores institucionais	188
6.1 Perfil dos dirigentes/gestores institucionais.....	189
6.2 Empreendedorismo no contexto acadêmico sob a égide da Pedagogia Empreendedora	191
6.2.1 Definição do empreendedorismo conectada com as CCEs.....	191
6.2.2 Impacto do empreendedorismo para a economia e a sociedade	192
6.2.3 Empreendedorismo associado à educação	194
6.3 Políticas, projetos e ações empreendedores no IFRN.....	196
6.3.1 Políticas públicas, projetos e ações existentes	196
6.3.2 Agentes de implementação	200
6.3.3 Envolvimento individual do gestor com as políticas	202
6.3.4 Acompanhamento e avaliação dos projetos de empreendedorismo no âmbito das políticas	203
6.3.5 Potencial de transformação local, empresarial e criação de emprego.....	204
6.4 Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor e acompanhamento dos egressos	205
6.4.1 Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor	206
6.4.2 Formação dos profissionais para atuar na temática	207
6.4.3 Relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo	209
6.4.4 Acompanhamento dos alunos egressos.....	210
6.5 Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas.....	212
6.5.1 Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN	212
6.5.2 Projetos para a implantação de novas políticas públicas	213
6.5.3 Metas ou indicadores a se construir a partir das experiências em curso.....	214
6.6 Síntese do capítulo	216
Capítulo VII – Conclusões e recomendações	220
7.1 Considerações finais.....	221

7.2 Ineditismo e limitações da investigação.....	229
7.3 Recomendações ao IFRN e para estudos futuros.....	231
Referências	235
Apêndices.....	259
Apêndice I – Inquérito por questionário aplicado aos alunos egressos.....	260
Apêndice II – Guião das entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores institucionais...	280
Apêndice III – Análise exploratória.....	284
Apêndice IV – Análise inferencial da situação profissional de acordo com os <i>campi</i> , as características sociodemográficas e a percepção do termo “empreendedorismo”	345
Apêndice V – Categorização da análise de conteúdo.....	373
Apêndice VI – Termo de consentimento e participação em pesquisa (questionário <i>on-line</i>)	405
Apêndice VII – Termo de consentimento e participação em pesquisa (entrevista semiestruturada)	406

Lista de figuras

Figura 1 - <i>Design</i> das técnicas de recolha dos dados.....	92
Figura 2 - Diagrama do questionário aplicado aos alunos egressos	99
Figura 3 - Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte – Natal - RN - Brasil.....	114
Figura 4 - Aula prática na Escola Industrial de Natal – Natal - RN - Brasil (1946).....	115
Figura 5 - Escola Industrial de Natal – Natal - RN - Brasil.....	116
Figura 6 - Fachada da ETFRN – Natal - RN - Brasil	117
Figura 7 - Mapa de expansão da Rede Federal até 2010	122
Figura 8 - Disposição geográfica e área de abrangência dos campi do IFRN em 2014.....	128
Figura 9 - Organograma da Reitoria.....	129
Figura 10 - Nuvem de palavras dos egressos	154

Lista de tabelas

Tabela 1 - Cronograma de expansão do IFRN.....	125
Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis de desempenho	150
Tabela 3 - Divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionados ao empreendedorismo	151
Tabela 4 - Setor de atividade da empresa.....	167
Tabela 5 - Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto.....	180

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de campi dos IFs e do IFRN (2003-2014).....	124
Gráfico 2 - Percentual de campi de formação acadêmica dos egressos no IFRN.....	146
Gráfico 3 - Porcentagem dos entrevistados por sexo	147
Gráfico 4 - Porcentagem dos entrevistados por raça ou etnia	148
Gráfico 5 - Porcentagem dos egressos de acordo com a faixa etária	148
Gráfico 6 - Participação em Pesquisa Gráfico 7 - Participação em Extensão	151
Gráfico 8 - Lembrança dos programas empreendedores existentes em sua época na Instituição	153
Gráfico 9 - Situação profissional dos egressos	155
Gráfico 10 - Vínculo empregatícios dos trabalhadores assalariados	156
Gráfico 11 - Porcentagem dos entrevistados quanto ao tempo trabalhado na área de formação no IFRN	157
Gráfico 12 - Porcentagem dos trabalhadores assalariados que já tentaram criar seu próprio negócio	157
Gráfico 13 - Porcentagem dos entrevistados com relação ao tempo em que se encontram desempregados.....	161
Gráfico 14 - Porcentagem dos entrevistados com relação à frequência com que procuram emprego	161
Gráfico 15 - Porcentagem dos entrevistados quanto aos meios mais utilizados para procurar emprego	162
Gráfico 16 - Porcentagem dos entrevistados por classificação da empresa/negócio/organização/associação.....	165
Gráfico 17 - Porcentagem dos entrevistados por setor de atividade em que se insere seu negócio/empresa/organização/associação.....	168
Gráfico 18 - Porcentagem dos entrevistados por tempo em que a empresa/negócio/organização existe	170
Gráfico 19 - Porcentagem dos entrevistados sobre os motivos que o levaram a escolher essa localidade	170
Gráfico 20 - Porcentagem dos entrevistados sobre razões que o levaram a optar pela criação de sua empresa.....	171
Gráfico 21 - Porcentagem dos entrevistados de acordo com o nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual.....	173

Gráfico 22 - Projeto em mente (desempregados).....	174
Gráfico 23 - Projeto em mente (assalariados)	174
Gráfico 24 - Porcentagem dos entrevistados sobre projeto empreendedor que tem em mente.....	175
Gráfico 25 - Porcentagem dos entrevistados sobre a motivação para a criação do próprio negócio ...	179
Gráfico 26 - Porcentagem dos entrevistados em relação às definições que acreditam ser mais apropriadas para o conceito "empreendedorismo"	182

Lista de quadros

Quadro 1 - Expansão da RFEPT no RN e os arranjos produtivos sociais e culturais locais (2011)	127
Quadro 2 - Motivos para empreender x Características ou benefícios em ser empreendedor	172
Quadro 3 - Caracterização dos gestores entrevistados	189

Lista de abreviaturas e siglas

ACAPORD – Associação Camarense de Apoio aos Portadores de Deficiência

AEA – *American Economic Association* (Associação Americana de Economia)

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

APLs – Arranjos Produtivos Locais

CCEs – Características e Comportamentos Empreendedores

CEBRAE – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

CEFET-RN – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte

CEFETs – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSUP – Conselho Superior

Dicio – Dicionário Online de Português

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EaD – Educação a Distância

EEES – Espaço Europeu de Ensino Superior

E&F 2010 – Educação & Formação 2010

E&F 2020 – Educação & Formação 2020

EEII – Encontro de Empreendedorismo Inovador de Incubadoras do IFRN

EFCRN – Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

EFEI Júnior – Empresa Júnior da Universidade Federal de Itajubá

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENE – Escola de Novos Empreendedores

EPT – Educação para Todos

EQF – *European Qualifications Framework*

ERT – *European Round Table of Industrialists*

ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró

ETCG – *Education and Training Coordination Group*

ETFRN – Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIC – Cursos de Qualificação Profissional ou Formação Inicial ou Continuada

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIERN – Federação das Indústrias do RN

G1 – Gestor 1

G2 – Gestor 2

G3 – Gestor 3

G4 – Gestor 4

G5 – Gestor 5

G6 – Gestor 6

GEFEI – Gestão Empresarial, Formação Empreendedora e Intra-Empreendedora

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS – Instituto de Ciências Sociais

ICT – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IEL Nacional – Instituto Euvaldo Lodi Nacional

IEL/RN – Instituto Euvaldo Lodi, Núcleo Regional do Rio Grande do Norte

IES – Instituições de Ensino Superior

IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSOL/IFRN – Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCART – Incubadora Tecnológica de Cultura e Arte

ITEN – Incubadora de Tecnologia, Energia e Negócios

ITMO – Incubadora Tecnológica de Mossoró

ITNC – Incubadora Tecnológica Natal-Central

ITTÊXTIL – Incubadora Tecnológica Têxtil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LED/UFSC – Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MIT – Multincubação Tecnológica

Modelo CERNE – Modelo do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Pesquisa de Acompanhamento de Egressos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Pedagogia Empreendedora

PIB – Produto Interno Bruto

PIQDTEC – Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNEE – Projeto Nacional Educação para o Empreendedorismo

PNJ – Política Nacional de Juventude

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPCs – Projetos Pedagógicos dos Cursos

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PR – Paraná

PRELAC – Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe

PRODENGE – Programa de Desenvolvimento das Engenharias

ProITEC – Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

REENGE – Reengenharia do Ensino de Engenharia

REUNE – Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

RMN – Região Metropolitana de Natal

RN – Rio Grande do Norte

SC – Santa Catarina

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINTEC/RN – Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Norte

SPSS – *Statistical Package for the Social Science*

SUAP-EDU – Módulo de Ensino da plataforma Sistema Unificado de Administração Pública

TADS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UFERSA – Universidade Federal do Semiárido

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UMinho – Universidade do Minho

UNED-Mossoró – Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

Aos meus filhos Daniel e Maria Fernanda. Vocês são o melhor de mim.

Ao meu pai, João de Paiva Costa (*in memoriam*), grande exemplo para minha vida. Lembro que sempre me disse que esperava que eu alcançasse além do seu grau de Mestre. Esteja onde estiver, esta Tese é dedicada a você. O afastamento é provisório, o reencontro é certo. Amo-te!

Introdução

Apresentação e pertinência da investigação

É cónito que a temática do empreendedorismo tem adquirido crescente visibilidade e destaque, seja no âmbito da produção acadêmica ou na execução de projetos práticos. Em decorrência das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas, principalmente a partir da metade do século XX, o trabalho, percebido como elemento de coesão social, viu-se colocado em xeque. Afinal, no modelo neoliberal vigente, o emprego se torna menos possível, uma vez que as vagas de trabalho não são suficientes a todos os candidatos. Dessa forma, o empreendedorismo, inúmeras vezes, tem sido apresentado como solução para múltiplos problemas sociais relacionados ao emprego e ao trabalho, cujas origens são pouco discutidas.

Por outro lado, as reconfigurações dos mercados de trabalho em um contexto de crescente globalização das economias forçam os sistemas de ensino a buscarem respostas, seja a partir de novas metodologias, de padrões de certificações ou de transferência de graus acadêmicos, reorientando suas missões. Nesse viés, a maioria das pesquisas e ações que visam educar para o empreendedorismo expressa a necessidade de se formar um “novo” trabalhador com perfil alinhado às Características e Comportamentos Empreendedores (CCEs) e capaz de criar seu próprio negócio ou de ser um intraempreendedor, inclusive podendo contar com a necessária intervenção estatal para viabilizar as políticas públicas para esse setor. Mas será que esse modelo pode ser questionado? Existem outros olhares e práticas sobre o empreendedorismo no meio educacional?

O interesse por este estudo se deu a partir do nosso percurso e de nossas motivações, que serão expostos no próximo tópico. Assim, sob um olhar crítico, nosso trabalho procurou identificar e analisar as políticas públicas, programas e agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo, bem como contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo em uma perspectiva multidimensional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Neste trabalho, serão apresentados dados referentes à constituição histórica do empreendedorismo, além de conceitos numa perspectiva interdisciplinar. Assim, em nosso referencial teórico, realizamos um resgate a partir dos economistas que relacionavam a figura do empreendedor às pessoas que criavam empresas ou novos empreendimentos e que deram maior visibilidade ao termo a partir da consolidação da sociedade capitalista. Observamos, ainda, que, além da perspectiva meramente econômica, outras disciplinas, tais como a Psicologia, a Sociologia e a Administração,

passaram a se apropriar da temática. Essas seguiram uma lógica evolutiva marcada pelo contexto histórico e passaram a investigar o agente empreendedor, a sua atuação, a complexidade de suas funções e as suas características e comportamentos.

Com o intuito de abordar uma perspectiva mais atual do empreendedorismo e de obter enquadramento aos nossos objetivos de pesquisa, ampliamos a visão dos conceitos antes descritos, possibilitando uma reflexão sobre a formação do indivíduo empreendedor e a sua atuação na sociedade. Desse modo, versamos sobre algumas acepções a respeito do tema que nominamos de “neocontemporâneas”, tais como o perfil empreendedor, as CCEs e o empreendedorismo social, regional e do conhecimento.

Em consonância com o cenário mundial, no Brasil, o empreendedorismo vem ganhando espaço e assentimento, principalmente no meio educacional, chegando a basear projetos pedagógicos em diversas escolas, seja com o apoio do setor público ou privado. Se observa, também, uma proliferação de publicações sobre o empreendedorismo na educação, muitas vezes, abordado como uma modernidade ou revolução que possibilita superar a crise do emprego ou ao pretense empreendedor ascender socialmente. Ainda, tentam incutir a concepção de que a educação escolar passa por uma suposta crise, pois não consegue dar retorno ao crescente desemprego em cenário global, desconsiderando-se as verdadeiras causas que provocam o desemprego e demonstrando equívoco ao considerarem a dimensão escolar como responsável pela geração de postos de trabalho. Nessa perspectiva, analisamos como o empreendedorismo passou a compor a agenda da educação, abordando os eventos de maior expressividade nos contextos europeu e brasileiro.

Observamos que organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), conduziram ações em prol, dentre outros princípios, de difundir a educação para o empreendedorismo. Baseada em pressupostos da teoria do capital humano, a União Europeia (UE), seja pelo relatório Delors, pela Estratégia de Lisboa ou pelo Processo de Bolonha, parte do princípio de que a missão de abordar e formar perspectivas empreendedoras competiria às escolas. Dessa maneira, recomendaram o fomento para se ter iniciativa, sinergia de grupo, o autoemprego e o espírito empreendedor, com o objetivo de tornar o espaço econômico europeu mais dinâmico e competitivo. Para tal, o Conselho Europeu propôs, dentre outros delineamentos, a melhoria da qualidade e da eficácia dos sistemas educacionais, como forma de se adquirir as novas competências básicas, as chamadas *key competencies/skills*, proporcionadas através do aprendizado ao longo da vida, estando entre elas o espírito empresarial.

No Brasil, as políticas públicas educacionais voltadas ao empreendedorismo tiveram uma referência expressiva quando a UNESCO lançou o Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC). Este projeto estimulou mudanças substantivas nas políticas educacionais da América Latina com o objetivo de atender às demandas de desenvolvimento humano na região e incluiu um quinto princípio aos já existentes no relatório Delors, o “Aprender a empreender”. É mister ressaltar que percebemos haver profusa proximidade entre os documentos da UE e os do Brasil no que se refere aos apelos e necessidades para se inovar ou para se educar para o empreendedorismo.

Inicialmente, o ensino do empreendedorismo no Brasil obteve mais ênfase no ensino superior, especialmente a partir do início de 1980. Mesmo que não fosse responsabilidade delas, as instituições de ensino superior passaram por reformas com o objetivo de dar respostas ao mundo globalizado, pautadas por pressões políticas e econômicas de cunho neoliberal. Destarte, surgem as Universidades Empreendedoras, nas quais o conhecimento e a ciência se mostram alternativas para o desenvolvimento econômico, sendo imprescindível formar empreendedores.

Já no contexto da educação básica, há um marco fundamental. O programa “Pedagogia Empreendedora” (PE), de autoria de Fernando Dolabela (2003), iniciou, solidificou e expandiu o ensino do empreendedorismo nas etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Ela foi desenvolvida para dar suporte a processos de aprendizagem e ações voltados à contextura do empreendedor e tem argumentos que muito se assemelham aos ideais lançados no PRELAC.

Além do mais, destacamos a forte influência da PE ao explanarmos como a educação empreendedora adentrou nos contextos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) brasileiros e, mais especificamente, no IFRN. É importante referir que os Institutos Federais brasileiros têm mais de 112 anos de história e estão presentes em todos os estados brasileiros. Contam com 599 unidades, estabelecidas em mais de 10% dos municípios brasileiros, e têm quase 1 milhão de alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino ofertadas¹. O IFRN, objeto do nosso estudo de caso, dispõe de 21 unidades, com um pouco mais de 44 mil alunos matriculados.

Com o intuito de estabelecer um caráter inovador a nossa pesquisa, não nos limitamos apenas a fornecer saberes suplementares à temática, mas colocamos em questão a concepção e a aplicação das políticas, projetos e ações empreendedores do IFRN, além de sugerirmos outros olhares e práticas

¹ Dados referentes ao ano de 2019, a partir de informações obtidas na plataforma Nilo Peçanha, que se destina à coleta, tratamento e publicação de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). O número exato de alunos matriculados que consta na plataforma para o ano de 2019 é de 949.831 alunos (fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>, recuperado em 2020).

sobre o empreendedorismo no meio educacional. Dessa forma, esperamos que nosso trabalho lance possibilidades para contribuir com uma reflexão crítica, além de uma busca por novos direcionamentos relacionados às políticas, projetos e ações empreendedores desenvolvidos no IFRN. Para tal, propomos alternativas factíveis e esperamos que nossa pesquisa possa inspirar outros estudos. Além disso, almejamos que a temática, na perspectiva que abordamos, possa estar sob constante escrutínio da academia.

Percurso, motivações e questões que suscitaram a tese

Meu percurso no IFRN iniciou-se em 1995, no *campus* Natal-Central, como professor concursado. Preliminarmente, atuei na área de Informática e, posteriormente, na área de Gestão, na qual iniciei os primeiros contatos com o tema “empreendedorismo”, ao lecionar disciplina de mesmo nome. À época, influenciado pelas insuficientes opções na literatura brasileira da sociologia específica sobre o tema, passei a focar em leituras de cariz economicista e comportamental, tendo como principais referenciais os autores José Dornelas, com sua obra *Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios* (2001), e Fernando Dolabela, com as obras *O Segredo de Luísa* (1999a) e *Oficina do Empreendedor* (1999b). O tema empreendedorismo se apresentava ainda incipiente, de forma que fui responsável pela elaboração dos primeiros conteúdos programáticos da referida disciplina, com base em conceitos econômicos e de mudança de comportamento, na ótica dos autores citados.

Em 1998, há um outro marco institucional, a inauguração da primeira incubadora de empresas, o Núcleo de Incubação Tecnológica, do então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), no *campus* Natal-Central. Assim, passou-se a haver suporte institucional para a aplicação prática das aulas teóricas da disciplina citada. Ou seja, havia a possibilidade de se demonstrar situações concretas de novos empreendimentos que surgiam dentro da instituição, cujos proprietários eram, em sua maioria, alunos do próprio CEFET-RN.

Em 1999, marca-se o início do meu percurso como pesquisador do tema, com ingresso no mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Estratégia Empresarial. Com base em minha experiência como professor da área, enveredei na definição do tema da dissertação como sendo “Cultura e prática empreendedoras: um estudo de caso em uma Instituição de Educação Tecnológica no Brasil”. O trabalho tinha como objetivo principal investigar a relação entre cultura e prática empreendedoras em uma Instituição de Educação Tecnológica, tendo como estudo de caso o CEFET-RN.

Como professor da área e com olhar atento às empresas e ao mercado, sempre procurei trabalhar a disciplina pautada em um programa que privilegiava questões nomeadamente de cariz economicista e comportamental. Não se tratava apenas de “formar” empreendedores e/ou empresários, mas também de treinar algumas habilidades, características e comportamentos que poderiam ser úteis à formação dos alunos, fossem eles iniciantes ou até egressos², empregados ou empregadores. Essa era a práxis condutora do processo e o dogma de pensamento.

Após a mudança do CEFET-RN para IFRN, com a Lei n. 11.892 (2008), e com a expansão do Instituto, antes com apenas duas unidades, Natal e Mossoró, para 19 unidades até o final do ano de 2016 (recorte temporal do presente trabalho), ocorreram profundas mudanças organizacionais na instituição. Assim, algumas inquietudes relacionadas ao empreendedorismo no IFRN, antes, pouco latentes, começaram a me acompanhar mais fortemente. Por exemplo: como os alunos egressos percepcionavam a disciplina de empreendedorismo na prática? Eles se tornariam empreendedores após a conclusão dos seus estudos? Ou estariam a trabalhar nas empresas como assalariados? Ou, ainda, em situação mais crítica, estariam desocupados e, eventualmente, desempregados? Quais seriam as diretrizes educacionais do IFRN voltadas ao empreendedorismo? Quem seriam os atores institucionais responsáveis pelos projetos e ações empreendedores?

Em 2012, surgiu-me a oportunidade, através de um convênio institucional entre o IFRN e a Universidade do Minho (UMinho), de ascender ao programa de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais (ICS), na área de Sociologia. Para tal, seria necessária a aceitação no programa mediante aprovação de um pré-projeto. Foi então que me debrucei a produzir o “estado da arte”, sendo preciso realizar a revisão bibliográfica sob a ótica da Sociologia. É importante ressaltar que o projeto de tese teria que, segundo o convênio já citado, exercer impacto prático, de preferência no contexto social ou econômico, sobre o próprio IFRN ou para o estado do RN. Foi uma árdua e desafiadora tarefa, porém muito motivadora, tendo em vista meu pouco contato anterior com as teorias sociológicas, pois era oriundo da graduação em Ciências da Computação, com mestrado em Engenharia de Produção com ênfase na área de Estratégia Empresarial.

2 No âmbito educacional, Pena (2000) relata a existência de divergências quanto à definição de egresso. Pode referir-se, exclusivamente, ao aluno formado ou abrange a denominação a todos os indivíduos que saíram do sistema escolar por diferentes vias, sejam eles ex-alunos diplomados, por desistência, por transferência ou jubilados. Para fins desta pesquisa, utilizaremos a definição conforme a legislação educacional brasileira, segundo a qual “egresso é o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (Ministério da Educação [MEC], 2009b, p. 12). Levando em consideração que todos os alunos objetos de nossa pesquisa haviam sido diplomados, utilizamos os termos egressos e diplomados como equivalentes.

Foi decisivo, ainda, para outra questão que suscitou o trabalho, participar como palestrante, ainda no ano de 2012, de um seminário internacional intitulado “Empreendedorismo e Políticas Públicas”, no *campus* Gualtar da UMinho. Antes da comunicação, assisti a uma crucial conferência denominada “Aprender para Empreender: sobre o qualificacionismo e a competitividade económica em Educação”, proferida pelo professor catedrático Doutor Licínio Lima, do Instituto de Educação da UMinho, na qual, sob o olhar crítico da Sociologia e Educação, o professor desconstruiu, com uma fundamentação consistente, minhas crenças anteriores sobre o empreendedorismo. Nesse dilema epistemológico e sob um olhar mais crítico, passei a questionar: qual a concepção de empreendedorismo utilizada no IFRN? Essa seria apenas de cariz economicista/comportamental? Será que os atores e políticas institucionais poderiam ter outros vieses sobre o tema?

Destarte, diante do percurso narrado, foram pontuadas e formatadas as questões que suscitaram a tese:

- Qual o modelo de empreendedorismo predominante no IFRN?
- Quem são os atores institucionais envolvidos na formulação de políticas públicas para a promoção do empreendedorismo?
- Que tipo de programas, projetos e ações existem no IFRN no sentido de fomentar o empreendedorismo? Quais seus objetivos? Estão a surtir o efeito desejado junto aos diplomados?
- Como os alunos egressos percebem essas políticas? Como eles são impactados por elas?

De posse dessas questões que inspiraram a realização do presente trabalho, pôde-se partir para a definição do processo metodológico para atingir os objetivos propostos, além da escolha das técnicas de investigação para orientar o pesquisador e a pesquisa.

Objetivos da investigação e metodologia

Com base nas questões que suscitaram a tese, esta investigação tem o seguinte objetivo geral: identificar e analisar as políticas públicas, programas e agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo, bem como contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo numa perspectiva crítica e multidimensional no IFRN.

Decorrentes do objetivo geral, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as origens e os pressupostos do empreendedorismo e principais domínios de vinculação nas áreas

econômica, comportamental, sociológica e educacional; 2) analisar as políticas públicas educacionais voltadas ao empreendedorismo num cenário mundial de crise econômica, competitividade, empregabilidade, precariedade e desemprego; 3) caracterizar a realidade socioeconômico dos *campi* que compõem o IFRN; 4) analisar como os diplomados do IFRN percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas; 5) identificar os principais atores envolvidos na formulação de políticas e práticas empreendedoras no IFRN, bem como suas percepções sobre o empreendedorismo e a promoção de uma educação empreendedora.

A partir dos objetivos propostos por nossa pesquisa, envolvemos os documentos institucionais, alunos egressos e gestores do IFRN. Em seguida, definimos a metodologia a seguir, selecionando-se como estratégia metodológica o estudo de caso, tendo em vista ser objeto de análise a realidade de uma organização específica, o IFRN. Utilizamos como técnicas de coleta a pesquisa documental, questionários *on-line* aplicados aos alunos egressos e entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores institucionais. Para o tratamento e análise dos dados utilizamos a análise estatística e a análise de conteúdo.

Observamos que a temática do empreendedorismo no IFRN está presente em diversos documentos institucionais, no eixo pedagógico e em diversos projetos e ações, com o objetivo de formar empreendedores com características específicas que o auxiliem a responder às novas exigências do mercado de trabalho. Mesmo que esses documentos institucionais não mencionem qual viés empreendedor se referem, constatamos a hegemônica aplicação de um modelo economicista ou comportamental, corroborada a partir das ações, disciplinas, práticas, projetos e de nossa análise de dados empírica. Como consequência, percebemos que o pensamento dos egressos e dos gestores é fortemente baseado nesses modelos. Nesse cenário, observamos que o Instituto parece estar secundarizando seu dever fundamental de abordar o conhecimento de forma mais abrangente e antepondo conhecimentos específicos do meio empresarial.

Estrutura da tese

A presente tese se constitui desta parte introdutória seguida por sete capítulos. Os dois primeiros são relacionados ao referencial teórico. O terceiro descreve nosso percurso metodológico e o quarto caracteriza nosso objeto do estudo de caso – o IFRN. Os capítulos quinto e sexto são compostos pela análise dos dados obtidos pela investigação e no último capítulo se tecem as considerações finais com conclusões e recomendações ao IFRN e para estudos futuros.

No Capítulo 1, inicialmente, apresentamos o enquadramento do termo “empreendedor” e a evolução do empreendedorismo em suas principais abordagens. Para aprofundarmos a temática, exploramos as pesquisas de diversos teóricos, nomeadamente Boltanski e Chiapello (2009), Cantillon (2002), Castells (2010), Drucker (1969 e 1998), Knigh (1972), McClelland (1972 e 2019), Mészáros (2007), Pinchot III (1989), Say (1983), Schumpeter (1982 e 1984), entre outros. Dessa forma, realizamos um resgate histórico a partir dos autores clássicos da economia que relacionavam a figura do empreendedor às pessoas que criavam empresas ou novos empreendimentos, seja para criar novas oportunidades ou identificar novas formas de inovar. Nesse prisma, abordamos os economistas Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say, autores basilares para a compreensão do termo empreendedorismo, além de apresentarmos os contributos de Frank Knight e Joseph Schumpeter.

Entendendo que o empreendedorismo, além do viés econômico, apresenta abordagens em outras áreas do conhecimento, observamos como outras disciplinas passaram a se apropriar da temática como objeto de investigação, tais como a Psicologia e a Administração. Assim, apresentamos os contributos de David McClelland e Peter Drucker, autores mais contemporâneos, que trazem abordagens mais recentes e com viés comportamental ou atitudinal sobre a atuação do empreendedor.

Com a finalidade de abordar uma concepção mais recente do empreendedorismo, bem como obter enquadramento aos nossos objetivos de pesquisa, discorreremos sobre algumas acepções a respeito do tema, que nominamos de “neocontemporâneas”. Desse modo, apresentamos o perfil empreendedor, as CCEs e o empreendedorismo regional, do conhecimento e social, que permitiram ampliar a visão dos conceitos antes abordados, possibilitando uma reflexão crítica sobre a formação do indivíduo empreendedor e sua atuação na sociedade.

No Capítulo 2, examinamos como o empreendedorismo passou a integrar a agenda da educação. Para tal, discorreremos sobre os eventos mais representativos nos contextos europeu e brasileiro. Autores como Antunes (1995), Bauman (1999), Becker (1964), Castells (1999), Dardot e Laval (2016), Delors (1999), Drucker (1986, 1993), Filion (1999), Frigotto (2003, 2010 e 2017), Giddens (2000), Harvey (2004), Laval (2019), Marques (2010), Sennett (1999, 2006 e 2012), entre outros, serviram de referência para aprofundarmos a temática, que adentrou mais fortemente no meio educacional na década de 80 do século XX, quando organismos internacionais, como a UNESCO, conduziram, a partir de uma presumida crise da educação frente ao desemprego, ações com o objetivo de difundir a educação para o empreendedorismo.

A UE, sob o manto das conjecturas da teoria do capital humano, elegeu a educação como responsável por fornecer direções frente a um mundo globalizado. No que tange à temática desta pesquisa, propôs o estímulo ao espírito empreendedor como forma de transformar o espaço econômico europeu no mais dinâmico e competitivo do mundo, e ainda garantir um crescimento sustentável com mais empregos e com maior coesão social. Já no contexto brasileiro, a educação para o empreendedorismo teve um importante pilar quando a UNESCO lança o PRELAC. Este projeto, que estimulou alterações relevantes nas políticas educacionais da América Latina, incluiu um quinto princípio aos já existentes no relatório Delors, “Aprender a empreender”.

Ainda, discutimos como o empreendedorismo adentrou na pauta educacional brasileira. No nível superior, veio com o processo de globalização da economia, particularmente a partir do ano de 1980, sob a nomenclatura de Universidade Empreendedora, na qual o conhecimento e a ciência se mostram alternativas para o desenvolvimento econômico, sendo fundamental formar empreendedores. Já na educação básica, o esteio fundamental foi o programa “Pedagogia Empreendedora”, de autoria de Fernando Dolabela. Tal programa iniciou, solidificou e expandiu o ensino do empreendedorismo nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental e médio. Na parte final do Capítulo 2, abordamos como a educação empreendedora adentrou nos contextos dos IFs brasileiros e, mais especificamente, no IFRN, além de discorrermos sobre outras abordagens críticas da educação para o empreendedorismo.

O roteiro metodológico da pesquisa é apresentado no terceiro capítulo, no qual realizamos o enquadramento da investigação, indicando as opções metodológicas utilizadas no estudo. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa, optamos pela estratégia metodológica do estudo de caso. Passamos pela delimitação do objeto empírico, como também pelo plano de inquirição e instrumentos de recolha dos dados necessários à análise e interpretação dos dados. Para tal, utilizamos as análises estatísticas e de conteúdo. Por último, discorreremos sobre as questões éticas do estudo.

O Capítulo 4 tem como intuito apresentar o foco principal deste estudo de caso, o IFRN. Trata-se de uma instituição centenária e que já foi designada por diversas nomenclaturas. A partir de um enquadramento histórico, apresentaremos como os Institutos Federais surgiram e se ramificaram por todo o Brasil, com ênfase na expansão ocorrida no estado do RN. Nesse contexto, caracterizaremos os cinco *campi* objetos do estudo, bem como seus projetos e políticas empreendedores.

No Capítulo 5, efetuiremos a exposição dos resultados da pesquisa realizada junto aos alunos egressos do IFRN. A partir da aplicação de questionários *on-line*, a análise estatística dos dados

permitiu-nos obter uma descrição de como os diplomados do IFRN percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas, levando em consideração a natureza do nosso estudo e seu paradigma interpretativo. Já no Capítulo 6, caracterizamos os perfis dos dirigentes/gestores institucionais, bem como suas percepções sobre o tema empreendedorismo e sua relação com a educação, a partir de 4 temas norteadores (cf. Apêndice II): 1 – Empreendedorismo no contexto acadêmico; 2 – Política, projetos e ações empreendedores no IFRN; 3 – Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor e acompanhamento dos egressos; e 4 – Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas.

Por fim, no Capítulo 7 deste trabalho, procuramos descrever o ineditismo da investigação a partir das conclusões, evidenciando aspectos fora do *mainstream* sobre a temática. Ademais, citamos as limitações e constrangimentos ocorridos durante a pesquisa, realizamos indicações e recomendações ao IFRN no contexto das políticas, projetos e ações empreendedores e lançamos os caminhos para que se possa dar prosseguimento ao nosso estudo.

Capítulo I – Empreendedorismo: perspectiva histórica e abordagem interdisciplinar

Este capítulo tem como objetivo apresentar a evolução do empreendedorismo em suas principais abordagens, passando-se pelos estudos dos autores clássicos da economia, com conotação articulada às ideias de empresas e negócios, a estudos mais contemporâneos, com abordagens comportamentais e atitudinais, além de algumas acepções que nominamos de “neocontemporâneas”, a partir das quais discorreremos sobre o perfil e as CCEs e o empreendedorismo regional, do conhecimento e social. Serão, assim, apresentadas as características e os comportamentos empreendedores, bem como o perfil empreendedor em uma perspectiva mais atual, mostrando-se as expectativas colocadas no indivíduo. Em seguida, exploram-se algumas ramificações do empreendedorismo, notadamente, o empreendedorismo regional, do conhecimento e social, considerando-se que cada uma delas apresenta suas características próprias, ampliando-se a visão acerca dos conceitos abordados, e de forma a se possibilitar a reflexão crítica sobre a construção do indivíduo empreendedor e sua atuação na sociedade.

1.1 Enquadramento do termo “empreendedor” e o empreendedorismo

Segundo Parker (2009), muitos autores têm escrutinado a origem da função do empreendedor e a natureza do empreendedorismo. Quanto à sua origem, o termo “empreendedorismo” vem da palavra em francês *entrepreneur*, derivada do verbo *entreprendre*³. No inglês, recebe a tradução *intrepreneurship*, que, por sua vez, deriva do latim *imprehendere*, que tem o termo “empreender” como seu correspondente na língua portuguesa. Segundo Vale (2014), há registros de que o termo tem sido explorado desde o início do século XVIII, e foi Saint-Simon⁴ que o difundiu, a partir de 1823.

Uma aparente polissemia do termo empreendedorismo pode ser justificada pelos próprios formuladores de sua concepção, uma vez que são advindos de diversas áreas do conhecimento, além de seguirem uma lógica evolutiva marcada pelo contexto histórico. Julien (2010) destaca a importância das raízes do empreendedorismo que estão ligadas a áreas mais antigas e consolidadas como a Economia, a Ciência do Comportamento (Psicologia, Ciência Cognitiva) e a Sociologia. Já Shane (2012, p. 12) advoga que “O empreendedorismo apresenta uma pluralidade de raízes científicas que oferecerem diversas definições, contudo, ainda está em desenvolvimento e em busca de um consenso abrangente sobre o domínio do campo, seus limites, objetivos, áreas de foco ou base teórica”.

³ De acordo com o dicionário da língua francesa *Le Robert* (Le Robert, 2016), o termo é um verbo traduzido, entre outros significados, como “empreender”, “iniciar”, “começar um trabalho ou negócio”.

⁴ Saint-Simon nasceu na França, na cidade de Paris, em 17 de outubro de 1760, mesmo lugar onde faleceu, em 19 de maio de 1825. Filósofo e economista, é considerado um dos fundadores do socialismo moderno.

Para os economistas, o empreendedor estava inserido no contexto das análises voltadas a compreender os meios de produção e como funcionavam as primeiras empresas, assim, os textos clássicos estavam mais atentos aos fenômenos econômicos, sem dar maior atenção aos agentes envolvidos nas engrenagens das empresas, principalmente àqueles que proporcionam a sua administração. Nas Ciências Econômicas, os autores que deram maior visibilidade ao termo, a partir da consolidação da sociedade capitalista, e que relacionaram o empreendedor ao empresário foram Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste Say (1767-1832), que são personagens basilares para a compreensão do empreendedorismo, motivo pelo qual suas abordagens são descritas neste trabalho, bem como as contribuições de Frank Knight (1885-1972) e Joseph Schumpeter (1883-1950).

Além da visão dos economistas, segundo Julien (2010), para a compreensão do termo empreendedorismo, é necessário recorrer a outras disciplinas, não sendo possível se restringir ao empirismo ingênuo de estudos que se limitam a fazer ligações entre algumas variáveis puramente econômicas. Assim, posteriormente, principalmente no século XX, quando as empresas passaram a fazer parte de forma mais presente da sociedade, outras áreas do conhecimento, nomeadamente a Sociologia, a Administração e a Psicologia, passam a se apropriar desse objeto como tema de estudo, motivadas pelas implicações nas relações entre as pessoas e entre o trabalhador e o empreendedor. Isso, porque aspectos comportamentais, sociais e funcionais tomam espaço dentro desse campo em que os autores se concentravam mais em analisar o perfil e as características do empreendedor.

Estudar o empreendedorismo também passa por entender a importância do agente empreendedor e da sua atuação, pela complexidade das suas funções e características e pela sua pertinência cada vez maior na história da economia. Logo, esse estudo passou a ser uma atividade mais relevante, pois foi entendido que esse agente também se tornou mais complexo e mais decisivo na sociedade contemporânea, pela sua atuação profissional, sua importância social e pelas formas de gestão existentes, o que colocou o empreendedor como força para o avanço do desenvolvimento das empresas, criando novas tecnologias e atuando nas inovações necessárias para a função. Nessa perspectiva, são apresentadas as contribuições de David McClelland (1917-1987) e Peter Ferdinand Drucker (1909-2005), autores contemporâneos que trazem abordagens mais recentes e com viés comportamental e atitudinal sobre a atuação do empreendedor. Importa, nos pontos seguintes, aprofundar as concepções acerca de tal tema, desde as de cariz econômico às aceções “neocontemporâneas”.

1.2 Concepções de cariz económico

Nesta seção, serão abordados os autores que representam a visão economicista clássica sobre o empreendedor. A figura do empreendedor, para os economistas, aludia, principalmente, às pessoas que criavam empresas ou novos empreendimentos, desenvolviam negócios ou possuíam relação com o papel do executivo, aquele que toma decisões e se mantém sempre atento aos sinais do mercado, seja para criar novas oportunidades ou para se atentar a identificar formas de inovar.

1.2.1 Cantillon e Knight: riscos e incertezas

Richard Cantillon (1680-1734) nasceu na Irlanda, era banqueiro e viveu em diversos países, entre eles França, Espanha e Inglaterra. Segundo Thornton (2006), era um banqueiro de família de classe alta, no melhor estilo capitalista de risco, com capacidade analítica apurada para julgar as melhores situações lucrativas ou não.

Cantillon, segundo alguns autores⁵, é considerado o precursor do tema empreendedorismo, com sua obra *Essai sur la nature du commerce en general* (Cantillon & Tsuda, 1979), escrita por volta de 1730, porém só lançada em 1755⁶. Nela, procura desenvolver uma abordagem sistemática sobre o processo de empreender. Para Cantillon, o empreendedor⁷ é aquele que, em sentido amplo da concepção, empreende assumindo um risco. A ideia de risco está presente fortemente nos seus trabalhos e é o que define a função do empreendedor, separando-o do simples gestor e do investidor. Cantillon associa o conceito de empreendedorismo ao indivíduo que compra, transforma e vende matérias-primas a terceiros, identificando, assim, uma oportunidade de negócio e assumindo riscos.

Em um trecho de sua obra, Cantillon inaugura sua visão sobre o risco quando expõe a possibilidade de o empreendedor perder certa quantidade de valor económico se não conseguir ter êxito nas escolhas estratégicas ligadas ao preço do produto vendido.

Os empreendedores pagam um preço fixo por eles [os produtos] no lugar em que são comprados, a fim de revender a um preço incerto. . . . Esses empreendedores nunca sabem quão grande a demanda será na cidade. (Cantillon, 2002, p. 74)

⁵ Ver Dornelas (2001), Hayek (1985), Higgs (1931), Murphy (1986) e Thornton (2006).

⁶ Sua obra em formato de livro só veio a público um pouco mais de vinte anos após sua morte. O responsável pela publicação foi seu discípulo, o Marquês de Mirabeau (Victor Riqueti de Mirabeau) (1715-1789), economista e filósofo francês.

⁷ Na obra traduzida para o português que utilizamos nesta pesquisa, *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (Cantillon, 2002), os termos “empreendedor” e “empreendedorismo” não são utilizados, mas se usa o termo empresário se referindo ao indivíduo que realiza um empreendimento (comerciantes, mestres de ofício, mercadores, entre outros).

É essa incerteza em estipular preços que gera o risco, pois a falta de segurança no resultado da venda não garante lucro, e, por consequência, ocorre o insucesso. É justamente essa relação de risco e incerteza que marca o trabalho de Cantillon.

Vamos supor que haja açougueiros de um lado e compradores do outro. O preço da carne será determinado após alguma negociação, e um punhado de bifes será valorado em prata [ou seja, dinheiro] aproximadamente da mesma forma que toda carne oferecida à venda no mercado [ou seja, oferta] está para toda a prata necessária para comprar o bife [ou seja, demanda]. (Cantillon, 2002, p. 119)

O valor do produto que será negociado depende, portanto, da quantidade do produto negociado no mercado, do desejo dos consumidores em obtê-lo, do valor pelo qual foi comprado, enfim, de variáveis que incidem sobre o produto. Cantillon afirma que os cálculos feitos para estipular preço e lucro podem ser incorretos e o empreendedor pode perder capital.

Nos trabalhos de Cantillon havia muito a se explorar dentro do tema e não muita complexidade que fizesse do empreendedor um objeto passível de análises sobre diversas abordagens, se forem considerados o seu contexto econômico e histórico e as capacidades que a própria Ciência Econômica possuía em termos de arcabouço teórico. Assim, as descrições das atividades estavam mais pautadas sobre o exercício da compra de matéria-prima e a venda do produto final, em que se posiciona a incerteza de mercado sobre a absorção a esses produtos (Franco & Gouvea, 2016). Os empreendedores possuíam liberdade plena de ação, contida somente pelas incertezas de mercado, em uma visão no sentido liberal.

Essa escola, inaugurada por Cantillon, que foca suas atenções no risco e na incerteza, vai influenciar outros autores nessa mesma direção de análise ou de abordagem, como Quesnay, Turgot e Baudeau (Bruyat & Julian, 2000). Esse também é o caso de Frank Knight⁸, que desenvolve, muito tempo depois, já no século XX, uma pesquisa mais elaborada inserindo o risco como ponto-chave na atuação do empreendedor. Knight, em seu livro *Risk, Uncertainty and Profit (1921)*, introduz e diferencia os conceitos de risco e incerteza, dentro da linha de estudos de Cantillon, destacando o risco como principal característica da ação empreendedora, em conjunto com a capacidade de antecipar mudanças e de identificar oportunidades de negócios. Ele propõe que o empreendedor é o sujeito responsável por balizar as ações para evitar perdas, com base nos riscos e incertezas que os contextos econômicos propõem à empresa, além de possuir características inerentes ao seu papel de empreendedor, com destaque para a capacidade de antecipar o futuro:

⁸ Frank Knight (1885-1972) foi um economista americano, professor da Universidade de Chicago e grande escritor de Filosofia Social. Foi um dos fundadores da Escola de Chicago e ganhou notoriedade com seu livro *Risco, incerteza e lucro (1972)*.

Os homens diferem na sua capacidade de percepção e inferência para desenvolver julgamentos corretos quanto ao curso futuro dos eventos no meio ambiente. Esta capacidade, além disso, está longe de ser homogênea, uma vez que algumas pessoas são excepcionais em previsão de um tipo de situação problema, outras pessoas preveem outros tipos de situações, cobrindo uma variedade quase infinita. (Knight, 1921, p. 241)

Knight (1972) relata que vender, investir, comprar, criar novos produtos ou aumentar a estrutura da empresa são procedimentos que ocorrem nas organizações. Tudo é decidido sem a certeza de produzir resultados favoráveis. Dessa forma, o empreendedor deve estimar o risco (uma situação já ocorrida) e evitar a incerteza (situação desconhecida). Para o autor, risco significa o resultado das análises das probabilidades de ganhos e perdas, sendo garantido assegurar-se de algum tipo de noção desse resultado. Incerteza é quando não é possível fazer cálculos para a obtenção de resultados de análises dentro do cenário de possibilidades (Bittar, Bastos, & Moreira, 2014), conforme relata em sua obra: “Qualquer tipo de tomada de decisão ou julgamento que se desenvolva numa sociedade livre corresponde a algum grau de incerteza e a ser responsável por essas ações” (Knight, 1921, p. 271). Os ganhos oriundos do exercício que o empreendedor desenvolvia, que envolvia, portanto, os cálculos dos riscos e incertezas, geram os recebimentos monetários da sua função profissional.

Knight agrupa na sua teoria as ideias de Cantillon sobre as incertezas e as de Say⁹ sobre a função de gestão estratégica. A criação de empresas envolve uma intuição e estratégia, o que coloca em evidência a sua atividade como uma função profissional mais específica no mercado de trabalho. Diferenciando o empresário clássico do empreendedor, a exposição a novas descobertas é ponto primordial nos seus trabalhos, e insere a tomada de decisões como aspecto fundamental (Bittar, Bastos, & Moreira, 2014).

Convém ressaltar que Cantillon e Knight têm muitos outros contributos fora da esfera do tema ora pesquisado. Procuramos destacar da obra de Cantillon, de modo especial o capítulo XIII¹⁰, os aspectos que retratavam o empresário, traduzido como empreendedor, como aquele que corre riscos permanentes causados pelas mudanças nas demandas de mercado. Knight, mesmo sem citar explicitamente o nome de Cantillon em sua obra, apresentou desenvolvimento teórico bem alinhado com o economista francês. Knight refinou a ideia de Cantillon de o empreendedor ter de lidar com os

⁹ As ideias de Say serão expostas na próxima seção.

¹⁰ A obra de Cantillon *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (2002) está organizada em três partes. O capítulo XIII, que referenciamos, está na primeira parte, e é intitulado de “A circulação e a troca de gêneros e mercadorias, assim como sua produção, são conduzidas na Europa por empresários de modo fortuito”.

riscos e incertezas e a ideia de Say de destacar esse agente estratégico na economia, conforme veremos a seguir.

1.2.2 Say, o empreendedor e o *Tratado de Economia Política*

Meio século após a obra de Cantillon, em 1803, o economista francês Jean Baptiste Say (1767-1832) escreveu o que é considerada a sua principal obra, o seu *Tratado de Economia Política* (Say, 1983), que reintroduziu a importância da figura do empreendedor e que tem relação com o tema desta pesquisa. Segundo Hart (2001), Say teve ampla experiência profissional, tendo trabalhado em banco e em corretora de seguros; na imprensa, em que exerceu as funções de jornalista a diretor; como empresário, fundando uma empresa têxtil; e, por fim, dedicando-se exclusivamente à academia¹¹.

Dentro da tradição liberal de Cantillon¹² e sob forte influência de Adam Smith¹³ em sua obra *A Riqueza das Nações* (1985), Say descreve o empreendedor como um quarto fator de produção, tão relevante quanto o capital, a terra e o trabalho. Para Say, o empreendedor tem importante papel na dinâmica do crescimento econômico, tendo como principais características a habilidade de reunir, planejar e combinar os diferentes meios de produção para oferecer novos bens (Gomes, 2005; Say, 1983).

Essa obra de Say está organizada em três seções sobre a produção, a distribuição e o consumo das riquezas e deslinda as diferenças entre o empreendedor e o capitalista, conforme as funções que os dois desempenham. Os capitalistas eram os financiadores de investimentos e os empreendedores eram como investidores que inovavam, organizavam e coordenavam os meios de produção, assumindo os riscos ou incertezas com essa atividade, conforme o autor cita em seu livro:

O empreendedor é o intermediário entre o capitalista e o proprietário, entre o estudioso e o trabalhador, entre todas as classes produtivas, e entre estas e o consumidor. Ele administra o trabalho de produção, é o centro de muitas conexões; gera lucro com base naquilo que os outros sabem e não sabem, e todas as vantagens acidentais de produção. É também entre estas classes de produtores, quando ocorrem eventos a favor das suas competências, que são encontradas as maiores fortunas. (Say, 1983, p. 228)

¹¹ Na parte final de sua vida, Say se dedica à atividade docente. Em 1819, ocupou a cadeira de Economia Industrial no *Conservatoire National des Arts et Metiers*. Dessa atividade surge, em 1828, outro livro de sua autoria, o *Curso Completo de Economia Política Prática*. Em 1831, ano anterior a sua morte, ainda ocupa a primeira cadeira de Economia Política no *College de France*.

¹² Em comum às ideias de Cantillon e Say, autores basilares do empreendedorismo de viés economicista, aponta-se que ambos consideravam os empreendedores como pessoas que corriam riscos, já que investiam seus próprios recursos sempre na perspectiva de ganhar mais. Adquiriam matéria-prima por um dado preço e transfaziam-na em produtos, para depois revender por um preço ainda não definido.

¹³ Adam Smith (1723-1790), filósofo e economista escocês, é conhecido como o pai da economia moderna e é considerado um dos principais teóricos do liberalismo econômico. Sua principal obra, escrita em 1776, foi *A Riqueza das Nações* (Smith, 1985) em que buscou diferenciar a economia política da ciência política, a ética e a jurisprudência. A principal teoria defendida por Smith nessa obra é que o desenvolvimento e o bem-estar da nação advém do crescimento econômico e da divisão do trabalho.

Além do empreendedor e do capitalista, Say, a seu modo, trabalha outros conceitos, como os de investidor e de operário. É mister ressaltar que esses conceitos parecem não ter o sentido comumente empregado hoje em dia, conforme relata em sua obra: “o amolador de facas ambulante . . . carrega em suas costas todo o seu capital e traz toda a indústria na ponta dos dedos: é simultaneamente empresário, capitalista e operário” (Say, 1983, p. 83). Mesmo assim, Say é reconhecido por autores, como Filion (1999) e Lynskey (2002), por ter ampliado o conceito de empreendedor adotado por Cantillon e ter sido o primeiro a definir o empreendedor, com relação às suas funções, como um “coordenador” da produção e distribuição, diferente daquele que opera em condições de risco e incerteza.

Além do viés econômico, Say (1983) afirmava que o empresário detém um perfil ou características empreendedoras, sugerindo também aspectos comportamentais que viriam a ser estudados¹⁴ posteriormente por autores como Drucker (1986), McClelland (1972) e Schumpeter (1982). Say (1983) apresentou qualidades morais que deveriam fazer parte dos valores do empresário, como de bom senso, de julgamento, de conhecimento de mundo, de perseverança e de *expertise* de negócios. Outras características ainda são abordadas por Say (1983) quando se refere ao lucro do empresário industrial. Segundo o autor, esses lucros derivam das faculdades industriais, do talento nato ou adquirido, do tino, da atividade e do espírito de ordem e organização do empreendedor.

Requer tino, constância e conhecimentos dos homens e das coisas. Trata-se de avaliar adequadamente a importância de determinado produto, a necessidade que dele haverá e os meios de produção, trata-se, às vezes, de pôr em jogo um grande número de indivíduos. É preciso comprar ou fazer comprar matérias-primas, reunir operários, procurar consumidores, ter espírito de ordem e de economia; numa palavra, é preciso ter o talento de administrar. É necessário ter uma cabeça acostumada ao cálculo, capaz de comparar os custos de produção com o valor que o produto terá quando posto à venda. (Say, 1983, p. 312)

Apesar de ressaltar as qualidades desejadas com o intuito de se obter sucesso nos negócios, Say não as considera condição *sine qua non* para a garantia do êxito, pois remete ao risco inerente.

Certo risco sempre acompanha as empresas industriais. Por melhor conduzidas que as suponhamos, sempre podem fracassar. Sem nenhuma culpa, o empresário pode nela comprometer sua fortuna e, até certo ponto, sua honra. (Say, 1983, p. 313)

¹⁴ Os contributos de Schumpeter, McClelland e Drucker relacionados ao empreendedorismo serão abordados nesta pesquisa nos tópicos 1.2.3, 1.3.1 e 1.3.2, respectivamente.

O *Tratado de Economia Política* (1983), assim como outras obras de Say, lhe renderam elogios, mas também críticas¹⁵. Relativamente à figura do empreendedor, os contributos de Say são exaltados por renomados pesquisadores sobre o tema, como Louis Jacques Filion (1999), quando argumenta que Say fez a distinção entre a figura do capitalista e a do empreendedor, e Peter Drucker (1986), que ressalta a importância do conceito de empreendedor postulado por Say. Além disso, foi reconhecido como o criador do empreendedorismo na acepção moderna do termo, segundo Joseph Schumpeter (1982), autor que destacaremos a seguir.

1.2.3 Joseph Schumpeter e a *destruição criativa*

Nascido na Áustria, no final do século XIX, Schumpeter é considerado um dos principais economistas do século XX e um dos maiores expoentes associados ao conceito de empreendedor. Segundo Marques (2016, p. 41), “considerando que o empreendedorismo tem estado desde sempre presente no domínio da economia, e apesar de o mesmo aí não se revestir de consenso, foi Schumpeter quem fixou a definição que persiste até hoje”.

Já para Samuelson (1981), o contributo de Schumpeter foi um dos mais notáveis para o desenvolvimento da economia em geral e, em particular, do empreendedorismo. Para o autor, é inevitável que todos os trabalhos sobre empreendedorismo incluam uma forte inspiração em Schumpeter, visto que o seu contributo teórico foi notável no tempo em que surgiu. Para Dornelas (2001, p. 37), muitas são as definições sobre empreendedorismo, mas talvez uma das mais antigas e que possivelmente melhor reflita o espírito empreendedor seja a de Joseph Schumpeter: “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Desde cedo, Schumpeter teve contato com o mundo dos negócios, pois seu pai, que morreu precocemente, era proprietário de uma fábrica de tecidos. Estudou Direito e Economia na Universidade de Viena. Em 1911, começou a lecionar Economia na Universidade de Graz (Áustria). Foi ministro das finanças da Áustria e também professor da Universidade de Bonn, na Alemanha, por sete anos. Com a ascensão nazista, emigrou para os Estados Unidos, em 1932, e lá lecionou na Universidade de Harvard, até 1949, quando se aposentou.

¹⁵ Observamos que muitas das críticas aos estudos de Say estão relacionadas às Ciências Econômicas. Face ao tema da presente pesquisa, bem como à área de conhecimento, as Ciências Sociais, procuramos nos ater à relação de Say com o empreendedorismo no contexto histórico do nosso referencial teórico.

Diferentemente de Cantillon, Say e Knigh, que associaram a ideia de empreendedor¹⁶ às pessoas que corriam riscos, Schumpeter adotou a noção de empresário associado à inovação e refutou a ideia de correr riscos, “O empresário nunca é aquele que corre o risco” (Schumpeter, 1982, p. 74). Para o autor, quem corre riscos é o capitalista, aquele que financia o empresário.

Apesar de Say já associar a figura do empreendedor à inovação, foi Schumpeter que deu projeção ao tema quando conectou o empreendedor ao conceito de inovação, compreendendo-o como sujeito que impulsiona o desenvolvimento econômico e social por intermédio da reforma ou da revolução nos padrões de produção. De acordo com Gomes (2005), a visão *schumpeteriana* sobre o desenvolvimento econômico ocorre amparada por três fatores fundamentais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador.

O empresário inovador é o agente capaz de realizar com eficiência as novas combinações, mobilizar crédito bancário e empreender um novo negócio. O empreendedor não é necessariamente o dono do capital (capitalista), mas um agente capaz de mobilizá-lo. Da mesma forma, o empreendedor não é necessariamente alguém que conheça as novas combinações, mas aquele que consegue identificá-las e usá-las eficientemente no processo produtivo. (Gomes, 2005, p. 5)

Como Schumpeter é autor de várias obras, vamos focar na principal que se relaciona ao tema desta pesquisa. Publicada em 1911, a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Schumpeter, 1982) é a que melhor apresenta a discussão do empreendedor¹⁷ e de seu papel na sociedade. De acordo com Costa (1982, p. 9),

A *Teoria do Desenvolvimento Econômico* foi publicada pela primeira vez em 1911, em língua alemã. No prefácio à primeira edição em inglês, Schumpeter adverte que algumas das ideias contidas no livro datam de 1907 e que, em 1909, todas as teorias desenvolvidas na obra já estavam formuladas. Em 1926, já esgotada a 1ª edição, Schumpeter aquiesceu numa nova edição, também em alemão. Essa edição resultou numa revisão em profundidade, na qual, além de outras modificações, foi omitido o capítulo VII e reescritos os capítulos II e VI.

Na obra, Schumpeter propõe que o funcionamento dos mercados capitalistas não é determinado pelos fundamentos de equilíbrio geral e mercados perfeitamente competitivos, mas que as inovações introduzidas pelos empreendedores rompem o equilíbrio da economia e determinam a

¹⁶ A versão inglesa das obras de Cantillon (Cantillon, 2002) e Say (Say, 1983), aqui especificadas, utilizavam o termo *undertaker*, que pode ser traduzido como “empresário”, “agente funerário” ou “empreiteiro”. Nas obras que utilizamos traduzidas para a língua portuguesa, o termo é traduzido para “empresário” e é entendido como “mercadores”, “arrendatários”, “comerciantes”, “mestres de ofício”, entre outros que levam a cabo um empreendimento. Dessa forma, muitos comentadores desses autores fazem a tradução ou associação ao empreendedor.

¹⁷ Na tradução para língua portuguesa do livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Schumpeter, 1982), utilizado nesta pesquisa, a tradutora utiliza sempre o termo “empresário”. Entretanto, numa determinada citação literal de Schumpeter, apresenta o termo “empreendedor”, que seria a tradução para o português de *entrepreneur*.

dinâmica do capitalismo, definindo novos espaços econômicos (Dees, 1998; Gomes, 2005; Schumpeter 1982). Para Schumpeter (1982, pp. 48-49), as inovações podem ser resumidas em:

- 1) introdução de um novo bem;
- 2) introdução de um novo método de produção;
- 3) abertura de um novo mercado;
- 4) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas;
- 5) estabelecimento de uma nova organização.

Essas inovações, na visão do autor, manifestam-se como intensificadoras que movimentariam as economias e as sociedades no caminho do desenvolvimento. Dessa forma, o empreendedor é o agente que enceta essas mudanças, modificando o sistema em equilíbrio por meio da identificação de novas oportunidades: “chamamos ‘empreendimento’ a realização de combinações novas; chamamos de ‘empresários’ os indivíduos cuja função é realizá-las” (Schumpeter, 1982, p. 54). Desse modo, o elemento principal que permite o desenvolvimento é a inovação, processo em que o empreendedor se torna representação expressiva:

. . . o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança. (Schumpeter, 1982, p. 76)

Nesse contexto, Schumpeter concebe uma relação entre a ação empreendedora e a formação de novos mercados por meio da inovação, cunhando o termo *destruição criativa*¹⁸, no qual o autor descrevia uma mudança no perfil econômico, em que os empreendimentos inovadores destruíam modelos de negócios antigos e ultrapassados. Para Costa (1982), o processo de *destruição criativa*, com a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, contribui para o processo do desenvolvimento econômico. Schumpeter (1982) propõe que os empreendedores, com sua criatividade e intuição, são os principais agentes da *destruição criativa* do capitalismo, na medida em que rompem com o equilíbrio preexistente em mercados e em modelos organizacionais. Sua motivação é o resultado do desejo de conquista e do prazer que decorre da criação e realização.

¹⁸ Termo originalmente proposto por Schumpeter, a *destruição criativa* ou *destruição criadora* também é conhecido na língua inglesa como *Schumpeter's Gale*. O termo foi mais explorado e explicitado em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (Schumpeter, 1984).

Schumpeter ainda descreve o empreendedor como um “tipo especial”¹⁹ e que se diferencia do administrador que dirige uma empresa. Para o autor, o empreendedor se distingue de qualquer outra função similar, pois é ele que toma decisões estratégicas para a realização de novas combinações.

Alguém só é um empresário quando efetivamente “levar a cabo novas combinações” e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios. (Schumpeter, 1982, p. 56)

Portanto, Schumpeter considera que a função do empreendedor tem determinado prazo, não sendo função duradoura, nem tampouco uma profissão. Por isso, não forma classe social, embora, quando bem-sucedido, ganhe melhor *status* e possa deixar aos seus herdeiros melhor sorte e recursos para novos empreendimentos, sem, contudo, ser uma capacidade a ser herdada (Schumpeter, 1982, p. 56).

Nesse viés de definir as características peculiares dos empreendedores, Schumpeter sustenta uma espécie de seleção natural no processo, quando poucos obtêm pleno êxito em tornar-se empreendedores: “A partir daí, subindo na escala, chegamos finalmente à quarta parte, mais elevada, às pessoas que são da categoria caracterizada por qualidades de intelecto e de vontade acima do normal” (Schumpeter, 1982, p. 89). Entre os traços característicos do empreendedor, o autor destaca a liderança como sendo a principal aptidão. O líder precisa ter coragem, assumir novos postos, novas situações e fazer acontecer, pois uma ideia inovadora qualquer precisa passar pelo crivo da realização (Schumpeter, 1982).

Mesmo com inúmeros contributos à economia e, em particular, ao empreendedorismo, Schumpeter, em sua abordagem, é criticado por dar importância relevante ao indivíduo. Segundo Aldrich (2005) e Devine (2002), por essa razão, as instituições, assim como as firmas, não desempenham papel relevante em sua análise, e o indivíduo empreendedor, conforme descrito pelo autor, beira o sobre-humano dotado de características fantásticas. Tais CCEs serão abordadas a seguir em outra perspectiva, a partir de David McClelland.

1.3 Concepções de cariz comportamental

Como visto, os economistas já haviam dedicado parte dos seus estudos para compreender algumas características do empreendedor, tais como assunção a riscos, lidar com incertezas,

¹⁹ Schumpeter (1982, p. 89) explica que o “tipo especial” se refere ao fato dos empreendedores terem uma conduta rara, diferente dos demais, “. . . e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos” (Schumpeter, 1982, p. 89).

capacidade de inovação e liderança, o que proporcionou a investigação em estudos posteriores, especificamente como o desta seção.

Após a abordagem da economia, o empreendedorismo extrapolou a outros campos. Os administradores e sociólogos se ocuparam do tema, bem como os psicólogos, principalmente os que investigam as atitudes e comportamentos empreendedores. Nesta seção, serão apresentados os contributos de autores de uma vertente de maior caráter comportamental ou atitudinal, que representam uma visão mais contemporânea sobre o empreendedor, nomeadamente David McClelland (1917-1987), no campo da Psicologia, e Peter Ferdinand Drucker (1909-2005), no campo da Administração.

1.3.1 David McClelland: comportamento empreendedor

David Clarence McClelland (1917-1998) foi um psicólogo, professor (Universidade de Harvard e outras) e teórico americano com diversas obras lançadas entre as décadas de 1950 e 1990. Winter (1998), ao tratar sobre as contribuições de McClelland, expõe o seguinte:

Como muitas outras formas de criatividade, as contribuições inovadoras de David McClelland para a avaliação da motivação, personalidade e competência surgiram de uma disposição para assumir riscos e cruzar fronteiras. No início de sua carreira, ele cruzou a fronteira entre psicologia experimental e personalidade. Em parte, isso se deveu à confluência de vários eventos “acidentais” durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, é provável que McClelland acabaria encontrando seu caminho para uma carreira abrangente centrada na personalidade, pois ele tinha amplos interesses e uma sólida formação em artes liberais. (Winter, 1998, p. 139)

Dentre seus trabalhos, destaca-se a sua teoria sobre as necessidades adquiridas, a qual explica que a motivação dos indivíduos está relacionada com a satisfação de suas necessidades, entre as quais três mostram-se especialmente relevantes: as necessidades de realização, de poder e de associação (McClelland, 1972). McClelland também é responsável por estudos do comportamento empreendedor, sendo um dos primeiros pesquisadores a adotar uma perspectiva comportamental em estudos sobre a motivação para empreender em que características pessoais são atribuídas como forma de caracterizar um empreendedor de sucesso (Krüger, Pinheiro, & Minello, 2017).

Em seu texto *The achievement motive in economic growth* (2019), McClelland aborda como o desejo de realização tem relação com o comportamento do empreendedor:

Se esses empresários estivessem, acima de tudo, interessados em dinheiro, muitos mais deles teriam parado de trabalhar assim que tivessem ganhado todo o dinheiro que poderiam usar. Eles não teriam continuado a arriscar seu dinheiro em novos empreendimentos empresariais. . . . No entanto, os empresários muitas vezes pareciam conscientemente muito preocupados em expandir seus negócios, em obter maior participação no mercado, em

“conquistar a natureza bruta” ou mesmo em esquemas altruístas para melhorar a sorte da humanidade ou concretizar o reino de Deus na terra mais rapidamente. Esses desejos têm sido frequentemente rotulados como hipócritas. No entanto, se presumirmos que esses homens foram realmente motivados pelo desejo de realização, e não pelo desejo de dinheiro como tal, o rótulo não se aplica mais. (McClelland, 2019, p. 64)

McClelland complementa essa ideia a partir do raciocínio de que um indivíduo que toma a decisão de acrescentar um novo ramo de atividade ao seu negócio, mesmo sem saber com antecedência se essa decisão está correta, é um empreendedor. Além disso, utilizando seu conhecimento, julgamento e habilidade em sua tomada de decisão, ao alcançar um bom desempenho no futuro, é recompensado também pela sensação de realização pessoal. Dessa forma, o autor faz a seguinte sugestão:

Portanto, se as pessoas buscam realização, devem se comportar de forma empreendedora, elas devem buscar e atuar em situações nas quais exista algum risco moderado de fracasso, um risco que pode, presumivelmente, ser reduzido pelo aumento do esforço ou habilidade. Eles não devem trabalhar mais do que outras pessoas em tarefas rotineiras, ou desempenhar funções que certamente farão bem simplesmente por fazer o que todos aceitam como a coisa tradicional correta a fazer. (McClelland, 2019, p. 64)

McClelland (2019) cita, também, que outro critério que o empreendedor busca em seu trabalho é o de proporcionar conhecimento preciso dos resultados de suas decisões, pois o lucro é uma de suas medidas de sucesso. Outra importante contribuição de McClelland diz respeito à definição das CCEs. Ao revisarem os estudos do autor, Krüger et al. (2017) resumem o processo que envolveu a definição das 10 CCEs²⁰.

Assim, conforme é relatado pelos autores, primeiramente, McClelland e seus colaboradores identificaram que três grupos de características empreendedoras são essenciais e insubstituíveis: sucesso, afiliação e poder (McClelland, 1972). Posteriormente, seus estudos foram aprimorados, e 20 CCEs foram incluídas dentro desses três grupos de características. Porém, em 1986, as características foram reduzidas ao número 10, quantidade escolhida após um processo detalhado que envolveu a revisão minuciosa da literatura e a formatação de uma nova nomenclatura e subdivisão de grupos (Krüger et al., 2017). Também está ligado ao comportamento do empreendedor, na visão de McClelland, o impulso para a excelência, o alcance de um objetivo, a realização de um trabalho ou de algo importante, a responsabilidade pessoal para solucionar problemas, o gosto pelo *feedback* rápido sobre o desempenho e a busca por desafios (Barlach, 2014).

Em sua obra *O poder é o grande motivador* (1977), McClelland e Burham, através da análise de entrevistas com 50 gerentes bem-sucedidos em uma grande empresa, descobriram que os escores

²⁰ Essas características são descritas no tópico 1.4.1, “Perfis empreendedores e as CCEs”.

de motivação de poder para a maioria dos gerentes (quantidade superior a 70%) eram mais altos do que os de outras pessoas, demonstrando, assim, que a motivação pelo poder é um aspecto importante para a gestão, de modo que é evidenciada como ideia principal dessa obra (McClelland & Burham, 1977, p. 13). Segundo Coan (2011), apesar de não fazer uma vinculação direta com o empreendedorismo, defensores da educação para o empreendedorismo, como será visto no próximo capítulo, utilizaram desse texto para justificar o ponto de vista da necessidade de empreender. Ainda segundo o autor

. . . que pode ser dito é que o trabalho investigativo de McClelland naturaliza a ordem social existente e centra-se muito nos aspectos relacionados ao comportamento dos indivíduos com pouca atenção aos aspectos objetivos da realidade, como, por exemplo, a organização social dividida em classes, a existência de hierarquias, a impossibilidade de realização econômica, social, política e cultural para todas as pessoas. (Coan, 2011, p. 123)

McClelland, enquanto psicólogo, procurou estudar a dimensão comportamental da figura do empreendedor e sua relação com o desenvolvimento econômico. Seus trabalhos trouxeram contribuições teóricas significativas ao empreendedorismo. Muitos dos trabalhos de autores que, ultimamente, se dedicam a investigar o comportamento empreendedor partem dos estudos de McClelland. Até o considerado principal órgão de fomento do empreendedorismo no Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)²¹, faz menção à McClelland para estabelecer o “perfil empreendedor” ideal, além de disseminar que a motivação, também estudada por McClelland, pode ser aprendida e é a chave do sucesso para os que desejam iniciar um negócio.

1.3.2 Peter Drucker: inovação e espírito empreendedor

Peter Ferdinand Drucker (1909-2005) foi um escritor, consultor e acadêmico reconhecido pelas suas contribuições para o pensamento gerencial, sendo chamado por muitos de “pai da administração” (Kiessling & Richey, 2004). Segundo Micklethwait e Wooldridge (1996), Drucker é considerado uma das maiores autoridades no estudo da Administração e deixou contribuições sólidas para o campo. Além de diversos manuscritos, Drucker publicou 26 livros e realizou um grande número de palestras ao longo dos anos. Sobre o volume da literatura criada por Drucker, Kiessling e Richey (2004) caracterizam a produção como imensa, frequentemente inovadora, influente, frequentemente única e afirmam que as suas ideias e trabalho têm uma grande influência em líderes e organizações em todo o mundo.

²¹ O Sebrae dispõe de inúmeros treinamentos com o intuito de desenvolver as CCEs, entre eles o Empretec, que faz citações às pesquisas realizadas por McClelland e descreve as CCEs no *site* da instituição <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empretec> (recuperado em 2016).

Entre as décadas de 1970 e 1980, Drucker apresentou a “economia de empreendimentos”, vinculando-a ao empreendedorismo a partir da ideia de inovação, ferramenta essa que, segundo o autor, pode ser ensinada e aprendida como disciplina e pode levar o empreendedor a obter sucesso. Ao tratar sobre o empreendedor, Drucker (1986), primeiramente, retoma o conceito de Say, que o define como um indivíduo que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”, e, então, acrescenta sua visão sobre esse conceito, uma vez que a abordagem de Say remete a cerca de 200 anos atrás. Dessa forma, Drucker menciona como exemplo a definição de empreendedor, frequentemente aceita nos Estados Unidos, como sendo aquele que dá início a seu próprio, novo e pequeno negócio (Drucker, 1986, p. 27).

Entretanto, para o autor, nem todos os pequenos novos negócios podem ser considerados como empreendedores e, para ilustrar sua visão, Drucker (1986, p. 28) realiza um comparativo entre um casal que abre um pequeno negócio, uma confeitaria, e uma famosa rede de *fast-food* internacional, a *McDonald's*. Em sua visão, apesar de um casal que abre uma confeitaria ou um restaurante estar assumindo riscos, o fato de apenas fazer algo como já foi feito muitas vezes antes, sem criar uma nova satisfação para o consumidor, não caracteriza um negócio empreendedor. No caso da *McDonald's*, por sua vez, apesar de a rede não ter inventado um novo produto, apresenta elementos que a caracterizam como um negócio empreendedor:

. . . ao aplicar conceitos de Administração e técnicas gerenciais (perguntando, O que é “valor” para o consumidor?), padronizando o produto, desenhando processos e equipamentos, baseando o treinamento de seu pessoal na análise do trabalho a ser feito e a partir daí estabelecendo os padrões de qualidade que exigiria, a *McDonald's* não somente elevou drasticamente o rendimento dos recursos, como também criou um novo mercado e um novo consumidor. Isto é empreendimento. (Drucker, 1986, p. 28)

Dessa forma, o autor reforça que, para uma empresa ser empreendedora, não basta ser nova e pequena, mas também precisa possuir características especiais. Além disso, conforme exemplo acima descrito, uma empresa de grande porte também pode ser considerada empreendedora.

Drucker (1986) busca esclarecer que o empreendedor não é um capitalista, investidor ou empregador, embora possua tais características. Para ele, o espírito empreendedor é uma característica distinta de um indivíduo ou de uma instituição, que envolve o processo de tomada de decisão diante de incertezas. Assim, ser empreendedor se trata de um comportamento que pode ser aprendido:

. . . qualquer indivíduo que tenha à frente uma decisão a tomar pode aprender a ser um empreendedor e se comportar “empreendedorialmente”. O empreendimento é um comportamento, e não um traço de personalidade. E suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição. (Drucker, 1986, p. 34)

Desse modo, o autor conclui que empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática.

Outra característica que distingue o empreendedor, segundo Drucker, é a forma como ele lida com o processo de mudança. Para o empreendedor, a mudança é vista como algo normal e que pode ser explorada como uma oportunidade, uma vez que ela proporciona uma abertura para o novo. Assim, como os empreendedores buscam criar valor e proporcionar satisfações novas e diferentes, a mudança é um fator que pode ser visto como positivo, pois tem a capacidade de resultar na inovação.

Em seu livro *Inovação e Espírito Empreendedor* (1986), Drucker aborda os conceitos de inovação e de empreendedorismo e apresenta a relação entre eles. Para o autor:

A inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente. Ela pode bem ser apresentada como uma disciplina, ser apreendida e ser praticada. Os empreendedores precisam buscar, com propósito deliberado, as fontes de inovação, as mudanças e seus sintomas que indicam oportunidades para que uma inovação tenha êxito. E os empreendedores precisam conhecer e pôr em prática os princípios da inovação bem-sucedida. (Drucker, 1986, p. 25)

O autor explica que a inovação sistemática consiste no monitoramento de sete fontes para uma oportunidade inovadora, sendo que o primeiro grupo delas consiste nas quatro fontes que podem ser encontradas dentro da própria organização, indicando mudanças que já ocorreram ou que podem ser provocadas. São elas: o inesperado; a incongruência; a inovação baseada na necessidade do processo; e as mudanças na estrutura do setor industrial ou na estrutura do mercado. Já o segundo grupo implica em mudanças fora da empresa ou setor, sendo elas: mudanças demográficas; mudanças em percepção, disposição e significado; e conhecimento novo (Drucker, 1986, p. 46).

Para Drucker (1986), o sucesso inesperado é uma oportunidade rica para a inovação, no entanto, ele é totalmente negligenciado e tende a ser rejeitado. Segundo o autor, explorar a inovação por meio do sucesso inesperado requer análises, tais como o questionamento de quais mudanças são apropriadas para a organização, a tecnologia e os mercados, pois a organização não pode depender de casualidades. Logo, é preciso, também, compreender o que o sucesso inesperado exige. De maneira semelhante, os fracassos inesperados podem muitas vezes revelar mudanças latentes e, com elas, uma oportunidade inovadora. De maneira geral, Drucker (1986, p. 75) afirma que oportunidades estão presentes tanto nos sucessos como nos fracassos, porém, elas exigem mais do que sorte. A

organização deve buscar inovar de forma organizada para que tais oportunidades possam ser exploradas.

A incongruência, caracterizada como uma discrepância entre o que é e o que deveria ser, também pode ser vista como um sinônimo de oportunidade, uma vez que falhas também podem propiciar a inovação (Drucker, 1986, p. 78). De maneira semelhante às duas fontes para uma oportunidade inovadora anteriormente discutidas, a necessidade de processo existe dentro das organizações, mas, ao contrário das demais, essa se inicia com o trabalho que ainda será feito, ou seja, concentra-se em uma tarefa, e não em uma situação, para aperfeiçoar algo que já existe. Assim, em inovações baseadas em necessidades do processo, a inovação muitas vezes é vista como óbvia, pois é conhecida por todos na organização.

Sobre as estruturas da indústria e do mercado como fonte de inovação, Drucker (1986, p. 117) afirma que as oportunidades relativas a elas são visíveis e previsíveis para os que estão fora do setor, porém, os que fazem parte dele as enxergam como ameaças. Outro ponto abordado pelo autor é que, quando a estrutura do mercado muda, os segmentos de mercados que mais crescem são negligenciados, pois produtores e fornecedores se apegam a práticas que já estão se tornando obsoletas, enquanto novas oportunidades de mercado são deixadas de lado. Nesse cenário, o inovador pode visualizar uma oportunidade, embora seja necessário que a inovação permaneça simples, ou terá o risco de não funcionar.

Drucker (1986), como visto, também cita um segundo grupo de fontes para oportunidade inovadora, as quais implicam em mudanças fora da empresa ou do setor. São elas: mudanças demográficas; mudanças em percepção; e conhecimento novo. Para o autor, dentre todas as mudanças externas, as mudanças demográficas são as mais evidentes e as que têm as consequências mais previsíveis. Referem-se a mudanças na população, em sua grandeza, sua estrutura etária, sua composição, seus empregos, seu *status* educacional e sua renda. Ou seja, é uma fonte que impacta de maneira significativa o que está sendo comprado e sua respectiva quantidade.

Ainda de acordo com Drucker (1986), quanto à oportunidade, a mudança às vezes é negligenciada por tomadores de decisões que consideram que a demografia não muda tão depressa, rejeitando evidências e perdendo oportunidades. Essa relutância em aceitar realidades demográficas dá ao empreendedor a oportunidade de aproveitar certos eventos favoráveis a partir da análise de dados de distribuição etária e distribuição por idade. Tais dados podem se revelar produtivos e uma oportunidade inovadora para aqueles dispostos a sair a campo e entender as mudanças.

A mudança em percepção, disposição e significado também tem potencial para criar oportunidades inovadoras substanciais. Drucker (1986) afirma que a mudança de percepção não altera os fatos, mas o seu significado. Por isso, o problema crítico da inovação baseada na percepção é encontrar o momento oportuno, pois existe incerteza em saber se a mudança na percepção é algo passageiro ou permanente, o que torna mais difícil a ponderação de suas consequências. Por esse motivo, a inovação baseada na percepção deve começar pequena e ser bem específica (Drucker, 1986, p. 147).

A última fonte de inovação descrita por Drucker (1986) é o conhecimento novo. Para ele, a inovação baseada no conhecimento é a “superestrela” do espírito empreendedor, pois, embora nem toda inovação baseada em conhecimento seja importante, ao longo da história, as inovações baseadas em conhecimento se sobressaem bastante em relação às demais. Nas palavras do autor:

As inovações baseadas em conhecimento possuem o mais longo tempo de espera de todas as novas ações. Existe, primeiro, um longo espaço de tempo entre o aparecimento do novo conhecimento e ele se tornar aplicável a tecnologia. E, depois, existe um outro longo espaço de tempo antes que a nova tecnologia se transforme em produtos, processos ou serviços no mercado. (Drucker, 1986, p. 150)

A inovação, segundo Drucker (1986), portanto, é uma das práticas que devem ser realizadas para uma administração empreendedora, de forma que a mudança, de um modo geral, deve ser vista como uma oportunidade e não uma ameaça. Também faz parte da administração empreendedora a mensuração de forma sistemática do desempenho da empresa e, ainda, práticas específicas referentes à estrutura organizacional, tais como o gerenciamento de pessoal, remuneração, incentivos e recompensas.

Para Drucker, a inovação e o espírito empreendedor são necessários em todas as dimensões da vida. Em sua obra *A profissão de administrador* (1998), Drucker evidencia que a inovação desempenha papel preponderante no agir do empreendedor, seja no ato de iniciar um novo negócio ou no trabalho em curso, tanto na esfera pública quanto na privada. Essa concepção do autor está presente em outra obra:

É precisamente porque a inovação e o empreendimento não constituem “algo radical”, mas um “passo de cada vez”, um produto aqui, uma diretriz lá, um serviço público acolá; são enfocados nesta oportunidade e naquela necessidade; o empreendimento é pragmático e não dogmático, e se propõe manter qualquer sociedade, economia, indústria, serviços públicos, ou empresas, flexíveis e autorrenovadoras. (Drucker, 1986, p. 349)

Destarte, Drucker (1986) conclui que a inovação e o espírito empreendedor podem realizar uma revolução em cada geração “sem derramamento de sangue, guerra civil, ou campos de concentração, sem catástrofe econômica, deliberadamente, com direcionamento, e sob controle” Drucker (1986, p. 349). Para o autor, o que se precisa é de uma sociedade empreendedora, na qual a inovação e o empreendimento sejam normais, estáveis e contínuos. Nessa sociedade, numa frutífera aliança entre administradores e empreendedores, a iniciativa privada estaria consolidada em todas as partes, cabendo ao setor público apenas as obras de infraestrutura.

Entretanto, essas concepções também geram críticas. Pereira e Misoczky, em seu artigo nomeado de *Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio*²²: *uma análise crítica de discurso* (2006), analisam o discurso de Drucker e sua relação com a disseminação da ideologia neoliberal e a legitimação das práticas no capitalismo atual. Os autores classificam Drucker como um ator fortemente comprometido com a naturalização e legitimação fatalista do modo de produção capitalista em tempos de globalização neoliberal. Além do mais, apontam que a teia ideológica montada por Drucker se constitui em proclamar que o conhecimento é o principal recurso da sociedade atual, o que ele cunhou de “sociedade do conhecimento”.

Para Drucker, essa sociedade é uma realidade em que o crescimento é ilimitado e o conhecimento é visto como diferente dos outros meios de produção por ser adquirido por cada pessoa. Entretanto, Andrade (2009) e Frigotto (2003) advogam que essa “sociedade do conhecimento” ocultaria as relações de exclusão e de dominação capitalista, dando lugar à educação, à tecnologia e à ciência, que são tomadas por fatores determinantes das relações sociais.

Como dito no início deste tópico, Drucker é considerado um autor de grande envergadura na área de Administração e com relevantes contributos para a temática do empreendedorismo. Juntamente com Schumpeter e McClelland, talvez seja um dos autores mais referenciados pelos que defendem a educação para o empreendedorismo. Segundo Drucker, a inovação é a “ferramenta” dos empreendedores e pode ser ensinada e aprendida. Assim, está nas mãos do pretense empreendedor ter ou não sucesso. Para o êxito, concebe que o sujeito pode adquirir ou desenvolver, a partir da dedicação, do entusiasmo, do comprometimento, da visão de futuro, da obstinação, entre outros, atitudes e comportamentos empreendedores, que serão mais abordados no próximo tópico.

²² Os autores utilizam o termo “capitalismo tardio” com base na definição de Mandel (1982) para demonstrar que estamos na fase mais pura do capitalismo, se comparada com qualquer outro momento que a precedeu.

1.4 Algumas acepções “neocontemporâneas” do empreendedorismo

Neste tópico, serão abordadas algumas acepções “neocontemporâneas” do empreendedorismo, passando-se pela compreensão dos elementos que compõem o perfil e as características dos comportamentos empreendedores, além de outros gêneros encontrados dentro do tema, tais como o empreendedorismo regional, do conhecimento e social.

1.4.1 Perfis empreendedores e as CCEs

O “perfil empreendedor” é um aspecto constantemente abordado na literatura ao se tratar da perspectiva comportamental do empreendedorismo, em que autores buscam identificar características em comum entre indivíduos considerados empreendedores. O termo também é relacionado com a atitude empreendedora e o comportamento empreendedor, uma vez que essas expressões reúnem comportamentos e características necessários para a decisão de empreender.

Para Drucker (1986), o empreendedor é caracterizado como um indivíduo capaz de criar algo, alguém que tem ideias inovadoras e que cria oportunidades. Dolabela (2003), grande disseminador da “cultura empreendedora”²³ no Brasil, corrobora com a ideia de Drucker ao definir o empreendedor como um indivíduo que gera valor através da identificação e do aproveitamento de oportunidades. Para ele, ser empreendedor é ser autônomo, e as características empreendedoras têm relação com o indivíduo e o seu sonho. Assim, o comportamento do empreendedor é permeado de características como a criatividade, a capacidade de lidar com a incerteza, a inovação, a persistência e a ousadia (Dolabela, 2003).

Chiavenato (2004), um dos autores brasileiros mais conhecidos e respeitados na área de Administração de Empresas e Recursos Humanos, define o empreendedor como sendo uma pessoa que inicia ou opera um negócio (uma empresa) para realizar uma ideia ou projeto pessoal, assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente.

Lopes (2010), ao tratar sobre o empreendedorismo na educação, ressalta que, além de competências técnicas e de habilidades gerenciais, aspectos e habilidades pessoais desenvolvidas ao longo da vida contribuem para o surgimento de empreendedores, e que tais habilidades podem ser aprendidas. Dentre os processos para a aprendizagem empreendedora, a autora destaca a criatividade, a inovação, a identificação e o aproveitamento de oportunidades. Também são citadas como

²³ De acordo com Dornelas (2008), a cultura empreendedora pode ser compreendida como um ambiente capaz de promover a inovação e a identificação de oportunidades. Para isso, ações devem ser realizadas para direcionar os indivíduos a agir de forma empreendedora.

características dos empreendedores a capacidade de operar em um alto nível de incerteza e de tomar decisões sob pressão e o poder de sintetizar a informação e de integrar diversos *inputs* ao mesmo tempo, ou seja, uma pessoa capaz de lidar com situações complexas.

Lopes e Teixeira (2010) trazem como habilidades empreendedoras que devem ser aprendidas: criatividade; inovação; iniciativa; independência; habilidade de reconhecer oportunidades; criar ideias; pensar de forma crítica; solucionar problemas; autoconfiança; resiliência e flexibilidade. Para essa identificação, especialistas da UE, dados do consórcio para a educação empreendedora e programas e iniciativas da educação empreendedora foram considerados pelos autores.

Para Guerra e Grazziotin (2010, p. 85), a mentalidade empreendedora exige criatividade. Nas palavras dos autores, “criatividade e empreendedorismo mantêm uma interface íntima. A criatividade é condição necessária para a formação de uma mentalidade empreendedora. Não há atitude empreendedora que não tenha nascido do ato criativo” (Guerra & Grazziotin, 2010, p. 85). Já Fowler (2010), ao tratar sobre o projeto Escola de Empreendedores e o centro Gestão Empresarial, Formação Empreendedora e Intra-Empreendedora (GEFEI)²⁴, cita como características e atributos de um perfil empreendedor que devem ser desenvolvidos em alunos: visão, necessidade de realização, autodeterminação, risco calculado, autonomia, liderança e inovação. Ao citar as pesquisas realizadas por McClelland (1961) à luz dos fatores motivacionais, Bedê (2010, p. 172) resume as características empreendedoras citadas com maior frequência: iniciativa e busca por oportunidades; assunção de riscos; busca pela qualidade e eficiência; persistência; comprometimento; persuasão; autoconfiança; independência, etc.

Dornelas (2001, 2015), ao escrever sobre o empreendedor, afirma que muitas características empreendedoras citadas por outros autores apresentam semelhanças, não havendo, portanto, uma grande variação na visão dos autores sobre características encontradas ao longo dos anos. Por outro lado, Dornelas menciona que existem diversas definições do que é ser empreendedor, o que dificulta a criação de parâmetros para identificá-los. De acordo com o levantamento realizado por Dornelas (2015, p. 8), as características dos empreendedores de sucesso são as seguintes:

- a) São visionários: visão de futuro sobre o negócio e a vida, habilidade de implementar seus sonhos.

²⁴ Projeto desenvolvido em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Engenharias (PRODENGE)/Reengenharia do Ensino de Engenharia (REENGE), o Instituto Euvaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (IEL/FIEMG), o Sebrae e a EFEI Júnior (Empresa Júnior da Universidade Federal de Itajubá [UNIFEI]), implementado com o objetivo principal de desenvolver as micro, pequenas e médias empresas da região e desenvolver o perfil empreendedor dos alunos da UNIFEI. O Centro de Empreendedorismo GEFEI, que busca desenvolver habilidades técnicas, gerenciais e empreendedoras, foi criado como uma parte desse projeto (Fowler, 2010, p. 130).

- b) Sabem tomar decisões: capacidade de tomar decisões no momento certo e implementar ações rapidamente (principalmente em momentos adversos) sem ter insegurança.
- c) Fazem a diferença: conseguem transformar ideias abstratas em algo concreto, transformando a realidade em que estão inseridos e gerando valor aos produtos e serviços que colocam no mercado.
- d) Sabem explorar oportunidades: conseguem gerar ideias e colocar em prática, inovando ao identificar e aproveitar oportunidades que outras pessoas não conseguem enxergar de forma prática.
- e) São determinados e sistêmicos: vencem as adversidades com vontade de “fazer acontecer”, são inconformados diante da rotina, são sempre dinâmicos.
- f) São dedicados: se dedicam “24 horas por dia, sete dias por semana”, comprometendo o relacionamento com a família, os amigos e com a própria saúde. São “trabalhadores exemplares”, incansáveis.
- g) São otimistas e apaixonados pelo que fazem: o amor pelo trabalho é o combustível para a autodeterminação, possuem uma postura otimista para enxergar o sucesso.
- h) São independentes: querem ser donos do próprio destino criando algo e determinando os passos que vão seguir.
- i) Ficam ricos: o dinheiro é a consequência do sucesso alcançado nos negócios do empreendedor.
- j) São líderes: possuem senso de liderança, obtendo respeito e admiração de seus funcionários, sabem motivar e recompensar pessoas, buscando assessoramento quando não detêm o conhecimento suficiente para determinada ação.
- k) São bem relacionados: possuem redes de contatos que os auxiliam em suas decisões relativas ao ambiente externo, aos clientes e aos fornecedores.
- l) São organizados: sabem obter e alocar recursos de forma racional, visando o melhor desempenho para o negócio.
- m) Realizam o planejamento: planejam o negócio detalhadamente, passo a passo, tendo como base a visão do negócio.
- n) Possuem conhecimento: buscam o conhecimento de forma contínua por meio de experiência prática, informações obtidas, fontes especializadas e outros meios confiáveis.

o) Assumem riscos: assumem riscos e sabem gerenciá-los. Os riscos a serem aceitos estão diretamente ligados à aceitação de desafios da parte do empreendedor.

p) Criam valor para a sociedade: geram emprego, movimentam a economia, promovem a inovação e usam a criatividade para trazer soluções para melhorar a vida das pessoas.

Tais características do perfil do empreendedor são adotadas pelo Sebrae e são divididas em três grupos: características relacionadas com a realização, com o planejamento e com o poder (Dornelas, 2015). Ao aplicar o Empretec²⁵, metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento do comportamento empreendedor, o Sebrae busca desenvolver as CCEs, citadas nas pesquisas realizadas por David McClelland e descritas no *site* da instituição (Sebrae, 2017a):

1) Características relacionadas com a **realização**:

- Busca de Oportunidades e Iniciativa - Capacidade de se antecipar aos fatos e criar oportunidades de negócios. Um empreendedor com essa característica age com proatividade e busca a possibilidade de expandir seus negócios, aproveitando oportunidades incomuns.
- Correr riscos calculados - Assumir e responder a desafios, avaliando alternativas para a tomada de decisão e reduzindo as chances de erros.
- Exigência de Qualidade e Eficiência - Fazer sempre mais e melhor de forma contínua, excedendo a expectativa dos clientes, cumprindo prazos e padrões de qualidade.
- Persistência - Enfrentar obstáculos para alcançar o sucesso sem desistir, reavaliando, insistindo ou mudando seus planos para alcançar seus objetivos, realizando um esforço além da média.
- Comprometimento - Realizar sacrifícios pessoais, trazendo para si a responsabilidade sobre o sucesso e o fracasso. Conta com a colaboração dos funcionários e coloca o relacionamento com os clientes acima das necessidades de curto prazo.

2) Características relacionadas com o **planejamento**:

- Busca de Informações - Se atualizar constantemente através de dados e informações sobre clientes, fornecedores, concorrentes e do próprio negócio para oferecer novos produtos e serviços, buscando a orientação de especialistas para a tomada de decisão.

²⁵ Metodologia da ONU atualmente promovida em cerca de 40 países e com 26 anos de história no Brasil pelo Sebrae (1993 – 2019) que busca, entre outros objetivos, desenvolver as CCEs. Ver mais em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/empretec-fortaleca-suas-habilidades-como-empreendedor,db3c36627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD> (recuperado em 2020).

- Estabelecimento de Metas - Estabelecer objetivos claros, mensuráveis, desafiadores e importantes em curto e longo prazo, tendo uma clara visão do que se pretende alcançar no futuro.
- Planejamento e Monitoramento Sistemáticos - Desenvolver a organização de tarefas de maneira objetiva, enfrentando grandes desafios, agindo por etapas e se adequando rapidamente às mudanças que ocorrem no mercado, sempre acompanhando indicadores financeiros para o momento de tomada de decisão.

3) Características relacionadas com o **poder**:

- Persuasão e Rede de Contatos - Ser capaz de influenciar e persuadir pessoas, bem como de se relacionar com pessoas que possam ajudar a atingir os objetivos do negócio. Assim, o empreendedor deve ter como característica a boa construção de relacionamentos comerciais.
- Independência e Autoconfiança - Agir de forma autônoma e manter sempre a confiança no sucesso, confiando mais em si mesmo do que nos outros, mantendo uma postura otimista e transmitindo confiança na sua própria capacidade.

Paralelamente às caracterizações dos perfis ou comportamentos empreendedores, também houve a concepção de outros neologismos em torno do empreendedor, como é o caso do “intraempreendedor”. Esse termo, cunhado por Gifford Pinchot III em sua obra *Intrapreneuring* (1989), foi concebido para designar o indivíduo capaz de empreender dentro da organização em que atua, suprimindo as necessidades de inovação e trazendo competitividade. Ao descrever o perfil do intraempreendedor, Pinchot III (1989) o caracteriza como um indivíduo dotado de visão, polivalência, com capacidade de ação, que possui dedicação, define metas e busca superar erros e administrar riscos.

É importante observar que algumas características que compõem o perfil empreendedor ou intraempreendedor também podem ser encontradas dentro do conceito de competências transversais²⁶, que são características pessoais, interpessoais e técnicas valorizadas pelo mercado de trabalho (Vieira & Marques, 2014, p. 60), porém, apesar das semelhanças, são abordagens distintas.

Observando-se as características que compõem o perfil empreendedor apresentadas na literatura, nota-se que há um grande volume de habilidades e competências a serem desenvolvidas,

²⁶ Algumas competências transversais citadas pela literatura são: análise e resolução de problemas, gestão de tempo, habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, gestão de conflitos, liderança, trabalho em equipe, motivação para a excelência, criatividade e inovação. Mais informações sobre competências transversais podem ser encontradas em Allen e Van Der Velden (2009), Cardoso, Estêvão, e Silva (2006) e Vieira e Marques (2014).

tanto no campo pessoal como no gerencial, sendo que várias dessas características apresentam complexidade e, como é colocado por Lopes (2010, p. 22), “resultam de um longo processo de aprendizagem durante toda a vida do indivíduo”. Levando-se em conta que o ato de empreender, muitas vezes, envolve um sonho, um desejo e um meio de alcançar o sucesso, a busca de tal perfil pode ser considerada um fator que desestimula indivíduos e os leva ao fracasso, tendo em vista que tamanho volume de habilidades pode não ser alcançado por boa parte dos aspirantes a empreendedores (Coan, 2011).

Guerra e Teodósio (2014) observam outro aspecto, a disseminação da ideia do empreendedorismo como uma solução para problemas complexos, tais como o desemprego. Nessa perspectiva, o poder de transformação social é centralizado no indivíduo, em detrimento de outros fatores, como, por exemplo, os meios e a estrutura interna, que influenciam atos individuais e coletivos.

Coan (2011, p. 132) e Luz e Cêa (2006), ao criticarem a pedagogia empreendedora²⁷ proposta por Dolabela (2003), reforçam o caráter individualista desse tipo de abordagem, na qual toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso alcançado na busca pela realização do sonho é do próprio indivíduo empreendedor. Nesse caso, um eventual fracasso em uma investida empreendedora pode ser acentuado por pressões exercidas junto a pretensos empreendedores, pois já é alertado que empreender envolve aceitar riscos, conforme observado nas CCEs do empreendedor de sucesso mencionadas pelo Sebrae.

As características do comportamento empreendedor e intraempreendedor citadas na literatura também revelam desafios para alcançar o sucesso em meio a condições sociais instáveis, conforme descrito por Sennet (2006): gerir relações a curto prazo e se autogerir; adquirir sempre novas competências para explorar capacidades potenciais conforme mudanças das exigências; e se desprender do passado, não se acomodando e se estando pronto para novas situações. Para Sennet (2006), um indivíduo orientado para responder a esses desafios é pouco frequente e, por isso, tal ideal cultural é prejudicial para muitos indivíduos que vivem nas novas instituições.

Ainda é importante observar que a difusão de tais características para a prática empreendedora pode ser vista, também, sob um ponto de vista ideológico, uma vez que a disseminação da necessidade de empreender e desenvolver comportamentos empreendedores

²⁷ Segundo Dolabela (2003, p. 55), “A Pedagogia Empreendedora é uma estratégia didática para o desenvolvimento da capacidade empreendedora de alunos da educação infantil até o nível médio, que utiliza a Teoria Empreendedora dos Sonhos, não se propondo a ser uma metodologia educacional de uso amplo. Restrita ao campo do empreendedorismo, conviverá com as diretrizes fundamentais de ensino básico adotadas no ambiente de sua aplicação: a escola”.

naturaliza os problemas sociais existentes no contexto em que o indivíduo está inserido e oferece uma “solução” para atender aos interesses econômicos e do mercado (Mészáros, 2007; Souza, 2006).

Por tudo isso, observa-se que o perfil do empreendedor é um tema que possui questões relevantes para discussão, inclusive, de aspecto crítico, tendo em vista a complexidade do assunto. Porém, o empreendedorismo vai além das características dos empreendedores, pois engloba, também, outro aspecto muito importante, que é o ambiente onde o empreendedor atua, o qual é influenciado por características culturais, sociais e recursos (Borges, Paiva, Machado, & Nassif, 2010), conforme será abordado a seguir.

1.4.2 Empreendedorismo regional

O empreendedorismo é visto como um fator importante para a economia, a geração de renda e a sociedade, sendo apontado como uma resposta ao processo de desenvolvimento diante do contexto da globalização e do crescimento econômico, uma vez que está diretamente relacionado à criação de novos negócios e possui forte relação com o desenvolvimento regional (Lopes, 2010; Schmidt & Bohnenberger, 2009).

Um estudo que relaciona o empreendedorismo à geração de empregos, que é uma variável do desenvolvimento econômico de determinada região, é o trabalho de Pinto e Ruppenthal (2014), o qual identificou uma correlação positiva e significativa entre as variáveis. Tal resultado indica que a taxa de formação de empresas está correlacionada à variação do emprego no período estudado, o que corrobora com a ideia de que o empreendedorismo contribui para o desenvolvimento regional. Os autores também identificaram que, devido às dimensões territoriais do Brasil, os resultados encontrados para o país no que diz respeito à taxa de formação de empresas e à variação no emprego, como um todo, são diferentes dos encontrados em nível regional, o que mostra que o meio no qual as empresas estão inseridas, que está em constante mudança por sofrer impactos das transformações econômicas, sociais, tecnológicas, científicas e culturais, influencia o desempenho da iniciativa empreendedora.

Sánchez (2013) destaca a visão defendida pelos economistas de que quanto maior o nível de empreendedorismo de um país, maior será o nível de crescimento econômico e de inovação, reforçando sua importância. Nesse contexto, o papel do empreendedor ganha relevância, uma vez que ele é o personagem principal na criação e no desenvolvimento de uma empresa. Entretanto, tratando-se de desenvolvimento regional, a discussão alcança aspectos mais amplos. Ao se observar a literatura

sobre o tema, nota-se que existe uma ênfase na importância do perfil do empreendedor e no seu impacto no desenvolvimento econômico, porém, a análise do contexto de atuação do empreendedor, ou seja, o local de origem do negócio, é um aspecto relevante que também merece atenção.

Segundo Julien (2010), o empreendedorismo não se limita à dinâmica dos empreendedores e das suas empresas, mas, além disso, envolve relações com o ambiente, de maneira que a cultura empreendedora é fundamental para o processo. Assim, de acordo com o autor, apenas o empreendedor não é suficiente para criar empregos e gerar riqueza, mas também é importante um ambiente favorável no tocante à cultura empreendedora, às estruturas, às instituições e à capacidade de inovação e financiamento.

Portanto, é preciso observar o dinamismo e o papel que exercem os atores individuais e coletivos: “. . . o que temos é uma relação circular tecida por relações humanas múltiplas e complexas, apoiadas pela tecnologia, que acabam por moldar o dinamismo da economia territorial” (Julien, 2010, p. 105). Para o autor, três atores são complementares: o empreendedor, a organização e o meio, sendo o meio o mais crucial entre eles, pois é ele que tem o potencial de gerar empreendedores proativos ou de forte crescimento, logo, o empreendedor não deve ser visto como um ser isolado.

Porter (1990), ao tratar sobre a vantagem competitiva das nações, também traz a importância das características do ambiente competitivo, considerando esse um fator que tem influência direta na atividade industrial, junto com as competências de cada empresa. De acordo com o autor, as características políticas, sociais, culturais e econômicas do ambiente de negócios das nações proporcionam não apenas condições para uma maior riqueza e qualidade de vida de suas populações, mas, também, para um melhor desempenho de suas empresas.

Assim, a abordagem da economia regional trata de diferenciar as regiões conforme seu grau de dinamismo, mostrando as variações do empreendedorismo em diferentes territórios a partir da inserção da organização e seus laços com o meio:

O meio é o lugar e ao mesmo tempo o mecanismo coletivo que pode explicar e facilitar os diferentes laços sociais, permitindo assim o desabrochar de um espírito empreendedor coletivo, fornecendo recursos de base, tais como a informação e os meios e transformá-la em conhecimento a fim de enfrentar os desafios da nova economia. . . . Ele [o meio] é, portanto, a fonte de uma cultura empreendedora que pode, se fraca, desacelerar a multiplicação e o desenvolvimento das empresas locais ou, ao contrário, se forte, favorecê-los. (Julien, 2010, p. 159)

Dessa forma, cada território possui potencial para se consolidar como um meio favorável à inovação e, conseqüentemente, determinar o seu posicionamento quanto ao desenvolvimento da região

em relação às demais. A inovação, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico (OCDE, 2018, p. 48) “é a base para novos negócios, novos empregos e para o crescimento da produtividade e, portanto, é um importante motor do crescimento econômico e do desenvolvimento”. Tal desenvolvimento, por sua vez, está relacionado com os recursos estratégicos, advindos tanto do setor público quanto do privado, bem como depende do papel do empreendedorismo (Oliveira & Natário, 2009). Diniz (2001, p. 14) também destaca a importância da interação desses atores:

Ao lado das forças de mercado, o sucesso econômico de cada metrópole passa a depender cada vez mais das iniciativas locais (públicas e privadas), não se podendo esperar que todas as soluções venham de fora. Aumenta-se a importância dos agentes locais, através dos seus ambientes sociais de inovação, representado pelos valores culturais da sociedade, pela ação pública, pela base empresarial e sua força empreendedora, pelo sistema educacional, pela base acadêmico-universitária e de pesquisa, entre outros, aumentando a importância da economia e da sociedade do conhecimento.

A interação entre universidades, indústria e governo forma o que é conhecido como modelo da hélice triplíce²⁸, o qual é visto como uma chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados em conhecimento (Etzkowitz & Zhou, 2017). Assim, a compreensão da relevância desse modelo e as transformações que resultam da economia do conhecimento, que impacta principalmente pequenas e médias empresas com potencial de inovação (Guimarães, 2011), assumem um papel importante para a construção do meio empreendedor.

1.4.3 Empreendedorismo e a economia do conhecimento²⁹

Ao longo das últimas décadas, transformações nos campos econômico, social, tecnológico e científico têm sido analisadas pelo seu caráter revolucionário e pelo seu impacto no crescimento econômico, pois “tais transformações impactam valores e orientações até então hegemônicos, como a concepção sobre crescimento econômico, relação entre produção do conhecimento e inovação, o fenômeno do cientista-empendedor ou da pequena empresa intensiva em conhecimento” (Guimarães, 2011, p. 575). Nesse contexto, a inovação e o conhecimento ganham destaque, sendo considerados condições fundamentais para o empreendedorismo dinâmico e competitivo (Hitt, Ireland, Camp, & Sexton, 2001; Julien, 2010), reforçando o argumento que defende a interdependência entre

²⁸ Abordagem desenvolvida por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, tem como ideia a visão da Universidade como indutora das relações com as Empresas (setor produtivo de bens e serviços) e o Governo (setor regulador e fomentador da atividade econômica) para a produção de novos conhecimentos, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. Ver mais em: <http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html> (recuperado em 2016).

²⁹ Considera-se economia do conhecimento a definição colocada por Drucker (1969): a utilização e aplicação do conhecimento, advindo de diversas fontes, como um meio de estimular e promover o desenvolvimento econômico.

ciência e tecnologia e universidade e empresa, o qual se materializou por meio do conceito de incubadoras de empresas³⁰ e de parques tecnológicos³¹, normalmente localizados em universidades e em centros de pesquisa (Guimarães, 2011).

Segundo Etzkowitz e Zhou (2017), o modelo da tríplice hélice traz a interação entre universidade, indústria e governo como um meio para a promoção da inovação e do empreendedorismo, assim, a universidade ganha destaque como uma fonte para obtenção de tecnologia e de ideias inovadoras para a promoção do desenvolvimento econômico e social, contrastando com teorias anteriores que centralizavam as ações na atuação do governo. Segundo os autores, esse modelo proporcionou a criação de novos formatos organizacionais para promover a inovação, tais como as incubadoras, os parques tecnológicos e as firmas de capital de risco. Dentre essas formas de organização, ganham destaque as incubadoras de empresas, devido a sua proximidade com as universidades e pelo papel que desempenham na promoção do empreendedorismo.

No Brasil, as incubadoras de empresas começaram a ser criadas na década de 1980, a partir de uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a qual semeou a noção de empreendedorismo inovador no Brasil (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores [ANPROTEC], 2012). A princípio, as incubadoras tinham como foco setores de atuação relacionados a áreas como Informática, Biotecnologia e Automação Industrial, porém, com o tempo, empresas de segmentos diferentes também foram aceitas. Desse modo, além da criação de empresas de perfil tecnológico, as incubadoras passaram a perseguir, ainda, o propósito de contribuir para o desenvolvimento local e setorial, dividindo-se em dois principais agrupamentos (ANPROTEC, 2012):

- Incubação de empresas orientadas para o desenvolvimento local ou setorial: empresas voltadas para resolução de problemas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) e cadeias produtivas, promovendo a economia solidária.

³⁰ Segundo a Lei n. 10.973 (2004), Art. 2º: “III-A - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação”.

³¹ Segundo a Lei n. 10.973 (2004), Art. 2º: “X - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), com ou sem vínculo entre si”.

- Incubação de empresas orientadas para a geração e uso intensivo de tecnologia: núcleos de geração de conhecimento em universidades e centros de pesquisa, promovendo a incubação de empresas de alto potencial de crescimento.

Em ambos os tipos, segundo a ANPROTEC (2016), a oferta de ambientes propícios à criação e ao crescimento de negócios e soluções inovadoras (como é o caso das incubadoras de empresas) tem se mostrado, ao longo dos anos, uma ferramenta importante de impulso ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Segundo a ANPROTEC (2016, p. 6):

Historicamente, os programas de incubação têm como propósito auxiliar os empreendedores na maturação de seus negócios, por meio de ações que permitam adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades de gestão empresarial, bem como conferir ao empreendimento características fundamentais à competitividade. Produz-se, ao final do programa de incubação, empresas financeiramente viáveis, com gestão adequada e bem posicionadas em seus mercados de atuação.

O programa de pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2019), ouvindo recomendações de especialistas sobre tópicos que se relacionam com o fator “pesquisa e desenvolvimento”, destaca a necessidade de criação de novos ecossistemas empreendedores descentralizados geograficamente, com a atuação do poder público, entidades de apoio e fomento, empreendedores, incubadoras, investidores, escolas e universidades, bem como a necessidade de integração entre esses ecossistemas e de interação das universidades com as empresas nascentes e em crescimento.

Tal interação é importante, pois, segundo a ANPROTEC (2016), os resultados de uma incubadora dependem da sua sintonia com as estratégias de inovação do local onde ela está inserida, assim como com os demais ambientes. Nariai e Amarante (2017) corroboram com essa ideia e expõem que, apesar das dificuldades e desafios enfrentados pelas empresas incubadas, o fato de estarem inseridas em um ambiente empresarial como o de uma incubadora já é significativo para proporcionar maior segurança para as empresas em estágios iniciais. Algumas dificuldades e desafios encontrados pelos autores são os riscos inerentes ao negócio e a falta de ativos como garantia de financiamento.

Outra vantagem que as incubadoras oferecem para superar esses desafios é o auxílio no desenvolvimento do capital social de empreendedores nascentes, uma vez que as incubadoras possuem credibilidade, uma extensa rede de relações e estrutura de apoio que facilitam o acesso a recursos que, de outra forma, seriam mais onerosos em termos de tempo, custo e esforço para o

empreendedor (Borges & Filion, 2011). Dessa forma, o empreendedor possui meios para obter capacitação e criar uma rede de relacionamento que favoreça a sua atuação e a alavancagem do seu negócio, potencializando sua capacidade criativa e demais habilidades empreendedoras.

Por outro lado, no que se refere ao papel do empreendedor, nota-se uma situação semelhante à que foi apresentada no tópico 1.4.1, “Perfis empreendedores e as CCEs”, com relação à responsabilização do indivíduo. Segundo a pesquisa realizada pela ANPROTEC (2016), quando os gestores foram questionados sobre os fatores que levam ao sucesso ou fracasso do empreendimento, 70,8% dos entrevistados indicaram os empreendedores como principais responsáveis. Aqui, a responsabilização parece ser acentuada pelo investimento realizado para a capacitação e a atuação do novo empreendimento.

A pesquisa da ANPROTEC (2016) também revela que fatores como a maturidade individual, a capacidade de trabalhar em equipe, a maturidade para constituir sociedade, o conhecimento técnico sobre o produto que está sendo desenvolvido e as habilidades gerenciais determinam o sucesso do negócio. No entanto, Borges e Filion (2011) revelam que, no Brasil, os empreendedores que passam por incubadoras são, em sua grande maioria, jovens estudantes próximos ao encerramento do curso, e que 80% deles possuem menos de 30 anos. De acordo com os autores, tais características refletem empreendedores com pouca experiência profissional e em gestão, indo de encontro ao que é definido nos critérios para sucesso.

Assim, nota-se que há uma grande importância atribuída ao papel das incubadoras e dos empreendedores vinculados, bem como uma série de recursos para o desenvolvimento de negócios dentro desse ambiente. A atuação das incubadoras e dos empreendedores pode ser vista, nesse cenário, não apenas pela ótica da criação de negócios inovadores, mas também pela preocupação com o desenvolvimento social, trazendo à tona a premissa do empreendedorismo social, temática que vem ganhando uma importância crescente no Brasil (Barbalho & Uchoa, 2019) e que será discutida a seguir.

1.4.4 Empreendedorismo social

Na literatura, a expressão “empreendedorismo social” vem ganhando destaque desde a década de 1990, em um contexto de problematização social, redução dos investimentos públicos no campo social, crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais (Oliveira, 2004). É, nesse contexto, a expressão utilizada para se

referir a indivíduos ligados a organizações com potencial de inovação, que atuam na criação e no desenvolvimento de produtos ou serviços focados em reduzir ou solucionar um problema social por meio de uma proposta inovadora.

Barbalho e Uchoa (2019) também destacam que o empreendedorismo social pode ser visto de formas diferentes. Por vezes, é considerado um meio para se desenvolver soluções inovadoras para problemas sociais pertinentes, com geração de receita com o intuito de se obter sustentabilidade financeira. Mas é, também, considerado uma solução para se reduzir impactos de crises, através da criação de novas carreiras, novos mercados e da promoção do “autoemprego”³².

Sendo um termo que está a ganhar popularidade, Dees (1998) ressalta que o empreendedorismo social pode assumir diversos significados. Muitas pessoas o remetem unicamente às organizações sem fins lucrativos que dão início a atividades lucrativas; para outros, a expressão é descrita como a iniciativa de um indivíduo em ter uma organização sem fins lucrativos; e há, ainda, aqueles que interpretam o empreendedorismo social como um termo para se referir a proprietários de empresas que realizam operações as quais integram a responsabilidade social em suas atividades.

Na visão de Dees (1998), os empreendedores sociais podem ser considerados como uma espécie do gênero empreendedor, diferenciando-se do conceito mais tradicional por possuírem uma missão social, a qual é explícita e central, que orienta a forma como as oportunidades são percebidas e analisadas, uma vez que os ganhos financeiros não são o objetivo principal, mas uma consequência para esse tipo de empreendedor. Assim, o empreendedorismo social combina a paixão por uma missão social com a imagem da disciplina, da inovação e da determinação para negócios.

Casaqui (2015, p. 48) também traz uma visão sobre as semelhanças e diferenças entre o empreendedor comum e o empreendedor social:

A similaridade entre empreendedor e empreendedor social, obviamente, é estabelecida pelo *modus operandi* comum a esses dois agentes, habilitados e engajados no uso das técnicas e tecnologias advindas do mercado para atingirem seus objetivos. A distinção entre ambos seria baseada no objetivo de suas ações: enquanto o empreendedor, em tese, prioriza o lucro, o ganho individual e os interesses de sua organização, o empreendedor social tem como meta a resolução de problemas sociais.

Ao buscar identificar os valores dos empreendedores sociais, Engelman, Menezes, Zingano e Pojo (2015) descobriram como principais atributos os que se referem ao engajamento social, o fato de se ser dono do próprio negócio e de se ter o poder de decisão nas escolhas de sua própria vida,

³² Segundo Colbari (2015), o autoemprego é um termo associado ao trabalhador por conta própria ou trabalhador autônomo e, juridicamente, Microempreendedor Individual (MEI).

gerando como consequência a autonomia, o reconhecimento e a transformação da sociedade, traduzindo valores de satisfação pessoal, bem-estar social e felicidade. Ou seja, os achados dos autores refletem que os valores dos empreendedores sociais buscam combinar benefícios próprios com questões sociais.

Bose (2012), ao tratar das características dos empreendedores sociais em sua pesquisa, identificou que a figura do fundador (idealizador do empreendimento e dos projetos desenvolvidos) é de fundamental importância para a execução da ideia e dos projetos elaborados. Quanto às características do perfil empreendedor, os achados da autora corroboram com outros estudos ao identificar as seguintes características: criatividade, determinação, foco na inovação social, criação de parcerias e alianças, habilidades profissionais e motivação para a melhoria de questões sociais e da vida dos indivíduos presentes no seu contexto de atuação.

Assim, verifica-se, na literatura, que a visão sobre o empreendedor social é bastante positiva, pois está relacionada à preocupação com a sociedade, com a resolução ou diminuição de problemas, com a inovação de produtos e serviços e com uma missão social que extrapola a busca por lucro. Porém, ao se observar o empreendedorismo social do ponto de vista crítico, pode-se extrair algumas reflexões sobre a sua atuação e motivações.

Na visão de Barbalho e Uchoa (2019), as organizações de apoio ao empreendedorismo social ajudaram a criar e a definir a identidade dos agentes inseridos no contexto com o objetivo de mostrar aos atores externos os requisitos necessários para se alcançar posições de destaque. Nessa perspectiva, vende-se a ideia de que tudo é possível para os empreendedores, considerados como líderes visionários capazes de romper com o passado e iniciar uma nova era:

Mais do que uma força econômica que substitui serviços públicos por ofertas de mercado, o empreendedorismo social é, então, retratado como o espaço da vontade, da virtude e da moralidade, protagonizado por agentes movidos por propósitos como “fazer a diferença”, “desejo de mudar o mundo”, “abertura ao novo”, capacidade de “acreditar em suas ideias e seus sonhos”, “sem medo de arriscar”. (Barbalho & Uchoa, 2019, p. 489)

Ao se observar e se analisar o discurso de empreendedores sociais, nota-se a valorização de diversos atributos, tais como atitude, coragem, criatividade e ousadia. Na concepção dos autores, tais atitudes e intenções podem ser visualizadas dentro da capacidade de transformação do capitalismo, a qual permite que ele assuma diferentes formas, preservando seus traços principais e ratificando o “espírito do capitalismo”³³, que pode ser compreendido como “o conjunto de crenças associadas à

³³ Termo utilizado e explicitado na obra *O novo espírito do Capitalismo* (2009), de Luc Boltanski e Ève Chiapello.

ordem capitalista, que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” Boltanski e Chiapello (2009, p. 42). Assim, na visão desses autores, tais justificativas respaldam tanto o cumprimento de tarefas mais ou menos penosas, como, também, de modo mais geral, a adesão de um estilo de vida compatível com o pregado no sistema capitalista.

A visão de Castells (2010) também traz uma perspectiva crítica, pois, para o autor, a visualização do sucesso do empreendedorismo social pode levar à construção de uma ideia de que ele seria a solução para o enfrentamento de problemas complexos no aspecto econômico, moral e de gestão, o que incorre em um risco de se deixar de lado outras alternativas e soluções para esses problemas.

Casaqui (2015), em sua percepção, ao buscar compreender como o empreendedorismo social corresponde ao novo espírito do capitalismo, analisou discursos e narrativas que revelam o papel do empreendedor como um herói, alguém capaz de mudar o mundo para melhor, o que corrobora com a ideia do empreendedor social e sua subversão do capitalismo. Para o autor, tais discursos elaboram mundos possíveis e direções que seguem, no fundo, a lógica capitalista, como pode ser observado no seguinte trecho:

Forjado nos quadros do capitalismo neoliberal, ou formado tecnicamente para atuar em seus processos, o empreendedor social seria um subversor do capitalismo, um revolucionário que, no entanto, não abala os princípios do sistema que o concebe. Por vezes, é utilizado como suporte ao discurso legitimador do capital – quando, por exemplo, grandes corporações fazem aportes financeiros a empreendimentos sociais e investem significativamente em ações publicitárias para reverter esse apoio em imagem de marca, visando ao lucro. (Casaqui, 2015, pp. 48-49)

Afinal, para Dardot e Laval (2016), o empreendedor é um ser dotado de espírito comercial que está sempre à procura de uma oportunidade de lucro em uma relação de si para si mesmo. Tal relação talvez aluda ao que Giddens (2002) nomeia de “reflexividade do eu”, característica da modernidade tardia³⁴. Para o autor, o grande volume de publicações da literatura de gestão, as quais chama de “guias práticos de vida”, inclui manuais, livros, guias, obras terapêuticas e de autoajuda. Estão em algumas dessas categorias um tanto de textos e *sites* institucionais de apoio ao empreendedorismo social que analisamos nesta pesquisa. Eles oferecem conselhos e preceitos para se adentrar e se ter

³⁴ Diferentemente de alguns autores que nomeiam a sociedade contemporânea como pós-moderna ou pós-industrial, Giddens (2002) prefere a terminologia modernidade alta ou tardia, para indicar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda se encontram presentes na realidade atual. Para o autor, alta modernidade, modernidade tardia ou modernização reflexiva é como uma ordem pós-tradicional, que, longe de romper com os parâmetros da modernidade propriamente dita, radicaliza ou acentua as suas características fundamentais. Nesse sentido, o “eu”, segundo o autor, torna-se cada vez mais um projeto reflexivo, pois aonde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância.

sucesso nesse setor, bem como se identificar “problemas sociais” que podem virar “oportunidades” para o início de novos empreendimentos. Na visão de Uchoa (2017), o empreendedorismo social busca uma justificativa moral para o capitalismo, pois coloca o setor privado como a “força salvadora”, a fonte de soluções inovadoras para os problemas sociais.

A pesquisa realizada por Dey e Steyaert (2010) apresenta a metáfora do “messianismo sem messias” para sugerir a imagem do empreendedor social, o qual é visto como um herói. A pesquisa dos autores também contribui e reforça a importância de mais pesquisas reflexivas sobre o tema, uma vez que as iniciativas de mudança social podem ser “perigosas” ao utilizarem certas afirmações para mobilizar sujeitos e instituições.

Dessa forma, esta seção buscou trazer a perspectiva do empreendedorismo social e algumas discussões da literatura sobre o tema, incluindo uma reflexão crítica desse tipo de abordagem. Para isso, foram descritos aqui o contexto em que a expressão ganhou destaque, as suas principais características, e o perfil do empreendedor social. Foi traçada, assim, uma perspectiva que permite a compreensão geral sobre o tema empreendedorismo social, mas também a sua análise de um ponto de vista reflexivo quanto às possíveis intenções implícitas nele.

Capítulo II – Políticas públicas educacionais para o empreendedorismo

Neste capítulo, analisaremos como o empreendedorismo passou a compor a agenda institucional da educação e como está sendo operacionalizado em projetos educacionais na Europa e no Brasil, abordando-se os principais acontecimentos em cada um dos contextos desses lugares. Iniciaremos com alguns aspectos históricos relacionados à educação para o empreendedorismo. Depois, convocam-se os contextos da UE e o brasileiro³⁵, quando adentraremos especificamente na relação do empreendedorismo com os ensinos médio, técnico e superior, com maior ênfase nos Institutos Federais brasileiros, particularmente no norte-rio-grandense, o IFRN, onde foi realizado o estudo de caso desta pesquisa. Por fim, discorreremos sobre outras abordagens críticas da educação para o empreendedorismo.

2.1 Educação para o empreendedorismo: breve enquadramento

Conforme descrito no Capítulo 1, o empreendedorismo é tema de estudos desde o século XVIII. Ele passou por diversas abordagens ao longo do tempo, como a dos economistas, com sentido mais articulado às ideias de empresas e negócios, e a dos estudos mais contemporâneos, com enfoques comportamentais e atitudinais. Há, ainda, abordagens mais recentes que visam estudar e estabelecer perfis e padrões comportamentais dos empreendedores, bem como outros neologismos relacionados ao tema, tais como intraempreendedorismo, empreendedorismo e economia do conhecimento, empreendedorismo regional, empreendedorismo social, entre outros. Foi nessa perspectiva que o tema adentrou o meio educacional, ganhando destaque na década de 80 do século XX através do aumento de pesquisas relacionadas a ele, principalmente na área das ciências humanas e gerenciais, realizadas em diversos países, com destaque para Estados Unidos, Canadá e França (Degen, 1989; Drucker, 1986; Filion, 1999). O foco desses estudos foi a busca por estratégias que dessem sustentação e êxito a empreendimentos recém-criados, por meio da interação entre os atores escola, universidade e empresa.

Vale salientar que, até então, o empreendedorismo era abordado de forma transversal entre os campos do conhecimento, sem constituir uma disciplina *per se*, o que só acontece no ano de 1947, quando a *Harvard Business School*, nos Estados Unidos, implementa o ensino de noções de empreendedorismo em seu curso de Gerenciamento de Pequenas Empresas. Até então, a discussão se

³⁵ Salientamos que apenas os eventos tidos como de maior expressividade ocorridos no contexto da Europa e que influenciaram o cenário brasileiro foram aqui apresentados, em função das limitações da pesquisa.

dava em torno de temas como empreendedorismo e sociedade; educação, pesquisa, cultura e pedagogia empreendedora; *intrapreneur* ou intraempreendedorismo; autoemprego, entre outros.

A literatura educacional, a partir daí, vê a propagação de publicações voltadas para a divulgação do empreendedorismo, que o abordam como opção para a retirada da educação de uma suposta crise, baseando-se no fato de que, até então, essa literatura não apresentava respostas ou soluções para o aumento do desemprego, ainda que não fosse de responsabilidade da educação contê-lo (Coan, 2011). Nesse contexto, a educação com sentido direcionado ao empreendedorismo, ou educar para o empreendedorismo, propõe-se a associar e a dar fomento para condutas educacionais e pedagógicas mais críticas e com capacidade de emancipar. Para tal, se orienta, principalmente, à luz do relatório para a UNESCO, elaborado pela Comissão Internacional a respeito da Educação para o Século XXI (UE, 1999), conhecido mais tarde como relatório Delors³⁶, bem como a partir da Estratégia de Lisboa³⁷.

A Estratégia de Lisboa nasceu do desejo de dar propulsão às políticas comunitárias em um momento em que a conjuntura econômica se mostrava promissora para os Estados-membros da UE. Dado o contexto, seriam então necessárias ações de longo prazo baseadas nessa realidade em que duas principais mudanças estariam afetando a economia e a sociedade: a concorrência fortemente intensificada pela globalização e a chegada e importância crescente das tecnologias de informação e comunicação no âmbito profissional e privado. Requeria-se, portanto, uma reformulação do sistema educacional, o que implicava, ainda, em uma formação ao longo da vida. Nesse sentido, propôs-se traçar vias e orientações para que as oportunidades emergentes do novo modelo econômico pudessem ser aproveitadas ao máximo, visando-se mitigar, principalmente, o desemprego. A estratégia previa meios de adaptação e de esforço para que fosse atingido o potencial de crescimento econômico, de empregos e de coesão social (Parlamento Europeu, 2000).

Já o relatório Delors foi lançado no ano de 1999 e, logo em seu prefácio, discorre sobre o posicionamento da educação frente aos inúmeros desafios dessa nova economia, destacando sua vantagem indispensável para a humanidade na concepção dos ideais de liberdade, paz e justiça social. Ao findar do trabalho, reitera-se a crença no papel essencial da educação para o desenvolvimento incessante das pessoas e da sociedade em geral (Delors, 1999).

³⁶ Referindo-se ao sobrenome do presidente da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, Jacques Delors.

³⁷ Também conhecida como Cimeira Lisboa ou Agenda de Lisboa.

Com efeito, é de destacar o papel das políticas públicas neste domínio em particular, já que são consideradas diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público, de modo que possuem dois elementos que as fundamentam: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Secchi (2013) considera a existência de duas abordagens de estudos sobre políticas públicas. Uma delas é a estatista, ou *state-centered policy-making*³⁸, que considera a política, analiticamente, monopólio de atores estatais. Já a outra abordagem é a multicêntrica, coerente com a perspectiva que este capítulo se propõe a apresentar, que considera as organizações não governamentais, as privadas, as redes de políticas públicas, ou *policy networks*³⁹, e os organismos multilaterais, junto com os atores estatais, que seriam os protagonistas no estabelecimento de políticas públicas.

Dentre os passos que envolvem a elaboração de uma política, a chamada “agenda” trata de um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Pode assumir dois tipos: a agenda política, que forma um conjunto de problemas/temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública; e a agenda formal ou institucional, que elenca os problemas/temas que o poder público já decidiu enfrentar (Secchi, 2013).

Seguindo a abordagem multicêntrica, seria possível visualizar que a composição de uma agenda pode conter muito mais do que a visão do Estado, ou que pode não se limitar apenas a essa. Assim, outros coadjuvantes podem exercer certa influência sobre determinada temática de política pública. Desenvolveremos a seguir a perspectiva europeia que enquadra as recentes políticas de promoção da educação para o empreendedorismo.

2.2 Educação empreendedora no contexto da UE

No contexto europeu, o sinal de interesse em uma educação voltada ao empreendedorismo é percebido no início dos anos 1980. Tal sinal foi dado por alguns representantes de setores da economia, a exemplo do grupo *European Round Table of Industrialists* (ERT). A ERT foi lançada em 1983, por 17 líderes empresariais que comandam empresas na crista de vendas, e hoje é responsável por 5 milhões de empregos diretos (<https://ert.eu/about/>, recuperado em 2016), fatos que, certamente, deixam o grupo em situação influente.

A finalidade dessa mesa redonda é a publicação de relatórios e de documentos elaborados a partir das discussões feitas por cada Grupo de Trabalho (GT). Esses grupos, separados por áreas, são

³⁸ Formulação de políticas centradas no Estado.

³⁹ Redes de políticas: relações integradas entre atores governamentais e não-governamentais, as quais proveem um ambiente em que os interesses do estado são definidos e um paradigma de política prevalece (Menahem, 1998).

responsáveis pelo diálogo sobre diversas questões, entre elas as educacionais, que são compartilhadas com tomadores de decisão das instituições europeias e globais e dos governos nacionais (ERT, 1989). Desde o seu início, a ERT demonstra preocupação frente à competitividade dos mercados e à indispensabilidade de se investir em capital humano, visando qualificar os indivíduos para os desafios da economia globalizada.

Para os economistas, capital humano é o estoque de conhecimentos economicamente valorizáveis e incorporados nos indivíduos. Theodore Schultz⁴⁰, referência para o entendimento da teoria do capital humano, observou que a educação torna as pessoas mais produtivas e relacionou os investimentos em educação com a introdução do termo “capital educacional”. Em sua concepção, considerou o conhecimento como forma de capital, e que a decisão de se investir na capacitação do trabalhador passou a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. Além disso, citou a educação como elemento de investimento e de importância no processo de desenvolvimento de uma nação.

Ainda nessa perspectiva, o capital incorporado nos seres humanos, de modo especial, pela educação, é considerado o componente explicativo fundamental do desenvolvimento econômico desigual entre países. A ideia central é no sentido de transformar pessoas em “capital humano” para as empresas, tratando-se inicialmente das qualificações assimiladas dentro do sistema de ensino ou por intermédio da experiência profissional. De maneira mais ampla, esse pensamento detém diversas vantagens que o indivíduo pode fazer valer no mercado, como, por exemplo, a possibilidade de ele usar como mercadoria perante seus empregadores suas fontes de valor, tais como educação, modo de ser e pensar, etc. (Becker, 1964; Guellec & Ralle, 2001; Laval, 2019; Schultz, 1973).

Drucker (1986) corrobora com essa ideia ao aprofundar a questão do capital humano como principal fator para se obter competitividade, abordando, entre outros aspectos, a importância da comunicação, do compartilhamento do conhecimento e da flexibilidade a mudanças. De acordo com o autor, o capital humano é o eixo da competitividade, e dele dependem outros fatores que corroboram com a vantagem competitiva, tais como alianças ou parcerias, inovação, tecnologia, comunicação, conhecimento e estratégias.

⁴⁰ Theodore William Schultz (1902-1998) foi um economista americano, professor da Universidade de Chicago e ex-presidente da *American Economic Association* (Associação Americana de Economia, AEA). Entre inúmeros prêmios e obras escritas ao longo da vida, partilhou o prêmio Nobel de Economia, em 1979, com o economista britânico Arthur Lewis, pelos estudos sobre o papel do capital humano no desenvolvimento econômico.

Segundo a OCDE (2001a, p. 18), o capital humano reúne “os conhecimentos, habilidades, competências e características individuais que facilitam a criação de bem-estar pessoal, social e econômico”. Para Laval (2019), mesmo não sendo originária deles, a percepção sobre o capital humano é popular entre organismos internacionais e governos ocidentais, não apenas pela proposição de um meio para o crescimento, mas também por oferecer uma justificativa econômica às despesas com educação, a mais válida para os gestores de hoje. Nessa perspectiva, a teoria do capital humano articula a reformulação da ênfase na função da escola como meio de formar para o mercado de trabalho. Tal reformulação possibilitou a aceitação progressiva da ideia de que desemprego e educação, distribuição de renda social e educação e pobreza e educação podem conviver em uma conexão conflitante, porém útil, com o desenvolvimento e a modernização econômica (Gentili, 2002).

Tal visão faz sentido quando, ao se retomar os passos da ERT, verificar-se que o grupo saiu em defesa de que parte da missão de abordar e formar perspectivas empreendedoras caberia às escolas (ERT, 1989). Em seu relatório *Changing Scales*, de 1985 (ERT, 1985), a ERT persevera na necessidade de se melhorar e de se investir mais na educação, em especial no nível superior. Um dos GTs iniciais que compunham a ERT foi o Grupo de Trabalho da Educação, que tinha como missão reconhecer os problemas principais da educação e da formação, sob a perspectiva industrial, propondo melhorias para que o crescimento se mantivesse, mesmo frente aos desafios competitivos. Entre as suas publicações, o relatório de 1989, *Education and European Competence*, foi direcionado para gestores e acadêmicos e tinha como cerne a interação entre universidade e indústria para a promoção da aprendizagem contínua (ao longo da vida) (ERT, 1989).

Já em 1995, outro relatório do GT, o *Education for Europeans: Towards the Learning Society*, (ERT, 1995) objetivou alcançar toda a sociedade e fazê-la se atentar para a educação como um todo, desde a creche até a formação adulta. Reforçava a aprendizagem contínua, as pedagogias que ensinassem a “aprender a aprender” e, ainda, o uso de tecnologias para educação, como computadores. Além disso, tratava da necessidade de se avaliar e de se implementar técnicas como gestão financeira e de qualidade, como forma de melhorar o desempenho do sistema educacional na Europa. De acordo com o documento, alguns Estados-membros já vivenciavam maneiras novas de financiamento de formação e educação, tais como subsídios de educação e cofinanciamentos por meio de deduções fiscais, entre outros.

A discussão em andamento, na época, sobre os financiamentos e recursos públicos para educação e formação, se deu a partir do anseio por maior transparência dos sistemas e por avaliações

da produtividade dos ônus públicos referentes ao tema, pois crescia entre os responsáveis a preocupação em avaliar melhor os custos e os benefícios. A respeito da gestão de qualidade, o objetivo era alocar o indivíduo que tivesse interesse em “situação de trabalho”, mantendo a qualidade no ensino. Alguns Estados-membros buscavam criar mecanismos de “garantia de formação”, tendo por finalidade ofertar aos indivíduos sem qualificação, que entram no mercado de trabalho, a oportunidade de adquirir competências profissionais e básicas substanciais. Validação e reconhecimento de competências, especificamente adquiridas em situação de trabalho, e certificações, tinham seus processos discutidos entres os Estados-membros, pois as formas tradicionais de avaliação pareciam um tanto inflexíveis (Coan, 2011).

Posteriormente, em 1997, o relatório *Investing in knowledge - The integration of Technology in European Education* (ERT, 1997b) dissemina a completa integração de tecnologias da informação no ensino, difundindo, também, o seminário de gestão do conhecimento proposto pela ERT, pela primeira vez. No mesmo cenário, é lançado, em 1999, o relatório Delors (Delors, 1999), que propaga novas acepções e compromissos para a educação e a reafirma como direito de todos. Ao iniciar a discussão, o relatório introduz a visão de que, independentemente da vontade, o destino de todos estará sempre no cenário de escala global. A interdependência mundial nos níveis econômico, científico, político e cultural, cada vez maior, seria alimentada pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impulsionada por teorias de livre comércio e instrumentalizada por novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Seria, portanto, necessária a compreensão do fenômeno “globalização”, bem como seria preciso definir as ações que iriam reger a sociedade nesse “novo mundo” (UNESCO, 1998).

De acordo com Friedman (2005), a globalização, ou “planificação do mundo”, começa com o enfoque na concorrência entre países, que em seguida passa a ser entre empresas, chegando-se à atualidade, em que os indivíduos também concorrem em nível mundial. O poder econômico não se concentra em um só ator dentro do sistema econômico, mas implica outras dimensões de ação social. Para Castells (1999), a globalização é um processo multidimensional, não apenas econômico, sendo sua expressão mais determinante a interdependência global dos mercados financeiros, propiciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação e favorecida pela desregulação e liberalização desses mercados. O autor acredita que as transformações provocadas pela *era da informação*⁴¹,

⁴¹ Obra do sociólogo Manuel Castells (1999), a trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura* se propõe a estudar essa nova estrutura social, a *era da informação*, que se manifesta - sob várias formas, conforme a diversidade de culturas e instituições - em todo o planeta. Trata-se de pensar o novo modo de relacionamento entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. Essa nova estrutura social está associada ao

principalmente a partir da década de 1970, mudaram a qualidade de vida em todos os recantos do mundo. Porém, para Giddens (2000), a difusão do termo “globalização” é indicadora dos próprios desenvolvimentos a que ele se refere. Não se pode observar esse fenômeno apenas em termos de economia ou tecnologia, já que a globalização é social, política, cultural e identitária. Não é, portanto, um processo singular, mas um conjunto complexo de processos que podem operar de modo contraditório, não apenas tirando poder de influência local e transferindo para o campo global, mas sendo capaz, também, de fazer o oposto, criando novas pressões por autonomia local.

Bell (1987), por sua vez, representa o termo “globalização” ao afirmar que o Estado-nação se torna não apenas pequeno demais para os grandes problemas, como também grande demais para resolver os pequenos problemas da vida. Já Bauman (1999) observa a globalização sob a ótica das mudanças da força de trabalho, dos menos favorecidos. Para ele, a mundialização pós-moderna é assinalada pela compreensão de tempo e espaço, pois, nos diferentes planos, as ações se concatenam por meio da comunicação instantânea.

Percebe-se que a temática da globalização é em si complexa, remetendo a várias dimensões analíticas. Sem pretendermos ser exaustivos⁴², importa atentar ao posicionamento da UNESCO (2000) sobre globalização. Enquanto fenômeno universal, a globalização constitui tendência importante da vida internacional, afetando toda a sociedade em todas as partes do mundo. A expansão da sociedade em um momento em que as tecnologias diminuem o tempo e o espaço, relacionando de maneira cada vez mais próxima os diversos aspectos da atividade mundial, conferem, por conseguinte, uma dimensão planetária. A comunicação assume um modelo universal e, de acordo com o relatório Delors, “Em breve, a interatividade permitirá não só emitir e receber informações, mas também dialogar, discutir e transmitir informações e conhecimentos sem limite de distância ou de tempo” (Delors, 1999, pp. 39-40).

A educação, nessa conjuntura, deveria ser voltada, então, para o desenvolvimento humano, de forma que:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. (Delors, 1999, p. 82)

surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo de produção capitalista, no final do século XX. A revolução da tecnologia da informação é o ponto central de sua análise. Para Castells, a revolução da tecnologia da informação seria tão importante quanto a Revolução Industrial do século XVIII.

⁴² Não é propósito da presente investigação discutir os vários contributos em torno dessa temática que convoca para diversos quadros disciplinares.

A respeito desse modelo de postura de autorresponsabilização, em que, viabilizado pela educação, o indivíduo gera seu próprio desenvolvimento, Sennett (2006), de forma crítica, discorre sobre a formação social do caráter de uma pessoa, que, entre outros elementos, seria moldado pelo autodesenvolvimento. Por meio das habilidades e capacidades que o indivíduo desenvolve, esse autodesenvolvimento se torna uma fonte de estima social, pelo fato de que a sociedade condena desperdícios e valoriza o uso eficiente de recursos tanto na experiência pessoal quanto na economia.

À educação, caberia fornecer, de algum modo, os direcionamentos para o mundo complexo e dinâmico e ainda as ferramentas necessárias para orientação nele. O fundamento que guia essa perspectiva é o fomento para se ter iniciativa, além da sinergia do grupo, o autoemprego e o espírito empreendedor. Para fundamentar o modelo educacional em que o indivíduo seria responsável pelo seu próprio desenvolvimento, quatro princípios são apresentados: Aprender a conhecer: adquirir os instrumentos da compreensão; Aprender a fazer: para poder agir sobre o meio envolvente; Aprender a viver: a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e Aprender a ser: via essencial que integra as três precedentes e que se refere à exploração de todas as potencialidades do indivíduo, tais como a capacidade de autonomia, a responsabilidade pessoal, o raciocínio e outras. Essas potencialidades têm estreita ligação com o princípio de iniciativa, autoemprego e espírito empreendedor (Delors, 1999).

No ano seguinte ao lançamento do relatório, ocorreu o Processo de Bolonha, uma declaração conjunta dos vinte e nove ministros da educação da Comunidade Europeia assumindo o objetivo de estabelecer, até o ano de 2010, um ambiente educacional mais comparável, compatível, coerente e atrativo para o ensino superior europeu, denominado Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) (UE, 1999). Tal ambiente seria visto como mecanismo de promoção da mobilidade e empregabilidade dos cidadãos (UE, 1999). Os argumentos do Tratado de Bolonha muito se assemelham ao discurso posterior da Estratégia de Lisboa, que visava, entre outros, um espaço dinâmico e competitivo, baseado no conhecimento, capaz de gerar crescimento econômico e com mais emprego e coesão social (Lima, Azevedo, & Catani, 2008). Para os autores Carreras, Sevilla e Urban (2006), a “Declaração de Bolonha” foi a “antessala” da Estratégia de Lisboa.

Dentro do percurso histórico, talvez o marco mais representativo da educação para o empreendedorismo na UE tenha se dado por meio da Estratégia de Lisboa, no ano de 2000. Em reunião extraordinária em Lisboa, o Conselho Europeu acordou um novo objetivo estratégico para a UE: “Tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e

capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Parlamento Europeu, 2000).

O objetivo proposto indica que o crescimento econômico se daria por meio da competição no mercado globalizado, gerando emprego e renda. Para isso, seria necessária a adoção de medidas econômicas e educacionais, sendo as últimas baseadas no conhecimento. Dessa forma, no âmbito da globalização e de seus desafios, seria necessário para a Europa estar capacitada frente a sua concorrência, bem como considerar o avanço das TICs. Diante disso, fazia-se necessário rever a modelagem do sistema educacional, bem como adotar a formação ao longo da vida, como apresenta o texto:

Os sistemas educativo e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego. Terão de oferecer oportunidades de aprendizagem e de formação concebidas para grupos-alvo em diferentes fases das suas vidas: jovens, adultos desempregados e as pessoas empregadas que correm o risco de ver as suas competências ultrapassadas pela rapidez da mudança. Esta nova abordagem deverá ter três componentes principais: o desenvolvimento de centros de aprendizagem locais, a promoção de novas competências básicas, em especial em matéria de tecnologias da informação, e uma maior transparência das habilitações. (Parlamento Europeu, 2000, p. 1)

Era necessária a adoção de políticas que fossem capazes de garantir empregos e coesão social, apesar de toda a dificuldade dos próprios membros da UE, bem como das rupturas próprias do capitalismo. Barreiras como a alta e duradoura taxa de desemprego, a pouca oferta de emprego e os desequilíbrios regionais precisavam ser vencidas. De maneira geral, com o texto produzido pelo Conselho Europeu de Lisboa (Parlamento Europeu, 2000), entende-se que a sociedade do conhecimento seria, então, entre outras definições, uma realidade em que um bom e elevado nível de formação garantiria o emprego, possibilitando a participação na produção, distribuição e consumo dessa sociedade.

Para Drucker (1993), a nomeada “sociedade do conhecimento” é uma realidade em que o crescimento é ilimitado. O conhecimento é visto como diferente dos outros meios de produção por ser adquirido por cada pessoa. Além disso, essa sociedade ocultaria as relações de exclusão e de dominação capitalista, dando lugar à educação, à tecnologia e à ciência, que são tomadas como fatores determinantes das relações sociais. Essa compreensão se desenvolve dentro do seguinte raciocínio: a ciência determina a tecnologia, a tecnologia impõe o tipo de organização de trabalho, o tipo de organização de trabalho determina as qualificações e as exigências de ensino e da formação humana (Andrade, 2009; Frigotto, 2003).

Retomando a visão do Conselho Europeu de Lisboa (Parlamento Europeu, 2000), investir em educação isoladamente não seria o suficiente para competir em um mundo global. Seria necessário, também, criar um ambiente empresarial favorável, por meio de políticas neoliberais, bem como incentivar a capacitação empreendedora, instaurando uma “cultura empreendedora” na Europa. Costa (2009) reflete sobre essa cultura empreendedora como sendo resposta para as necessidades mercadológicas, ao transformar os sujeitos em empreendedores: “O indivíduo moderno transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A” (Costa, 2009, p. 177). Surge, então, uma nova governamentalidade, tornando natural e regulando, na esfera social, aspectos próprios da esfera empresarial (liderança, gestão, risco e outros). Tal naturalização na forma de pensar, ser e agir, baseada em princípios como competitividade, performatividade e sucesso, encontraria estímulo em especial na educação básica e estendida, sendo assim elaborada uma cultura empreendedora que atinge, em maior ou menor proporção, adultos, jovens e crianças (Ball, 2004; Costa, 2009; Rose, 1999).

Sob a ótica da educação para o empreendedorismo, a formação é crucial para se atingir as metas propostas, o que indica confiança no princípio do capital humano e na educação como base para o progresso social e econômico. Exemplo dessa teoria é o programa *Educação & Formação 2010* (E&F 2010), lançado depois da Estratégia de Lisboa. O programa foi a referência em estratégias que embasaram o plano educacional dos membros da UE. Constituiu-se em uma série de metas que deveriam ser atingidas até o ano de 2010, mais tarde adiadas para 2020, em virtude do não cumprimento de vários pontos propostos. O objetivo principal era elevar a qualidade da educação e formação na Europa, tornando-a referência no mundo. Os trabalhos realizados de forma conjunta pelos Estados-membros da UE estabeleceram atividades de ensino comuns em algumas áreas, como ciência e tecnologia e matemática, além de competências-chave, entre as quais fazia parte o empreendedorismo.

O grupo *Education and Training Coordination Group* (ETCG) foi criado em 2005 com a finalidade de realizar o planejamento e a coordenação das atividades do E&F 2010, para garantir que o programa fosse implementado. No E&F 2010, havia sido elaborado o *European Qualifications Framework* (EQF), que apresentou um grupamento de princípios comuns para o sistema de qualificação adotado pelos membros da UE, os quais iriam reger o esquema de aprendizagem ao longo da vida. Em 2007, foi indicado pelo Parlamento Europeu a adoção do EQF e, após discussão sobre a Estratégia de Lisboa pós-2010, em 2009, um novo quadro foi aprovado para nortear o plano no

período 2010-2020. O *Educação & Formação 2020* (E&F 2020) seria fruto das conclusões do conselho de 12 de maio de 2009, que instituiu:

1. Até 2020, a cooperação europeia deverá ter por principal objetivo apoiar o desenvolvimento dos sistemas de educação e formação nos Estados-membros que visem garantir:
 - a) A realização pessoal, social e profissional de todos os cidadãos
 - b) Uma prosperidade econômica sustentável e a empregabilidade, promovendo simultaneamente os valores democráticos, a coesão social, a cidadania ativa e o diálogo intercultural. (Conselho da União Europeia, 2009, p. 119/3)

Para que essa cooperação europeia fosse efetuada com sucesso, são levadas em consideração as seguintes estratégias:

1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa;
4. Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação. (Conselho da União Europeia, 2009, p. 119/3)

Ainda, o Conselho deixa claro que educar e formar constituem o cume do triângulo do conhecimento e são essenciais para dar vasta base em termos da competência e da criatividade que a investigação e a inovação necessitam (Conselho da União Europeia, 2009). Observa-se que os membros da UE, assim como as autoridades representantes, têm se empenhado em tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade, além de buscarem pela consolidação de um modelo de formação e educação que promova, entre outros, a isonomia e coesão social, bem como procuram ressaltar a inovação e o empreendedorismo (Coan, 2011).

As publicações e os esforços para mudar o contexto educacional mostram estarem embasados nos referenciais do capital humano, bem como na convicção de que a educação seria capaz de produzir desenvolvimento pleno a toda a sociedade. Estão, ainda, fundamentados na ideia de que, nessa sociedade capitalista, todos serão beneficiados proporcionalmente aos progressos da produção e da riqueza social. O que não é explicitado é que, ainda que a riqueza seja produção social, ela não é distribuída socialmente, até mesmo em razão da estratificação social característica do capitalismo. Nesse sentido, Scalón e Salata (2016) relembram a discussão sobre estratificação e desigualdade, salientando que essa não é fato natural, mas de construção social, resultado de decisões políticas tomadas ao longo da história.

Dentro do contexto de mudanças no modelo de educação e formação, consolidadas com a Estratégia de Lisboa, a discussão apresentada dar-se-á com ênfase no ensino do empreendedorismo e

na origem do espírito empreendedor. No âmbito da Estratégia de Lisboa, o Conselho Europeu encara uma mudança significativa resultante da globalização e das dificuldades da economia baseada no conhecimento. Na mesma época, foi solicitado ao Conselho de Educação que apresentasse suas ações futuras, sendo essas alinhadas à estratégia geral proposta. Em resposta, o Conselho de Educação apresenta o relatório *Programa de trabalho pormenorizado sobre o surgimento dos objetivos dos sistemas de educação e formação na Europa*, aprovado em 2002 pelo Conselho Europeu, que propõe três delineamentos gerais: 1º - Melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na UE; 2º - Facilitar o acesso a todos os sistemas de educação e de formação; 3º - Abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação (Comissão Europeia, 2002).

Cada um desses delineamentos possui objetivos específicos. No caso do 1º, para melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação, entre outras coisas, seria necessário desenvolver as competências necessárias para a sociedade do conhecimento. Entretanto, afirmando que na Europa não há entendimento comum do que seriam essas *key competencies*⁴³, o Conselho explica que elas não se tratam apenas de numeracia ou literacia, mas de competências em TIC e em utilização da tecnologia, de aprender a aprender, de competências sociais, de espírito de empreendimento, entre outros (Parlamento Europeu, 2000).

O documento vai tratar, mais especificamente, da relação entre a educação e o espírito empresarial, nas minúcias do objetivo 3º:

A educação e a formação devem fazer com que se compreenda o valor do espírito empresarial, designadamente fornecendo modelos de empresas bem-sucedidas, o valor da assunção de riscos e a necessidade de todos possuírem espírito de iniciativa. As transformações sociais e econômicas que resultarão da sociedade do conhecimento e a atual tendência para uma economia baseada nos serviços, darão oportunidade a milhões de pessoas para criarem as suas próprias empresas, e isto deve ser visto pelos estudantes como uma opção de carreira viável. Nos últimos anos vimos como é importante desenvolver novas formas de empresas, frequentemente baseadas nas necessidades das comunidades locais. Desenvolver o espírito empresarial é importante para os indivíduos, para a economia e para a sociedade em geral. (Parlamento Europeu, 2000, p. 1)

Ao longo do texto, os objetivos conduzem à hipótese de que as competências, como a de “espírito empresarial” e a de “iniciativa”, levariam, por meio do empreendedorismo ou do autoemprego, ao desenvolvimento pessoal, econômico e da sociedade em geral, principalmente quando se trata dos grupos menos favorecidos. O texto ainda se refere à sensibilização dos estudantes potenciais para as vantagens econômicas da aprendizagem. É explicitada e reforçada a ideia de que os ganhos serão proporcionais aos esforços.

⁴³ *Key competencies*: novas competências básicas que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida.

Garantir e acompanhar a aquisição das competências-chave por todos os cidadãos implica não só a concepção de programas adequados para os educandos, mas também a existência e a utilização efetiva de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para os adultos, prestando especial atenção aos grupos mais desfavorecidos. (Parlamento Europeu, 2000, p. 1)

Em sequência, no ano de 2004, a Comissão das Comunidades Europeias se reúne em Bruxelas e, em comunicado dirigido ao Parlamento Europeu, ao Comitê das regiões e ao Comitê Económico e Social Europeu, lança o plano de ação intitulado “Agenda Europeia para o espírito empresarial”. Na agenda, entre as áreas políticas estratégicas, está o estímulo da cultura empresarial, seguindo o pressuposto de que o empreendedorismo seria a força motriz para inovação, competitividade, emprego e crescimento económico. Para atingir os objetivos propostos em Lisboa, seria imprescindível formar pessoas com foco empresarial (Comissão das Comunidades Europeias, 2004).

Um histórico de medidas práticas foi tomado ao longo do tempo, visando-se implementar um modelo de educação que fornecesse os requisitos discutidos no âmbito da Comissão Europeia e das demais instituições envolvidas. Um exemplo foi a consolidação da educação para o empreendedorismo, implantada pelo Ministério da Educação em Portugal, via Projeto Nacional Educação para o Empreendedorismo (PNEE), no ano de 2007. Tal projeto tratou do fomento às práticas que desenvolvessem o espírito e a cultura empreendedora nas escolas (Direção-Geral da Educação, 2007). Refletindo-se sobre a formação do programa, verifica-se a adesão à visão que a ERT sinalizava, já, há muito tempo antes: a necessidade de capital humano. Não considera, portanto, a sociedade por completa, com todas as suas limitações, em um cenário no qual a formação empreendedora, apenas, não seria capaz de dar solução para tais entraves.

Ademais, por meio das publicações recorrentes e ainda recentes dos relatórios da Comissão Europeia, percebe-se que a difusão da formação para empreender perpassa o tempo. Em 2016, publica-se a análise da integração da educação para o empreendedorismo nos currículos escolares e seus resultados na aprendizagem, afirmando-se:

O desenvolvimento e a promoção da educação para o empreendedorismo é, desde muitos anos, um dos principais objetivos estratégicos da União Europeia e dos Estados Membros. Há uma crescente consciencialização do potencial dos jovens para lançar e desenvolver os seus próprios projetos comerciais ou sociais, assumindo desse modo o papel de inovadores nas regiões onde vivem e trabalham. Neste contexto, a educação para o empreendedorismo é essencial, não só para moldar a mentalidade dos jovens, mas também para dotá-los das competências, conhecimentos e atitudes que são indispensáveis para o desenvolvimento da cultura empreendedora. (Comissão Europeia, 2016, p. 9)

Para Frigotto (2010), o jovem fabricado nesse modelo de relações de busca constante pelas inovações não se prende a estruturas burocráticas ou mesmo a experiências duradouras. Vive, pois, o imediatismo, com foco em novas oportunidades, desafios e mudanças que possam ocorrer. Sennett (1999) corrobora com essa perspectiva ao visualizar os riscos e a flexibilidade - necessários ao espírito empreendedor - como um permanente estado de incerteza. Além disso, para o autor, na medida em que reduzem a burocracia, as redes flexíveis não oferecem progressão no âmbito do trabalho ou mesmo planejamentos de longo prazo. Ao contrário, a flexibilidade aumentaria as desigualdades.

Sendo assim, a apresentação mais ampla da educação para o empreendedorismo no contexto da UE objetivou mostrar as perspectivas que embasaram a formação para o empreendedorismo ao longo de sua existência. Iremos, no ponto seguinte, focar na realidade brasileira, tentando contribuir para uma discussão crítica da transposição daquele ideário de educação empreendedora.

2.3 Educação empreendedora no contexto brasileiro

Como visto, as pesquisas sobre empreendedorismo na área educacional se expandiram e ganharam destaque por volta dos anos 1980 (Degen, 1989; Drucker, 1986; Filion, 1999). Filion (1999) aponta para a multiplicidade de compreensões, de acordo com a área de estudo, a respeito do tema, em que nem sempre existe conformidade. Aqui, a pretensão é entender como se fundamenta e se articula a relação entre educação e empreendedorismo no contexto brasileiro, considerando-se a estrutura que alicerça tal relação no que se refere ao mercado de trabalho e à formação do educando para ele.

Para Dale (2004), uma forma de visualizar o sistema educacional seria pela organização padronizada amplamente divulgada no mundo, levando em consideração como as nações se expandem e a visão disseminada por agências internacionais como UNESCO, OCDE, Banco Mundial e outras, o que cria uma “agenda globalmente estruturada para a educação”. Desse modo, para Afonso (2001), a influência da comunidade internacional teria mais impacto para sistemas de educação do que os fatores internos de cada país. No contexto da UE, fica manifestada essa influência, como atrás referenciado, e o Brasil também vê sua trajetória sendo moldada de acordo com as necessidades de adaptação frente ao mundo globalizado, precisando, portanto, ofertar uma educação que prepare os indivíduos para essa nova realidade.

A exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁴⁴ (Lei n. 9.394, 1996) aparenta ter a influência comentada por Afonso (2001), uma vez que afirma o dever de a educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Ainda de acordo com o texto, tem por finalidade desenvolver integralmente o aluno, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho.

Em 2002, a UNESCO lança o PRELAC (UNESCO, 2002), aprovado posteriormente, em 2004. Seria, então, uma afirmação de consonância entre os ministérios da educação da região sobre a conjuntura e a projeção da educação, com o objetivo de estimular mudanças substantivas nas políticas públicas para tornar efetiva a proposta de Educação para Todos (EPT) e atender, assim, às demandas de desenvolvimento humano da região no Século XXI (UNESCO, 2002). O projeto previa a inclusão do quinto princípio, “Aprender a empreender”, ao relatório Delors. De acordo com a UNESCO, seria necessário agregar abordagens para exercer a cidadania, bem como para gerar desenvolvimento socioeconômico.

Os quatro pilares de Delors, assim, seriam excelentes para guiar o caminho da educação, juntamente com o quinto (UNESCO, 2004). O futuro mundial exigiria cada vez mais a capacidade de geração de empregos e de riqueza, principalmente dos universitários, que estariam retribuindo para a sociedade a educação ofertada e que propiciou o cargo que ocupariam. Seria essa a importância do quinto princípio e a justificativa para inseri-lo (UNESCO, 2004). Pode-se entender, então, que, da perspectiva globalizada e mercadológica, a educação empreendedora seria, de modo geral, ferramenta para o desenvolvimento de competências-chave, entre elas o espírito empreendedor, que levaria ao objetivo almejado de modo a desenvolver não apenas a si, mas também à sociedade como um todo (Coan, 2011; Dolabela, 2003; Laval, 2019; Stockmanns, 2014).

Salientando-se a influência da comunidade internacional no impacto dos sistemas educacionais, conforme Afonso (2001), e se partindo da visão multicêntrica sobre a qual discorre Secchi (2013), em que outros atores, organismos multilaterais - além do Estado - corroboram com a elaboração de políticas, retomar o trajeto histórico das políticas públicas voltadas à educação torna-se importante para se entender o processo e visualizar que, não sendo por acaso, determinados temas são levados a compor a agenda, como no caso do empreendedorismo (Antunes, 1995; Bowe, Ball, & Gold, 1992; Coan, 2011; Gouveia, 2016; Mainardes, 2006; Shiroma, Campos, & Garcia, 2005).

⁴⁴ Legislação que regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil (2016). Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nesse sentido, nossa discussão objetiva auxiliar na compreensão do empreendedorismo como pauta educacional no contexto brasileiro, nos níveis médio, técnico e superior, se fazendo o resgate das regulamentações e das políticas que implementaram mudanças na realidade educacional brasileira.

2.3.1 Educação e formação para o empreendedorismo em relação aos ensinos médio, técnico e superior

Com o processo da globalização da economia, especialmente desde o início de 1980, há transformações radicais pelas quais a sociedade vem passando, com fortes mudanças e crises no setor da economia (Frigotto, 2017). A educação empreendedora torna viável a formação de indivíduos que conhecem fraquezas e potencialidades, competências e habilidades e que são capazes de inovar, de se sobressair e de encarar a realidade econômica e social, em suma, garantindo sua própria subsistência (Dolabela, 2003; Stockmanns, 2014). Nesse contexto, a formação para o empreendedorismo teria, então, em um processo ou programa pedagógico, a intenção de fomentar as características e as habilidades empreendedoras, tendo como prioridade integrar os estudantes entre si, de maneira que esses desenvolvam atividades práticas (Elmuti, Khoury, & Omran, 2012; Fayolle, Gailly, & Lassas-Clerc, 2006; Maritz & Brown, 2013; Saes & Pita, 2007).

Para Henrique e Cunha (2008), o ensino do empreendedorismo no Brasil pode ser considerado recente. A educação para o empreendedorismo tem início efetivo no ensino superior, difundindo-se posteriormente para os demais níveis. A primeira instituição a discorrer sobre o empreendedorismo em suas disciplinas foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1981, em um de seus cursos de especialização. Mais tarde, em 1984, o tema seria estendido para a graduação (Dolabela, 2008). Ao longo do tempo, o ensino do empreendedorismo foi sendo inserido como subárea da administração (Henry, Hill, & Leith, 2005).

Em 1992, é criada, por meio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Escola de Novos Empreendedores (ENE), que, de acordo com Pereira (2001), tinha por objetivo a capacitação para gerenciamento empresarial, bem como para promoção e incentivo à abertura de negócios próprios, partindo-se do aperfeiçoamento de um perfil de comportamento. Seguindo a trajetória, diversas outras instituições passaram a adotar o ensino do empreendedorismo, e, ainda na década de 1990, consolidou-se o que seria uma rede de ensino do empreendedorismo (Bianchetti, 2005; Coan, 2011).

De acordo com Araújo et al. (2005), em sua jornada, as universidades passaram por dois momentos que ele considera como “duas revoluções”. A primeira revolução aconteceu quando a pesquisa passa a ser parte da universidade. Já a segunda, no momento em que passaram a integrar interesses econômicos e sociais, configurando a chamada Universidade Empreendedora. Nessa última, a capitalização do conhecimento e a ciência se mostram alternativas para o desenvolvimento econômico. Formar empreendedores seria crucial para a economia globalizada e competitiva.

Clark (1998) observou um composto de características que torna a instituição universitária empreendedora, entre elas a diversificação das fontes de receita e uma cultura empreendedora integrada. De acordo com o estudo do autor, as universidades tornam-se mais adaptáveis às demandas do ambiente externo quando adotam passos empreendedores na sua organização. Já Marques (no prelo) enfatiza que as reformas propostas para as Instituições de Ensino Superior (IES) - tal como a discussão do EEES promovida pela UE - tem como objetivo, a princípio, dar respostas para as necessidades do mundo globalizado pautado na competitividade. Tais respostas seriam guiadas por pressão econômica/financeira e políticas de cunho neoliberal.

Para Araújo et al. (2005), embora ensino e pesquisa não estejam ligados historicamente a questões econômicas, o empreendedorismo, no sentido aqui discutido, tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito político e acadêmico, sendo:

Pela criação de centros de empreendedorismo, incubadoras, parques tecnológicos, “*spin-offs*” acadêmicos (empresas nascentes geradas a partir de resultados de pesquisas desenvolvidas na Universidade), proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para o setor privado. Observa-se um apoio crescente a essas iniciativas por parte das agências de fomento à pesquisa, tais como CNPq, FINEP, Fundações Estaduais de Pesquisa e um incentivo dos governos Federal, Estaduais e Municipais. (Araújo et al., 2005, p. 18)

Assim, as ações das universidades e o apoio de órgãos governamentais demonstram a consolidação da formação empreendedora no ensino superior.

Caminhando para o contexto da educação básica, a expansão e solidificação do empreendedorismo nas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio se deu por meio do programa “Pedagogia Empreendedora”, implementado e posteriormente apresentado por Fernando Dolabela em seu livro *Pedagogia Empreendedora, o ensino de empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o desenvolvimento social sustentável*, publicado em 2003 (Dolabela, 2003). A obra fez com que o autor fosse considerado uma das maiores referências se tratando de educação empreendedora no Brasil (Coan, 2011).

O autor explicita que a função da educação empreendedora é, entre outras, fortalecer os valores empreendedores e sinalizar positivamente a capacidade individual e coletiva de gerar valor para a sociedade, bem como de inovar e de se ser autônomo. Diz, ainda, que a estabilidade e a segurança envolvem a capacidade de se correr riscos limitados e de se adaptar às mudanças, por vezes antecipando-se a elas (Dolabela, 2003).

A sua metodologia pedagógica, conhecida como Pedagogia Empreendedora (PE), foi proposta e implementada em escolas de ensino fundamental, visando facilitar a aprendizagem empreendedora pelas crianças e adolescentes. Com vistas a dar apoio ao processo de aprendizagem voltado para o âmbito do empreendedorismo, o projeto-piloto foi implementado em 2002, e, no ano seguinte, seis mil trezentos e cinquenta e dois (6.352) professores e cento e setenta e três mil trezentos e quatro (173.304) estudantes participaram do programa, em mil quinhentas e sessenta e seis (1.566) escolas de ensino fundamental, no estado do Paraná (PR). Em todo o país, um total de trezentos e quarenta mil (340.000) estudantes estiveram envolvidos no projeto, somando cento e vinte e três (123) cidades em um período de dois anos (Dolabela & Fillion, 2013).

Os argumentos e propostas de Dolabela (2003) muito se assemelham aos ideais lançados no PRELAC (UNESCO, 2002), principalmente no que diz respeito ao quinto pilar implementado no relatório Delors, “Aprender a Empreender”. A pedagogia empreendedora visa, então, estimular a aprendizagem e a formulação do sonho coletivo, viabilizado por meio do uso do capital humano, social, empresarial e natural (Dolabela, 2003). Novamente é posta a crença do capital humano, tal como sinalizada na Europa pela ERT, em que foi destacada a ideia de que a educação gera desenvolvimento pleno e proporcional para todos.

Num viés crítico, Gentili (2002) relata que, mesmo ainda encontrando apoiadores, a educação valorada pelo fato de dela depender o desenvolvimento econômico é um mito. De acordo com o autor, sem haver necessidade de entrar em discussões aprofundadas, o Brasil é o exemplo mais claro da falta de correlação entre desenvolvimento econômico e educação. Por volta da metade do século XX, o país estava em uma posição de destaque economicamente, sendo a economia mais dinâmica no mundo, com significativos volumes de riqueza. Havia, ao mesmo tempo, altíssimos índices de concentração de renda e de pobreza, segregação e exclusão social da maior parte da população. Tal realidade dificilmente poderia ser interpretada baseando-se na tecnocracia com alicerce desenvolvimentista, muito menos com base na teoria do capital humano em suas origens (Gentili, 2002; Lombardi, Saviani, & Sanfelice, 2002). Ainda sob uma perspectiva crítica, alguns autores como

Dias (2009), Lima et al. (2008) e Drewinski (2009) defendem que os valores do empreendedorismo propagam ideais individualistas, além da competição e da concepção de que fracasso ou sucesso social e econômico é fruto do esforço individual de cada um.

Após a exposição da jornada da educação com eixo empreendedor nos contextos europeu e brasileiro, será discutido adiante como a educação empreendedora se apresenta no contexto dos Institutos Federais brasileiros, posteriormente se aprofundando no caso do IFRN, objeto de estudo do presente trabalho.

2.3.2 Contexto da educação empreendedora na criação dos Institutos Federais brasileiros

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem início em 1909, quando Nilo Peçanha, então Presidente da República do Brasil, criou dezenove escolas de Aprendizes e Artífices que dariam origem, nos anos seguintes, às Escolas Técnicas e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), posteriormente instituídos como IFs (esse resgate histórico e cronológico será melhor relatado no Capítulo 4 deste trabalho).

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, a globalização provoca mudanças no cenário produtivo e econômico mundial que também atingem o Brasil, com o desenvolvimento de novas tecnologias integradas à produção e prestação de serviço. Tal fato levou as instituições de educação profissional a diversificar programas e cursos a fim de elevar os níveis de qualidade e oferta. Nesse contexto, a Lei n. 8.948 (1994) institui o Sistema Nacional de Educação e Tecnologia, transformando as Escolas Técnicas Federais em CEFETs. Já a LDB n. 9.394 (1996) discorre sobre o desenvolvimento integral do aluno, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, dispondo especificamente sobre a educação profissional em um de seus capítulos. Em 2004, o Decreto n. 5.154 permite integrar o ensino técnico de nível médio ao ensino médio da educação básica. Por fim, a Lei n. 11.892 (2008) institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando, a partir dos CEFETs, os IFs.

A criação dos IFs tem como uma de suas finalidades qualificar os cidadãos com vistas à atuação profissional em todos os setores da economia, dando ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Lei n. 11.892, 2008). Essa atenção ao desenvolvimento das localidades pode ser justificada pelo fato de que o âmbito local tem função central no desenvolvimento do capital. É, então, cada vez mais necessário se aproximar desse âmbito - interagir entre todas as

regiões - com o objetivo de facilitar a negociação em escala local, visando sobrepor barreiras econômicas (Ferrão, 2011; Harvey, 2004). Entretanto, para Pacheco (2011), a articulação das ações dos IFs para o desenvolvimento local, regional e nacional deve ir além do entendimento da educação como instrumento de formação de pessoas com base nas determinações de mercado, quando afirma:

É importante lembrar que as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos, que possuíam em comum uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia daquelas ditadas pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional. No entanto, é necessário ressaltar uma outra face dessas instituições federais, aquela associada à resiliência, definida pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de uma política de governo, tornando-as capazes de tecerem, em seu interior, propostas de inclusão social e de construir “por dentro delas próprias” alternativas pautadas nesse compromisso com a sociedade. (Pacheco, 2011, pp. 5-6)

Os IFs são, dentro de sua atuação e de acordo com a Lei de Criação dos Institutos Federais (n. 11.892, 2008), instituições acreditadoras e certificadoras das competências profissionais. Seus alunos são orientados, conforme suas grades curriculares, para uma formação integral e técnica diante das perspectivas e desafios atuais existentes no mercado de trabalho. No viés da educação empreendedora, ainda conforme a Lei 11.892 (2008), uma das finalidades dos institutos é a de realizar e estimular, entre outros elementos, o empreendedorismo e a inovação, seguindo, aparentemente, o apontamento da LDB n. 9.394 (1996) sobre a preparação para o mercado de trabalho e as demais influências supracitadas.

2.3.3 Educação empreendedora no IFRN

Com a já citada transformação dos CEFETs em IFs, o IFRN nasce em 2008. Para situar a educação empreendedora no contexto do IFRN, é necessário elucidar o papel dos documentos institucionais Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Compreendido como o planejamento global de todas as ações da instituição, o PPP do IFRN sistematiza concepções, princípios e diretrizes norteadores das práticas e das políticas educativas em âmbito local e constitui-se em um processo e em um documento de caráter identitário. Dessa maneira, delinea a cultura de uma instituição educativa, traçando direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros. É um instrumento de gestão democrática que possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

Situado em uma perspectiva emancipatória, o PPP do IFRN objetiva, sobretudo, promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, definindo diretrizes referenciadoras da

caminhada educativa em uma instituição *multicampus* e pluricurricular (IFRN, 2012). No projeto atual, aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP), é reforçado e seguido o direcionamento dado pela LDB a respeito das características e finalidades básicas do IFRN, com destaque para a formação voltada para a oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, com atenção para o desenvolvimento humano e socioeconômico, a promoção da produção de tecnologias voltadas às demandas da sociedade e outros aspectos.

Baseado nas finalidades indicadas pela LDB, o PPP apresenta os seguintes objetivos:

- a) Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- b) Ministrar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) Fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- d) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;
- e) Desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- f) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional;
- g) Ministrar, em nível de educação superior, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade; cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática; cursos de pós-graduação lato sensu (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação stricto sensu (tanto de mestrado quanto de doutorado), visando o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia. (IFRN, 2012, pp. 22-23)

Dando especial atenção ao item “f” dos objetivos propostos, o estímulo aos processos educativos que levem à geração de trabalho, de renda e à emancipação do cidadão, se verifica que ele apresenta verossimilhança com os ideais da UNESCO discutidos no âmbito do relatório Delors (Delors, 1999), fundamentando um modelo educacional em que o indivíduo seria responsável pelo seu próprio desenvolvimento.

Especificamente sobre a educação profissional de nível tecnológico, o texto do PPP dispõe sobre orientações feitas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução n. 03 (2002), segundo o qual a formação nesse nível deve, entre outras coisas, incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora, bem como a compreensão do processo tecnológico, de suas causas e de seus efeitos. Baseada nessas orientações, a composição do currículo nesse nível deve se orientar

por alguns princípios, tais como integrar as diversas formas de ensino ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia, conduzindo ao desenvolvimento permanente de aptidões para a vida produtiva; comprometer-se com a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, entre outros (Resolução n. 03, 2002). Seriam essas orientações um modo de formação de mão de obra para atender às exigências do mercado competitivo frente à globalização?

Para Porto (2014), a lógica mercadológica ou produtivista permeia as políticas de desenvolvimento educacional, em especial no que tange aos Institutos Federais. Tais políticas de implementação objetivam ofertar cursos que deem base para fortalecer arranjos produtivos e fomentar o empreendedorismo. Esse posicionamento preconiza a ligação entre setor produtivo e educação.

Sob a luz, principalmente, da LDB (n. 9.394, 1996), da Lei de Criação dos Institutos Federais (n. 11.892, 2008), bem como alinhado ao PPP (IFRN, 2012) e exigido a partir do Decreto n. 5.773 (2006), o PDI é o plano de ação no qual se baseiam as atividades do IFRN nos campos de ensino, pesquisa e extensão e de gestão organizacional. A respeito dessas ações, quanto às suas finalidades, o documento afirma:

As atividades de pesquisa incentivam a produção do conhecimento inventivo dos estudantes. Os programas e projetos de extensão têm a abrangência científica e tecnológica com foco na integração com a comunidade nas áreas de abrangência dos *campi*. A assistência estudantil se constitui num conjunto de programas que visam à promoção da inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes. As atividades de administração, gestão de pessoas, gestão estratégica, comunicação, governança e tecnologia da informação são provedoras da sustentabilidade da gestão institucional. (IFRN, 2014, p. 20)

De acordo com o PDI (IFRN, 2014), o ensino aliado à pesquisa e à extensão constitui um processo interativo e articulado, com intervenções e diversos atores envolvidos, propiciando ao indivíduo a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação dos saberes. Sendo assim e caminhando para as ações que se referem ao empreendedorismo, o documento apresenta diversos apontamentos. O primeiro deles aparece no contexto do desenvolvimento da pesquisa institucional, sob a justificativa da globalização, e coloca temas de ciência e tecnologia em pauta, além de dizer que a pesquisa e a inovação do IFRN devem estar comprometidas com a difusão do conhecimento na área. Portanto, são propostas as seguintes diretrizes:

- Formação de recursos humanos em pesquisa em todos os níveis, visando à criação de ambiente para elevar a competitividade nacional em nível local e regional;
- Desenvolvimento e integração de pesquisa com a sociedade local/regional, com vistas a contribuir para a elevação da qualidade de vida e a sustentabilidade;

- Fortalecimento de ambientes para a difusão científica, com o objetivo de ampliar a visibilidade da produção científica institucional;
- Fomento à internacionalização das ações de pesquisa, tendo em vista ampliar a cooperação para realização de ações conjuntas em nível de projetos, programas, publicações, entre outras;
- Fomento à elevação da titulação dos servidores, para elevar o capital intelectual da Instituição;
- Fomento à pós-graduação em nível stricto sensu, com o objetivo de ampliar a oferta de novos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;
- Fortalecimento da cultura de empreendedorismo e inovação para promover a geração de empreendimentos e de ativos em propriedade intelectual em ambiente institucional. (IFRN, 2014, p. 121)

Sobre os setores de inovação e empreendedorismo, já havia sido criado, desde 2011, pelo CONSUP, por meio da Resolução n. 07 (2011), o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)⁴⁵, com base nas Leis n. 10.973 (2004) e n. 13.243 (2016), que dispõem sobre incentivos para inovação e pesquisa científica e tecnológica, tais como o NIT e as Incubadoras Tecnológicas⁴⁶. O setor de inovação seria responsável por pesquisas relacionadas à propriedade intelectual e à geração de inovações.

Já o setor de empreendedorismo articularia a incubação de novas empresas e a disseminação da cultura empreendedora, visando favorecer a criação de negócios por meio de pesquisas inovadoras, bem como a transferência/licenciamento de tecnologias para a sociedade e para as empresas. A solidificação do setor de empreendedorismo se daria por meio das Incubadoras Tecnológicas (IFRN, 2014). Outros aspectos relevantes relacionados aos NIT e às Incubadoras Tecnológicas do IFRN, através do Programa de Multincubação Tecnológica (MIT), serão melhor descritos no Capítulo 4 deste trabalho.

Já que citamos as incubadoras de empresas no PDI, é importante ressaltar, como importante marco e também como um dos primeiros direcionamentos de políticas públicas institucionais voltadas ao empreendedorismo, a criação da primeira incubadora de empresas do estado do Rio Grande do Norte (RN). O Núcleo de Incubação Tecnológica surgiu em setembro de 1997 com o programa de Incubadora de Empresas promovido pelo então CEFET-RN (hoje, IFRN), através do Centro de Tecnologia Empresarial. Foi inaugurado em julho de 1998 como programa pioneiro no estado do RN, tendo como parceiro direto o Sebrae e outros como o Instituto Eivaldo Lodi, Núcleo Regional do Rio Grande do Norte (IEL/RN), o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Norte (SINTEC/RN), a Prefeitura Municipal de Natal, a UFRN e a Petrobras.

⁴⁵ NIT: estrutura instituída por uma ou mais ICT, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nas Leis n. 10.973 (2004) e n. 13.243 (2016).

⁴⁶ Incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação, Leis n. 10.973 (2004) e n. 13.243 (2016).

Inclusive, antes de sua inauguração, o Núcleo de Incubação Tecnológica recebeu a visita do professor Fernando Dolabela, autor já citado neste trabalho e que, segundo Coan (2011), é considerado uma das maiores referências se tratando de educação empreendedora no Brasil. À época, Dolabela era coordenador do programa Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo (REUNE), além de consultor do Instituto Euvaldo Lodi Nacional (IEL Nacional) e do CNPq.

Ao se analisar os documentos pertinentes à constituição dos Institutos Federais, em especial do IFRN, percebe-se que, assim como afirmou Araújo et. al. (2005), de fato, as ações de ensino e pesquisa, ainda que não se depreendam dentro de questões econômicas, estão cada vez mais envolvidas nesse contexto, principalmente por meio do incentivo ao empreendedorismo como modelo de desenvolvimento.

2.4 Outras abordagens críticas da educação para o empreendedorismo

Partindo-se do resgate de como se deu a inserção do empreendedorismo no âmbito educacional, é possível abordar alguns questionamentos sobre as implicações práticas dessa ideologia pedagógica-empreendedora. Até então, apresentou-se a justificativa, bem como a finalidade da educação empreendedora no sentido de formar indivíduos com espírito empreendedor, com competências orientadas para independência e responsáveis por seu desenvolvimento, assim como da sociedade em geral.

Para Dolabela, o empreendedor teria uma série de virtudes, tais como a capacidade de estudar e de identificar oportunidades e de ser destemido, proativo e inovador. Ainda, enfrenta os desafios e sai em busca da realização de seus sonhos (Dolabela, 2003). Entretanto, autores com visões críticas, como Coan (2011), Costa (2009) e Sennett (2006), referenciam-se a essa perspectiva da educação empreendedora como uma concepção fundamentada nos alicerces da economia liberal, quando atribui ao indivíduo a responsabilização pela produção de sua subsistência em tempos de crises do emprego formal.

Uma análise mais profunda sobre a amplitude do pensamento economicista na educação é encontrada no livro *A nova razão do mundo*, de Christian Laval em parceria com Pierre Dardot, publicado em 2009 (Dardot & Laval, 2016). Nele, os autores explicam que todas as coisas estão interligadas, e o interesse principal no campo da sociologia deve ser entender a lógica de transformação das sociedades, o que chamam de “lógica normativa de conjunto”. Nessa perspectiva, a lógica neoliberal aqui discutida vai além do aspecto econômico, seria a “racionalidade do capital” que

se transformou em lei geral, de maneira que é preciso se ter consciência desse pensamento para se compreender as mudanças mundiais das sociedades e de suas respectivas instituições.

Embora os exemplos práticos do livro em questão se refiram à realidade francesa, os autores explicam que adotam uma abordagem mundial, o que seria o fator determinante para levá-lo além das fronteiras de seu país (Laval, 2019; Sguissardi, 2006). Dessa maneira, ainda segundo a obra citada, apesar das diferenças de realidades, pode-se dizer que, em determinados aspectos, o sistema educacional brasileiro é ainda mais “neoliberalizado” do que o francês e até mesmo do que o de outros países dentro da Europa. Além disso, seria importante criar redes de intercâmbio e de diálogo entre professores, pesquisadores e críticos para a melhor compreensão do cenário mundial e para o entendimento dessa nova ordem educacional.

Os sistemas sociais passam por mudanças, por construções das políticas que acabam por influenciar a educação. A escola passa a ter um sentido neoliberal em que a educação seria um bem essencialmente privado, com valor econômico, com concepção instrumental e liberal, estando associada às transformações gerais sociais e das economias capitalistas. Nesse sentido, a concepção da educação teria duas grandes dimensões: a utilitarista, no que diz respeito ao saber da prática profissional ou capacitação técnica, e a liberal, quanto ao seu modo de organização voltado a atender os interesses da sociedade liberal capitalista (Laval, 2019; Lima, 2010; Lombardi et al., 2002; Schultz, 1973).

Se a escola é instrumento do bem-estar, economicamente falando, seria então porque o conhecimento é percebido como ferramenta de serventia ao interesse individual ou à soma de vários interesses individuais. Sendo assim, a instituição de ensino existiria como formadora de capital humano do qual as empresas necessitam. Complementarmente, o cunho liberal seria atribuído pela posição que ocupa no mercado. Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento é visto, ao menos fundamentalmente, como recurso privado gerador de renda elevada e de posições sociais mais vantajosas, pode-se entender que o contexto educacional parece estar coordenado por relação comercial ou ser muito semelhante ao modelo do mercado (Becker, 1964; Guellec & Ralle, 2001; Laval, 2019; Schultz, 1973; Sennett, 1999).

Na direção da economia da globalização, o “custo” com aprendizagem deve se apresentar como rentável para os interessados em se utilizar do capital humano. A educação, bem como outros aspectos (estabilidade política, incentivos fiscais, fragilidade de direitos sociais e outros que, apesar de igualmente importantes, não são o foco desta discussão), tornou-se atrativa de capitais ao longo do

tempo, ampliando-se nos espaços de estratégias mundiais de organizações privadas e nas políticas governamentais. Desse modo, pode ser vista como “indicador de competitividade” do ambiente social e econômico (Laval, 2019; Sennett, 1999).

Por conseguinte, parece haver uma diluição dos universos do conhecimento, dos bens e dos serviços, de modo que as pessoas enxergam cada vez menos o motivo da existência da autonomia do saber ou seu significado intelectual e político, separada nos universos da escola e das empresas. No novo modelo educacional que se alastra, a base seria a submissão mais concreta do ensino à razão econômica, estando associado a um economicismo supostamente simples, cujo eixo demonstra ser a ideia de que, em particular a escola, bem como instituições em geral, apenas tem explicação ou sentido com base no serviço que se propõe a prestar para as empresas empregadoras e para a economia. O “trabalhador autônomo” e o “homem flexível” são as bases do novo ideal pedagógico (Bauman, 1999; Laval, 2019; Lima, 2010; Sennett, 2006).

A reestruturação entre economia e ensino aparenta surgir de uma transformação dupla e de essência utilitarista: as mudanças nos modos de concorrência frente à globalização, além do papel cada vez mais determinante do conhecimento e da qualificação na formulação e venda de bens e serviços. Sendo assim, a tal competitividade globalizada adentra como influência na concepção dos sistemas educacionais por meio dos ideais liberais dos agentes interessados: “competitividade econômica é também competitividade educacional” (Laval, 2019).

Ao se analisar o discurso de um dos especialistas da OCDE, James W. Guthrie, sobre o novo modelo educacional, no qual é afirmado que “Os países-membros da OCDE esperam que seus sistemas educacionais e os diversos programas de formação profissionalizante contribuam em peso para o crescimento econômico, e estão realizando reformas para que isso aconteça” (Laval, 2019, p. 30; OCDE, 2001b), conclui-se que o controle direto mais estrito do ensino básico e do profissionalizante seria uma das principais metas do meio econômico. Além de viabilizar eficácia econômica e de dinamizar a inovação, a formação fornece um mercado favorável para o meio empresarial. Ainda, ao se admitir submissa à lógica econômica, pode ser considerada uma operação com custo e retorno, assemelhando seu produto, a formação, a uma mercadoria (Frigotto, 2003; Laval 2019; Lima, 2010).

As reformulações no modelo educacional serão cada vez mais propensas a trilhar pelo caminho da preocupação com a competitividade econômica entre o social e o ensino e da conformidade às conjunturas sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. De acordo com a

UNESCO, em *Globalização e reforma educacional: o que os planejadores precisam saber* (1999), o propósito dessas reformas seria, portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a qualidade do trabalho.

Como visto mediante a manifestação de instituições, tal como a ERT, é por volta dos anos 1980 que emerge uma visão individualista e mercadológica do ensino, contexto em que se dão as transformações do capitalismo com o comércio globalizado. Essa mutação deve ser situada no contexto mais geral das transformações do capitalismo a partir dos anos 1980: globalização do comércio, financeirização (domínio das finanças) das economias, desobrigação do Estado, privatização das empresas públicas e transformação dos serviços públicos em quase empresas, mobilização geral dos assalariados numa “guerra econômica” generalizada, contestação das proteções dos assalariados e disciplinarização pelo medo do desemprego, entre outras (Laval, 2019).

Um exemplo próximo dessa realidade cabe ao movimento que acontecia à época, liderado pela então primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, denominado *Thatcherism*⁴⁷. Saindo em defesa da modernização, Thatcher desestatizou boa parte da economia da Grã-Bretanha com privatizações, sob influência das ações norte-americanas, e inspirou governos de várias economias ao longo dos anos 1990, entre elas, a do Brasil. O Estado interferindo cada vez menos na economia e a defesa do individualismo sobre o coletivismo resume essencialmente o *Thatcherism*. Ressalta-se que as medidas liberais adotadas tiveram alto custo social: queda da produção industrial, aumento do desemprego, diminuição da renda e pobreza (Boldeman, 2007; Gamble, 1990; Kavanagh, 1990; Nelson & Whalen, 2006).

Estava em jogo a precarização de qualquer coisa que pudesse servir de contraponto ao mando do capital e tudo o que cultural, jurídica e institucionalmente limitasse a sua expansão na sociedade (Vakaloulis, 2003). Assim sendo, até mesmo a instituição da subjetividade humana, entre tantas outras além da economia, foi abalada por tais mudanças. A proposta é extinguir toda barreira, até mesmo psíquica, em virtude da capacidade adaptativa frente às mais variadas situações que o indivíduo poderá se deparar na vida e, principalmente, no trabalho. Na escola, a principal referência passa a ser a do “trabalhador flexível”, com as novas regras. Concomitantemente e nos conformes da ideologia do capital humano, cada vez mais o indivíduo deve se compor de conhecimentos e de competências por toda a vida (Drucker, 1986; Laval, 2019; Lima, 2010; Lima et al., 2008; Lombardi et al., 2002; Sennett, 2006).

⁴⁷ *Thatcherismo*, em tradução, fazendo referência às ideologias e políticas neoliberais defendidas de modo ferrenho por Thatcher.

Na era de informação, o trabalhador não se define mais em termos de emprego, mas em termos de aprendizado acumulado e de aptidão para aplicar esse aprendizado em situações diversas dentro e fora do local de trabalho tradicional (Carnoy, 2002; Drucker, 1998; Sennett, 2006). O momento do capitalismo neoliberal mostra uma inclinação à mudança no vínculo entre o diploma e o que seria reconhecido socialmente como valor pessoal.

Para Marques (2010), a ênfase nas competências deixa em evidência a mobilização subjetiva de cada um nas relações laborais, nas suas modalidades e no empenho “natural” das qualificações pessoais que configuram os novos perfis profissionais. Desempenha, portanto, um posicionamento na apropriação pelo indivíduo de sua trajetória, bem como na utilização dos seus conhecimentos como recursos sociais e cognitivos em sua trajetória futura. Sendo assim, não se contrataria uma pessoa apenas com base em sua qualificação formal, mas também por sua capacidade adaptativa e de reação às novas situações no âmbito do trabalho, como incertezas, imprevistos e problemas. A ausência do diploma desqualifica, mas tê-lo não garante emprego, é necessária a certificação de suas competências, de seu valor pessoal.

O momento é marcado pela aquisição de competências, objetos de uma permanente “destruição criativa”, como diria Schumpeter (1942), em meio a organizações de trabalho cada vez mais “fluidas”. Assim, o valor social está fadado a necessitar mais e mais das competências individuais sancionadas pelo mercado, induzindo ao caminho menos “formal” e institucional possível (Drucker, 1998; Laval, 2019; Sennett, 2006). Nesse contexto, ocorrem novas formas de flexibilização dos contratos de trabalho, que ensejam a precarização das condições de trabalho por meio do aumento de empregos formais e da redução dos direitos dos trabalhadores (Alves & Wolff, 2008; Wolff, Silva, & Ferreira, 2010).

Não é que a visão utilitarista que caracteriza o modelo capitalista seja contra o conhecimento. Na verdade, o saber é visto como instrumento a serviço da eficiência do trabalho, pressupondo uma expansão de acesso ao conhecimento. Para a ERT, a exemplo, são imprescindíveis investimentos em educação, pois frisa que a economia e a sociedade dependem disso. Sob essa concepção, dispõe sobre a *Lifelong Learning Strategy*⁴⁸, estratégia em que a população deve se envolver em um processo de aprendizagem ao longo da vida. A inserção do conhecimento no meio industrial modifica a mão de obra para “trabalhadores cognitivos” (*knowledge workers*) (ERT, 1997a).

⁴⁸ *Lifelong Learning Strategy*. Estratégia de aprendizagem ao longo da vida.

A ideologia da “aprendizagem ao longo da vida” passou a fazer parte predominantemente dos discursos de instituições como UNESCO e OCDE, após essa última relançá-lo como orientação em 1996 (OCDE, 2001b). Aparentemente, a centralidade da orientação escolar é interessante e até “justa”, visto que a pessoa está em aprendizado constante por toda sua vida (Laval, 2019). Ao menos é o que parece sugerir a OCDE quando trata dos objetivos que a aprendizagem ao longo da vida deve atender, sendo eles favorecer o desenvolvimento pessoal, reforçar valores democráticos, preservar a coesão social, incentivar a vida coletiva e favorecer a inovação, a produtividade e o crescimento econômico (OCDE, 2001b). A Comissão Europeia é direta: trata-se de fazer da Europa a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, e, para isso, depende-se da elaboração de um meio de educação e de formação ao longo da vida (Parlamento Europeu, 2000).

A evolução econômica, quer se trate da globalização, das trocas comerciais ou das novas organizações de trabalho, conduziria a um progresso social e cultural. Por essa retórica generosa, o capitalismo flexível se apresenta como cada vez mais “libertador”. Tal pensamento seria central de um aprofundamento do sistema mundial de ensino, implicando em formação inicial moldada para a formação continuada, parcerias e validação dos conhecimentos adquiridos na prática (Duverger & Laderrière, 1999). Pressupõe, também, a reformulação das atribuições dos poderes políticos entre os setores público e privado.

Como apresentado antes, o cenário do Brasil não se distancia de tal retórica, na qual esse ideário educacional disseminado por governos e organismos multilaterais procura reduzir a educação a uma perspectiva capitalista, vislumbrando a participação do país no mercado mundial, favorecendo o crescimento econômico. Entretanto, o caráter “libertador” leva, na verdade, à redução do trabalho de formação e de educação para produção de mais-valia. Aproxima, assim, no tocante à tentativa de desumanizar e moldar o indivíduo, a educação a uma alienação para uma sociedade baseada no capital, a fim de conseguir harmonizar as divergências entre capital e trabalho (Coan, 2013; Souza, 2009).

Os últimos anos têm mostrado um processo de mudança bastante complexo, seja no conceito, seja na orientação política, o que dilui a origem mais emancipatória da ideologia de formação ao longo da vida e indica destaque para as capacidades funcionais e adaptativas, fator representado pelo “elogio” do aprendizado ao longo da vida (Lima, 2010). Entretanto, olhando de forma crítica, de acordo com essa perspectiva, aprender serviria, então, para alcançar habilidades que irão permitir ao indivíduo

trabalhar mais, mais rápido e de forma mais inteligente, facilitando, assim, a competição na economia global (Boshier, 1998; Sennett, 2006).

De acordo com Lima (2010), uma visão de formação permanente durante toda a vida, apta a manter qualidades que permitam diagnosticar criticamente o mundo social e a dar entendimento sobre as barreiras que podem surgir para a transformação, a criatividade e a consequente atuação cultural e educativa, provavelmente reconhece o dispêndio entre a magnitude de seus objetivos e a restrição de suas vias e capacidades. A subordinação da educação perante a grande força econômica tem sido viabilizada mediante um novo modelo de pedagogia, alicerçada nas utilidades de uma aprendizagem funcional e adaptativa.

Dessa forma, torna-se fundamental criticar esse modelo pedagógico que difunde o ideal de que apenas por meio de uma aprendizagem em que o indivíduo tem total autonomia e é o único responsável por si, devendo desenvolver inúmeras competências, será possível dar respostas aos desafios do mundo globalizado e à sociedade do conhecimento e da informação. As orientações tecnicistas e pragmáticas vêm, de fato, submetendo a vida a uma extensa sucessão de aprendizagens pertinentes e eficientes, instrumentalizando a vida e extinguindo as qualidades que não são “comercializáveis”.

A educação, na visão liberal, é, certamente, uma matéria econômica, conforme Porter (1993) trata como “fator adiantado” quando se refere a vantagens competitivas das nações. Entretanto, vai muito além disso, muito mais ramificada e complexa do que o emblema economicista “competir para progredir” (Porter, 1993, p. 703). Como observado por Adorno (2000), a competição que atinge o sistema de educação que emerge para analisar e ainda constituir um princípio que é, em fundamento, contrário à educação humanística, como se refere Lima:

Uma educação democrática e não unidimensional, entendida como direito humano de todos, mais ainda do que como igualdade de oportunidades, que procure garantir a mobilização dos sujeitos pedagógicos para o exercício do pensamento crítico, será certamente consciente das suas forças e dos seus limites. (Lima, 2010, p. 52)

Sennett (2012) reflete sobre o momento ser de transformações, a respeito do modelo neoliberal sobre o qual escreveu ensaios críticos. O autor relata que a ideia de encontrar uma alternativa para essa realidade não é apenas utópica, mas algo que necessitamos fazer, tendo em vista a não funcionalidade do sistema. No cenário da educação, a realidade também necessita ser questionada, como evidencia Mészáros (2005) quando diz que a educação não é comercializável, não é mercadoria. O autor reconhece ainda que, em nossa sociedade, a educação “vocacional” confina as

peças a funções estritamente predeterminadas e utilitaristas e sem qualquer poder de questionar e decidir.

Assim sendo, a crítica ao novo modelo pedagógico se faz importante no tocante à revelação clara de suas características utilitaristas e pragmáticas. Mostra, também, a subordinação da educação (essa representada como todo-poderosa, capaz de promover o desenvolvimento) frente às imposições da economia de competitividade globalizada e de seu respectivo ordenamento social, que propõe a rivalidade, o empreendedorismo, a avaliação de resultados e uma relação funcional entre formação e trabalho como estrutura base de seus princípios (Lima, 2010).

Nesse sentido, a educação auxilia na superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição os seus fundamentos, a fim de dar lugar a uma educação constitutiva de sujeitos (Adorno, 2000; Coan, 2013; Lima, 2010; Mészáros, 2005; Paro, 1999). É necessário, portanto, direcionar as políticas públicas para uma formação humanística, que vislumbre o indivíduo em sua multidimensionalidade, não o reduzindo à “massa” de trabalhadores sob manobra do capital.

Capítulo III – Metodologia de pesquisa

Sendo a busca pelo conhecimento algo inerente ao ser humano e que o acompanha desde seu nascimento, as dúvidas e questionamentos podem ser a mola propulsora para se buscar respostas, primordialmente por meio de uma metodologia científica (Lakatos e Marconi, 2010). Esta é o resultado de uma investigação que segue uma metodologia, baseada na realidade de fatos e fenômenos, capaz de analisar, descobrir, concluir, criar e resolver novos e antigos problemas (Fachin, 2003). Atualmente, existem inúmeros métodos que podem ser aplicados para se chegar a um resultado, o que vai depender da especificidade e da natureza de cada problema a ser analisado e também da experiência do pesquisador. Conforme Gil (1999), método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento. De acordo com Richardson (2008), o método em pesquisa é a escolha de procedimentos sistemáticos, através dos quais se procura descrever e explicar fenômenos.

A orientação metodológica que guiou este estudo teve como base a revisão bibliográfica e a análise crítica do tema empreendedorismo e suas políticas públicas; a análise dos referenciais de metodologia da pesquisa científica que fundamentaram a escolha do paradigma metodológico; bem como as técnicas e instrumentos de recolha de dados, as técnicas de tratamento e a análise e interpretação dos dados que compõem a investigação.

O presente capítulo apresenta a descrição do roteiro metodológico da investigação utilizado na tese. Serão relatadas as etapas referentes ao estudo de caso e suas abordagens, à delimitação do objeto empírico, às técnicas de recolha de dados e ao tratamento e análise de dados. Discorreremos ainda sobre as dificuldades encontradas no processo, assim como as especificidades relativas a ele, e finalizaremos com os aspectos éticos da metodologia.

3.1 Descrição do roteiro metodológico de investigação

A ampliação do conhecimento científico se dá através da pesquisa científica, a qual depende da existência de um problema a ser analisado. Dessa forma, toda investigação que tem um caráter científico deve definir seu método de pesquisa tendo como pressuposto básico as questões que deseja investigar, pelo fato de serem essas questões que irão determinar o quadro conceitual, os referenciais fundamentais e o paradigma metodológico da investigação. Aliás, para Stake (2011), primeiro vem a questão, depois os métodos. O autor explica a frase quando afirma (2011, p. 85): “sua questão de pesquisa deve ser mais importante para você do que seu método de pesquisa. Aquilo que está sendo estudado deve ser mais importante que a forma como você está estudando”. Já para Martins (2008, p.

12), “provavelmente o passo mais importante a ser considerado em um estudo científico é a definição das questões de pesquisa”. Assim, a partir da definição do fio condutor do nosso trabalho, com as questões de partida e com a definição e escopo do nosso objeto de estudo, foram envolvidos os atores institucionais (gestores e alunos egressos), além dos documentos que a compõem. Como próximo passo, então, teríamos que definir qual metodologia seguir que sustentasse o nosso roteiro de pesquisa.

Sempre com o ideal de retirar dos atores o máximo de informações possíveis com o suporte de uma base teórica desenvolvida e fundamentada por autores da especialidade, optamos pela estratégia metodológica do estudo de caso, tendo em vista ser objeto de análise a realidade de uma organização específica (Bogdan & Biklen, 1994), o IFRN. Adicionamos um conjunto de técnicas de coleta e de tratamento de dados, expostas nos pontos subsequentes deste capítulo. O uso dessa diversidade de técnicas de investigação concedeu não apenas um maior e mais aprofundado conhecimento do caso em estudo, mas também permitiu uma triangulação dos dados, sustentando a sua fiabilidade, mas também conferindo robustez analítica e teórica.

O roteiro de nossa investigação é, brevemente, traçado em quatro fases principais. Na primeira fase, realizamos um levantamento exaustivo da caracterização dos 19 *campi* do IFRN quanto a questões socioeconômicas, demográficas, culturais e de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. Para o levantamento das informações, utilizamos como estratégia de coleta de dados fontes documentais institucionais e observação. Também foram realizadas visitas *in loco* a alguns *campi*. Nosso objetivo foi efetuar a seleção dos *campi* que seriam alvo, na segunda fase, de um estudo mais aprofundado.

Na segunda fase, com os *campi* eleitos, realizamos uma análise aprofundada das políticas e práticas empreendedoras nos institutos, buscando identificar a diversidade de modalidades de vinculação ao empreendedorismo, nomeadamente de cariz tecnológico, econômico, social, local e artístico-cultural. Analisamos, também, a sinalização do leque de ofertas de cursos disponibilizados e as infraestruturas de apoio a programas e projetos voltados ao empreendedorismo.

Na terceira fase, pretendemos caracterizar os diplomados do IFRN, o modo como estes percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas, levando em consideração a natureza do nosso estudo e seu paradigma interpretativo. Para tal, aplicamos os questionários *on-line* a alunos egressos e realizamos entrevistas semiestruturadas com gestores institucionais, o que nos

permitiu, complementarmente, integrar a visão sobre as políticas públicas e práticas voltadas ao empreendedorismo.

Finalmente, em uma quarta e última etapa, trabalhamos na confecção do produto final. A estruturação das grelhas de síntese de cariz analítico sustenta quer o nosso esforço interpretativo dos resultados obtidos, quer a relevância de se convocar os pressupostos teóricos e conceituais que embasam o estado de arte da presente investigação. Além disso, foi-nos possível realizar “triangulações” entre a visão dos gestores e percepção dos alunos e os documentos institucionais, informação recolhida nas diversas etapas do trabalho de campo em que se inscreve o nosso roteiro metodológico.

3.2 O estudo de caso e suas abordagens

O estudo de caso se revelou como a mais adequada estratégia de investigação para o objetivo definido neste trabalho, sobretudo por permitir um estudo mais situado e mais profundo, do ponto de vista de parâmetros espaciais e temporais. De acordo com Minayo (2007, p. 165), os estudos de caso são utilizados na área da administração e da avaliação social, tendo implicações bastante funcionais, tais como:

- a) Compreender o impacto de determinadas políticas numa realidade concreta;
- b) Descrever um contexto no qual será aplicada determinada intervenção;
- c) Avaliar processos e resultados de propostas pedagógicas ou administrativas e
- d) Explorar situações em que intervenções determinadas não trouxeram resultados previstos.

Para Morgado (2012), como estratégia de investigação, o estudo de caso tem tido uma influência considerável no desenvolvimento das ciências sociais, tanto pela frequência com que é utilizado, quanto pelos distintos itinerários de investigação que podem ser delineados tendo por base esse formato metodológico. O autor ainda destaca que o estudo de caso tem apresentado importantes resultados especialmente para a investigação das organizações escolares, que é o nosso caso, quando afirma: “uma vez que permite produzir informação pertinente quer para compreender o funcionamento da escola, quer para fundamentar decisões que concorram para melhorar a sua prestação educativa” (Morgado, 2012, p. 57).

Já Yin (2010) afirma que, em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum

contexto da vida real. O referido autor ainda ressalta que o estudo de caso é um modo de se investigar sobre um tópico ou um tema empírico, podendo ser aplicado a múltiplas situações no campo das ciências sociais.

Para Becker (1996), o estudo de caso se insere no modelo denominado pelo autor como “modelo artesanal de ciência”, no qual o investigador atua como artesão intelectual, uma vez que adequa e personaliza os instrumentos de acordo com o seu objeto específico de investigação. Já Eisenhardt (1989) afirma que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa pela qual se compreende a dinâmica de um fenômeno a partir de sua singularidade. Essa singularidade pode ser apreendida pela observação de um caso único ou de um conjunto de casos que permitam a observação profunda do fenômeno em suas diversas dimensões, e tal apreensão pode se dar por meio de várias técnicas de coleta e fontes de dados. Essa especificidade do estudo de caso também é abordada em Stake (2007, p. 24), quando ele diz que:

O verdadeiro objetivo do estudo de caso é a particularização, não a generalização. Pegamos num caso particular e ficamos a conhecê-lo bem, numa primeira fase não por aquilo em que difere dos outros, mas pelo que é, pelo que faz. A ênfase é colocada na singularidade e isso implica o conhecimento de outros casos diferentes, mas a primeira ênfase é posta na compreensão do próprio caso.

Assim, nosso trabalho de pesquisa tem a seu favor a singularidade de um estudo inédito no âmbito do IFRN, cujos resultados podem direcionar, dimensionar e redefinir políticas, projetos e ações voltados ao empreendedorismo naquela instituição.

Dentre as vantagens do método em comparação a outros delineamentos de pesquisa, de acordo com Gil (2009), pode-se destacar a possibilidade de se estudar um caso em profundidade, considerando suas inúmeras dimensões, e de se dar ênfase ao contexto em que ocorrem os fenômenos, não sendo possível separar o contexto do fenômeno, porque nem sempre os limites estão claramente definidos. Os estudos de caso favorecem a construções de hipóteses, estimulam o desenvolvimento de outras pesquisas, permitem investigar o caso sob a perspectiva dos grupos ou das organizações, podem ser aplicados sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos e são flexíveis.

Outra vantagem, especificamente em nosso estudo, é o fato do pesquisador responsável pelo trabalho ser integrante da instituição desde 1995, tendo fácil acesso a documentos institucionais e aos dados dos alunos egressos. Esse acesso, inclusive, abrange também os dados sobre os dirigentes institucionais entrevistados. De acordo com Yin (2010, p. 48), precisa-se ter o “acesso suficiente aos

dados potenciais para entrevistar pessoas, revisar os documentos ou registros ou fazer observações no campo”.

Embora as técnicas mais adotadas sejam a observação, a entrevista e a análise documental, os estudos de caso podem se valer do uso concomitante de múltiplas técnicas, cuja aplicação pode se dar de forma diferenciada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. No presente trabalho, privilegiamos as abordagens qualitativa e quantitativa, que se articularam em determinadas etapas da pesquisa. Assim, os resultados se acrescentaram e se completaram, corroborando com Flick (2005, p. 270), quando afirma: “as perspectivas metodológicas diferentes complementam-se no estudo de um assunto, e isso é concebido como forma de compensar as fraquezas e os pontos cegos de cada um dos métodos”.

A escolha por abordagens diferentes, qualitativa e quantitativa, em um mesmo trabalho, pode remeter ao debate descrito por Morgado (2012, p. 30), que diz “uma boa parte das três últimas décadas do século passado foi caracterizada pelo debate epistemológico entre os diversos paradigmas, fundamentalmente entre o que se costuma chamar de enfoque quantitativo e qualitativo”. Tal opção pode se relacionar, também, a Gamboa (1995, p. 84), que afirma:

A dicotomia existente entre abordagem quantitativa e qualitativa ainda preocupa muitos pesquisadores, sobretudo, porque a literatura brasileira carece de publicações aprofundadas sobre a questão, o que, de certa forma, contribui para uma acentuação de um confronto polarizado entre as abordagens.

Mesmo com suas especificidades, os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem. De acordo com Creswell (2010), o desenvolvimento e a legitimidade, percebidos em ambos os métodos, geraram uma popularização da pesquisa de métodos mistos, a qual abrange os pontos fortes tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa, proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados.

A utilização dos modelos em conjunto procura adotar vários métodos para análise do objeto de estudo, através da comparação dos dados obtidos por meio das abordagens quantitativas e qualitativas. Essa combinação pode se apresentar de forma alternada ou simultânea a fim de responder à questão de pesquisa. Dessa forma, as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados (Creswell, 2010; Creswell & Plano-Clark, 2013).

Minayo (2007) demonstra que uma das abordagens pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas da abordagem oposta. Já Duffy (1987) aponta que o emprego conjunto dos métodos traz certos benefícios como a possibilidade de se controlar vieses (pela abordagem quantitativa) e de se compreender os agentes envolvidos no fenômeno (pela abordagem qualitativa); a identificação de variáveis específicas (pela abordagem quantitativa) e a visão global do fenômeno (pela abordagem qualitativa); a complementação de um conjunto de fatos e causas oriundos da abordagem quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade; e o enriquecimento das constatações obtidas em condições controladas com dados obtidos no contexto natural.

Nessa direção, Gray (2012) faz referência ao uso de métodos mistos, empregados de forma concomitante no estudo, apontando que pode haver uma relação de independência ou dependência entre eles:

Os métodos quantitativos e qualitativos podem ser usados de forma interdependente. . . . ou independente, concentrando-se na mesma pergunta da pesquisa ou em perguntas diferentes . . . embora um método possa ter mais destaque do que o outro, ambos ainda têm um propósito e, portanto, valor. Os desenhos mistos nem sempre têm que ser independentes . . . os elementos quantitativos e qualitativos podem ser conduzidos de forma bastante independente e não em uma ordem específica – por isso, podem ser usados de forma concomitante, sequencial, com os qualitativos antes dos quantitativos e vice-versa. (Gray, 2012, pp. 168-170)

Por fim, Salomon (1991) afirma que “transcender o debate qualitativo-quantitativo” é, hoje, mais do que nunca, uma “necessidade” para quem investiga a complexa realidade social e educativa (sala de aula, escola, família, cultura), em que se conglomeram as intervenções de variáveis interdependentes (comportamentos, percepções, atitudes, expectativas, etc.), cuja análise e estudo não podem ser encarados à maneira das ciências exatas, na qual se consegue isolar variáveis e fatos individuais. Analisar os problemas sociais exige abordagens diversificadas que combinem o que de melhor tem para dar cada um dos paradigmas litigantes: combinar a “precisão” analítica do paradigma quantitativo com a “autenticidade” das abordagens sistêmicas de cariz interpretativo é, tomando-se as palavras de Salomon, “uma coabitação que está longe de ser um luxo; é antes uma necessidade se desejamos mesmo que dela nasçam resultados frutíferos” (1991, p. 17).

Portanto, essas ideias de métodos mistos são partilhadas por muitos outros autores quando sugerem a utilização das estratégias que melhor se adaptem às sugestões colocadas pela investigação, independentemente dos paradigmas. É o que Coutinho, em sua obra *Metodologia de investigação em*

ciências sociais e humanas: teoria e prática (2011), descreve como uma tendência atual à adoção da integração metodológica.

Assim, observa-se que, apesar das pesquisas quantitativas e qualitativas terem abordagens e características distintas, elas não são incompatíveis. Na verdade, o seu uso conjunto tem demonstrado resultados confiáveis, que minimizam a subjetividade e que respondem às principais críticas às estratégias de abordagem qualitativas e quantitativas quando utilizadas isoladamente.

Com base nos objetivos propostos no nosso trabalho, mesmo que se apoiando em um processo misto, entendemos que esta pesquisa se dá predominantemente de forma qualitativa, pois consideramos que se trata de uma abordagem interpretativa, uma vez que procura compreender o fenômeno e não apenas quantificá-lo. Assim, podemos dizer que as técnicas quantitativas foram usadas a serviço de uma investigação qualitativa. Esse tipo de abordagem é indicado quando o caso a ser estudado é bastante complexo, de natureza social e não tende simplesmente a uma quantificação. Esse tipo de pesquisa tem como prioridade:

Proporcionar maior familiaridade com o problema . . . o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições . . . seu planejamento é, portanto bastante flexível . . . na maioria dos casos assume a forma de estudo de caso. (Gil, 2009, p. 41)

3.3 Delimitação do objeto empírico

Na sequência do nosso estudo, importa delimitar o nosso objeto empírico através da explicitação de critérios teoricamente sustentados. Para tal, estabelecemos quatro critérios para escolha dos *campi*, com o objetivo de se ter uma amostra expressiva de todo o IFRN:

1º) Observar o tempo de existência do *campus*. Destaque nesse quesito é o Campus Natal-Central, também considerado como *campus* “mãe”, por ser o mais antigo. Não é apenas a unidade precursora, mas também difusora e propulsora da ação institucional, funcionando como referência para as demais unidades (CEFET-RN, 2008). E, ainda, o *campus* Mossoró, segundo mais antigo, com algumas características semelhantes às citadas sobre o Natal-Central, porém em menor intensidade.

2º) Observar a representatividade, principalmente econômica e social, de todo o estado do RN. Assim, decidimos eleger pelo menos um *campus* de cada uma das quatro mesorregiões⁴⁹ existentes no RN.

3º) Observar os *campi* que possuíssem turmas formadas e conseqüentemente representatividade de alunos egressos. Em nossa pesquisa, alguns *campi* ainda eram recém-criados, e houve casos em que não dispunham de nenhuma turma formada.

4º) A partir de pesquisa documental realizada em todos os *campi* existentes, buscamos identificar políticas, projetos e ações voltados ao empreendedorismo. Após a coleta de informações, procuramos eleger os *campi* que fossem ao encontro do conceito multidimensional relacionado à prática do empreendedorismo, já discorrido no referencial teórico (Capítulos 1 e 2). Destaque para o Campus Natal-Cidade Alta que, diferentemente de um viés predominante economicista, apontou para direcionamentos de empreendedorismo cultural e economia criativa.

Após a análise dos critérios propostos, centramos nossos estudos de caso em cinco *campi*, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, João Câmara, Caicó e Mossoró. Esses serão melhor caracterizados a seguir, no Capítulo 4.

Prosseguindo com a definição e escopo do nosso objeto de estudo, foram envolvidos os atores institucionais (gestores e alunos egressos) para realização das entrevistas e aplicação dos questionários. Destarte, como população dessa investigação, elegemos, por um lado, os alunos egressos dos cursos técnicos integrados e superiores; e, por outro lado, os gestores institucionais com participação direta ou indireta na formulação e/ou implementação de políticas públicas ou projetos voltados ao empreendedorismo. Ambos os alunos egressos e os gestores foram selecionados dentre os cinco *campi* elegidos para o estudo de caso.

Para a seleção dos alunos, foram escolhidos os diplomados entre o período do primeiro semestre do ano 2013 (2013.1) ao primeiro semestre do ano de 2015 (2015.1), nos diversos cursos técnicos integrados e superiores dos *campi* elegidos, perfazendo-se um total de 3341 alunos, sendo essa a nossa população acessível ou disponível. A escolha por esse *coorte* temporal foi estabelecida

⁴⁹ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais que, por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Essa composição foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990). As mesorregiões do estado do RN serão melhor explicitadas no Capítulo 4.

pois era o que compreendiam os dados oficiais e institucionais mais recentes dos egressos à época da aplicação dos questionários, em junho de 2016. Além disso, esses alunos já tinham se graduado há, pelo menos, um ano, intervalo de tempo que acreditamos ser adequado para o melhor estabelecimento dos sujeitos em um pretense mercado de trabalho em suas diversas formas, o que agrega, portanto, maior confiabilidade às informações.

Assim, optamos por utilizar a técnica de amostragem probabilística do tipo aleatória simples para a constituição da nossa amostra representativa do universo-alvo⁵⁰. Para Coutinho (2011), a amostragem é probabilística se podemos determinar o grau de probabilidade (diferente de zero) de um sujeito da população pertencer, ou não, à amostra. Segundo Hill e Hill (2012), a amostragem probabilística, também chamada de amostragem casual, é o método preferível quando o investigador pretende extrapolar (generalizar) com confiança para o universo os resultados obtidos a partir da amostra. Entre os diversos tipos de amostragem probabilística, está a amostragem aleatória simples, em que a escolha dos participantes da amostra é feita ao acaso.

Quanto ao tamanho da amostra, podemos dizer que esse é um assunto complexo por envolver diversas metodologias adequadas para as mais diferentes perguntas que se desejam responder a partir de uma amostra. Coutinho (2011) afirma que essa sempre foi uma preocupação para a maioria dos investigadores, no que diz respeito a se determinar o tamanho ideal que a amostra deve ter para ser capaz de garantir a qualidade dos resultados da investigação. O tamanho ótimo de uma amostra está diretamente relacionado com o tipo de problema a se investigar, havendo, no entanto, um conjunto de critérios que podem ajudar o investigador a determinar a dimensão “ideal” da sua amostra.

A determinação do tamanho de nossa amostra levou em consideração aspectos práticos, técnicos e teóricos. Os práticos se referem ao tempo e aos recursos financeiros disponíveis e os técnicos estão relacionados ao grau de precisão exigido pelo estudo. Para submeter nossa amostra a tratamentos estatísticos, foi assegurado o seu grau de representatividade, como também foi estimado o erro que se pode vir a cometer na inferência dos resultados da amostra para a população, o que demonstra a compatibilização dos aspectos práticos com os aspectos teóricos da investigação. Destarte, utilizamos a fórmula indicada por Krejcie e Morgan (1970):

⁵⁰ O processo de definição da amostra se deu a partir das possibilidades de escolha propostas por Quivy e Campenhoudt (2008). Assim, optamos por estudar uma amostra representativa da população, pois reúnem duas condições: quando se põe um problema de representatividade e quando a população é muito volumosa e é preciso recolher muitos dados para cada indivíduo ou unidade.

$$n = (Z^2 * N * P * (1-P)) / ((\square^2 * (N-1)) + (Z^2 * P * (1-P)))$$

Onde,

n = tamanho da amostra

Z = valor para o grau de confiança pretendido (1,96, obtido na tabela Z para 95%)

N = tamanho da população (3341 egressos)

P = proporção populacional (assumido 0.5. Retornará o tamanho máximo da amostra)

\square = margem de erro (neste caso, 5% ou 0.05).

Com a aplicação da fórmula descrita e levando em consideração nossa população disponível de 3341 alunos egressos, com grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, obtivemos uma amostra de 345 alunos egressos.

Para a seleção dos dirigentes/ gestores institucionais, a questão da representatividade, do ponto de vista estatístico não se coloca, sobretudo para estudos qualitativos (Albarello et al. 2011). Pelo contrário, o mais importante para a delimitação da nossa população-alvo é a capacidade de definir critérios orientados pela adequação aos objetivos da investigação. Tais critérios seguem princípios como a diversificação de pessoas entrevistadas e a garantia de saturação da informação, ou seja, assegurar que se atinge a amplitude o mais completa possível dos aspectos centrais do estudo. Assim, quanto à seleção dos gestores para as entrevistas semiestruturadas, estabelecemos dois critérios.

O primeiro critério foi o de eleger pelo menos um gestor de cada *campus* com participação direta ou indireta na formulação e/ou implementação de políticas públicas ou projetos voltados ao empreendedorismo, com o objetivo de se obter representatividade de todos os cinco *campi* objetos desta investigação. O segundo foi buscar eleger gestores com cargos distintos, com o objetivo de obter visões diferentes sobre o tema, bem como níveis de intervenção diferenciados sobre as políticas e projetos empreendedores. Dessa forma, os cargos elegidos foram um Diretor de inovação, um Coordenador de extensão, um Gerente de incubadora e dois Diretores-gerais de *campus*. Além desses cinco dirigentes, um de cada *campus*, elegemos o magnífico Reitor, por ser integrante do mais alto escalão da equipe dirigente do IFRN, perfazendo um total de seis entrevistas cujos entrevistados foram codificados da seguinte forma, respectivamente: Gestor 1 (G1), Gestor 2 (G2), Gestor 3 (G3), Gestor 4 (G4), Gestor 5 (G5) e Gestor 6 (G6).

Nesse segundo critério, os gestores escolhidos, em sua maioria, detinham uma larga experiência dentro da instituição, a maioria possuindo mais de 20 anos de trabalho no IFRN. Desse modo, compreende-se que esses gestores selecionados correspondem a um grupo de indivíduos que, além de estarem envolvidos diretamente no processo das políticas públicas e projetos empreendedores da instituição, têm experiência e visão macroinstitucional diferenciadas. Assim, conforme afirma Minayo (2007), imagina-se que esse grupo possibilita que abarquemos a problemática criada nas suas múltiplas dimensões.

3.4 Instrumentos de recolha de dados

Após evidenciarmos as nossas opções metodológicas, a delimitação do contexto e dos atores institucionais participantes do nosso estudo, passaremos agora à apresentação das diversas técnicas e procedimentos utilizados para a recolha de dados, destacando a contribuição e a importância de cada um para o aprofundamento da pesquisa.

Sobre a importância dos instrumentos na recolha de dados, Morgado (2012, p. 71) assegura que é essencial que esses dispositivos atendam à objetividade do estudo, de forma que permitam a recolha das informações necessárias para a qualidade e o êxito da pesquisa:

As técnicas e os instrumentos de recolha de dados utilizados são elementos essenciais uma vez que deles dependem, em grande parte, a qualidade e o êxito da investigação. Devem, por isso, ser elaborados e utilizados de modo a captar, da forma o mais completa possível, todas as informações inerentes ao(s) fenómeno(s) em estudo, não podendo, por isso, deixar de ter em conta os objetivos visados e o contexto em que se realiza o estudo. . . . depois de identificadas as informações a recolher, é necessário definir a estratégia que permitirá concretizar esse intento, que implica saber quais as técnicas e os instrumentos de recolha de dados a utilizar.

Ainda segundo Morgado (2012), o maior ou menor êxito da adequação do processo de recolha dos dados ao objeto da investigação depende do conhecimento, da capacidade e da experiência de cada investigador.

Para Yin (2010), quando se trata de uma investigação com base no estudo de caso, a pluralidade de técnicas de coleta de dados é permitida. Assim, para um melhor entendimento, enfatizamos, na Figura 1, a seguir, as técnicas de recolha de dados utilizadas no nosso estudo que se referem concretamente às políticas públicas e ao empreendedorismo com relação aos dirigentes institucionais e alunos egressos do IFRN.

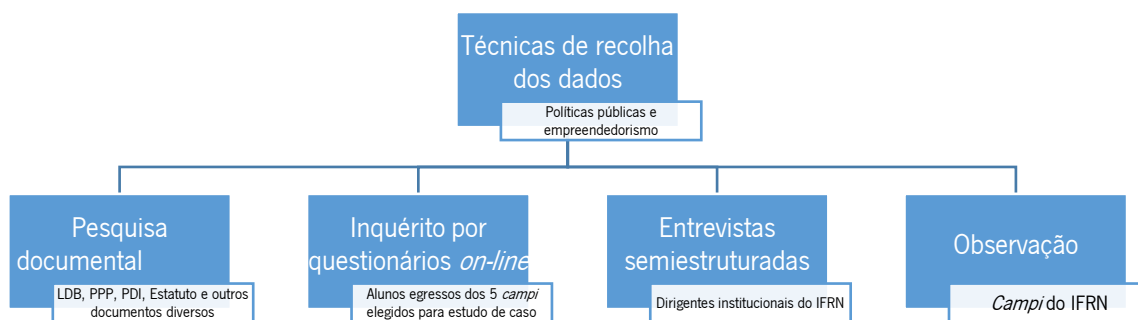


Figura 1 - Design das técnicas de recolha dos dados

Excetuando-se o inquérito por questionários, por razões que serão expostas adiante, a recolha dos dados se deu com certa facilidade, já que o pesquisador autor do presente trabalho atua como servidor do IFRN desde 1995. Assim, foi disponibilizado, a partir de prévias autorizações concedidas, todo o acervo institucional necessário, documental ou acadêmico, por parte dos órgãos internos competentes, e, também, plataformas documentais *on-line*, em sua maioria, de livre acesso. Também houve fácil acesso a todos os entrevistados (gestores), o que favoreceu a marcação das datas e horários, além da disponibilidade e a condução das entrevistas semiestruturadas.

3.4.1 Fontes documentais

A análise documental se constitui em uma técnica de abordagem de dados qualitativos, tanto no aspecto complementar de informações sistematizadas a partir de outras técnicas de recolha de dados, quanto para contribuir com novos elementos de uma problemática ou de um tema. Ela contribui para se identificar informações baseadas em fatos a partir da problematização do objeto de estudo e do levantamento de hipóteses de interesse para a investigação. Para Bardin (1977, p. 47) “a análise documental é uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente de a original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Para diversos autores, entre eles Albarello et al. (2011), Lakatos e Marconi (2010) e Lüdke e André (2013), a análise documental tem diversas vantagens, tais como ser uma fonte estável, podendo-se consultar os documentos que a compõem quantas vezes forem requeridas; fornecer resultados que retratam a realidade dos fatos; e subsidiar outras técnicas de recolha de dados com informações confiáveis. Esses documentos se constituem em fontes poderosas de evidências que

fundamentam afirmações do pesquisador. Para Lüdke e André (2013), por definição, os documentos incluem leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, livros, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, estatísticas e arquivos escolares, dentre outros. As novas tecnologias, por sua vez, facilitam ao investigador não só o acesso à pesquisa documental, como também permitem com maior amplitude a sua transferência, arquivamento e manipulação.

Para Stake (2007), os documentos constituem uma mais-valia em qualquer processo investigativo, funcionando como substitutos de registros de atividade que o investigador não pode observar diretamente. Já Bell (2004, p. 102) relata que a análise documental pode ser utilizada em duas perspectivas diferentes:

- a) Com o objetivo de complementar, fundamentar e/ou enriquecer informações obtidas com outras técnicas de recolha; neste caso, a análise documental permite recolher informações úteis acerca do objeto do estudo;
- b) Como técnica particular, ou mesmo exclusiva, de recolha de dados empíricos para um projeto de investigação; neste caso, os documentos são, em si mesmo, o alvo do estudo.

Tendo em conta o objeto de estudo de nossa investigação, a análise documental recaiu em duas frentes. Uma, no âmbito federal, sob consulta a documentos oficiais do MEC, mais especificamente a LDB n. 9.394 (1996), além de outras diversas leis, com o intuito de apreender tópicos especificamente referentes a políticas públicas e projetos empreendedores no âmbito educacional brasileiro. A outra frente recaiu na consulta, de forma particular, a documentos referentes ao IFRN, que, apesar de ter sido criado recentemente, em 2008, com a Lei n. 11.892, é uma instituição com origem secular, datada de 1909. Assim, foi necessária a análise pormenorizada a outras legislações indispensáveis para compreender a instituição ao longo dos seus 110 anos de história.

Complementarmente, foram analisados os documentos que regem atualmente a instituição, sempre com ênfase no objeto do nosso estudo, como o PPP (IFRN, 2012), o PDI (IFRN, 2014), o Estatuto (2009), a Organização Didática do IFRN (2012), alguns regimentos internos dos *campi*, da Reitoria e algumas resoluções de conselhos como o CONSUP, além de outras normas, resoluções, ementas de disciplinas, deliberações, atas e do Sistema Acadêmico, que funciona a partir do módulo de Ensino da plataforma Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-EDU).

É importante referir dois aspectos que foram observados em nossa análise documental. Primeiramente, a necessidade de se ter em conta a pertinência e a eficácia das fontes utilizadas, o que

Bell (2004) chama de crítica externa, em que procura saber se um documento é genuíno (isso é, se não foi forjado) e autêntico (ou seja, se é o que pretende ser e se o que diz sobre aquilo a que se refere é verdadeiro). Em segundo lugar, e em decorrência do aspecto anterior, a necessidade de uma permanente atitude crítica por parte do investigador, que, além de contribuir para verificar a autenticidade e a credibilidade dos documentos, permite contextualizar a informação recolhida e avaliar a sua adequação ao objeto do estudo (Morgado, 2012).

3.4.2 Observação

Para Morgado (2012), embora a observação seja um dos procedimentos mais comuns no campo da investigação, é um conceito de difícil definição. No entanto, Bogdan e Biklen (1994, p. 113) relatam que

Essa 'indefinição' não retira o protagonismo a este método de recolha de dados, que faz parte do que vulgarmente se denomina trabalho de campo, uma expressão que 'lembra algo ligado à terra' e pretende designar uma forma de trabalho que a maioria dos investigadores, em particular os naturalistas e hermenêuticos, utiliza para recolher os seus dados.

Para Flick (2005), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fenômenos ou fatos que se desejam estudar. Já Martins (2008, pp. 23-24) ressalta a importância dessa técnica em um estudo de caso, quando afirma:

A observação, ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados de situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária. Pode-se afirmar que o planejamento e execução dos trabalhos de campo de uma pesquisa orientada por um estudo de caso não podem desconsiderar a observação como uma das técnicas de coleta de dados e informações. Aliás, na maioria dos estudos dessa natureza tudo tem início com atentas observações sobre o caso que se pretende investigar.

Muitos estudiosos, nomeadamente Bell (2004), Bogdan e Biklen (1994), Coutinho (2011), Flick (2005), Morgado (2012), Quivy e Campenhoudt (2008), Stake (2007) e Yin (2010), relatam distintas modalidades de observação, com diversas nomenclaturas. Vamos nos ater à observação não participante que foi utilizada em nossa pesquisa. Para Morgado (2012), na observação não participante, o investigador se limita a observar e recolher informações, não interagindo nem intervindo no grupo em estudo. Já Quivy e Campenhoudt (2008, p. 198) consideram como principal característica dessa modalidade "o fato de o investigador não participar na vida do grupo que, portanto, observa 'do exterior'", em um processo que tanto pode ser de longa ou curta duração.

Segundo Casa-Nova (2009), a observação como técnica de recolha se materializa pelas “notas de campo”, em que se assinalam as descrições precisas e minuciosas da realidade vivenciada e as reflexões do investigador. Para a autora, quando o investigador tem experiência em observação, torna-se “pertinente a incorporação no diário de bordo da descrição do que se observa, a reflexão sobre o que se observa e a articulação com a teoria, num vaivém constante entre descrição e análise do processo de observação” (Casa-Nova, 2009, p. 66). Já Coutinho (2011) se refere ao diário de bordo como um dos principais instrumentos do estudo de caso, tendo como objetivo ser o instrumento no qual o investigador registra as notas retiradas das suas observações de campo.

Nossas observações intencionais⁵¹ aconteceram nos diversos *campi* do IFRN, seja no *campus* onde está lotado o pesquisador, sejam em viagens ou deslocamentos realizados para outros *campi* geograficamente afastados do Natal-Central. Talvez, devido ao fato de o pesquisador estar na condição de servidor da instituição desde 1995, o acesso tenha sido facilitado e o trabalho pôde ser realizado com naturalidade, não despertando muitas curiosidades, nem tampouco constrangimentos. Ao término das observações, era possível se dirigir a um local reservado ou sala de estudos para acrescentar questões pertinentes às notas de campo obtidas, e assim o diário de bordo fora criado.

3.4.3 Inquérito por questionários

Um dos instrumentos de recolha de dados que utilizamos foi o inquérito por questionário, que, segundo Morgado (2012), é uma técnica muito utilizada no domínio da investigação. Para Quivy e Campenhoudt (2008, p. 188),

Um questionário é uma série ordenada e coerente de perguntas que são colocadas a um conjunto de inquiridos para colher elementos sobre a situação social, profissional ou familiar, as suas opiniões, as atitudes que assumem e/ou a forma como se posicionam perante certas questões humanas e sociais, acontecimentos ou problemas, as suas expectativas, o seu nível de conhecimentos e, ainda, sobre qualquer temática ou assunto de interesse para o investigador.

Já Stake (2011) afirma que o questionário de pesquisa social é um conjunto de perguntas, afirmações ou escalas (no papel, pelo telefone ou na tela/ecrã) geralmente feitas da mesma forma para todos os entrevistados. Os dados são transformados em totais, médias, porcentagens, comparações e correlações, tudo se adaptando muito bem em uma abordagem quantitativa. Entretanto, os pesquisadores qualitativos, muitas vezes, também reservam parte de sua investigação

⁵¹ Para Morgado (2012), as observações intencionais são focalizadas essencialmente nas ações e atividades das pessoas presentes no estudo e no(s) contexto(s) em que as mesmas decorrem.

para o questionário quantitativo e para os “dados agregados”. A vantagem é que os questionários podem ser obtidos de uma grande quantidade de entrevistados.

A escolha do nosso questionário (ver Apêndice I) para a pesquisa foi feita de acordo com as características dos inquiridos, alunos egressos, que eram em grande número, 3341 respondentes, e, geograficamente, estavam espalhados em diversos lugares. Assim, tivemos a logística facilitada a esses alunos. Além disso, essa técnica de recolha dá flexibilidade, tranquilidade e liberdade para que o respondente preencha o questionário no momento em que estiver disponível e sem a presença e a pressão por parte do interlocutor, como assegura Morgado (2012, p. 77):

O inquérito por questionário é uma técnica de recolha de dados muito utilizada no domínio da investigação. Questionário é uma série ordenada e coerente de perguntas que são colocadas a um conjunto de inqueridos para colher elementos . . . sendo normalmente preenchido pelo inquerido sem a presença do investigador, o que é uma vantagem porque se respeita a individualidade de cada respondente e liberta-o de qualquer pressão.

A opção pela modalidade do questionário do tipo *on-line* vai ao encontro das vantagens descritas por Lakatos e Marconi (2010, pp. 203-204):

Economia de tempo, viagens e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; abrange uma área geográfica mais ampla; obtém respostas mais rápidas e precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; há mais tempo de responder e em hora mais favorável; há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Assim, podemos afirmar que as vantagens descritas têm relação direta com os motivos que nos levaram a eleger essa modalidade de questionário eletrônico. Caso tivéssemos que realizar visitas para aplicação presencial de questionários, nossa pesquisa poderia ficar inviabilizada por questões de logística, de recursos financeiros e pela ausência de tempo disponível.

Para Coutinho (2011), os questionários são passíveis de aplicação a variadíssimas situações e contextos de investigação e não impõem as restrições referidas para as entrevistas, estando, assim, explicada a sua enorme popularidade na pesquisa em ciências sociais e humanas. Entretanto, os questionários também apresentam algumas desvantagens, tais como a não devolução de todas as questões respondidas (em concreto as questões abertas que também compõem nossa pesquisa), a dificuldade na interpretação das questões e a superficialidade das respostas que não permitem a análise de certos processos. Gil (2009, p. 127) corrobora com a percepção desses aspectos negativos quando nos fala:

. . . em certas circunstâncias conduz a graves deformações nos resultados das investigações . . . impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas. . . impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas. . . não oferece garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra . . . envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos.

Com o objetivo de atenuar essas desvantagens, nosso trabalho se utilizou, como já mencionado, de outras fontes de recolha como forma de complementaridade às informações recolhidas nos questionários, em concordância com Morgado (2012, p. 77), quando afirma: “na verdade, a superficialidade das respostas não permite aprofundar determinadas questões, sendo por isso que a utilização do questionário como instrumento de recolha de dados é, muitas vezes, complementada pelo recurso a outros instrumentos de recolha”. Assim, a aplicação do questionário se revelou proficiente e pertinente, dada a sua importância na investigação, na qual funciona como “complementaridade em relação às técnicas de aprofundamento qualitativo” (Minayo, 2007, p. 268), assemelhando-se, também, aos contributos propiciados pelas entrevistas.

Justificado e definido o questionário como um dos instrumentos de recolha, partimos então para a sua elaboração, organização, validação e aplicação. Nossa tarefa não foi simples, conforme relata Bell (2004, p. 117) “planificar um bom inquérito é mais difícil do que imagina”, ou ainda nos dizem Hill e Hill (2012, p. 83) “é muito fácil elaborar um questionário, mas não é fácil elaborar um **bom** [grifo dos autores] questionário”. Ghiglione e Matalon (1997, p. 108) referem que

A construção do questionário e a formulação das questões constituem . . . uma fase crucial do desenvolvimento de um inquérito. . . Qualquer erro, qualquer inépcia, qualquer ambiguidade, repercutir-se-á na totalidade das operações ulteriores até às conclusões finais.

Para Gil (1999, p. 116), “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário”.

Na concepção de Morgado (2012), a construção de um questionário se baseia em um conjunto de itens delineados em torno do problema ou situação a se investigar. É habitual que, antes de delinear as questões, o investigador proceda a uma revisão da bibliografia sobre a problemática em estudo – o que lhe permite tomar conhecimento de outras investigações que, eventualmente, possam ter sido desenvolvidas nesse âmbito. Nessa perspectiva, nossa primeira fonte para a construção do questionário foi nosso referencial teórico, bem como as informações extraídas da nossa pesquisa

documental. Assim, criamos uma grelha com todas as questões envolvidas no nosso questionário e seus respectivos objetivos relacionados, com o intuito de guiar e justificar as questões elaboradas a partir do nosso referencial teórico, e de maneira a fazer relação com os objetivos geral e específicos do trabalho.

A validação do nosso instrumento se deu com o aporte de inúmeros outros estudos no mesmo âmbito de nossa investigação a que tivemos acesso, tais como Coan (2011), Marques (2016), Schaefer (2018) e Vieira e Marques (2014). Formulada nossa versão inicial do questionário, partimos para a realização de um pré-teste, o que é muito importante, pois, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p. 19) “o questionário deve ser testado previamente de modo a detectar e corrigir deficiências”. Para Bell (2004, p. 129),

O objetivo do pré-teste, através de um questionário piloto, consiste em descobrir os problemas apresentados pelo instrumento de recolha de informação escolhido, de modo que os indivíduos no seu estudo real não encontrem dificuldades em responder; por outro lado, poderá realizar uma análise preliminar dos dados obtidos para ver se o estilo e o formato das questões levantam ou não problemas na altura de analisar os dados reais.

Tal como advogam Coutinho (2011) e Fortin (2003), as respostas às questões podem ser de dois tipos: questões com resposta aberta ou questões com resposta fechada. Nosso questionário foi elaborado se utilizando de perguntas fechadas, predominantemente, e de algumas questões abertas. As questões fechadas eram de múltipla escolha, dicotômicas (duas opções de escolha) ou feitas de acordo com a escala tipo *Likert*⁵², ou, ainda, com adaptação dela. A escala *Likert* é usada costumeiramente nos questionários em pesquisas de opinião, atitude e comportamento. As opções oferecidas ao respondente variam de um nível menor ao maior, explicitando o nível de concordância relacionado a uma afirmação.

Dividimos nosso instrumento em quatro partes. Na primeira parte, solicitamos a caracterização pessoal dos entrevistados, e, na segunda, fizemos perguntas sobre empreendedorismo no contexto acadêmico. Na terceira parte, indagamos sobre a situação profissional dos egressos. Nesse caso, a partir do observado quanto à situação profissional do respondente, trabalhador assalariado, desempregado ou trabalhador independente/autônomo/empresário, o encaminhamos para perguntas distintas. Por fim, inquiremos sobre os projetos empreendedores, existentes e futuros, dos alunos

⁵² Segundo Tuckman (2000, p. 279), a escala do tipo *Likert* é “uma escala de cinco níveis, em que cada um desses níveis é considerado de igual amplitude. É designada como sendo semelhante a uma escala de intervalo”. Sobre a proposta original dessa escala, consultar Likert (1932).

egressos, e finalizamos o questionário com a possibilidade opcional da identificação⁵³ do respondente. Como forma de clarificar o exposto, apresentamos, a seguir, na Figura 2, um diagrama do modelo de questionário:

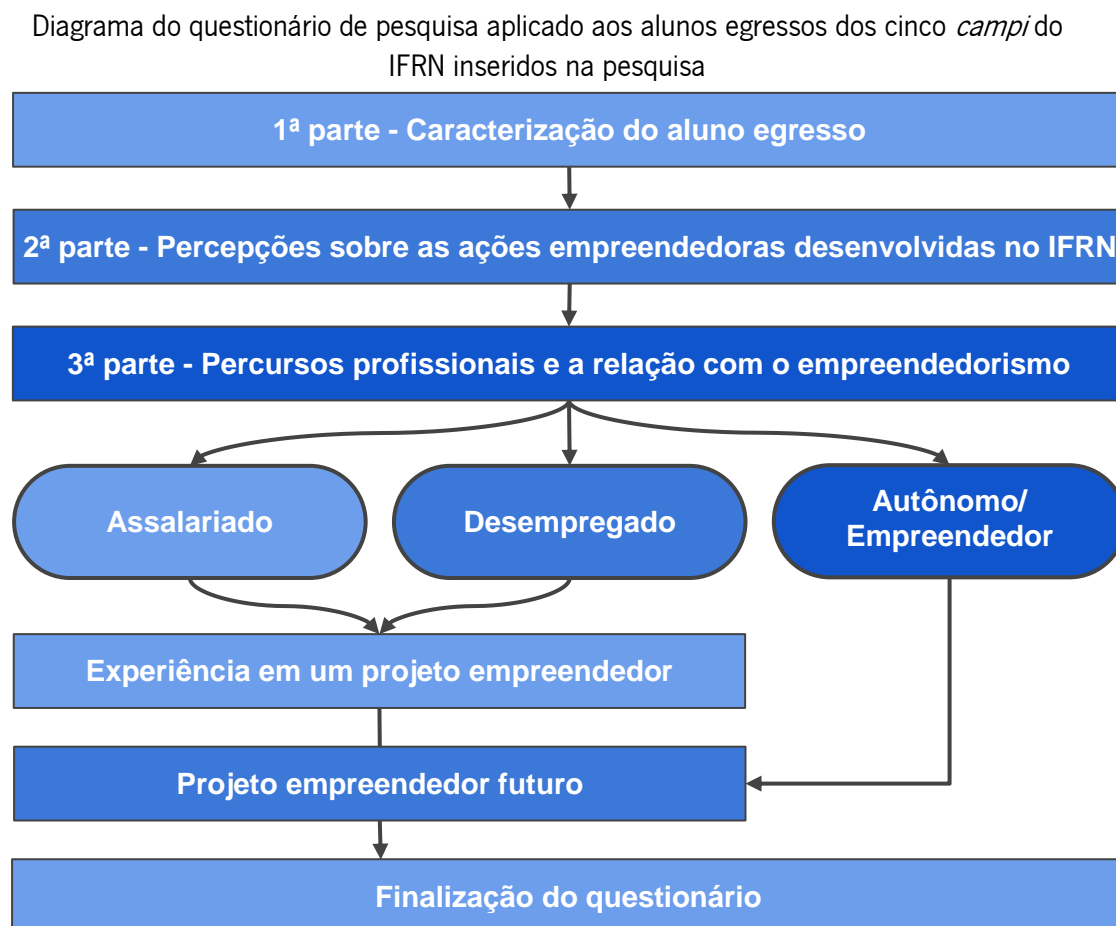


Figura 2 - Diagrama do questionário aplicado aos alunos egressos

Já justificada nossa escolha pelos questionários e descrita a sua elaboração, composição, validação e diagramação, passamos para a fase de aplicação. Para a coleta dos dados, utilizamos formulário do *Google Forms*⁵⁴ sob o título de “Políticas públicas e Empreendedorismo”. Criado o formulário e disponibilizado um *link* de acesso, solicitamos e conseguimos, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRN, a autorização para obter os dados cadastrais dos alunos egressos objetos do inquérito. Ainda nos foi criado e cedido um *e-mail* institucional específico para envio dos questionários, o “egresso@ifrn.edu.br”.

⁵³ É mister frisar que a identificação foi opcional e visou, exclusivamente, a participação para concorrer aos brindes sorteados. Todos os cuidados éticos foram atendidos, conforme será descrito no tópico 3.6, “Aspectos éticos considerados”.

⁵⁴ Apesar de já estar encerrado para respostas, o formulário ainda pode ser acessado a partir do *link* <https://goo.gl/CrDvT5> (recuperado em 2016).

As vantagens da aplicação do questionário pela plataforma *Google Forms* são inúmeras. É uma ferramenta intuitiva e de fácil utilização, tanto quanto à confecção, como para quem vai responder às perguntas. Também é possível se ter um acompanhamento em tempo real sobre a coleta dos dados, bem como gerar uma planilha eletrônica com os dados inseridos ou ainda gerar arquivo com gráficos e respostas obtidas.

Em maio de 2016, realizamos o pré-teste do questionário *on-line* junto a alunos egressos dos *campi* que não faziam parte do grupo dos cinco elegidos para nosso estudo de caso, nomeadamente os *campi* Apodi, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Educação a Distância, Ipanguaçu, Macau, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. A escolha foi pensada para que, uma vez obtida a versão final do questionário, evitássemos que alguns alunos possivelmente precisassem responder novamente a um questionário similar ao da versão piloto. Assim, deixamos de fora os diplomados dos cinco *campi* objetos do estudo: Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Mossoró, Caicó e João Câmara.

Enviamos, então, a versão piloto do inquérito por *e-mail* para 600 diplomados e obtivemos 73 retornos. Com o *feedback* dos atores, observamos a pertinência das questões, a adequação da linguagem e eventuais novas questões sugeridas por parte dos egressos, através de um campo específico, não pensadas anteriormente. Assim, fizemos os ajustes necessários e partimos para a aplicação em larga escala dos questionários *on-line*.

Estipulamos, como já mencionado, nos cinco *campi* objetos do estudo, o período de formatura entre o período de 2013.1 a 2015.1. De acordo com a base de dados cedida pelo IFRN, constatamos 5344 egressos nesse período. Porém, existiam alguns erros ou inconsistências na base de dados fornecida, tais como duplicação de pessoas, inexistência de *e-mail* no cadastro, *e-mails* com erros de digitação, que acabaram não sendo utilizados, além de formações acadêmicas diferentes do que desejávamos (em curso técnico e superior), como, por exemplo, formação no Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania (ProITEC), em Cursos de Qualificação Profissional (FIC), entre outros. Dessa forma, selecionamos e conseguimos enviar os questionários para um total de 3341 alunos.

O total de respondentes veio de quatro chamadas realizadas entre os meses de junho e julho de 2016, perfazendo trinta dias no total. Nesse período, a cada sete dias, captávamos os *e-mails* retornados dos egressos e reenviávamos *e-mail* para os que ainda não tinham respondido, reiterando a colaboração com nossa pesquisa e também analisando a taxa de retorno. Os que responderam ao questionário receberam *e-mail* de agradecimento pela colaboração.

Como forma de obter uma melhor participação e retorno por parte dos egressos, oferecemos sorteio de três brindes – *pen drives*. Citamos, ainda, a divulgação da pesquisa, com ajuda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, na página institucional do IFRN. Ressalta-se também que, com o *Google Forms*, ferramenta elegida para elaboração do questionário, há a vantagem de a coleta de dados ser automática e continuamente atualizada em planilha eletrônica. Isso contribuiu para a minimização de preocupações de ordem logística e permitiu se verificar até que ponto a taxa de retorno respondia satisfatoriamente ao critério quantitativo de uma amostra representativa, a qual, como já descrito anteriormente, foi estimada em 345 respostas. Dessa maneira, quando o número de respostas atingiu esse montante, era altura de dar por finda a coleta de dados.

3.4.4 Entrevista semiestruturada

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas para se obter informações em uma investigação. Segundo Morgado (2012), trata-se de uma técnica utilizada para recolher dados cujo principal objetivo é compreender os significados que os entrevistados atribuem a determinadas questões e/ou situações. Para Yin (2010, p. 112), “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas”. Já Quivy e Campenhoudt (2008) relatam que os métodos de entrevista, em suas diferentes formas, distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana.

Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contato direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele. Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade. (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 191-192)

Outra vantagem da utilização da entrevista para recolha de dados é citada por Lüdke e André (2013, p. 34):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário.

Yin (2010) ressalta que as entrevistas podem assumir diversas formas e que é comum, em um estudo de caso, que sejam conduzidas de forma espontânea. Para o autor, essa natureza de entrevista permite tanto que respondentes-chave sejam indagados sobre os fatos, quanto que a opinião deles sobre determinados eventos seja pedida. Quanto mais o respondente auxiliar com interpretações próprias de certos acontecimentos, mais o seu papel se aproximará do de um “informante” do que do de um mero respondente. Assim, “informantes-chave são sempre fundamentais para o sucesso de um estudo de caso. Essas pessoas não apenas fornecem ao pesquisador do estudo percepções e interpretações sob um assunto, como também podem sugerir fontes nas quais pode-se buscar evidências corroborativas” (Yin, 2010, p. 112). Essas evidências corroborativas podem, por exemplo, ser materializadas em uma triangulação dos dados (tema que será melhor explicitado no capítulo de análise dos dados) ou ainda como complemento a outras técnicas de recolha, conforme explicita Coutinho (2011, p. 291):

As entrevistas servem para obter informação que não foi possível obter pela observação ou para verificar (triangulação) observações. O objetivo é sempre o de explicar o ponto de vista dos participantes, como pensam interpretam ou aplicam o seu comportamento no contexto natural em estudo.

Os tipos de entrevistas dispõem de inúmeras classificações e nomenclaturas, conforme discorrem alguns autores, tais como Almeida (1989), Bardin (1977), Bell (2004), Bogdan e Biklen (1994), Flick (2005), Lakatos e Marconi (2010), Minayo (2007), Morgado (2012), Quivy e Campenhoudt (2008), Stake (2007) e Yin (2010). Em uma condição intermediária entre dois polos (estruturada e não estruturada), encontra-se o tipo de entrevista semiestruturada, que, segundo Morgado (2012), é muito utilizada no domínio da investigação em ciências humanas e sociais por não ser inteiramente aberta, nem muito direcionadas através de perguntas precisas.

A entrevista semiestruturada se desenvolve com base em um guião previamente elaborado pelo pesquisador, assumida a perspectiva de que sua aplicação não será rigorosa, permitindo flexibilidade para adaptações no desenvolvimento do processo. Para Quivy e Campenhoudt (1998, p. 192), geralmente o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Sendo nosso trabalho um estudo de caso em uma instituição educacional, o IFRN, a escolha da entrevista semiestruturada pode se justificar na perspectiva de Lüdke e André (2013, p. 34):

Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados. As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.

Nessa ótica, a entrevista semiestruturada foi elegida para a nossa recolha de dados, constituindo-se como um meio valioso para a consecução dos objetivos propostos. Após justificar a técnica, então, precisávamos conceber a entrevista, algo nada simples na concepção de Stake (2007, p. 31), conforme afirma “talvez a tarefa mais difícil do investigador seja planejar boas perguntas, perguntas de investigação, que irão direccionar o olhar e o pensamento o suficiente, mas não em demasia”. Sendo assim, essa tarefa foi praticada com a construção do guião de entrevista (ver Apêndice II).

O guião elaborado teve como intuito dar respostas aos objetivos e questões orientadoras do estudo. Sua confecção foi feita de forma cuidadosa e atenta, que nos obrigou a uma reflexão rigorosa ao longo de sua elaboração. Teve como base nosso referencial teórico, os objetivos da pesquisa, além de outras investigações desenvolvidas no mesmo âmbito da nossa, tais como Marques (2016) e Vieira e Marques (2014). O guião, assim, dividiu-se em oito blocos: I - Legitimação e instruções para entrevista; II – Percurso socioprofissional (caracterização do entrevistado); III – Definição do empreendedorismo e seu lugar na educação; IV - Políticas públicas, projetos e ações voltados ao empreendedorismo no IFRN; V – Suporte do IFRN para professores e alunos no desenvolvimento do ensino do empreendedorismo e acompanhamento dos egressos; VI – Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas; VII – Observações e outras questões relacionadas ao empreendedorismo; e VIII – Validação da entrevista.

Convém relatar que, antes da aplicação das 6 entrevistas propostas, realizamos duas entrevistas-piloto com dirigentes institucionais do IFRN, entre maio e junho de 2016. Um deles era de um dos *campi* elegidos para o estudo de caso e o outro não. O objetivo do pré-teste realizado junto a indivíduos com características semelhantes aos da amostra foi verificar a pertinência das questões, a adequação da linguagem, as possíveis falhas, as eventuais dificuldades na interpretação de alguma das questões ou até o conhecimento de eventuais novas questões não pensadas anteriormente e sugeridas pelos entrevistados.

É importante frisar que, em uma dessas entrevistas-piloto, o entrevistado tinha pouco tempo como servidor do instituto. Assim, observamos que boa parte das perguntas não foram respondidas a contento, de maneira que para o efeito desejado ser atingido tínhamos que selecionar servidores com

mais experiência e maior vínculo laboral com a instituição, conforme um dos critérios já relatados no item 3.3, “Delimitação do objeto empírico”. Desse modo, foi demonstrada a importância da realização de um pré-teste da entrevista, conforme nos relata Stake (2007, p. 82), “experimentar as perguntas numa entrevista-piloto ou, pelo menos, num ensaio mental, deverá ser um procedimento de rotina”. Com o *feedback*, realizamos os ajustes necessários e partimos para a realização das seis entrevistas propostas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no período de julho de 2016 a novembro de 2019, sempre de forma presencial, individual⁵⁵, oral⁵⁶ e com agendamento prévio. Todos os entrevistados foram informados do anonimato, bem como do processo de gravação de voz. Ainda assinaram um formulário de consentimento (conferir Apêndice VII), que também explicava o caráter acadêmico da entrevista. Ao término de cada entrevista, havia o hábito de se escrever observações suscitadas pelo decurso da entrevista para servir de subsídio nas transcrições dos áudios. Os locais de entrevistas foram, em sua maioria, no Campus Natal-Central, e os todos entrevistados demonstraram conhecimento sobre as questões inquiridas. O tempo de duração de cada entrevista variou de 32 a 52 minutos, e, conforme dito anteriormente, os seis gestores foram codificados da seguinte forma: Gestor 1 (G1), Gestor 2 (G2), Gestor 3 (G3), Gestor 4 (G4), Gestor 5 (G5) e Gestor 6 (G6).

Conclusas todas as entrevistas, partimos para as transcrições, o que, apesar de ser uma tarefa passível de realização com ferramentas *on-line* como recurso, essas ou são demasiadamente onerosas ou são ineficientes para o efeito desejado. Trata-se de um processo moroso e lento, corroborando com o relato de Bell (2004, p. 143) “se você tiver que fazer a transcrição sozinho, terá que contar com cerca de dez horas para cada hora gravada. Vale a pena perguntar se pode despender este tempo todo e se o resultado valerá o esforço”. No nosso caso, todo o esforço foi válido pelos objetivos da pesquisa e pelo modelo de análise de conteúdo que utilizamos, conforme é dito pela própria Bell (2004, p. 143):

As gravações podem ser úteis para verificar as palavras de uma afirmação que pretenda citar e para verificar a exatidão das suas notas. Podem igualmente ser úteis se pretende empreender uma análise de conteúdo e tiver que ouvir as entrevistas várias vezes para identificar categorias.

⁵⁵ Para Almeida (1989), quanto aos informantes, a entrevista pode ser classificada em individual ou grupal. A individual é quando o entrevistador se dirige e obtém respostas de indivíduos isoladamente.

⁵⁶ Para Almeida (1989), uma entrevista pode ser feita oralmente ou por escrito. No caso de entrevista oral, o entrevistador faz as perguntas e anota ou grava as respostas. Na entrevista escrita (no caso, questionário enviado pelo correio ou outro meio), o próprio entrevistado preenche o questionário.

3.5 Tratamento da informação e análise de dados

Evidenciando a importância da análise de dados, Morgado (2012, p. 92) nos diz que:

Sendo o principal objetivo de qualquer investigação encontrar respostas para o(s) problema(s) e/ou questões que originaram a sua realização, torna-se necessário verificar em que medida as informações recolhidas correspondem a tais intentos, o que só é possível através de uma análise dos dados recolhidos.

Dessa forma, efetuada a coleta dos dados, partiu-se para o seu tratamento, com o propósito de se encontrar um sentido para as questões da investigação, sendo necessário se fazer as escolhas das práticas mais adequadas para alcançar os objetivos traçados. Ao se referir à importância das escolhas das técnicas para a pesquisa qualitativa, Minayo (2007, p. 300) incorpora o pensamento de Bardin (1977), quando elenca o que é necessário para se obter os objetivos traçados:

- Ultrapassagem da incerteza: dando respostas às perguntas, hipóteses e pressupostos.
- Enriquecimento da leitura: ultrapassando o olhar imediato e espontâneo em busca da compreensão de significações, a descoberta de conteúdos e de estruturas latentes.
- Integração das descobertas: desvendando a lógica interna subjacente às falas, aos comportamentos e às relações.

A combinação desses objetivos nos permitiu uma melhor contextualização do nosso estudo, conjugando as informações coletadas com as diversas técnicas de recolha já elencadas e com o aporte teórico, através do qual procuramos deslindar as análises. Assim, procuramos adequar as técnicas de análise de dados às técnicas de recolha que utilizamos. Optamos, então, pela análise estatística para os dados quantitativos e pela análise de conteúdo do tipo temática ou categorial para os dados qualitativos.

Os inquéritos aplicados aos alunos egressos gerou uma planilha eletrônica que convertimos para o *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS), a fim de se efetuar o tratamento estatístico, compreendendo a tabulação, gráficos e tabelas. Nas entrevistas semiestruturadas, optamos pela análise de conteúdo, que, de acordo com Minayo (2007), é o método mais comumente adotado no tratamento de dados de pesquisas qualitativas. Ainda utilizamos uma ferramenta gratuita e *on-line* para o desenvolvimento de nuvens de palavras, denominada de *WordClouds*. Enfatizamos, ainda, que, para a validação da análise dos dados, foi realizado o processo de triangulação metodológica (ver Capítulos V e VI), que tem assumido diversos conceitos e aplicações no âmbito da pesquisa nas ciências sociais.

3.5.1 Análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados qualitativos oriundos das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores institucionais, recorreremos à análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977, p. 44) é

. . . um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Essa técnica ocupa um espaço cada vez maior nas investigações sociais, “porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 227), e marca presença na generalidade das investigações “quer como metodologia central de tratamento de dados, quer como processo adotado apenas numa fase da investigação, quer, ainda, combinada com outras técnicas e/ou como meio para a construção de outros instrumentos” (Morgado, 2012, p. 102).

Para Coutinho (2011), a análise de conteúdo é um método muito utilizado para análise de textos e pode ser empregada sempre que temos que analisar entrevistas. Dessa forma, difere-se da linguística, que, segundo Bardin (1997, p. 45), pode ser definida da seguinte forma:

A linguística é um estudo da língua, quer dizer, o aspecto coletivo e virtual da linguagem. . . . A linguística trabalha numa língua teórica, encarada como um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos. O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua.

Assim, a análise de conteúdo “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça . . . é uma busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 1997, p. 45). Nesse viés, essa técnica, “ou melhor, conjunto de técnicas” (Esteves, 2006, p. 106), permite analisar um corpo de texto de forma sistemática, garantindo as exigências do rigor metodológico, pois além de descrever as características das mensagens, nos explicita os critérios utilizados para realizar inferências sobre as mesmas (Coutinho, 2011; Quivy & Campenhoudt, 2008). Amado (2000, p. 54) conclui que a análise de conteúdo, além de admitir uma representação austera e objetiva dos conteúdos das mensagens, oportuniza um “avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido contexto de produção”.

Sendo a análise de conteúdo um conjunto de técnicas, optamos pela análise categorial, que, segundo Bardin (1977, p. 199), “cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada”.

Para a autora,

. . . funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (Bardin, 1977, p. 199)

A condução da análise dos dados, então, reúne várias fases com a finalidade de se conferir significação aos dados coletados. Quanto às fases da análise de conteúdo, recorremos a Bardin (1977), que as organiza em três etapas: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais do aporte teórico e estabelecer indicadores para interpretação das informações coletadas, geralmente, possui três incumbências: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final. Dessa forma, realizamos, em um primeiro momento, a *leitura flutuante*⁵⁷ de todo o material e, depois, constituímos nosso *corpus* documental que, segundo Morgado (2012), é a constituição do conjunto de documentos que vão ser objeto da análise. Convém ressaltar que, para a constituição do nosso *corpus*, observamos as regras⁵⁸ de Bardin (1977): exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Por fim, formulamos os objetivos de pesquisa a partir da leitura inicial dos dados e elaboramos os indicadores com finalidade de interpretar o material coletado.

Finda a primeira etapa, a pré-análise, partimos para a exploração do material: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 1977, p. 127). A autora define codificação como sendo a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. Já Fortin (2003) atesta que codificar significa a operação de transformar, segundo uma linguagem organizada, dados brutos obtidos de um estudo, com a finalidade de os dispor por categorias e analisar. Esse processo de categorização, segundo Morgado (2012, p. 109),

⁵⁷ Segundo Bardin (1977, p. 122), a *leitura flutuante* consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto se deixando invadir por impressões e orientações. Essa fase é chamada de “leitura flutuante” por analogia à atitude do psicanalista.

⁵⁸ As regras de constituição do *corpus* podem ser melhor exploradas em Bardin (1977, pp. 122-124).

. . . é a operação central da análise de conteúdo, através da qual os dados são classificados e reduzidos, depois de identificados como pertinentes. Trata-se de uma tarefa destinada a reduzir a complexidade do objeto de estudo e a atribuir-lhe sentido . . . no fundo, uma reconfiguração do material em função dos objetivos e propósitos da investigação.

Com efeito, a partir do nosso referencial teórico, objetivos de pesquisa e guião de entrevista semiestruturado, dividimos a análise de conteúdo em quatro grandes eixos temáticos: empreendedorismo no contexto académico; políticas públicas, projetos e ações voltados ao empreendedorismo no IFRN; suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor e acompanhamento dos egressos; e mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas.

As informações obtidas em cada um desses eixos foram organizadas em categorias⁵⁹ prévias (pré-categorização) “que abarcam os casos em que o investigador já possui uma lista prévia de categorias, delineada a partir do objeto de estudo e das teorias que lhe servem de suporte, e a utiliza para classificar os dados” (Morgado, 2012, p. 112). Iniciamos a partida com algumas prévias categorias, porém esse alicerce não foi definitivo. Conforme advogam Laville e Dionne (1999, p. 222),

O processo de categorização, com bases nas análises e interpretações do investigador, se configura numa matriz indutora constantemente sujeita a refacção. De acordo com elementos significativos encontrados, as categorias prévias podem ser modificadas no sentido de ampliação, interferências mútuas, eliminação, aperfeiçoamento ou reafirmação.

No curso das transcrições e análises das entrevistas, foi realizado um laborioso processo de (re)organização das informações em subcategorias a partir das respostas dos gestores, que foram sendo classificadas em unidades de sentido à medida que se realizavam as inferências a partir dos elementos semânticos do texto transcrito. Em paralelo, unidades de contexto foram selecionadas a partir de fragmentos textuais com significados, para uma melhor compreensão das subcategorias. Convém ressaltar que todo o processo de categorização seguiu as recomendações⁶⁰ de Bardin (1977): a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade, a fidelidade e a produtividade.

Por fim, foi efetuada a última fase da análise: o tratamento dos resultados e as interpretações no sentido de produção do conhecimento. Trata-se de uma etapa primordial para a compreensão do objeto em estudo, “uma vez que é a partir da análise e interpretação dos dados que o investigador extrai conclusões e divulga os resultados do estudo realizado” (Morgado, 2012, p. 113). A triangulação

⁵⁹ Todo o processo de categorização, com seus respectivos temas, subcategorias, unidades de registro e unidades de contexto, estão no Apêndice V.

⁶⁰ Para uma melhor explicitação, as qualidades exigidas para um conjunto de boas categorias estão descritas em Bardin (1977, pp. 147-148).

metodológica, a partir de diferentes fontes, foi escolhida como forma de enriquecer nossas interpretações. Para Stake (2007), esse método consiste na utilização articulada de técnicas como validação mútua dos resultados obtidos, ou seja, concordar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados ou métodos de recolha de dados em uma pesquisa para se obter um resultado mais confiável da realidade. Utilizamos as informações contidas na análise dos documentos oficiais, nas observações e nas entrevistas que puderam ser comparadas, entrelaçadas e combinadas entre si, aumentando, dessa forma, a fiabilidade nas análises realizadas. Essa fase de tratamento dos resultados está melhor descrita nos Capítulos V e VI deste trabalho.

3.5.2 Análise estatística

A análise estatística foi utilizada para o tratamento do inquérito por questionário *on-line*, nomeadamente das questões fechadas que aplicamos aos alunos egressos da instituição. Mesmo sendo o estudo de caso uma estratégia metodológica mais utilizada em investigações de natureza qualitativa, Morgado (2012, p. 94) afirma que “não há empecilhos de que em situações específicas existam estudos de caso que recorram a uma metodologia mista ou mesmo quantitativa”, corroborando com Coutinho (2005, p. 139), segundo o qual “a estatística pode ser apropriada em certas etapas da análise de dados em investigação qualitativa”.

Como vantagens desse tipo de análise, podemos citar três, na opinião de Hill e Hill (2012) e Quivy e Campenhoudt (2008). A primeira vantagem diz respeito à precisão e ao rigor do dispositivo metodológico, o qual permite satisfazer a intersubjetividade. A segunda é a possibilidade de utilização de meios informáticos que permitem manipular, rapidamente, um grande número de variáveis. Já a terceira é a apresentação de gráficos que podem ser utilizados para clarificar os resultados da investigação, gráficos esses que, segundo Pestana e Gageiro (2003, p. 28), “complementam a análise exploratória dos dados através de figuras e devem adequar-se à informação que pretendem representar, de forma a clarificar a sua compreensão, tendo em conta o público a que é dirigido”.

Portanto, recorreremos ao *software* SPSS, na sua versão 20, para sistematizar e permitir a análise das informações fornecidas pelos questionários aplicados aos alunos egressos. A utilização desse programa foi de fundamental importância para podermos nos centrar na lógica da análise e nas relações que se estabelecem entre os dados em análise, conforme nos relata Morgado (2012, p. 95) e Coutinho (2005, p. 139):

Os conceitos estatísticos utilizados na análise dos dados de um estudo têm por detrás complicadíssimos cálculos matemáticos, complexidade essa que, com o auxílio do computador nos passa despercebida, libertando-nos tempo para centrar a atenção no que é verdadeiramente importante.

Quanto às técnicas estatísticas utilizadas, observamos as características das variáveis do estudo e as recomendações indicadas por Agresti e Finlay (2012) e Triola (2005). Destarte, utilizamos técnicas da estatística descritiva e da estatística inferencial (conferir Apêndices III e IV), particularmente, a apresentação de tabelas com indicação de frequências absolutas (n) e relativas (%), médias aritméticas (\bar{x}), medianas (Md), desvio padrão (σ), teste t de *Student* (diferença entre médias) e teste do qui-quadrado (como teste de independência entre variáveis de interesse da pesquisa). Tais procedimentos nos permitiram obter uma descrição e análise de como os diplomados do IFRN percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas, levando em consideração a natureza do nosso estudo e seu paradigma interpretativo.

3.6 Aspectos éticos considerados

A ética na pesquisa não se atém somente à relação entre pesquisador e participantes ou sujeitos da investigação. Para Gauthier (1987, p. 67), “a ética perpassa todo o processo investigativo. Diz respeito desde a simples escolha do tema ou da amostra, ou ainda, dos instrumentos de coleta de informações”. Segundo o autor, essas opções exigem do pesquisador um compromisso com a verdade e um profundo respeito aos sujeitos que nele confiam. Da mesma forma, a análise das informações e a produção das conclusões exigem do pesquisador cuidado ético.

Murphy e Dingwall (2001, p. 339), no âmbito das ciências sociais, desenvolveram uma “teoria ética” baseada em quatro princípios:

- Não prejuízo: os pesquisadores devem evitar causar danos aos participantes.
- Beneficência: a pesquisa sobre seres humanos deve produzir alguns benefícios positivos e identificáveis, em vez de ser realizada em benefício próprio.
- Autonomia ou autodeterminação: os valores e decisões dos participantes da pesquisa devem ser respeitados.
- Justiça: todas as pessoas devem ser tratadas igualmente.

Nesse contexto, entendemos que a dimensão ética deve ser parte intrínseca de qualquer pesquisa e se refere às relações de boa convivência, ao respeito aos direitos do outro e ao bem-estar de todos. Além disso, procuramos seguir alguns princípios, especificamente relacionados à ética da pesquisa, propostos por Flick (2005): consentimento informado, confidencialidade, anonimato e proteção dos dados.

No envio dos questionários *on-line* para os alunos egressos, cujas informações foram obtidas através de pedido formal à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRN, evidenciamos, na página de rosto do *e-mail* enviado (ver Apêndice VI), a finalidade da pesquisa, bem como o anonimato e confidencialidade dos dados fornecidos, conforme nos recomenda Lima e Pacheco (2006, p. 146), “São obrigações éticas essenciais do investigador proteger a privacidade dos investigados, assegurar a confidencialidade da informação que fornecem e, quando possível ou desejável, assegurar o anonimato das respostas”. Os dados obtidos pelos questionários foram tratados estatisticamente, não sendo, em momento algum, compartilhadas as informações com terceiros.

As entrevistas semiestruturadas, que ocorreram sempre de forma presencial, individual e com agendamento prévio, só foram realizadas mediante a assinatura do termo de consentimento (verificar Apêndice VII), que continha os aspectos éticos de consentimento informados, a confidencialidade, o anonimato e a proteção dos dados. É mister ressaltar que todos os gestores entrevistados o fizeram de forma voluntária e tinham ciência de nossas intenções e das consequências de sua participação.

Por fim, outro aspecto ético importante a se destacar é a manutenção de nossa imparcialidade durante a pesquisa, conforme aborda Yin (2010) quanto às habilidades desejadas do pesquisador em estudo de caso que, segundo o autor, “deve ser imparcial em relação a noções preconcebidas, incluindo aquelas que se originam de uma teoria. Assim, uma pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias” (Yin, 2010, p. 81). O fato de o pesquisador ser servidor do IFRN, desde 1995, não causou prejuízos quanto a manter a neutralidade durante toda a pesquisa, mesmo que houvesse relação direta com o objeto estudado. Procurou-se a isenção durante o percurso da coleta e análise dos dados, aferindo-se os resultados conforme se registraram na pesquisa, e de acordo com o que nos relatam Bogdan e Biklen (1994, p. 77):

Seja autêntico quando escrever os resultados. Ainda que as conclusões a que chega possam, por razões ideológicas, não lhe agradar, e se possam verificar pressões por parte de terceiros para apresentar alguns resultados que os dados não contemplam, a característica mais importante de um investigador deve ser a devoção e fidelidade aos dados que obtém. Confeccionar ou distorcer dados constitui o pecado mortal de um cientista.

Pelo apresentado, entende-se que, em nossa investigação, tivemos a consciência das regras e condutas éticas que envolvem uma ação científica investigativa. Essa compreensão se fez presente em todas as etapas do estudo. Cientes de que o escopo foi alcançado com o apoio do aporte teórico, do estudo de caso em contexto e dos sujeitos participantes da investigação, nos preocupamos em não

influenciar ou condicionar os discursos dos gestores ou as opiniões dos alunos egressos, deixando-os livres para expressar o que de fato acreditam sobre as políticas públicas e empreendedorismo no IFRN, usufruindo do direito à confidencialidade e ao anonimato, assim como a um tratamento justo e equitativo.

Capítulo IV – Panorama histórico, expansão e caracterização dos *campi* do IFRN

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o foco principal deste estudo de caso, o IFRN. Trata-se de uma instituição centenária e que já foi designada por diversas nomenclaturas. Perceberemos como os Institutos Federais surgiram e se ramificaram por todo o Brasil, com ênfase na expansão ocorrida no estado do RN. Por fim, caracterizaremos os cinco *campi* objetos do estudo, bem como seus projetos e políticas empreendedores.

4.1 Enquadramento histórico

A criação da rede de ensino profissional no Brasil está vinculada à edição do Decreto n. 7.566 (1909), assinada por Nilo Peçanha, então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Criada com o nome de Escola de Aprendizes Artífices (ver Figura 3, a seguir), tinha por finalidade ministrar o ensino profissional aos filhos de trabalhadores, através de oficinas custeadas pela União.



Figura 3 - Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte – Natal - RN - Brasil

Fonte: IFRN (2016a).

O Decreto em questão estabelecia nos seus Artigos 1º, 2º e 3º:

Art. 1º. Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.

Parágrafo único. Estas escolas serão instaladas em edificios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Parágrafo único. Estas oficinas e outras, a juízo do Governo, ir-se-ão instalando à medida que a capacidade do prédio-escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem.

Art. 3º. O curso de oficinas durará o tempo que for marcado no respectivo programa, aprovado pelo ministro, sendo o regime da escola do externato, funcionando das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde. (Decreto n. 7.566, 1909)

No RN, a Escola de Aprendizes Artífices de Natal foi instalada no dia 1º de janeiro de 1910, no prédio do antigo Hospital da Caridade, na Cidade Alta, atual Casa do Estudante. A instituição contava com as oficinas de funilaria, sapataria, marcenaria, alfaiataria e serralharia. O regime empregado era o de semi-internato, funcionando das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde (Decreto n. 7.566, 1909). Assim, tem início, no Brasil, o ensino voltado à Educação Profissional direcionado aos jovens (apenas para meninos entre 10 e 13 anos) considerados à margem da sociedade, os chamados “desfavorecidos de fortuna” (Decreto n. 7.566, 1909).

Tendo em vista o aumento constante da população e a necessidade de se “facilitar” às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela subsistência, fez-se necessário não só habilitar os filhos dos pobres com o preparo técnico e intelectual, como também fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastassem da ociosidade, do vício e do crime (ver Figura 4).



Figura 4 - Aula prática na Escola Industrial de Natal – Natal - RN - Brasil (1946)

Fonte: IFRN (2016a).

Em 1937, o estabelecimento de ensino passou a se denominar Liceu Industrial e, mais tarde, em 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073, 1942), foi designado como Escola Industrial de Natal (conferir Figura 5), oferecendo os cursos de eletricidade, mecânica, cerâmica, madeira, metais e marcenaria, todos em nível de ginásio, equivalente ao atual

ensino fundamental, sendo esse o primeiro passo efetivo para a implantação de uma Rede Federal de Educação Profissional no Brasil. Hoje, o prédio foi totalmente restaurado e funciona como um *campus* do IFRN, a unidade Natal-Cidade Alta.



Figura 5 - Escola Industrial de Natal – Natal - RN - Brasil

Fonte: IFRN (2016a).

Na década de 1960, sob o enfoque de uma política de Educação Profissional voltada para o desenvolvimento brasileiro, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, pela Lei n. 3.552 (1959), com o nome de Escolas Técnicas Federais, o que lhes deu autonomia em alguns aspectos de seu funcionamento. Já a LDB n. 4.024 (1961), que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, permitiu a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, havendo a possibilidade de ingresso no ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído uma dessas modalidades.

Com a inauguração de sua nova sede (verificar Figura 6), na avenida Senador Salgado Filho, nº 1559, no bairro do Tirol, a escola se transfere, em 1967, para as instalações onde hoje funciona o *campus* Natal-Central do IFRN. Além disso, recebe, no ano seguinte, em 1968, a denominação de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), ofertando cursos de segundo grau de Edificações, Eletrotécnica, Estradas, Geologia, Mecânica, Mineração e Saneamento.



Figura 6 - Fachada da ETFRN – Natal - RN - Brasil

Fonte: IFRN (2016a).

Em 1971, a Lei n. 5.692, inspirada no ensino das escolas técnicas, torna todo o ensino médio, na época, ensino de 2º grau, em técnico-profissionalizante. A política era formar técnicos necessários ao mercado de trabalho, uma vez que se apresentava um baixo nível de formação dos trabalhadores para responder às necessidades da sociedade. Com o passar dos anos, a ETFRN extingue os cursos industriais básicos e passa a se concentrar no ensino técnico-profissionalizante. Em 1975, é registrada pela primeira vez a presença feminina entre os alunos dos cursos regulares da instituição.

Destaca-se, também, que, segundo o IFRN (2012b), o ano de 1986 evidenciou um imponente pleito: as primeiras eleições diretas para Diretor-geral, cuja disputa elegeu, entre os seis candidatos, a única mulher a exercer o cargo na instituição até o presente momento, a professora Luzia Vieira de França. Desde essa data, ficou estabelecida a prática de eleições diretas para o cargo de Direção-geral.

Fruto da implantação de um novo Projeto Pedagógico inovador e com reconhecimento nacional, em 1995, a ETFRN substitui antigos cursos pelas áreas de conhecimento, a saber, Construção Civil, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Informática, Serviços e Tecnologia Ambiental. É importante ressaltar, ainda, que, através da Lei n. 8.948 (1994), a ETFRN entrou em processo de “Cefetização”⁶¹. Assim, pelo Decreto de 18 de janeiro de 1999 (1999), transformou-se em CEFET-RN, inaugurando uma nova fase em sua história, cujos desafios incluíam a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio. Sua atuação no ensino de 3º grau, atual educação superior, começou com a oferta de cursos de graduação tecnológica, ampliando-se, em seguida, para os cursos de licenciaturas.

⁶¹ Processo, concretizado a partir de 1999, de transformação das então Escolas Técnicas Federais em CEFETs.

Quase centenária, a instituição passou por uma outra transformação e institucionalidade. Nos termos da Lei n. 11.892 (2008), constituiu-se em IFRN. Faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT)⁶², vincula-se ao MEC, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica.

Com estrutura *multicampi*, o IFRN está sediado na Reitoria, localizada em Natal - RN. Atualmente, tomando-se por base o ano de 2014, é composto por 19 *campi*. Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Educação a Distância, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. Em 2015, passaram a funcionar dois novos *campi* avançados, Lajes e Parelhas, totalizando 21 *campi*. Porém, esses não entram especificamente na análise, pois estão vinculados aos *campi* de Currais Novos, no caso de Parelhas, e de João Câmara, no caso de Lajes.

4.2 Função social, princípios, características e objetivos do IFRN

De acordo com o IFRN (2012b), a função social da instituição é proporcionar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Citada no parágrafo anterior, entende-se qualidade referenciada socialmente no sentido de a instituição servir aos interesses públicos, pautando-se nos princípios da democracia e da justiça social. Assim, a instituição envolve a sociedade e permite que essa mesma sociedade e os sujeitos

. . . participem, democraticamente, da tomada de decisão concernente ao destino da escola e da sua administração. Assim, a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se como instrumento, o qual a população deve ter acesso para exercer o seu direito de cidadania. (Castro, 2009, p. 41)

⁶² Compõem a Rede Federal de Educação: IFs; CEFETs; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal. É composta por 38 Institutos Federais *multicampi*, presentes em todos estados brasileiros, com estruturas pluricurriculares.

Nestes termos, a gestão democrática deve propiciar a construção de um espaço público de direito com vistas à promoção de condições de igualdade de acesso à educação socialmente referenciada. . . . A qualidade defendida se afasta do conceito de qualidade total que tem um enfoque empresarial com fulcro nos princípios mercadológicos de produtividade conforme preleciona o gerencialismo. (Cabral, 2011, p. 274)

Conforme o Projeto Político-Pedagógico vigente, o Instituto visa promover uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada nos seguintes princípios:

- a) justiça social, com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- b) gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- c) integração, em uma perspectiva interdisciplinar, tanto entre a educação profissional e a educação básica quanto entre as diversas áreas profissionais;
- d) verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- e) formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;
- f) inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
- g) natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União;
- h) educação como direito social e subjetivo; e
- i) democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada. (IFRN, 2012b, p. 21)

Uma das formas da instituição se inserir na sociedade está no redimensionamento e na articulação de sua estrutura e de seu funcionamento, em consonância com suas ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Em adequação à nova institucionalidade e sob orientação dos Arts. 6 e 7, dispostos pela Lei n. 11.892 (2008), o IFRN define suas características, suas finalidades e seus objetivos. As características e as finalidades básicas do IFRN são as seguintes:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;
- e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;
- f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;
- i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade. (IFRN, 2012b, p. 22)

Em decorrência de suas características e finalidades, o IFRN apresenta os seguintes objetivos:

- a) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- b) ministrar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- d) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;
- e) desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- f) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional; e
- g) ministrar, em nível de educação superior, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade; cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática; cursos de pós-graduação lato sensu (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação stricto sensu (tanto de mestrado quanto de doutorado), visando o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia. (Estatuto, 2009, p. 3)

Observa-se que a função social, os princípios e as características do IFRN são importantes porque norteiam as práticas pedagógicas e administrativas. Além disso, compõem o corpo de regras para que os discentes, docentes e técnicos administrativos se orientem sob aspectos educacionais, comportamentais e éticos. Por fim, norteiam a relação entre a instituição e a sociedade.

4.3 A expansão nacional comprometida com o desenvolvimento regional

O primeiro passo para a interiorização da RFEPT no RN se deu com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró). Vinculada à então ETFRN, foi inaugurada em 29 de dezembro de 1994. Suas atividades começaram no início de 1995, e contava, inicialmente, com 200 alunos na área de eletromecânica.

De acordo com Tavares (2012), após assumir a Presidência da República, no ano de 2003, o governo Lula imprime à Rede Federal um novo e importante impulso na direção de sua expansão. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada diretamente ao MEC, anuncia planos bastante ambiciosos: se, durante quase um século, de 1909 a 2002, foram construídas 140 Instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010, o MEC se propõe a construir 214 novas unidades federais, o que significaria uma ampliação de 150% em um intervalo de

oito anos (Haddad, 2008). Nesse período, no RN, especificamente entre 2003 e 2006, foram implantadas as unidades de ensino da Zona Norte de Natal e dos municípios de Ipanguaçu e Currais Novos. Essas três unidades, vinculadas ao então CEFET-RN, faziam parte da Fase I da expansão da rede no RN.

A Fase I tinha como objetivo implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (MEC, 2010).

Lançada em 2007, a Fase II foi marcada pelo *slogan* “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC, 2010). Previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino, que, somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214 anunciado pelo governo Lula. A definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios, segundo a SETEC (MEC, 2010):

1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades;
2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões;
3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
5. Identificação de potenciais parcerias.

Segundo Tavares (2012), as ações previstas para a Fase II tinham um cronograma que contemplava o período entre 2007 e 2010. Conforme a expansão avançava, aumentava a pressão que as autoridades políticas regionais (governadores, deputados estaduais, prefeitos) exerciam sobre as autoridades políticas da esfera federal (ministros, secretários, deputados federais, senadores) em busca do maior número possível de unidades de ensino para o seu estado ou região. Dessa forma, o MEC acabou incrementando algumas Escolas Técnicas ao número projetado inicialmente, causando alguns desencontros entre os números da expansão e os prazos para sua conclusão, anunciados pela SETEC em diferentes momentos do processo, conforme a Figura 7, a seguir.



Figura 7 - Mapa de expansão da Rede Federal até 2010

Fonte: MEC (2014).

Em 2009, já transformado em IFRN e com o projeto de expansão estando em sua Fase II, o Instituto passou a contar com mais seis novos *campi*⁶³, localizados nos municípios de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Ainda em continuidade à Fase II da expansão, o IFRN ampliou, em 2010, sua rede com mais quatro *campi*: o Cidade Alta, em Natal; e outros três no interior do estado, nos municípios de Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Além disso, criou o *campus* de Educação a Distância⁶⁴, sediado no *campus* Natal-Central.

Desse modo, ao final do ano 2010, o Brasil contava com 354 unidades implantadas na Rede Federal e o IFRN dispunha de 16 *campi* instalados. Dando continuidade à expansão da Rede Federal iniciada pelo governo Lula, em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou a Fase III, estabelecendo a meta de construir mais 208 *campi* vinculados aos Institutos Federais, no período de 2011 a 2014.

O Plano de Expansão da RFEPT - Fase III tem o objetivo de ampliar a presença dos Institutos Federais em todas as partes do território nacional, assegurando que cada uma das 558

⁶³ Com a transformação em Instituto Federal, as então Unidades Descentralizadas de Ensino passaram a ser chamadas de *campus*.

⁶⁴ Criado inicialmente com a nomenclatura de Educação a Distância, depois passou a ser chamado de Natal-Zona Leste (EaD).

microrregiões⁶⁵ brasileiras possam contar com pelo menos um *campus* de Instituto Federal. A constituição de uma Rede de Institutos Federais de maior envergadura permitirá atender, de forma qualitativa, as principais demandas relacionadas à formação profissional, como também possibilitará uma interiorização sem precedentes da oferta de ensino superior público, além de dotar os Institutos Federais de uma capilaridade suficiente para comportar toda a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (MEC, 2014).

Outro fato importante relacionado à Fase III é a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), através da Lei n. 12.513 (2011). Tem como objetivo central a ampliação do acesso da população às modalidades de ensino profissional e tecnológico, por meio de programas e projetos, e contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social por meio da formação humana integral dos sujeitos atendidos. Propicia ainda o desenvolvimento econômico a partir da articulação das ofertas educacionais e das ações de pesquisa e de extensão. Tal articulação vincula-se aos arranjos produtivos sociais e culturais, com possibilidades de permanência e de emancipação dos cidadãos, assim como de desenvolvimento das diversas regiões atendidas (IFRN, 2012a).

Nessa 3ª fase, o IFRN foi contemplado com mais três unidades, nas cidades de Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi. Destarte, em 2014, o IFRN já dispunha de 19 unidades em funcionamento, e a Rede Federal, segundo dados do MEC (2014), possuía um milhão de alunos matriculados em diversas modalidades de ensino (cursos de formação inicial e continuada, técnicos, graduação e pós-graduação), além de contar com 60.000 servidores em 562 *campi* e unidades de ensino.

No Gráfico 1, abaixo, observa-se a expansão dos IFs no Brasil e, em particular, do IFRN, durante o período de 2003 até 2014:

⁶⁵ De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (2016) (Art. 25, §3º), microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes. Tem como propósito integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Atualmente, no Brasil, existem 558 microrregiões.



Gráfico 1 - Evolução do número de campi dos IFs e do IFRN (2003-2014)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de MEC (2014).

A seguir, na Tabela 1, com o objetivo de sintetizar as fases de expansão citadas, apresentamos a cronologia de expansão do IFRN, desde a sua fundação até a consolidação dos 21 *campi*:

Tabela 1 - Cronograma de expansão do IFRN

<i>Campus</i>	Fase de expansão	Fundação e/ou cronologia
Natal-Central	-	1909 - Escola de Aprendizes Artífices
		1937 - Liceu Industrial
		1942 - Escola Industrial de Natal
		1968 - ETFRN
		1999 - CEFET-RN
Mossoró	Interiorização da educação profissional	2008 - IFRN (Natal-Central)
		1994 - UNED
		1999 - CEFET-RN
		2008 - IFRN (Mossoró)
Currais Novos Ipanguaçu	1ª	2003 a 2006
Natal-Zona Norte Apodi Caicó João Câmara Macau	2ª	2007 a 2010
Pau dos Ferros		
Santa Cruz		
Natal-Cidade Alta Nova Cruz Parnamirim		
São Gonçalo do Amarante		
Ensino a Distância (EaD) Ceará-Mirim Canguaretama	3ª	2011 a 2015
São Paulo do Potengi		
<i>Campus</i> Avançado Lajes <i>Campus</i> Avançado Parelhas		

4.4 Caracterização dos *campi* e o papel da Reitoria com seus projetos e políticas empreendedores

A expansão da Rede Federal, descrita no item anterior, está pautada no princípio de interiorização da educação profissional, com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Conforme IFRN (2012b), esse processo de interiorização da educação profissional e tecnológica contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social por meio da formação humana integral dos sujeitos atendidos.

Considerando-se o contexto em que se situa o IFRN, apresenta-se, a seguir, um panorama sistematizado de aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos do RN, com a perspectiva de se identificar os arranjos produtivos sociais e culturais de cada microrregião, a distribuição da população

em todo o estado e as localidades que constituem cidades-polo. Segundo o IFRN (2012a), cada *campus* apresenta um ou mais focos tecnológicos específicos e se caracteriza pela excelência em sua área de atuação, com o objetivo de atender às demandas tecnológicas educacionais regionais.

No Quadro 1, a seguir, são elencados os aspectos socioeconômicos que, juntamente com outros elementos – como condições pedagógicas, aspectos operacionais e políticos –, determinaram a definição das áreas de atuação do IFRN, com o intuito de atender às necessidades da população local e regional no que se refere à formação humana e profissional (IFRN, 2012b).

Mesorregião	Microrregião	Municípios	População abrangida (habitantes)	Arranjos produtivos sociais e culturais locais
Agreste Potiguar	Baixa Verde	João Câmara	58.936	Cajucultura, agricultura, pecuária, apicultura e comércio
	Borborema Potiguar	Santa Cruz	130.369	Confecções e ovinocaprinocultura
	Agreste Potiguar	Nova Cruz	115.970	Agropecuária, indústria e serviços
		São Paulo do Potengi	82.195	Agropecuária, comércio e extrativismo
Central Potiguar	Seridó Ocidental	Caicó	96.094	Confecções, bordados, laticínio e pecuária
	Seridó Oriental	Currais Novos	118.004	Minério, laticínios e alimentos
	Macau	Macau	46.729	Sal marinho, carcinicultura, pesca e petróleo
Leste Potiguar	Natal	Natal (<i>campus</i> Natal-Central)	968.773	Indústria, serviços e comércio
		Natal (<i>campus</i> Natal-Cidade Alta)		Cultura, hospitalidade e serviços
		Natal (<i>campus</i> Natal-Zona Norte)		Indústria, serviços e comércio
	Região Metropolitana de Natal	Parnamirim	202.413	Comércio, turismo, indústria e artesanato
		São Gonçalo do Amarante	87.700	Agropecuária, pesca, comércio, indústria e apicultura
	Macaíba	Ceará-Mirim	330.177	Agropecuária, comércio, extrativismo, indústria e pesca
	Litoral Sul	Canguaretama	129.077	Carcinicultura, comércio, extrativismo, turismo e serviços
Oeste Potiguar	Chapada do Apodi	Apodi	72.425	Apicultura, ovinocaprinocultura e cerâmica
	Vale do Açu	Ipangaçu	145.212	Apicultura, agricultura, pecuária, cerâmica e fruticultura
	Mossoró	Mossoró	304.293	Petróleo e gás natural, sal, fruticultura, serviços e comércio
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	80.437	Caprinocultura, pecuária, comércio e serviços
Todas	—	Natal (<i>campus</i> de Educação a Distância)	3.168.130	Áreas diversificadas

Quadro 1 - Expansão da RFEPT no RN e os arranjos produtivos sociais e culturais locais (2011)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de IFRN (2012b, p. 35) e IBGE (2011).

Situando-se nesse contexto socioeconômico e cultural do RN, o IFRN implementou novos *campi* como polos especializados em áreas geográficas estrategicamente definidas, apresentando uma proposta acadêmica de atuação que atende a todas as 19 microrregiões do estado. A seguir, a Figura 8 expõe a distribuição geográfica dos *campi* do IFRN, de acordo com as mesorregiões e as microrregiões; mostra, ainda, a expansão do IFRN até o final de 2014, destacando-se os municípios contemplados no estado do RN.



Figura 8 - Disposição geográfica e área de abrangência dos campi do IFRN em 2014

Fonte: IFRN (2012a).

O IFRN está sediado na Reitoria, que é o órgão executivo da instituição e responsável pela administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia. É um núcleo central que integra sistematicamente os diversos *campi*. Sua sede está localizada em Natal – RN, e tem um espaço físico independente de quaisquer das unidades que integram o Instituto.

Conforme o Regimento Geral do IFRN (Regimento Geral, 2010), os órgãos executivos da administração geral da instituição são os seguintes:

I. Reitoria

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - i. Pró-Reitoria de Administração;
 - ii. Pró-Reitoria de Ensino;
 - iii. Pró-Reitoria de Extensão;

- iv. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
 - v. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- c) Diretorias Sistêmicas:
- i. Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis;
 - ii. Diretoria de Gestão de Pessoas; e
 - iii. Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação.

II. *Campi*

Para maior eficácia administrativa e como medida de descentralização (ver Figura 9), o Reitor pode delegar atribuições executivas aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos e Diretores-Gerais dos *campi* para a prática de atos nas áreas acadêmica e administrativa. Para o desempenho de suas funções, o Reitor conta com o apoio de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma Ouvidoria, além de uma equipe de assessoramento técnico, cujas estrutura e atribuições são definidas no Regimento Interno da Reitoria, aprovado pelo CONSUP (Regimento Geral, 2010).

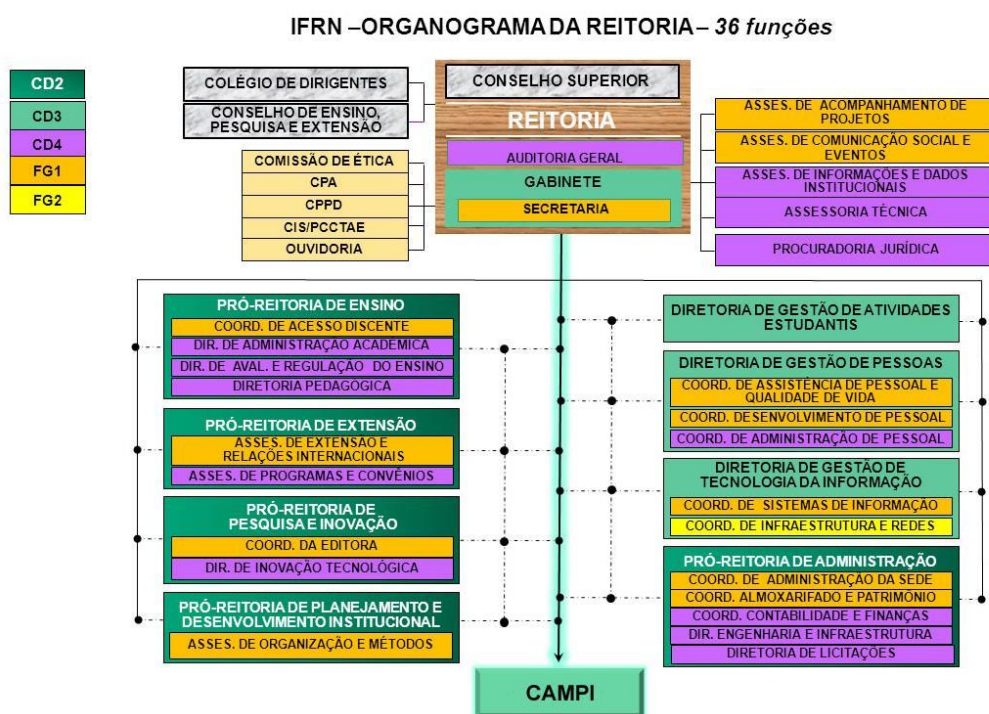


Figura 9 - Organograma da Reitoria

Fonte: IFRN (2016b).

A seguir, são explicitadas as funções das Pró-Reitorias, conforme o Regimento Geral do IFRN (Regimento Geral, 2010), que têm maior afinidade com o tema do presente trabalho acadêmico:

- a) Pró-Reitoria de Ensino é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, integradas à pesquisa e à extensão. Entre outras funções, o Pró-Reitor de ensino atua no planejamento estratégico e operacional do IFRN, com vistas a subsidiar a definição das prioridades educacionais dos *campi*, propõe políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento das ofertas educacionais, em conjunto com as Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa e Inovação, bem como avalia sua implementação; propõe políticas e diretrizes para a educação a distância e para a disseminação de tecnologias educacionais, articuladamente à pesquisa, à extensão e à gestão de tecnologia da informação.
- b) Pró-Reitoria de Extensão é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, integradas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Uma das competências do Pró-Reitor é a de promover e apoiar o desenvolvimento de ações de integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa, incluindo instituições governamentais, não governamentais e privadas nas áreas de acompanhamento de egressos, **empreendedorismo**, estágios e visitas técnicas.
- c) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação, integradas ao ensino e à extensão, buscando aperfeiçoar os programas e ações estratégicas em todos os *campi* com inserção nos municípios onde estão localizados. Uma das atribuições do Pró-Reitor é de estimular projetos de inovação e de incubadoras tecnológicas e sociais.

Vinculado à PROPI, há o NIT, destinado à gestão da Política de Inovação, incluindo a propriedade intelectual e o empreendedorismo. Possui dois setores específicos de atuação, o de Inovação e o de Empreendedorismo. Segundo IFRN (2014), o Setor de Inovação trata de questões relacionadas à pesquisa aplicada à geração de inovações e à proteção de ativos de propriedade intelectual. Já o Setor de Empreendedorismo é responsável por articular o programa de incubação de empresas e disseminar a cultura do empreendedorismo, favorecendo a geração de oportunidades de negócios, a partir da aplicação de pesquisas inovadoras e da transferência ou licenciamento de tecnologia a empresas e sociedade. A atuação de ambos os setores está relacionada à promoção e à disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual, bem como à proteção da ciência e da

tecnologia em desenvolvimento na instituição e ao incentivo a atividades de empreendedorismo e incubação de empresas, buscando envolver a comunidade acadêmica e segmentos do setor produtivo.

O Programa de Incubação Tecnológica teve início com a criação do Núcleo de Incubação Tecnológica, em 1998, na então unidade sede do CEFET-RN, hoje IFRN, *campus* Natal-Central. Atualmente, em virtude de sua expansão para outros *campi* da instituição, passou a ser denominado de Programa de Multincubação Tecnológica (MIT), já mencionado no Capítulo 2 deste trabalho, pois visa o fortalecimento das atividades de incubação de empresas com base nos focos tecnológicos dos *campi* e nas potencialidades produtivas, sociais e culturais locais. O MIT se destina a incentivar a formação de empreendedores em áreas compatíveis com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Caracteriza-se como um programa voltado ao desenvolvimento profissional e empresarial, com perspectivas de contribuir para o crescimento da economia norte-rio-grandense a partir do fortalecimento do tecido empresarial em nível local.

Tendo por base as atribuições do NIT, o programa MIT tem por propósito sensibilizar e estimular a comunidade acadêmica para que ocorra a transformação ou o desenvolvimento de ideias inovadoras e de pesquisas aplicadas à inovação, em modelos de negócios viáveis, capazes de gerar novos produtos, serviços e/ou processos produtivos. Contribui, desse modo, para a consolidação de empresas nascentes no mercado concorrencial, assim como para a geração de oportunidades produtivas relacionadas às atividades de base cultural e social.

O programa visa fomentar e apoiar o surgimento e o desenvolvimento de incubadoras na instituição, objetivando apoiar empreendedores individuais, Micro e Pequenas Empresas (MPEs) de base tecnológica ou empreendimentos de base cultural e social, desde que apresentem potencial inovador e diferencial produtivo, mediante a oferta de serviços e/ou produtos com determinado grau de inovação tecnológica ou organizacional. Esse fomento é realizado com o propósito de incrementar e de dinamizar a geração de oportunidades e de postos de trabalho, a inserção laboral de egressos da instituição e o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas dentro das áreas de atuação do IFRN, em seus diversos *campi*. Segundo o PDI 2014-2018 (IFRN, 2014), há previsão de implantação e ampliação do programa de incubadora em todos os *campi* do Instituto, de forma a se promover e consolidar a geração de empreendimentos de desenvolvimento socioeconômico e sustentável na região.

Apesar da Reitoria nortear e definir algumas políticas e projetos empreendedores para os diversos *campi*, cada unidade tem sua autonomia administrativa e pedagógica. Para o IFRN (2014),

considerando o cenário atual de reestruturação, expansão e consolidação da Rede Federal no Rio Grande do Norte, a atuação sistêmica requer uma otimização nas relações existentes entre a Reitoria e a administração dos *campi*, tomando como princípios a descentralização e autonomia na gestão administrativa e financeira.

Segundo Fernandes (2008), cada Instituto Federal é estruturado com uma Reitoria e vários *campi*, com gestão interdependente entre ambos. Territorialmente, à Reitoria compete a função estratégica de definição de políticas, supervisão e controle. Para tanto, necessita de uma estrutura administrativa que congregue, além do gabinete, pró-reitorias e diretorias de atuação sistêmica, cabendo a esses órgãos a função de trabalhar matricialmente vinculados às unidades afins dos *campi*. Cada *campus*, por sua vez, responsável pela execução dos objetivos finalísticos institucionais, necessita de uma estruturação híbrida, através da associação da departamentalização funcional e da matricial, para viabilizar o diálogo e a interação dos departamentos da área acadêmica com as unidades operacionais dos demais departamentos das áreas de administração, de apoio ao ensino, de extensão e de pesquisa.

A seguir, caracterizaremos os cinco *campi* elegidos a partir da justificativa metodológica constante do capítulo anterior - Natal-Central, Natal-Cidade Alta, João Câmara, Caicó e Mossoró.

4.4.1 *Campus* do Leste Potiguar – Natal-Central

A Mesorregião do Leste Potiguar é a mais populosa do estado do RN, com 1.532.553 habitantes, compreendendo 25 municípios agrupados em quatro microrregiões. Nela, encontra-se Natal, a capital do RN, assim como a Região Metropolitana de Natal (RMN) ou “Grande Natal”. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,735 e seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 8.867,00 (IBGE, 2017b). O turismo do RN, em sua maior parte, está voltado para o Leste Potiguar. Segundo o Censo 2010 do IBGE (IBGE, 2017b), essa mesorregião continha a maior parte da população do estado (87,5%), reafirmando a tendência de concentração populacional já verificada no Censo 2000 (IBGE, 2000). Embora haja uma concentração de recursos na RMN, novas áreas dinâmicas no estado parecem estar causando uma leve desconcentração espacial do PIB do RN em direção a si, com o surgimento de novos empreendimentos (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2011; Freire & Clementino, 2011).

Nessa mesorregião encontram-se sete *campi*, implantados em localidades com diferentes arranjos produtivos sociais e culturais (conferir Quadro 1, apresentado anteriormente). Dentre eles,

destaca-se o Natal-Central, que é o principal em todo o estado. A história desse *campus* se confunde com a própria origem da instituição, em 1909. Sua localização física atual, no bairro do Tirol, em Natal, remonta ao mês de março de 1967, conforme já relatado no enquadramento histórico, no item 4.1 deste capítulo. A abrangência de sua área é de 90.000 m², e é a unidade que tem a maior área construída entre os *campi* do IFRN, com 26.790,50 m². O número de alunos matriculados é o maior existente, com 26.849 matrículas no ano de 2014, assim como sua estrutura administrativa e número de cursos oferecidos (IFRN, 2015b). Segundo o IFRN (CEFET-RN, 2008), o *campus* Natal-Central, antes conhecido como Unidade Sede, não é apenas a unidade precursora, mas também difusora e propulsora da ação institucional, funcionando como referência para as demais unidades.

No que diz respeito ao envolvimento dessa unidade com políticas públicas e empreendedorismo, averíguam-se disciplinas específicas ou que tenham conteúdos de empreendedorismo em diversos cursos técnicos e de graduação tecnológica, projetos e ações voltados ao empreendedorismo e Hotel de Projetos, que favorecem e apoiam a ideação e pré-incubação de empreendimentos e uma incubadora tecnológica.

Os cursos presentes na instituição estão dentro de umas das modalidades existentes: Técnico Integrado, Técnico Subsequente, Graduação (Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação (IFRN, 2015b). Entre os diversos cursos, encontramos disciplinas com foco em empreendedorismo, quase sempre com ênfase na cariz econômica, evidenciada pelas análises das ementas. São elas: Empreendedorismo (Administração – Técnico Integrado e Subsequente; Tecnologia em Redes de Computadores - Graduação); Gestão e Empreendedorismo (Manutenção e Suporte em Informática – Técnico Integrado e Subsequente; Tecnologia em Gestão Ambiental - Graduação), Estratégia Empresarial, Gestão de Negócios e Gestão de Empresa (Comércio Exterior); e Planejamento Empresarial (Tecnologia em Automação Industrial – Graduação) (IFRN, 2015b).

Muitos são os projetos e ações desenvolvidos no *campus* que dão ênfase ao tema “empreendedorismo”. No ano de 2015, aconteceram palestras de conscientização sobre o tema e o I Encontro de Empreendedorismo Inovador de Incubadoras do IFRN (EEII). Outra importante ação é o Prêmio Ideia Inova, um concurso destinado aos alunos do *campus* Central e cujos objetivos são estimular os alunos a contribuir com soluções para problemas da unidade e da sociedade; estimular a cultura do empreendedorismo inovador com a participação da comunidade acadêmica; e prospectar, capacitar e selecionar ideias de produtos, processos ou serviços inovadores, com potenciais diferenciais de mercado, viabilidade técnica e econômica.

Há, também, nessa perspectiva, o Programa Miniempresa, da *Junior Achievement* – fundação educativa que visa estimular jovens a se tornarem empreendedores -, que é direcionado a alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio Integrado e tem como objetivo proporcionar aos estudantes contemplados a experiência prática em economia, negócios e organização e operação de uma empresa. Vale ressaltar que alguns alunos do *campus* participaram de concursos e ganharam prêmios de destaque nacional e internacional. Ainda tiveram grande cobertura midiática para seus prêmios e inventos, sempre atrelados ao IFRN. Quase sempre, tais concursos visam estimular estudantes com perfil e atitudes empreendedoras, por meio de premiação que apoia projetos focados em oportunidades de negócio (IFRN, 2015b).

Um outro projeto presente no IFRN – Natal-Central é o Programa de extensão Mulheres Mil. Esse Programa, que é parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria⁶⁶, faz parte de um conjunto de ações que visam à consolidação das políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Ele nasceu em 2007 e foi estruturado em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Os cursos de qualificação são destinados a mulheres moradoras de comunidades com baixo IDH e com precário acesso aos serviços públicos básicos integrantes dos bairros periféricos de Natal. O Projeto permite que essas mulheres melhorem o seu potencial de mão de obra, suas vidas e as de suas famílias e comunidades (IFRN, 2015b). Alguns dos cursos oferecidos capacitam as alunas para o desenvolvimento de produtos artesanais, dando-as a possibilidade de abrir um pequeno negócio e servindo como uma fonte de renda. Nesse caso, observa-se um viés empreendedor.

Atualmente, a Direção-Geral e a Diretoria de Pesquisa e Inovação do *campus* Natal-Central, em articulação com o NIT (Reitoria), atuam no desenvolvimento e na consolidação da Incubadora Tecnológica Natal-Central (ITNC), através de projeto que visa à certificação de sua gestão com base no Modelo do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Modelo CERNE)⁶⁷, desenvolvido pela ANPROTEC, em parceria com o Sebrae. A ITNC tem como missão apoiar o desenvolvimento de ideias inovadoras, transformando-as em empreendimentos de sucesso, e contribuir para o fortalecimento do tecido empresarial, mediante a geração de oportunidades de negócios e de empregos formais em nível local (IFRN, 2015b).

⁶⁶ O Plano Brasil sem Miséria foi criado pelo Governo Federal Brasileiro, em 2011, para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista as diversas dimensões em que a pobreza se manifesta, além da questão da renda. O programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2014).

⁶⁷ Modelo CERNE é uma plataforma que visa promover a melhoria expressiva nos resultados das incubadoras de diferentes setores de atuação. Para isso, determina boas práticas a serem adotadas em diversos processos-chave, que estão associados a níveis de maturidade (Cerne 1, Cerne 2, Cerne 3 e Cerne 4). Cada nível de maturidade representa um passo da incubadora em direção à melhoria contínua.

Essa incubadora, pioneira no IFRN e no estado do RN, tem uma infraestrutura que abrange uma área de mais de 700 m², com capacidade para abrigar 13 empresas em salas de 24 m², bem como um Hotel de Projetos destinado à pré-incubação de ideias e espaços de uso compartilhado, como salas de reunião e espaços de convivência, constituindo-se em um ambiente de estímulo e apoio à criatividade, à inovação e ao empreendedorismo (IFRN, 2014). Tem o intuito de fornecer suporte ao surgimento de empresas de base tecnológica, principalmente, com foco nas áreas de atuação do Instituto (IFRN, 2015b).

Os serviços oferecidos aos empreendedores se iniciam antes da incubação e incluem a sensibilização para o empreendedorismo, a prospecção de novas empresas e a qualificação dos novos empreendedores. Durante a incubação, os empreendedores contam com assessoria e consultoria tecnológica, financeira, de mercado e de gestão, bem como com acompanhamento e avaliação do mercado e de gestão (IFRN, 2015b).

Uma atividade da ITNC que precede à incubação de empresas é o Hotel de Projetos, destinado à seleção de grupos de alunos, apoiados por orientadores, vinculados aos *campi* do IFRN localizados na RMN. É dever desses grupos apresentar ideias e projetos de pesquisa aplicada com potencial inovador, com possibilidade de serem transformados em modelos de negócio de sucesso. Os objetivos do Hotel são: estimular a cultura do empreendedorismo inovador; prospectar, capacitar e selecionar empreendedores que apresentem ideias de produtos, processos ou serviços inovadores, com potenciais diferenciais de mercado, viabilidade técnica e econômica; oferecer tutoria qualificada, capacitações e experiências na área de empreendedorismo para os selecionados aprimorarem suas ideias, protótipos e modelos de negócios; favorecer a criação de *startups*⁶⁸ e *spin-offs*⁶⁹ em ambiente institucional, a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação (IFRN, 2015b). Observa-se ainda que, até o ano de 2014, a ITNC graduou 16 empresas e tem seu público-alvo voltado para os estudantes do *campus* Natal-Central, alunos egressos, pesquisadores e desenvolvedores de novas tecnologias e empreendedores em geral (IFRN, 2015b).

4.4.2 *Campus* do Leste Potiguar – Cidade Alta

O *campus* Natal-Cidade Alta está instalado em um edifício histórico, que data do início do século XX. O antigo casarão já abrigou a Escola de Aprendizes Artífices, o Liceu Industrial e a Escola

⁶⁸ *Startup* é uma instituição humana formada para a pesquisa de um modelo de negócio repetível e escalável, designada a entregar um novo produto ou serviço sob condições de extrema incerteza (Ries, 2011).

⁶⁹ *Spin-off* é o processo de geração de novas empresas a partir de organizações existentes, sejam elas empresas ou centros de pesquisa como universidades, laboratórios e institutos (Carayannis, Rogers, Kurihara, & Allbritton, 1998).

Industrial de Natal. Nas décadas de 20 e 30, o prédio passou por diferentes reformas, ganhando mais um piso e uma fachada que até hoje o caracterizam. A partir de 1967, devido à inauguração de novas instalações da Escola Industrial, o MEC decidiu repassar o prédio para o Instituto Nacional do Livro, e, posteriormente, sua tutela foi concedida à UFRN, tendo ainda abrigado outras organizações. Em 2007, o prédio foi reivindicado pela direção geral do então CEFET-RN, com o apoio de sua comunidade acadêmica e de ex-alunos da antiga Escola Industrial, motivados pela iminência do centenário do CEFET-RN e pelo estado precário em que o edifício se encontrava (IFRN, 2015b).

Os cursos regulares desse *campus* são: Técnico de Nível Médio Integrado em Multimídia, Técnico Subsequente em Eventos e em Guia de Turismo e Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer e em Produção Cultural. Com perspectiva direcionada ao empreendedorismo, tal *campus* possui disciplinas em cursos técnicos e tecnólogo, projetos e ações e uma incubadora tecnológica. As disciplinas relacionadas diretamente ao empreendedorismo são Gestão Organizacional e Empreendedorismo (Técnico de Nível Médio em Multimídia) e Gestão de Empresas de Eventos (Técnico de Nível Médio em Eventos). Dentre as várias atividades de extensão existentes, destacam-se duas, citadas por terem afinidade com esse trabalho: Galeria Itinerante de Arte Potiguar e Projeto Mulheres Mil – Curso de Camareira (IFRN, 2015b).

Os projetos e ações existentes no *campus* em questão são: Galeria Itinerante de Arte Potiguar; Projeto Mulheres Mil; e palestras de divulgação e sensibilização sobre a incubadora e empreendedorismo. O Projeto Galeria Itinerante de Arte Potiguar, com duração de sete meses, tem como finalidade selecionar dez artistas visuais, com quatro obras de cada, para participação em exposições itinerantes. O objetivo do projeto é a organização e a promoção de exposições itinerantes diferenciadas e diversificadas da produção potiguar das artes visuais, com a finalidade de atuar, inicialmente, em três direções. A primeira direção procura desenvolver estratégias e processos alternativos de circulação e comercialização de obras das artes visuais. A segunda tem o intuito de incluir artistas locais que geralmente não têm acesso ao circuito das galerias de arte e da mídia local, contribuindo, assim, com a sua formação profissional no campo da economia criativa e do empreendedorismo cultural. E, por último, a terceira direção busca a ampliação do público apreciador e consumidor das artes visuais, facilitando o acesso a obras inéditas de artistas locais à população.

Os ambientes de exposição das artes alcançam os mais diversos tipos, podendo ser tanto públicos quanto privados (universidades, *shoppings*, hotéis, aeroporto, etc.). O projeto pretende incentivar a formalização profissional dos artistas, e, dessa forma, que eles se tornem empreendedores

individuais, alcancem sua previdência social e passem a emitir nota fiscal nas vendas das obras de arte. Outro caminho possível é que eles formem associações ou cooperativas como estímulo a produções coletivas e de novos arranjos produtivos locais para o setor das artes visuais (IFRN, 2015b).

Situada nos aposentos do IFRN - Cidade Alta, encontra-se a Incubadora Tecnológica de Cultura e Arte (ITCART), ambiente onde empreendimentos nascentes e inovadores podem receber apoio técnico e gerencial para o seu desenvolvimento. A ITCART apresenta como principal objetivo a contribuição para a promoção do empreendedorismo no ramo da economia criativa e para a gestão sustentável. Mais especificamente, a Incubadora visa promover a qualificação dos empreendedores em sistemas de gestão empresarial e tecnológica; promover a interação entre empreendedores, disseminando os benefícios do associativismo e do cooperativismo; apoiar técnica e gerencialmente os projetos e empreendimentos, inclusive mediante orientação quanto à capitalização de recursos em instituições de fomento à cultura, turismo e esporte; e estimular e apoiar os empreendimentos incubados nas dimensões empreendedora, tecnológica, mercadológica, gestora e financeira.

Na ITCART, existem duas modalidades de incubação. A primeira modalidade é direcionada a empresas residentes, que são constituídas por empreendedores individuais, MPEs, empreendimentos cooperados/associados juridicamente constituídos e que necessitam de espaço físico, recebendo todo o apoio de assessoramento técnico, qualificações e outros benefícios. Já a segunda modalidade é voltada para empresas não residentes que não necessitam de local físico, sendo essa a única diferença. A metodologia de incubação consiste em quatro fases, (I) implantação, (II) desenvolvimento, (III) consolidação e (IV) graduação (IFRN, 2015a).

Dentre os inúmeros projetos ou ações voltados ao empreendedorismo, destaca-se a parceria entre a ITCART e o RN Criativo, que realizou o encontro “Diálogos Culturais: Políticas Públicas para a Cultura”. A temática do evento foi sobre políticas públicas relativas ao empreendedorismo e economia criativa, buscando-se promover o debate sobre tais políticas relacionadas à economia norte rio-grandense (IFRN, 2015b).

4.4.3 *Campus do Agreste Potiguar – João Câmara*

A Mesorregião do Agreste Potiguar é uma das quatro existentes no RN, sendo a terceira mais populosa, com 426.842 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2017b). Sua composição é formada por 43 municípios agrupados em três microrregiões, com um IDH médio de 0,617 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2013) e PIB per capita de R\$ 3.913 (IBGE,

2017b). Tradicionalmente agrícola, encontra-se em uma situação econômica e populacional decrescente. Sua porcentagem de população em relação a todo o estado foi de 13,4% em 2010. João Câmara é uma de suas principais cidades (DIEESE, 2011; Freire & Clementino, 2011).

O povoamento da região se iniciou com a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (EFCRN), através de um grupo de trabalhadores, e, em 1910, foi consagrada a estabilidade da povoação iniciada. A cidade possuiu os nomes de Matas e de Baixa Verde. Em 1953, recebe seu nome atual como uma homenagem ao seu primeiro prefeito, João Severino da Câmara, que lá estabeleceu seu domínio econômico, contribuindo para a valorização do município e o desenvolvimento da indústria, abrindo estradas, ampliando áreas produtivas e prestando assistência social. Sua área territorial é de 714.961 km², o IDH municipal é 0,595 e a população residente é de 32.227 habitantes, em 2010 (IBGE, 2017a).

A economia urbana de João Câmara vem passando por uma expansão de suas atividades. Esse crescimento está relacionado principalmente ao circuito inferior da economia, que alcança mais de 90% do total de estabelecimentos na cidade e que exerce atividades de baixo nível de incorporação tecnológica, de organização e de capital, e com o aumento de consumo entre as camadas mais pobres da sociedade (Dantas & Tavares, 2012).

O *campus* do IFRN em João Câmara está situado na BR 406, em um terreno de 100.140 m². Para sua instalação na cidade polo do Agreste Potiguar, houve participação dos municípios parceiros concentrados ao seu redor. Sua fundação integrou a II Fase do Plano de Expansão da RFEPT, do MEC, iniciada em 2007. As principais atividades econômicas da cidade são a agropecuária, o extrativismo e o comércio (IFRN, 2015b).

Presentemente, na instituição, existem disciplinas ou conteúdos de empreendedorismo em disciplinas de alguns de seus cursos. Os cursos disponíveis na instituição estão dentro destas modalidades: Técnico Integrado, Técnico Integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), Técnico Subsequente, Graduação e Pós-Graduação. As disciplinas com foco empreendedor são Empreendedorismo (Administração do Técnico Integrado e Subsequente), Gestão/Marketing, Administração de Empresas Cooperativistas I e II e Projeto de Empresas Cooperativistas I e II (Cooperativismo do Técnico Integrado, Técnico Integrado EJA e Subsequente) e Gestão de Negócios (Graduação em Energias Renováveis) (IFRN, 2015b).

O *campus* também conta com a presença da Miniempresa (*Junior Achievement*), do Programa Mulheres Mil, do Concurso de Ideias e de feiras de negócios, oficinas e palestras que buscam

sensibilizar seu público-alvo a desenvolver atividades empreendedoras. Assim como os demais *campi* que foram mencionados, ou que ainda serão, a unidade do IFRN aqui discutida, além desses projetos e ações, possui uma incubadora tecnológica, que visa fortalecer um pensamento empreendedor e apoiar as atividades que vem com esse intuito.

Quanto a ações relacionadas a políticas empreendedoras que se podem destacar, salientam-se o Programa Mulheres Mil, que oferece 100 vagas para mulheres residentes em comunidades com baixo IDH em diferentes cursos de qualificação (Auxiliar de Administração, ano de 2012, e Profissional em Auxiliar de Cuidador de Idosos, ano de 2013); os eventos com foco em empreendedorismo, como a “1ª Feira de Empreendedorismo e Negócios da Região do Mato Grande”, que surgiu como atividade do projeto de extensão Educação Empreendedora e da Incubadora de Tecnologia, Energia e Negócios (ITEN), e cujo objetivo foi fomentar o empreendedorismo na região do Mato Grande e apresentar o IFRN como motor de desenvolvimento local; e o Projeto Sabão Sustentável, que ocorre em parceria com a Associação Camarense de Apoio aos Portadores de Deficiência (ACAPORD) e arrecada óleo e garrafas PET para o desenvolvimento de suas atividades (IFRN, 2015b).

A ITEN, sob a direção-geral do *campus* João Câmara, abre processos seletivos destinados a alunos ativos, egressos, servidores do IFRN e comunidade externa, para submissão de ideias com potencial inovador para serem transformadas em empreendimentos que estejam relacionados à *expertise* do *campus*. As principais áreas tidas como prioritárias foram Gestão e Negócios, Eletrotécnica, Informática e Energias Renováveis ou áreas afins. Por último, destaca-se que a ITEN, assim como as demais Incubadoras do IFRN, induz o processo de criação e fortalecimento de empresas inovadoras, oferecendo serviços especializados de apoio técnico e operacional para tal, facilitando, dessa forma, a consolidação de ideias empreendedoras e empresas nascentes.

4.4.4 *Campus* do Central Potiguar - Caicó

O Central Potiguar inclui o sertão do Seridó e é a mesorregião menos populosa do estado, com 381.930 habitantes. Contém 37 municípios agrupados em cinco microrregiões. O IDH médio é de 0,686 e o PIB per capita de R\$ 9.037 (IBGE, 2017b). Após a crise do algodão por volta de 1970, se caracteriza por uma economia decadente. Em 2010, concentrava 26% da população norte rio-grandense (DIEESE, 2011; Freire & Clementino, 2011).

Caicó é a principal cidade da região do Seridó e está localizada a 256 km da capital estadual. Ocupa uma área de 1.228.574 km², sendo o quinto município de maior extensão do estado. Está

localizada em uma confluência entre dois rios na Microrregião do Seridó Ocidental e exibe uma altitude média de 151 metros. Em 2013, apresentava uma população de 66.246 habitantes, o que a tornava a sétima cidade mais populosa do RN. A Festa de Sant'Ana, realizada no mês de julho no local, foi tombada como patrimônio imaterial do Brasil.

A cidade também exibe bordados e culinária típicos e é um importante centro pecuário e algodoeiro. Apresenta o quinto maior IDH do interior e semiárido nordestino, maior índice de longevidade e menor índice de exclusão social do estado (Câmara Municipal de Caicó, 2019). Suas atividades econômicas estão baseadas nos setores de serviços, pecuária, agricultura de pequeno porte e indústria, especialmente a área têxtil. Essa última se desenvolve nos segmentos de tecelagem, vestuário e setor boneleiro, tornando Caicó o segundo maior polo produtor de bonés do Brasil, com uma produção de 500.000 peças/mês, em média (IFRN, 2015b).

O *campus* Caicó do IFRN foi inaugurado no dia 20 de agosto de 2009, juntamente com outros cinco *campi*, fazendo parte da segunda fase do Plano de Expansão da RFEPT, do MEC. A área de ocupação de seu terreno é de 69.725 m², às margens da rodovia RN 288, na zona norte da cidade (IFRN, 2015b). Os cursos ofertados na unidade são Eletrotécnica, Informática, Vestuário e Têxtil, dentro do Técnico Integrado; Eletrotécnica e Vestuário, dentro de Técnico Subsequente; Licenciatura em Física e Tecnólogo em Design de Moda, dentro da Graduação; e Costura Básica, Ginástica Laboral e Inglês Básico – Nível Fundamental, dentro de cursos de formação inicial e continuada. Em relação a disciplinas voltadas para o empreendedorismo, encontra-se apenas “Empreendedorismo na Indústria da Confecção do Vestuário e de Acessórios”, presente no curso de Vestuário (Técnico Integrado e Subsequente) (IFRN, 2015b).

Como atividade de extensão com viés empreendedor, existe o projeto “Produção do Sabão ecológico: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável das comunidades carentes da região do Seridó”. Seu principal objetivo é o de conscientizar a população carente da cidade de Caicó - RN e das cidades vizinhas para, por meio da oferta de oficinas de reciclagem, reutilizar o óleo de frituras para a fabricação de sabão, podendo ainda ser um gerador de renda para as famílias. As oficinas visam proporcionar benefícios sociais, ambientais e econômicos, e ainda colaborar para o esclarecimento da sociedade no que diz respeito aos problemas ambientais resultantes do descarte incorreto de resíduos de óleos no meio ambiente. Outro projeto de extensão de destaque do *campus* é o Mulheres Mil, que oferece atualmente os cursos de Reciclador e de Desenhista de Moda.

A implantação da Incubadora Tecnológica Têxtil (ITTÊXTIL) veio como uma proposta direcionada à incubação de empresas inovadoras ou *startups*, mediante a promoção de serviços especializados de apoio técnico e operacional para os diferentes setores (industrial, têxtil e de confecções) da Microrregião do Seridó Ocidental. Ela atua de forma a minimizar o risco de falência das empresas nos primeiros anos de desenvolvimento dos processos e/ou serviços, principalmente durante a fase inicial de inserção no mercado concorrencial, e tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, a geração de emprego e renda, a pesquisa tecnológica e a extensão universitária, assim como de fornecer subsídios para a melhoria da escrituração das atividades (IFRN, 2013; IFRN, 2015b).

Em 2014, foi lançado o primeiro edital para seleção de ideias empreendedoras para a pré-incubação em Hotel de Projetos. Sob a direção-geral do *campus* Caicó, a ITTÊXTIL tornou pública a abertura de processo de seleção destinado a alunos ativos, egressos, servidores do IFRN e comunidade externa, para submissão de ideias com potencial inovador para serem transformadas em empreendimentos. No mesmo ano desse edital, foram selecionados seis projetos para pré-incubação em Hotel de Projetos (IFRN, 2015b).

4.4.5 *Campus* do Oeste Potiguar - Mossoró

A Mesorregião Oeste Potiguar é a segunda mais populosa dentre as demais, apresentando uma população de 826.806 habitantes (IBGE, 2017b). Abrange 62 municípios agrupados em sete microrregiões. O IDH médio é de 0,670 (PNUD, 2013) e o PIB per capita é de R\$ 8.189 (IBGE, 2017b). É caracterizada economicamente por suas atividades petrolíferas e pela fruticultura irrigada voltada para a importação. Em 2010, apresentou 26% da população do RN. Mossoró é uma de suas principais cidades (DIEESE, 2011; Freire & Clementino, 2011).

Mossoró, localizada a 277 km da capital, é o segundo maior município do estado, com uma população aproximada de 260.000 habitantes, segundo dados do IBGE (2017b). Seu povoamento começou a acontecer por volta dos anos 1600. A cidade é rica em cultura e historicidade, sendo a pioneira na abolição da escravatura e do primeiro voto feminino no Brasil. Do ponto de vista econômico, ela é considerada um dos principais polos do interior nordestino e uma das mais atraentes para investimentos no país. Sua receita de exportação é de 32,1% do total do RN, e os principais produtos exportados (em valor) são frutas, sal marinho e ceras vegetais. Há destaque também para a produção de petróleo e gás (IFRN, 2015b).

O *campus* Mossoró do IFRN foi inaugurado em 29 de dezembro de 1994, sendo a primeira unidade de ensino descentralizada da ETRN, uma das antigas denominações do Instituto. A descentralização, como já foi explicado anteriormente neste capítulo, foi resultado de uma política de interiorização da educação profissional. Inicialmente, foi denominado como UNED-Mossoró; mais tarde, passou a se chamar CEFET-RN, até que, em 29 de dezembro de 2008, recebeu a denominação atual de IFRN, *campus* Mossoró. Sua instalação se deu em um terreno cedido em comodato pela antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que hoje é a Universidade Federal do Semiárido (UFERSA). Atualmente, possui uma área de 97.200 m², em que 20.000 m² são ocupados com construções (IFRN, 2015b).

Em relação à infraestrutura, o IFRN - Mossoró apresenta capacidade para atender a 1800 alunos de cursos regulares, sem contar os cursos de curta e média duração de programas específicos, como o PRONATEC/Bolsa-Formação e FIC. Sua área de atuação abrange vários municípios nas redondezas de Mossoró e alcança uma população de cerca de 350.000 habitantes, que, potencialmente, são beneficiados pela presença do IFRN na região (IFRN, 2015b).

O *campus* Mossoró direciona sua prática educativa para Ensino, Pesquisa e Extensão. No Ensino, é ofertada educação profissional e tecnológica de qualidade em diferentes modalidades, o que auxilia no desenvolvimento cultural e econômico do Oeste Potiguar, bem como na formação completa dos estudantes. Já a pesquisa tem o intuito de servir como um dos pilares para a formação integral do aluno, investindo-se em estudos para o desenvolvimento de produtos e soluções tecnológicas voltados para a comunidade, o setor produtivo e a melhoria institucional. As atividades de extensão, por sua vez, são desenvolvidas em articulação com o ensino e a pesquisa, objetivando estender à comunidade os benefícios da produção de conhecimentos (IFRN, 2015b).

A educação profissional oferecida na unidade abrange os cursos das modalidades Técnico Integrado e Subsequente, cursos de ensino superior em Tecnologia e Licenciatura e uma Especialização. Todos os cursos foram escolhidos em concordância com a economia local. Como disciplina relacionada ao empreendedorismo, existe apenas “Gestão e Empreendedorismo”, da graduação em Gestão Ambiental (IFRN, 2015b).

Faz parte das políticas públicas existentes no *campus* o Programa Mulheres Mil/PRONATEC-Bolsa Formação, inaugurado em junho de 2014, com o intuito de promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas. O projeto é desenvolvido em parceria com o Governo Federal e a Prefeitura Municipal de Mossoró (IFRN, 2015b). Através da participação dessas mulheres no

Programa, elas recebem capacitação/qualificação para desenvolver atividades que podem trazer algum retorno financeiro para si mesmas. Quando essas atividades envolvem habilidades para a criação e venda de algo, surge a possibilidade de elas empreenderem abrindo seus próprios negócios.

O IFRN - Mossoró conta com a Incubadora Tecnológica de Mossoró (ITMO), oferecendo, dessa forma, suporte para geração e consolidação de empresas inovadoras. São oferecidos os serviços de consultoria, assessoria e qualificação, atuando juntos para a menor falência das empresas em seus primeiros anos de existência. A ITMO tem como objetivo prospectar, capacitar e selecionar empresas e/ou empreendimentos que apresentem produtos, processos ou serviços inovadores com diferenciais de mercado. O processo de seleção para ingresso das empresas se dá por meios de editais lançados pelo Diretor-geral do *campus* Mossoró, assim como acontece com as incubadoras dos demais *campi* (IFRN, 2015b). Além do já mencionado, O IFRN - Mossoró conta com oficinas de empreendedorismo em parceria com o Sebrae, aulas de campo e participação em feiras de empreendedorismo.

Capítulo V – Contextos e percursos dos egressos perante o empreendedorismo

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada junto aos alunos egressos do IFRN. A análise estatística dos dados nos permitiu obter uma descrição de como os diplomados do IFRN percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas, considerando-se a natureza do nosso estudo e seu paradigma interpretativo.

Iremos apresentar, em conformidade com nosso percurso metodológico, a caracterização dos diplomados e como avaliam as políticas e projetos empreendedores desenvolvidos no IFRN. Além disso, apresentaremos de forma mais aprofundada as três principais situações dos egressos perante o mercado de trabalho, designadas por trabalhador assalariado, desempregado e trabalhador independente ou autônomo/empresário/empreendedor, e, por fim, seus projetos empreendedores, existentes e futuros, além de suas percepções sobre o conceito de empreendedorismo.

Nesse contexto, apresentaremos e analisaremos os dados com o auxílio de gráficos, tabelas e quadros, e ressaltamos que retrataremos as questões mais relevantes da análise em consonância com os objetivos da pesquisa. A análise estatística exploratória completa e a análise inferencial encontram-se, respectivamente, nos Apêndices III e IV. A seguir, iniciaremos a apresentação dos resultados com a caracterização do perfil dos egressos.

5.1 Caracterização do perfil dos egressos

Encabeçamos a pesquisa coletando as informações quanto ao *campus* de origem do respondente, bem como a sua formação enquanto egresso do IFRN. Em seguida, o ano de conclusão de curso, o grau de escolaridade, a data de nascimento, o sexo e a raça ou etnia. De todos os *campi* estudados, a maior parte dos respondentes são do *campus* Natal-Central, com 62,32% (n=215), seguido de Mossoró, com 18,55% (n=64), Caicó, com 8,70% (n=30), e Natal-Cidade Alta, juntamente com João Câmara, ambos com 5,22% (n=18). O Gráfico 2, abaixo, reforça que os percentuais da nossa amostra coincidiram com os dados oficiais descritos no Capítulo 4 deste trabalho, sobre os dois *campi* com maior número de alunos matriculados, Natal-Central e Mossoró. Também evidencia, a partir do percentual encontrado, a importância do *campus* Natal-Central, não apenas como unidade precursora do IFRN, mas também difusora e propulsora da ação institucional, funcionando como referência para as demais unidades, conforme nos relata IFRN (2014).

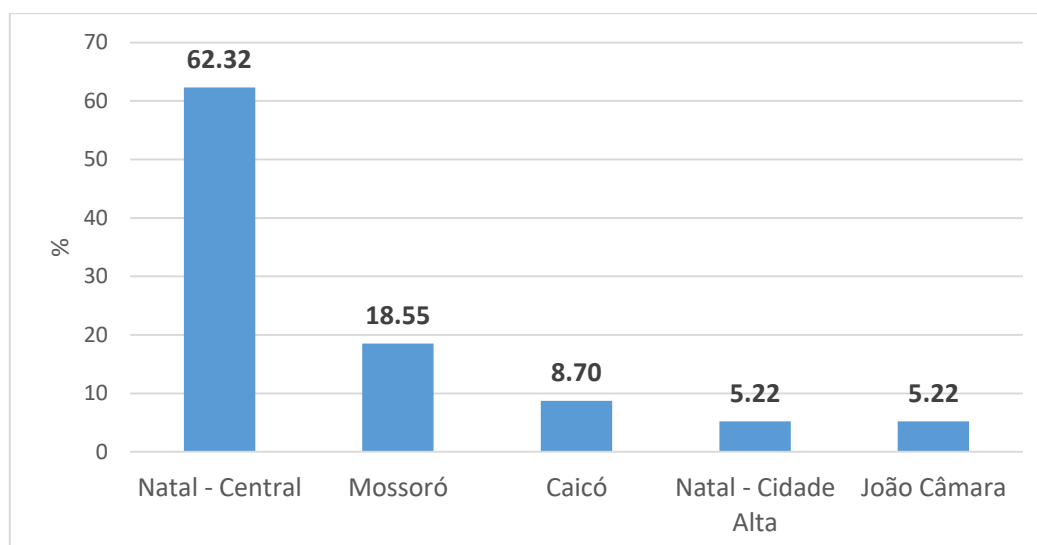


Gráfico 2 - Percentual de campi de formação acadêmica dos egressos no IFRN

A maioria dos egressos respondentes foi do nível técnico, com 81,16% (n=280), seja nas modalidades técnico de nível médio integrado ou subsequente, em seus diferentes cursos⁷⁰, ao passo que apenas 18,8% (n=65) dos egressos foram do nível superior (graduação tecnológica). A maioria dos alunos concluíram seus cursos, técnicos ou tecnólogos, no ano de 2015, com percentual de 27,25% (n=94).

A grande maioria de técnicos respondentes demonstra a vocação histórica da instituição na formação técnica e coincide com dados empíricos obtidos⁷¹ junto ao IFRN no momento da nossa pesquisa. Corrobora, ainda, com o fato de que a maioria da nossa população acessível ou disponível de 3341 alunos, descrita em nosso percurso metodológico, era egressa de cursos técnicos e que, nos cinco *campi* objetos de estudo, a maioria dos cursos formava alunos desse nível.

Já quanto ao gênero, conforme o Gráfico 3, a seguir, obtivemos a maioria participante do sexo masculino, com 66%, e 34% de participantes do sexo feminino, percentuais compatíveis com a representatividade da população⁷² objeto de nosso estudo.

⁷⁰ Os cursos técnicos mais listados foram os de Controle Ambiental (48), Edificações (40), Mecânica Industrial (35) e Informática (30). Para graduação tecnológica, o curso mais citado foi o de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), com sete respondentes. A lista completa pode ser visualizada no Apêndice III.

⁷¹ No momento de nossa coleta de dados, em junho de 2016, o percentual de alunos egressos dos níveis técnico e tecnólogo, segundo dados oficiais institucionais e a partir da nossa população disponível, eram, respectivamente, de 73% e 27%.

⁷² Conforme dados oficiais do IFRN, nos cinco *campi* objetos da pesquisa, no período de nossa coleta de dados, havia um percentual de 53,9% de alunos do sexo masculino e de 46,1% do sexo feminino (IFRN, 2017).

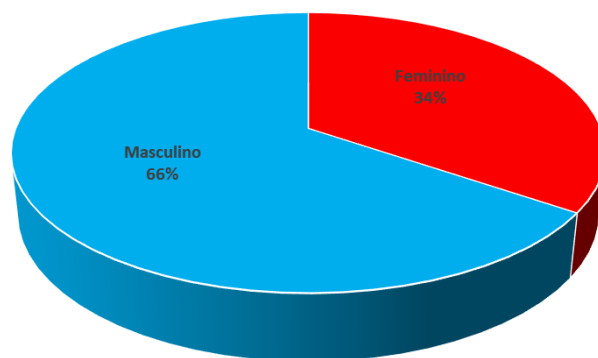


Gráfico 3 - Porcentagem dos entrevistados por sexo

Convém enfatizar que o IFRN, desde sua constituição, em 1909, só admitia homens, tendo abertura para alunas 65 anos depois, conforme nos relata Pegado (2006, p. 41):

Em 1974, a ETRN passou a receber alunas e alunos de colégios conveniados da capital para atividades de formação profissional, para ensino de intercomplementaridade, em consonância com a Lei nº 5.692/1971, sinalizando, evidentemente, um avanço, haja vista a quebra do paradigma de estabelecimento de ensino direcionado ao sexo masculino, situação discriminatória, vivenciada desde a criação em 1909. No ano seguinte, é matriculada a primeira aluna – Nelma S. Marinho de Bastos – na ETRN, no curso de Edificações.

Mesmo com essa suposta quebra de paradigma quanto à histórica discriminação de gênero, a presença feminina ainda era pequena entre as décadas de 1970 e 1990, pois a maioria dos cursos técnicos oferecidos, tais como Eletrotécnica, Estradas, Edificações e Mecânica, eram voltados para a formação de carreiras exercidas majoritariamente pelo sexo masculino (Pegado, 2006), de maneira que se assumia, claramente, um cariz de segregação ocupacional no leque de ofertas. Para Silva (2012), essa situação vem mudando de configuração face às alterações da missão social dessas instituições. Ainda quanto à discriminação de gênero, convém resgatar o que já expusemos no Capítulo 4 deste trabalho, isto é, que em toda história do IFRN, apenas uma mulher, a professora Luzia Vieira de França⁷³, exerceu o cargo máximo de direção institucional até os dias de hoje⁷⁴.

Sob o ponto de vista da raça ou etnia, 53,62% (n=185) se declararam pardos, 37,68%, (n=130) brancos e 6,09% (n=21), pretos, como é possível observar no Gráfico 4, logo abaixo. Inclusive, os dados da pesquisa são muito próximos dos dados oficiais referentes ao último censo⁷⁵ realizado no estado do RN.

⁷³ A professora Luzia Vieira de França foi eleita em 1986 para o cargo de Diretora-geral da então ETRN. Substituiu o seu antecessor, o diretor Marcondes Mundim Guimarães, e permaneceu no cargo até 12 de maio de 1991.

⁷⁴ A hegemonia masculina no cargo máximo do IFRN tende a perdurar, pelo menos, até o ano de 2024, quando se encerra o mandato do atual Reitor, o professor José Arnóbio de Araújo Filho.

⁷⁵ No Censo Demográfico do Brasil realizado em 2010, pelo IBGE, no estado do RN 52,75% da população se declarou pardos, 40,84%, brancos, e 5,23%, negros, conforme pode ser visto em <https://censo2010.ibge.gov.br/> (recuperado em 2016).

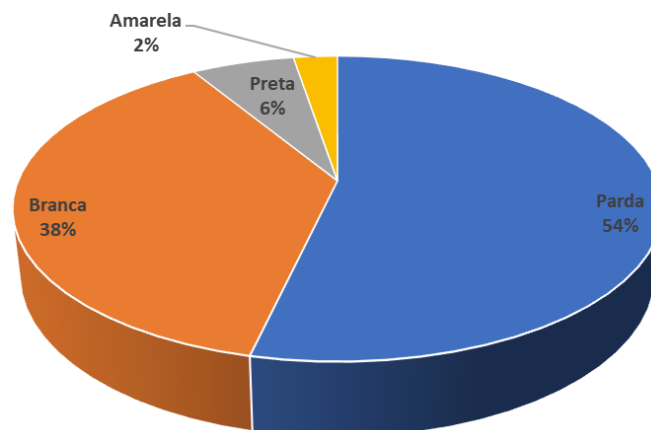


Gráfico 4 - Porcentagem dos entrevistados por raça ou etnia

Quanto à formação acadêmica dos egressos, no momento do preenchimento do inquérito, observamos que 55,94% (n=193) possuíam como escolaridade o ensino médio completo, 31,88% (n=110), o superior completo, 8,41% (n=29), a especialização e 3,77% (n=13), o mestrado. O resultado mais denso em relação ao ensino médio completo era esperado, pois 48,7% dos respondentes finalizaram seus cursos nos anos de 2014 (21,45%, n=74) ou 2015 (27,25%, n=94), não dispondo, portanto, de tempo hábil para ascender aos graus acadêmicos subsequentes: superior completo, especialização, mestrado ou doutorado.

Finalmente, quanto à faixa etária pesquisada, observou-se que nossa amostra é formada, em sua maioria, por jovens⁷⁶, com 84,84% (n=291), com maior incidência na faixa entre 21 e 25 anos, conforme o Gráfico 5, a seguir.

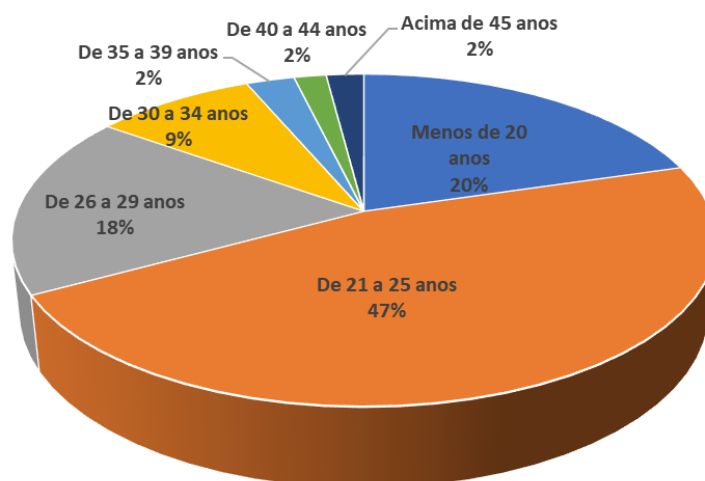


Gráfico 5 - Porcentagem dos egressos de acordo com a faixa etária

⁷⁶ Para o escopo desta pesquisa, utilizamos a classificação da Política Nacional de Juventude (PNJ), que considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A PNJ divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos.

5.2 Percepções dos egressos sobre as ações empreendedoras desenvolvidas no IFRN

Após a caracterização dos egressos, questionamos o grau de interesse dos ex-alunos sobre o tema “empreendedorismo” durante seus respectivos cursos. Tomamos como referência uma escala Likert de 5 pontos, sendo o primeiro correspondente a “nenhum pouco interessado” ou “nenhuma participação” e o quinto, ao que atribuem como “muito interessado” ou “muito participativo”. Nesse contexto, e com média de 2,93, apenas 32,47% (n=112) demonstraram interesse ou muito interesse pelo empreendedorismo, ao passo que 39,71% (n=137) tinham nenhum ou pouco interesse no tema. Os 27,83% (n=96) restantes responderam que tinham parcial interesse.

Logo após, solicitamos aos egressos que avaliassem mais especificamente o desempenho do IFRN na atuação relacionada ao incentivo do empreendedorismo. Utilizamos uma escala crescente de 1 a 5 (1 = desempenho péssimo; 2 = desempenho baixo; 3 = desempenho mediano; 4 = desempenho bom; 5 = desempenho excelente), havendo ainda a possibilidade de não responder (não se aplica). Conforme podemos observar na Tabela 2, apenas a “Dotação de um corpo docente qualificado” obteve um grau médio ou elevado. As demais médias variam entre 2,25 e 2,88, o que evidencia, a partir percepção dos egressos, uma atuação de grau baixo ou mediano para a promoção do empreendedorismo por parte do IFRN. Este único ponto com destaque mais positivo, o corpo docente qualificado, talvez seja fruto de uma política institucional que realizou, principalmente, nos últimos 15 anos⁷⁷, forte investimento em capacitação e titulação de seus servidores, com destaque para os docentes.

⁷⁷ De acordo com o MEC, em 2009, foi criado o Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PIQDTEC), com o objetivo de estabelecer uma política sistêmica de formação de mestres e doutores para a Rede Federal (MEC, 2009a).

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis de desempenho

Itens	n	Sem resposta	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Apresentação de conteúdos curriculares inovadores	294	51	2,84	1,03	1,00	5,00
Promoção de contatos com entidades/empresas	280	65	2,40	0,98	1,00	5,00
Atuação de incubadora tecnológica	234	111	2,55	1,22	1,00	5,00
Atuação de hotel de projetos	198	147	2,25	1,15	1,00	5,00
Estimulo à criatividade/inovação	300	45	2,88	1,18	1,00	5,00
Dotação de um corpo docente qualificado	302	43	3,52	1,11	1,00	5,00
Difusão e divulgação de informações sobre apoios ao empreendedorismo	284	61	2,56	1,12	1,00	5,00
Realização de seminários, <i>workshops</i> , palestras ou outros eventos centrados na temática do empreendedorismo	281	64	2,42	1,13	1,00	5,00
Incentivos à criação de negócios	278	67	2,56	1,08	1,00	5,00

Em seguida, foi questionado aos egressos quanto à existência de alguma disciplina específica sobre o empreendedorismo. Nesse quesito, 61,16% (n=211) afirmaram não haver tal disciplina, ao passo que 22,61% (n=78) afirmaram ter havido e 16,23% (n=56) não se recordavam. Em caso de afirmativo, perguntamos qual o nome da disciplina e a sua avaliação quanto à metodologia e quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado. Os nomes de disciplinas⁷⁸ mais respondidos foram Empreendedorismo e Gestão Organizacional. Na opinião dos 78 diplomados, essas disciplinas, quanto à metodologia, foram consideradas regulares, boas ou excelentes para 89,75% (n=70), ao passo que apenas 10,26% (n=8) acharam ruim ou péssima, valores muito aproximados da avaliação dessas disciplinas quanto à importância do conteúdo ensinado.

No prosseguimento do questionário, vinculamos o empreendedorismo a iniciativas frequentes nos diversos cursos técnicos ou tecnólogos, as visitas técnicas⁷⁹ ou aulas de campo. Nesse contexto,

⁷⁸ A partir dos cursos concluídos pelos alunos, pesquisamos, nos planos de curso, disciplinas que fossem relacionadas total ou parcialmente com o empreendedorismo. Encontramos, além do nome Empreendedorismo, Gestão Organizacional, Organização Empresarial, Teoria e Prática Profissional, Gestão Empresarial, Plano de Negócios, Planejamento Empresarial, Gestão de Negócios, entre outros.

⁷⁹ As visitas técnicas têm o intuito de aproximar o IFRN às instituições públicas e ao setor produtivo local, para favorecer parcerias em diferentes aspectos, como divulgação das ações do IFRN, captação de vagas de estágio/aprendizes, construção de projetos e programas de extensão, proposta de cursos de formação inicial e continuada, dentre outros. Elas são articuladas por diferentes setores dos *campi*, tais como: Coordenação de Extensão, Coordenação de Cursos, Direção-geral, Direção Acadêmica, dentre outros.

apenas 15,07% (n=52) responderam que houve estímulo ao empreendedorismo nessas visitas, ao passo que 76,81% (n=265) afirmaram não haver relação e 8,12% (n=28) não se recordavam. Posteriormente, inquirimos aos diplomados sobre a divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo na época de sua formação. Nesse quesito, a divulgação foi considerada péssima, ruim ou regular por quase 90% (n=308), conforme a Tabela 3, abaixo. Esse expressivo resultado corrobora com os discursos de alguns dirigentes institucionais, conforme veremos no capítulo seguinte, sobre a débil comunicação do IFRN, não só com a comunidade interna, como também com o público externo.

Tabela 3 - Divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionados ao empreendedorismo

Divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionados ao empreendedorismo	n	%
Péssima	86	24,93
Ruim	101	29,28
Regular	121	35,07
Bom	32	9,28
Excelente	05	1,45
Total	345	100,00

Ainda indagamos com relação à participação dos egressos em projetos de pesquisa ou extensão e sua relação com o empreendedorismo. Também solicitamos que lembrassem quais projetos empreendedores existiam em sua época no instituto e, como uma questão aberta, quais atividades ou iniciativas seriam úteis na promoção do empreendedorismo no contexto acadêmico.

Um baixo percentual participou de projetos de pesquisa ou extensão, independentemente da relação com o empreendedorismo, conforme os Gráficos 6 e 7, abaixo:

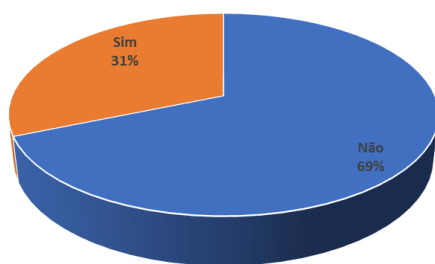


Gráfico 6 - Participação em Pesquisa

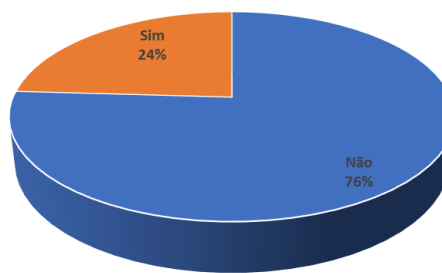


Gráfico 7 - Participação em Extensão

Essa baixa participação de alunos já formados pelo IFRN pode servir de indicador para que a instituição tente modificar esse *status*, visto que essas atividades, juntamente com o ensino, são consideradas estratégicas, conforme consta no PDI:

O IFRN tem, de modo crítico, permanecido atento às mudanças e às contínuas demandas pedagógicas, culturais, técnicas, científicas e socioeconômicas. Torna-se, assim, **fundamental** aprofundar a interação com a sociedade, por meio do desenvolvimento da tríade ensino, **pesquisa e extensão** [grifo nosso]. (IFRN, 2014, p. 87)

Quando investigamos, especificamente, a relação do empreendedorismo com os projetos de pesquisa e extensão, obtivemos um baixo percentual de vinculação, com, respectivamente, 7,53% (n=26) e 2,31% (n=8). Esses números também parecem conflitar com a importância dada ao empreendedorismo nesses contextos, conforme as ações propostas para o aperfeiçoamento das políticas de pesquisa e inovação: “Fortalecimento da cultura de empreendedorismo e inovação para promover a geração de empreendimentos e de ativos em propriedade intelectual em ambiente institucional” (IFRN, 2014, p. 121). Vale ressaltar que, dentro da PROPI, há um setor específico para o tema, chamado de Diretoria de Inovação Tecnológica. Ele “é responsável por articular o programa de incubação de empresas e disseminar a cultura do empreendedorismo” (IFRN, 2014, p. 123).

Na continuação, listamos os principais projetos e políticas empreendedores institucionais existentes, levantamento fruto de nossa pesquisa documental e de campo. Dessa forma, solicitamos aos egressos que marcassem as opções que eles mais recordavam existentes em sua época de curso. Conforme o Gráfico 8, abaixo, observou-se que as incubadoras tecnológicas foram as mais lembradas, com o expressivo percentual de 62,03% (n=214). O resultado pareceu ser o esperado, pois o MIT é uma das diretrizes institucionais mais significativas relacionadas ao empreendedorismo e que consta no PDI, conforme relatado no Capítulo 4. Além do mais, os cinco *campi* objetos da pesquisa dispõem de incubadoras em funcionamento. Convém destacar, ainda, a lembrança do projeto de extensão “Mulheres Mil”, que apresenta um cunho de empreendedorismo social e está presente em vários *campi* do IFRN, tendo o intuito de promover a formação profissional e tecnológica de mulheres desfavorecidas.

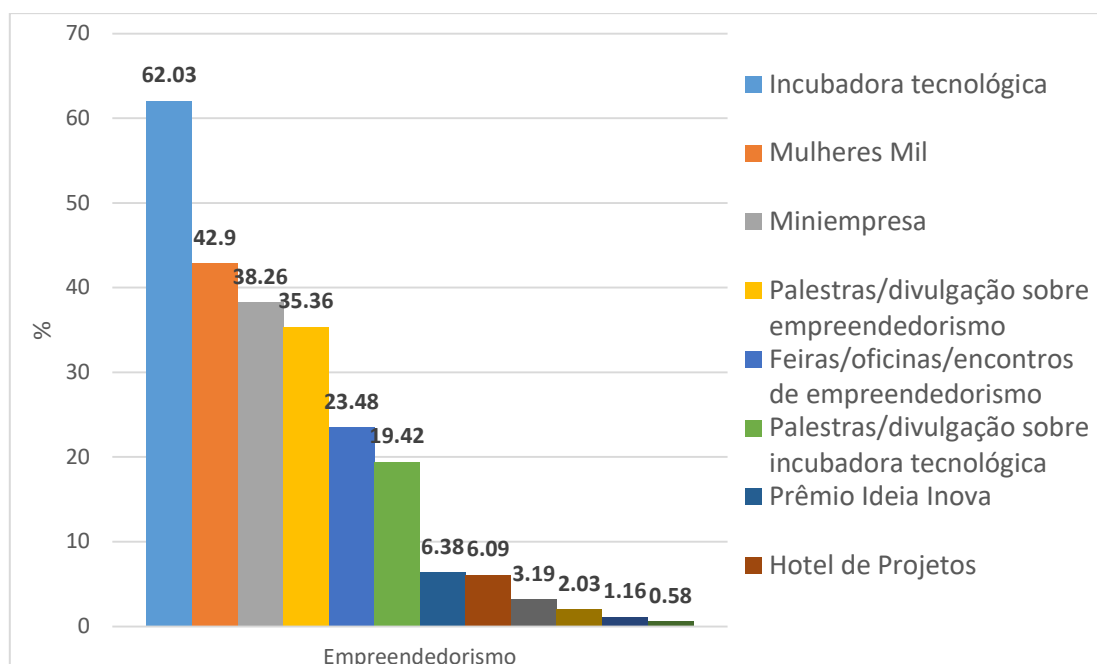


Gráfico 8 - Lembrança dos programas empreendedores existentes em sua época na Instituição

Por fim, solicitamos aos egressos, em questão aberta, quais as atividades ou iniciativas que seriam úteis na promoção do empreendedorismo pelo IFRN. Alguns deixaram a resposta em branco, porém, vários opinaram. Em linhas gerais, as respostas mais citadas remetiam a disciplinas, palestras, cursos ou *workshops* relacionados ao empreendedorismo. Foram citadas ainda a participação em feiras e eventos, a promoção de concurso de ideias e as visitas técnicas relacionadas ao tema. Como forma de compreender um pouco mais do discurso dos diplomados, utilizamos a técnica de nuvem de palavras⁸⁰, constituída a partir dessa questão, conforme a Figura 10, abaixo:

⁸⁰ Essa nuvem de palavras foi elaborada a partir da questão 26 do inquérito por questionário *on-line* aplicado aos alunos egressos (ver Apêndice I). Todas as respostas, exceto as em branco, foram exportadas para o programa gratuito *Wordclouds* (ver wordclouds.com, recuperado em 2017). Aleatoriamente, é gerada uma nuvem a partir da repetição das palavras do texto enviado. Quanto maior a palavra aparece na imagem, mais vezes ela foi citada pelos egressos, o que ocorre também de forma inversa, ou seja, palavras menos presentes indicam menos citações.

(n=121) de desempregados e apenas 6,96% (n=24) de empresários/empreendedores/trabalhadores autônomos ou independentes. O baixo percentual dos que se declaram empreendedores parece ir na contramão das políticas institucionais presentes em alguns documentos oficiais. Parecem também contradizer os discursos dos gestores do IFRN, responsáveis pela elaboração das políticas institucionais relativas ao empreendedorismo, conforme será visto no próximo capítulo. Em linhas gerais, tantos os documentos institucionais, quanto os discursos dos dirigentes apregoam o incentivo a formar alunos empreendedores.

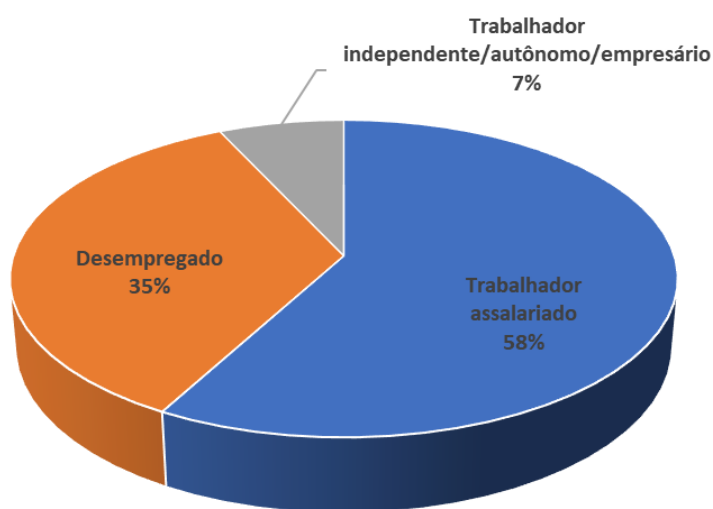


Gráfico 9 - Situação profissional dos egressos

5.3.1 Trabalhadores assalariados

Sendo a maior fatia dos entrevistados, com quase 58% (n=200) dos egressos, inicialmente inquirimos aos trabalhadores assalariados em qual setor da economia estava inserido seu local de trabalho. Obtivemos que 53,5% (n=107) estão empregados no setor privado, 44,5%, (n=89) no setor público; ainda houve 2% (n=4) que declarou estar no público-privado. A partir da relação entre a situação profissional e os *campi* do IFRN⁸¹, destacamos o *campus* Natal-Central, com 88% (n=176) do total de egressos assalariados. De forma inversa, apenas 1% (n=2) dos respondentes do *campus* Natal-Cidade Alta estavam nessa situação.

A grande maioria exerce um trabalho formal ou com carteira assinada, e apenas 2,5% trabalha sem carteira assinada, conforme o Gráfico 10, a seguir. Esse baixo número de informais ou sem registro oficial de seu vínculo trabalhista contrasta um pouco com as informações do IBGE (2020), que registrou no ano de 2019 um total de 11,6 milhões de trabalhadores sem carteira assinada no setor

⁸¹ Cf. Apêndice IV.

privado, o que corresponde a aproximadamente 13% da população ocupada⁸². Levando-se em consideração a informalidade na concepção do IBGE, que é a soma dos trabalhadores sem carteira assinada, dos domésticos sem carteira assinada e dos empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a fatia da população ocupada considerada informal sobe para 41,6%.

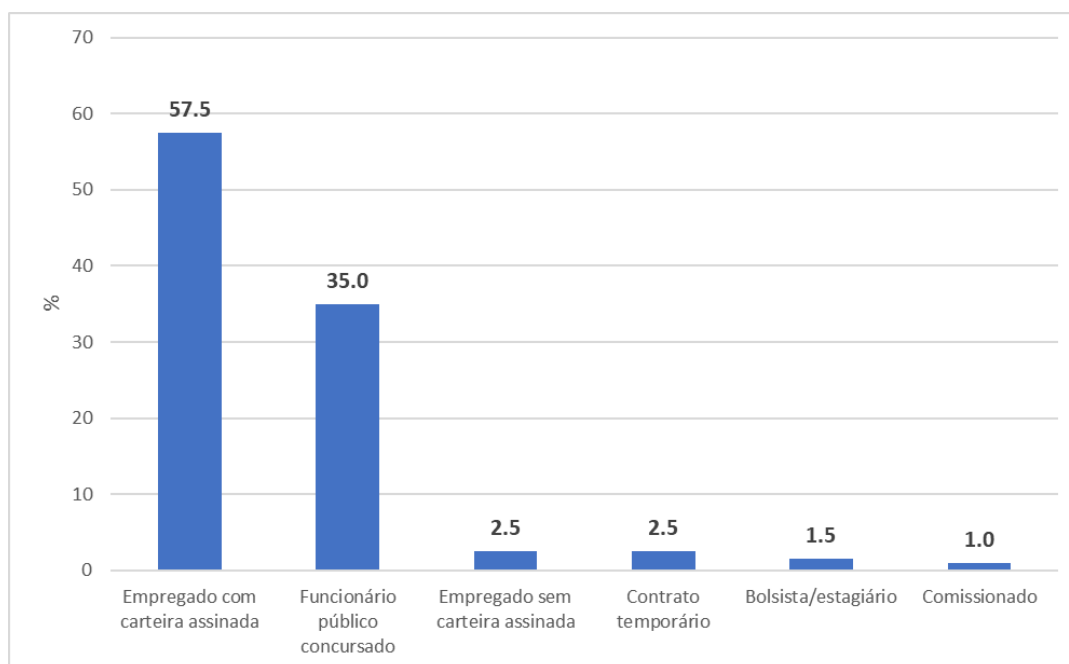


Gráfico 10 - Vínculo empregatícios dos trabalhadores assalariados

Quanto às atividades exercidas por esses assalariados em seus locais de trabalho, a grande maioria (63,5%, n=127) respondeu que exercia atividade técnica, enquanto, em segundo posto, 22,5% (n=45) responderam que realizavam atividade administrativa. O resultado não surpreende, face à vocação histórica do IFRN em formar técnicos ou tecnólogos em diversas áreas, conforme relatado no Capítulo 4, bem como termos a maioria, com 80,87% (n=279) dos respondentes, sendo egressos de cursos técnicos, como já dito neste capítulo.

Além da atividade exercida, questionamos se o trabalho atual do egresso era na área de formação no IFRN e há quanto tempo trabalhava. Obtivemos que 55% (n=110) trabalhavam na área em que tinham se formado e 45% (n=90) exerciam função em outra área. Já o tempo de trabalho dos egressos que exerciam função na área em que haviam se formado no IFRN, em sua maioria, com 40,91% (n=45), foi compreendido entre 3 a 4 anos, e ninguém estava no emprego há menos de um ano, conforme o Gráfico 11, abaixo:

⁸² Para o IBGE, a população ocupada é formada por pessoas que exercem atividades profissionais (formais ou informais, remuneradas ou não) durante pelo menos uma hora completa na semana. Essa atividade não precisa ser remunerada em dinheiro e não precisa consistir de 40 horas semanais de trabalho. Apenas uma hora de atividade profissional na semana já caracteriza a pessoa como parte da população ocupada (IBGE, 2019).

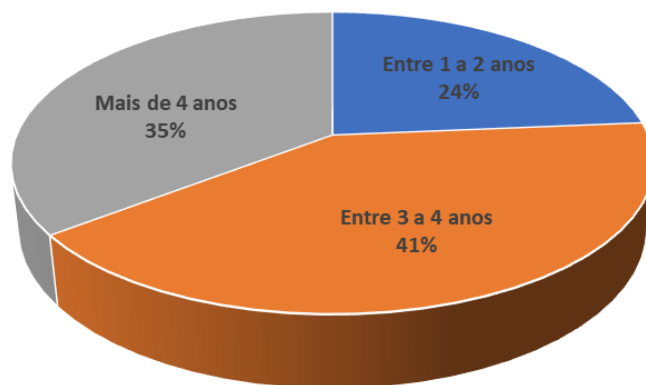


Gráfico 11 - Porcentagem dos entrevistados quanto ao tempo trabalhado na área de formação no IFRN

Por fim, como última questão aos trabalhadores assalariados, enveredamos mais especificamente no tema empreendedorismo, em consonância com os nossos objetivos de pesquisa, ao se questionar se o egresso já tinha tentado criar um próprio negócio/empresa/organização ou associação. Em caso afirmativo, solicitamos que falassem a respeito da experiência de seu projeto empreendedor (pontos positivos, negativos, duração do empreendimento, tipo de negócio, etc.). Em caso negativo, passamos à pergunta, que é comum aos três contextos profissionais, sobre os obstáculos ou receios que impediam o egresso de criar seu próprio negócio. Nessa questão, a quase totalidade, com 94%, (n=188) afirmou não ter tentado um projeto empreendedor, e apenas 6% (n=12) disseram ter tido a experiência, conforme o Gráfico 12, a seguir:

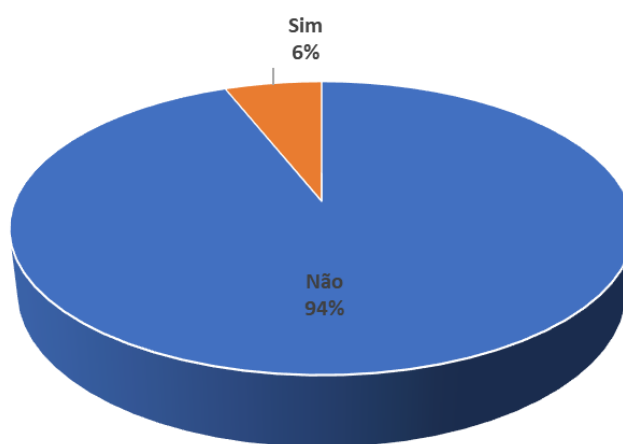


Gráfico 12 - Porcentagem dos trabalhadores assalariados que já tentaram criar seu próprio negócio

Historicamente, o IFRN formava, à época em que era conhecido como Escola Técnica Federal, técnicos de acordo com as exigências do mercado de trabalho da região e que tinham fácil aceitação face ao seu nível de excelência.

Além disso, essa lei estabelecia que os cursos deviam se adequar às exigências do mercado de trabalho da região. Em face do nível de excelência de ensino alcançado, as Escolas Técnicas Federais passaram a ser de suma importância para o empresariado, pois grande parcela dos técnicos aí formados, nos anos 1960 e 1970, passaram a ser contratados, quase que sem restrições, com forte demanda por parte das grandes empresas privadas ou estatais. Desse modo, a mão de obra formada pelas Escolas Técnicas atendia prontamente o processo de crescimento industrial, conhecido por milagre econômico, especialmente no início dos anos 1970. (IFRN, 2014, p. 27)

Mesmo depois da mudança para Instituto Federal, em 2008, essa tradição de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, apesar de ganhar outros contextos⁸³ justificatórios, permanece, até porque a própria função social do IFRN, dentre outros objetivos, preconiza “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia” (IFRN, 2014). Tal conjuntura parece justificar essa vocação para se obter um emprego num cenário⁸⁴ com milhares de desempregados e ainda se fugir dos “riscos e incertezas” inerentes à atividade de iniciar um negócio, conforme preconizam os economistas ou os adeptos da pedagogia empreendedora, consoante já relatado nos Capítulos 1 e 2 desta pesquisa.

Os 6% que afirmaram já terem vivido uma experiência de abrir o próprio negócio expuseram, com mais ênfase, suas dificuldades ou frustrações.

Egresso nº 8 – Falta de recursos financeiros me levaram a fechar o negócio.

Egresso nº 131 – Procurei uma franquia, mas logo após, o mercado entrou em crise e não foi vantagem montá-la.

Egresso nº 194 – Lanchonete. O empreendimento ainda existe, mas com nova direção. Dificuldades: manter bons preços mediante uma inflação e ainda oferecer qualidade dos produtos.

Egresso nº 315 – Falta de recursos e acompanhamento são os principais problemas para se tornar um bom Empreendedor.

Esses depoimentos demonstram algo relativamente comum ao ato de empreender, que é a possibilidade de fracasso. Para Drucker (1986), fica evidenciado que uma boa ideia associada à inovação e boa administração é decisiva para o sucesso de determinado empreendimento e que, fora

⁸³ Diferentemente da época do estabelecimento das Escolas Técnicas Federais, no final dos anos 1950, em que se tinha a clara mensagem de que os cursos deviam se adequar às exigências do mercado de trabalho da região, na constituição dos Institutos Federais, em 2008, os objetivos institucionais se alteraram significativamente face a um novo contexto histórico e perfil identitário. Dessa forma, “em relação à dimensão do ensino, compreende-se que a formação obtida na Instituição deve ir além das demandas imediatas do mercado de trabalho e dos setores industriais. Nesse sentido, os processos educativos assumem a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento e a emancipação humana, para além da perspectiva do crescimento econômico ou da acumulação de capital privado, mas tendo em vista o fortalecimento do processo de desenvolvimento social e econômico em nível local e territorial, e quiçá regional” (IFRN, 2014, p. 28).

⁸⁴ Segundo o IBGE (2019), a taxa média de desemprego no Brasil chegou ao fim do ano de 2019 em um índice de 11,9%, representando um contingente de 12,6 milhões de pessoas.

disso, o risco de insucesso é grande. Além disso, tal fracasso retrata e evidencia o caráter individualista defendido pelos apologetas da pedagogia empreendedora, segundo a qual toda responsabilidade quanto ao fracasso ou sucesso é do próprio empreendedor. Destarte, essa autorresponsabilidade, que também é muito sustentada pelos comungantes dos perfis ou comportamentos empreendedores, pode sugerir que em caso de fracasso ou falta de conhecimento, o pretense empreendedor tenha que agir por conta própria.

Egresso nº 212 – Não sabia empreender. Tive que tentar por erro e tentativa e tive que parar, mas pretendo criar uma nova empresa.

Já outros, apesar de se intitulem como trabalhadores assalariados, parecem ter negócios como uma segunda atividade econômica.

Egresso nº 115 – A empresa foi criada há 4 anos por um sócio e eu; Temos um software que é usado por alguns clientes, e provê alguma renda, mas bem menos que o que seria um salário de tempo integral; O software vem sendo mantido e suportamos os clientes atuais, mas sem investimentos em crescimento ou propaganda.

Egresso nº 344 – Gosto muito do que faço. Tenho muitas ideias e sempre as coloco em prática. Já tenho definido o meu público e conheço muito bem o que um deles gosta. Sou Consultora de vendas e minha renda hoje é na faixa de R\$ 1.000,00 por mês.

Essa concomitante e dupla atividade econômica, trabalhador assalariado e empreendedor, é algo muito presente no contexto brasileiro. Diferentemente da realidade apregoada por alguns autores, como Dornelas (2001), Drucker (1986) e Schumpeter (1982), além de alguns propugnadores da educação empreendedora que “vendem” o empreendedorismo como a chave para se obter sucesso ou para se “ficar rico”⁸⁵, o Brasil tem uma significativa taxa de empreendedorismo por necessidade⁸⁶. Geralmente, as pessoas enveredaram por esse caminho empurradas pelas adversidades da pobreza, pela falta de alternativa no mercado formal de trabalho ou ainda como complemento de renda, e não motivados pela identificação de oportunidades, de uma vocação para o mundo dos negócios, conforme prescrevem os apoiadores dos perfis empreendedores.

⁸⁵ Apesar de Dornelas (2001) citar como uma das características dos empreendedores de sucesso “Ficam ricos”, o autor esclarece que “Ficar rico não é o principal objetivo dos empreendedores. Eles acreditam que o dinheiro é consequência do sucesso nos negócios” (Dornelas, 2001, p. 32).

⁸⁶ Segundo o Sebrae (2017b), os empreendedores por necessidade decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego e renda, abrindo um negócio com a finalidade de gerar rendimentos, visando basicamente a sua subsistência e de suas famílias. Já os empreendedores por oportunidade identificam uma chance de negócio ou um nicho de mercado e decidem empreender mesmo possuindo alternativas correntes de emprego e renda. Esta classificação, empreendedorismo por necessidade ou oportunidade, é baseada no Relatório de Competitividade Global, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, pelo GEM.

5.3.2 Desempregados

No Brasil, as informações mais completas sobre a situação do mercado de trabalho são fornecidas pelo IBGE. Para o órgão, o termo desempregado, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar, acima de 14 anos, que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho (IBGE, 2010). Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Nesse contexto, pode-se exemplificar o caso de um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos, de uma dona de casa que não trabalha fora ou, ainda, de um empreendedor que possui seu próprio negócio. No caso do universitário ou da dona de casa, o IBGE os considera como fora da força de trabalho, e o empreendedor é considerado ocupado. Atualmente⁸⁷, a taxa média de desemprego no Brasil é de 11,9% da população, o que representa 12,6 milhões de pessoas.

Nesta pesquisa, 60% (n=207) dos egressos possuíam menos de dois anos de formados. Para esses diplomados, um dos caminhos tende a ser a busca pelo primeiro emprego. No entanto, muitos desses recém-formados enfrentam dificuldades diversas, e o desemprego é uma delas, conforme nos relatam Vieira e Marques (2014, p. 97):

Como sabemos, a passagem do universo acadêmico para o mundo do trabalho deixou de ser um acontecimento biográfico instantâneo para passar a ser um processo longo e complexo. Desde os anos 90 que os jovens diplomados enfrentam importantes mudanças no seu processo de transição para a vida ativa. Com efeito, a inserção laboral dos jovens diplomados configura um problema social que assume uma visibilidade progressiva à custa de elevadas taxas de desemprego registradas.

Especificamente no contexto dos egressos desta pesquisa, tivemos um percentual de 35,07% (n=121) que se declararam desempregados, conforme o Gráfico 9, já exposto. Destacamos que o maior contingente de desempregados se encontra no *campus* Mossoró, com 41,32% (n=50), seguido pelo *campus* Natal-Central, com 24,79% (n=30), e, logo após, há o *campus* Caicó, com 18,18% (n=22), sendo que esse último *campus* tem 91% (n=20) de desempregados do sexo feminino. Em seguida, inquirimos sobre o tempo em que se encontravam desempregados e obtivemos a configuração de acordo com o Gráfico 13, a seguir:

⁸⁷ Os dados foram obtidos com base nas informações do IBGE referentes ao ano de 2019.

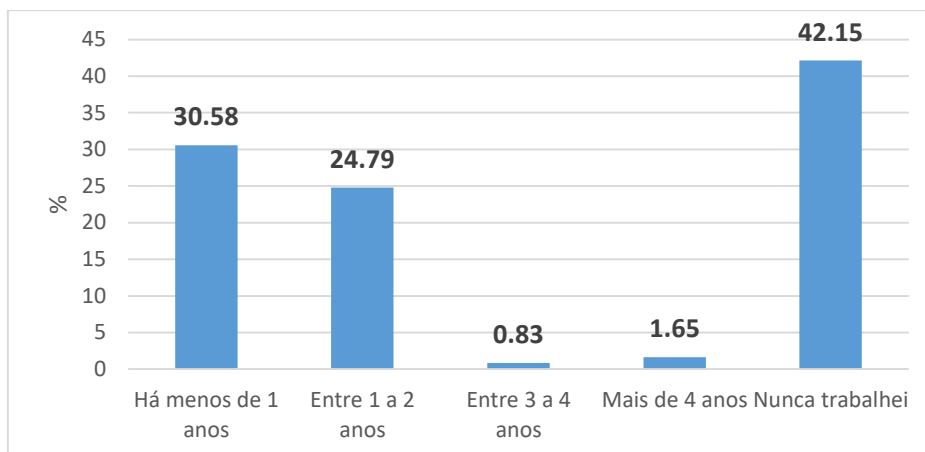


Gráfico 13 - Porcentagem dos entrevistados com relação ao tempo em que se encontram desempregados

Observamos, assim, que 57,85% (n= 70) encontravam-se em situação de efetivo desemprego, ao passo que 42,15% (n=51) nunca haviam trabalhado. Dando continuidade, perguntamos sobre a frequência com que os desempregados procuravam emprego. Conforme dados do Gráfico 14, abaixo, verificamos que 38,02% (n=46) não estavam à procura de emprego, entre outras razões, por estarem em estudos, serem bolsistas ou, ainda, por estarem a tentar lograr êxito em um concurso. É interessante frisar que uma parte não conhecida desses que “não procuram emprego” pode ser composta por estudantes que dedicam seu tempo somente aos estudos, não sendo, assim, considerados desempregados conforme classificação do IBGE, já citada neste tópico.

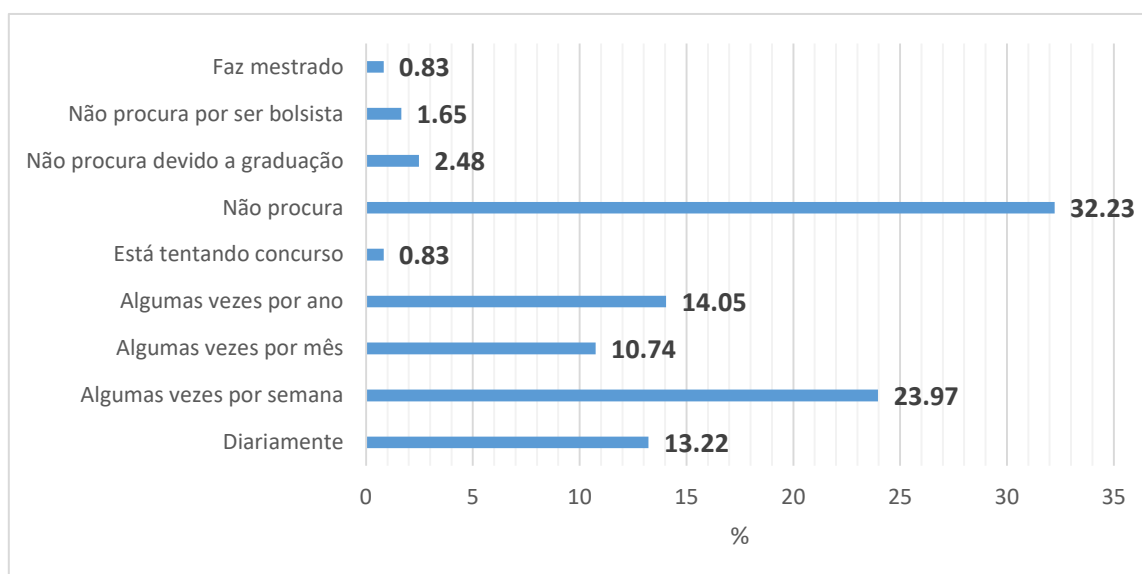


Gráfico 14 - Porcentagem dos entrevistados com relação à frequência com que procuram emprego

Na evolução do inquérito, questionamos a respeito de quais meios eram utilizados pelos egressos para procurarem emprego. Os maiores percentuais elegeram a internet/aplicativos de

telemóvel ou redes sociais, com 68,6% (n=83), e, logo após, aparece o meio de procura diretamente nas organizações, com 36,36% (n=44), conforme o Gráfico 15, a seguir. A sociabilidade com os meios informáticos era esperada, pois boa parte dos egressos, formada em sua maioria por jovens, integra a geração dos nativos digitais⁸⁸, conforme a designação de Prensky (2001).

Além do mais, o alto número de optantes pelas novas tecnologias evidencia uma tendência desses canais no processo de recrutamento e seleção, seja por parte dos que procuram, seja por parte dos contratantes, conforme nos relata Cober, Brown, e Levy (2004) ao afirmar que a capacidade de uma organização para atrair os candidatos com os requisitos pretendidos e a eficácia no próprio processo de seleção dependem, em grande parte, dos avanços que se fizerem na área do recrutamento, nomeadamente na utilização das ferramentas da internet, com destaque para as redes sociais que, segundo Manuel Castells, são uma notável forma de intercomunicação com utilização global e unânime: “As redes sociais estão mais fortes do que nunca em todos os países. Elas são o modo privilegiado da comunicação em massa na sociedade. Todos estamos nas redes” (Castells, 2018, p. 1).

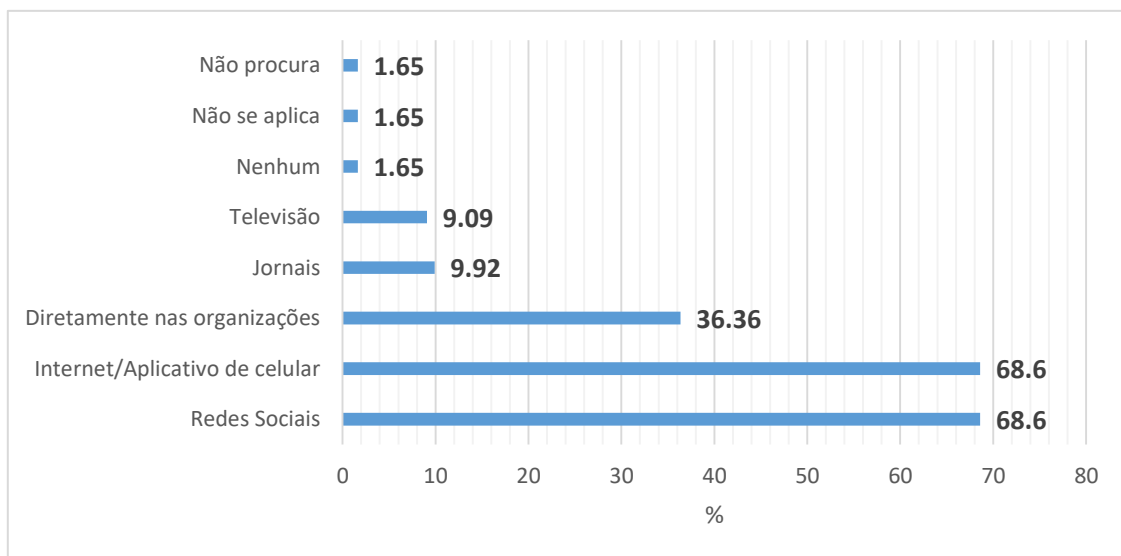


Gráfico 15 - Porcentagem dos entrevistados quanto aos meios mais utilizados para procurar emprego

Em prosseguimento, perguntamos, em questão aberta, quais as dificuldades encontradas para se obter um emprego. As razões foram inúmeras, com destaque para: falta de experiência, escassez de vagas no mercado, crise econômica do país, pouca remuneração nas vagas ofertadas, falta de

⁸⁸ O termo “nativo digital” foi criado por Marc Prensky para designar aqueles que nasceram a partir de 1980 e que cresceram com as tecnologias digitais presentes em sua vivência.

qualificação para vaga pretendida e pouca idade. Convém ressaltar que, a partir da associação entre a situação profissional e a faixa etária⁸⁹, observamos que 91% dos desempregados são jovens.

Em continuidade, inquirimos se o desempregado já havia trabalhado antes. Em caso positivo, procuramos saber o setor de economia da empresa, o tipo de atividade nesse emprego e se a função desempenhada era na área de formação no IFRN. No caso de não haver trabalhado ainda, perguntamos se havia tentado criar o próprio negócio.

No universo dos desempregados, 57,02% (n=69) responderam que não haviam trabalhado antes, e 42,98% (n=52) já haviam trabalhado. Dos que haviam trabalhado, 92,31% (n=48) disseram que a empresa era vinculada ao setor privado, 3,85% (n=2) responderam que a empresa era vinculada ao setor público e outros 3,85% (n=2) expressaram ter trabalho em empresa vinculada ao setor público-privado. Já a respeito da atividade principal exercida nesses empregos, 65,38% (n=34) disseram que era atividade técnica e 25% (n=13), atividade administrativa. As demais atividades citadas foram: comercial, com 5,77% (n=3), e financeira e gerencial, com apenas 1,92% (n=1). Ao questionarmos se a função desempenhada era da área de formação no IFRN, 100% (n=52) afirmaram ser na mesma área.

Por fim, indagamos aos desempregados se já haviam tentado criar seu próprio negócio. A maioria esmagadora, com 91,74% (n=111), afirmou não ter tentado, e apenas 8,26% (n=10) disse ter empreendido. Desses 10 egressos que puderam explicar, em questão aberta, sobre a sua experiência empreendedora, apenas um respondente o fez.

Egresso nº 277– Falta de recursos e acompanhamento são os principais problemas para se tornar um bom Empreendedor.

Evidencia-se nesse solitário respondente a explicação de sua dificuldade em empreender, similar aos que responderam à mesma questão na situação dos trabalhadores assalariados.

5.3.3 Trabalhadores independentes/autônomos/empresários/empreendedores

Após apresentarmos as informações sobre os trabalhadores assalariados e desempregados, chegamos aos que se declararam trabalhadores autônomos ou independentes ou empreendedores/empresários. Entendemos que essas três situações abrangem todas as possibilidades para possíveis cenários dos egressos frente ao mercado de trabalho. Como

⁸⁹ Cf. Apêndice IV

trabalhadores assalariados, estão com vínculo empregatício, sendo assalariados com ou sem carteira assinada, nos setores público ou privado. Como desempregados, não estão a trabalhar, independentemente de estarem ou não a procura de emprego. Por fim, como autônomos ou empreendedores/empresários, trabalham por conta própria, seja de maneira formal ou informal.

Conforme já mencionado neste capítulo, o percentual dos que se intitularam empreendedores foi o menor dentre as três possibilidades de inserção profissional. Com 6,96% (n=24) de egressos nessa condição, observamos, a partir do cruzamento entre os dados de situação profissional, faixa etária, sexo e *campi* do IFRN⁹⁰, que 79,17% (n=19) são jovens, 75% (n=18) são do sexo feminino e 50% (n=12) deles são egressos do *campus* Natal-Cidade Alta.

Convém ressaltar as diferenciações quanto aos quatro termos utilizados nesse contexto. Para Delgado (1994), trabalhador autônomo⁹¹ é aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada, explorando, assim, em proveito próprio, sua força de trabalho. Para o Sebrae (2020), o trabalhador autônomo se define por ser aquele que possui habilidades técnicas, manuais ou intelectuais e que decide, assim, executar sua atividade profissional por conta própria, sem vínculo empregatício, assumindo os riscos inerentes ao seu trabalho. A maior parte dos profissionais autônomos se enquadra em profissões regulamentadas⁹², como, por exemplo, contadores, médicos, advogados, dentistas, nutricionistas e psicólogos. Porém, também se verificam trabalhadores dessa categoria que atuam em profissões não regulamentadas, tais como pedreiros, pintores, marceneiros, faxineiros, entre outros. Portanto, para ser um profissional autônomo, não é necessário ter certificação profissional ou ensino superior (a depender da atividade exercida), pois não é a escolaridade que o define, mas a capacidade de exercer a atividade de forma independente.

Quanto aos termos empresário e empreendedor, tal temática já foi discutida no Capítulo 1 desta pesquisa. Autores da economia, como Cantillon, Say e Schumpeter, utilizavam o termo empresário nas traduções das obras utilizadas neste trabalho, porém, muitos dos seus comentadores traduziram “empresário” como “empreendedor”, inclusive equivocadamente atribuindo a esses a origem do termo “empreendedor”. Mostramos ainda as definições do empreendedor sob a ótica de vários autores adeptos dos perfis e CCEs. Mesmo não sendo consenso, observamos que a maioria deles diferencia o empreendedor do empresário, de forma a corroborar com o Sebrae, considerado o

⁹⁰ Cf. Apêndice IV.

⁹¹ Em nossa pesquisa utilizamos os termos autônomo e independente como sinônimos. De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio, 2020), autônomo significa “Que é independente ou livre; que possui autonomia”. No Brasil, o termo trabalhador autônomo é mais utilizado.

⁹² Convém ressaltar outro termo relacionado aos profissionais autônomos que têm profissão regulamentada, que é o profissional liberal. Porém, para os fins de nossa pesquisa, tomamos por base a definição mais abrangente de trabalhador autônomo, seja ele com profissão regulamentada ou não.

principal órgão de fomento ao empreendedorismo no Brasil e que é, também, grande parceiro do IFRN na elaboração e promoção das políticas e projetos empreendedores institucionais, que define em linhas gerais o empreendedor como sendo uma pessoa que tem a capacidade de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade e que ainda tem características peculiares, tais como ter iniciativa, ser persistente, planejar suas ações, ser líder, ter autoconfiança, entre outras.

Já o empresário, ainda de acordo com o Sebrae, não é realizador de novas ideias, somando criatividade e imaginação. Ele até pode possuir algumas das características do empreendedor, mas suas competências estarão sempre voltadas para a perpetuação do negócio ou da empresa. Empresários abrem suas empresas, mas muitos compram ou herdam negócios prontos e, assim, optam por administrá-los sem grandes inovações. O órgão conclui afirmando que ser empreendedor é paixão e ser empresário é profissão (Sebrae, 2017c).

Ao inquirirmos os 24 egressos que se declararam empreendedores ou autônomos sobre qual seria a classificação do seu negócio, obtivemos 62,5% (n=15) relatando ser um negócio informal e 37,5% (n=9), ser formal, conforme o Gráfico 16, logo abaixo.

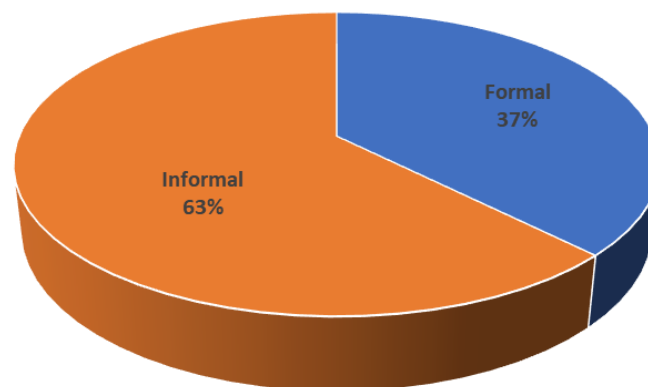


Gráfico 16 - Porcentagem dos entrevistados por classificação da empresa/negócio/organização/associação

Dos poucos diplomados que se disseram empreendedores, observa-se uma grande incidência dos que declararam terem negócios informais. O conceito de informalidade pode ter diversas abordagens. Para Lima (2010), a informalidade pode ser entendida como um trabalho não regulamentado e localizado de forma majoritária em setores de baixa produtividade e rentabilidade como a pequena produção familiar, as atividades comerciais ambulantes e outras voltadas à subsistência. Para Harvey (1993), o informal, visto como autônomo, ou com baixa regulamentação, tornou-se um produto do capitalismo flexível com as rápidas mudanças tecnológicas e informacionais e

o alto grau de mobilidade do capital e da força de trabalho, que borram as fronteiras geográficas e eliminam as barreiras tempo-espaço.

Como forma de explicar a causa da informalidade, Tiryaki (2008) advoga que diversos estudos relacionam a informalidade à incapacidade da economia formal em absorver os elevados custos trabalhistas, o que faz com que os trabalhadores, com o intuito de evitar os altos custos com a cobrança de impostos, burocracia e corrupção, procurem o setor informal ou se tornem autônomos. Tal informação é corroborada até pelo GEM⁹³ que, em associação com o seu principal *stakeholder* brasileiro - o Sebrae, mapeia a atividade empreendedora ano a ano no Brasil.

Os destaques ficaram por conta dos elevados custos e a burocracia para contratar e regularizar a força de trabalho de um novo empreendimento, o que leva muitos empreendedores a optarem pela informalidade, ou seja, a atuarem de forma irregular, incorporando riscos severos ao negócio. (GEM, 2019, p. 138)

Quando o GEM evidencia como principal causa da informalidade os aspectos mencionados acima, observa-se um negacionismo sobre outros fatores relacionados às causas da informalidade, tais como a análise do contexto histórico das reconfigurações dos mercados de trabalho, “onde um dos traços estruturantes passou a ser a flexibilização e desregulação dos vínculos contratuais” (Vieira & Marques, 2014, p. 103). Porém, face aos objetivos de nossa pesquisa, essa temática não será aprofundada.

Para fins estatísticos e como já mencionado neste capítulo, o IBGE considera a informalidade como sendo a soma dos trabalhadores sem carteira de trabalho, dos domésticos sem carteira de trabalho e dos empregadores sem CNPJ, que representam 41,1% da população ocupada⁹⁴, com um contingente de 39,3 milhões de pessoas. Quando, especificamente, relacionamos o empreendedorismo à informalidade, os dados do IBGE⁹⁵ mostram que, dos 28,4 milhões de donos de negócios no Brasil, 71% deles afirmaram não possuir registro legal e 29,2% afirmaram possuir CNPJ. Esses números ainda camuflam outros contextos, como, por exemplo, da raça ou etnia, pois os brancos têm o dobro de formalização dos negros⁹⁶. Portanto, os dados gerais do IBGE são similares aos encontrados na nossa pesquisa com os egressos.

⁹³ O programa de pesquisa GEM, de abrangência mundial, é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora. Teve início em 1999, com a participação de 10 países, por meio de uma parceria entre a *London Business School*, da Inglaterra, e o *Babson College*, dos Estados Unidos. Nesses 20 anos, mais de 80 países participaram do programa, que permanece crescendo anualmente. Atualmente, no mundo, o GEM é o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora (GEM, 2019).

⁹⁴ Dados oficiais do IBGE referentes ao ano de 2019, disponíveis em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019> (recuperado em 2020).

⁹⁵ Dados oficiais do IBGE referentes ao ano de 2019, disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/22649-demografia-das-empresas-e-estatisticas-de-empreendedorismo.html> (recuperado em 2020).

⁹⁶ Segundo dados do IBGE (2018), o índice de negros empreendendo com CNPJ é de 19% e o de brancos é de 40%.

Assim, fica evidente que os poucos egressos (6,96%) que se intitularam empreendedores são, em sua maioria, informais e, portanto, sujeitos às vulnerabilidades de tal situação, tais como a falta de cobertura de benefícios previdenciários, a insegurança fiscal, a impossibilidade de obter empréstimos bancários, dentre outros transtornos, conforme nos relata o Sebrae⁹⁷: “A informalidade é um risco para o empreendedor. Por exemplo: as mercadorias podem ser apreendidas pelo poder público, ficando limitada a possibilidade de crescimento e de divulgação do seu negócio”. Com base no sistema Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁹⁸, perguntamos em que setor de atividade se inseria o negócio/empresa/organização do respondente e obtivemos o maior percentual, 33,33%, no ramo do comércio, alojamento e alimentação, conforme a Tabela 4, que se segue:

Tabela 4 - Setor de atividade da empresa

Setor de atividade que se insere seu negócio/empresa/organização/associação	n	%
Comércio, alojamento e alimentação	08	33,33
Atividades financeiras, imobiliárias, aluguéis, e serviços a empresas	05	20,83
Educação, saúde e ação social	03	12,50
Construção	02	8,33
Gráfica	01	4,17
Jurídica	01	4,17
Consultoria em gestão ambiental, pública e sociocultural	01	4,17
Não se aplica	01	4,17
Total	24	100,00

Depois, procuramos saber o porte⁹⁹ da empresa quanto ao número de funcionários e quanto à receita bruta anual. Quanto ao número de funcionários, 100% (n=24) se enquadraram como microempresas com 1 a 9 funcionários (comércio e serviços) ou com até 19 trabalhadores (indústria). Quanto à receita, conforme o Gráfico 17, logo abaixo, obtivemos 83,33% (n=20) como sendo MEI, com faturamento¹⁰⁰ de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano, e 16,17% (n=4) de microempresas,

⁹⁷ Informação disponível em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/legalize-e-proteja-seu-negocio-como-registrar-uma-empresa_e47817e688095410VgnVCM2000003c74010aRCRD (recuperado em 2020).

⁹⁸ A CNAE é utilizada para determinar quais atividades são exercidas por uma empresa. É a classificação oficial adotada pelo Sistema Estatístico Nacional do Brasil e pelos órgãos federais, estaduais e municipais gestores de registros administrativos e demais instituições do Brasil.

⁹⁹ Classificação formulada pelo DIEESE em parceria com o Sebrae, disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf (recuperado em 2020).

¹⁰⁰ À época da aplicação da pesquisa, esses eram os valores oficiais (Lei Complementar n. 123, 2006), porém, em 2018, houve reajuste para MEI, que passou a se enquadrar no faturamento de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

com faturamento de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e nenhuma empresa de pequeno porte (faturamento acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00).

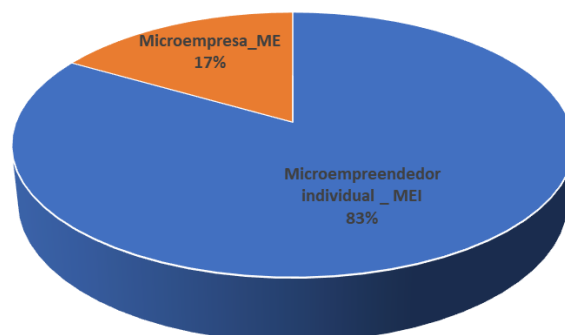


Gráfico 17 - Porcentagem dos entrevistados por setor de atividade em que se insere seu negócio/empresa/organização/associação

Os dados expostos demonstram que a maioria das empresas dos egressos são do tipo MEI. Esse tipo de empresa foi criado pelo governo brasileiro no ano de 2008, com a Lei Complementar n. 128, como resultado de uma política pública de estímulo à formalização de microempreendedores menos estruturados. O MEI é aquele que trabalha por conta própria, tem registro de pequeno empresário e exerce umas das mais de 450 modalidades de serviços, comércio ou indústria, dentre elas, a recém¹⁰¹ incorporada motorista de aplicativos. O intuito do governo foi o de buscar formalizar trabalhadores brasileiros que, até então, desempenhavam diversas atividades sem nenhum amparo legal ou segurança jurídica. Segundo dados¹⁰² oficiais do governo brasileiro, o ano de 2019 contabilizou 9,4 milhões de MEIs. Após a criação do MEI, o microempreendedor passa a ter um CNPJ e, assim, pode possuir conta bancária em nome da empresa, ter acesso a linhas de créditos, emitir notas fiscais, ter isenções de registro, dentro outros benefícios.

Em uma adoção do receituário neoliberal, a figura do MEI é apresentada e exaltada por seus defensores não apenas como solução para o desemprego estrutural e a informalidade, como também para as contradições inerentes à relação capital/trabalho, conforme nos relata o diretor-presidente do Sebrae, o ex-deputado federal Carlos Melles: “O MEI é o emprego do futuro e a flexibilidade é necessária para reduzir o desemprego” (Melles, 2020, p. 1). Para Fernandes (2020), o MEI se constitui sob o signo de uma ambivalência latente, que se dá entre os polos da proteção social e da flexibilização.

¹⁰¹ Em 02 de agosto de 2019, o [Diário Oficial da União](#) anunciou a inclusão da categoria **Motorista de Aplicativo Independente** para profissionais que utilizam aplicativos como *Uber* e *99 App*, entre outros aplicativos similares, para geração de renda (Resolução n. 148, 2019).

¹⁰² Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/brasil-ultrapassa-a-marca-de-10-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis> (recuperado em 2020).

Isto é, o MEI, apesar de ser uma importante iniciativa de inclusão social – na medida em que possibilitou a formalização e o acesso previdenciário a camadas sociais historicamente alijadas dos direitos sociais vinculados ao trabalho – está coadunado com o processo de estímulo ao empreendedorismo, à individualização das relações de trabalho e à fragilização do sistema de direitos trabalhistas. (Fernandes, 2020, p. 10)

Antunes (2018) ressalta que, em grande parte, o MEI continua atuando de forma subordinada e precária da mesma maneira que os trabalhadores assalariados. O trabalho do MEI está submetido ao controle e domínio do capital das grandes empresas, o que caracteriza, portanto, uma relação de dependência. Antunes e Filgueiras (2020, p. 32) exemplificam o contexto do que nominam de “uberização” do trabalho, que

somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços.

Os autores ressaltam, ainda, que essa nomenclatura não se restringe aos motoristas de aplicativos, pois existem outras inúmeras plataformas, com diversas modalidades de trabalho, para médicos, engenheiros, professores, empregadas domésticas, jornalistas, entre outros de um amplo campo de serviços, que tendem a se converter em trabalhadores “uberizados”. Nessa perspectiva, Antunes (2019) afirma que essa conversão em MEI não passa de uma forma de legalizar a burla, aquela que é responsável pela supressão dos direitos do trabalho assalariado. A aprovação pelo governo brasileiro desse trabalho intermitente foi a porta de entrada que os capitais precisavam para criar essa nova modalidade que o autor classifica como “escravidão digital”.

Após a caracterização quanto à receita bruta anual, perguntamos sobre o tempo de existência das empresas. A maioria dos respondentes, conforme o Gráfico 18, apresentado abaixo, 91,67% (n=22), tem até 1 ano ou entre 1 e 2 anos de empresa constituída, o que dá a esses diplomados a classificação de empreendedores iniciais ou em estágio inicial¹⁰³. Convém salientar, a partir da ótica do próprio Sebrae, que esses empreendedores iniciais são os mais susceptíveis à mortalidade. Os dados¹⁰⁴ do órgão demonstram que, nessa fase inicial, a taxa de mortalidade é de 23%, e como causas principais elencadas para tal estão a falta de planejamento prévio, a má gestão empresarial e a ausência de comportamento empreendedor.

¹⁰³ Segundo o GEM, os empreendedores são divididos entre iniciais ou em estágio inicial e os estabelecidos. Os primeiros estão constituídos por menos de 42 meses e os segundos estão a funcionar por mais de 42 meses (3,5 anos).

¹⁰⁴ Informações disponíveis em <https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/> (recuperado em 2020).

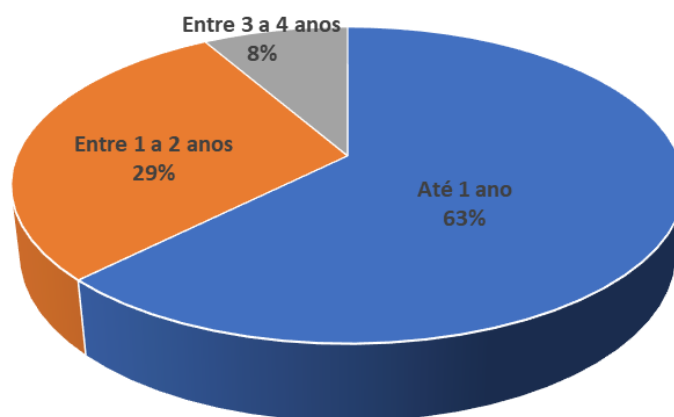


Gráfico 18 - Porcentagem dos entrevistados por tempo em que a empresa/negócio/organização existe

Quanto ao município elegido para abertura da empresa, Natal - RN aparece com 83,33% (n=20), seguida de Mossoró - RN, com 8,33% (n=2), e, por fim, Caicó - RN e Fortaleza - CE, aparecem menos, ambas com 4,17% (n=1). Já com relação aos motivos que os levaram a escolher tais cidades, observam-se os dados do Gráfico 19, a seguir:

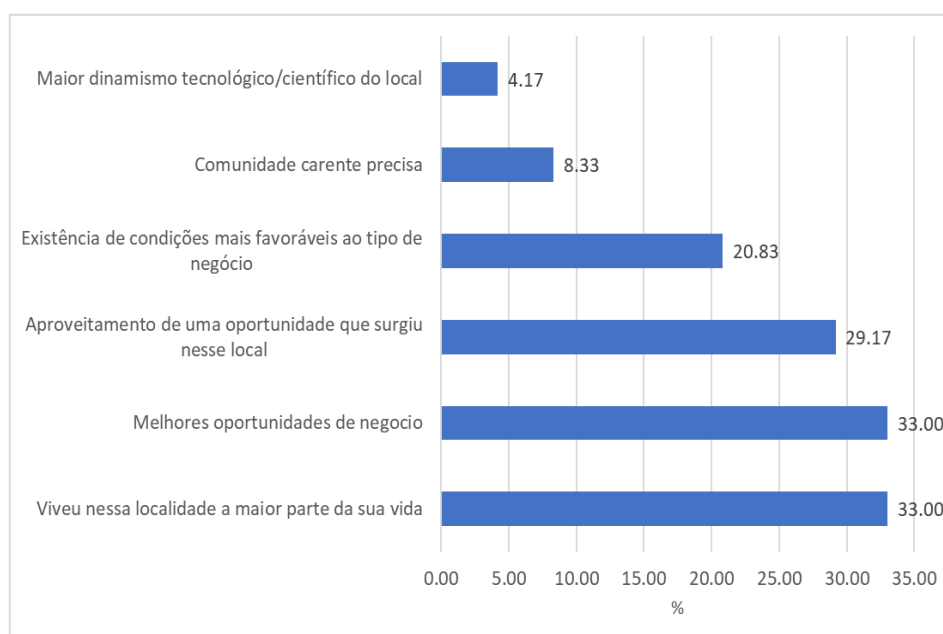


Gráfico 19 - Porcentagem dos entrevistados sobre os motivos que o levaram a escolher essa localidade

Afora a praticidade de se abrir um negócio na cidade em que se viveu e conhece, outros três aspectos dos mais citados pelos egressos corroboram com os postulados sobre o empreendedorismo regional na ótica de Julien (2010) que foram expostos no Capítulo 1. Para o autor, apenas o empreendedor não é suficiente para criar empregos e gerar riqueza, mas também é importante um

ambiente favorável no tocante à cultura empreendedora, às estruturas, às instituições e à capacidade de inovação e financiamento.

Em seguida, perguntamos quais as razões que levaram o empreendedor a abrir seu negócio. Conforme o Gráfico 20, abaixo, observamos que as quatro opções mais selecionadas foram: “Perspectiva de ganhar mais dinheiro”, “Desejo de autonomia”, “Possibilidade de gerir meu tempo” e “Melhorar a situação atual”.

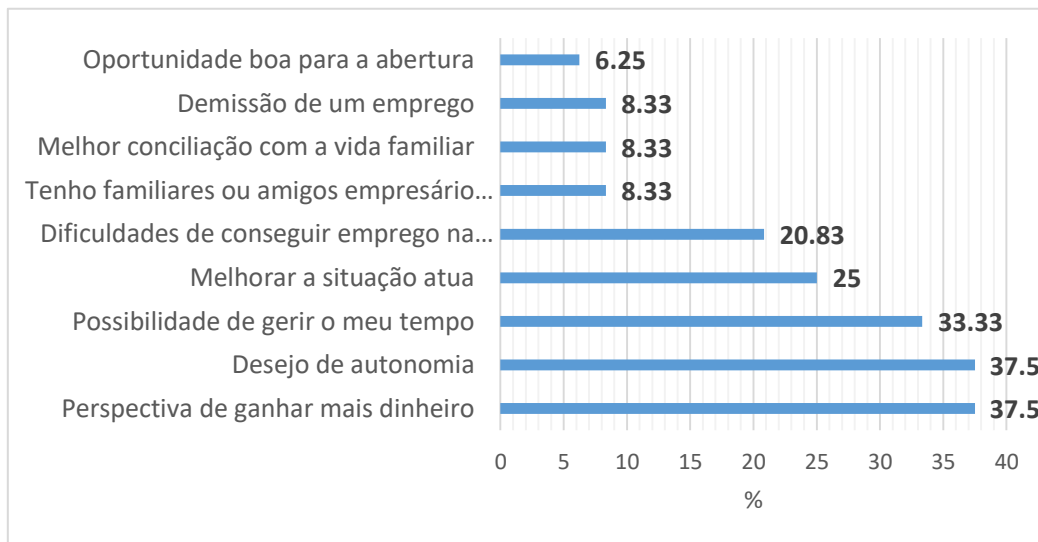


Gráfico 20 - Porcentagem dos entrevistados sobre razões que o levaram a optar pela criação de sua empresa

É interessante observar que as razões ou motivações mais elegidas vão de encontro às “benesses” oferecidas pelos estudiosos dos perfis ou comportamentos empreendedores aos que pretendem enveredar por esse caminho, conforme visto no Capítulo 1 e comparado no Quadro 2 a seguir:

Motivos que levaram os empreendedores a criar uma empresa	Características ou benefícios em ser empreendedor (a partir do nosso referencial teórico)
“Perspectiva de ganhar mais dinheiro”	Ficam ricos: O dinheiro é a consequência do sucesso alcançado nos negócios do empreendedor (Dornelas, 2015)
“Desejo de autonomia”	Ao se tratar sobre o projeto Escola de Empreendedores, são citadas como características e atributos de um perfil empreendedor que devem ser desenvolvidas em alunos: visão, necessidades de realização, autodeterminação, risco calculado, autonomia [grifo nosso], liderança e inovação (Fowler, 2010)
“Possibilidade de gerir meu tempo”	Sendo empreendedor você terá autonomia para decidir seu horário e local de trabalho (Sebrae, 2017b)
“Melhorar a situação atual”	“A inovação baseada no conhecimento é a “superestrela” do espírito empreendedor. Ela ganha publicidade. Ela ganha dinheiro. Ela é o que as pessoas normalmente querem dizer quando falam de inovação” (Drucker, 1986, p. 149)

Quadro 2 - Motivos para empreender x Características ou benefícios em ser empreendedor

A trinca final de perguntas aos empreendedores foram se o seu negócio abrangia a área de formação no IFRN, o seu nível de satisfação com a atividade exercida e se procurou algum tipo de formação para criar seu próprio negócio. Um percentual de 58,33% (n=14) afirmou que o negócio era na área de formação que teve no IFRN e 41,67% (n=10) afirmaram ser em outra área. Quanto à procura por algum tipo de informação específica para abrir o negócio, 58,33% (n=14) disseram ter procurado algum tipo de auxílio, ao passo que 41,67% (n=10) não o fizeram. Já o nível de satisfação com a atividade profissional obteve média igual a 3,96 e foi descrito como satisfeito ou muito satisfeito por 70,83% (n=17), conforme o Gráfico 21, a seguir:

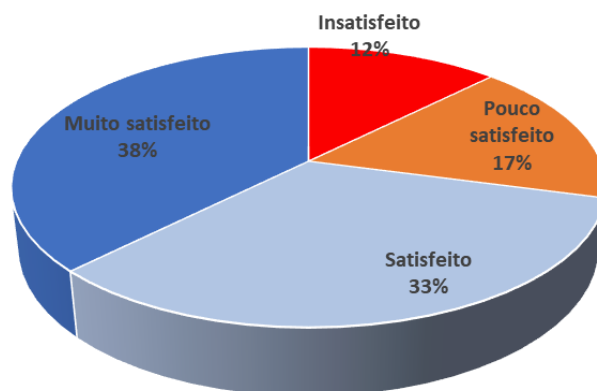


Gráfico 21 - Porcentagem dos entrevistados de acordo com o nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual

Esse expressivo grau de satisfação dito pelos empreendedores pode ter significados distintos. Talvez aflorem a necessidade de satisfação e realização pessoal, frutos do processo empreendedor, preconizadas por McClelland (1972) ou pelos adeptos das CCEs. Pode, ainda, estar representado pelo fato de tais empreendedores não fazerem parte dos milhares de desempregados brasileiros. Nesse viés, Antunes (2019) exemplifica que, para os jovens, entre se estar desempregado, o pior flagelo que há, e se estar trabalhando, seja de que maneira for, a segunda opção tende a ser a escolhida. Dessa forma, pode-se estabelecer uma ilusória e passageira ledice. O autor conclui que a primeira chance que os trabalhadores jovens têm hoje é o desemprego. A segunda é o trabalho precarizado.

5.4 Projetos empreendedores futuros

Neste tópico, chegamos ao ponto de conhecer futuros projetos empreendedores dos egressos. Os que relataram ter projetos futuros totalizaram 136 (34,89%) respondentes. Já 209 (65,11%) responderam negativamente, aos quais perguntamos sobre os obstáculos ou receios que os impediam de criar seu próprio negócio e finalizamos a pesquisa. É importante ressaltar que, a partir dos estratos de assalariados e desempregados, observamos a diferença de intenção para um futuro projeto empreendedor em mente. Nos assalariados, 81% não tinham projeto em mente, ao passo que 19% tinham. Já quanto aos desempregos, a situação se inverte, com a maioria tendo um projeto em mente, conforme os Gráficos 22 e 23, abaixo.

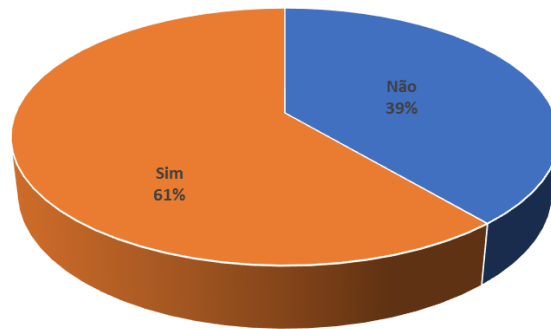


Gráfico 22 - Projeto em mente (desempregados)

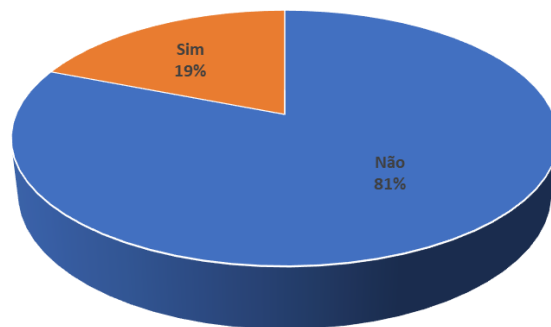


Gráfico 23 - Projeto em mente (assalariados)

O resultado parece demonstrar que o flagelo do desemprego impulsiona os que se encontram nessa condição a ter em mente projetos empreendedores. Esse dado empírico corrobora com o nosso referencial teórico, quando ressaltamos que os desempregados (ou mesmo o desemprego) são os alvos preferidos dos afeitos aos perfis empreendedores ou mesmo da pedagogia empreendedora. Esses, em conjunção com o Sebrae, grande parceiro do IFRN no tocante a projetos empreendedores, numa espécie de proselitismo para o empreendedorismo, “vendem” que a solução para a escassez de trabalho pode ser resolvida no ato de empreender. Não obstante, ressaltam que o fracasso ou sucesso será, de forma individualizada, de responsabilidade do sujeito.

A primeira questão feita para aqueles que relataram a intenção de ter projetos futuros era sobre qual seria o projeto empreendedor que o respondente tinha em mente. Observamos que a grande maioria, 87,50% (n=119), expressou querer criar uma empresa, conforme o Gráfico 24, a seguir.

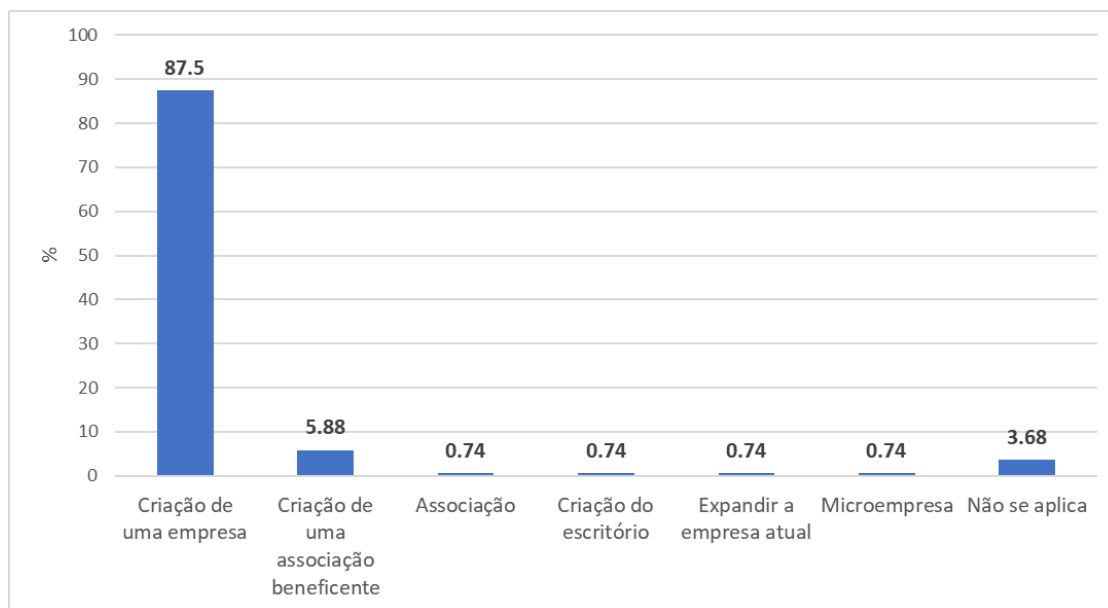


Gráfico 24 - Porcentagem dos entrevistados sobre projeto empreendedor que tem em mente

Em seguida, através de questão aberta, pedimos para que os respondentes falassem desse projeto empreendedor que tinham em mente. As respostas foram direcionadas a negócios nas mais diversas áreas, tais como: empresa na área de exportação, segurança eletrônica, estética, automação residencial, eventos, construção civil, consultoria ambiental, alimentação, tecnologia da informação, entretenimento, turismo, energias renováveis, manutenção elétrica industrial, entre outras.

Alguns, além de citar o tipo ou ramo da empresa, iam além e especificavam o público alvo, como, por exemplo, idosos, turistas com pouco orçamento, crianças, condomínios, etc. Outros, demonstrando uma certa apropriação quanto aos conceitos de negócios, característica, talvez, fruto das competências adquiridas nos seus processos de aprendizagem, especificavam melhor o projeto ou detalhavam seu planejamento passo a passo até a pretensa abertura.

Egresso nº 100 – Pretendo abrir uma empresa de depilação na minha cidade que carece de bons profissionais, atendimento e produto. Tenho interesse de abrir uma franquia incluindo o serviço de fotodepilação. Mas no momento não juntei o capital necessário para tal. Vou me organizar financeiramente, me especializar e analisar o que é necessário para abrir a minha casa de depilação.

Egresso nº 213 – O projeto é criar uma empresa de consultoria e infraestrutura em T.I. que ofereça projetos de redes virtuais e infraestrutura de rede em nuvem (storage, máquinas virtuais) de alta disponibilidade para empresas utilizando softwares livres.

Alguns evidenciavam o projeto e, também, as dificuldades ou incertezas sobre ser empreendedor, tais como identificar clientes alvo, falta de apoio, excesso de exigências legais, carga tributária e burocracia. Houve, também, projetos que demonstravam aptidões preconizadas pelos

economistas ou pelos defensores dos comportamentos e características empreendedores, principalmente quanto à inovação.

Egresso nº 286 – Uma empresa de montagem de fontes de alta potência, CC, CA, frequência variável. Porém, a principal dificuldade é: Para quem vender tal fonte?

Egresso nº 325 – A minha maior dificuldade hoje diante do mercado é a qualificação, e vejo que a burocracia também atrapalha muito no desenvolvimento de qualquer empresa. Quando a empresa está iniciando os empreendedores tem algumas dúvidas e dificuldades. A minha ideia era criar uma associação pudesse orientar, contribuindo para o crescimento da empresa e fizesse seu acompanhamento com suporte dos alunos formados nos cursos de administração ou comércio que o IFRN oferece hoje.

Egresso nº 333 – Inovar na forma de venda de uma mercadoria que está mais associado a ser vendido em feiras livres e que possui uma característica muito forte que é o odor.

Conforme relatado na nossa revisão da literatura que embasa o estado da arte, um dos pontos-chaves para obter sucesso no processo empreendedor é ter uma boa ideia e concretizá-la em negócio de fato. Tal assertiva serviu para que perguntássemos em seguida como o respondente teve a ideia para o projeto empreendedor futuro. Assim, alguns egressos, conforme preconiza um dos comportamentos empreendedores – busca de oportunidades e iniciativa –, mostraram estar a observar o mercado.

Egresso nº 98 – Devido a necessidade pelo alto preço praticado principalmente pela falta de produtos nacionais de qualidade. É possível atingir este nicho de mercado com produtos projetados para a necessidade das famílias de renda mediana e pequenas empresas que não possuem capital elevado para investir em automação.

Egresso nº 100 – Na cidade onde moro, o processo de depilação é feito de forma ultrapassada, com materiais e manejo que deixam a desejar. Poucas pessoas trabalhando com isso. E sem profissionalismo. Além disso o serviço de fotodepilação ainda não chegou aqui. Busco realizar um trabalho com descrição, higiênico e eficiente. A ideia surgiu da minha necessidade e de amigas que deixam para se depilar na capital do estado, 3 horas de viagem para ter mais conforto e higiene.

Observamos, assim, que alguns egressos parecerem ter seguido à risca o que preconizam alguns dos programas de disciplinas observados em nossa pesquisa documental¹⁰⁵. Tais conteúdos invocam, além de observar as fraquezas do mercado, a possibilidade de “ensinar” ao aluno a ser empreendedor e a obter sucesso. Outros, ainda, evocam o ambiente acadêmico como fonte de inspiração, seja através da formação obtida no IFRN ou após a realização de algum curso ou treinamento.

¹⁰⁵ Programa da disciplina de Empreendedorismo do curso de TADS (IFRN, 2020).

Egresso nº 51– Através da formação e contribuição que a instituição IFRN proporcionou enquanto formação de cidadão.

Egresso nº 338 – Através de uma visão ampla sobre o curso de turismo e da construção de um plano estratégico durante a minha participação em um projeto de qualificação social e profissional.

Em seguida, perguntamos se alguém ou algo havia inspirado os respondentes na criação do projeto. Essa fonte “inspiradora” é muito mencionada pelos defensores das CCEs, principalmente quando relatam histórias de empreendedores de sucesso no Brasil e mundo afora, e, também, pelos adeptos da pedagogia empreendedora que dão ênfase no papel do professor como educador empreendedor.

Egresso nº 81– Sim. O fundador da XYZ¹⁰⁶ foi um visionário. Percebeu que as condições de energia limpa e renováveis na Islândia poderiam ser usadas para manter data centers verdes a baixo custo.

Egresso nº 86– Diante de exemplos dos professores do meu convívio e tendo em vista que é uma área que sempre cresce atualmente.

Egresso nº 303– A ideia foi desenvolvida por um professor orientador e assim, foi aprofundada pelos alunos.

Egresso nº 194 – Quem mais me inspira é a minha professora Fulana¹⁰⁷.

Egresso nº 318 – Empresários que já atuam nesse mesmo ramo são sempre inspirações para mim. Alguns professores do IFRN e da faculdade também são inspirações.

Notam-se, nos depoimentos, citações ao professor como fonte inspiradora dos alunos, o que corrobora com alguns dos discursos dos dirigentes institucionais responsáveis pela condução das políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo, conforme será visto no próximo capítulo, que sugerem a formação do professor empreendedor. Tais citações também podem ter sido influenciadas pelos conteúdos programáticos das disciplinas que, conforme nossa pesquisa documental apontou, possuíam, como livros de referência, obras de autores como Fernando Dolabela ou José Dornelas.

Dolabela, em seu livro *Oficina do Empreendedor* (2008), sinaliza que o professor deve abandonar suas antigas funções de mediador do conhecimento e criar um ambiente favorável para que o aluno venha a se tornar um futuro empreendedor. No método, nomeado de pedagogia empreendedora, os professores são chamados a desempenhar um novo papel, o de catalisador e facilitador, cuja função é ajudar os alunos a aprender uma nova maneira de pensar. Em vez de

¹⁰⁶ O nome da empresa citada foi substituído por um pseudônimo, conforme os aspectos éticos considerados em nossa metodologia (ver Capítulo 3).

¹⁰⁷ Os nomes das pessoas citadas em contexto local foram substituídos por pseudônimos, visando preservá-las de possíveis constrangimentos, conforme os aspectos éticos considerados em nossa metodologia (ver Capítulo 3).

simplesmente transferir o conteúdo, agora, eles devem ajudá-los a aprender como pensar em termos empreendedores. Já Dornelas (2001) afirma que existem vários programas de empreendedorismo sendo trabalhados em universidades e escolas técnicas, sendo que qualquer curso deveria abordar, entre outros aspectos: a identificação e entendimento das habilidades do empreendedor, a forma como ocorre a inovação e o processo empreendedor e a relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico.

Em contraponto, Drewinski (2009) observa que o empreendedorismo, que era tema do mundo dos negócios, habitou rapidamente o espaço escolar nos últimos tempos e é apresentado como forma do indivíduo vencer na vida. A origem desse discurso para a educação encontra-se nos documentos dos organismos multilaterais de cooperação internacional que articulam o ideário do “aprender a aprender” com a introdução de um quinto pilar, intitulado de “aprender a empreender”, conforme relatamos no Capítulo 2. Contudo, para a autora, o que se apresenta como proposta inovadora é, de fato, uma proposta conservadora de mera adaptação dos indivíduos à sociedade.

Já Souza (2009) analisa que os apelos às pessoas para que empreendam é muito intenso em diversos setores da sociedade e que tais ideias se encontram bem sedimentadas no ambiente escolar. Por essa razão, a autora julga que o tema não deve ficar alheio às discussões e deve ser analisado criticamente, inclusive pela interferência que o assunto tem na própria prática docente, uma vez que se delinea na atualidade um novo perfil de professor - o do “professor empreendedor”.

Perguntamos, ainda, o que motivava os egressos a criarem suas próprias empresas. As respostas a essa questão estão apresentados no Gráfico 25, a seguir.

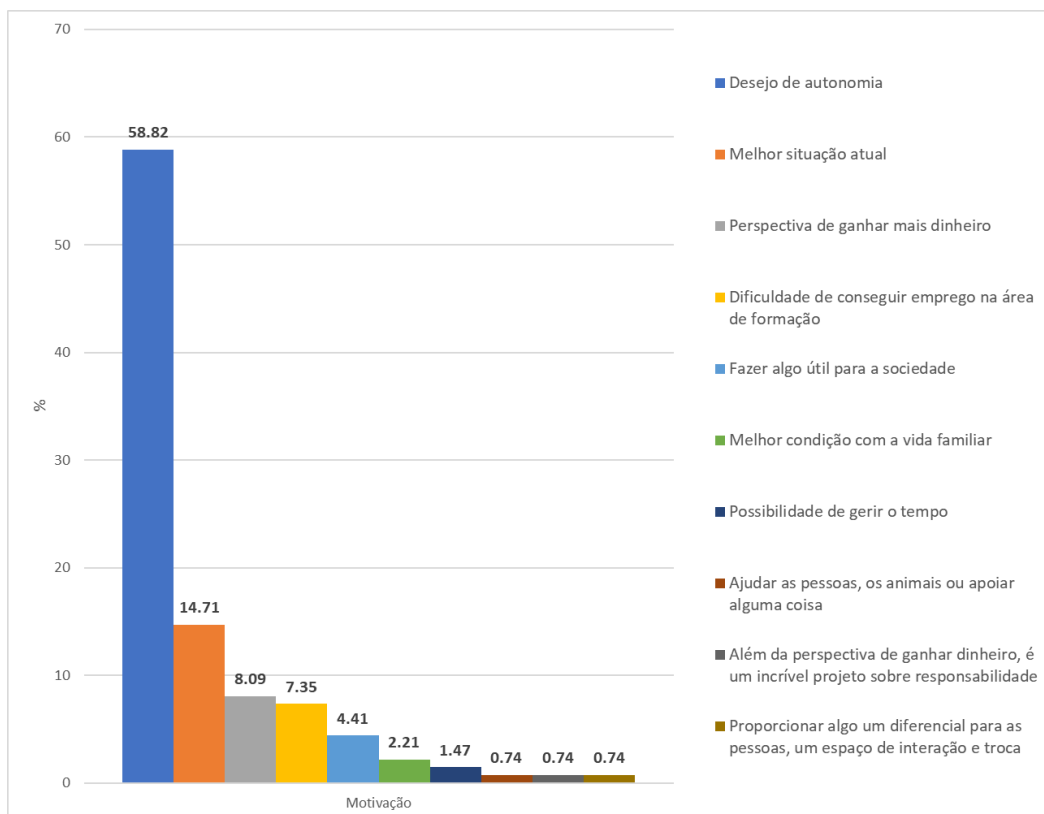


Gráfico 25 - Porcentagem dos entrevistados sobre a motivação para a criação do próprio negócio

As opções mais elegidas foram “Desejo de autonomia”, “Melhorar a situação atual” e “Perspectiva de ganhar mais dinheiro”. Assim, observamos uma similaridade com as respostas dadas pelos que estavam na situação de empresários/empreendedores ou autônomos, quando esse mesmo questionamento foi feito especificamente para eles. Destarte, as motivações e justificativas são as mesmas já descritas no Quadro 2, no item 5.3.3 deste capítulo.

Na pergunta final, com a possibilidade de marcar todas as respostas que se aplicassem, questionamos quais obstáculos e receios impedem que o egresso crie seu próprio negócio no futuro, conforme a Tabela 5:

Tabela 5 - Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto

Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto	n	%
Financiamento	46	38,82
O clima econômico atual não é favorável	38	27,94
Contatos com clientes e fornecedores	19	13,97
Pouca informação sobre como o fazer	15	11,03
Falta de apoio institucional para o fazer	11	8,09
Encontrar instalações e pessoal adequado	13	9,56
Falta de competências na área de gestão	10	7,35
Falta de ideias inovadoras	07	5,15

Nota. Possibilidade de múltiplas escolhas.

Verificamos que os principais obstáculos citados estão relacionados aos riscos e incertezas inerentes ao processo empreendedor, a uma suposta inabilidade de como fazer ou ainda à falta de apoio familiar ou institucional. A falta de financiamento foi o principal item assinalado.

A importância do financiamento já era ressaltada desde os autores da economia como Cantillon e Say. Schumpeter (1982) ressaltou a importância do crédito, esse advindo dos capitalistas, como essencial para os empreendedores trazerem ao mercado inovações, entendidas, em sentido amplo, como novas combinações de meios de produção. Para Cacciamali (1997), os pequenos negócios apresentam características específicas que restringem o nível e a continuidade de suas atividades, tais como insuficiência de capital e de capacitação técnico-administrativa. O Sebrae (2021) acrescenta que o capital é parte essencial para se criar de fato uma empresa, e que um dos principais desafios para abrir uma empresa é a obtenção de recursos com organizações financeiras, pois, em geral, solicitam alguma garantia de crédito. Assim, as aflições dos nossos respondentes equivalem a outras pesquisas de maior abrangência¹⁰⁸ que colocam a falta de capital ou dificuldade em se obter financiamento como um dos principais obstáculos para se iniciar um negócio.

Outros obstáculos citados pelos egressos parecem pôr em causa algumas das assertivas relacionadas às políticas empreendedoras do IFRN, numa espécie de ambivalência entre o que se pretende fazer e o que se percebe por parte dos egressos. Afinal, incentivar o aluno a ser empreendedor, com base, principalmente, nos preceitos do seu parceiro – o Sebrae, preconiza que

¹⁰⁸ Pesquisa realizada pelo GEM (2017), em parceria com o Sebrae, listou como os três principais fatores limitantes para a abertura e manutenção de novos negócios: políticas governamentais e programas, apoio financeiro e contexto político e clima econômico (disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf, recuperado em 2020).

haja apoio institucional e que se “ensine” a ter competências na área de gestão e ideias inovadoras, dentre outras habilidades.

5.5 Significados do empreendedorismo: alternativas para a visão dominante?

Com o objetivo de estabelecer como os egressos atribuem significado ao conceito de empreendedorismo, expusemos quatro definições prévias sobre o tema, tendo como parâmetro nosso referencial teórico, apresentado no Capítulo 1. Os egressos tinham a possibilidade de escolher uma das quatro alternativas e, caso não concordassem com nenhuma delas, podiam escrever sua própria definição. Dessa forma, quanto às quatro definições, a primeira possuía um viés mais economicista, a segunda, uma linha de pensamento *schumpeteriana*¹⁰⁹, a terceira, um viés mais comportamental ou atitudinal e a quarta estava na perspectiva do empreendedorismo social.

1. “O empreendedor é a pessoa que inicia ou opera um negócio (uma empresa) para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente” (Chiavenato, 2004).
2. “O empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução no mercado de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias” (Schumpeter, 1982).
3. “O empreendedor tem como principais características as suas fortes necessidades de realização, que envolvem: desejo de crescimento pessoal por meio de superação de desafios, busca de padrão de excelência, alto envolvimento com seus objetivos, muita energia e vontade” (McClelland, 1972).
4. “O empreendedor é um indivíduo com soluções inovadoras para os problemas sociais mais prementes. São ambiciosos e persistentes, enfrentando as grandes questões sociais e propondo novas ideias de mudança em larga escala” (Oliveira, 2004).

¹⁰⁹ Ao utilizarmos esse termo, aludimos ao pensamento de Joseph Schumpeter (1883-1950), no que diz respeito, mais especificamente, ao empreendedorismo e a sua teoria da destruição criativa. Tais questões já foram expostas em nosso referencial teórico (ver Capítulo 1).

O Gráfico 26, a seguir, exprime a opinião dos egressos quanto ao conceito idealizado sobre empreendedorismo. Apenas um respondente não concordou com nenhuma das quatro definições prévias.

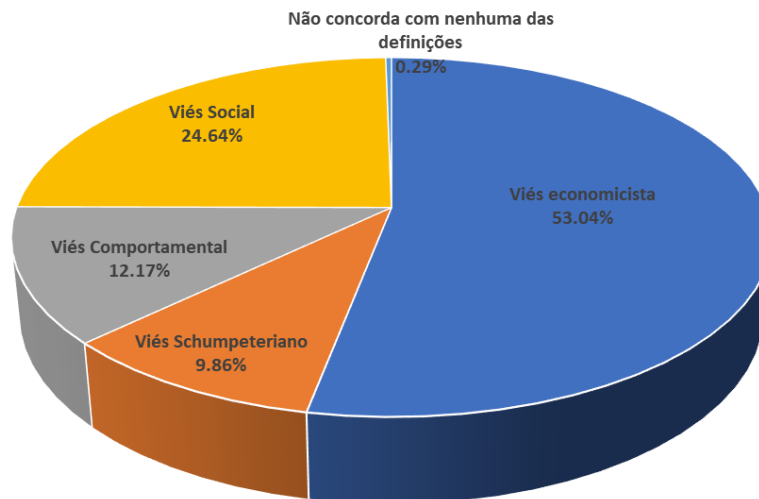


Gráfico 26 - Porcentagem dos entrevistados em relação às definições que acreditam ser mais apropriadas para o conceito "empreendedorismo"

A análise dos dados demonstra uma visão do empreendedorismo com viés notadamente economicista. Somadas as definições com essa cariz (1 e 2), obtém-se 62,9% (n=217) de egressos. Esse percentual ainda pode ser elevado, pois, o único inquirido que preferiu responder abertamente à questão, o fez nesse mesmo viés:

Egresso nº 179 – O empreendedor é aquele que enxerga novas oportunidades de mercado, buscando não só a própria satisfação, mas a satisfação da população que será seu público alvo. Correndo riscos mas tendo analisado estes vê a viabilidade de sucesso.

Já a definição mais comportamental foi escolhida por 12,17% (n=42) dos egressos. Convém lembrar que esse conceito é muito conectado à pedagogia empreendedora, que preconiza que se deve dotar os pretensos empreendedores com determinados perfis ou comportamentos para que possam, na maioria das vezes, abrir seus negócios. Nessa perspectiva, na qual a educação é usada como pretexto para se gerar emprego ou desenvolvimento econômico, entendemos que as visões economicista e comportamental são duas faces da mesma moeda. Assim, temos, por parte dos egressos, uma visão dominante nesse aspecto, talvez como reflexo da mesma visão por parte dos gestores, conforme veremos no próximo capítulo.

Mesmo com a esperada predominância dos vieses economicista e comportamental, chamou-nos a atenção o fato de, aproximadamente, 25% dos respondentes assinalarem o empreendedorismo

com viés social. Assim, procuramos estabelecer relações com outras variáveis, de modo que, após o cruzamento entre a situação profissional e as definições para o empreendedorismo¹¹⁰, constatamos que essa definição foi escolhida, em sua maioria, com 74%, pelos desempregados. Ressaltamos, ainda, que 71% dos empreendedores elegeram o viés comportamental como definição para o empreendedorismo, tendo destaque a quase totalidade, com 92%, dos empreendedores do *campus* Cidade Alta que optaram por esse viés.

Mesmo que 25% dos egressos entendam o empreendedorismo em uma cariz mais social, parece haver uma incongruência entre esse percentual e os dados e opiniões efetivamente observadas no decorrer deste capítulo. Vimos, por exemplo, que nenhum dos intitulados empresários/empreendedores possuía algo efetivamente relacionado à causa social, e que o mesmo aconteceu nos projetos empreendedores futuros, em que apenas 5% teria a intenção de criar uma entidade beneficente. Entretanto, mesmo com essa aparente ambivalência, pode haver a sinalização de outros olhares sobre o empreendedorismo, conforme recomendaremos na seção “Conclusões e recomendações”.

5.6 Síntese do capítulo

Neste tópico, proceder-se-á à síntese dos resultados encontrados no estudo quantitativo, tendo-se como fio condutor os principais objetivos deste estudo. Em nossa análise, sempre que pertinente, lançamos mão do referencial teórico, apresentado nos Capítulos 1 e 2 deste trabalho, que permitiu consignar credibilidade à pesquisa.

Na caracterização dos diplomados, destacamos que a grande maioria foi proveniente do *campus* mais antigo e com maior número de alunos matriculados, o Natal-Central. Nossa amostra ainda se caracterizou por ser, em sua grande maioria, formada por técnicos, além de predominantemente masculina, parda e jovem.

Mesmo sendo um assunto “da moda” em publicações diversas e sendo dada ênfase ao seu incentivo em diversos documentos institucionais, o tema empreendedorismo teve baixo interesse por parte dos egressos e, além disso, o IFRN não foi bem avaliado quanto à atuação no incentivo do empreendedorismo. Tiveram avaliação de grau baixo ou médio, sempre com média abaixo de 3, “apresentação de conteúdos curriculares inovadores”, “promoção de contatos com entidades/empresas”, “atuação da incubadora tecnológica”, “atuação do hotel de projetos”, “estímulo

¹¹⁰ Cf. Apêndice V.

à criatividade/inação”, “difusão e divulgação de informações sobre apoios ao empreendedorismo”, “incentivos à criação de negócios”, “realização de seminários, *workshops* ou outros eventos centrados na temática do empreendedorismo”. A única exceção foi “dotação de um corpo docente qualificado”.

Este estudo revelou, ainda, que o IFRN é mal avaliado por quase a totalidade dos egressos quanto à divulgação de eventos ou oportunidades relacionados ao empreendedorismo. Tal fato parece corroborar com alguns dos discursos dos dirigentes institucionais que entrevistamos, como veremos a seguir. Ademais, outros dados chamam nossa atenção quanto à baixíssima relação do empreendedorismo com atividades de grande relevância para o instituto, como as aulas de campo ou visitas técnicas. Nesse sentido, apenas 15% dos egressos disseram haver algum estímulo ao empreendedorismo nessas aulas. Observamos, também, números pífios quando relacionamos o empreendedorismo a atividades de pesquisa e extensão, no que obtivemos índices de 7,53% e 2,31%.

Quanto aos projetos ou políticas existentes na instituição, os mais lembrados foram as incubadoras tecnológicas e o projeto “Mulheres mil”. O resultado se deu dentro do esperado, pois o primeiro tem grande apoio e destaque nas políticas institucionais relacionadas ao empreendedorismo e ambos estão presentes em todos os cinco *campi* objetos deste estudo. Os alunos também opinaram sobre quais iniciativas ou atividades seriam úteis na promoção do empreendedorismo no contexto acadêmico. As mais citadas foram disciplinas, palestras, cursos ou *workshops*, participação em feiras e eventos, promoção de concurso de ideias e visitas técnicas. Tal informação nos remete a uma reflexão, devido às principais citações já fazerem parte de ações existentes no IFRN, conforme nossa constatação junto aos responsáveis pela promoção e pelas políticas públicas empreendedoras e nossa observação de campo. Talvez essa aparente incongruência possa ser resultante da falta de divulgação adequada por parte do IFRN, já que os diplomados e alguns dirigentes a consideram ineficaz. Abre-se espaço, ainda, para se questionar as ações das políticas empreendedoras quanto a sua efetividade.

No que diz respeito aos percursos profissionais dos egressos, buscamos analisar como as políticas e projetos empreendedores do IFRN impactam os diplomados no mercado de trabalho. Para tal, discutimos os resultados obtidos a partir de três possíveis cenários: trabalhador assalariado, desempregado ou autônomo/empresário/empreendedor. Quanto aos assalariados, tivemos a maior representatividade, com cerca de 58%, o que vai ao encontro de dados oriundos de outros estudos relacionados à temática do mercado de trabalho para egressos do IFRN, inclusive com mesmo percentual, como o relatado por Sampaio (2013).

Os assalariados, em sua maioria, trabalham no setor privado e exercem atividades predominantemente técnicas ou administrativas. Quase a totalidade possui vínculo formal e apenas 2,5% trabalham sem carteira assinada, o que contrasta com número oficiais do Brasil nesse contexto. Quanto a já terem tentado empreender, a maioria esmagadora não havia enveredado por tal caminho, o que pode evidenciar a tradição centenária do IFRN em formar mão de obra para o mercado de trabalho, além de uma espécie de aversão aos riscos e incertezas relacionados ao processo de iniciar um negócio. Os poucos assalariados que tentaram um negócio evidenciaram suas dificuldades ou frustrações ou ainda o tinham como segunda atividade econômica para complemento de renda.

Focando nos desempregados, segundo maior contingente de nossa amostra, observamos que a maioria deles está nessa situação há menos de 2 anos. Chamou-nos atenção a quantidade de diplomados, cerca de 42%, que afirmou nunca ter trabalhado, o que pode não os caracterizar como desempregados, conforme classificação do IBGE. Geralmente, estão a procurar emprego algumas vezes por semana com auxílio, principalmente, da internet, aplicativos ou redes sociais. Tal constatação era esperada face à grande maioria fazer parte da geração dos nativos digitais. Nas dificuldades para conseguir emprego, alegaram questões que são históricas no Brasil, principalmente relacionada aos jovens, tal como falta de experiência, ou, ainda, questões estruturais ou macroeconômicas, como a crise econômica ou escassez de empregos.

A menor expressão percentual, menos de 7%, foi composta por aqueles que se intitularam empresários ou empreendedores ou trabalhadores autônomos. Sendo essa situação um dos objetivos dos projetos e ações voltados ao empreendedorismo no IFRN, bem como de um conjunto de disciplinas presentes em diversos planos de cursos e, ainda, sendo prática recomendada por muitos dirigentes por nós entrevistados, esse baixo contingente parece gerar uma ambivalência entre o que o IFRN julga realizar e o impacto prático na vida dos egressos. Sob outro ponto de vista, esse baixo percentual pode ser visto como uma significativa melhora face a outros estudos sobre a mesma temática, como o de Sampaio (2013) que, com uma amostra de 2245 egressos, obteve que apenas 1% deles haviam empreendido.

Outro dado significativo dos designados empresários é um alto índice (62,5%) de informalidade. Conforme já narrado, tal situação presume ilegalidade, restrições e riscos aos negócios. É relevante ressaltar que esse alto índice é até menor que o verificado sob a mesma ótica no contexto brasileiro, onde a informalidade atinge 71% dos empreendedores.

A maioria dos negócios teve como cidade escolhida a capital Natal - RN e estava a funcionar em estágio inicial (de 0 a 42 meses), que, segundo o Sebrae, é a fase de maior risco à mortalidade das empresas. Os ramos preferidos de atuação foram comércio, alimentação ou alojamento, e todos estavam enquadrados como microempresas quanto ao número de funcionários (1 a 9). Já com relação ao faturamento anual, 83% eram compostos por MEI. Esse tipo de empresa, nominado Microempreendedor Individual, se constitui sob o signo de uma ambivalência latente, que se dá entre os polos de uma suposta proteção social e da flexibilização sob a égide do neoliberalismo econômico.

Passando a analisar os motivos que levaram esses empreendedores a iniciarem seus próprios negócios, tivemos o “Desejo de autonomia”, “Perspectiva de ganhar mais dinheiro” e “Melhorar a situação atual” como principais motivos. Esse cenário evidencia a repetição dos discursos dos apologistas do empreendedorismo, seja num viés economicista ou comportamental. Por fim, 70% dos respondentes se disseram satisfeitos ou muito satisfeitos em serem empreendedores.

Questionar sobre projetos empreendedores em mente para um futuro fez parte da análise de toda nossa amostra. Desse modo, dos 345 egressos, 136 (39,4%) afirmaram ter tais projetos em mente em um futuro não tão próximo, pois a grande maioria intencionava fazê-lo dentro de alguns anos. Ao relatar suas ideias de negócios, os egressos falaram de diversos ramos de atuação, especificando seu público alvo, enumerando os pontos fracos do mercado e relatando o passo a passo do negócio até sua constituição. Outros exaltavam as características empreendedoras, sendo a inovação a mais citada.

Como fonte de inspiração para criação desse projeto futuro, os egressos em questão citaram empreendedores de sucesso no Brasil e mundo afora, algo que é avultado como chamariz para os pretensos empreendedores, além do ambiente acadêmico, com destaque para a figura do professor. Esse discurso se alinha aos defensores da pedagogia empreendedora quando sugerem a formação do professor empreendedor como uma das formas para se “ensinar” ao aluno a ser empreendedor e a obter sucesso. Ainda verificamos que os principais obstáculos à consolidação desses projetos futuros estão relacionados aos riscos e incertezas inerentes ao processo empreendedor, a uma suposta inabilidade de como fazer ou ainda à falta de apoio familiar ou institucional. A falta de financiamento foi o obstáculo mais citado.

Por fim, observamos que a percepção por parte dos egressos quanto ao conceito de empreendedorismo é predominantemente de viés economicista ou comportamental, entendendo esses numa lógica proveniente da pedagogia empreendedora, de maneira que são, portanto, duas faces da

mesma moeda. Soma-se a isso, ainda, que a visão predominante dos egressos pode ser reflexo do mesmo pensamento dominante gestor ou por algumas práticas e ações empreendedoras desenvolvidas pelo IFRN nesses mesmos contextos. Entretanto, apesar dessa hegemonia, há sinalizações para se obter outras visões sobre o empreendedorismo por parte dos egressos.

**Capítulo VI – Políticas públicas e promoção da educação para o empreendedorismo
sob a perspectiva dos gestores institucionais**

Após analisar os contextos e percursos dos egressos perante o empreendedorismo, neste capítulo, identificamos alguns dos principais atores envolvidos na formulação de políticas e práticas empreendedoras no IFRN, bem como suas percepções sobre o tema empreendedorismo e sua relação com a educação. Após a caracterização do perfil dos dirigentes/gestores institucionais, são aprofundados os temas relacionados com suas percepções sobre as vantagens e as apreensões ao se associar empreendedorismo com educação/ensino. Ainda procuramos identificar quais e como são concebidas as políticas públicas, os projetos e as ações voltados ao empreendedorismo existentes na instituição e, também, se há algum apoio extra para discentes ou docentes para o desenvolvimento do ensino empreendedor. Por fim, a partir das perspectivas dos gestores participantes, avaliam-se as mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN, além de quais seriam os projetos para a implantação de novas políticas públicas e que metas ou indicadores se pretendem estabelecer a partir das experiências em curso.

6.1 Perfil dos dirigentes/gestores institucionais

Como descrito no capítulo metodológico desta investigação (Capítulo 3), foi-nos possível entrevistar seis dirigentes/gestores que têm assumido responsabilidades no domínio das políticas de educação para o empreendedorismo no IFRN. Dessa forma, para melhor contextualizar as percepções e posições assumidas por eles no quadro institucional e em articulação com os nossos objetivos de pesquisa, importa fazer uma breve caracterização de seus perfis, conforme o Quadro 3.

GESTOR	SEXO	CARGO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TITULAÇÃO	ADMISSÃO NO IFRN	CAMPUS DE ORIGEM
G1	M	Coordenador de extensão	Bacharel em Administração	Especialista	2011	Pau dos Ferros
G2	M	Diretor-geral	Licenciado em Física	Doutor	1991	Natal-Central
G3	M	Diretor-geral	Bacharel em Direito	Mestre	1995	Mossoró
G4	F	Gestor de incubadora	Bacharel em Administração	Mestre	2014	Pau dos Ferros
G5	M	Diretor de pesquisa e inovação	Bacharel em Geologia	Mestre	1987	Natal-Central
G6	M	Reitor	Bacharel em Ciências Biológicas	Doutor	1995	Mossoró

Quadro 3 - Caracterização dos gestores entrevistados

Como referido anteriormente (cf. Capítulo 3), elegemos gestores com cargos distintos com o objetivo de obter visões diversas sobre o tema em questão, bem como níveis de intervenção diferenciados sobre as políticas e projetos empreendedores. Nesse contexto, as funções inerentes aos cargos são descritas a seguir:

- **Coordenador de extensão:** é responsável por planejar e executar as ações dos programas, projetos e atividades de extensão do *campus*, em articulação com a diretoria acadêmica e as coordenações de curso, com a coordenação de pesquisa e inovação e com a comunidade externa.
- **Diretor-geral:** gerir o *campus*, compreendendo todas as dimensões da área de sua atuação, em consonância com os princípios, diretrizes, políticas e planos institucionais.
- **Gestor de incubadora:** garantir o funcionamento da incubadora alinhado aos interesses institucionais do IFRN, através de processos de gestão eficientes que gerem resultados efetivos para as empresas incubadas. Sob a supervisão de um conselho gestor, tem a função de cumprir com os objetivos da incubadora, que são: estimular a cultura do empreendedorismo inovador; prospectar, capacitar e selecionar empreendedores que apresentem ideias de produtos, processos ou serviços inovadores; oferecer tutoria qualificada, capacitações e experiências na área de empreendedorismo para os selecionados aprimorarem suas ideias, protótipos e modelos de negócios; e favorecer a criação de *startups* e *spin-offs* em ambiente institucional, a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicados à inovação.
- **Diretor de pesquisa e inovação:** tem como missão promover e incentivar a produção científica por meio da formação de grupos de pesquisa para fortalecer o trinômio ensino, pesquisa e extensão. Tem como objetivo estratégico desenvolver a pesquisa básica e aplicada entre os estudantes e servidores da instituição, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, de forma a estender seus benefícios à comunidade, além de difundir a pesquisa em todas as áreas educacionais como elemento formador da educação de qualidade e associá-la com o desenvolvimento socioeconômico.
- **Reitor:** dirige a reitoria, que é o órgão executivo da instituição e responsável pela administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia. O Reitor pode delegar atribuições executivas aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos e Diretores-gerais dos *campi* para a prática de atos nas áreas acadêmica e administrativa. Ainda conta

com o apoio de um Gabinete, de Comissões estabelecidas por legislações específicas e de uma ouvidoria, além de uma equipe de assessoramento técnico, cuja estrutura e atribuições são definidas no regimento interno da reitoria.

Estruturamos os subpontos subsequentes a partir dos quatro temas norteadores do guião da entrevista semiestruturada (cf. Apêndice II).

6.2 Empreendedorismo no contexto acadêmico sob a égide da Pedagogia Empreendedora

Compreender a conceituação sobre o empreendedorismo por parte dos gestores e, também, seu impacto para a economia e a sociedade constitui dimensão relevante para a análise do nosso tema de investigação. Adicionalmente, pretendeu-se compreender as percepções deles sobre os benefícios e as preocupações associados ao empreendedorismo quando relacionado à educação/ensino e metodologias de aprendizagem.

6.2.1 Definição do empreendedorismo conectada com as CCEs

Conforme já relatamos em nosso referencial teórico, uma aparente polissemia do termo empreendedorismo pode ser justificada pelos próprios formuladores de sua concepção, uma vez que são advindos de diversas áreas do conhecimento, além de seguirem uma lógica evolutiva marcada pelo contexto histórico. Inicialmente, inserimos esta primeira questão com o intuito de determinar uma perspectiva inicial do gestor quanto ao tema que é fio condutor da nossa pesquisa. Ao perguntarmos “O que você entende por empreendedorismo?”, todos, cada um a seu modo, associaram o conceito a um viés de cunho mais comportamental ao enaltecerem as CCEs, tais como assunção a riscos, atingir objetivos, inovar, ser proativo e ter autonomia e visão de futuro.

G1 – É a autonomia que o ser humano busca para conquistar seus objetivos. Empreendedorismo é você resolver problemas, assumir desafios e riscos em prol de superar obstáculos e atender uma necessidade pessoal e da sociedade, conciliando isso de uma forma prática.

G5 – Posso dizer que o empreendedorismo, de uma forma bem resumida, é você fazer as coisas diferentes para resolver problemas que a sociedade tem.

G6 – Para mim, o empreendedorismo é uma ação de inovação para melhoria de qualquer processo, de qualquer produto, de qualquer rotina ou de qualquer serviço. Ser empreendedor é ser proativo.

G3 – ...no meu ponto de vista, vai além do empresarial. Parte de uma visão ou ação do sujeito de perspectiva de futuro, de empreender, de se organizar. [...] Em suma, o sujeito deve ter uma visão organizativa e de futuro.

Assim, constatamos o alinhamento dos gestores com as CCEs. Além de enaltecê-las, um gestor enfatiza a dimensão intrínseca delas ao elevar o empreendedorismo, mesmo sem nominar o contexto, como uma “necessidade humana”.

G4 – O empreendedorismo, antes de mais nada, é uma necessidade humana. O ser humano tem uma necessidade de empreender na vida desde que nasce. Então, seja qual for a motivação dele, haverá sempre uma necessidade de produzir algo que lhe traga satisfação. Essa sensação de realização, seja profissional ou de produção ou meramente humana, é o que gera valor à vida dele. Para mim isso é empreendedorismo. Você tem que desenvolver as características empreendedoras para que aproveite ao máximo a onda da inovação. Caso contrário, você vai perder a oportunidade. Então não adianta você ter a oportunidade e não estar preparado. Assim, trabalhamos muito as características empreendedoras com o viés comportamental.

Pelo apresentado, presumimos que quando o gestor em questão citou que “o ser humano tem uma necessidade de empreender na vida desde que nasce”, talvez aluda ao conceito de Dolabela (2003), que defende o ser humano como um empreendedor nato. Na introdução do seu livro *Pedagogia Empreendedora* (2003), quando enfatiza que a educação empreendedora deve ser iniciada desde a infância, salienta que “aprendi que todos nascemos empreendedores e que, se deixarmos de sê-lo mais tarde, isso se deve à exposição a valores antiempreendedores na educação, nas relações sociais, no ‘figurino cultural’ conservador a que somos submetidos” (Dolabela, 2003, p. 17).

Convém ressaltar, conforme já discutido, a importância de se observar que algumas características que compõem as CCEs não são específicas dos empreendedores, também podendo ser encontradas dentro do conceito de competências transversais, que, segundo Vieira & Marques (2014), são características pessoais, interpessoais e técnicas que visam preparar cidadãos críticos para o mundo do trabalho, o qual é muito instável e em constante mudança. Dessa forma, apesar de haver semelhanças, são abordagens distintas, de modo que as instituições devem estar atentas a isso.

6.2.2 Impacto do empreendedorismo para a economia e a sociedade

Neste ponto, solicitamos aos gestores que expusessem suas opiniões quanto às visões sobre o impacto do empreendedorismo para a economia e a sociedade. Nesse sentido, houve mais ênfases nos aspectos positivos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, talvez corroborando com Dornelas (2015), que exerce grande influência nas disciplinas com contexto empreendedor do IFRN, quando afirma que “os empreendedores são o motor do desenvolvimento econômico”.

G1 – Economicamente, o empreendedorismo promove um ganho geral, pois faz com que a roda da economia permaneça girando [...] Se todos tiverem esse perfil empreendedor, a economia vai se fortalecer e alcançar um “boom”, um bom crescimento.

G4 – A economia, de certa forma, é moldada por esses estímulos do empreendedor. [...] De forma geral, a sociedade está dependendo desses atores empreendedores para que tenha um crescimento, já que a política pública, hoje, não dá conta de todas as mazelas que vivemos.

G3 – [...] Na minha visão, o impacto do empreendedor para o desenvolvimento econômico é muito grande, seja para a empresa, para a sociedade, ou seja, para ele, enquanto pessoa.

O último testemunho, que refere o empreendedor como responsável pelo desenvolvimento econômico da sociedade, nos remete ao discutido no Capítulo 2, quando é apontado que alguns dos discursos dos defensores da educação empreendedora destacam o protagonismo empreendedor, principalmente dos jovens, considerando-os como os únicos responsáveis por sua sobrevivência (fracasso ou sucesso) e pelo desenvolvimento econômico da coletividade a que pertencem. Assim, reforçam a necessidade de formar empreendedores e tentam associar a educação, neste caso, para o empreendedorismo, à geração de desenvolvimento econômico. Porém, este contexto não é uma exclusividade brasileira. Por exemplo, a Cimeira de Lisboa, em plena sintonia com a teoria do capital humano, é enfática em seus objetivos quando afirma que o investimento em educação e formação, principalmente da juventude, é fator de desenvolvimento social e estratégia para posicionar a Europa como referência econômica mundial.

Em outra fala, tivemos um aparente alinhamento com os discursos de cunho neoliberal, pois, nela, se sugere que o empreendedorismo é uma solução para a geração de empregos.

G5 – [...] diria que o principal impacto para a sociedade é fazer que as pessoas dependam menos de políticas públicas ou de empregos, porque estamos num mundo onde há cada vez mais trabalho e cada vez menos emprego. Então, o empreendedorismo é uma das maneiras das pessoas criarem riqueza, desenvolvimento e melhorias para sociedade.

Esse posicionamento ainda se coaduna com o dos autores, já citados em nosso aporte teórico, que apresentam o empreendedorismo para o campo educacional como saída para a escassez e crise do trabalho assalariado, e em especial com o de Dolabela (2003), com seu projeto da pedagogia empreendedora. Mesmo indicando que o projeto visa desenvolver atitudes empreendedoras adequadas a qualquer dimensão da vida, a pedagogia empreendedora aponta que a participação no programa contribui para a geração de novos empregos e para o desenvolvimento da nação. A capacidade empreendedora é descrita como ferramenta contra o desemprego e como sendo exigida em qualquer

relação de trabalho, seja no governo, nas empresas ou no terceiro setor (Dolabela, 2003). Porém, outra opinião do ponto de vista dos gestores evidencia um caráter mais negativo na figura do empreendedor e que pode impactar a sociedade.

G5 – Então, o empreendedorismo é uma das maneiras das pessoas criarem riqueza, desenvolvimento e melhorias para sociedade. Logicamente, existem impactos negativos. Não é fácil se praticar isso, considerando que há uma tendência de o empreendedor pensar muito mais em si do que no conjunto da sociedade. A formação de riqueza pressupõe que alguém vai trabalhar para você. Há um certo contraditório nesse aspecto.

Esse depoimento, mesmo que, inicialmente, explicita o profícuo impacto econômico, em concordância com Drucker (1998), que invoca a inovação no agir empreendedor para a criação de riqueza, expõe como contraditória a relação entre o empreendedor e a sua capacidade de gerar benefícios à sociedade. Dessa forma, há uma grande tendência de o empreendedor pensar primeiro em si, evidenciando-se seu egoísmo, o que é corroborado com Schumpeter (1982, p. 64), quando diz que “o empreendedor é o mais egoísta de todos os seres”. Tal contexto é esperado, visto que observamos que a educação para o empreendedorismo é centrada no indivíduo (individualismo), além da competição, e que propagam que o fracasso ou o sucesso social e econômico é fruto do esforço próprio dos sujeitos. Tais aspectos reforçam o individualismo próprio da racionalidade neoliberal e ocultam outros contextos sociais que são travestidos em um tipo de ímpeto empreendedor frente aos desafios, conforme nos relata Dolabela: “o fracasso não é não conseguir realizar o sonho, mas sim desistir de realizá-los” (Dolabela, 1999a, p. 42).

6.2.3 Empreendedorismo associado à educação

Na última questão, dentro do empreendedorismo no contexto acadêmico, perguntamos aos gestores quais os benefícios e preocupações que se deve ter ao se associar empreendedorismo com educação/ensino e metodologias de aprendizagem. Na busca de reflexões sobre as respostas dos inquiridos e a partir da análise das unidades de contexto, todas as subcategorias que emergiram resultaram em apenas uma categoria – Pedagogia Empreendedora (cf. Apêndice VI). Essa única categoria emergente refletiu a forte expressão dos gestores, que atribuíram convincentes menções ao nosso referencial teórico, especialmente sobre preceitos preconizados pela educação empreendedora.

Conforme nossa observação e pesquisa documental, várias ações foram e estão sendo desenvolvidas no IFRN na perspectiva de se oferecer uma educação empreendedora. Dessa forma,

parece que as ações institucionais encontram eco nos gestores, que atestam o “vínculo perfeito” entre educação e empreendedorismo.

G1 – [...]se você analisar bem o conceito do empreendedorismo, como já havia dito, a ação em que a pessoa se dispõe a construir algo, aplicar, desenvolver uma ideia, um produto ou serviço, estando vinculado ao ensino é perfeito [...] Pode-se dizer que esse modelo é de uma instituição empreendedora, que faz com que os alunos se tornem empreendedores.

G2 – Os benefícios são enormes. Deve haver um vínculo de empreendedorismo com educação.

O empreendedorismo no âmbito educacional encontra-se em voga em todos os níveis de escolaridade, o que resulta em elaborar um projeto desde sua concepção à concretização. Para tal, o sujeito empreendedor deve possuir certas habilidades e competências que, conforme visto, são materializadas nas CCEs ou, até mesmo, em um novo “modo de vida”.

G4 – [...] eu explico aos alunos que todos eles têm habilidades e características empreendedoras que podem ser despertadas. [...] Então, essas características empreendedoras quando são desenvolvidas servem para a vida de cada um. Como educadora, vejo que isso é importante no processo de aprendizagem do aluno, pois vai dar a ele subsídios para escolher como ele quer utilizar essas características empreendedoras.

G3 – [...] Nessa lógica, não podemos apenas relacionar o empreender ao lucro, mas a um modo de vida, ao pensar uma sociedade de forma sustentável.

Outro aspecto observado, fruto das características propostas por Fernando Dolabela e sua pedagogia empreendedora, é a necessidade da mudança de postura do professor. O autor aponta que o professor deve abandonar suas antigas funções de mediador do conhecimento e deve criar um ambiente favorável para que o aluno venha a se tornar um futuro empreendedor.

G5 – [...] O empreendedorismo traz muitos benefícios para os professores ensinarem. Os professores têm que mudar a forma como lecionam. [...] mas quando se busca uma educação empreendedora está, mesmo sem querer, se praticando uma educação para o mercado. Assim, os conhecimentos científicos e tecnológicos são direcionados para oportunidades e soluções de problemas para o mercado. A instituição tem que oportunizar, avançar e, até de certa forma, cobrar que os professores e alunos, ao aprenderem, devam enxergar soluções de problemas para a sociedade. Esse é o principal benefício que vejo.

Essa “nova” maneira de ensinar e a figura do “professor empreendedor” propostas por Dolabela encontram inúmeros prosélitos, entre os quais se encontram alguns gestores ou diplomados de nossa pesquisa, conforme depoimento a seguir.

Egresso nº 73 – É necessário ter professores com visão de empreendedorismo.

Porém, existem críticas a essa proposta, a começar pela apropriação do termo “pedagogia”. Em seu artigo *A pedagogia vai ao porão* (2014), Melo e Wolf relatam que

Estas pedagogias não apresentam um cabedal teórico consistente, ficando na melhor das hipóteses, no nível do senso comum, ou, então reproduzindo argumentos pseudocientíficos, com os quais procura seduzir seus leitores. Criou-se uma espécie de subliteratura pedagógica que, se por um lado, vende livros de forma razoável, como o caso mais conhecido de Fernando Dolabela e sua pedagogia empreendedora, por outro lado não avança em nada no que se refere ao campo teórico da Pedagogia. (2014, p. 2)

Os autores vão além e relatam que, em geral, as obras aparecem como receituário prático para a resolução de problemas ou prescrições de como fazer, aproximando-se fortemente da literatura de “autoajuda”.

6.3 Políticas, projetos e ações empreendedores no IFRN

No segundo tema norteador de nossa análise, procuramos, a partir dos depoimentos dos gestores, identificar quais são e como são elaboradas as políticas públicas, projetos e ações voltados ao empreendedorismo existentes na instituição, quais os agentes envolvidos, qual o envolvimento individual do gestor com essas políticas, se existem estratégias de acompanhamento e avaliação dos projetos empreendedores e, por fim, qual balanço faz em termos do potencial de transformação local, empresarial e de criação de emprego.

6.3.1 Políticas públicas, projetos e ações existentes

Quanto às políticas, projetos e ações empreendedores existentes, as subcategorias que emergiram corroboram com nossa análise documental quando incluem disciplinas específicas ou relacionadas ao empreendedorismo, feiras, eventos e Prêmio Empreendedorismo Inovador. Esses, mais voltados aos currículos formal ou informal, também foram integralmente citados por alguns dos diplomados.

G4 – Na área de ensino, dependendo do PPC (Projeto Pedagógico do Curso), temos cursos com mais disciplinas e ações voltadas ao empreendedorismo.

G2 – [...]Participávamos de fóruns promovidos pelo SEBRAE, das feiras na cidade e com os eventos. Assim, o campus estava sempre presente, e, conseqüentemente, na vitrine, para que as pessoas lembrassem que a instituição estava fazendo parte da cadeia produtiva da cidade.

G4 – A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação tem desenvolvido políticas públicas voltadas para o empreendedorismo, entre elas o prêmio de empreendedorismo inovador[...] Geralmente, quando os alunos participam do prêmio de empreendedorismo inovador, logo depois procuram a nossa incubadora.

Já quanto às infraestruturas presentes, observamos que a fábrica de briquetes e a empresa júnior só foram citadas por um gestor e que estavam situadas respectivamente nos *campi* de Ipanguaçu e de Canguaretama, que não fazem parte dos cinco *campi* objetos desta pesquisa.

G6 – [...]Posso citar também nossa fábrica de briquetes, lá no campus de Ipanguaçu, que está no processo licitatório e é outro caminho interessante.

G6 – [...] empresa júnior surgiu no campus Central e também temos a de Canguaretama, mas é algo que não está como política nossa, pois tivemos uma experiência bastante complicada com a empresa júnior do campus Natal Central.

No caso da empresa júnior, há um contrassenso, pois, apesar de um gestor revelar que ela não faz parte da política empreendedora institucional, podemos observar que consta no PDI:

Primordial objetivo dinamizar o processo formativo e ampliar os conhecimentos científicos, tecnológicos e socioculturais. Para tanto, as diferentes ações acadêmicas devem compor um conjunto significativo de atividades curriculares e extracurriculares à disposição dos estudantes. Para tanto, incluem-se, por exemplo, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutoria de aprendizagem e de laboratório, experiência internacional, mobilidade acadêmica, evento técnico-científico, **empresa júnior** [grifo nosso], aula externa e visita técnica a empresas e demais organizações do mundo do trabalho. (IFRN, 2014, p. 86)

Apesar do IFRN, aparentemente, não ter mais a empresa júnior como um projeto macro extensivo a todos os *campi*, observamos inúmeras parcerias com a Organização não Governamental (ONG) internacional *Junior Achievement*¹¹¹, na qual os alunos do IFRN, nomeadamente os do 2º e 3º ano do nível médio técnico integrado, participam do programa intitulado Miniempresa¹¹². Nesse programa, sob orientação e mentoria de inúmeros empresários e executivos voluntários, os jovens são incentivados a empreender e a se tornarem miniempresários. Os convênios com a ONG foram observados, à época da pesquisa, em quatro *campi*, Natal-Central, Macau, Caicó e Zona Norte, e formavam, em média, 250 jovens por semestre¹¹³. São mantenedores da ONG do estado do RN

¹¹¹ Fundada em 1919, a *Junior Achievement* se intitula como uma das maiores organizações sociais incentivadoras de jovens do mundo. Trabalha, através do método “aprender-fazendo”, para preparar os jovens para o futuro do trabalho por meio de programas de empreendedorismo, educação financeira e preparação para o mercado de trabalho. No Brasil, já capacitou mais de 5 milhões de alunos com o apoio de 150 mil voluntários (fonte: https://www.jabrasil.org.br/sobre-nos_recuperado_em_2017).

¹¹² O programa Miniempresa proporciona aos estudantes a experiência prática em economia e negócios, na organização e operação de uma empresa. Em 15 semanas com jornadas semanais com duração de 3h30min, os jovens aprendem conceitos de livre iniciativa, mercado, comercialização e produção. A orientação é feita por quatro profissionais voluntários das áreas de *marketing*, finanças, recursos humanos e produção. Neste programa, são explicados os fundamentos da economia de mercado e da atividade empresarial, onde cada participante se transforma em um miniempresário (fonte: <http://www.jarn.org.br/programas.php>, recuperado em 2017).

¹¹³ Fonte: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/caico/noticias/formatura-do-programa-junior-achievement> (recuperado em 2017).

inúmeras empresas privadas de diversos portes, além de instituições como a Federação das Indústrias do RN (FIERN), o Sistema Fecomércio RN, o Clube dos Diretores Lojistas de Natal e o Sebrae RN.

As demais estruturas citadas permeiam mais os *campi* de nossa pesquisa, especialmente a incubadora de empresas, que, conforme observado nos documentos institucionais, é uma das principais diretrizes do MIT e está instalada nos cinco *campi* objetos desta pesquisa. Importante relembrar que as incubadoras tecnológicas foram as mais lembradas pelos egressos quando indagamos sobre as ações ou projetos empreendedores que mais recordavam. Ainda foi citado o hotel de projetos, que é uma espécie de pré-incubação, e que só estava presente em dois dos cinco *campi* de nossa pesquisa.

G5 – Destaco o campus Natal Central que tem a principal incubadora do IFRN. Como primeira incubadora, tem mais experiência e passou a direcionar, tanto de forma macro quanto em cada campus, para consolidar o empreendedorismo na instituição.

G1 – Pontualmente, a incubadora de empresas, com certeza, foi um marco - aquela coisa que as pessoas entendiam como importante, mas que ninguém sabia operar exatamente.

G1 – Para exemplificar, nós não trabalhamos mais com incubação. Demos um passo atrás e hoje trabalhamos o hotel de projetos, um formato de pré-incubação.

Outro vértice relacionado às políticas e ações empreendedoras está ligado aos projetos de pesquisa e extensão que, juntamente com o ensino, formam a tríade fundamental para aprofundar a relação com a sociedade (IFRN, 2014).

G1 – Com relação à pesquisa e extensão da instituição partem iniciativas pontuais, umas com mais sucesso, outras ainda em fase de estruturação.

G4 – Fora a incubadora de empresas, temos os projetos de extensão [...] Então, eu vejo esses projetos de extensão como de grande importância. Outros projetos são os de pesquisa, que, inclusive, funcionam em parceria com algumas empresas.

G4 – A todo momento observamos quais projetos de pesquisa que tem potencial inovador para serem registrados e incentivados para trabalharem na incubadora.

Outros projetos empreendedores citados saem um pouco da predominância das acepções do empreendedorismo economicista ou comportamental, possuindo um viés social. Talvez esses projetos façam cumprir uma meta de todas as coordenações de extensão dos *campi*, que é implantar um projeto de ação social (IFRN, 2014, p. 195) ou ainda fazer cumprir a função social do instituto. Nesse contexto, destacamos o projeto “Mulheres Mil”, que está presente em quase todos os *campi* do IFRN e

que também foi a segunda ação ou projeto empreendedor mais lembrado pelos egressos, conforme descrito no Capítulo 5. Há, ainda, projetos na área de economia solidária e até uma incubadora solidária.

G3 – E, também, os projetos sociais desenvolvidos em parceria com a fundação. Hoje temos um projeto de economia solidária, com orçamento de dois milhões de reais, aprovado com interveniência da FUNCERN junto ao Ministério do Trabalho, que capacita e faz um acompanhamento de ações empreendedoras de economia solidária. É um empreendedorismo mais social, mas que tem uma grande importância, visto que o empreendedorismo vai muito além da empresa.

G2 – Temos também o programa Mulheres Mil (projeto com cunho social com objetivo de dar oportunidades a mulheres em vulnerabilidade), que formava mulheres para conseguirem abrir empresas de confecção ou conserto de roupas. Elas se organizavam a partir dos conselhos comunitários onde moravam e com ajuda do programa e da nossa incubadora começavam a trabalhar.

G4 – Ultimamente, dado a experiência com o IFSol (Incubadora Tecnológica para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do IFRN), temos desenvolvido empreendimentos com impacto social.

Ressaltamos, na fala do gestor G4, que foi o último por nós entrevistado em novembro de 2019, a existência da Incubadora Social do IFRN – a IFSol. É importante ressaltar que a IFSol foi criada em 2017, porém, só obteve a aprovação¹¹⁴ de seu regimento em novembro de 2018, portanto, fora do nosso *coorte* temporal, bem como não consta como diretriz institucional do PDI (2014-2018) (IFRN, 2014).

Outro cenário face às políticas, projetos ou ações empreendedores existentes fez emergir a categoria “relações de mentoria/parceria”. Essas mentorias acontecem a partir da contribuição de órgãos internos, como é o caso do NIT, órgão vinculado à PROPI que faz a gestão da Política de Inovação, incluindo a proteção da propriedade intelectual e o empreendedorismo. Apoia, ainda, os desenvolvedores do sistema SUAP-EDU, de propriedade do IFRN que, segundo um gestor entrevistado, deverá se transformar no primeiro grande negócio do instituto. É relevante destacar que essas afirmações não constavam oficialmente nos documentos institucionais à época de nossa pesquisa, porém, ele já é utilizado por outros Institutos Federais, além do IFRN.

G4 – Temos um NIT no nosso campus onde desenvolvemos, sempre em parceria com a pró-reitoria de pesquisa, políticas de patentes e registro de softwares [...] Ressalto que todos os campi têm um representante do NIT mesmo que não tenha incubadora.

¹¹⁴ A Deliberação n. 26 (2018), datada de 19 de novembro de 2018, aprovou o regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSOL/IFRN) (disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepex/deliberacoes/2018/deliberacao-no-26-2018/view>, recuperado em 2019).

G6 – Hoje temos no instituto várias atividades e projetos em desenvolvimento que podem ser transformados em um negócio e uma das coisas que queremos fazer, como nosso primeiro grande negócio, é o SUAP. O nosso Sistema Unificado em Administração Pública (SUAP) vai se transformar no primeiro grande negócio do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Observamos, ademais, grande influência da ANPROTEC e do Sebrae, este como o maior *stakehold* do IFRN em assuntos relacionados ao empreendedorismo, na elaboração ou formulação de políticas ou projetos empreendedores. Alguns ainda podem vir através do MEC.

G5 – A incubadora de empresa do campus é sócia membro da ANPROTEC, associação que congrega todas as incubadoras no Brasil, e tem utilizado a expertise dessa associação para fortalecer o empreendedorismo na instituição, seja criando políticas internas ou sendo influenciados por políticas externas vindas, por exemplo, do ministério da educação ou SEBRAE nacional.

G2 – Trabalhávamos muito junto com o SEBRAE, pois era parceiro direto do IFRN – Campus Caicó. Muitas ações que fazíamos junto à comunidade dos empresários partia dessa parceria.

6.3.2 Agentes de implementação

Após identificarmos as diversas políticas, projetos e ações empreendedores existentes no IFRN, passamos a desvendar quais são os agentes, internos ou externos, que implementam tais políticas, bem como observar as relações de parceria com o mesmo propósito.

Os parceiros internos identificados pelos entrevistados corroboram com os documentos oficiais pesquisados, podendo ser órgãos específicos de cada *campus*, tais como a coordenação de extensão, a diretoria de inovação, o conselho escolar ou ainda órgãos ou documentos que estão no âmbito da Reitoria, tais como a pró-reitoria de extensão, a pró-reitoria de pesquisa e inovação, o NIT, o PDI e editais institucionais.

G2 – Tínhamos um grupo com o coordenador de extensão e ele tinha o conhecimento da região. O fato dele conhecer as pessoas facilitava as comunicações. Assim, a coordenação de extensão atuava direto no processo.

G5 – Dentre as pró-reitorias temos a de pesquisa inovação que ficou, entre outras tarefas, com toda parte relacionada ao desenvolvimento sistêmico do empreendedorismo. Em cada campus há um representante ou parte executora, geralmente chamada diretoria de inovação, para desenvolver as políticas macro de inovação e empreendedorismo vindas da pró-reitoria. Ressalto também que cada campus também pode elaborar políticas próprias em consonância com as políticas macro institucionais.

G3 – O empreendedorismo nasce desse planejamento, norteado pelo que a comunidade tem de necessidade, mas guiado pelo que a gestão entende por prioridade. As políticas estão atentas aos documentos institucionais, como o planejamento, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e, obviamente, aquilo que é discutido nas instâncias internas do Campus.

G3 – São os agentes que participam das instâncias colegiadas, que são: reuniões pedagógicas; colegiado da diretoria acadêmica; colégio gestor, composto por uma equipe/staff que dá apoio ao diretor, conforme nosso regimento; e o conselho escolar que é um conselho consultivo e deliberativo por onde passam as políticas de aprovação de ações internas que serão desenvolvidas dentro da instituição.

Alguns projetos são implementados a partir de políticas públicas nacionais, geralmente advindas dos ministérios do governo federal ou, ainda, resultado de parcerias internacionais, nomeadamente as provenientes de convênios com universidades, como, por exemplo, a UMinho, em Portugal.

G6 – Do ponto de vista das políticas públicas em nível nacional, existem, em especial, os ministérios da ciência, tecnologia e inovação e o ministério da educação que têm políticas mais específicas nessa linha [...] Com quem nós estamos trabalhando aqui? Com o SEBRAE que tem sido nosso principal interlocutor para que possamos divulgar, disseminar e implantar esse tipo de política.

G6 – Aqui no IFRN é a Pró-Reitoria de inovação que trata mais especificamente dessas políticas [...] Temos ainda parcerias a nível internacional [...] Agora, os trabalhos acadêmicos vão começar, do doutorado em especial, a fazer parte dos projetos de inovação e pesquisa em parceria com a universidade do Minho [...] Cito ainda parcerias com universidades na França, Espanha, Estados Unidos e Canadá.

Já observamos que a ANPROTEC e, principalmente, o Sebrae exercem intervenção na elaboração de projetos ou ações empreendedores junto ao IFRN. Além disso, também são agentes implementadores de tais políticas.

G5 – Desde o princípio, o IFRN percebeu que não conseguiria executar essa nova forma de educação empreendedora sozinho. Assim, buscou parceiras com o SEBRAE, nosso principal parceiro e que fomenta as micro e pequenas empresas, e ANPROTEC, associação que cuida das incubadoras no Brasil e que também faz parte de uma rede de acordos de cooperação internacionais.

G1 – Buscou-se muito apoio do SEBRAE e de outras instituições, como a ANPROTEC para enriquecer essa parte técnica e gestora.

G2 – Trabalhávamos muito junto com o SEBRAE, pois era parceiro direto do IFRN [...] Participávamos de fóruns promovidos pelo SEBRAE, das feiras na cidade e com os eventos.

G6 – [...] o próprio representante do SEBRAE citou o IFRN como um case de sucesso com suas incubadoras. Então essa é uma linha forte que temos, porém ainda precisa ser mais ampliada, consolidada e divulgada.

Apesar de o Sebrae praticamente não ser citado em documentos institucionais relevantes, tais como o PDI e o PPP, verificamos, na prática, que o órgão exerce forte influência no IFRN em assuntos relacionados ao empreendedorismo. Tal constatação é corroborada por estudos anteriores, como o de

Coan (2011). Nele, o autor, dentro da temática da educação para o empreendedorismo, realizou pesquisa também em um Instituto Federal, porém, do estado de Santa Catarina (SC), na qual constatou que “O Sebrae aparece como a entidade que mais influenciou e influencia ações voltadas ao empreendedorismo no IFSC” (Coan, 2011, p. 432).

6.3.3 Envolvimento individual do gestor com as políticas

Cientes sobre as políticas e ações empreendedoras existentes, bem como quem as elabora e implementa, procuramos verificar qual o envolvimento pessoal dos dirigentes institucionais nesse contexto. Dessa maneira, obtivemos as categorias: inter-relação, liderança, prospecção e representação, que são compatíveis com as funções inerentes aos cargos descritos no início deste capítulo. Os gestores destacaram seus papéis na articulação entre os *campi* ou com instituições externas, além de detectar possíveis projetos empreendedores em eventos de pesquisa. Ainda exercem o papel de preposto da instituição, além de comandarem pessoalmente o processo, no que foi nominado de “cultura do líder”.

G1 – É no sentido de tentar uma articulação com alguns colegas dentro da rede que estava se formando com os outros gestores de incubadoras e dos campi onde tinham essas iniciativas empreendedoras [...] Então, da minha parte, me dispus a articular com alguns colegas, gestores de incubadoras ou diretores de campi, para pensarmos em formar um núcleo gestor. Acho que seria uma ideia para fortalecermos essa política interna.

G2 – Atuava fazendo o link do campus com as instituições. A parte operacional ficava com o pessoal da coordenação e grupos de pesquisa dos trabalhos.

G3 – A minha participação como diretor, modéstia à parte, é muito grande porque nós temos uma cultura no IFRN, desde os tempos de EFRN, que é a cultura do líder. Se o diretor não está envolvido, a política não tem muita perspectiva de sucesso.

G4 – Eu participo todo ano das mostras tecnológicas que acontecem na SECITEX e observo dentre os projetos de pesquisa do campus quais podemos articular. Visito os laboratórios de pesquisa dos diversos cursos do nosso campus, participo da EXPOTEC, das atividades de extensão e outros eventos científicos para fazer a prospecção de projetos. Quando prospecto, direciono esses projetos para os editais.

G5 – Normalmente, o diretor de inovação é quem representa a instituição nessas parcerias e nesses conselhos, conforme relatei na pergunta anterior. É preciso que esse diretor conheça a política macro da instituição e a política local de cada campus.

6.3.4 Acompanhamento e avaliação dos projetos de empreendedorismo no âmbito das políticas

Acompanhamento, monitoramento e avaliação são fazes importantes de qualquer projeto. Quando se referem ao planejamento governamental no Brasil, Pares e Valle (2006) afirmam que as atividades de monitoramento e avaliação de políticas e programas assumem caráter estratégico para conferir maior qualidade ao gasto público e otimizar a obtenção de resultados pelo setor público. O IFRN não está fora desse contexto, até porque, como instituição pública, tem que prestar contas não só a sua própria gestão como também à sociedade. Especificamente no acompanhamento e avaliação dos projetos empreendedores, observamos que as estratégias são baseadas no mapeamento de egressos e professores, por indicadores do CERNE, por relatórios diversos de gestão, por relatórios de exigência do Sebrae e pelo sistema SUAP-EDU.

G1 – Sempre priorizamos a necessidade de dar retorno e informação de indicadores à própria instituição [...] Isso conseguimos fazer via Diretoria de Inovação e através dos próprios relatórios que o Sebrae exigia. Então, inicialmente foi muito no sentido de atender às demandas do Sebrae que desejava receber informações sobre os projetos que ela estava investindo [...] Posteriormente, ao passo em que as equipes fossem se qualificando, houve uma movimentação a fim de implementar o modelo CERNE, criado pela ANPROTEC, que já seria uma forma de instaurar um monitoramento e acompanhamento ao qual pudéssemos dar uma prestação de contas mais efetiva para a Instituição e medir, de fato, a nossa eficiência.

G2 – Alguns dos professores das áreas técnicas que eram envolvidos com as empresas e conheciam os proprietários, facilitavam o acesso dos alunos ao mercado de trabalho. Em contrapartida, dávamos o assessoramento ao aluno e indiretamente à empresa. A coordenação de extensão mapeava alunos e professores.

G5 – Desde as parcerias firmadas, onde os parceiros divulgam e participam da execução de um projeto [...] Há também, quantitativamente falando, sistemas de informação nas incubadoras que devem seguir uma série de critérios para se captar projetos e obter recursos financeiros.

G3 – Ao final de cada ano temos que entregar o relatório de gestão, e dentro dele temos ações previstas no PDI e no planejamento, que deve constar no relatório como ação cumprida ou não cumprida. Assim, de certa forma, temos um monitoramento, até porque somos cobrados pelos indicadores do TCU (Tribunal de Contas da União).

G6 – O nosso SUAP está sendo melhorado para permitir e facilitar o processo de acompanhamento de processos. Por exemplo, se estabelecemos um convênio, este estará registrado no SUAP. Além disso, teremos a interface desse processo com o planejamento, através da pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional que poderá tratar essas informações e colocá-las no nosso relatório macro de gestão.

6.3.5 Potencial de transformação local, empresarial e criação de emprego

Como último quesito relacionado às políticas, projetos e ações empreendedores no IFRN, questionamos aos gestores sobre qual balanço faziam do empreendedorismo em termos do potencial de transformação local, empresarial, criação de emprego, etc. Pedimos que citassem não só as potencialidades, como também limitações ou constrangimentos. Dessa forma, os gestores citaram como potenciais impactos: desenvolvimento de projetos empreendedores, gerar um ensino de qualidade, IFRN como um modelo institucional, promoção da sustentabilidade e geração de receita a partir da comercialização do sistema SUAP-EDU. Como limitações, foram mencionadas a comunicação com a sociedade, a gestão de pessoas e a infraestrutura das incubadoras.

G1 – Porém, logramos ótimos resultados no sentido do desenvolvimento de metodologias próprias de incubação e tivemos um retorno próximo das empresas incubadas que conseguimos graduar até o final desse processo.

G3 – Então, a incubadora tem um papel muito importante, além de dar essa visão do empreender, ela abre espaço para que projetos empreendedores passem por ali e permitam que os alunos façam suas práticas profissionais durante o curso, não apenas no final.

G2 – As pessoas passaram a ter oportunidade de receber um ensino de qualidade na rede pública. Além disso, na economia, trazíamos pessoas de fora para gerar comércio e circulação da moeda na cidade polo. Até nas cidades vizinhas, as pessoas criaram uma expectativa da melhoria da sua qualidade de vida, a partir do crescimento profissional e intelectual, pois muitas famílias carentes não tinham perspectiva.

G5 – Somos uma instituição que serve de modelo para outras instituições, tanto locais como nacionais e até mesmo fora do Brasil. Nosso case, nossa experiência é acompanhada e seguida por outras instituições. Isso é muito importante para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

G6 – A fábrica de briquetes vai ter um aluguel relativamente barato, mas terá um impacto social extraordinário [...] Então a cadeia produtiva da região terá um ganho econômico, social e principalmente ambiental.

G6 – [...] Posso citar o exemplo do SUAP [...] Se, por exemplo, existirem dez clientes e a venda de um sistema, estaremos gerando aproximadamente R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais) em uma única ação [...] Isso é empreendedorismo para nossa Instituição do ponto de vista econômico.

Convém destacar o depoimento de um gestor com relação à comunicação deficiente do IFRN. Tal fato também foi citado por quase 90% dos egressos, conforme visto no capítulo anterior.

G6 – O constrangimento, às vezes, existe por um motivo que precisamos atacar e é histórico na instituição; chama-se comunicação com a sociedade. Falo isso com a maior tranquilidade, pois temos uma dificuldade muito grande de se comunicar com a sociedade de forma clara e transparente.

Outro fator restritivo se relaciona à carência de pessoal capacitado para lidar com projetos empreendedores ou, com mais ênfase, à falta de estruturas de algumas das incubadoras. Nesse cenário, sugere-se uma reflexão quanto às políticas institucionais, pois o MIT visa ao fortalecimento das atividades de incubação de empresas e tem previsibilidade de instalar incubadoras em todos os *campi* IFRN. Ademais, o PDI (IFRN, 2014, p. 125) já previa que “um dos principais desafios para a manutenção e a sustentabilidade do programa é a composição de um quadro mínimo de pessoal em cada incubadora do IFRN posta em funcionamento, que passem a atuar com dedicação exclusiva em suas atividades”.

G3 – No entanto, é necessária uma melhor infraestrutura para essas incubadoras [...] Isso é uma crítica que fazemos. [...] Que tivéssemos uma infraestrutura ao dispor das incubadoras: técnicos administrativos, docentes, pesquisadores, espaço físico e recurso financeiro definido para proceder as ações de cada uma delas.

G1 – Já nos aspectos negativos, foi possível compreender que precisávamos nos estruturar melhor para uma segunda fase. Daí veio a ideia de dar um passo atrás com a pré-incubação (hotel de projetos).

G4 – O potencial de transformação não é muito usual, pois não existe um parâmetro ou uma receita que assegure que um projeto é muito bom e vai dar certo, porque existe o fator humano.

Pelo que observamos nos depoimentos, o êxito não foi obtido em algumas incubadoras, tendo uma delas, inclusive, regredido de incubadora para hotel de projetos (pré-incubação) por não ter estrutura física e de pessoal.

6.4 Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor e acompanhamento dos egressos

Para se desenvolver algum tipo de projeto, ou mesmo para o ensino, independentemente de sua especificidade, há a necessidade de suporte em diversos aspectos, tais como o pedagógico, o econômico e o da infraestrutura. Nessa concepção, procuramos saber a opinião dos gestores quanto à instituição oferecer algum suporte extra para alunos ou professores para o desenvolvimento do ensino empreendedor e se houve alguma preocupação com a formação dos profissionais que passaram a atuar nessa temática. Ainda buscamos estabelecer, a partir dos depoimentos, se havia relação entre os

objetivos ou metas dos cursos com o ensino do empreendedorismo, além de identificar as formas de acompanhamento dos egressos, principalmente para se saber caso tenham se tornado empreendedores.

6.4.1 Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor

Em linhas gerais, o PDI do IFRN especifica que

No tocante ao papel da educação profissional para o desenvolvimento tecnológico, tem-se como principal desafio apoiar financeiramente e incrementar o número de projetos de pesquisa aplicada à geração de inovações tecnológicas, isto é, pesquisas intensivas em conhecimento, com vistas à proteção da propriedade intelectual, ao licenciamento e à transferência das novas tecnologias para o setor produtivo. (IFRN, 2014, p. 67)

Para o efeito, estabelece que se deve fortalecer o NIT que, conforme visto, é um órgão vinculado à PROPI, o qual faz a gestão da Política de Inovação, incluindo a proteção da propriedade intelectual e o empreendedorismo. Mais adiante, define que

Essencialmente, deve manter e fortalecer os programas institucionais e as parcerias com empresas e agentes econômicos, visando contribuir para o desenvolvimento de atividades voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo, nos respectivos territórios de abrangência, mediante a criação de incubadoras de empresas de base tecnológica . . . (IFRN, 2014, p. 67)

Diante do exposto, espera-se que haja suporte aos professores e alunos para esse “fortalecimento” do empreendedorismo. No entanto, importa destacar, nas narrativas de alguns gestores, aspectos em contraponto ao preconizado no documento de diretriz institucional.

G3 – Não especificamente. Acredito que falta uma programação direcionada para essa qualificação. Tudo parte muito mais do que se tem disponível do que um programa específico voltado para o empreendedorismo.

G4 – Hoje, existem apenas as bolsas para alunos. Os contemplados são os que desenvolvem apoio à incubadora ou os que participam de projetos de pesquisa. O professor não tem qualquer suporte extra.

G6 – Temos de forma muito incipiente. Essa é a grande verdade! É algo pontual, muito mais por iniciativa do servidor do que propriamente de uma política arrojada, agressiva e planejada no sentido de capacitação das pessoas. Então, é importante registrar e termos a humildade suficiente para reconhecer isso.

Outros gestores citaram, como suporte, os editais para a seleção de consultores, a promoção de eventos culturais e científicos sobre a temática ou, ainda, a captação de recursos financeiros a partir de editais públicos ou de estímulos privados empresariais.

G1 – Cabe aos gestores articularem como isso pode se dar da melhor forma a exemplo da nossa incubadora tecnológica, que lançou um edital interno para seleção de consultores. Isso, ao meu ver, foi um dos melhores momentos da incubadora.

G5 – Oferece sim e precisa oferecer cada vez mais. Ela precisa de recursos financeiros específicos [...] Também tem usado esses recursos para melhorias do ambiente físico empreendedor, onde ficam empresas incubadas ou o hotel de projetos, e em eventos que a instituição promove, sejam científicos ou culturais, sempre com viés empreendedor.

G5 – Ela precisa de recursos financeiros específicos [...]Esses recursos quase sempre funcionam como contrapartida de recursos de maior monta que captamos em editais públicos ou de estímulos privados empresariais, tais como bancos privados, o Sebrae e outras instituições que promovem o empreendedorismo no Brasil.

Corroborando com o exposto pelos gestores no tocante à falta de apoio para os professores que trabalham com a temática em questão, os testemunhos a seguir evidenciam tal contexto a partir do voluntariado dos docentes para trabalhar com o empreendedorismo. Um dos gestores relatou a criação de um sistema de retribuição, no qual, a partir de um edital do *campus*, o docente poderia se beneficiar por um “*hall* de ganhos” e participar do processo.

G2 – Não tivemos suporte extra. Eram voluntários. Existiam pessoas que acreditavam e tinham potencial e incentivamos essas pessoas.

G4 – Os professores sempre foram voluntários não existindo qualquer gratificação.

G1 – [...]conseguimos montar uma equipe, a princípio de professores, com base num sistema de retribuição. Montamos através de previsto no edital, benefícios aos participantes, tais como contagem de horas e experiência curricular. Em parceria com a diretoria acadêmica, conseguimos elencar um hall de ganhos para os docentes e os que se disponibilizaram para serem consultores obtiveram tudo isso como benesse pela contribuição.

Essa ambivalência entre o PDI e os depoimentos dos gestores entrevistados quanto ao suporte oferecido será ratificada a seguir, sob a ótica da formação dos profissionais.

6.4.2 Formação dos profissionais para atuar na temática

Conforme visto no ponto anterior, o suporte narrado pelos depoentes foi pautado pela ausência de apoio ou pelo voluntariado. Já quanto à preocupação específica com a formação dos profissionais que irão atuar na temática do empreendedorismo, observamos uma ausência de formação específica e, mais uma vez, uma espécie de “Sebrae-dependência” para fornecer tal capacitação. Há, também, a

capacitação a partir da principal incubadora do IFRN, a do Natal-Central, além da boa vontade de professores voluntários que se sensibilizem pela causa.

G1 – [...] Trouxemos os consultores do SEBRAE para capacitar esse pessoal e a própria ITNC (Campus Natal Central) que já estava num ponto mais avançado. Fomos lá e eles vieram aqui.

G6 – Não existe de forma direta. Está muito subliminar. Nossos projetos de planos de cursos tratam essa questão muito mais como uma possibilidade do que como uma ação que é estratégica para a formação do estudante.

G5 – [...] percebemos que alguns professores têm facilidade e querem fazer parte da temática. Assim, acabamos trabalhando com esse perfil [...] De forma concreta, não obrigamos ninguém a ser um professor empreendedor. Fazemos uma sensibilização com os professores para que venham a ambientes de inovação e empreendedorismo e assim mudem a forma de ver o mundo e de aplicar o seu conhecimento junto aos alunos.

G2 – Recebíamos orientações periódicas do SEBRAE e dos professores voluntários.

G3 – Hoje, na nossa instituição, as ações são dadas na forma de seminários, a partir de algum profissional que tem o perfil e disponibilidade para disseminar palestras, ou trazendo parceiros externos, como o SEBRAE, para capacitação.

G4 – Temos, pelo menos, duas reuniões anuais para capacitação das incubadoras e NITs. São ofertados cursos que são lecionados pelos próprios gestores de outras incubadoras do IFRN.

É importante ressaltar que já houve uma tentativa, por parte da instituição, de formar especificamente professores para o ensino do empreendedorismo. Datada do início deste século XXI, foi um projeto de alcance nacional do MEC em parceria com o Sebrae e o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC (LED/UFSC), intitulado de “Projeto Integrado de Formação Empreendedora na Educação Profissional de Nível Técnico”. Esse programa teve como base

Os pressupostos estratégicos da nova educação profissional brasileira, orientado a contribuir para a solução dos problemas nacionais por meio do ensino do empreendedorismo nas escolas de ensino médio e de educação profissional, desenvolvendo uma capacidade empreendedora efetiva por parte dos estudantes e seus educadores. (LED, 2000, pp. 19-20)

O Programa objetivou que professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) pudessem desenvolver e fortalecer o espírito empreendedor a partir de uma capacitação comportamental, contribuindo para a promoção da cultura empreendedora nas escolas contempladas pelo programa. Nessa conjuntura, o IFRN, à época chamado CEFET-RN, ofereceu o curso de formação empreendedora na educação profissional com o objetivo de disseminar a cultura empreendedora e operacionalizar o ensino do empreendedorismo com a possibilidade de participação de todos os professores da instituição.

Inclusive, esse projeto foi mencionado e avaliado em nossa dissertação, que, em pesquisa realizada junto aos professores, concluiu que a maioria, 83,4%, dos que participaram do projeto avaliaram que este teve nenhum, baixo ou pequeno impacto em sua postura em sala de aula (Paiva, 2002, p. 85). Na ocasião, concluímos que a pretensa formação em massa de professores para se comprometerem com as causas do empreendedorismo protagonizada pelo projeto não cumpriu seu objetivo, segundo a avaliação dos próprios proponentes. Além do mais, a certificação compulsória e as verbas públicas aplicadas no projeto não tiveram correspondência com os objetivos traçados.

6.4.3 Relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo

Conforme visto, o IFRN tem, entre outras finalidades, o objetivo de promover a educação profissional e cidadã de qualidade nas diferentes modalidades e níveis de ensino, desde a oferta de cursos de formação inicial e continuada aos cursos técnicos, chegando aos cursos de nível superior de graduação e de pós-graduação. A variedade de ofertas é extensa. Há ensino médio profissionalizante, com diversas formas de atuação, desde o formato EJA, passando por cursos de menor duração de formação inicial e continuada (FIC), ensino técnico integrado e subsequente ao médio, além da modalidade EaD e da educação superior, com graduação e pós-graduação *latu e stricto-sensu*.

Quanto aos objetivos dessa vastidão de cursos e modalidades de ensino, existem pontos em comum referendados pelo PPP do IFRN, porém, existem especificidades peculiares a cada curso. Alguns cursos expressam a capacidade empreendedora como um dos perfis profissionais desejados, como por exemplo, o Curso Técnico Integrado em Informática¹¹⁵. Outros, como o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo¹¹⁶, inserem o caráter eminentemente empreendedor em seu objetivo geral. Há, ainda, os cursos que não fazem menção ao empreendedorismo explicitamente. Nessa perspectiva, questionamos aos gestores se existe e qual é a relação entre os objetivos/metasp dos cursos e o ensino do empreendedorismo.

Observamos, nos depoimentos, o pensamento de formar o aluno empreendedor, em concordância com os princípios da pedagogia empreendedora, e até sugestões de como articular o ensino do empreendedorismo.

¹¹⁵ Entre os perfis profissionais desejados, o egresso dessa área será qualificado, entre outros aspectos, a ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e a ter a capacidade empreendedora (fonte: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/cursos/cursos-tecnicos-integrados/informatica.html>, recuperado em 2017).

¹¹⁶ Segundo o site institucional do IFRN, “O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tem como objetivo geral a formação de profissionais aptos a atuar no processo de planejamento e desenvolvimento da atividade turística, de forma sustentável e inovadora, tanto em âmbito público quanto privado, com **caráter eminentemente empreendedor** [grifo nosso] e ações pautadas nos princípios de ética, cidadania, equidade social, respeito à diversidade cultural e a sustentabilidade socioambiental e econômica” (fonte: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-graduacao/tecnologia/tecnologia-em-gestao-do-turismo/view>, recuperado em 2017).

G2 – Todos os cursos do IF preparam o aluno não só para ser um simples empregado de uma empresa. Acredito que eles dão condições aos alunos para que sejam empreendedores e criem sua própria empresa ou fábrica.

G5 – Partindo do ponto em que há um entendimento da instituição [...] deve-se, dentro do possível, colocar o ensino do empreendedorismo em paralelo ou dentro de outras disciplinas objetivando que o estudante não seja formado apenas para ser mão de obra do mercado, mas ser dono do seu próprio destino. Ser empreendedor é uma das possibilidades.

G3 – [...] temos depoimentos de vários empresários, das universidades da região que tem incubadoras e do próprio SEBRAE que utilizam o seguinte termo: “o estudante do IFRN é diferenciado”. Diferenciado em que? Diferenciado nessa visão empreendedora [...] Ou seja, é um aluno que tem características do que vivencia na instituição, como aspectos de liderança, empreendedorismo, como agir em determinadas situações, sua postura profissional.

Outros gestores não citaram diretamente a relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo, porém ressaltaram que essa resposta está contida em documentos institucionais, tais como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), o PPP e o PDI. Outros citaram a incubadora tecnológica ou visitas técnicas de campo para estabelecer a relação entre o empreendedorismo e as metas dos cursos.

G3 – Essa relação existe a partir do PPC (Projeto Pedagógico do Curso). Se forem observados os planos de cursos das disciplinas, existe, na forma documental e no próprio PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição, a preocupação com a questão empreendedora.

G4 – As metas não são muito claras. Existem através das coordenações dos cursos. Por exemplo, todo ano realizamos a feira de empreendedorismo no nosso campus.

G1 – Como falei, na questão do hotel de projetos, conseguimos enxergar projetos tocados pela incubadora andando em parceria com disciplinas, como elaboração de um plano de negócios e cadeiras voltadas para o empreendedorismo.

G3 – O que ajuda muito essa questão do empreendedorismo são as visitas técnicas de campo às empresas da região [...] Nelas, os estudantes veem, in loco, as possibilidades de empreender num determinado nicho de mercado. Na minha opinião, essas visitas técnicas são o elo mais forte que une o que está nos PPC e PPP com o fazer dos professores e alunos nessa visão empreendedora.

6.4.4 Acompanhamento dos alunos egressos

Para Deluiz (2003), o acompanhamento de egressos pelas instituições de ensino públicas constitui-se como um requisito fundamental das políticas educacionais, podendo ser uma das formas de avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e de Programas de Educação Profissional. Segundo a autora, as avaliações podem objetivar a investigação dos efeitos e/ou resultados das ações de Educação Profissional, buscando analisar impactos objetivos e subjetivos. Os

resultados objetivos têm relação com a mudança efetiva “nas condições sociais prévias de trabalho e vida dos egressos dos cursos”. Os impactos subjetivos estão “relacionados às mudanças na percepção dos concluintes sobre a sua qualidade de vida, expectativas e necessidades” (Deluiz, 2003, p. 173).

Para Costa (1998), o acompanhamento de egressos não pode ser concebido como apenas um controle estatístico dos que estão ou não no mercado de trabalho; ele deve ir além disso. De acordo com a autora, com o acompanhamento de egressos, a escola deixa de ser apenas um local de transmissão de um saber elaborado e passa a ter um compromisso social, envolve-se na verdadeira realidade de atuação de seus egressos, buscando conhecer as condições de trabalho em que atuam, as atividades que desenvolvem, as dificuldades enfrentadas em termos de conhecimento geral e técnico e as novas exigências do mercado de trabalho, devido às constantes inovações tecnológicas.

O IFRN dispõe de uma ferramenta de acompanhamento dos egressos designada de Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE), que

. . . vem atender as recomendações do MEC, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação, nos níveis básico e superior. Segundo a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.861/2004, constitui-se em elemento estratégico a avaliação da responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, entre outros aspectos. Neste intuito, instituições de ensino públicas devem implantar uma Política de Acompanhamento dos Egressos, programas de educação continuada e uma série de outras ações. (IFRN, 2018, p. 13)

Especificamente na relação entre a PAE e o empreendedorismo, há a recomendação

. . . de se buscar, efetivamente, expandir os mecanismos de orientação aos alunos e egressos no desenvolvimento de atividades empreendedoras, especialmente, aquelas voltados à criação de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) a serem apoiadas por incubadoras de empresas do IFRN, conforme prevê a resolução nº 31/2017- CONSUP, que estabelece a Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Empreendedorismo do IFRN. (IFRN, 2018, p. 209)

Porém, apesar de manter esse acompanhamento dos egressos por meio de uma política institucional, os depoimentos dos gestores sugerem que não há acompanhamento ou que é difícil sistematizá-lo.

G3 – Não temos esse acompanhamento [...] Temos esse acompanhamento que acontece no cotidiano, mas não temos efetivamente uma ferramenta de monitoramento para identificar quem está empreendendo no mercado.

G4 – Assim, nas feiras de empreendedorismo posteriores, sempre procuramos ir atrás dos alunos egressos para saber se eles estavam empreendendo. Mas é muito difícil [...] A iniciativa foi particularmente minha [...] Não houve participação do campus, seja da extensão ou outro setor em buscar essa informação. Seria bom que isso acontecesse de forma sistemática por parte do campus.

G2 – A política de acompanhamento dos egressos é uma coisa muito difícil de ser feita [...] Mas, reforço que tentamos viabilizar e otimizar o processo de outra forma, porém sempre foi muito difícil.

G1 – [...] Atualmente, aqui no campus, não estamos tendo eficácia para esse acompanhamento [...] elaborar uma metodologia para esse acompanhamento e ter uma equipe é um ponto em que ainda não obtivemos êxito.

Apesar de não citar nominalmente a PAE, apenas um gestor respondeu que havia o acompanhamento institucional. Outro relatou que estava a ser criado um sistema, via SUAP-EDU, para tal finalidade.

G5 – Existe de forma sistêmica, a nível das pró-reitorias de ensino e extensão e isso se materializa nos campi com suas respectivas diretorias. De tempos em tempos, se averigua a situação dos alunos egressos na instituição como um todo. Se estão empregados, se são empreendedores, se estão desempregados, se verticalizaram para outros níveis de educação, seja no IFRN ou em outras universidades.

G6 – Tivemos recentemente uma pesquisa, fruto da dissertação de mestrado de um servidor nosso, que trata desse tema. A partir dessa pesquisa estamos criando um sistema de acompanhamento de egressos permanente, dentro do SUAP e sob a responsabilidade da pró-reitoria de extensão.

Dessa forma, observamos uma ambivalência entre a política existente e o discurso da quase totalidade dos gestores. No ponto a seguir, analisaremos as mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e a projeção de novas políticas, ações ou projetos nessa temática.

6.5 Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas

O último dos quatro temas norteadores de nossa análise teve como objetivo, a partir das perspectivas dos gestores participantes, avaliar as mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN para os alunos e os professores e a relação da instituição com empresas e outras instituições. Além disso, teve como finalidade verificar se existem e quais seriam os projetos para a implantação de novas políticas públicas e, também, que metas ou indicadores o instituto projeta construir a partir das experiências em curso.

6.5.1 Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN

Especificamente nesta temática, a perspectiva dos gestores é a de que as mudanças contribuem para a formação de um ambiente empreendedor, para a abertura de negócios, para estabelecer inter-relações, para a formação de mão de obra e para o fortalecimento institucional. Mencionaram, ainda, haver uma desagregação interna ante as políticas institucionais. Em concreto,

esses resultados são apresentados pelos gestores nos seguintes enunciados ilustrativos de posições mais significativas com relação àquelas mudanças atrás indicadas.

G6 – É positiva, mas ainda é muito incipiente porque é dispersa e não tem uma concentração de ações que demonstrem isso. Então, o que está acontecendo em Mossoró, em Pau dos Ferros ou em outros campi, fica muito localmente e não estamos trazendo esses casos para um benchmarking maior institucional. As ações não são integradas. O empreendedorismo não faz parte de uma política maior da instituição.

G1 – Nos aproximamos de outras incubadoras que não são do IFRN, pois vislumbrávamos um enorme potencial de construir algo voltado para o empreendedorismo na região potiguar.

G4 – Quanto a relação da instituição com empresas e outras instituições, posso citar que tivemos um aluno que fez o curso “Despertar” [...] percebendo uma carência em nossa cidade, abriu uma franquía de curso de inglês. Depois abriu outro cursinho na área tecnológica [...] e posteriormente abriu um restaurante [...] Nesse caso, percebemos que isso também é praticado por outros alunos.

G2 – Isso é de fundamental importância [...] O que se observava é que alguns alunos, principalmente do subsequente, após a conclusão do curso, abriam suas próprias fábricas.

G5 – Acho importante que essa educação empreendedora se materialize em coisas concretas para a sociedade. Dou como exemplo termos um grupo de alunos que, ao terem uma formação empreendedora, possam materializar em uma ideia de negócios. Inicialmente essa ideia rumou para o hotel de projetos e depois se formaliza numa empresa incubada.

G1 – Que os alunos possam entender que na sua formação em sala de aula, atividades de pesquisa ou extensão, eles já estão empreendendo. Em algum momento eles podem ter a iniciativa de criar algo de valor. É a questão da cultura empreendedora. Muito se fala em criar essa cultura.

G1 – Interagimos com as instituições que tenham, mais ou menos, o nosso mesmo perfil, no sentido educativo-empreendedor.

G2 – Os empresários locais se colocaram em alta expectativa para com a formação dos alunos [...] Aí se observa o nível de confiança que o empresário depositava na formação dos nossos alunos. Por isso que os alunos, logicamente os que desejaram, tiveram facilidades de se inserir no mercado de trabalho.

G5 – De forma específica, o empreendedorismo com criação de empresas ainda é algo novo para a instituição [...] De forma relativa, diria que há um sucesso muito grande. Meço isso ao ver outras instituições que nos observam e nos seguem. Tanto os resultados gerais da instituição, assim como os resultados pessoais dos alunos e professores são bons. Diria que o empreendedorismo é um dos pontos que contribuem para que a instituição continue bem conhecida e respeitada.

6.5.2 Projetos para a implantação de novas políticas públicas

Como já visto no ponto anterior, o empreendedorismo tem significações positivas sob a perspectiva dos gestores participantes. Assim, procuramos estabelecer se existiriam e quais seriam os projetos para a implantação de novas políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo na

instituição. Verificamos que as intenções eram relacionadas à melhora das infraestruturas, a transformar o SUAP-EDU em negócio, ao fortalecimento de empreendimentos solidários, à implantação de um parque tecnológico e à internacionalização para a capacitação docente na temática do empreendedorismo. Destoando dos demais, um dos gestores afirmou não haver qualquer diretriz específica quanto a novos projetos empreendedores.

G6 – Do ponto de vista institucional, queremos melhorar esse processo de sistematização e a ponta de lança disso será o SUAP [...] A partir do momento em que construirmos o normativo de como trabalhar o SUAP como um negócio e consolidá-lo, teremos uma rotina e um resultado. Isso, certamente, gerará uma ação interna, uma demanda interna que vai culminar com uma política interna de ações nessa área do empreendedorismo.

G4 – Ultimamente, dado a experiência com o IFSol (Incubadora Tecnológica para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do IFRN), temos desenvolvido empreendimentos com impacto social.

G2 – Não existia diretriz específica. O campus estava tão envolvido com a sociedade que as ações e políticas saíam naturalmente. Nós não planejávamos. O objetivo era manter a incubadora funcionando.

G5 – [...]tem que manter projetos a nível local através de parcerias com empresas locais, órgãos públicos, captação de recursos junto a agências de fomento vinculadas aos ministérios da educação, ciência e tecnologia, e também a internacionalização da instituição para buscar conhecer experiências em outros países, tanto na América do Sul, quanto na Europa, principalmente para formação dos professores. Isso passa a ser um atrativo para os professores buscarem formação em outros ambientes que tem o empreendedorismo como algo natural. Assim, quando o professor retornar, poderá mudar sua mentalidade e pode-se tornar mais fácil praticar o empreendedorismo no IFRN.

Obstante esses testemunhos, podemos confirmar aspectos já retratados neste capítulo. É relevante ressaltar que existem em alguns documentos institucionais diretrizes relacionadas a ações ou políticas empreendedoras e que esses contêm metas ou indicadores. Ressaltamos que nosso objetivo foi obter a percepção dos gestores com a finalidade de buscar evidências corroborativas com os documentos institucionais.

6.5.3 Metas ou indicadores a se construir a partir das experiências em curso

Conforme visto no Capítulo 2, o PDI é um plano de ação no qual se baseiam as atividades do IFRN nos campos de ensino, pesquisa, extensão e gestão organizacional. Uma de suas partes, o planejamento institucional plurianual, constitui a dimensão nove do PDI, “na qual são descritos todos os objetivos estratégicos e **metas** de desempenho, bem com os seus respectivos **indicadores** [grifo nosso] e forma de cálculo” (IFRN, 2014, p. 24). Sendo assim e caminhando para as ações que se referem ao empreendedorismo, o documento apresenta alguns apontamentos. O primeiro deles aparece no contexto do desenvolvimento da pesquisa institucional, sob a justificativa da globalização,

colocando temas de ciência e tecnologia em pauta. Assim, a pesquisa e a inovação do IFRN devem estar comprometidas com a difusão do conhecimento na área.

Para o efeito, são propostas algumas diretrizes, dentre elas o “Fortalecimento da cultura de empreendedorismo e inovação para promover a geração de empreendimentos e de ativos em propriedade intelectual em ambiente institucional” (IFRN, 2014, p. 121). Nesse contexto, como último tópico do nosso quarto tema norteador, procuramos identificar na compreensão dos gestores que metas ou indicadores se projeta construir a partir das experiências em curso relacionadas ao empreendedorismo. Observamos, desse modo, que uma das metas é ampliar ou obter recursos para a melhoria estrutural das incubadoras, o que corrobora com outros discursos dos gestores já relatados neste capítulo.

G4 – As incubadoras não têm recursos próprios. Para conseguirmos recursos, temos que ir atrás de editais. Todas as incubadoras buscam o CERNE, pois essa certificação facilita a obtenção de recursos [...] e assim tentaremos, no próximo ano, ter o CERNE [...] Essa é nossa principal meta.

G5 – Geralmente essas informações atualizadas constam no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), mas diria que uma das metas é ampliar o número de incubadoras no IFRN.

Outro argumento se prende à necessidade de se construir ou solidificar parcerias ou, ainda, de que os alunos efetivamente criem negócios, sejam eles de cunho economicista empresarial em essência ou travestidos sob o manto da sustentabilidade.

G1 – Os indicadores mais importantes que temos que construir são as parcerias. Temos que perceber até onde podemos ir quando nos dispomos a trabalhar algo voltado para o próprio mercado [...] Se você trabalhar o empreendedorismo, precisamos atingir outras áreas que o campus não detém e precisa-se galgar as parcerias. Isso é o indicador que temos que fortalecer bem.

G1 – Percebemos muita gente que insiste na questão de fazer “a arte pela arte”, ou na política de balcão – busca por patrocínio ou incentivos governamentais etc. A gente não vê isso como algo que se mantenha, que dê longevidade ao trabalho daquele artista. Queremos que eles se estruturam, saibam se planejar, se captar financeiramente etc. Seria então o empreendedorismo já partindo para o lado empresarial.

G6 – O que precisamos ter aqui, sob a ótica do empreendedorismo, são ações de sustentabilidade. Falo de sustentabilidade de uma forma ampla e não restrita. Na hora em que tivermos ações dos alunos, desenvolvidas de forma sistemática, com ordenamento jurídico etc., e essas ações se transformarem em negócios ou em propulsores de negócios, teremos retornos de diferentes formas. Pode ser retorno no aspecto financeiro, social ou ambiental que são os pilares dessa sustentabilidade a que me referi.

Em contraponto com nosso questionamento, houve quem não estabelecesse qualquer meta/indicador ou, ainda, quem não reivindicasse a concepção novas políticas públicas

empreendedoras face às existentes parecerem estar desintegradas no contexto *multicampi* em que se enquadra o IFRN.

G2 – A princípio, não planejamos estabelecer metas ou indicadores.

G6 – [...] trataremos das novas políticas públicas relacionadas ao tema. A palavra-chave é institucionalizar essas questões. O exemplo que falei do campus de Santa Cruz, já se faz em todos os campi do IFRN. Já se tem essa ação empreendedora, sem necessariamente se ter uma política descrita. Porém é preciso institucionalizar isso, pois indicadores e metas são importantes para nossa avaliação e para dar respostas a sociedade por conta do dinheiro público empregado.

6.6 Síntese do capítulo

Este capítulo procurou compreender as percepções sobre o empreendedorismo por parte dos gestores do IFRN envolvidos na formulação de políticas, projetos e práticas empreendedores da instituição. Constatou-se que esses gestores definem o empreendedorismo com o viés comportamental ou atitudinal, em consonância com o narrado em nosso referencial teórico, nomeadamente o Capítulo 1. As definições de todos os gestores resultaram no que denominamos de “Perfil empreendedor” ou “CCEs”, articulados às abordagens econômicas, mas, sobretudo, às abordagens comportamentais. Essas duas categorias são muito recorrentes em textos que abordam o empreendedorismo e, principalmente, a educação empreendedora.

Todos os gestores foram unânimes em destacar os grandes e positivos impactos do empreendedorismo para a sociedade e, sobretudo, para a economia. Ainda ressaltaram que o empreendedorismo pode ser a solução para a crise do emprego formal, posicionando-se em conformidade com alguns postulados dessa temática e suas abordagens na educação, que apresentam o empreendedorismo como um caminho a se trilhar com a possibilidade de se ascender socialmente e, conforme narrado por um dos gestores, de se depender menos das políticas públicas para a geração de empregos. Observa-se, dessa forma, que a educação, de modo geral e, neste caso, para o empreendedorismo, é concebida por seus adeptos como uma estratégia pragmática de suposta resolução de problemas da sociedade, tais como o baixo crescimento econômico, o desemprego e a má distribuição de renda, dentre outros, porém, eles não mencionam nem têm um olhar crítico sobre as causas desses problemas.

Ao associar empreendedorismo e educação, houve consenso entre todos os gestores, pois apenas uma categoria emergiu da nossa análise – a Pedagogia Empreendedora. Os testemunhos apresentados nos levam a crer que as obras e ideias de Fernando Dolabela, idealizador de tal

pedagogia, parecem ter encontrado prosélitos não só entre os gestores, mas também nos alunos egressos, conforme visto no Capítulo 5. Os dirigentes apontam que essa associação é um “vínculo perfeito” e que, para tal contexto, é necessário se “ensinar” as características empreendedoras e que se passe a encarar o ser empreendedor como um “modo de vida”. Vão além e propõem um novo perfil do professor – o “professor empreendedor”.

Quanto aos projetos, políticas e ações empreendedores existentes no IFRN, foram citadas atividades relacionadas aos currículos formal e informal, infraestruturas, projetos (de pesquisa, de extensão e sociais), além de relações de mentoria ou parceria interna ou externa. Convém ressaltar a ativa participação do Sebrae em todas as categorias citadas, seja direta ou indiretamente.

No que concerne aos agentes que implementam tais políticas, emergiram, como esperado, os órgãos institucionais que têm tal incumbência, conforme o Regimento Geral do IFRN (Regimento Geral, 2010), estejam eles no contexto local de cada *campus* ou de forma sistêmica, via Reitoria. Também foram citados agentes externos e parcerias com universidades internacionais. Já com relação ao envolvimento pessoal dos gestores, observamos que agem como articuladores dos processos, estabelecendo uma inter-relação com outras instâncias internas ou externas ao IFRN. Além disso, destacaram o papel de liderar os processos, além do de prospectar possíveis projetos empreendedores em eventos de pesquisa ou extensão e, ainda, de desempenharem a função de representantes institucionais.

No tocante ao acompanhamento e avaliação dos projetos empreendedores no âmbito das políticas existentes, os depoimentos dos gestores evidenciaram que as estratégias são baseadas no mapeamento de egressos e de professores, por indicadores do CERNE, nos relatórios diversos de gestão e de exigência do Sebrae, além do sistema SUAP-EDU.

Com relação ao potencial de transformação local, empresarial e de criação de emprego, os depoentes citaram potencialidades e limitações. Os aspectos mais positivos, tais como o desenvolvimento de projetos empreendedores e gerar um ensino de qualidade já foram comentados neste capítulo. No entanto, as limitações merecem maior atenção e podem ser um sinal em prol de mudanças de posturas frente a outras temáticas que não o empreendedorismo. Nessa perspectiva, destacamos a menção de uma comunicação deficiente com a sociedade, descrita por um gestor como um fato histórico na instituição. Outra limitação descrita se refere à carência de pessoal capacitado para lidar com projetos empreendedores ou, com mais ênfase, à falta de estruturas de algumas das incubadoras.

Do ponto de vista da maioria dos gestores, o suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor demonstra ambivalências com relação ao que preconizam alguns documentos institucionais. Ao passo que o PDI (IFRN, 2014) indica que deve haver um fortalecimento dos programas institucionais e das parcerias com empresas e agentes econômicos, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de atividades voltadas ao fomento do empreendedorismo, alguns gestores destacaram que o suporte é incipiente, escasso ou até mesmo inexistente. Revelam que alguns professores não trabalham com a temática, pois não recebem qualquer benefício, seja pecuniário ou não, para esse fim. O que se tem são professores que são voluntários a partir de certo alinhamento com a temática. Em contraponto, outros gestores citaram que há suporte através de editais para a seleção de consultores ou para a captação de recursos financeiros, além da promoção de eventos culturais e científicos sobre a temática.

Conforme visto no parágrafo anterior, o suporte narrado pelos depoentes foi pautado pela ausência de apoio ou pelo voluntariado. Já quanto à formação dos profissionais que irão atuar na área do empreendedorismo, observamos, nos testemunhos dos gestores, uma ausência de formação específica e, mais uma vez, uma espécie de “Sebrae-dependência” para fornecer tal capacitação. Há, também, a capacitação a partir da principal incubadora do IFRN, a do *campus* Natal-Central ou, ainda, a boa vontade de professores voluntários que se sensibilizam pela causa.

Focando-se na relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo, esta análise revelou que, genericamente, os gestores creem na formação do aluno empreendedor, compactuando com os princípios da pedagogia empreendedora. Já a opinião dos gestores quanto ao acompanhamento dos egressos merece atenção especial. Apesar de haver uma diretriz institucional para essa finalidade, a PAE, nenhum gestor a citou ou a mencionou. De forma tênue, apenas um gestor citou a responsabilidade da pró-reitoria de extensão em desempenhar a função. Os demais disseram não haver acompanhamento, que era difícil sistematizá-lo ou que seria implantado um sistema para tal finalidade. Tal ambiguidade pode direcionar a instituição a rever os procedimentos relacionados ao acompanhamento dos egressos, pois, conforme nos relata Deluiz (2003), o acompanhamento de egressos pelas instituições de ensino públicas constitui-se como um requisito fundamental das políticas educacionais.

Sobre as mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN, muitos dos testemunhos dos gestores nos permitiram observar conotações positivas sobre o impacto do empreendedorismo na instituição. Os discursos compactuaram com o que os gestores já tinham dito

anteriormente a respeito dos benefícios do empreendedorismo, seja para a sociedade, seja para formar alunos empreendedores que, de fato, abram negócios. Aludiram à importância de se ter uma educação e uma cultura empreendedora e destacaram que a prática do empreendedorismo está implícita seja nas atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão. Ainda, intitularam o IFRN como uma instituição empreendedora, com a capacidade de ser referência para outras a partir dessa temática. Finalmente, expuseram que há uma desintegração de ações, de modo que o empreendedorismo não faz parte de uma política macro institucional.

Por fim, sobre projetos de implantação de novas políticas públicas e de metas ou indicadores a se construir a partir das experiências em curso, os dirigentes citaram melhorias em infraestrutura ou a obtenção de recursos para as incubadoras, a consolidação de parcerias e de projetos existentes, a incubadora de empreendimentos econômicos solidários, além da internacionalização para capacitação docente na temática do empreendedorismo a partir de experiências exitosas em ambientes empreendedores.

Capítulo VII – Conclusões e recomendações

Este último capítulo de nossa tese está estruturado em três seções. Na primeira, “Considerações finais”, exaltamos a importância da temática do empreendedorismo e a relevância de analisá-la junto a um Instituto Federal brasileiro. Além disso, revisitamos conceitos estruturantes do estudo e sintetizamos os seus principais resultados na perspectiva dos objetivos da pesquisa. Na segunda seção, “Ineditismo e limitações da investigação”, procuramos ressaltar, a partir das conclusões, o que nossa pesquisa trouxe fora do *mainstream* sobre a temática e quais foram os percalços ou constrangimentos ocorridos durante a investigação. Por fim, realizamos indicações e recomendações ao IFRN no contexto das políticas, projetos e ações empreendedores, bem como lançamos as vias para que se possa dar continuidade ao nosso estudo.

7.1 Considerações finais

Importância da temática e revisitação ao nosso aporte teórico

É cômico que a temática do empreendedorismo vem se difundindo cada vez mais, tanto por meio de pesquisas, quanto por meio da execução de projetos práticos. Nosso trabalho procurou identificar e analisar as políticas públicas, programas e agentes envolvidos na promoção do empreendedorismo, bem como contribuir para uma (re)inovação conceitual do empreendedorismo em uma perspectiva crítica e multidimensional no IFRN. Nesse contexto, procuramos, inicialmente, apresentar o enquadramento do termo “empreendedor” e a evolução do empreendedorismo em suas principais abordagens.

Desse modo, no Capítulo 1 do nosso referencial teórico, realizamos um resgate histórico a partir dos autores clássicos da economia que relacionavam a figura do empreendedor às pessoas que criavam empresas ou novos empreendimentos, desenvolviam negócios, sempre atentas aos sinais do mercado, seja para criar novas oportunidades ou para identificar novas formas de inovar. Nessa perspectiva, abordamos os economistas que deram maior visibilidade ao termo, a partir da consolidação da sociedade capitalista.

Como o empreendedorismo apresenta raízes em outras áreas do conhecimento, não podíamos nos restringir ao empirismo ingênuo de estudos que se limitavam a estudar o empreendedor apenas sob a concepção puramente econômica. Dessa forma, observamos que outras disciplinas passaram a se apropriar da temática como objeto de estudo, nomeadamente a Psicologia, a Sociologia e a Administração. Estas seguem uma lógica evolutiva marcada pelo contexto histórico e passam a

escrutinar o agente empreendedor, a sua atuação, a complexidade de suas funções e as suas características e comportamentos.

Com o objetivo de obter enquadramento aos nossos objetivos de pesquisa, versamos ainda sobre algumas acepções a respeito do tema que nominamos de “neocontemporâneas”. Assim, apresentamos o perfil empreendedor e as CCEs e o empreendedorismo regional, do conhecimento e social. O intuito foi abordar uma perspectiva mais atual do empreendedorismo, ampliando a visão dos conceitos antes abordados e possibilitando uma reflexão sobre a formação do indivíduo empreendedor e sua atuação na sociedade. Cumprimos, então, o primeiro objetivo específico da pesquisa que foi o de identificar as origens e os pressupostos do empreendedorismo e os principais domínios de vinculação nas áreas econômica, comportamental e sociológica.

No Capítulo 2 do nosso referencial teórico, analisamos como o empreendedorismo passou a compor a agenda da educação. Inicialmente, abordamos os eventos de maior expressividade nos contextos europeu e brasileiro. Observamos que a temática adentrou na área da Educação, com mais destaque, na década de 80 do século XX. À época, houve uma proliferação de publicações sobre o empreendedorismo na literatura educacional, muitas vezes, sob a justificativa de uma suposta crise vivida pela educação, que não apresentava soluções para o desemprego. Desse modo, observamos que organismos internacionais, como a UNESCO, capitanearam ações em prol, dentre outros princípios, de propalar a educação para o empreendedorismo.

Justificando-se com base nos pressupostos da teoria do capital humano, a UE, seja pela Estratégia de Lisboa, pelo relatório Delors ou pelo Processo de Bolonha, parte do princípio de que a missão de abordar e formar perspectivas empreendedoras competiria às escolas. À educação, caberia fornecer, de alguma forma, os direcionamentos para o mundo globalizado, complexo e dinâmico e, ainda, os aparatos necessários para orientação nele. Assim, propuseram o fomento para se ter iniciativa, sinergia de grupo, o autoemprego e o espírito empreendedor, com o objetivo de tornar o espaço econômico europeu no mais dinâmico e competitivo do mundo e, ainda, garantir um crescimento sustentável com mais empregos e com maior coesão social. Para tal, o Conselho Europeu propôs, dentre outros delineamentos, a melhoria da qualidade e da eficácia dos sistemas educacionais e de formação na UE, como forma de se adquirir as novas competências básicas, as chamadas *key competencies*, proporcionadas através do aprendizado ao longo da vida, estando entre elas o espírito empresarial.

No Brasil, as políticas públicas educacionais voltadas ao empreendedorismo tiveram um marco importante quando a UNESCO lançou o PRELAC. Este projeto estimulou mudanças substantivas nas políticas educacionais da América Latina com o objetivo de atender às demandas de desenvolvimento humano na região. O projeto previa a inclusão de um quinto princípio aos já existentes no relatório Delors, o “Aprender a empreender”. A partir do PRELAC e de outras diretrizes e regulamentações da educação brasileira, discutimos como o empreendedorismo adentrou na pauta educacional nos níveis básico e superior. É importante ressaltar que verificamos haver abundante aproximação entre os documentos da UE e os do Brasil no que tange aos apelos e necessidades para se inovar ou para se educar para o empreendedorismo.

Inicialmente, o ensino do empreendedorismo obteve mais ênfase no ensino superior. Com o processo de globalização da economia, especialmente a partir do início de 1980, a sociedade passou por profundas transformações e crises na economia. Assim, pautadas por pressão econômica e políticas de cunho neoliberal, as instituições de ensino superior, ainda que não fosse responsabilidade delas, passam por reformas no intuito de dar respostas para as necessidades do mundo globalizado pautado na competitividade. Passam, então, a integrar interesses econômicos e sociais, resultando na chamada Universidade Empreendedora, na qual o conhecimento e a ciência se mostram alternativas para o desenvolvimento econômico, sendo fulcral formar empreendedores.

No contexto da educação básica, a pauta do empreendedorismo na educação teve um pilar fundamental. O programa “Pedagogia Empreendedora”, de autoria de Fernando Dolabela, iniciou, solidificou e expandiu o ensino do empreendedorismo nas etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. A PE foi desenvolvida para dar suporte a processos de aprendizagem e ações voltados à contextura do empreendedor e tem argumentos que muito se assemelham aos ideais lançados no PRELAC, nomeadamente no que se refere ao quinto pilar do relatório Delors, “Aprender a empreender”.

Nas abordagens finais do Capítulo 2, explanamos como a educação empreendedora adentrou nos contextos dos IFs brasileiros e, mais especificamente, no IFRN. Por fim, discorreremos sobre outras abordagens críticas da educação para o empreendedorismo. Dessa maneira, ao término desse capítulo, respondemos ao nosso segundo objetivo específico, que foi o de analisar as políticas públicas educacionais voltadas ao empreendedorismo em um cenário mundial de crise econômica, competitividade, empregabilidade, precariedade e desemprego.

Os Institutos Federais brasileiros, o IFRN e a nossa metodologia de pesquisa

Os IFs têm uma história de mais de 112 anos, embora apresentem um novo ordenamento político e pedagógico desde o ano de 2008, quando foi criada a Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Reconhecidos pela qualidade no ensino ofertado, os IFs passaram por um período de forte expansão territorial, nomeadamente a partir do ano de 2003, quando dispunham de 140 instituições, até o ano de 2016, quando passaram a ter 562 unidades por todo o país. Estão presentes em todos os estados brasileiros, cobrindo aproximadamente 80% das microrregiões do país. Hoje¹¹⁷, contam com 599 unidades estabelecidas em mais de 10% dos municípios brasileiros e têm quase 1 milhão de alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino ofertadas. Já o IFRN, objeto do nosso estudo de caso, dispõe de 21 unidades, com pouco mais de 44 mil alunos matriculados.

A partir da definição de nossos objetivos de pesquisa, envolvemos os atores institucionais do IFRN, gestores e alunos egressos, além dos documentos que o balizam. Como passo seguinte, definimos qual metodologia seguir. Assim, optamos pela estratégia metodológica do estudo de caso, tendo em vista ser objeto de análise a realidade de uma organização específica, o IFRN. Ainda adicionamos um conjunto de técnicas de recolha e tratamento dos dados.

Nosso roteiro metodológico foi dividido em quatro fases. Na primeira, realizamos um levantamento dos *campi* do IFRN quanto a questões sociodemográficas, culturais, demográficas e de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, com o objetivo de selecionar, a partir de critérios estabelecidos, quais os *campi* que seriam alvo de um estudo mais perscrutado. Assim, em um segundo momento, selecionamos os cinco *campi* que foram alvo de uma análise mais aprofundada das políticas e práticas empreendedoras, buscando identificar a diversidade de vinculação ao empreendedorismo, principalmente de cariz economicista, social, tecnológico e artístico-cultural. Ainda observamos as disciplinas, os cursos e as infraestruturas de apoio a projetos voltados ao empreendedorismo nesses *campi*. Ao término dessa segunda fase, respondemos ao nosso terceiro objetivo específico de pesquisa, que foi o de caracterizar a realidade dos *campi* que compõem o IFRN.

Na terceira fase, aplicamos um questionário *on-line* para 345 alunos egressos com o intuito de conhecer seus contextos e percursos perante o empreendedorismo, e realizamos entrevistas semiestruturadas junto a seis gestores institucionais com a finalidade de captar suas visões sobre as políticas públicas e a promoção da educação empreendedora. Por fim, em uma quarta etapa,

¹¹⁷ Cf. nota 1.

realizamos a análise dos dados coletados. Com os questionários, realizamos uma análise estatística, levando em consideração a natureza do nosso estudo e seu paradigma interpretativo. Já com relação às entrevistas, recorreremos à análise de conteúdo, ancorada em grelhas analíticas (por temas e subtemas, permitindo um processo de categorização rigoroso da informação recolhida) alinhadas com os objetivos da investigação. Dessa forma, foi possível chegar a algumas conclusões, bem como responder aos nossos objetivos de pesquisa restantes, conforme veremos a seguir.

Principais conclusões

Após observarmos como a educação empreendedora adentrou o contexto do IFRN, *locus* onde se realizou nossa pesquisa, constatamos, a partir de uma análise documental, das entrevistas com os gestores e com os questionários aplicados junto aos egressos, que a temática do empreendedorismo tem sido muito evidenciada no instituto. Está presente em documentos institucionais balizadores, no arcabouço pedagógico e em diversos projetos e ações, com o propósito de formar empreendedores munidos de características específicas que os auxiliem a responder às novas exigências do mercado de trabalho.

Mesmo que alguns documentos institucionais não particularizem qual o viés de empreendedorismo que se referem, observamos a hegemônica adoção de um modelo economicista ou comportamental, a partir das ações, disciplinas, práticas, projetos e de nossa análise de dados empírica. No contexto educacional, conectadas com a pedagogia empreendedora, ambas as vertentes procuram formar um indivíduo empreendedor, ressaltando-se que a segunda vertente, designada comportamental, aparenta ser mais tênue em suas estratégias, e que seu caráter ideológico não se revela claramente. Assim, esses modelos, apesar de, aparentemente, terem abordagens distintas, são duas faces da mesma moeda, sob o manto dos preceitos do neoliberalismo. Nesse cenário, observamos que o pensamento dos egressos, talvez, por serem reflexo da visão dominante gestonária, e dos gestores é fortemente baseado nesses modelos.

Os modelos predominantes observados são corroborados por atividades diversas, tais como o Prêmio Técnico Empreendedor, o programa Miniempresa, os editais de fomento a projetos inovadores e empreendedores, o Prêmio Ideia Inova, as palestras e *workshops* relacionados à temática, dentre outros. Além disso, no campo pedagógico formal, existem as disciplinas de empreendedorismo e as

disciplinas com outras nomenclaturas que têm conteúdos transversais relacionados ao tema e são recheadas de tópicos empresariais, quase sempre, procurando a absorção das CCEs pelos alunos.

É importante ressaltar que o PDI (2014-2018) deixa claro que uma de suas metas é contribuir para o desenvolvimento de atividades voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo. Para tal, o IFRN deve manter e fortalecer os programas institucionais e as parcerias com empresas e agentes econômicos. Esses parceiros praticamente não são explicitados em documentos balizadores da instituição, porém, constatamos que o Sebrae é o principal parceiro do IFRN em assuntos relacionados à temática do empreendedorismo, o que parece ser um descompasso entre o escrito nos documentos oficiais e as ações realizadas no cumprimento das intenções. É significativo evidenciar que todos os gestores entrevistados citaram, direta ou indiretamente, o Sebrae como principal *stakeholder* do IFRN nos assuntos relacionados a essa temática.

Nas 222 páginas do PDI (2014-2018), a palavra “Sebrae” é citada apenas duas vezes e não tem qualquer citação no PPP, no entanto, verificamos que o órgão exerce forte influência junto ao IFRN, participando, de forma robusta, da elaboração e implementação de ações e projetos empreendedores. Além do mais, está diretamente presente em atividades ou parcerias relacionadas às incubadoras, incluindo a captação de recursos e a promoção de palestras, eventos, feiras, *workshops*, prêmios, entre outras ações. Faz, ainda, o acompanhamento de projetos, é interlocutor junto a órgãos externos e oferece treinamento, mentoria e consultoria para capacitação. Até em disciplinas relacionadas ao tema, há a utilização de material do Sebrae. Constatamos, portanto, uma espécie de “Sebrae-dependência” em assuntos ligados ao empreendedorismo. É importante ressaltar que tal contexto não é específico ao IFRN. Convém lembrar que o Sebrae, fundado como entidade vinculada ao governo federal¹¹⁸, tem inúmeras parcerias com governos de todas as esferas e atua em convênios em diversas áreas, entre elas a educacional, na qual fornece suporte para políticas públicas voltadas ao empreendedorismo.

É sabido que o interesse do Sebrae é dar suporte a quem pretende empreender. Inclusive, o próprio Serviço¹¹⁹ se intitula como “principal parceiro” dos empreendedores brasileiros, voltado aos pequenos negócios. Por isso, seus textos e publicações refletem os princípios empresariais. Princípios esses muito alinhados com a manutenção do *status quo* da lógica neoliberal vigente, não restando,

¹¹⁸ Fundado em 1972, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) se constituía como entidade da administração pública do Governo Federal. Em outubro de 1990, se transformou em Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), desvinculando-se da administração pública e tornando-se um serviço social autônomo, sem fins lucrativos (fonte: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos_recuperado_em_2019).

¹¹⁹ Informação disponível em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos_recuperado_em_2019.

assim, a possibilidade de se realizar uma reflexão mais crítica em relação à sociedade capitalista. A observação que procuramos fazer é a de que o instituto parece estar secundarizando seu dever fundamental de abordar o conhecimento de forma mais abrangente e antepondo conhecimentos específicos do meio empresarial. Como vias alternativas a esse cenário, propomos novos olhares sobre a questão nas recomendações de nosso estudo.

Por fim, além de já termos evidenciado a predominância do modelo economicista/comportamental por parte dos gestores e egressos, reiteramos algumas conclusões observadas nos Capítulos 5 e 6 da nossa pesquisa.

Os egressos de nossa pesquisa se caracterizaram, em sua maioria, por serem jovens, pardos, formados como técnicos, do sexo masculino, sendo a maioria proveniente do *campus* Natal-Central. Demonstraram baixo interesse pelo tema empreendedorismo e não avaliaram bem o IFRN quanto ao seu papel no desenvolvimento da temática. A partir dos seus percursos profissionais, analisamos como as políticas empreendedoras do IFRN impactaram os egressos no mercado de trabalho. A maior parte, 58%, é assalariada, possuindo vínculo formal e, em sua maioria esmagadora, nunca tentaram empreender. Os poucos que tentaram, destacaram suas dificuldades e desencantos ou o fizeram com o objetivo de ter uma atividade econômica adicional para complemento de renda.

Já os desempregados, segundo maior contingente de nossa pesquisa, estão, em sua maioria, nessa situação há menos de dois anos, e 42% deles afirmaram nunca terem trabalhado. De forma surpreendente, pois são os principais alvos dos estafetas das CCEs ou perfis empreendedores, a maioria nunca tentou empreender. Diferentemente da maioria dos egressos, que elegeram o dominante viés economicista/comportamental, 74% dos desempregados entendem o empreendedorismo num viés social.

Sendo um dos principais objetivos das políticas, projetos e ações empreendedores do IFRN, a formação de empreendedores parece gerar uma ambivalência entre o que o IFRN julga realizar e o impacto prático no percurso profissional dos egressos. Com menor expressão percentual, menos de 7%, os que se intitularam empresários/empreendedores estão, em sua maioria, 62%, na informalidade, o que presume situação de ilegalidade e riscos aos negócios.

A maioria dos negócios de tais empreendedores está em estágio inicial de constituição, que, segundo o Sebrae, é a fase de maior risco de mortalidade das empresas, e é composta por MEIs, que podem se constituir sob uma aparente ambivalência entre os polos de uma disfarçada proteção social e de uma flexibilização/precarização sob a escora do neoliberalismo econômico.

De forma esperada, 71% desses empreendedores elegeram o viés comportamental como definição para o empreendedorismo e, em consequência, citaram como motivos para empreender o desejo de “autonomia” e a perspectiva de ganhar mais dinheiro e de melhorar a situação atual. Essa conjuntura revela a replicação das falas dos gestores e dos apologistas das CCEs ou perfis empreendedores. Desse modo, respondemos ao penúltimo objetivo específico de nossa pesquisa, o de analisar como os egressos do IFRN percebem as políticas empreendedoras e como são impactados por elas.

O último objetivo específico de nosso trabalho – qual seja, identificar os principais atores envolvidos na formulação de políticas e práticas empreendedoras no IFRN, bem como suas percepções sobre o empreendedorismo e a promoção de uma educação empreendedora –, foi escrutinado no decorrer do Capítulo 6 desta tese. Mesmo assim, reforçamos que os gestores, unanimemente, enaltecem os grandes e positivos impactos do empreendedorismo para a sociedade e, principalmente, para a economia, apontando-o como possível solução para a crise do emprego formal. Consideram a associação entre empreendedorismo e educação como um “vínculo perfeito” e que, para tal contexto, é necessário se “ensinar” as características empreendedoras, passando-se a encarar o ser empreendedor como um “modo de vida”, além de proporem um novo perfil do professor – o “professor empreendedor”. Esses preceitos se coadunam com os princípios da educação empreendedora, a partir de uma visão neoliberal, e se materializam na essência da pedagogia empreendedora proposta por Fernando Dolabela.

É relevante destacar que os gestores ressaltaram uma comunicação deficiente do IFRN com a sociedade, uma desarticulação entre as políticas empreendedoras existentes nos diversos *campi*, a falta de pessoal capacitado e a carência na infraestrutura em algumas incubadoras. Falaram, ainda, que o suporte aos programas institucionais relacionados ao empreendedorismo é incipiente e, às vezes, inexistente, contrariando, dessa forma, o PDI, que preconiza o fortalecimento desses programas. Como forma de superar a escassez de pessoal qualificado para atuar nas incubadoras ou em projetos relacionados ao empreendedorismo, quase sempre dependem do voluntariado de professores. Também mencionaram não haver acompanhamentos dos egressos, algo que parece sinalizar um desconhecimento da PAE, programa de acompanhamento de egressos que verificamos existir no IFRN.

7.2 Ineditismo e limitações da investigação

Com o objetivo de que não houvesse duplicidade de pesquisas acadêmicas sobre o tema estudado, realizamos, no início do doutoramento, uma ampla investigação em diversas bases de dados acadêmicas. Observamos a existência de vários trabalhos inseridos na temática do empreendedorismo e sua conexão com o meio educacional, porém, tendo como cenário um Instituto Federal, poucos foram observados. No que diz respeito especificamente à análise de políticas, projetos e ações empreendedores e seus impactos junto a alunos egressos no IFRN, comprovamos ser este o único trabalho desenvolvido abordando essa relação e temática.

Sob a luz das conclusões da pesquisa, observamos o caráter inovador de tese no sentido de não se limitar a fornecer apenas conhecimentos suplementares à temática, mas no de pôr em questão a concepção e aplicação das políticas, projetos e ações empreendedores do IFRN, além de sugerir outros olhares e práticas sobre o empreendedorismo no meio educacional, conforme será visto a seguir, na seção “Recomendações ao IFRN e para estudos futuros”.

Independente do caráter desta investigação, que se considera inovadora, ela apresenta limitações. Uma delas se refere à metodologia. Todas as metodologias têm seus limites, porém, as técnicas utilizadas foram combinadas para minorar tais limitações. Poderíamos, por exemplo, ter realizado entrevistas com os egressos com a finalidade de obter mais informações, principalmente as que se referem às questões abertas do questionário *on-line*, contudo, face às limitações logísticas e financeiras, citadas na descrição do nosso roteiro metodológico, não foi possível. Apesar disso, ressaltamos que as técnicas utilizadas foram suficientes para tornar autêntica a análise e discussão dos resultados, que devem ser considerados à luz da própria metodologia empregada.

Outra dificuldade encontrada no decorrer da pesquisa foi a circunstância profissional do pesquisador, que se encontrava exercendo normalmente suas funções de professor, no *campus* Natal-Central, não sendo concedido qualquer afastamento com a finalidade de dedicação integral à tese, exceto em três períodos, de aproximadamente 25 dias, concedidos para estudos na UMinho. Após inúmeros pedidos, o IFRN concedeu afastamento por dois anos.

Dessa forma, a extensão temporal da pesquisa ficou alargada, estabelecendo-se que o referencial teórico não tenha se beneficiado de referências mais recentes. Entretanto, realizamos alguns ajustes *a posteriori*, bem como procuramos nos munir de referências-chave sobre a temática. Podemos citar, também, novas versões de documentos institucionais pesquisados que surgiram e que

poderiam resultar em outras análises, como, por exemplo, o PDI que já contempla o período 2019-2026, além do surgimento ou da atualização de leis que tenham relação com nossa pesquisa. Outra limitação referente a esse alargamento temporal relaciona-se ao fato de termos recolhido os dados junto aos egressos no ano de 2016. Assim, os resultados devem ser entendidos à luz de um contexto já transformado pela dinamicidade e por novas conjecturas, como, por exemplo, a pandemia da covid-19 e seus desdobramentos.

Ademais, podemos citar como constrangimento o novo governo que tomou posse a partir de 1 de janeiro de 2019 no Brasil. Com toda essência e apetrechos do neoliberalismo, o governo elegeu o desenvolvimento econômico como uma das prioridades, privilegiando o Estado mínimo e as leis de mercado. A partir do desejo do presidente Jair Messias Bolsonaro¹²⁰, realizou uma reforma trabalhista o mais próximo possível da informalidade, precarizando ainda mais os trabalhadores e reforçando a ideia de grande desarticulação da promessa integradora do emprego.

Ainda realizou uma reforma previdenciária controversa e congelou os gastos públicos por 20 anos, o que, entre outros desdobramentos, fragilizará ainda mais a educação pública brasileira. Inclusive, essa educação foi eleita pelo presidente e seus comparsas como grande inimiga do seu governo, contexto diferente de não a ter como prioridade. Todas as instituições federais de ensino e pesquisa sofreram cortes orçamentários na ordem de 35% de suas despesas discricionárias, sob uma insana justificativa de motivação ideológica. E a sanha persecutória do Governo Federal não se resume ao contexto das instituições federais, pois há uma lógica generalizada de desqualificar a profissão docente, a educação e a prática pedagógica, além da intenção de privatização do ensino público.

Um dos ápices dessa política de austericídio ultraliberal se concretizou com as intervenções nas universidades e institutos federais. As intervenções se deram em todas as cinco regiões brasileiras, caracterizando-se por desrespeitar as listas tríplexes enviadas pelas instituições federais para nomeação dos seus reitores. No caso do IFRN, o interventor sequer participou do processo eleitoral democrático. Desse modo, o período de quase oito meses de intervenção, algo nunca vivenciado nos 112 anos de história do IFRN, foi marcado pelo despreparo administrativo, sendo reflexo do Governo Federal quanto ao seu “cuidado” com a educação. É mister ressaltar que esse acontecimento constrangeu imensamente nossa pesquisa, pois foi posto em causa, através de processo administrativo, o convênio

¹²⁰ Em reportagem publicada em dezembro de 2018, no jornal Folha de São Paulo, o então presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou que o artigo 7º da Constituição engessaria e desestimularia o empresariado pelo excesso de direitos trabalhistas, sendo necessária uma reforma trabalhista que se aproximasse da informalidade (disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/lei-trabalhista-tem-que-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro.shtml>, recuperado em 2021).

entre o IFRN e a UMinho, com o objetivo de encerramento do vínculo. Por força de decisão judicial, em 18 de dezembro de 2020, o reitor democraticamente eleito pela comunidade, o professor José Arnóbio, assumiu o cargo e reestabeleceu o pleno funcionamento institucional.

Apesar das limitações citadas, ressaltamos que nossas conclusões são atualizadas face a termos visto documentos recentes e estarmos acompanhando a evolução das políticas empreendedoras do IFRN, mesmo diante do contexto pandêmico. Assim, observamos a continuidade das políticas e processos relacionados ao empreendedorismo e que não aconteceram mudanças significativas relacionadas aos documentos iniciais pesquisados. Dessa forma, as políticas empreendedoras continuam com uma forte prevalência de um modelo economicista/comportamental moldado por um receituário neoliberal, seja por parte dos documentos institucionais, seja pela percepção dos egressos, ou a partir da visão dos gestores. O que propomos como saída ao contexto narrado não sofre qualquer alteração com as limitações citadas, conforme veremos a seguir.

7.3 Recomendações ao IFRN e para estudos futuros

Observamos, no decorrer do trabalho, que o IFRN tem uma estrutura *multicampi*, distribuída por todo o estado do RN. Os *campi* têm suas diversidades e especificidades de acordo com a região em que se localizam e apresentam um ou mais focos tecnológicos específicos. É importante relembrar que esse compromisso de interiorização da educação profissional e tecnológica foi idealizado com o intuito de proporcionar o desenvolvimento social e econômico a partir da articulação das ofertas educacionais vinculadas aos arranjos produtivos sociais e culturais dessas regiões onde se inserem. Portanto, pensar em políticas, projetos e ações empreendedores nessa diversidade de contextos requer intervenções diferenciadas.

Observamos que parece haver uma desintegração das políticas empreendedoras face ao contexto *multicampi*. Alguns projetos empreendedores, ditos exitosos, funcionam em alguns *campi* e não eram conhecidos ou divulgados nos demais. Presenciamos, assim, uma fragmentação das ações. Portanto, recomenda-se ao IFRN que sejam desenvolvidas e divulgadas ações nesse cenário para integrar essas políticas e ações de acordo com o contexto dos *campi*, respeitando suas autonomias, necessidades e especificidades.

Apesar de alguns documentos institucionais não especificarem o tipo ou qual dimensão do empreendedorismo se referem, constatamos a prevalência da prática de um modelo de empreendedorismo baseado na pedagogia empreendedora. Esta é fundamentada na linha de raciocínio

neoliberal que estimula, principalmente os jovens, a perseguir o “espírito empreendedor” e transfere as responsabilidades institucionais para os próprios indivíduos. Em consequência, as disciplinas relacionadas à temática são impregnadas de conteúdos empresariais e buscam incessantemente a “aquisição” de comportamentos e características empreendedores por parte dos discentes.

Apesar disso, reconhece-se que a educação e a formação específica em empreendedorismo podem contribuir para a criação ou o desenvolvimento das empresas. Porém, no lugar da unicidade da perspectiva economicista/comportamental ou individualista, é preciso que se reforce sua dimensão social e cultural na busca por um desenvolvimento sustentável, equilibrado e equitativo para todas as regiões onde se localizam os *campi* do IFRN.

Relembramos, ainda, o que vimos nas principais conclusões deste trabalho sobre o predomínio da visão dos gestores sobre o empreendedorismo no meio educacional e o aparente reflexo na visão dos egressos que também comungam, em sua maioria, da visão economicista/comportamental. Dessa forma, se o IFRN quiser ter outras visões e aplicações sobre o empreendedorismo, provavelmente terá que repensar o perfil desses gestores no futuro.

Ainda existem outros caminhos, como, por exemplo, formas de organização econômica baseadas no trabalho associado e incubadoras baseadas em economia solidária. Inclusive, essas vias podem se adequar à função social do IFRN e ao contexto *multicampi* com suas especificidades, além de se contraporem ao fragilizado modelo tradicional de relação capitalista de trabalho que só agiganta a informalidade, a precarização e o desemprego em massa, que, no Brasil, atingiu o índice de 14,4%¹²¹, traduzindo-se em mais de 14,3 milhões de pessoas a espera por trabalho. Já quanto à busca infundável pelas CCEs, no lugar das disciplinas e práticas estimularem apenas a liderança, a autoconfiança, a persistência, a persuasão, a inovação, a competitividade, entre outras, se poderia discutir outras características que deveriam perpassar o contexto empreendedor, porém não vistas nas disciplinas que pesquisamos relacionadas à temática, tais como a solidariedade, a cooperação, o comércio justo, o respeito à natureza e o consumo solidário.

É primordial ressaltar que, mesmo fora do *coorte* temporal desta pesquisa, citamos, no Capítulo 6, que o IFRN já dispõe de uma incubadora tecnológica para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, a IFSol. O PDI, em sua última versão (2019-2026), também

¹²¹ Segundo o IBGE, O número de desempregados no Brasil foi estimado em 14,4 milhões no trimestre encerrado em fevereiro de 2021, o maior contingente desde 2012, início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (disponível em <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/30600-desemprego-fica-estavel-em-14-4-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro.html>, recuperado em 2021).

preconiza o desenvolvimento de atividades relacionadas à economia solidária. Porém, de nada adianta apontar caminhos se não traçarmos procedimentos para segui-los. O fato de haver tais iniciativas pode auxiliar o IFRN a divulgá-las mais amplamente, a realizar trabalhos de formação e esclarecimento sobre essa temática junto à sua comunidade e a entender o papel preponderante que a educação desempenha para a consolidação da economia solidária. Assim, sugerimos que se insiram no contexto dos conteúdos das disciplinas relacionadas ao empreendedorismo tópicos que discutam não só essas saídas de contraponto ao neoliberalismo, como também estimulem discussões sobre a precarização do trabalho. Recomendamos, ainda, que a instituição procure outros parceiros, que não apenas o Sebrae, com alinhamento aos novos e alternativos caminhos a se seguir.

É importante frisar que estamos propondo alternativas face às atuais políticas e ações empreendedoras no IFRN. Desse modo, a discussão sobre a valorização do trabalho também deve ser motivo de debates a partir de uma educação libertadora e com desenvolvimento de uma formação crítica frente aos contextos atuais, sejam em palestras, nos conteúdos de disciplinas ou até mesmo nos treinamentos ofertados pelas incubadoras a seus empreendedores. Assim, espera-se que os futuros novos empreendedores, muitas vezes embebidos pelo *status* de empregadores, não passem da condição de oprimidos a opressores ao precarizar seus colaboradores. Portanto, esperamos que os resultados desta investigação lancem possibilidades para contribuir com uma reflexão crítica, além de uma busca por novos olhares e direcionamentos relacionados às políticas, projetos e ações empreendedores desenvolvidos no IFRN.

Após as recomendações ao IFRN e conforme enunciado no início deste capítulo, julga-se oportuno lançarmos vias para que se possa dar continuidade ao nosso estudo. Com base em alguns indicadores da nossa pesquisa, poderíamos sugerir diversas outras abordagens nesta temática, tais como a realização de pesquisas similares em outros Institutos Federais brasileiros, abordar a perspectiva e formação dos professores (não focalizados em nossa pesquisa) face ao empreendedorismo na educação, obter uma perspectiva dos alunos enquanto estão no IFRN, e não apenas na condição de egressos, dentre outras perspectivas. É significativo enfatizar, independentemente da abordagem futura a se realizar, que se observe e se contextualize a importância da valorização do trabalho.

Por fim, entendemos que o sistema capitalista neoliberal está fortemente enraizado não só no contexto brasileiro, mas também mundial, traduzindo-se, entre outros contextos, na descaracterização do trabalho e na amplitude da retórica empreendedora nos discursos sociais. Apesar dessa hegemonia,

procuramos deslindar, a partir de um olhar crítico, o contexto atual do empreendedorismo no meio educacional e propor alternativas viáveis e exequíveis. Assim, esperamos que nossa pesquisa possa inspirar outros estudos e que a temática, na perspectiva que abordamos, possa estar sob constante escrutínio da academia, considerando-se que o conhecimento é mutável e susceptível a reparações e aprimoramentos. Quem sabe a semente do nosso trabalho no contexto do IFRN possa brotar em outras instituições educacionais e, futuramente, instituir uma nova política pública educacional relacionada ao empreendedorismo a nível nacional e, quiçá, internacional.

Referências

- Adorno, T. W. (2000). *Educação e Emancipação* (W. L. Maar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.
- Afonso, A. J. (2001). A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas: elementos para pensar a transição. *Sociologia, problemas e práticas*, (37), 33-48.
- Agresti, A., & Finlay, B. (2012). *Métodos estatísticos para as ciências sociais*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (3a ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva Publicações.
- Aldrich, H. (2005). Entrepreneurship. In N. Smelser & R. Swedberg, *The handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Allen, J. P., & Van Der Velden, R. K. W. (2009). *Competencies and early labour Market careers of Higher Education graduates*. European Union: ROA External Reports.
- Almeida, J. A. (1989). *Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia*. Brasília, DF: MEC/ABEAS.
- Alves, G., & Wolff, S. (2008). Capitalismo global e o advento das empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina. *Cadernos do CRH* (UFBA), 20(01), 515-528.
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Revista Referência*, 5, 53-63.
- Andrade, S. M. (2009). A educação na sociedade do conhecimento: Drucker e a conformação do senso comum. *Revista Trabalho necessário* (UFF), 7(9).
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2019, setembro). Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno. Entrevista concedida a Ricardo Marchesan. *Universo Online* (UOL). Recuperado de <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empendedorismo.htm>
- Antunes, R., & Filgueiras, V. (2020). Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação do Capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo* (UFF), 39(1).
- Araújo, M. H., Lago, R. M., Oliveira, L. C. A., Cabral, P. R. M., Cheng, L. C., & Fillion, L. J. (2005). O estímulo ao empreendedorismo nos cursos de química: formando químicos empreendedores. *Química Nova*, 28(01), S18-S25. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000700005>
- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. (2012). *Estudo, análise e proposições sobre as incubadoras de empresas no Brasil – relatório técnico*. Brasília, DF: ANPROTEC. Recuperado de https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/Estudo_de_Incubadoras_Resumo_web_22-06_FINAL_pdf_59.pdf

- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. (2016). *Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil*. Brasília, DF: ANPROTEC. Recuperado de https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/18072016-Estudo_ANPROTEC_v6.pdf
- Ball, S. J. (2004). Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. *Educ. Soc.* (Campinas), 25(89), 1105-1126.
- Barbalho, A., & Uchoa, C. V. (2019). Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico metodológico. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 7(11), 484-506.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Barlach, L. (2014). Comportamento empreendedor: um estudo empírico baseado no referencial de McClelland. *Revista de Carreiras e Pessoas*, 4(3), 272-281.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização - As Consequências Humanas* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Becker, G. S. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. New York, US: National Bureau of Economic Research. Recuperado de <https://www.nber.org/books-and-chapters/human-capital-theoretical-and-empirical-analysis-special-reference-education-first-edition>
- Becker, H. S. (1996). The Epistemology of Qualitative Research. In R. Jessor, A. Colby, & R. Schweder (Eds.), *Ethnography and Human Development* (pp. 53-72). Chicago, US: The University of Chicago Press.
- Bedê, M. A. (2010). O uso de técnicas lúdicas no ensino do empreendedorismo: Um estudo de caso. In R. M. A. Lopes (Org.), *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; São Paulo, SP: SEBRAE.
- Bell, D. (1987). The World and the United States in 2013. *Daedalus*, 116(3), 1-32.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (3a ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Bianchetti, L. (2005). Curriculum vitae em tempos de empreendedorismo e empregabilidade. In B. W. Aued (Org.), *Traços do trabalho coletivo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bittar, F. S. O., Bastos, L. T., & Moreira, V. L. (2014). Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da economia das organizações. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 7(1), 65-80.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Boldeman, L. (2007). *The cult of the market: economic fundamentalism and its discontents*. Canberra, Australia: The Australian National University. <http://doi.org/10.22459/CM.10.2007>
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Borges, C., & Fillion, L. J. (2011, setembro). Afiliação, Imersão e Preparação: Mecanismos de Contribuição do Processo de Incubação para o Desenvolvimento do Capital Social dos Empreendedores Acadêmicos. In *Anais do XXXV Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ.
- Borges, C. V., Jr., Paiva, F. G., Jr., Machado, H. V., & Nassif, V. M. J. (2010). Prefácio. In P. A. Julien, *Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento* (M. F. Salvador, Trad.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Bose, M. (2012). *Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local*. (Tese Doutorado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).
- Boshier, R. (1998). Edgar Faure after 25 years: down but not out. In J. Holford, P. Jarvis, & C. Griffin (Eds.), *International perspectives on lifelong learning* (3-20). London, UK: Kogan Page
- Bowe, R., Ball, S., & Gold, A. (1992). *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London, UK: Routledge.
- Bruyat, C., & Julian, P. (2000). Defining the field of research in entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 16(2), 165-180.
- Cabral, A., Neto. (2011). Gestão e qualidade do ensino: um labirinto a ser percorrido. In L. Jr. de Souza, M. França, & M. S. B. da. de. Farias (Orgs.), *Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino* (pp. 263-277). Brasília, DF: Liber Livro/ANPAE.
- Cacciamali, M. C. (1997, janeiro/março). Flexibilidade e micro e pequenas empresas. *São Paulo em perspectiva*, 11(1), 82-87.
- Câmara Municipal de Caicó. (2019). *História de Caicó-RN*. Caicó, RN: Câmara Municipal de Caicó. Recuperado de <http://caico.rn.leg.br/historia-de-caico-rn/>
- Cantillon, R. (2002). *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba, PR: Segesta. (Trabalho original publicado em 1755).
- Cantillon, R., & Tsuda, T. (1979). *Essay de la nature du commerce en général: texte manuscrit de la Bibliothèque municipale de Rouen, avec le texte de l'édition originale de 1755*. Tokyo, Japan: Kinokuniya.
- Carayannis, E. G., Rogers, E. M., Kurihara, K., & Allbritton, M. M. (1998). High technology spin-offs from government R&D laboratories and research institutes. *Technovation*, 18(1), 1-10.
- Cardoso, C., Estêvão, C., & Silva, P. (2006). *Competências Transversais dos Diplomados do Ensino Superior, Perspectiva dos Empregadores e Diplomados*. Guimarães, Portugal: TecMinho.
- Carnoy, M. (2002). *Sustaining the new economy: work, family, and community in the Information Age* (Rev. ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Carreras, J., Sevilla, C., & Urban, M. (2006). *Universidade Uro. Mito e realidade do processo de Bolonha*. Barcelona, Espanha: Icaria Editorial.
- Casa-Nova, M. J. (2009). *Etnografia e produção de conhecimento: Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI).

- Casaqui, V. A. (2015, junho). A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. *Galaxia* (São Paulo, Online), (29), 44-56.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 1 - A Sociedade em Rede). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Castells, M. (2010). Investigando el emprendimiento social. In A. Vernis & M. Iglesias, *Empresas que inspiran futuro: Ocho casos de emprendedores sociales*. Barcelona, Espanha: ESADE.
- Castells, M. (2018, julho). A democracia está se autodestraindo pela corrupção. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron. *Revista IstoÉ*, (2534).
- Castro, A. M. D. A. (2009). A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In M. França, & M. C. Bezerra (Orgs.), *Política educacional: gestão e qualidade do ensino* (pp. 21-44). Brasília, DF: Liber Livro/ANPAE.
- Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande Do Norte. (2008). *Projeto de Implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte*. Natal, RN: CEFET-RN.
Recuperado de <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/planejamento/projeto-ifrn.pdf>
- Chiavenato, I. (2004). *Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Clark, R. B. (1998). *Creating Entrepreneurial Universities. Organisational Pathways of Transformation*. Oxford, UK: Pergamon and Elsevier Science.
- Coan, M. (2011). *Educação para o empreendedorismo: Implicações epistemológicas, políticas e práticas*.
(Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil).
Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94847>
- Coan, M. (2013). Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. *Revista Labor*, 1(1), 1-18.
<https://doi.org/10.29148/labor.v1i1.6609>
- Cober, R., Brown, D., & Levy, P. (2004). Form, Content, and Function: an Evaluative Methodology for Corporate Employment Web Sites. *Human Resource Management*, 43, 201-219.
- Colbari, A. L. (2015). Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos. *Revista interdisciplinar de gestão social*, 4(1), 169-193.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2004). *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Plano de acção: A agenda europeia para o espírito empresarial*. Bruxelas, Bélgica: Comissão das Comunidades Europeias.
Recuperado de https://adcmoura.pt/start/Plano_Accao_Agenda_Europeia_Espir_Empresarial.pdf
- Comissão Europeia. (2002). *Educação e Formação na Europa: sistemas diferentes, objectivos comuns para 2010*. Luxemburgo, UE: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
Recuperado de https://adcmoura.pt/start/Educacao_Formacao_Europa.pdf

- Comissão Europeia. (2016). *Educação para o Empreendedorismo nas Escolas Europeias. Relatório Eurydice*. Luxemburgo, UE: Serviço de Publicações da União Europeia.
Recuperado de [https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN_002.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN_002.pdf)
- Conselho da União Europeia. (2009, 28 de maio). Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020»). *Jornal Oficial da União Europeia*, IV, Informações, pp. 119/2-119/10.
Recuperado de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528(01)&from=EN)
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (2016). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- Costa, R. V. (1982). *Introdução*. In J. A. Schumpeter, *Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico* (M. S. Possas, Trad.). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Costa, S. (1998). *A Educação Tecnológica e a Interação Escola-Empresa*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil).
- Costa, S. (2009). Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, 34(2), 171-186.
- Coutinho, C. P. (2005). *Percursos da investigação em tecnologia educativa em Portugal*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, Centro de Investigação em Educação.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Creswell, J. W., & Plano-Clark, V. L. (2013). *Pesquisa de métodos mistos* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Penso.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? *Educação & Sociedade*, 25(87), 423-460.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>
- Dantas, A., & Tavares, M. A. A. (2012). Os Dois Circuitos da Economia Urbana em João Câmara/RN, Brasil. *Mercator*, 11(26), 57-73.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo*. São Paulo, SP: Boitempo.

- Decreto n. 7.566, de setembro de 1909.* (1909). Criação nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Presidência da República. Rio de Janeiro, RJ: Casa Civil.
- Decreto de 18 de janeiro de 1999.* (1999). Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/1999/dnn7933.htm
- Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.* (2004). Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
- Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006.* (2006). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Recuperado de <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>
- Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942.* (1942). Lei orgânica do ensino industrial. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Dees, J. G. (1998). *The meaning of "social entrepreneurship". Comments and suggestions contributed from the Social Entrepreneurship Founders Working Group.* Durham, NC: Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Fuqua School of Business, Duke University.
- Degen, R. J. (1989). *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial.* São Paulo, SP: McGraw-Hill.
- Delgado, M. G. (1994). Relação de trabalho e contrato de trabalho. In A. M. Barros (Coord.), *Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá* (Volume I). São Paulo, SP: LTr.
- Delors, J. (1999). *Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Deluiz, N. (2003, junho). Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional. In *Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional* (pp. 173-180), Brasília, DF. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/gt13.pdf>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2011). *Observatório do Trabalho do Rio Grande do Norte - Relatório Educação Profissional no Rio Grande do Norte.* Natal, RN: DIEESE.
- Devine, P. (2002). The institutional context of entrepreneurial activity. In P. Devine & A. F. Fikret, *Economy and society: money, capitalism and transition.* London, UK: Black Rose Books.
- Dey, P., & Steyaert, C. (2010). The politics of narrating social entrepreneurship. *Journal of Enterprising Communities – people and places in the global economy*, 4(1), 85-108.

- Dias, G. P. (2009). Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola. *Revista Trabalho Necessário*, 7(8).
<https://doi.org/10.22409/tn.7i8.p4665>
- Dicionário Online de Português. (2020). *Autônomo - Dicio, Dicionário Online de Português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/autonomo/>
- Diniz, C. C. (2001, dezembro). O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In *Anais do XXIX Encontro Nacional da ANPEC*, Salvador, BA.
- Direção-Geral da Educação. (2007). *Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo*. Portugal. Recuperado de <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-o-empendedorismo/projeto-nacional-de-educacao-para-o-empendedorismo>
- Dolabela, F. C. C. (1999a). *O Segredo de Luísa: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa*. São Paulo, SP: Cultura.
- Dolabela, F. C. C. (1999b). *Oficina do Empreendedor*. São Paulo, SP: Cultura Editores Associados.
- Dolabela, F. C. C. (2003). *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo, SP: Editora de Cultura.
- Dolabela, F. C. C. (2008). *Oficina do empreendedor*. Rio de Janeiro, RJ: Sextante.
- Dolabela, F. C. C., & Fillion, L. J. (2013). Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 3(2), 134-181.
- Dornelas, J. C. A. (2001). *Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócio*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Dornelas, J. C. A. (2015). *Empreendedorismo na prática: Mitos e verdades do empreendedor de sucesso* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Empreende/LTC.
- Drewinski, J. M. de A. (2009). *Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil*. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil).
- Drucker, P. F. (1969). *The Age of discontinuities*. London, UK: Transaction Publications.
- Drucker, P. F. (1986). *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Drucker, P. F. (1989). *As novas realidades*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Drucker, P. F. (1993). *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo, SP: Pioneira.
- Drucker, P. F. (1998). *A profissão de administrador*. São Paulo, SP: Editora Pioneira.
- Duffy, M. E. (1987). Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. *Journal of Nursing Scholarship*, 19(3), 130-133.

- Duverger, J., & Laderrière, P. (1999). Dimension économique des politiques éducatives. *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, 22. <http://dx.doi.org/10.4000/ries.2783>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532-550. doi:10.5465/AMR.1989.4308385.
- Elmuti, D., Khoury, G., & Omran, O. (2012). Does entrepreneurship education have a role in developing entrepreneurial skills and ventures effectiveness?. *Journal of Entrepreneurship Education*, 15, 83-98.
- Engelman, R., Menezes, U. G., Zingano, E., & Pojo, S. (2015). Empreendedor social: Análise com base na técnica *laddering*. *Gestão e Desenvolvimento* (Novo Hamburgo, a. XII), 12(2), 205-222.
- Estatuto*. (2009). Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, RN: IFRN. Recuperado de https://portal.ifrn.edu.br/campus/copy_of_reitoria/arquivos/Estatuto_IFRN_31_08_09_FINAL-PUBLICADA_NO_DOU.pdf
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. A. Lima, & J. A. Pacheco, *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Etzkowitz, H., & Zhou, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, 31(90), 23-48.
- European Round Table of Industrialists. (1985). *Changing Scales*. Brussels, Belgium: European Round Table of Industrialists.
- European Round Table of Industrialists. (1989). *Education and European Competence. ERT Study on Education and Training in Europe*. Brussels, Belgium: European Round Table of Industrialists.
- European Round Table of Industrialists. (1995). *Education for Europeans: Towards the Learning Society. A report by the European Round Table of Industrialists*. Brussels, Belgium: European Round Table of Industrialists.
- European Round Table of Industrialists. (1997a). *A Stimulus to Job Creation: Practical Partnerships Between Large & Small Companies*. Brussels, Belgium: European Round Table of Industrialists.
- European Round Table of Industrialists. (1997b). *Investing in knowledge: the integration of technology in European education*. France: European Round Table of Industrialists.
- Fachin, O. (2003). *Fundamentos de metodologia* (4a ed.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Fayolle, A., Gailly, B., & Lassas-Clerc, N. (2006). Assessing the impact of entrepreneurship education programmes: a new methodology. *Journal of European Industrial Training*, 30(9), 701-720.
- Fernandes, F. C. M. (2008). Novo design para a Rede Federal de Educação Tecnológica. *Revista Holos* (Natal/RN, on-line), 03, 56-66. Recuperado de <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/217/163>

- Fernandes, V. T. (2020). Individualização das relações de trabalho e Microempreendedor Individual (MEI). In *Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social*, Vitória, ES.
- Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
Recuperado de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6187/1/ICS_JFerrao_Ordenamento_LAN.pdf
- Filion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, 34(2), 5-28.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na investigação científica* (A. M. Parreira, Trad.). Lisboa, Portugal: Monitor.
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação - Da concepção à realização*. Loures, Portugal: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas.
- Fowler, F. R. (2010). UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá: Uma universidade empreendedora. In R. M. A. Lopes (Org.), *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; São Paulo, SP: SEBRAE.
- Franco, O. B., & Gouvea, J. (2016). A cronologia dos estudos sobre o empreendedorismo. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 5(3), 144-166.
- Freire, F. H. M., & Clementino, M. L. M. (2011). *O Rio Grande do Norte e sua Região Metropolitana no Censo de 2010*. Natal, RN: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal.
- Friedman, T. L. (2005). *O mundo é plano: uma breve história do século XXI* (471p). Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva.
- Frigotto, G. (2003). *Educação e a crise do capitalismo real* (5a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Frigotto, G. (2010). Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In G. Frigotto, M. Ciavatta, & M. Ramos (Orgs.), *Ensino médio integrado* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Frigotto, G. (2017). Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. *Boletim Técnico do Senac*, 25(2), 30-45.
Recuperado de <https://bts.senac.br/bts/article/view/597>
- Gamble, A. (1990). Resenhas de livros: Thatcherismo: um conto de duas nações: Bob Jessop, Kevin Bonnett, Simon Bromley e Tom Ling Polit. *Critical Social Policy* (Londres), 10(29), 137–140.
Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026101839001002915>
- Gamboa, S. S. (1995). Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In J. C. Santos, Filho, & S. S. Gamboa (Orgs.), *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo, SP: Cortez.
- Gauthier, B. (Org.). (1987). *Recherche sociale*. Québec, Canadá: Presses de l'Université Du Québec (Canadá).
- Gentili, P. (2002). Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In J.C. Lombardi, D. Saviani, & J. L. Sanfelice (Eds.), *Capitalismo, Trabalho e Educação* (p. 170). Campinas, SP: Autores Associados.

- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3a ed.). Oeiras, PI: Celta editora.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (2a ed.). Lisboa, Portugal: Presença.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, SP: Atlas.
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Global Entrepreneurship Monitor. (2019). *Empreendedorismo no Brasil – 2019 - relatório executivo*. IBQP; SEBRAE.
Recuperado de <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%3b3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>
- Gomes, A. F. (2005, julho/dezembro). O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. *Revista Eletrônica de Administração* (7a ed.), 4(2).
- Gouveia, F. P. S. de. (2016). A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. *Espaço e Economia* (OpenEdition), 5(9).
<http://dx.doi.org/10.4000/espacoeconomia.2434>
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Penso.
- Guellec, D., & Ralle, P. (2001). *As Novas Teorias do Crescimento* (4a ed.). Barcelos, Portugal: Livraria Civilização Editora.
- Guerra, J. F. C., & Teodósio, A. S. S. (2014). Pedagogia empreendedora: uma crítica à luz das invenções do cotidiano. *Revista de estudos organizacionais e sociedade*, 1(2), 486-527.
- Guerra, M. J., & Grazziotin, Z. J. (2010). Educação empreendedora nas universidades brasileiras. In R. M. A. Lopes (Org.), *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; São Paulo, SP: SEBRAE.
- Guimarães, S. K. (2011). Empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. *Caderno CRH*, 24(63), 575-591.
- Haddad, F. (2008). *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Hart, D. M. L. (2001, 2 de janeiro). Life and works of Jean-Baptiste Say. *Library of Economics and Liberty*. Recuperado de <https://www.econlib.org/library/Say/SayBio.html>
- Harvey, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo, SP: Loyola.
- Hayek, F. (1985, fall). Richard Cantillon (c. 1680-1734). *The Journal of Libertarian Studies*, 7(2), 217-247.
- Henrique, D. C., & Cunha, S. K. da. (2008). Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais. *Revista*

- de Administração Mackenzie (RAM)*, 9(5), 112-136.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712008000500006>
- Henry, C., Hill, F., & Leitch, C. (2005). Educação e treinamento para o empreendedorismo: o empreendedorismo pode ser ensinado? Parte II. *Education + Training*, 47(3), 158-169.
<https://doi.org/10.1108/00400910510592211>
- Higgs, H. (1931). *Vida e obra de Richard Cantillon*. Londres, UK: McMillan.
Recuperado de <http://www.econlib.org/library/NPDBooks/Cantillon/cntNT.html>
- Hill, A., & Hill, M. M. (2012). *Investigação por questionário*. Lisboa, Portugal: Sílabo.
- Hitt, M. A., Ireland, R. D., Camp, S. M., & Sexton, D. L. (2001). Entrepreneurial strategies for wealth creation. *Strategic Management Journal*, 22, 479-491.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1990). *Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo 2000*.
Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtml>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Estatísticas de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128,129&ind=4728>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017a). *IBGE | Cidades@ | Rio Grande do Norte | João Câmara | Panorama*.
Recuperado de <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240580&search=|infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017b). *Produto interno bruto dos municípios: 2010-2015*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101458.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de Empreendedorismo*.
Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/9145-estatisticas-de-empreendedorismo.html?=&t=o-que-e>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Primeiro Trimestre de 2019*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_1tri.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos*.
Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). *Plano Brasil Sem Miséria*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/66-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-2>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2012a). *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/arquivos/projeto-politico-pedagogico-ppp-2012/view>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2012b). *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva – Documento base* (Versão para consulta pública à comunidade acadêmica do IFRN). Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/documento-base-do-ppp>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2013). *IX CONGIC – Portal IFRN*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/eventos/congic/ix>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2014). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2014-2018-do-ifrn/view>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2015a). *ITCART - Incubadora Tecnológica de Cultura e Arte*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/incubadoras-tecnologicas/mit/itcart>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2015b). *Natal - Central – Portal IFRN*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2016a). *Centenário do IFRN 1909 - 2009*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://centenario.ifrn.edu.br/>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2016b). *Portal IFRN*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2017). *Relatório de Gestão do Exercício de 2016*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/campus/novacruz/institucional/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016/view>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2018). *Relatório da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) 2017*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/extensao/asremt/pae/relatorio-PAE2017/view>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026)*. Natal, RN: IFRN. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026/lateral/teste>

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. (2020). *PROGRAMA DE DISCIPLINA*. Natal, RN: IFRN.
Recuperado de http://diatinf.ifrn.edu.br/lib/exe/fetch.php?media=cursos:superiores:tads:curso:ementas:5_-_2_-_empreendedorismo.pdf
- Julien, P. A. (2010). *Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento* (M. F. F. Salvador, Trad.). São Paulo, SP: Saraiva.
- Kavanagh, D. (1990). *Thatcherism and British politics the end of consensus?*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kiessling, T. S., & Richey, R. G. (2004). Examining the theoretical inspirations of a management guru: Peter F. Drucker and the Austrian School of Economics. *Management Decision*, 42(10), 1269-1283.
- Knight, F. H. (1921). *Risk, uncertainty and profit*. New York, US: August M. Kelley.
- Knight, F. H. (1972). *Risco, incerteza e lucro*. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura.
- Krejcie, R. V., & Morgan, D. W. (1970). Determining Sample Size for Research Activities. *Educational and Psychological Measurement*, 30(3), 607-610.
- Krüger, C., Pinheiro, J. P., & Minello, I. F. (2017, janeiro). As características comportamentais empreendedoras de David McClelland. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*.
Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/caribe/2017/01/mcclelland.html>
- Laboratório de Ensino a Distância. (2000). *Formação empreendedora na educação profissional: capacitação à distância de professores para o empreendedorismo*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa* (2a ed.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre, RS: ARTMED.
- Le Robert. (2016). *Entreprendre - Définitions, synonymes, conjugaison, exemples | Dico en ligne Le Robert*.
Recuperado de <https://dictionnaire.lerobert.com>
- Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006*. (2006). Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF: Casa Civil.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
- Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008*. (2008). Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá

- outras providências. Brasília, DF: Casa Civil.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm
- Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.* (1959). Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Casa Civil.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm
- Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.* (1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
Recuperado de <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.* (1971). Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1. e 2 graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
Recuperado de <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5692&ano=1971&ato=f4ekXQU50MjRVT190>
- Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994.* (1994). Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Casa Civil.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004.* (2004). Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm
- Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.* (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil.
Recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm
- Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011.* (2011). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Casa Civil, 2011.
- Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016.* (2016). Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n. 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei n. 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos

- da Emenda Constitucional n. 85, de 26 de fevereiro de 2015.
Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm
- Likert, R. (1932). *A technique for the measurement of attitudes*. New York, US: R. S. Woodworth Editor.
- Lima, J. A., & Pacheco, J. A. (2006). Ética na Investigação. In J. A. Lima, & J. A. Pacheco, *Fazer Investigação – Contributos para elaboração de dissertações e teses* (Orgs.) (Coleção Panorama). Porto, Portugal: Porto Editora.
- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, 12(25), 158-198.
- Lima, L. C. (2010). A Educação faz tudo? Crítica ao pedagogismo na “sociedade da aprendizagem”. *Revista Lusófona de Educação*, 15(15), 41-54.
- Lima, L. C., Azevedo, M. L., & Catani, A. M. (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 13(1), 7-36.
- Lombardi, J. C., Saviani, D., & Sanfelice, J. L. (Eds.). (2002). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Lopes, R. M. A. (2010). Referenciais para a educação empreendedora. In R. M. A. Lopes (Org.), *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; São Paulo, SP: SEBRAE.
- Lopes, R. M. A., & Teixeira, M. A. A. (2010). Educação empreendedora no ensino fundamental. In R. M. A. Lopes (Org.), *Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; São Paulo, SP: SEBRAE.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. (2013). *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas* (2a ed.). São Paulo, SP: EPU.
- Luz, A. S., & Cêa, G. S. S. (2006). Reflexões sobre a ideia do empreendedorismo na educação. *Revista Educere et Educare*, 1(1), 83-87.
- Lynskey, M. J. (2002). *Entrepreneurship and organization: the role of the entrepreneur in organizational innovation*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, 27(94), 47-69.
- Mandel, E. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo, SP: Editora Atlas.
- Maritz, A., & Brown, C. (2013). Illuminating the black box of entrepreneurship education programs. *Education + Training*, 55(3), 234-254.
10.1108/00400911311309305
- Marques**, A. P. (2010). “Sacralização” do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. [Configurações](#) (Online), 7, 65-89.
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.183>

- Marques, A. P. (2016). *Aprendizagens Empreendedoras no Ensino Superior. Redes, Competências e Mercado de Trabalho* (35a ed.). Vila Nova de Famalicão, Portugal: Edições Húmus Ltda.
- Marques, A. P. (no prelo). *Das "missões" do ensino superior, stakeholders e reportórios de competências empreendedoras*. Braga, Portugal: UMinho Editora.
- Martins, G. A. (2008). *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa* (2a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- McClelland, D. C. (1961). *The achieving society*. Princeton, NJ: Van Nostrand.
- McClelland, D. C. (1972). *A sociedade competitiva: realização e progresso social*. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura.
- McClelland, D. C. (2019). The achievement motive in economic growth. In M. A. Seligson (Ed.), *The Gap between Rich and Poor* (pp. 53-69). New York, US: Routledge.
- McClelland, D. C., & Burham, D. H. (1977). O poder é o grande motivador. In V. H. Vroom (Org.), *Gestão de pessoas, não de pessoal*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Melles, C. (2020, abril). A recuperação das pequenas e microempresas será muito forte. Entrevista concedida a Hugo Cilo. *Revista IstoÉ*, (1169).
- Melo, A., & Wolf, L. (2014). A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: NOTAS CRÍTICAS SOBRE AS ASSIM CHAMADAS "PEDAGOGIA EMPRESARIAL" E "PEDAGOGIA EMPREENDEDORA". *Revista HISTEDBR* (on-line), 14(59), 191-202.
- Menahem, G. (1998). Policy Paradigms, Policy Networks and Water Policy in Israel. *Journal of Public Policy*, 18(3), 283-310.
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Mészáros, I. (2007). *O poder da ideologia* (P. C. Castanheira, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Micklethwait, J., & Wooldridge, A. (1996). Drucker: the guru's guru. *The McKinsey Quarterly*, (3), 144-159.
Recuperado de link.gale.com/apps/doc/A55295003/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=7a88becf
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12a ed.). São Paulo, SP: Editora Hucitec.
- Ministério da Educação. (2009a). *EDITAL N° 02/2009 CAPES-SETEC - Modalidade: BOLSAS INSTITUCIONAIS DE MESTRADO e DOUTORADO*.
Recuperado de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_piqdtec2009.pdf
- Ministério da Educação. (2009b). *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Brasília, DF: MEC/SETEC.
- Ministério da Educação. (2010). *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF: MEC.
Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download
- Ministério da Educação. (2014). *Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica – Mais formação e oportunidades para os brasileiros*. Brasília, DF: MEC.

- Recuperado de
http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf
- Morgado, J. C. (2012). *O Estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso, Portugal: De Facto.
- Murphy, A. E. (1986). *Richard Cantillon: empreendedor e economista*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Murphy, E., & Dingwall, R. (2001). The Ethics of Ethnography. In P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland, & L. Lofland (Eds.), *Handbook of Ethnography* (pp. 339-351). London, England: Sage.
- Nariai, N. L., & Amarante, J. M. (2017). Obstáculos e Facilidades no Acesso ao Crédito pelas Empresas Incubadas na Incubadora Tecnológica de Maringá. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 4(2), 82-101.
- Nelson, E., & Whalen, J. (2006, 22 de dezembro). With U.S. Methods, Britain Posts Gains In Fighting Poverty. *The Wall Street Journal*, 1.
- Oliveira, E. M. (2004). Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Rev. FAE*, 7(2), 9-18.
- Oliveira, P., & Natário, M. (2009). *Inovação e Desenvolvimento Territorial: O papel do Empreendedorismo Social*. Lisboa, Portugal: Dinâmica – Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1998). *Educação um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo, SP: Cortez.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1999). *Globalização e reforma educacional: o que os planejadores precisam saber*. Paris, France.
Recuperado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000120274_fre
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2000). *O direito à educação – uma educação para todos durante a vida – Relatório mundial sobre educação*. Porto, Portugal: Edições ASA.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2002). *Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe* (Primera Reunión Intergubernamental del Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe). Habana, Cuba: UNESCO.
Recuperado de www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/prelac_proyecto_regional_educacion_es.p.pdf
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2004). PRELAC: uma trajetória regional em direção à Educação para Todos. *Revista PRELAC* (Chile), 1(0), 7-11.
Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137293por.pdf>
- Organização Didática do IFRN*. (2012). Organização Didática do IFRN (Aprovada pela Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21/03/2012.). Natal, RN: IFRN.

- Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/menu-1/volume-3-organizacao-didatica>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2001a). *Du bien-être des nations: Le rôle du capital humain et social*. Paris, France: OECD Publishing.
<https://doi.org/10.1787/9789264289512-fr>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2001b). Policy Directions. In Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *Lifelong Learning for All* (pp. 1-34). Paris, França: OECD Publications.
Recuperado de [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DEELSA/ED/CERI/CD\(2000\)12/PART1/REV2&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DEELSA/ED/CERI/CD(2000)12/PART1/REV2&docLanguage=En)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2018). *Trabalhando com o Brasil*. Paris, France: OCDE.
Recuperado de <http://www.oecd.org/brazil/Active-with-Brazil-Port.pdf>
- Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo, SP: Editora Moderna.
- Paiva, F. H. D. (2002). *Cultura e Prática Empreendedoras: um estudo de caso em Instituição de Educação Tecnológica no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil).
- Pares, A., & Valle, B. (2006). A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In J. Giacomoni, & J. L. Pagnussat (Orgs.), *Planejamento e orçamento governamental* (229-270). Brasília, DF: Enap.
- Parker, B. S. (2009). *Economics of self-employment and entrepreneurship*. Cambridge, US: University Press.
- Parlamento Europeu. (2000). *CONSELHO EUROPEU DE LISBOA 23 E 24 DE MARÇO DE 2000: CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA*.
Recuperado de https://www.europarl.europa.eu/summits/lis1_pt.htm#1
- Paro, V. H. (1999). Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In C. J. Ferretti, J. R. Jr. dos. Silva, & M. R. N. Oliveira (Orgs.), *Trabalho, formação e currículo. Para onde vai a escola?* (pp. 101-120). São Paulo, SP: Xamã.
- Pegado, E. A. C. (2006). Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizizes e Artífices até o CEFET-RN. In E. A. C. Pegado (Org.), *A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI* (pp. 28-49). Natal, RN: Editora CEFET-RN.
- Pena, M. D. C. (2000, julho/dezembro). Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. *Educ. Tecn.*, 5(2), 25-30.
Recuperado de <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/6>
- Pereira, I. M., & Misoczky, M. C. (2006, setembro). Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. In *Anais do 30º Encontro da ANPAD* (pp. 1-16), Salvador, BA.

- Pereira, S. M. (2001). *A formação do empreendedor*. (Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil).
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (6a ed.). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Pinchot III, G. (1989). *Intrapreneuring: Porque você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor* (N. Montingelli Jr, Trad.). São Paulo, SP: Editora Harbra.
- Pinto, C. O. F., & Ruppenthal, J. E. (2014). Empreendedorismo e a dinâmica do emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(2).
- Porter, M. E. (1993). *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Porto, M. J., Jr. (2014). *O ensino médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense: perspectivas contra-hegemônicas num campo em disputas*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
Recuperado de https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_4221552c341f7eb234a2dd80b76117c2
- Prensky, M. (2001, outubro). Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Horizon* (Bradford), 9(5), 2-6.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). *IDHM Municípios 2000 | PNUD Brasil*. Recuperado de <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2a ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5a ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Regimento geral*. (2010). Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Aprovado pela Resolução n°. 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29/10/2010. Natal, RN: IFRN.
Recuperado de <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos/Regimento%20Geral%20do%20IFRN%20-%20em%20vigor.pdf/view>
- Resolução n. 03, de 18 de dezembro de 2002*. (2002). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
Recuperado de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_resol03.pdf
- Resolução n. 07, de 20 de maio de 2011*. (2011). Cria no Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio grande do Norte.
Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/resolucoes-2011/RESOLUCaO%20No%2007%202011-CONSUP-Cria%20Nucleo%20de%20Inovacao%20Tecnologica%20-%20NIT.pdf>

- Resolução n. 148, de 02 de agosto de 2019.* (2019). Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-148-de-2-de-agosto-de-2019-209517410>
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas* (3a ed., 334 p.). São Paulo, SP: Atlas.
- Ries, E. (2011). *The Lean Startup: How Today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses*. New York, US: Crown Business.
- Rose, N. (1999). *The powers of freedom*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Saes, D. X., & Pita, F. H. S. (2007). Empreendedorismo no ensino superior: uma abordagem teórica. *Revista de Ciências Empresariais* (Maringá Management), 4(2), 33-41.
- Salomon, G. (1991). Transcending the Qualitative-Quantitative Debate: The Analytic and Systemic Approaches to Educational Research. *Educational Researcher*, 20(6), 10-18.
- Sampaio, M. V. D. (2013). *Educação profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local de egressos no mercado de trabalho*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil).
- Samuelson, P. (1981). Schumpete's Capitalism, Socialism and Democracy. In A. Heertje (Org.), *Schumpete's Vision. Capitalism, Socialism and Democracy after Forty Years*. New York, USA: Preager.
- Sánchez, J. C. (2013). The Impact of an Entrepreneurship Education Program on Entrepreneurial Competencies and Intention. *Journal of Small Business Management*, 51(3), 447-465.
- Say, J.-B. (1983). *Tratado de economia política* (B. Barbosa Filho, Trad., Coleção Os Economistas). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Scalon, C., & Salata, A. (2016). Desigualdades, estratificação e justiça social. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 16(2), 179-188. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.24479>
- Schaefer, R. (2018). *Empreender como uma forma de ser, saber e fazer: o desenvolvimento da mentalidade e do comportamento empreendedores por meio da educação empreendedora*. (Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil).
- Schmidt, S., & Bohnenberger, M. C. (2009). Perfil empreendedor e desempenho organizacional. *Rev. adm. contemp.*, 13(3), 450-467.
- Schultz, T.W. (1973). *O capital humano: investimento em educação e pesquisa* (p. 23). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Schumpeter, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (M. S. Possas, Trad.). São Paulo, SP: Abril Cultural.

- Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia* (S. G. Paula, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Secchi, L. (2013). *POLÍTICAS PÚBLICAS – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (CENGAGE).
Recuperado de <https://www.cengage.com.br/lis/politicas-publicas-conceitos-esquemas-de-analise-casos-praticos-2a-edicao/>
- Sennett, R. (1999). *A corrosão caráter. consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Sennett, R. (2012). Entrevista: Richard Sennett. Entrevista concedida a Giovanna Bartucci. *Valor*.
Recuperado de <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2012/08/24/juntos-agora.ghhtml>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2017a). *Conheça as características empreendedoras desenvolvidas no Empretec*.
Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/conheca-as-caracteristicas-empreendedoras-desenvolvidas-no-empretec,d071a5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2017b). *Pesquisa GEM: Oportunidade ou necessidade?*. Sebrae.
Recuperado de <https://sebraers.com.br/momento-da-empresa/oportunidade-ou-necessidade/>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2017c). *Qual diferença entre empreendedor e empresário?*. Sebrae.
Recuperado de <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/empreendedor-e-empresario/>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020). *Qual a diferença entre MEI e Profissional autônomo?*. Sebrae.
Recuperado de <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qual-a-diferenca-entre-mei-e-profissional-autonomo,71560d01760f1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2021). *Como conseguir dinheiro para abrir uma empresa?*. Sebrae.
Recuperado de <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/como-conseguir-capital-para-abrir-uma-empresa/>
- Sguissardi, V. (2006). Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, 27(96), 1021-1056.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300018>
- Shane, S. (2012). Delivering on the promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 37(1), 10-20.
- Shiroma, E. O., Campos, R. F. G., & Garcia, R. M. C. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva* (Florianópolis), 23(02), 427-446.

- Silva, L. B. (2012). *A reestruturação curricular da educação profissional no Brasil face às diretrizes nacionais e internacionais e a participação dos agentes curriculares: o caso do IFRN*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- Smith, A. (1985). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (L. J. Baraúna, Trad., 2a ed.). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Souza, A. M. (2006). *Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil).
- Souza, E. C. P. de. (2009). *Mercadores de ilusões: a autoajuda e o empreendedorismo no cotidiano dos professores da rede pública do município do rio de janeiro* (226p.). (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Stockmanns, J. I. (2014). *Pedagogia Empreendedora*. Unicentro. Recuperado de <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/840>
- Tavares, M. G. (2012). Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In *Anais do IX Seminário de pesquisa em educação da região Sul – ANPED Sul*, Caxias do Sul, RS.
- Thornton, M. (2006). Cantillon on the cause of the Business Cycle. *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 9(3), 45-60.
- Tiryaki, G. F. (2008). A Informalidade e as flutuações na atividade econômica. *Est. Econ.*, 38(1), 97-125.
- Triola, M. F. (2005). *Introdução à estatística*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de investigação em educação*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Uchoa, C. V. (2017). *A construção discursiva do empreendedorismo social: crítica e justificação no novo espírito do capitalismo*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil).
- União Europeia. (1999). *Processo de Bolonha: estabelecimento do Espaço Europeu do Ensino Superior*. Bolonha. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Ac11088>
- Vakaloulis, M. (2003). *O capitalismo pós-moderno* (4a ed.). Lisboa, Portugal: Campo da Comunicação.
- Vale, G. M. V. (2014). Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(6), 874-891. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141244>

- Vieira, D. A., & Marques, A. P. (2014). *Preparados para Trabalhar?*. Lisboa, Portugal: Consórcio Maior Empregabilidade/Fórum Estudante.
- Winter, D. (1998). The contributions of David McClelland to personality assessment. *Journal of Personality Assessment*, 71(2), 129-145.
- Wolff, S., Silva, C. X., & Ferreira, L. A. S. (2010). Precarização e Flexibilização do Trabalho e Políticas Públicas de Desenvolvimento no Estado do Paraná: um retrato empírico. In *VII Seminário do Trabalho da RET*, Marília, SP.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (4a ed.). Porto Alegre, RS: Ed Bookman.

Apêndices

Apêndice I – Inquérito por questionário aplicado aos alunos egressos

Políticas Públicas e Empreendedorismo

Solicitamos sua colaboração em responder ao questionário na área de Políticas Públicas e Empreendedorismo. O presente estudo deseja avaliar posicionamentos sobre o tema e como os alunos egressos percebem as políticas, projetos e ações empreendedoras do IFRN.

O seu preenchimento não tomará muito do seu tempo e será importante contributo para a temática.

O anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos são garantidos. Agradecemos desde já sua participação!

***Preenchimento obrigatório**

- 1.** Em qual dos seguintes Campi você obteve sua formação acadêmica?* (Marcar apenas uma alternativa)
 - IFRN – Natal Central
 - IFRN – Natal Cidade Alta
 - IFRN – Caicó
 - IFRN – João Câmara
 - IFRN – Mossoró
 - Outros Campus

Curso de formação

- 2.** Qual foi o curso que você concluiu no campus selecionado?* (Se você concluiu mais de um curso nesse Campus, considere apenas a última formação)
-

3. Qual foi a modalidade do último curso realizado no Campus selecionado?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Técnico de nível médio integrado
- Técnico de nível médio subsequente
- Graduação tecnológica
- Graduação para licenciatura
- Pós-graduação latu sensu
- Pós-graduação stricto sensu
- Curso de qualificação profissional
- Outro: _____

4. Qual foi a data de conclusão do curso?* (Se não lembrar a data precisa, informe apenas o ano de conclusão)

Caracterização pessoal

5. Qual o seu nível de escolaridade atual?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Ensino médio completo
- Ensino superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

6. Qual sua data de nascimento?*

7. Sexo:* (Marcar apenas uma alternativa)

Masculino

Feminino

8. Cor ou raça/etnia:* (Classificação segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) (Marcar apenas uma alternativa)

Branca

Preta

Amarela

Parda

Indígena

Empreendedorismo

Leia as seguintes definições de empreendedorismo para responder a questão a seguir.

1 – “O empreendedor é a pessoa que inicia ou opera um negócio (uma empresa) para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente” (Chiavenato, 2004).

2 – “O empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente graças à introdução no mercado de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias” (Schumpeter, 1982).

3 – “O empreendedor tem como principais características as suas fortes necessidades de realização, que envolvem: desejo de crescimento pessoal por meio de superação de desafios, busca de padrão de excelência, alto envolvimento com seus objetivos, muita energia e vontade” (McClelland, 1972).

4 – “O empreendedor é um indivíduo com soluções inovadoras para os problemas sociais mais prementes. São ambiciosos e persistentes, enfrentando as grandes questões sociais e propondo novas ideias de mudança em larga escala” (Oliveira, 2004).

9. Quais as definições acima você acredita que seja mais apropriada para o tema “empreendedorismo”?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Definição 1 [pular para pergunta 11]
- Definição 2 [pular para pergunta 11]
- Definição 3 [pular para pergunta 11]
- Definição 4 [pular para pergunta 11]
- Não concordo com nenhuma dessas definições [pular para a pergunta 10]

Definição pessoal sobre empreendedorismo

10. Em breves palavras, o que você entende por empreendedorismo?*

Empreendedorismo no contexto acadêmico

11. Qual era seu grau de interesse pelo tema empreendedorismo durante o seu curso?* (Marcar apenas uma alternativa)

Nenhum pouco interessado 1 2 3 4 5 Muito interessado

12. Qual sua opinião em relação ao papel do IFRN no desenvolvimento do empreendedorismo?* (Marcar apenas uma alternativa)

Nenhuma participação 1 2 3 4 5 Muito participativo

13. Dentro do tema empreendedorismo avalie os tópicos a seguir quanto ao seu desempenho, considerando o tempo de sua formação no IFRN.* (Marcar apenas uma alternativa por linha)

	Não se aplica	Desempenho péssimo	Desempenho baixo	Desempenho mediano	Desempenho bom	Desempenho ótimo
Apresentação de conteúdos curriculares inovadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção de contatos com entidades/empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atuação de incubadora tecnológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atuação de hotel de negócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estímulo à criatividade/ inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dotação de um corpo docente qualificado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Difusão e divulgação de informações sobre apoio ao empreendedorismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de seminários, workshops, palestras ou outros eventos centrados na temática do empreendedorismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivos à criação de negócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Existia alguma disciplina específica sobre empreendedorismo?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 15]
- Não [Pular para pergunta 19]
- Não me recordo [Pular para pergunta 19]

Empreendedorismo no contexto acadêmico II

15. Qual(is) era(m) a(s) disciplina(s) específica(s) sobre o tema empreendedorismo na época da sua formação?*

16. Qual a sua avaliação para essas disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto a forma que foram ensinadas (metodologia de ensino)?* (Marcar apenas uma alternativa)

Péssima

1

2

3

4

5

Excelente

17. Qual a sua avaliação para essas disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado?* (Marcar apenas uma alternativa)

Péssima

1

2

3

4

5

Excelente

18. Houve alguma abordagem ao empreendedorismo em disciplinas não específicas ao tem?*(Marcar apenas uma alternativa)

- Sim, na maioria delas
- Sim, em algumas delas
- Sim, só em uma disciplina
- Não, em nenhuma delas
- Não me recordo

Empreendedorismo no contexto acadêmico III

19. Você teve oportunidade de fazer visitas técnicas com o objetivo de estimular o seu aprendizado sobre o empreendedorismo?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim
- Não
- Não me recordo

20. Classifique a divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo na época de sua formação?* (Marcar apenas uma alternativa)

Péssima

1

2

3

4

5

Excelente

21. Você fazia parte de algum projeto de pesquisa no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para pergunta 22]
- Não [Pular para pergunta 23]

Projeto de pesquisa

22. O projeto de pesquisa tinha alguma relação com empreendedorismo?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim
- Não

Projeto de extensão

23. Você fazia parte de algum projeto de extensão no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 24]
- Não [Pular para a pergunta 25]

Projeto de Extensão II

- 24.** O projeto de extensão tinha alguma relação com o empreendedorismo?* (Marcar apenas uma alternativa)
- Sim
 - Não

O que existia na época da minha formação relacionando ao empreendedorismo

- 25.** Marque as opções relacionadas ao empreendedorismo que você lembra que existia na instituição na época do seu curso.* (Marcar todas que se aplicam)
- Incubadora Tecnológica (IT-Têxtil, ITEN, ITMO, ITNC, ITCART, etc.)
 - Hotel de Projetos
 - Prêmio Idea Nova
 - Miniempresa (Junior Achievement)
 - Palestras/divulgação sobre empreendedorismo
 - Palestras/divulgação sobre incubadora tecnológica
 - Mulheres Mil
 - Feiras/oficinas/encontros de empreendedorismo
 - Galeria Itinerante de Arte Potiguar
 - Outro: _____

Em sua opinião, o que poderia melhorar?

- 26.** Em sua opinião, quais atividades/iniciativas seriam úteis na promoção do empreendedorismo no contexto acadêmico?* (Por exemplo, curriculares: aulas, cursos graduados ou pós-graduados; extracurriculares: ações de sensibilização, concursos de ideias, workshop sobre plano de negócios, outros motivos)
-
-

Os dados aqui obtidos serão para fins de estudo e serão mantidos em sigilos.

Caracterização profissional

- 27.** Qual sua situação profissional atual?* (Marcar apenas uma alternativa)
- Trabalhador assalariado [pular para a pergunta 28]
 - Trabalhador independente/autônomo/empresário [Pular para a pergunta 48]
 - Desempregado [Pular para a pergunta 37]

Situação – trabalhador assalariado

- 28.** Em qual setor da economia está vinculada a organização em que você trabalha?* (Marcar apenas uma alternativa)
- Privado
 - Público
 - Público-privado
 - Não governamental
- 29.** Qual é o seu tipo de vínculo empregatício?* (Marcar apenas uma alternativa)
- Empregado com carteira assinada
 - Empregado sem carteira assinada
 - Em contrato temporário
 - Funcionário público concursado

- Estagiário
- Outro: _____

30. Qual sua função dentro da organização?* (Por exemplo: Assistente Administrativo)

31. Qual o tipo de atividade principal que você exerce no seu trabalho atual?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Atividade técnica
- Atividade administrativa
- Atividade gerencial
- Atividade comercial
- Outro: _____

32. Atualmente você trabalha na área em que se formou no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 33]
- Não [Pular para a pergunta 34]

Duração se emprego na área de formação no IFRN

33. Há quanto tempo você trabalha na área de formação no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Há menos de 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 3 a 4 anos
- Mais de 4 anos

Trabalhador assalariado

34. Você já tentou criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 35]
- Não [Pular para a pergunta 36]

Experiência sobre projeto empreendedor

35. Fale sobre a experiência do projeto empreendedor? (Pontos positivos, negativos, duração do empreendimento, tipo de negócio, etc.)*

Existência de um projeto empreendedor

36. Você tem algum projeto empreendedor em mente? (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 62]
- Não [Pular para a pergunta 72]

Desempregado

37. Há quanto tempo você se encontra desempregado?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Há menos de um ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 3 a 4 anos
- Mais de 4 anos
- Nunca trabalhei

38. Qual a frequência que você procura por emprego?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Diariamente
- Algumas vezes por semana
- Algumas vezes por mês
- Algumas vezes por ano
- Não procuro
- Outro: _____

39. Qual(is) o(s) meio(s) mais utilizado(s)?* (Marcar todas que se aplicam)

- Jornais
- Internet
- Televisão
- Diretamente nas organizações
- Aplicativos para celulares
- Redes sociais
- Outro: _____

40. Quais são as principais dificuldades encontradas?

41. Você já trabalhou antes?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 42]
- Não [Pular para a pergunta 47]

Desempregado que já trabalhou

42. Em qual setor da economia estava vinculada a organização em que você trabalhou?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Privado
- Público

- Público-privado
- Não governamental

43. Qual foi a função desempenhada? (Por exemplo: Assistente Administrativo)

44. Qual o tipo de atividade principal exercida a essa experiência de emprego?* (Marcar apenas uma alternativa)]

- Atividade técnica
- Atividade administrativa
- Atividade gerencial
- Atividade comercial
- Outro: _____

45. As funções desempenhadas estavam dentro da sua área de formação no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 46]
- Não [Pular para a pergunta 42]

46. Por quanto tempo você trabalhou na área de formação no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Menos de um ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 3 a 4 anos
- Mais de 4 anos

Desempregado – experiência prévia com projeto empreendedor

47. Você já tentou criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim [Pular para a pergunta 35]
- Não [Pular para a pergunta 36]

Situação - Trabalhador independente/autônomo/empresário/empreendedor

Lembre-se que não precisa se preocupar com o que está sendo informado. Os dados aqui coletados terão fins apenas para pesquisa científica.

48. Como você classifica sua empresa/negócio/organização/associação?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Formal
- Informal

49. Em que setor de atividade se insere seu negócio/empresa/organização/associação?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- Indústria extrativa, transformadora
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água
- Construção
- Comércio, alojamento e alimentação
- Transporte, armazenamento e comunicações
- Atividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços a empresas
- Administração pública, defesa e segurança
- Educação, saúde e ação social
- Outro: _____

50. Qual a dimensão/número de trabalhadores de sua empresa?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Micro (1-9 trabalhadores – Comércio e Serviços; até 19 trabalhadores – Indústria)
- Pequena (10-49 trabalhadores – Comércio e Serviços; 20-99 trabalhadores – Indústria)
- Média (50-99 trabalhadores – Comércio e Serviços; 100-499 trabalhadores – Indústria)
- Grande (Maior ou igual a 100 trabalhadores – Comércio e Serviços; mais de 500 trabalhadores – Indústria)

51. Qual a classificação da sua empresa quanto à Receita Bruta Anual?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Microempreendedor Individual – MEI – Lei 123/06 – Até R\$ 60.000,00

- Microempresa – ME – Lei 123/06 – Até R\$ 360.000,00
- Empresa de Pequeno Porte – EPP – Lei 123/06 – De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

52. Há quanto tempo sua empresa/negócio/organização/associação existe? (Marcar apenas uma alternativa)

- Até 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 3 a 4 anos
- 5 anos ou mais

53. Qual a cidade em que você abriu sua empresa/negócio/organização/associação?* (Por exemplo: Natal/RN – Brasil)

54. Indique o(s) motivo(s) que o levaram a escolher essa localidade* (Marcar todas que se aplicam)

- Riqueza do local
- Melhores oportunidades de negócio
- Existência de condições mais favoráveis ao tipo de negócio
- Viveu nessa localidade a maior parte da sua vida
- Aproveitamento de uma oportunidade que surgiu nesse local
- Existência de recursos humanos qualificados
- Maior dinamismo tecnológico/científico do local
- Comunidade carente que precisa de apoio
- Local de formação no IFRN
- Outro: _____

55. Que tipo de serviço sua empresa/negócio/organização/associação oferece?*

56. Qual o público alvo?*

57. Que funções e atividades você desempenha na sua empresa/negócio/organização/associação?*

58. Qual(is) a(s) razão(ões) que o levaram a optar pela criação de sua empresa?* (Marcar todas que se aplicam)

- Dificuldades de conseguir emprego na área de formação
- Melhorar a situação atual
- Desejo de autonomia
- Perspectiva de ganhar mais dinheiro
- Possibilidade de gerir o meu tempo
- Melhor conciliação com a vida familiar
- Demissão de um emprego
- Oportunidade boa para a abertura de empresa/negócio
- Tenho familiares ou amigos empresário e isso me ajudou de alguma forma
- Formação no IFRN
- Outro: _____

59. A empresa/negócio/organização/associação que você abriu abrange a sua área de formação no IFRN?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Sim
- Não

60. Qual o seu nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual?* (Marcar apenas uma alternativa)

Muito insatisfeito

1

2

3

4

5

Muito satisfeito

61. Quando optou por criar a sua própria empresa/negócio, procurou algum tipo de formação?*

(Marcar apenas uma alternativa)

- Sim
- Não

Projeto empreendedor em mente

62. Qual o projeto empreendedor que você tem em mente?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Criação de uma empresa
- Criação de uma ONG (Organização não governamental)
- Criação de uma associação beneficente
- Outro: _____

63. Fale de forma breve sobre este projeto empreendedor*

64. Como você teve a ideia para o projeto empreendedor?*

65. Alguém ou algo o inspirou na criação do projeto? Se sim, quem ou o que o inspirou?*

66. Que tipo de serviço pretende oferecer?*

67. Qual o público alvo do seu projeto empreendedor?*

68. Quando pretende iniciar o seu projeto?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Nos próximos dias
- Nas próximas semanas
- Nos próximos meses
- Em até um ano
- Nos próximo anos

69. Qual o setor que pretende abrir a organização?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- Indústria extrativa, transformadora
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água
- Construção
- Comércio, alojamento e alimentação
- Transporte, armazenamento e comunicações
- Atividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços a empresas
- Administração pública, defesa e segurança
- Educação, saúde e ação social
- Outro: _____

70. O que o motiva a criação da sua própria empresa/negócio/organização?* (Marcar apenas uma alternativa)

- Dificuldade de conseguir emprego na área da formação
- Melhorar a situação atual
- Desejo de autonomia
- Perspectiva de ganhar mais dinheiro
- Possibilidade de gerir meu tempo
- Melhor conciliação com a vida familiar
- Ajudar as pessoas, os animais ou apoiar alguma causa
- Fazer algo útil para a sociedade
- Outro: _____

71. Quais são os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto?* (Marcar todas que se aplicam)

- O clima econômico atual não é favorável
- Financiamento
- Burocracias administrativas
- Pouca informação sobre como o fazer
- Falta de competências na área de gestão
- Falta de ideias inovadoras
- Falta de apoio institucional para o fazer
- Contatos com clientes e fornecedores
- Encontrar instalações e pessoal adequado
- A imagem do empresário na sociedade é muito negativa
- As pessoas não se interessam pelo tipo de projeto que eu escolhi
- Outro: _____

[pular para pergunta 74]

Projeto empreendedor – justificar por não o escolher

72. Qual(is) dos seguintes obstáculos e receios impede(m) que você crie seu próprio negócio/empresa/organização?* (Marcar todas que se aplicam)

- Falta de financiamento
- Incerteza de remuneração
- Instabilidade do negócio
- A necessidade de investir muito tempo e energia no projeto
- Possibilidade de falhar
- Falta de formação
- Má imagem dos empresários na sociedade brasileira
- Falta de apoio familiar
- As pessoas não se interessam pelo tipo de projeto que eu escolhi
- Outro: _____

73. Espaço destinado para sugestões e críticas sobre a pesquisa. (Dê sua opinião sobre esta pesquisa)

Última etapa – identificação – opcional

Prezado entrevistado, chegamos na etapa final, que não é de preenchimento obrigatório, mas lhe dará a oportunidade de participar do sorteio de brindes. As informações requeridas (nome completo e e-mail) não serão divulgadas. Elas poderão ser utilizadas para futuros contatos com objetivo de aprofundamento da pesquisa.

74. Informe o seu nome completo.

75. Qual o seu e-mail?

Apêndice II – Guião das entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores institucionais

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tema: Políticas públicas e empreendedorismo nos Institutos Federais de Educação Tecnológica do Brasil: um estudo de caso no IFRN.

Destinatários: gestores institucionais do IFRN.

I - Legitimação e instruções para entrevista

1. Especificar o âmbito do trabalho (Convênio IFRN/Universidade do Minho - Doutorado em Ciências Sociais);
2. Valorizar e agradecer a contribuição do entrevistado(a);
3. Apresentar os objetivos da entrevista;
4. Informar acerca da importância da entrevista e explicar a natureza acadêmica e anônima da recolha, tratamento e divulgação das informações. Se assim o desejar, o entrevistado poderá ter acesso à informação final. Caso deseje, informar e-mail para envio da entrevista, bem como prazo de entrega da informação.
5. Solicitar a autorização para realizar a gravação da entrevista. Realçar a importância da gravação devido à necessidade de transcrever e analisar posteriormente a informação obtida.
6. Antes de iniciar a entrevista, salientar ao entrevistado a possibilidade de colocar dúvidas sempre que não entender bem as questões efetuadas.
7. Solicitar local tranquilo para não haver eventuais interrupções. De preferência, pôr telemóvel no modo silencioso.

II – Percorso socioprofissional (caracterização do entrevistado)

1. Dados iniciais:
 - a. Cargo que ocupa: _____.
 - b. Campus: _____.
 - c. Formação académica: _____.
 - d. Titulação: _____.
 - e. Tempo como servidor do IFRN: _____.

2. Começando pelo seu percurso profissional, como ele ocorreu? (Em termos de atividades/funções desempenhadas, como ascendeu, as principais etapas, etc.)
3. Quais foram os momentos mais importantes da sua carreira? (Marcos, momentos chaves, ideias determinantes)
4. O que o levou a galgar o cargo atual? (Motivos, setor escolhido, obstáculos, etc.)

III – Definição do empreendedorismo e seu lugar na educação

1. O que você entende por empreendedorismo?
2. Qual sua visão sobre o impacto do empreendedorismo para economia e a sociedade?
3. Quais os benefícios e preocupações que se deve ter ao associar empreendedorismo com educação/ensino e metodologias de aprendizagem?

IV - Políticas públicas, projetos e ações voltadas ao empreendedorismo no IFRN

1. Quais são as políticas públicas, projetos e ações voltadas ao empreendedorismo existentes na Instituição?
2. Como essas políticas são formuladas? (Com base em quê)
3. Quem são os agentes envolvidos? Que recursos de disseminação e divulgação têm vindo a ser mobilizados?
4. Qual a sua participação/envolvimento com essas políticas?
5. Há estratégias de acompanhamento/ monitorização e avaliação dos projetos de empreendedorismo desenvolvidos no âmbito destas políticas?
6. Que balanço faz em termos do potencial de transformação local, empresarial, criação de emprego, etc. (aspectos positivos versus constrangimentos)

V – Suporte do IFRN para professores e alunos no desenvolvimento do ensino do empreendedorismo e acompanhamento dos egressos

1. A instituição oferece algum suporte extra para professores e alunos para o desenvolvimento do ensino do empreendedorismo?

2. Houve alguma preocupação para com a formação dos profissionais que passaram a atuar nessa temática?
3. Se existe, qual é a relação entre os objetivos/metapas dos cursos e o ensino do empreendedorismo?
4. Existe alguma forma de acompanhamento dos alunos egressos? Como saber se são empreendedores? Quais os critérios para se avaliar?

VI – Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas

1. Como você avalia as mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN-RN para os alunos, os professores, a relação da instituição com empresas e outras instituições?
2. Existem projetos para a implantação de novas políticas públicas? Quais são? Por que eles foram escolhidos?
3. Que metas ou indicadores projeta construir a partir das experiências em curso? Considera isso importante?

VII – Observações e outras questões relacionadas ao empreendedorismo

1. Há mais algum aspecto/tema relacionado com o empreendedorismo que gostaria de aprofundar?

VIII – Validação da entrevista

1. Reforçar a possibilidade de acrescentar informações relevantes ou que não tenha mencionado durante a entrevista;
2. Reforçar que as questões são confidenciais, assim como o anonimato do entrevistado;
3. Verificar a disponibilidade do(a) entrevistado(a) para ler posteriormente a transcrição da informação recolhida com o objetivo de emitir um parecer sobre a adequação das opiniões que forneceu, corrigir eventuais erros e/ou mal-entendidos nas respostas dadas. No caso afirmativo, combinar a forma de envio da transcrição da entrevista (por e-mail), bem como os prazos para a entrega e recolha da mesma;

- 4. Assinar “TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA”;**
5. Agradecer a disponibilidade e colaboração.

Apêndice III – Análise exploratória

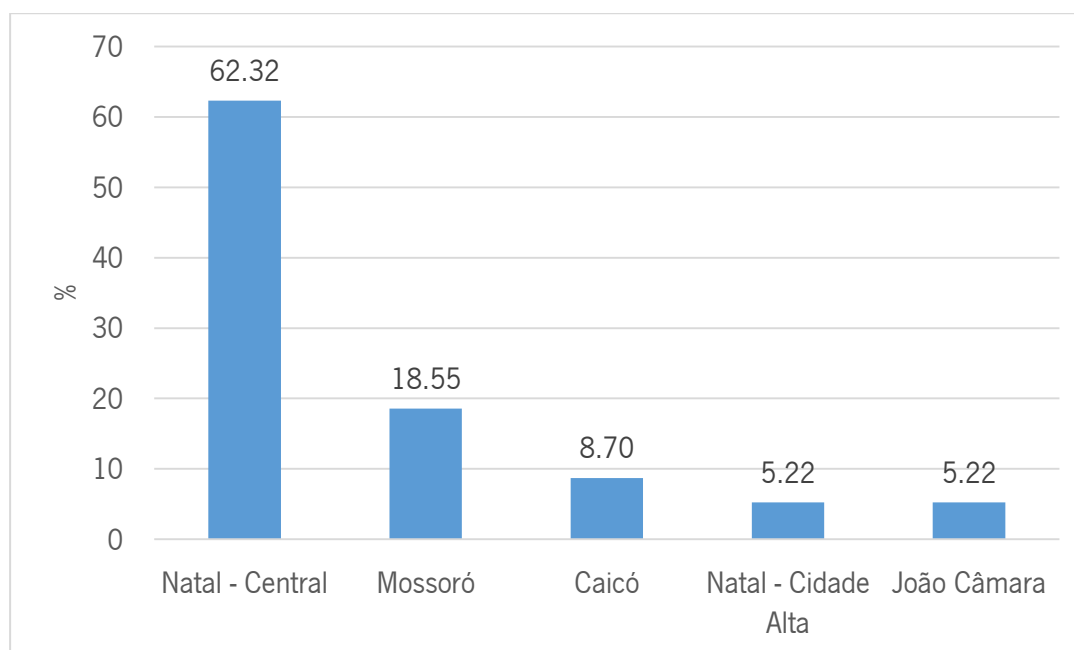
Bloco – Caracterização dos egressos

Tabela 1: Número de egressos de acordo com o *campus* de formação acadêmica no IFRN.

Campi de formação acadêmica dos egressos no IFRN	n	%
Natal - Central	215	62,32
Mossoró	64	18,55
Caicó	30	8,70
Natal - Cidade Alta	18	5,22
João Câmara	18	5,22
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 1: Porcentagem dos egressos de acordo com o *campus* de formação acadêmica no IFRN.



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 2: Número de egressos de acordo com a formação acadêmica no IFRN.

Curso que o egresso concluiu no Campus	n	%
Técnico em controle ambiental	48	13,91
Técnico em edificações	40	11,59
Técnico em mecânica industrial	35	10,1
Técnico em informática	30	8,70
Técnico em petróleo e gás	25	7,25
Técnico em eletrotécnica	23	6,67
Técnico em mineração	23	6,67
Técnico em guia turismo	18	5,22
Técnico em administração	18	5,22
Técnico em segurança do trabalho	11	3,19
Técnico em gestão ambiental	07	2,03
Técnico em automação industrial	05	1,45
TADS	04	1,16
Geologia	03	0,87
Técnico em análise e desenvolvimento de sistemas	03	0,87
Geologia e mineração	03	0,87
Comercio exterior	02	0,58
Técnico em cooperativismo	02	0,58
Não se aplica	02	0,58
Técnico em eventos	02	0,58
Estradas	01	0,29
Alimentos	01	0,29
Comex	01	0,29
Gestão desportiva e do lazer	01	0,29
Técnico em energia eólica	01	0,29
Técnico em vestuário	01	0,29
Não	01	0,29
Total	345	100,0

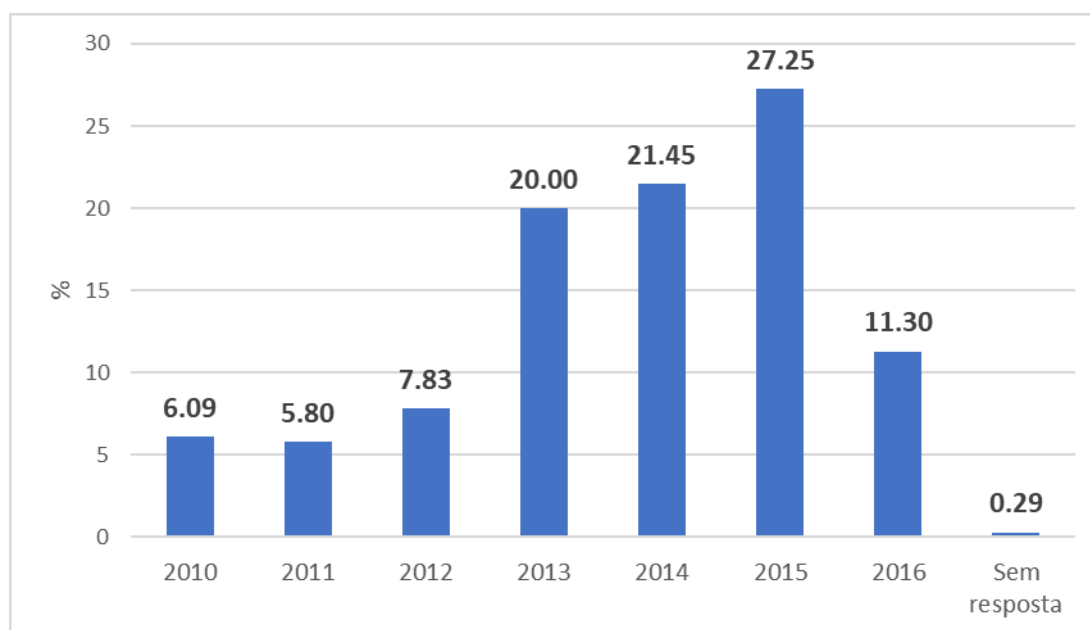
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 3: Número de egressos de acordo com a modalidade do último curso no IFRN

Modalidade do último curso no IFRN	n	%
Técnico de nível médio integrado	140	40,58
Técnico de nível médio subsequente	138	40,00
Graduação tecnológica	65	18,8
Técnico de guia de turismo	01	0,29
Modalidade EJA	01	0,29
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 3: Porcentagem de egressos de acordo com a modalidade do último curso no IFRN



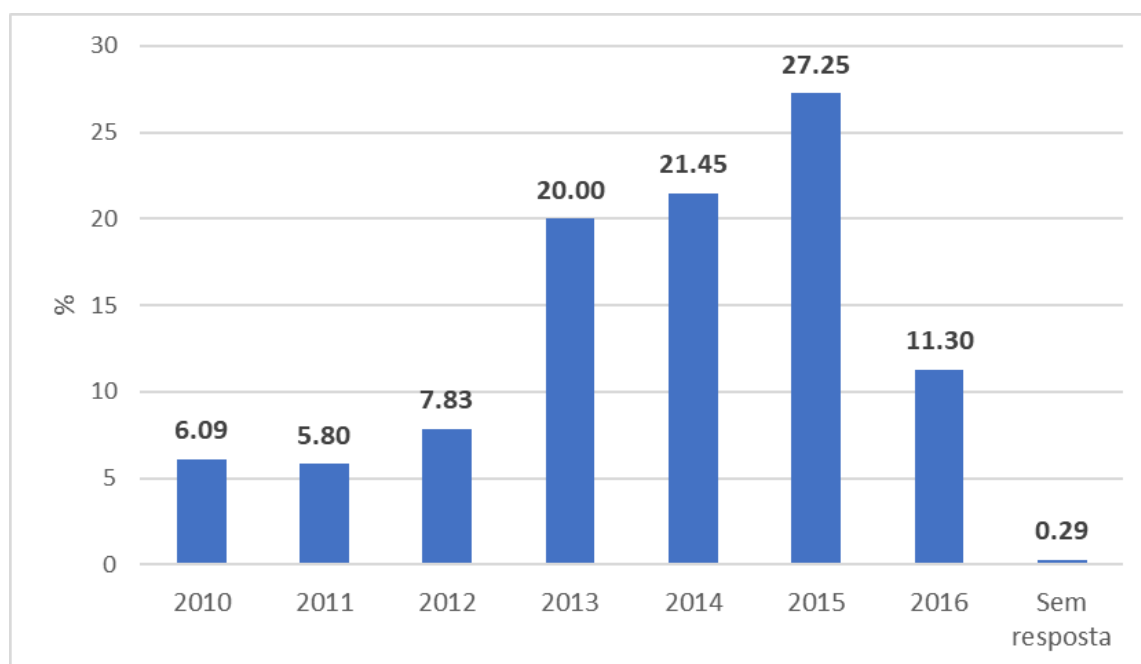
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 4: Número de egressos de acordo com o ano de conclusão

Ano de conclusão	n	%
2010	21	6,09
2011	20	5,80
2012	27	7,83
2013	69	20,0
2014	74	21,45
2015	94	27,25
2016	39	11,30
Sem resposta	01	0,29
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 4: Porcentagem de egressos de acordo com o ano de conclusão



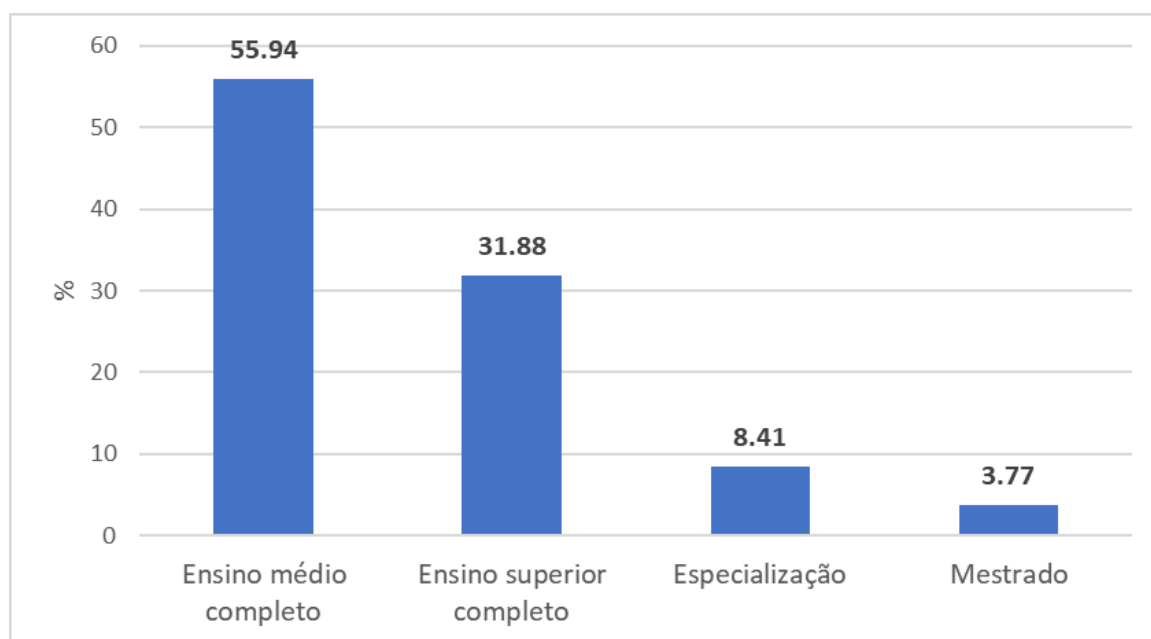
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 5: Número de egressos de acordo com a escolaridade

Escolaridade	n	%
Ensino médio completo	193	55,94
Ensino superior completo	110	31,88
Especialização	29	8,41
Mestrado	13	3,77
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 5: Porcentagem de egressos de acordo com a escolaridade



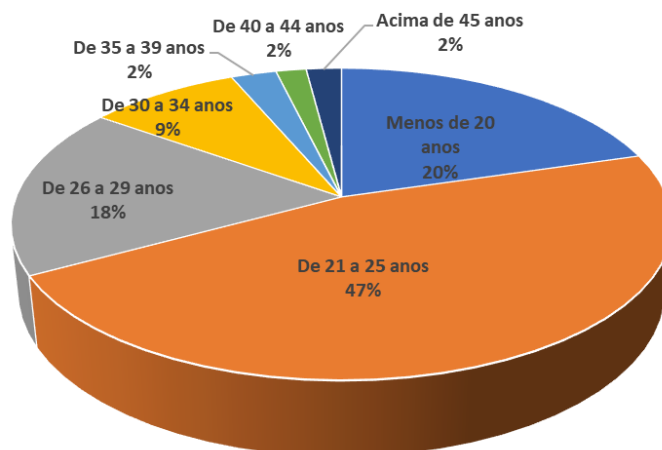
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 6: Número de egressos de acordo com a faixa etária

Faixa etária	n	%
Menos de 20 anos	70	20,41
De 21 a 25 anos	160	46,65
De 26 a 29 anos	61	17,78
De 30 a 34 anos	30	8,75
De 35 a 39 anos	09	2,62
De 40 a 44 anos	06	1,75
Acima de 45 anos	07	2,04
Total	343	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 6: Porcentagem de egressos de acordo com a faixa etária



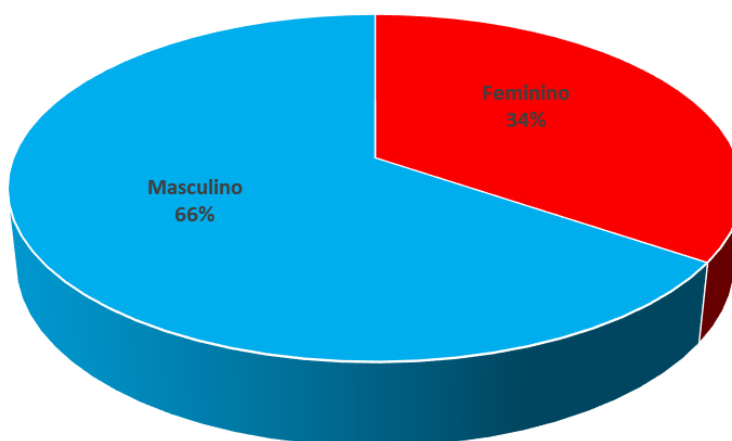
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 7: Número de egressos de acordo com o sexo

Sexo	n	%
Feminino	119	34,49
Masculino	226	65,51
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 7: Porcentagem de egressos de acordo com o sexo



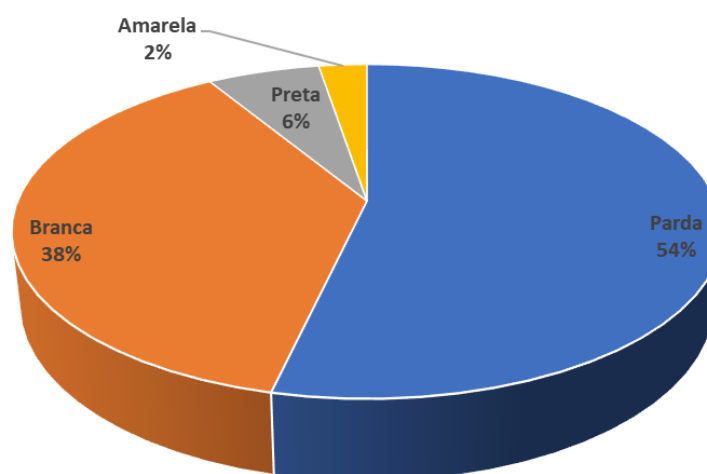
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 8: Número de egressos de acordo com a raça/etnia

Cor ou raça/etnia	n	%
Parda	185	53,62
Branca	130	37,68
Preta	21	6,09
Amarela	09	2,61
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 8: Porcentagem de egressos de acordo com a raça/etnia



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

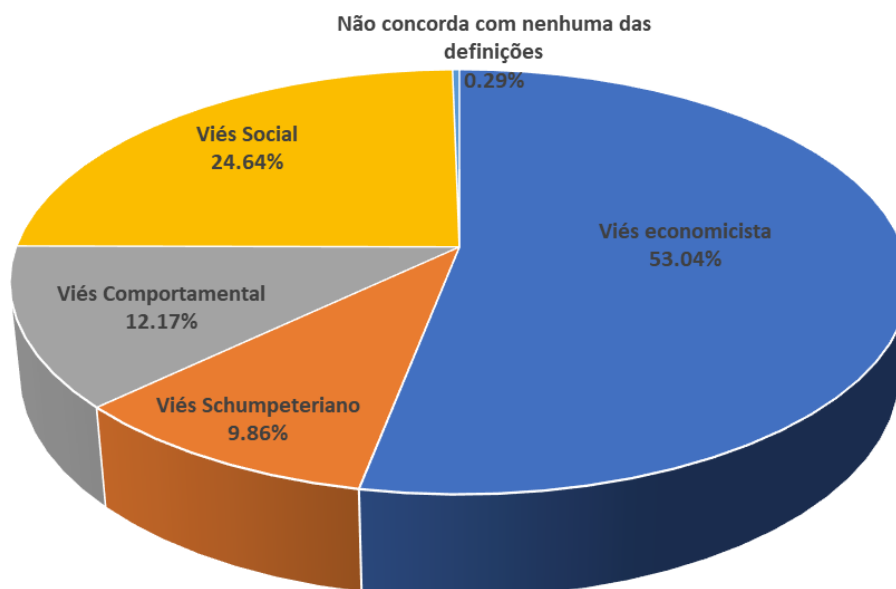
Bloco – Percepções sobre o empreendedorismo

Tabela 9: Número de egressos de acordo com a definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo"

Definições em que o respondente acredita que seja mais apropriada para o tema "empreendedorismo"	n	%
Viés economicista	183	53,04
Viés Schumpeteriano	34	9,86
Viés Comportamental	42	12,17
Viés Social	85	24,64
Não concorda com nenhuma das definições	01	0,29
Total	345	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 9: Porcentagem de egressos de acordo com as definições em que o respondente acredita que seja mais apropriada para o tema "empreendedorismo"



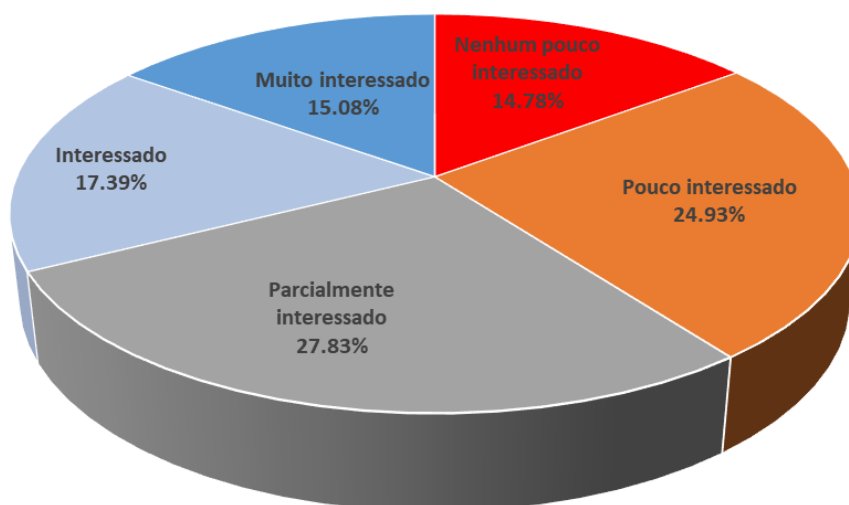
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 10: Número de egressos de acordo com o grau de interesse pelo tema empreendedorismo durante o seu curso

Grau de interesse pelo tema empreendedorismo durante o seu curso	n	%
Nenhum pouco interessado	51	14,78
Pouco interessado	86	24,93
Parcialmente interessado	96	27,83
Interessado	60	17,39
Muito interessado	52	15,08
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 10: Porcentagem de egressos de acordo com o grau de interesse pelo tema empreendedorismo durante o seu curso



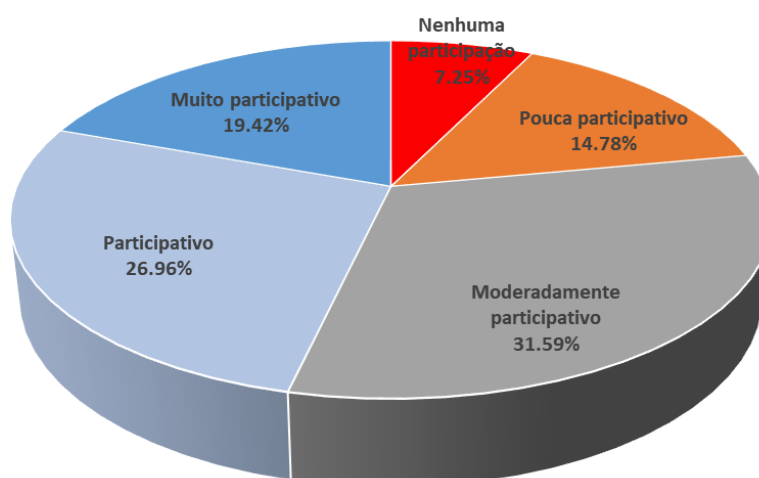
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 11: Número de egressos de acordo com a opinião em relação ao papel do IFRN no desenvolvimento do empreendedorismo

Opinião em relação ao papel do IFRN no desenvolvimento do empreendedorismo	n	%
Nenhuma participação	25	7,25
Pouca participativo	51	14,78
Moderadamente participativo	109	31,59
Participativo	93	26,96
Muito participativo	67	19,42
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 11: Porcentagem de egressos de acordo com a opinião em relação ao papel do IFRN no desenvolvimento do empreendedorismo



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Bloco – Avaliação de desempenho do IFRN pelos egressos quanto a ações ou projetos empreendedores

Tabela 12: Desempenho do IFRN de acordo com a apresentação de conteúdos curriculares inovadores

Apresentação de conteúdos curriculares inovadores	n	%
Desempenho péssimo	27	7,83
Desempenho baixo	92	26,67
Desempenho mediano	87	25,22
Desempenho bom	77	22,32
Desempenho excelente	11	3,19
Não se aplica	51	14,78
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 13: Desempenho do IFRN de acordo com a promoção de contatos com entidades/empresas

Promoção de contatos com entidades/empresas	n	%
Desempenho péssimo	47	13,62
Desempenho baixo	123	35,65
Desempenho mediano	64	18,55
Desempenho bom	42	12,17
Desempenho excelente	04	1,16
Não se aplica	65	18,84
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 14: Desempenho do IFRN de acordo com a atuação de incubadora tecnológica

Atuação de incubadora tecnológica	n	%
Desempenho péssimo	57	16,52
Desempenho baixo	65	18,84
Desempenho mediano	49	14,20
Desempenho bom	51	14,78
Desempenho excelente	12	3,48
Não se aplica	111	32,17
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 15: Desempenho do IFRN de acordo com a atuação de hotel de projetos

Atuação de hotel de projetos	n	%
Desempenho péssimo	60	17,39
Desempenho baixo	69	20,00
Desempenho mediano	40	11,59
Desempenho bom	18	5,22
Desempenho excelente	11	3,19
Não se aplica	147	42,61
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 16: Desempenho do IFRN de acordo com o estímulo à criatividade/inação

Estímulo à criatividade/inação	n	%
Desempenho péssimo	43	12,46
Desempenho baixo	70	20,29
Desempenho mediano	98	28,41
Desempenho bom	58	16,81
Desempenho excelente	31	8,99
Não se aplica	45	13,04
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 17: Desempenho do IFRN de acordo com a dotação de um corpo docente qualificado

Dotação de um corpo docente qualificado	n	%
Desempenho péssimo	08	2,32
Desempenho baixo	57	16,52
Desempenho mediano	73	21,16
Desempenho bom	97	28,12
Desempenho excelente	67	19,42
Não se aplica	43	12,46
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 18: Desempenho do IFRN de acordo com a difusão e divulgação de informações sobre apoios ao empreendedorismo

Difusão e divulgação de informações sobre apoios ao empreendedorismo	n	%
Desempenho péssimo	55	15,94
Desempenho baixo	91	26,38
Desempenho mediano	75	21,74
Desempenho bom	51	14,78
Desempenho excelente	12	3,48
Não se aplica	61	17,68
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 19: Desempenho do IFRN de acordo com a realização de ações voltadas ao empreendedorismo

Realização de seminários, workshops, palestras ou outros eventos centrados na temática do empreendedorismo	n	%
Desempenho péssimo	73	21,16
Desempenho baixo	55	15,94
Desempenho mediano	63	18,26
Desempenho bom	55	15,94
Desempenho excelente	06	1,74
Não se aplica	64	18,55
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 20: Desempenho do IFRN de acordo com os incentivos à criação de negócios

Incentivos à criação de negócios	n	%
Desempenho péssimo	48	13,91
Desempenho baixo	95	27,54
Desempenho mediano	78	22,61
Desempenho bom	46	13,33
Desempenho excelente	11	3,19
Não se aplica	67	19,42
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 21: Estatística descritiva dos itens de desempenho do IFRN quantos a ações ou projetos voltados ao empreendedorismo (A partir da escala *Likert*)

Itens	n	Sem resposta	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Apresentação de conteúdos curriculares inovadores	294	51	2,84	1,03	1,00	5,00
Promoção de contatos com entidades/empresas	280	65	2,40	0,98	1,00	5,00
Atuação de incubadora tecnológica	234	111	2,55	1,22	1,00	5,00
Atuação de hotel de projetos	198	147	2,25	1,15	1,00	5,00
Estimulo à criatividade/ inovação	300	45	2,88	1,18	1,00	5,00
Dotação de um corpo docente qualificado	302	43	3,52	1,11	1,00	5,00
Difusão e divulgação de informações sobre apoios ao empreendedorismo	284	61	2,56	1,12	1,00	5,00
Realização de seminários, workshops, palestras ou outros eventos centrados na temática do empreendedorismo	281	64	2,42	1,13	1,00	5,00
Incentivos à criação de negócios	278	67	2,56	1,08	1,00	5,00

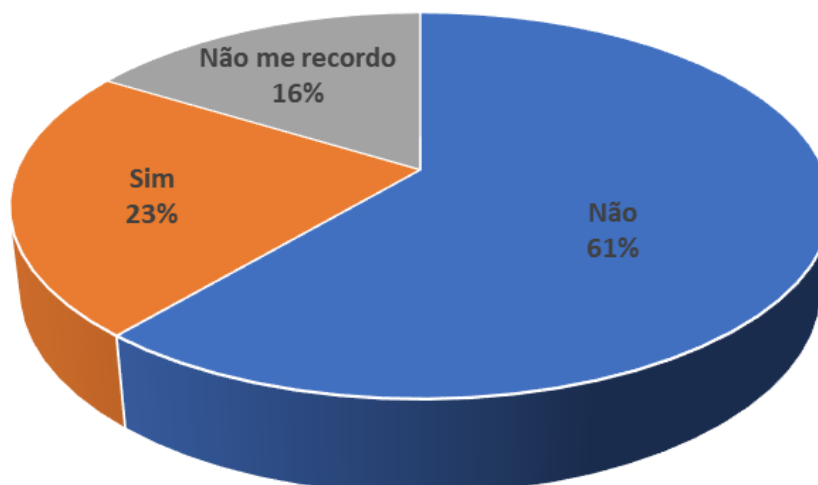
Bloco - Empreendedorismo no Contexto Acadêmico

Tabela 22: Número de egressos de acordo com a existência de alguma disciplina específica sobre empreendedorismo

Existência de alguma disciplina específica sobre empreendedorismo	n	%
Não	211	61,16
Sim	78	22,61
Não me recordo	56	16,23
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 22: Porcentagem de egressos de acordo com a existência de alguma disciplina específica sobre empreendedorismo



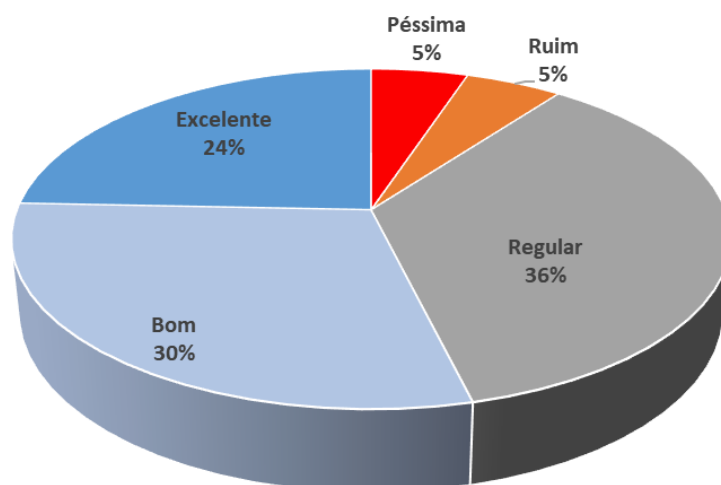
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 23: Avaliação dos egressos para as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto a forma que foram ensinadas (metodologia de ensino)

Avaliação das disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto a forma que foram ensinadas (metodologia de ensino)	n	%
Péssima	04	5,13
Ruim	04	5,13
Regular	28	35,90
Bom	23	29,49
Excelente	19	24,36
Total	78	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 23: Porcentagem de avaliação dos egressos para as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto a forma que foram ensinadas (metodologia de ensino)



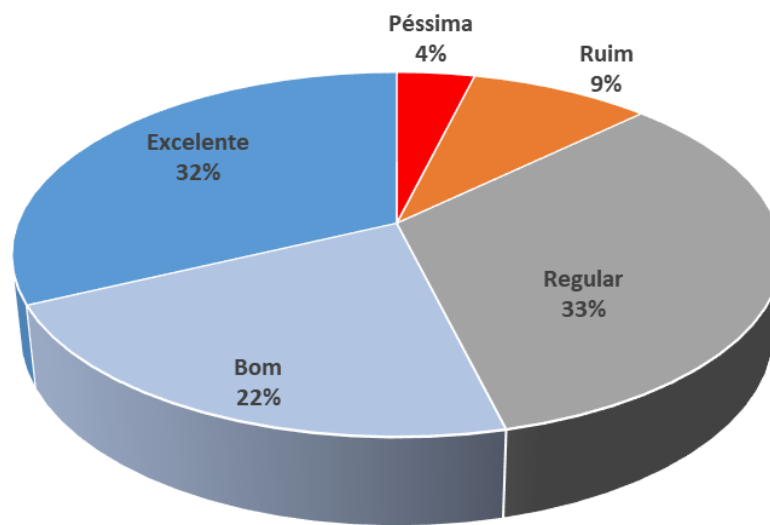
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 24: Avaliação dos egressos para as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado

Avaliação para as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado	n	%
Péssima	03	3,85
Ruim	07	8,97
Regular	26	33,33
Bom	17	21,79
Excelente	25	32,08
Total	78	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 24: Porcentagem dos egressos para as disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 25: Estatística descritiva de itens do empreendedorismo no contexto acadêmico (A partir da escala *Liker*)

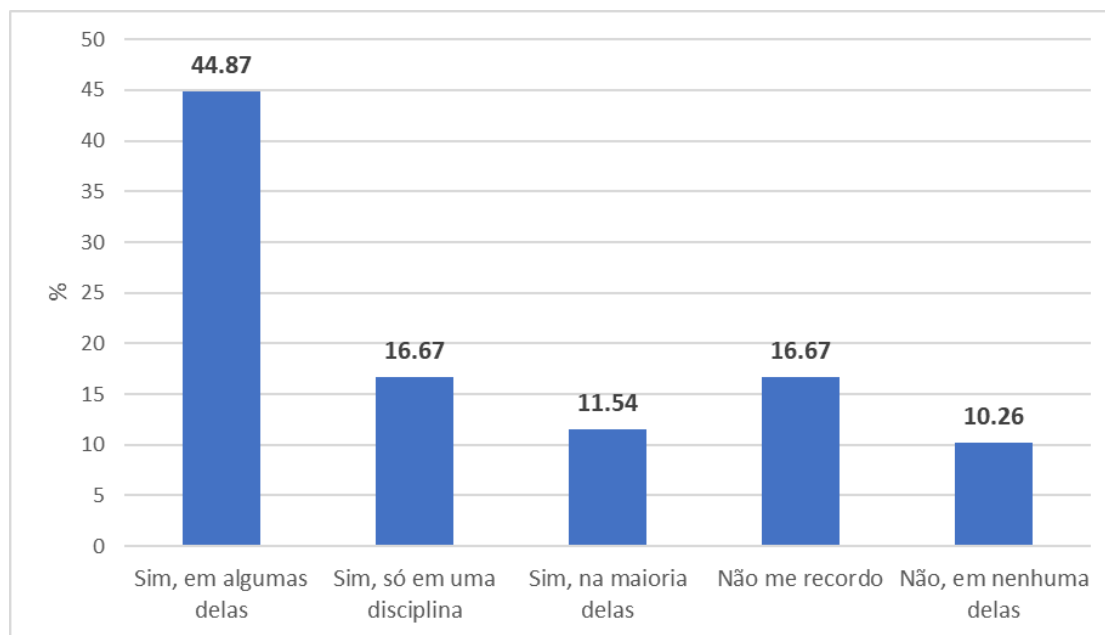
Itens	n	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Avaliação das disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto a forma que foram ensinadas (metodologia de ensino)	78	3,63	1,07	4,00	5,00
Avaliação para essas disciplinas relacionadas ao empreendedorismo quanto ao nível de importância do conteúdo ensinado	78	3,69	1,13	1,00	5,00

Tabela 26: Número de egressos sobre se houve alguma abordagem ao empreendedorismo em disciplinas não específicas ao tema

Houve abordagem ao empreendedorismo em disciplinas não específicas ao tema	n	%
Sim, em algumas delas	35	44,87
Sim, só em uma disciplina	13	16,67
Sim, na maioria delas	09	11,54
Não me recordo	13	16,67
Não, em nenhuma delas	08	10,26
Total	78	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 26: Porcentagem dos egressos sobre se houve abordagem ao empreendedorismo em disciplinas não específicas ao tema



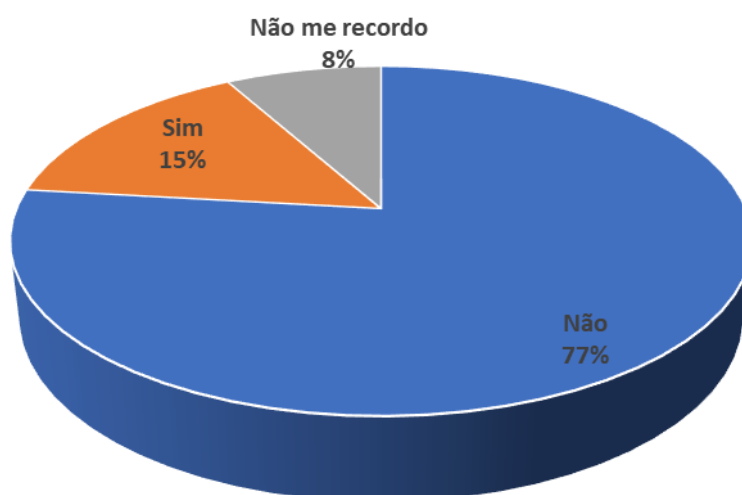
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 27: Número de egressos de acordo com a oportunidade de fazer visitas técnicas com o objetivo de estimular o seu aprendizado sobre o empreendedorismo

Teve oportunidade de fazer visitas técnicas com o objetivo de estimular o seu aprendizado sobre o empreendedorismo	n	%
Não	265	76,81
Sim	52	15,07
Não me recordo	28	8,12
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 27: Porcentagem de egressos de acordo com a oportunidade de fazer visitas técnicas com o objetivo de estimular o seu aprendizado sobre o empreendedorismo



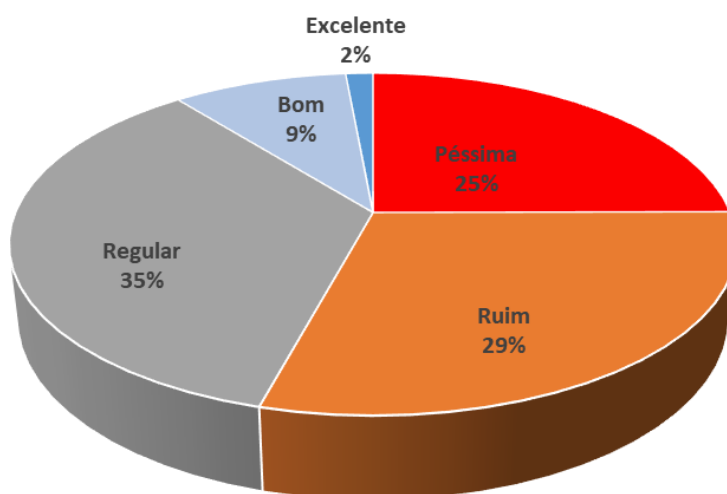
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 28: Número de egressos de acordo com a avaliação da divulgação, por parte do IFRN, de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo

Classifique a divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo na época de sua formação	n	%
Péssima	86	24,93
Ruim	101	29,28
Regular	121	35,07
Bom	32	9,28
Excelente	05	1,45
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 28: Porcentagem de egressos de acordo com a avaliação da divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 29: Estatística descritiva da classificação dos egressos na divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo na época de sua formação

Itens	n	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Classifique na divulgação por parte do IFRN de eventos ou oportunidades relacionadas ao empreendedorismo na época de sua formação	345	2,33	1,00	1,00	5,00

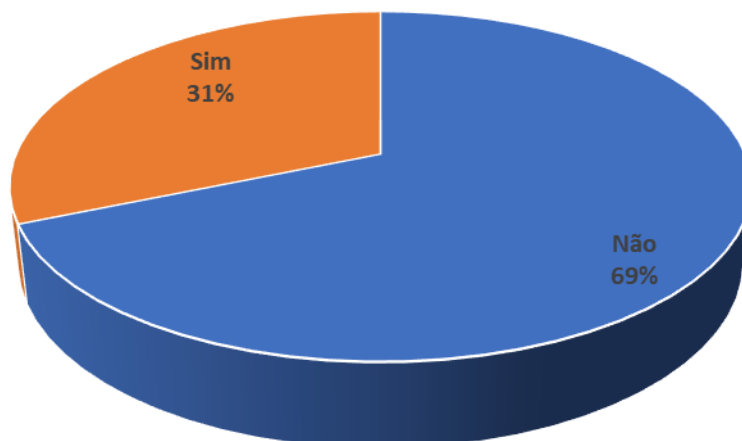
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 30: Número de egressos sobre se faz parte de algum projeto de pesquisa no IFRN

Faz parte de algum projeto de pesquisa no IFRN	n	%
Não	237	68,70
Sim	108	31,30
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 30: Porcentagem de egressos sobre se faz parte de algum projeto de pesquisa no IFRN



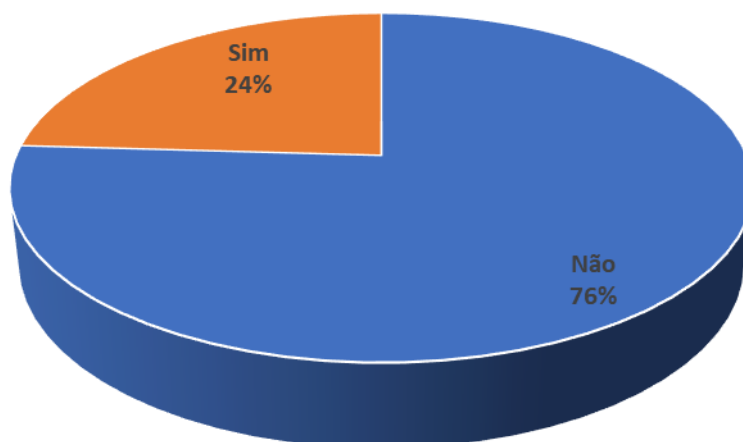
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 31: Número de egressos sobre se o projeto de pesquisa em que participou teve alguma relação com o empreendedorismo

O projeto de pesquisa teve alguma relação com o empreendedorismo	n	%
Não	82	75,93
Sim	26	24,07
Total	108	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 31: Porcentagem de egressos sobre se o projeto de pesquisa em que participou teve alguma relação com o empreendedorismo



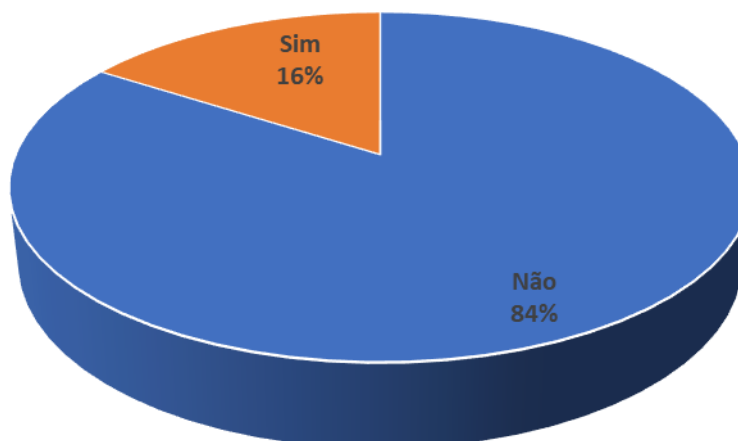
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 32: Número de egressos que fazem parte de algum projeto de extensão no IFRN

Fez parte de algum projeto de extensão no IFRN	n	%
Não	290	84,06
Sim	55	15,94
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 32: Porcentagem de egressos que fazem parte de algum projeto de extensão no IFRN



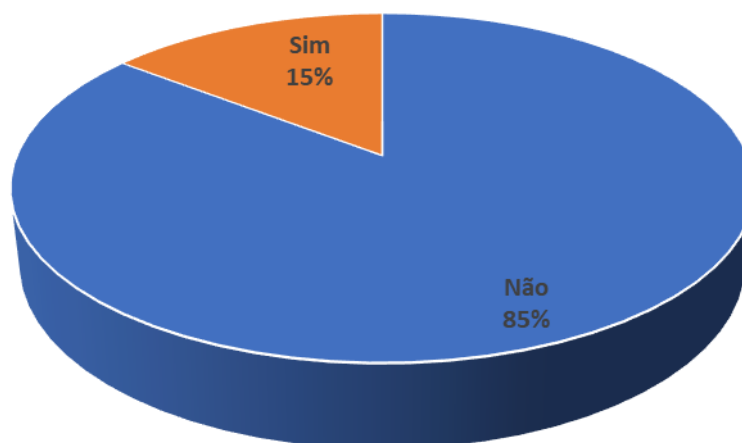
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 33: Número de egressos sobre se o projeto de extensão em que participou teve alguma relação com o empreendedorismo

O projeto de extensão teve alguma relação com empreendedorismo	n	%
Não	47	85,45
Sim	08	14,55
Total	108	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 33: Porcentagem de egressos sobre se o projeto de extensão em que participou teve alguma relação com o empreendedorismo



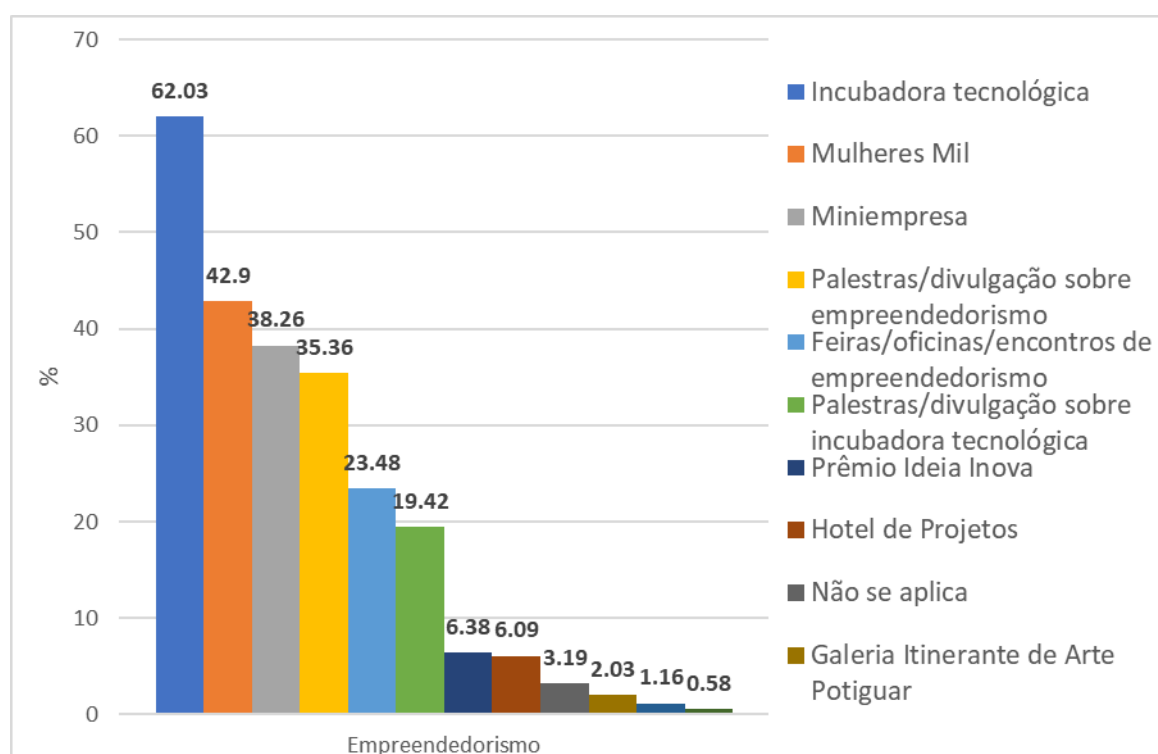
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 34: Número de egressos de acordo com as opções relacionadas ao empreendedorismo que o respondente recordava existir na Instituição na época do seu curso

Empreendedorismo que o egresso lembra que existia na Instituição na época do seu curso¹²²	n	%
Incubadora tecnológica	214	62,03
Mulheres Mil	148	42,90
Miniempresa (Junior Achievement)	132	38,26
Palestras/divulgação sobre empreendedorismo	122	35,36
Feiras/oficinas/encontros de empreendedorismo	81	23,48
Palestras/divulgação sobre incubadora tecnológica	67	19,42
Prêmio Ideia Inova	22	6,38
Hotel de Projetos	21	6,09
Galeria Itinerante de Arte Potiguar	07	2,03
Não se aplica	11	3,19
Não recorda	04	1,16
Nenhum	02	0,58

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 34: Porcentagem de egressos de acordo com as opções relacionadas ao empreendedorismo que o respondente recordava existir na época do seu curso no IFRN



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

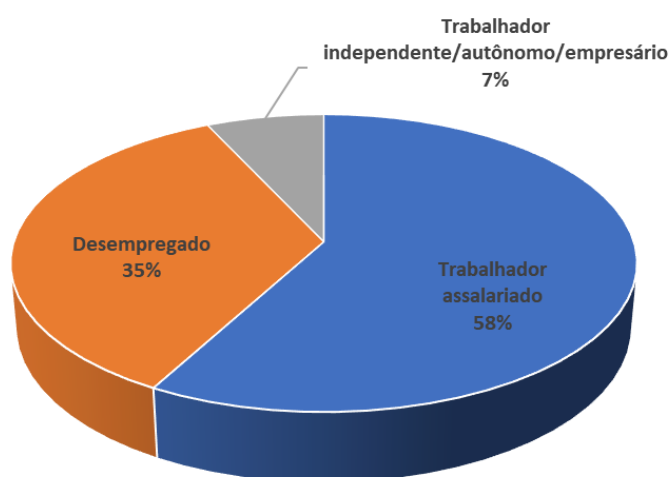
¹²² O respondente pode selecionar mais de 01 (uma) alternativa. Desta forma, o número total das respostas ultrapassa os 345 entrevistados.

Tabela 35: Número de egressos de acordo com a situação profissional

Situação profissional atual	n	%
Trabalhador assalariado	200	57,97
Desempregado	121	35,07
Trabalhador independente/autônomo/empresário	24	6,96
Total	345	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 35: Porcentagem de egressos de acordo com a situação profissional



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

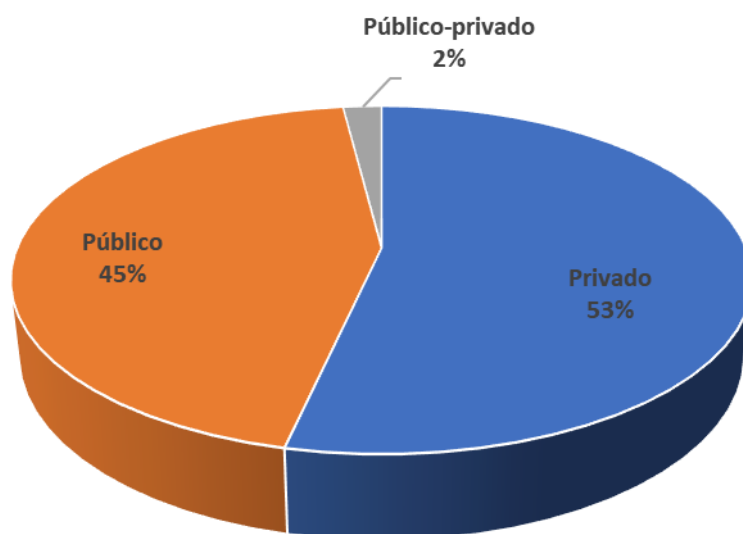
Bloco – Trabalhador Assalariado

Tabela 36: Quantidade de trabalhadores assalariados e vínculo com setores da economia

Setor da economia está vinculada a organização em que você trabalha	n	%
Privado	107	53,50
Público	89	44,50
Público-privado	04	2,00
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 36: Porcentagem de trabalhadores assalariados e vínculo com setores da economia



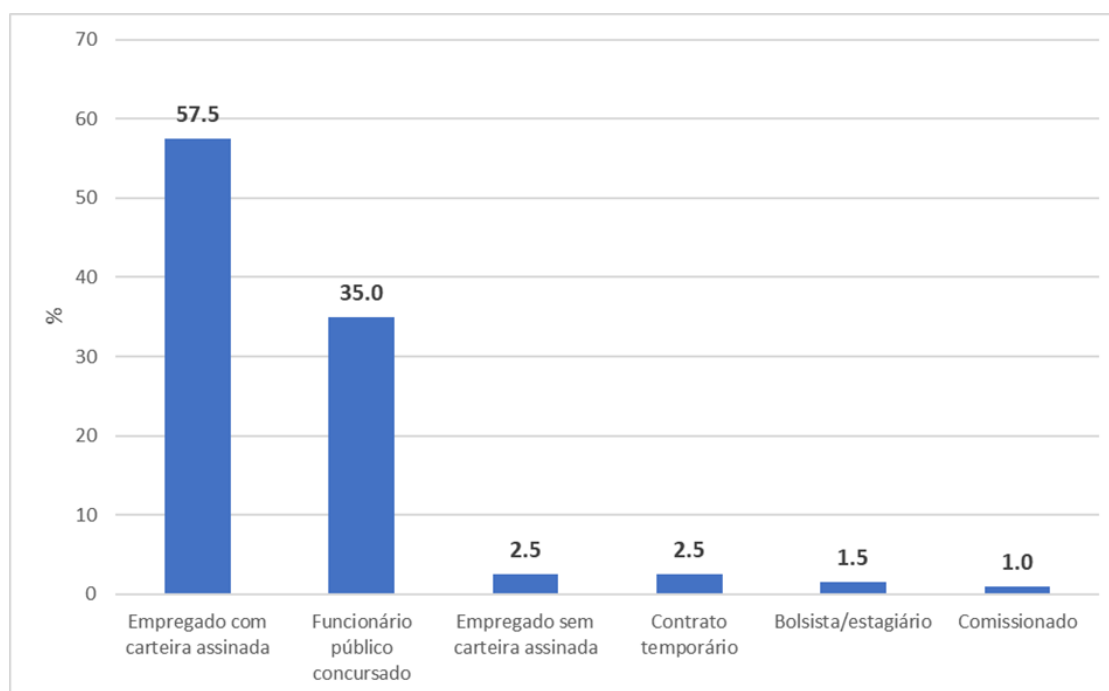
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 37: Quantidade de trabalhadores assalariados de acordo com o vínculo empregatício

Vínculo empregatício	n	%
Empregado com carteira assinada	115	57,50
Funcionário público concursado	70	35,00
Empregado sem carteira assinada	05	2,50
Contrato temporário	05	2,50
Bolsista/estagiário	03	1,50
Comissionado	02	1,00
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 37: Quantidade de trabalhadores assalariados de acordo com o vínculo empregatício



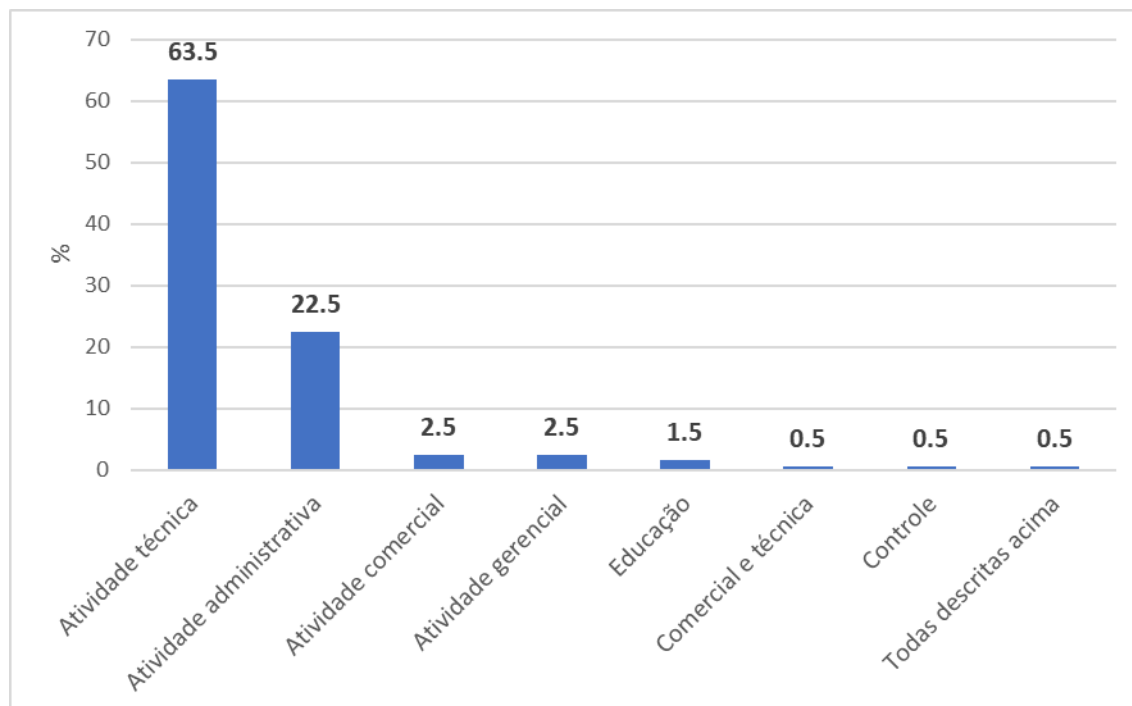
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 38: Quantidade de trabalhadores assalariados de acordo com a atividade principal que exerce no trabalho atual

Atividade principal que exerce no seu trabalho atual	n	%
Atividade técnica	127	63,50
Atividade administrativa	45	22,50
Atividade comercial	05	2,50
Atividade gerencial	05	2,50
Educação	03	1,50
Comercial e técnica	01	0,50
Controle	01	0,50
Todas descritas acima	01	0,50
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 38: Porcentagem de trabalhadores assalariados de acordo com a atividade principal que exerce no trabalho atual



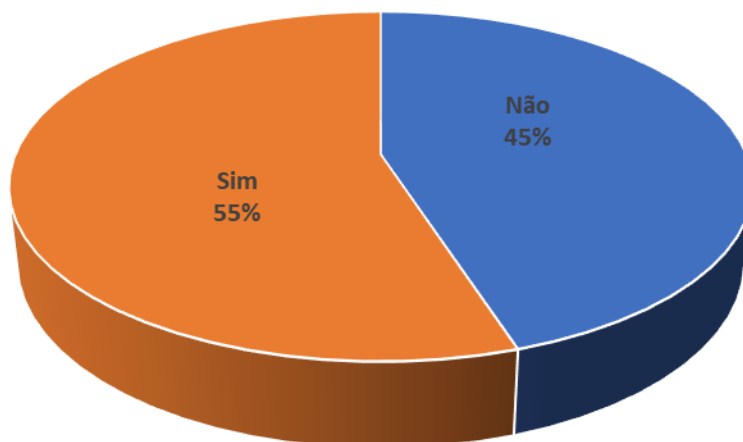
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 39: Quantidade de trabalhadores assalariados que trabalha na área em que se formou no IFRN

Atualmente trabalha na área em que se formou no IFRN	n	%
Não	90	45,00
Sim	110	55,00
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 39: Porcentagem de trabalhadores assalariados que trabalha na área em que se formou no IFRN



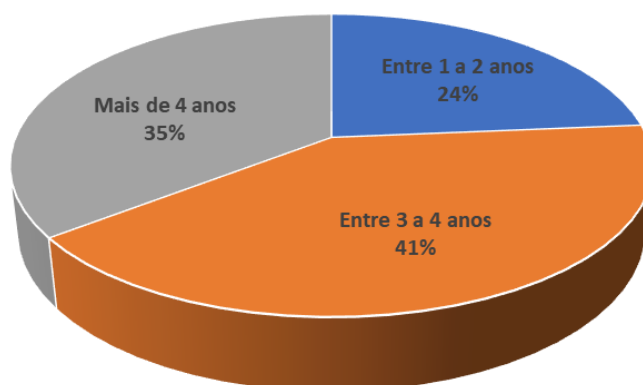
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 40: Quantidade de trabalhadores assalariados de acordo com o tempo de trabalho na área de formação do IFRN

Tempo que trabalha na área de formação no IFRN	n	%
Entre 1 a 2 anos	26	23,64
Entre 3 a 4 anos	45	40,91
Mais de 4 anos	39	35,45
Total	110	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 40: Porcentagem de trabalhadores assalariados de acordo com o tempo de trabalho na área de formação do IFRN



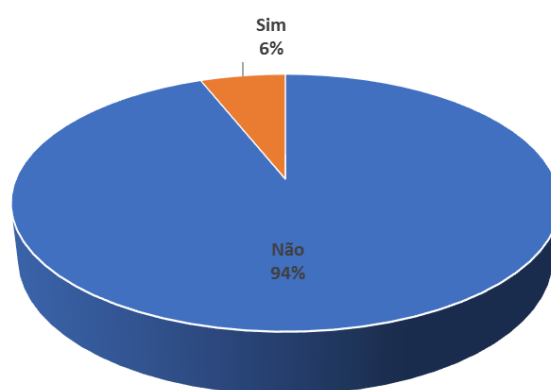
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 41: Quantidade de trabalhadores assalariados que já tentaram criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação

Criação do próprio negócio/empresa/organização/associação?	n	%
Não	188	94,00
Sim	12	6,00
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 41: Porcentagem de trabalhadores assalariados que já tentaram criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação



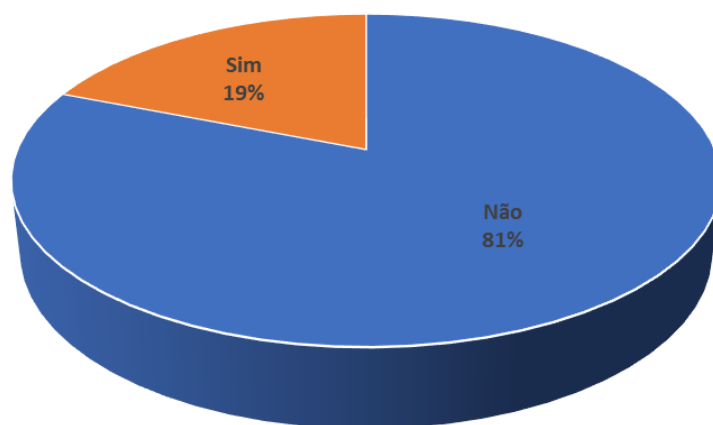
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 42: Quantidade de trabalhadores assalariados com projeto empreendedor em mente

Projeto empreendedor em mente	n	%
Não	162	81,00
Sim	38	19,00
Total	200	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 42: Porcentagem de trabalhadores assalariados com projeto empreendedor em mente



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 43: Quantidade de trabalhadores assalariados e o tipo do projeto empreendedor que tem em mente

Tipo do projeto empreendedor em mente	n	%
Criação de uma associação beneficente	02	5,26
Criação de uma empresa	36	94,74
Total	38	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 43: Porcentagem de trabalhadores assalariados e o tipo do projeto empreendedor que tem em mente



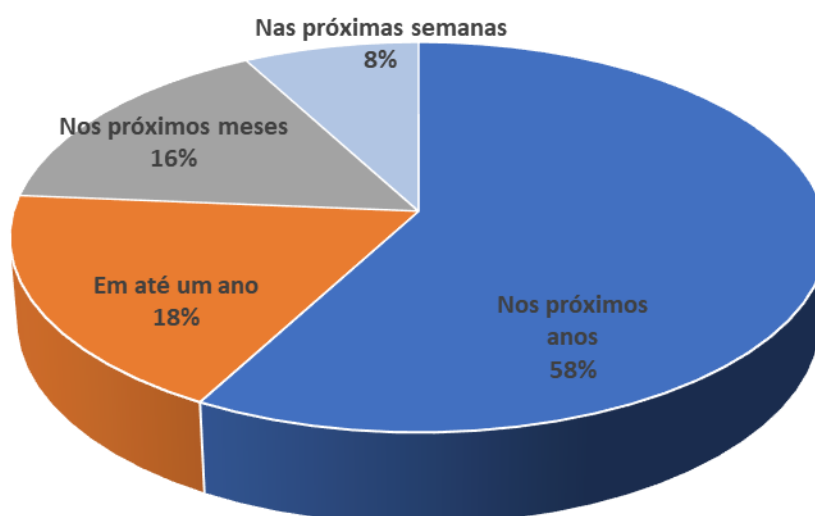
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 44: Quantidade de respondentes assalariados e quando intencionam iniciar o seu projeto

Quando pretende iniciar o seu projeto	n	%
Nos próximos anos	22	57,89
Em até um ano	07	18,42
Nos próximos meses	06	15,79
Nas próximas semanas	03	7,89
Total	38	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 44: Quantidade de respondentes assalariados e quando intencionam iniciar o seu projeto



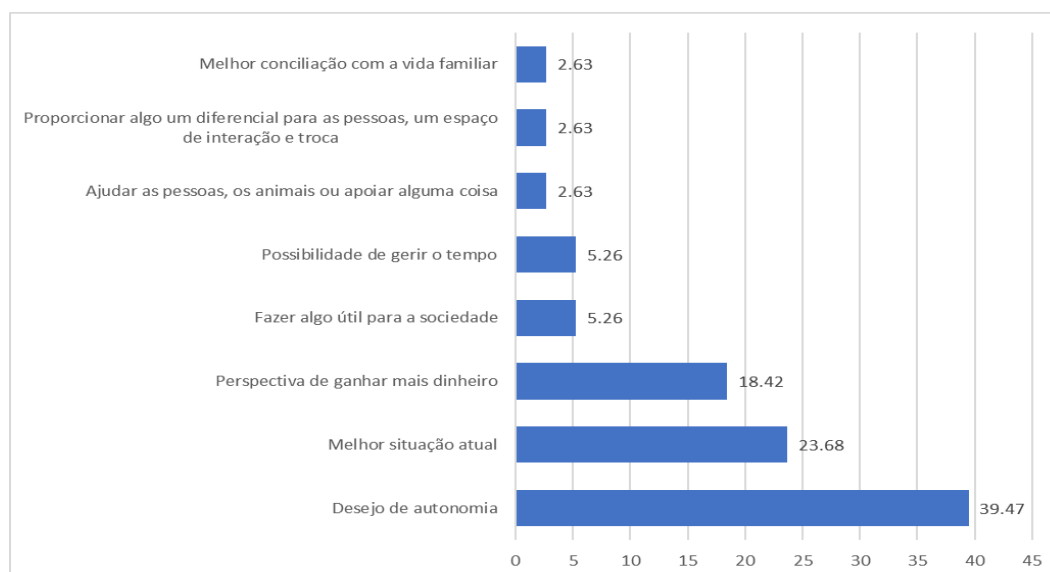
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 45: Quantidade de respondentes de acordo com a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização

Motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização	n	%
Desejo de autonomia	15	39,47
Melhor situação atual	09	23,68
Perspectiva de ganhar mais dinheiro	07	18,42
Fazer algo útil para a sociedade	02	5,26
Possibilidade de gerir o tempo	02	5,26
Ajudar as pessoas, os animais ou apoiar alguma coisa	01	2,63
Proporcionar algo um diferencial para as pessoas, um espaço de interação e troca	01	2,63
Melhor conciliação com a vida familiar	01	2,63
Total	38	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 45: Porcentagem de respondentes de acordo com a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

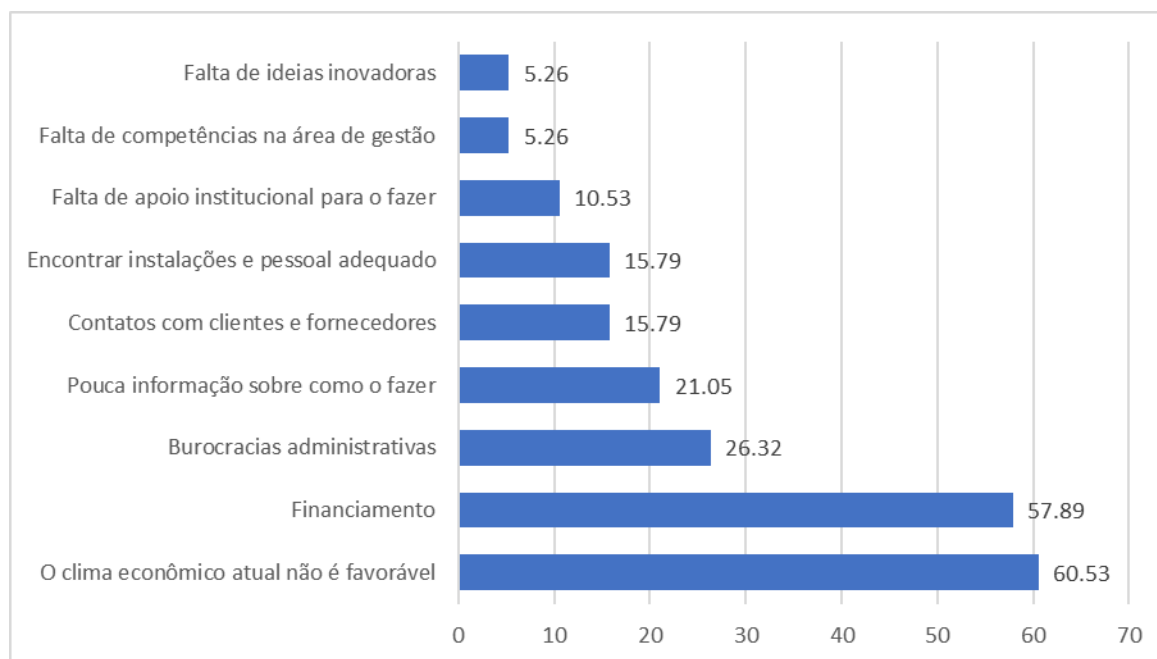
Tabela 46: Quantidade de assalariados de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto em mente

Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto¹²³	n	%
O clima econômico atual não é favorável	23	60,53
Financiamento	22	57,89
Burocracias administrativas	10	26,32
Pouca informação sobre como o fazer	08	21,05
Contatos com clientes e fornecedores	06	15,79
Encontrar instalações e pessoal adequado	06	15,79
Falta de apoio institucional para o fazer	04	10,53
Falta de competências na área de gestão	02	5,26
Falta de ideias inovadoras	02	5,26

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²³ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 38 respostas devido o respondente poder selecionar mais de opção escolhida.

Gráfico 46: Porcentagem de respondentes de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 47¹²⁴: Quantidade de assalariados conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização

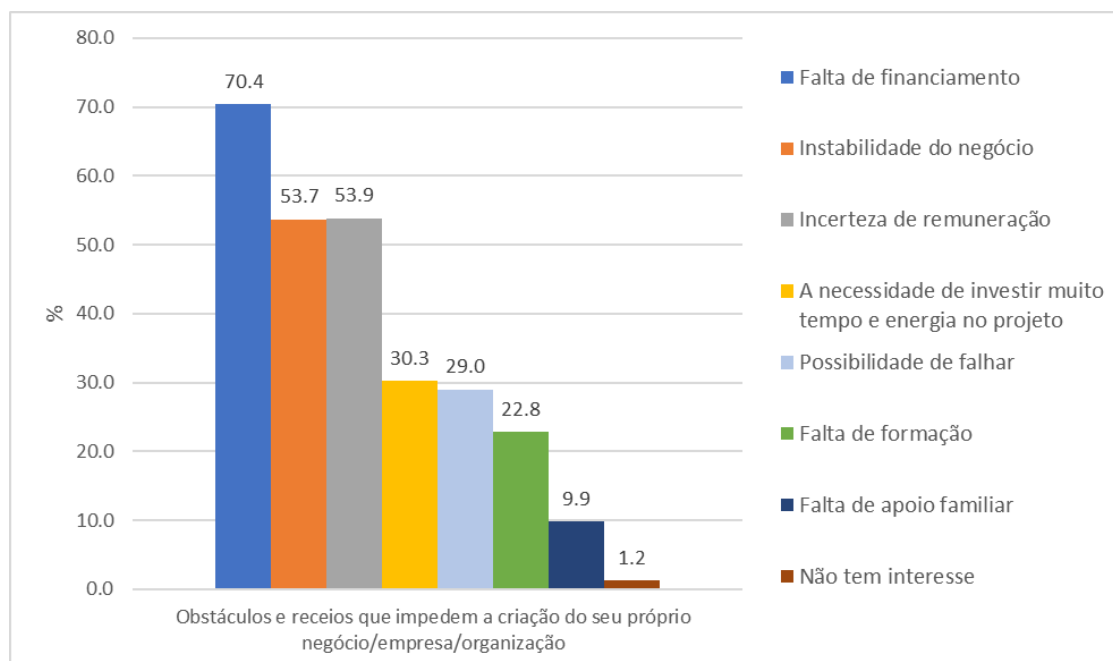
Obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização ¹²⁵	n	%
Falta de financiamento	114	70,37
Instabilidade do negócio	87	53,70
Incerteza de remuneração	86	53,86
A necessidade de investir muito tempo e energia no projeto	49	30,25
Possibilidade de falhar	47	29,01
Falta de formação	37	22,84
Falta de apoio familiar	16	9,88
Não tem interesse	02	1,23

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²⁴ Esta tabela refere-se a pergunta 72 do questionário aplicado aos egressos, sendo o caso de os assalariados justificarem o fato de não ter projeto empreendedor em mente (pergunta 36).

¹²⁵ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 162 respostas devido o respondente poder selecionar mais de opção escolhida.

Gráfico 47¹²⁶: Porcentagem de assalariados conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Bloco - Desempregados

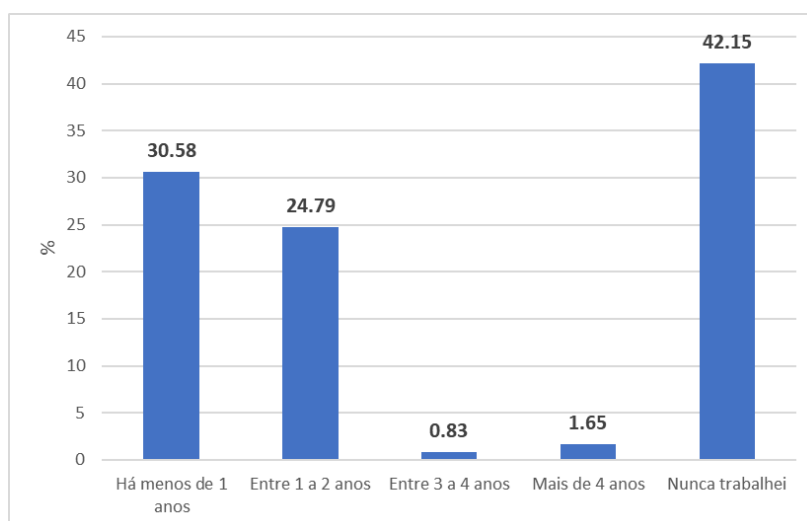
Tabela 48: Quantidade de respondentes sobre o tempo em que se encontra desempregado

Tempo em que se encontra desempregado	n	%
Há menos de 1 anos	37	30,58
Entre 1 a 2 anos	30	24,79
Entre 3 a 4 anos	01	0,83
Mais de 4 anos	02	1,65
Nunca trabalhei	51	42,15
Total	121	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²⁶ Este gráfico refere-se a pergunta 72 do questionário aplicado aos egressos, sendo o caso de os assalariados justificarem o fato de não ter projeto empreendedor em mente (pergunta 36).

Gráfico 48: Porcentagem de respondentes sobre o tempo em que se encontra desempregado



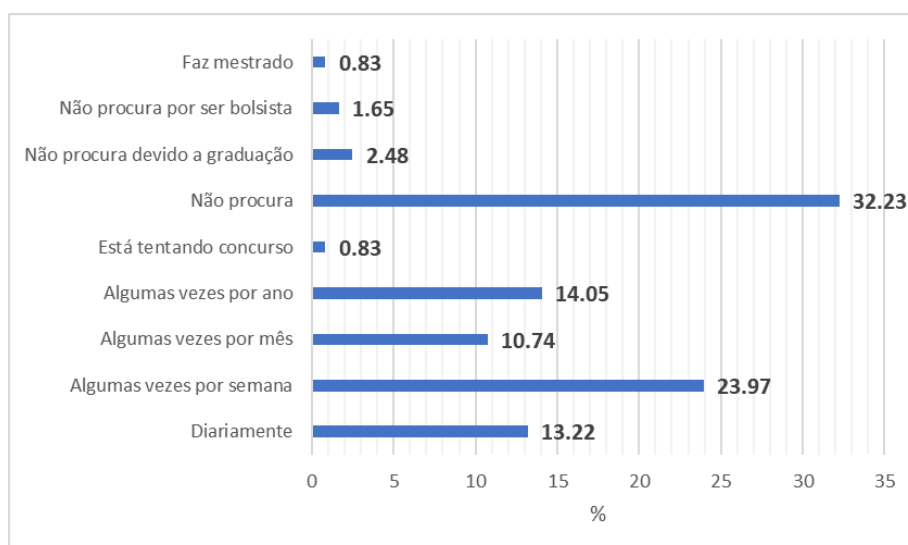
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 49: Quantidade de respondentes e a frequência com que procuram emprego

Frequência que você procura por emprego	n	%
Diariamente	16	13,22
Algumas vezes por semana	29	23,97
Algumas vezes por mês	13	10,74
Algumas vezes por ano	17	14,05
Está tentando concurso	01	0,83
Não procura	39	32,23
Não procura devido a graduação	03	2,48
Não procura por ser bolsista	02	1,65
Faz mestrado	01	0,83
Total	121	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 49: Porcentagem de respondentes e a frequência com que procuram emprego



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

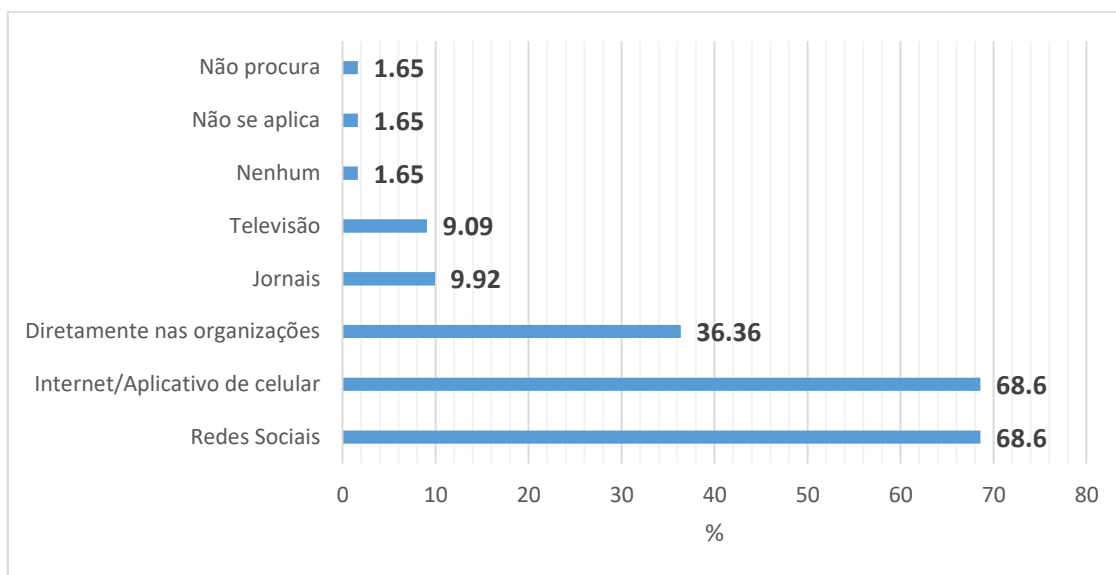
Tabela 50: Quantidade de desempregados e os meios mais utilizados para busca de um emprego

Meio(s) mais utilizado(s)¹²⁷	n	%
Redes Sociais	83	68,60
Internet/ Aplicativo de celular	83	68,60
Diretamente nas organizações	44	36,36
Jornais	12	9,92
Televisão	11	9,09
Nenhum	02	1,65
Não se aplica	02	1,65
Não procura	02	1,65

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²⁷ O trabalhador desempregado pode selecionar um ou mais meios para procurar emprego. Dessa forma, o número de respondentes por meio utilizado pode ultrapassar 86 respostas.

Gráfico 50: Porcentagem de desempregados e os meios mais utilizados para busca de um emprego



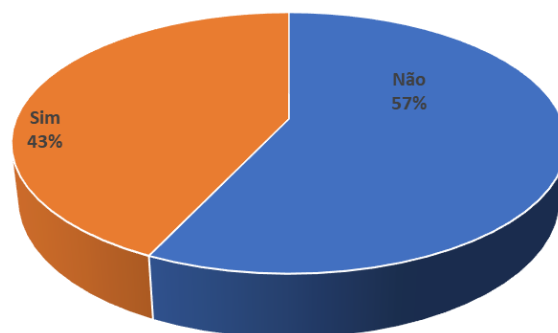
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 51: Quantidade de desempregados que já trabalhou antes

Trabalhou antes	n	%
Não	69	57,02
Sim	52	42,98
Total	121	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 51: Porcentagem de desempregados que já trabalhou antes



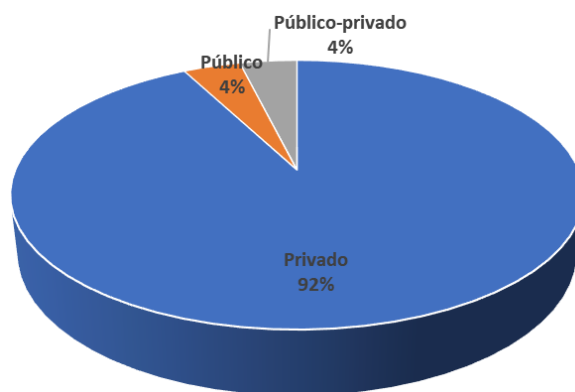
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 52: Quantidade de desempregados de acordo com o setor da economia e o vínculo com a organização em que trabalhou

Setor da economia e o vínculo com a organização em que trabalhou	n	%
Privado	48	92,31
Público	02	3,85
Público-privado	02	3,85
Total	52	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 52: Porcentagem de desempregados de acordo com o setor da economia e o vínculo com a organização em que trabalhou



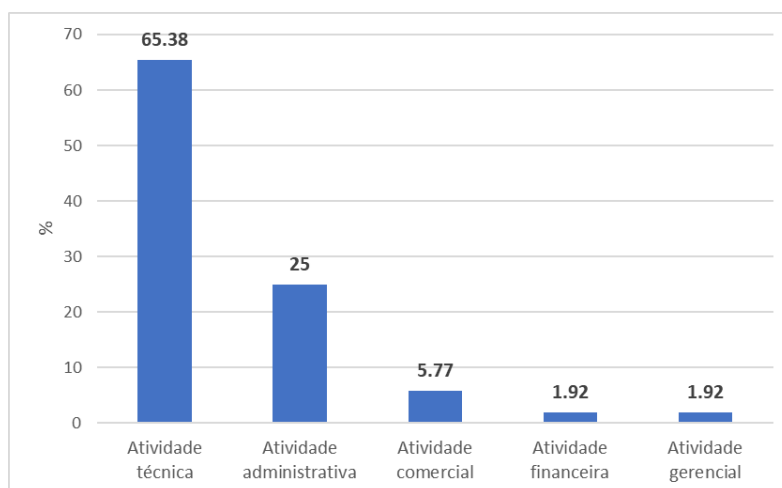
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 53: Quantidade de desempregados de acordo com atividade principal exercida referente a essa experiência de emprego

Atividade principal exercida referente a essa experiência de emprego	n	%
Atividade técnica	34	65,38
Atividade administrativa	13	25,00
Atividade comercial	03	5,77
Atividade financeira	01	1,92
Atividade gerencial	01	1,92
Total	52	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 53: Porcentagem de desempregados de acordo com atividade principal exercida referente a essa experiência de emprego



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 54: Quantidade de desempregados e se as funções desempenhadas estavam dentro da sua área de formação no IFRN

As funções desempenhadas estavam dentro da sua área de formação no IFRN	n	%
Não	00	0,000
Sim	52	100,00
Total	52	100,00

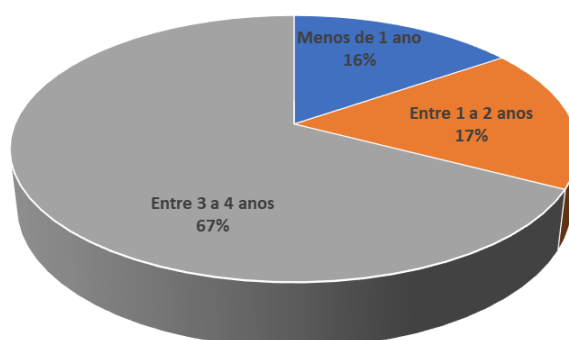
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 55: Quantidade de desempregados e por quanto tempo trabalhou na área de formação do IFRN

Tempo em que trabalhou na área de formação no IFRN	n	%
Menos de 1 ano	09	15,38
Entre 1 a 2 anos	08	17,31
Entre 3 a 4 anos	35	67,31
Total	52	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 55: Porcentagem de desempregados e por quanto tempo trabalhou na área de formação do IFRN



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

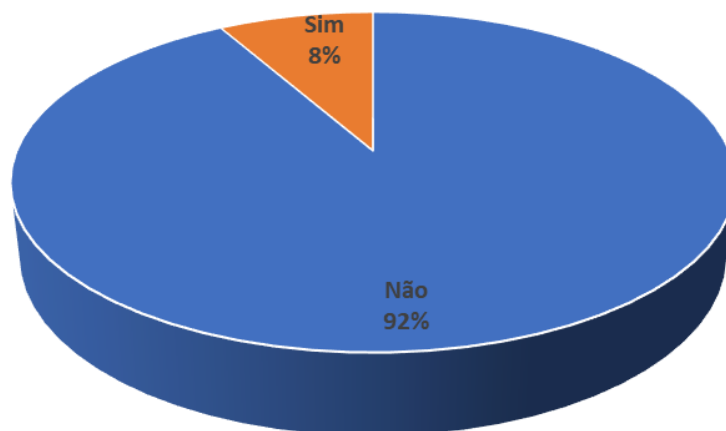
Projeto empreendedor – Desempregados

Tabela 56: Quantidade de desempregados sobre se já tentou criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação

Criação seu próprio negócio/empresa/organização/associação	n	%
Não	111	91,74
Sim	10	8,26
Total	121	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 56: Porcentagem de desempregados sobre se já tentou criar seu próprio negócio/empresa/organização/associação



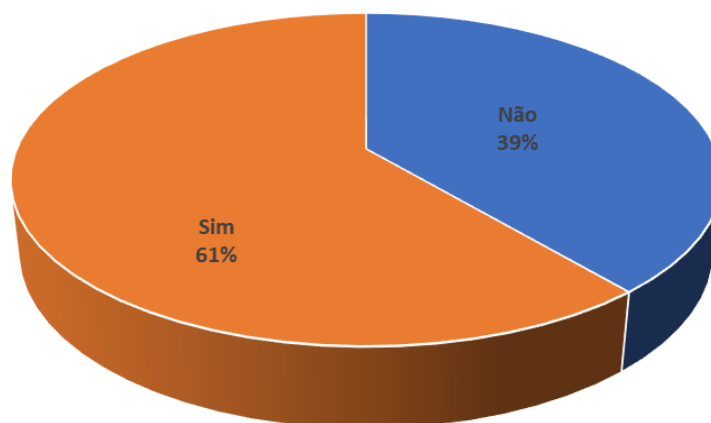
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 57: Quantidade de desempregados com projeto empreendedor em mente

Projeto empreendedor em mente	n	%
Não	47	38,84
Sim	74	61,16
Total	121	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 57: Porcentagem de desempregados com projeto empreendedor em mente



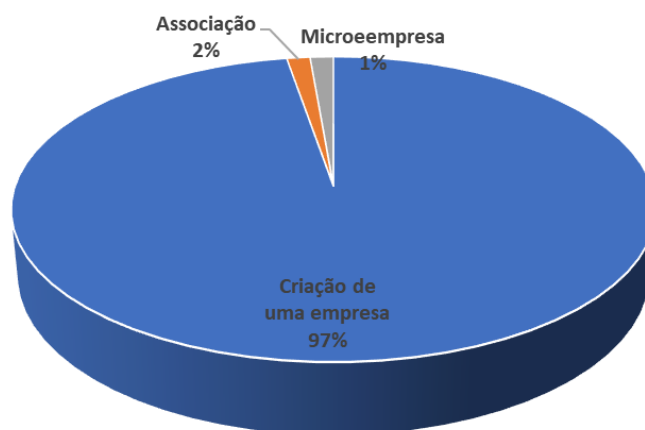
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 58: Quantidade de desempregados e o tipo do projeto empreendedor que tem em mente

Tipo de projeto empreendedor que tem em mente	n	%
Criação de uma empresa	72	97,30
Associação	01	1,35
Microempresa	01	1,35
Total	74	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 58: Porcentagem de desempregados e o tipo do projeto empreendedor que tem em mente



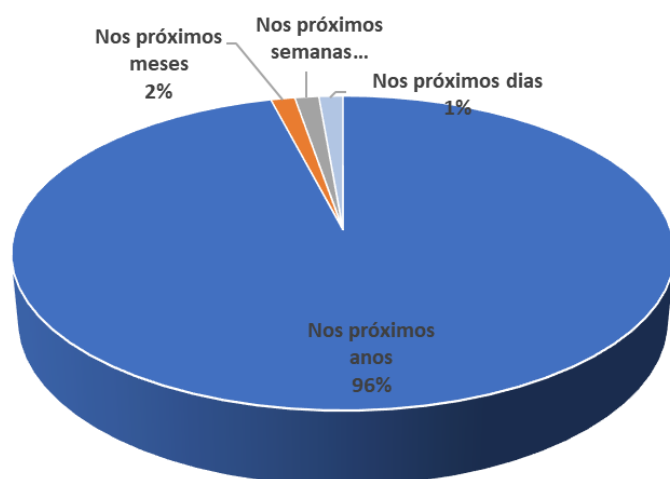
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 59: Quantidade de desempregados e quando intencionam iniciar o seu projeto

Quando pretende iniciar o projeto	n	%
Nos próximos anos	71	95,95
Nos próximos meses	01	1,35
Nos próximos semanas	01	1,35
Nos próximos dias	01	1,35
Total	74	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 59: Porcentagem de desempregados e quando intencionam iniciar o seu projeto



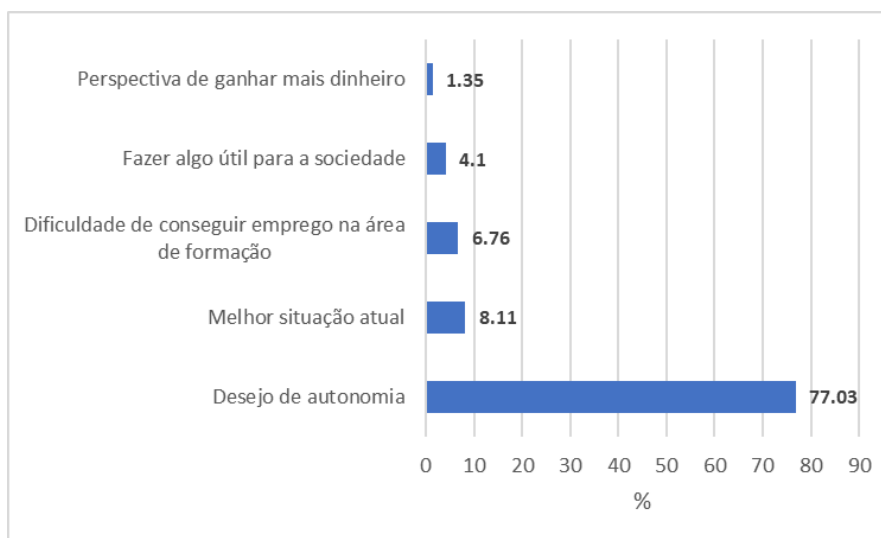
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 60: Quantidade de desempregados de acordo com a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização

Motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização	n	%
Desejo de autonomia	57	77,03
Melhor situação atual	06	8,11
Dificuldade de conseguir emprego na área de formação	05	6,76
Fazer algo útil para a sociedade	03	4,10
Perspectiva de ganhar mais dinheiro	01	1,35
Total	74	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 60: Porcentagem de desempregados de acordo com a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

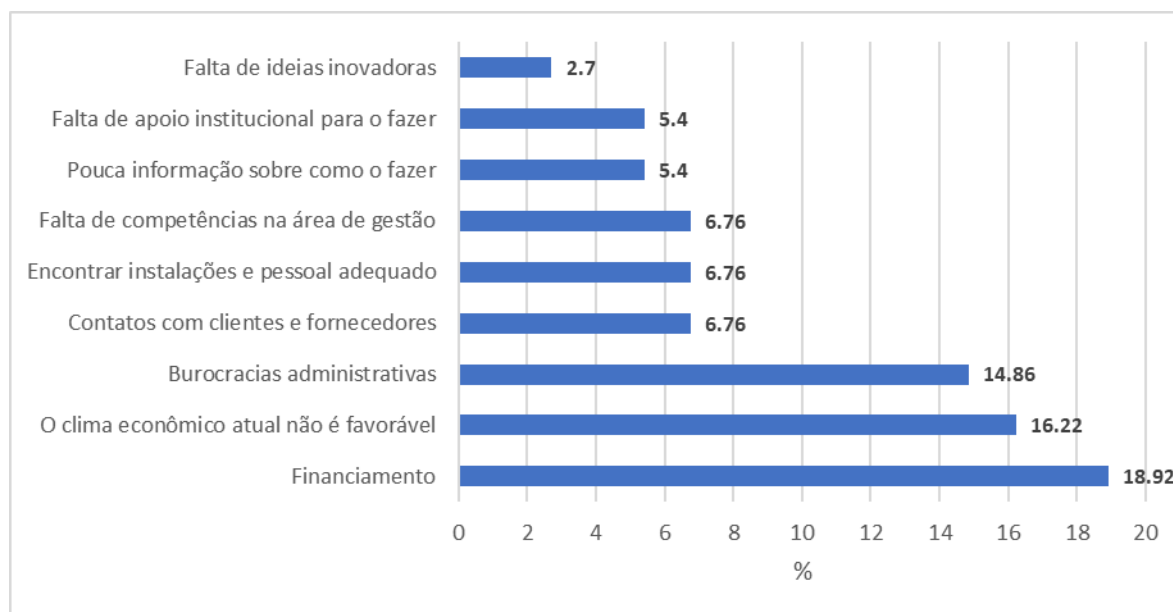
Tabela 61: Quantidade de respondentes de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto em mente

Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto¹²⁸	n	%
Financiamento	14	18,92
O clima econômico atual não é favorável	12	16,22
Burocracias administrativas	11	14,86
Contatos com clientes e fornecedores	05	6,76
Encontrar instalações e pessoal adequado	05	6,76
Falta de competências na área de gestão	05	6,76
Pouca informação sobre como o fazer	04	5,40
Falta de apoio institucional para o fazer	04	5,40
Falta de ideias inovadoras	02	2,70

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²⁸ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 74 respostas devido o respondente poder selecionar mais de uma opção escolhida.

Gráfico 61: Porcentagem de respondentes de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto em mente



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 62¹²⁹: Quantidade de desempregados conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização

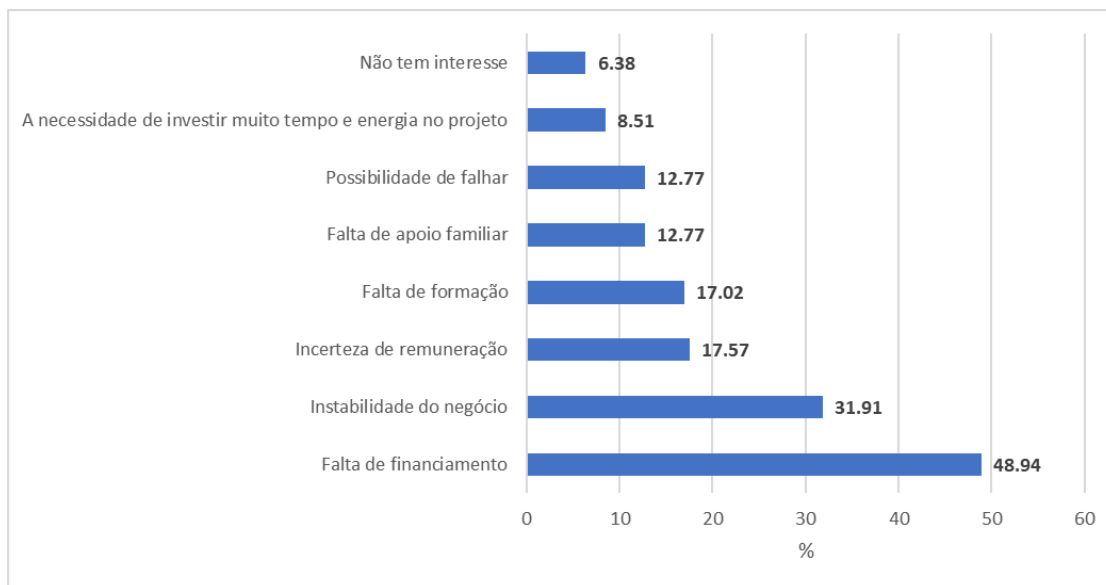
Obstáculos e receios que impedem a criação seu próprio negócio/empresa/organização¹³⁰	n	%
Falta de financiamento	23	48,94
Instabilidade do negócio	15	31,91
Incerteza de remuneração	13	17,57
Falta de formação	08	17,02
Falta de apoio familiar	06	12,77
Possibilidade de falhar	06	12,77
A necessidade de investir muito tempo e energia no projeto	04	8,51
Não tem interesse	03	6,38

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹²⁹ Esta tabela refere-se a pergunta 72 do questionário aplicado aos egressos, sendo o caso de os desempregados justificarem o fato de não ter projeto empreendedor em mente (pergunta 36).

¹³⁰ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 47 respostas devido o respondente poder selecionar mais de opção escolha.

Gráfico 62: Porcentagem de desempregados conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

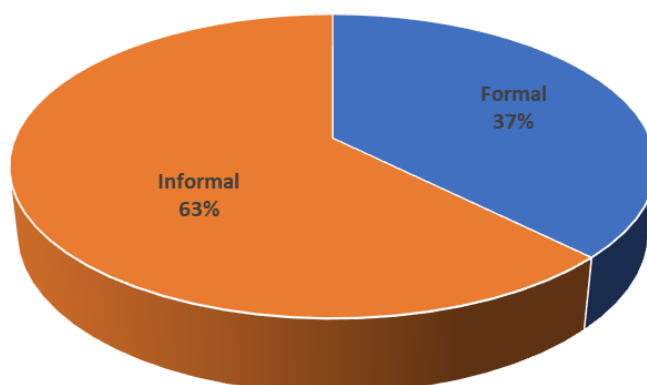
Bloco – Trabalhador independente/autônomo/empresário

Tabela 63: Quantidade de respondentes de acordo com a classificação da empresa/negócio/organização/associação

Classificação da empresa/negócio/organização/associação	n	%
Formal	09	37,50
Informal	15	62,50
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 63: Porcentagem de respondentes de acordo com a classificação da empresa/negócio/organização/associação



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 64: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o setor de atividade em que se insere seu negócio/empresa/organização/associação

Setor de atividade em que se insere seu negócio/empresa/organização/associação	n	%
Comércio, alojamento e alimentação	08	33,33
Atividades financeiras, imobiliárias, alugueis, e serviços a empresas	05	20,83
Educação, saúde e ação social	03	12,50
Construção	02	8,33
Gráfica	01	4,17
Jurídica	01	4,17
Consultoria em gestão ambiental, pública e sociocultural	01	4,17
Não se aplica	01	4,17
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 64: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o setor de atividade em que se insere seu negócio/empresa/organização/associação



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 65: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a dimensão/número de trabalhadores de sua empresa

Dimensão/número de trabalhadores de sua empresa	n	%
Micro – (1-9 trabalhadores – Comércio e Serviços; até 19 trabalhadores – Indústria)	24	100,00
Pequena - (10-49 trabalhadores – Comércio e Serviços; 20-99 trabalhadores – Indústria)	00	0,00
Média – (50-99 trabalhadores – Comércio e Serviços; 100-499 trabalhadores – Indústria)	00	0,00
Grande – (maior ou igual a 100 trabalhadores – Comércio e Serviços; mais de 500 trabalhadores – Indústria)	00	0,00
Total	24	100,00

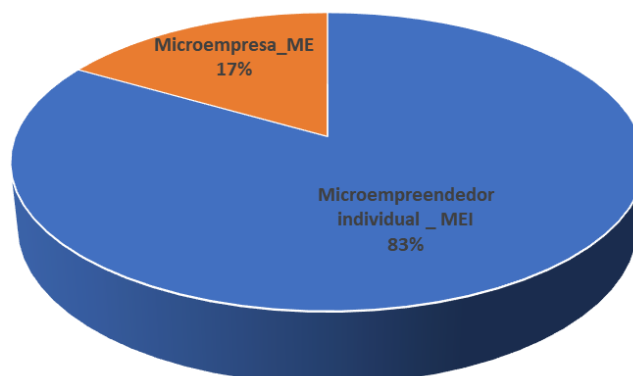
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 66: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a receita anual bruta de sua empresa

Classificação da sua empresa quanto à Receita Bruta Anual	n	%
Microempreendedor individual - MEI	20	83,33
Microempresa - ME	04	16,67
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 66: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a receita anual bruta de sua empresa



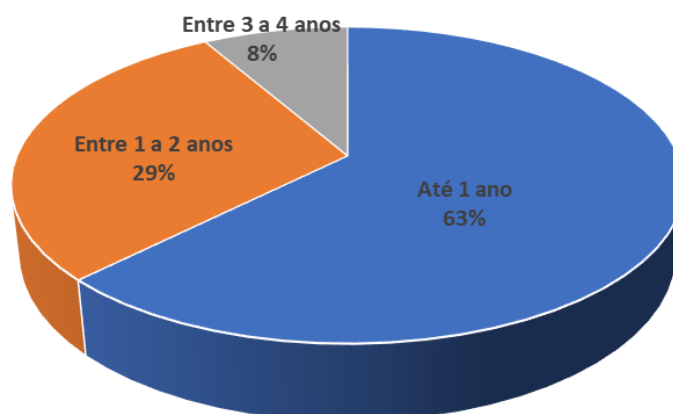
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 67: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o tempo em que a empresa/negócio/organização/associação existe

Tempo em que a empresa/negócio/organização/associação existe	n	%
Até 1 ano	15	62,50
Entre 1 a 2 anos	07	29,17
Entre 3 a 4 anos	02	8,33
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 67: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o tempo em que a empresa/negócio/organização/associação existe



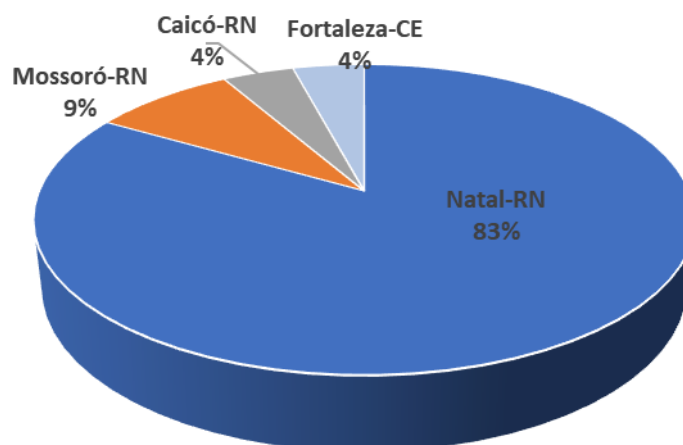
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 68: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a cidade em que abriu a empresa

Cidade em abriu a empresa	n	%
Natal-RN	20	83,33
Mossoró-RN	02	8,33
Caicó-RN	01	4,17
Fortaleza-CE	01	4,17
Total	24	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 68: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a cidade em que abriu a empresa



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

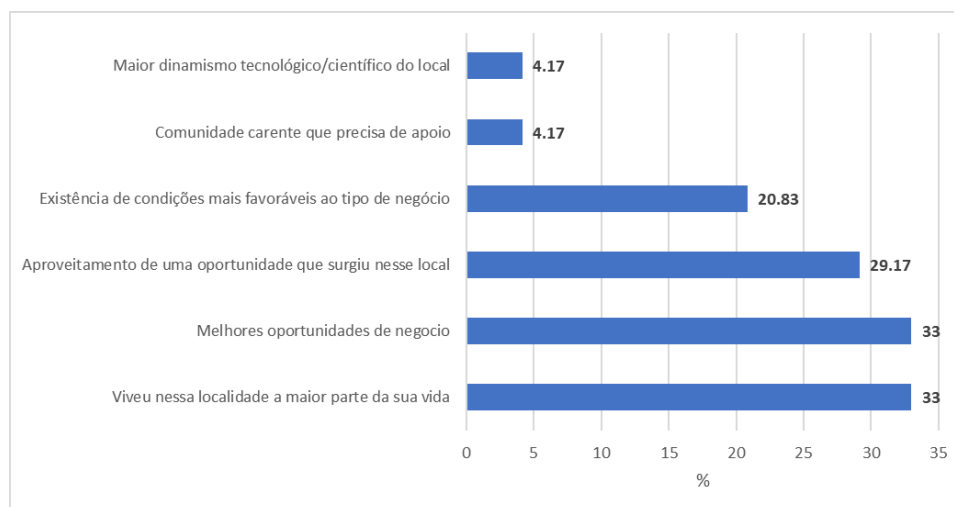
Tabela 69: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário conforme o(s) motivo(s) que o levaram a escolher essa localidade

Motivo(s) que o levaram a escolher essa localidade ¹³¹	n	%
Viveu nessa localidade a maior parte da sua vida	08	33,00
Melhores oportunidades de negocio	08	33,00
Aproveitamento de uma oportunidade que surgiu nesse local	07	29,17
Existência de condições mais favoráveis ao tipo de negócio	05	20,83
Comunidade carente que precisa de apoio	01	4,17
Maior dinamismo tecnológico/científico do local	01	4,17

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹³¹ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 24 respostas devido o respondente poder selecionar mais de opção escolha.

Gráfico 69: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário conforme o(s) motivo(s) que o levaram a escolher essa localidade



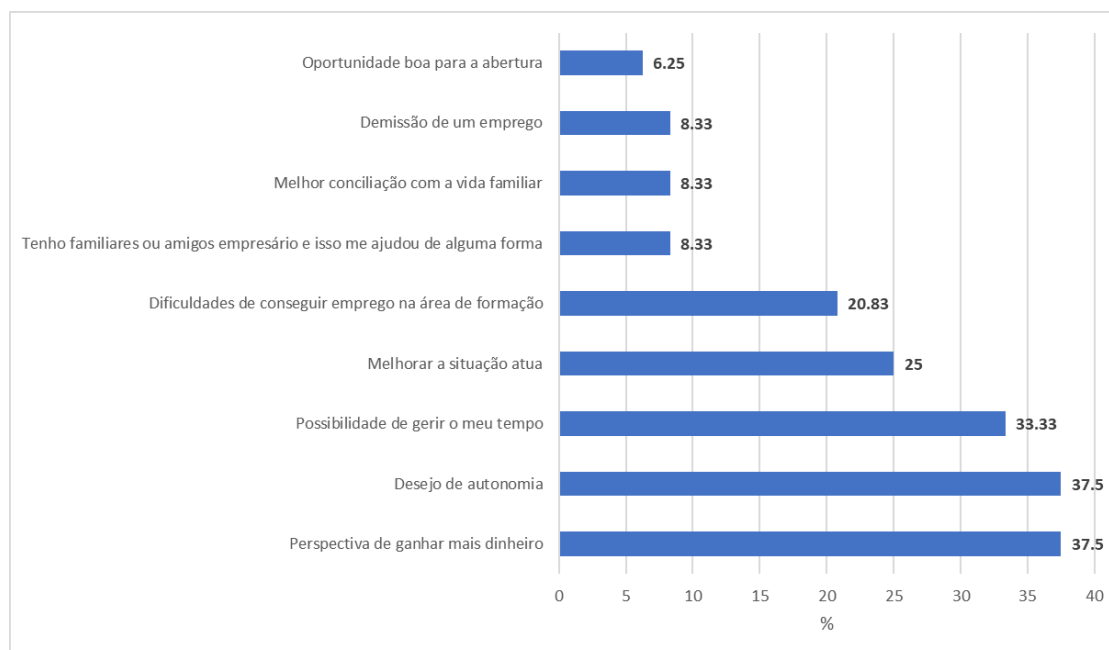
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 70: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com as razões que o levaram a optar pela criação de sua empresa

Razão(Razões) que o levaram a optar pela criação de sua empresa⁷		
Perspectiva de ganhar mais dinheiro	09	37,50
Desejo de autonomia	09	37,50
Possibilidade de gerir o meu tempo	08	33,33
Melhorar a situação atua	06	25,00
Dificuldades de conseguir emprego na área de formação	05	20,83
Tenho familiares ou amigos empresário e isso me ajudou de alguma forma	02	8,33
Melhor conciliação com a vida familiar	02	8,33
Demissão de um emprego	02	8,33
Oportunidade boa para a abertura	01	6,25

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 70: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com as razões que o levaram a optar pela criação de sua empresa



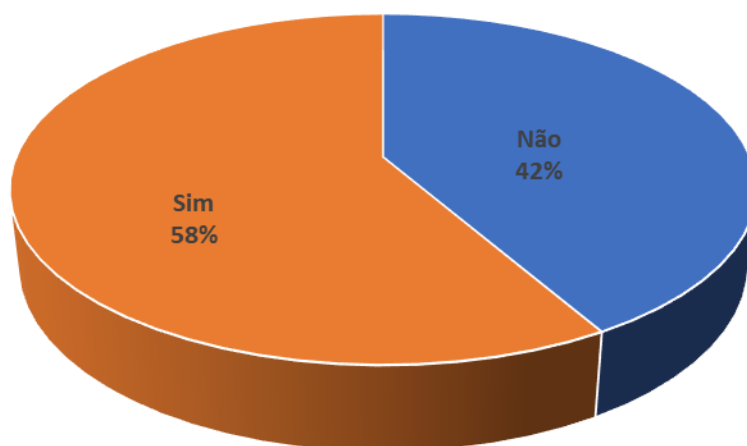
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 71: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a empresa/negócio/organização/associação que abriu abranger a sua área de formação no IFRN

A empresa/negócio/organização/associação que abriu abrange a sua área de formação no IFRN	n	%
Não	10	41,67
Sim	14	58,33
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 71: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com a empresa/negócio/organização/associação que abriu abranger a sua área de formação no IFRN



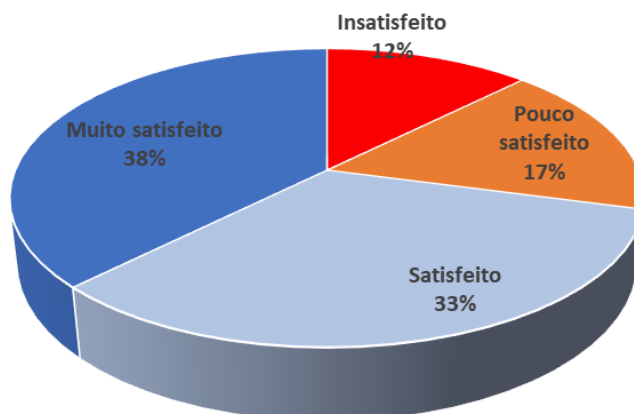
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 72: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual

Nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual	n	%
Insatisfeito	03	12,50
Pouco satisfeito	04	16,67
Satisfeito	08	33,33
Muito satisfeito	09	37,50
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 72: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário de acordo com o nível de satisfação em relação a sua atividade profissional atual



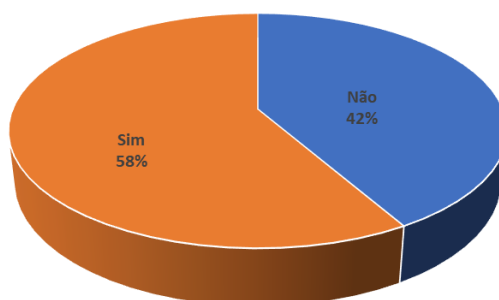
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 73: Quantidade de trabalhador independente/autônomo/empresário conforme procurou algum tipo de capacitação para criar a sua empresa/negócio

Ao criar a sua própria empresa/negócio, procurou algum tipo de formação	n	%
Não	10	41,67
Sim	14	58,33
Total	24	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 73: Porcentagem de trabalhador independente/autônomo/empresário conforme procurou algum tipo de capacitação para criar a sua empresa/negócio



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

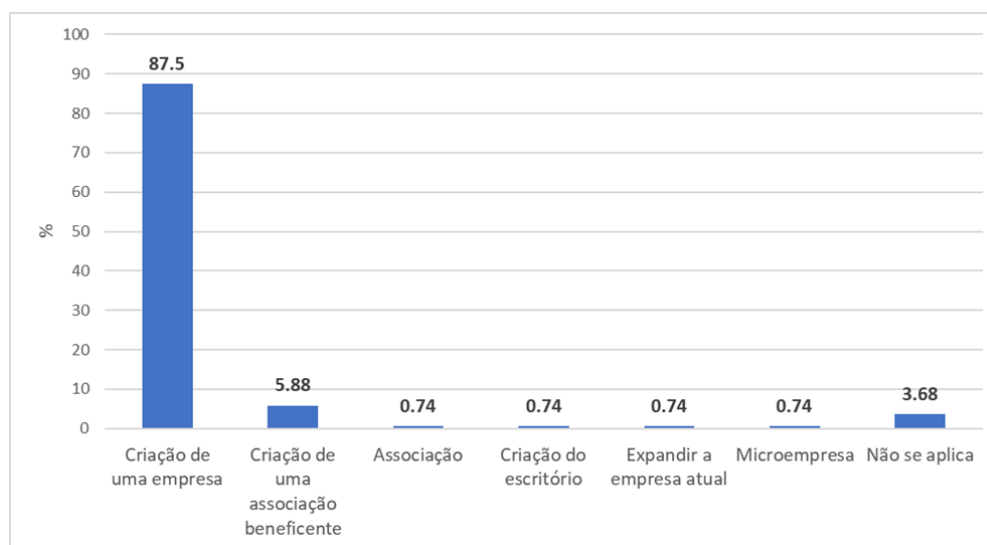
Bloco – Projeto empreendedor em mente (assalariados, desempregados ou empreendedores)

Tabela 74: Quantidade de respondentes de acordo com qual projeto empreendedor tem em mente realizar

Projeto empreendedor que tem em mente	n	%
Criação de uma empresa	119	87,50
Criação de uma associação beneficente	08	5,88
Associação	01	0,74
Criação do escritório	01	0,74
Expandir a empresa atual	01	0,74
Microempresa	01	0,74
Não se aplica	05	3,68
Total	136	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 74: Porcentagem de respondentes de acordo com qual projeto empreendedor tem em mente realizar



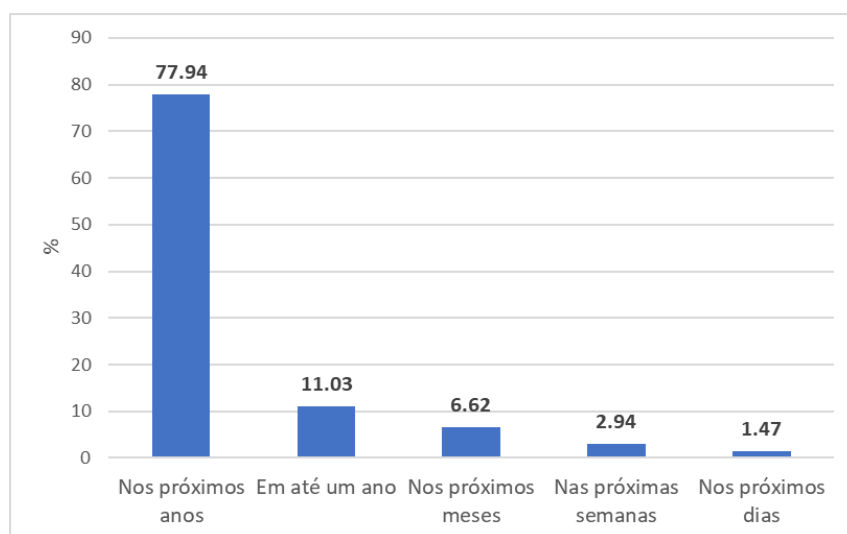
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 75: Quantidade de respondentes conforme quando pretende iniciar o seu projeto

Quando pretende iniciar o seu projeto	n	%
Nos próximos anos	106	77,94
Em até um ano	15	11,03
Nos próximos meses	09	6,62
Nas próximas semanas	04	2,94
Nos próximos dias	02	1,47
Total	136	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 75: Porcentagem de respondentes conforme quando pretende iniciar o seu projeto



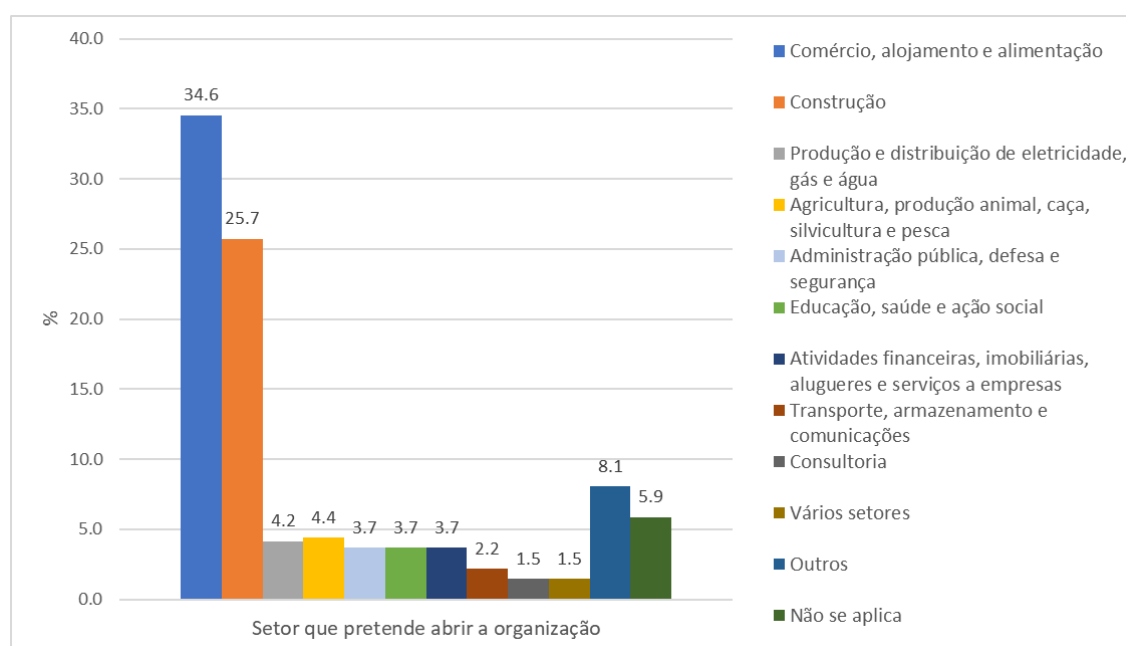
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 76: Quantidade de respondentes conforme o setor que pretende abrir a organização

Setor que pretende abrir a organização	n	%
Comércio, alojamento e alimentação	47	34,56
Construção	35	25,74
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	07	5,15
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	06	4,41
Administração pública, defesa e segurança	05	3,68
Educação, saúde e ação social	05	3,68
Atividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	05	3,68
Transporte, armazenamento e comunicações	03	2,21
Consultoria	02	1,47
Vários setores	02	1,47
Outros ¹³²	11	8,09
Não se aplica	08	5,88
Total	136	100,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 76: Porcentagem de respondentes conforme o setor que pretende abrir a organização



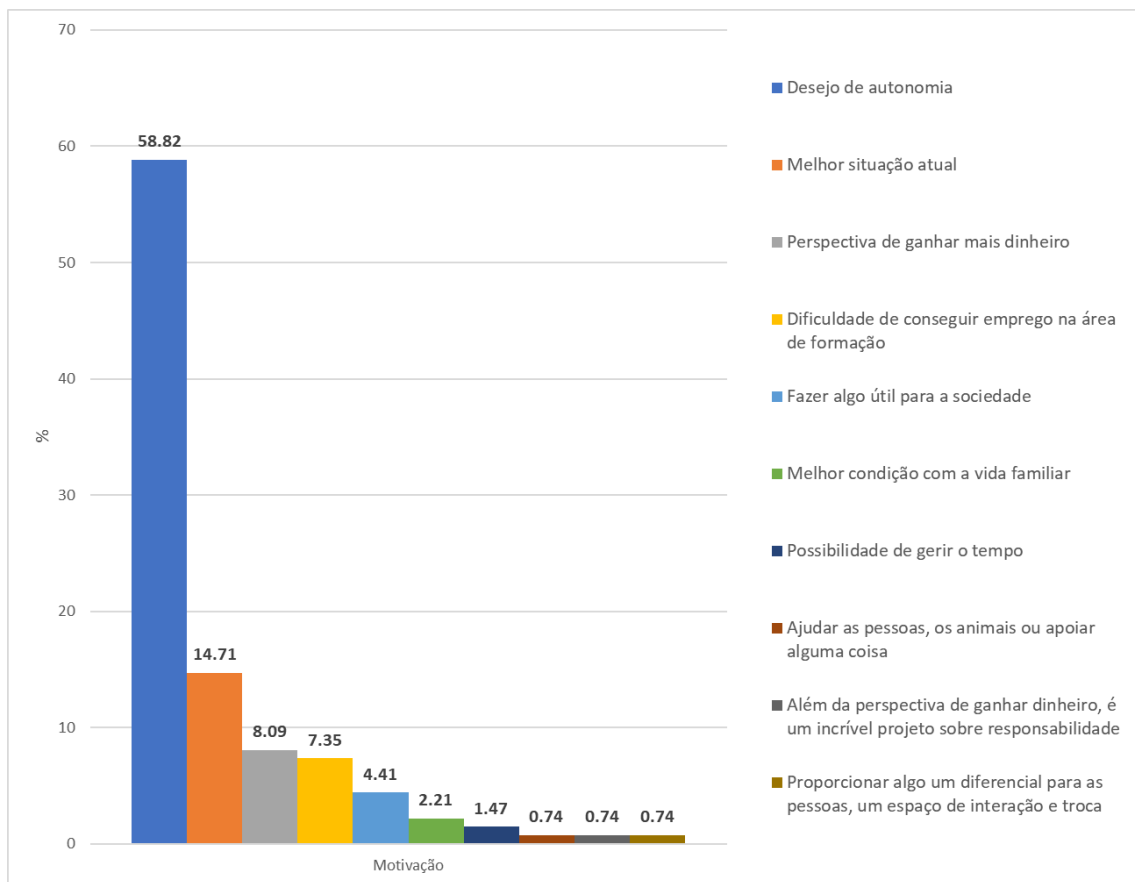
¹³² Pelo menos 1 respondente citou essas categorias de setor: Automação; Ambiental; Comunicação visual; Entretenimento; Escalação e manutenção; Eventos; Indústria e comércio; Jurídico; Sustentabilidade; Tecnologia da Informação; Turismo.

Tabela 77: Quantidade de respondentes de acordo a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização

Motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização	n	%
Desejo de autonomia	80	58,82
Melhor situação atual	20	14,71
Perspectiva de ganhar mais dinheiro	11	8,09
Dificuldade de conseguir emprego na área de formação	10	7,35
Fazer algo útil para a sociedade	06	4,41
Melhor condição com a vida familiar	03	2,21
Possibilidade de gerir o tempo	02	1,47
Ajudar as pessoas, os animais ou apoiar alguma coisa	01	0,74
Além da perspectiva de ganhar dinheiro, é um incrível projeto sobre responsabilidade	01	0,74
Proporcionar algo um diferencial para as pessoas, um espaço de interação e troca	01	0,74
Total	136	100,0

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 77: Quantidade de respondentes de acordo a motivação para a criação da própria empresa/negócio/organização



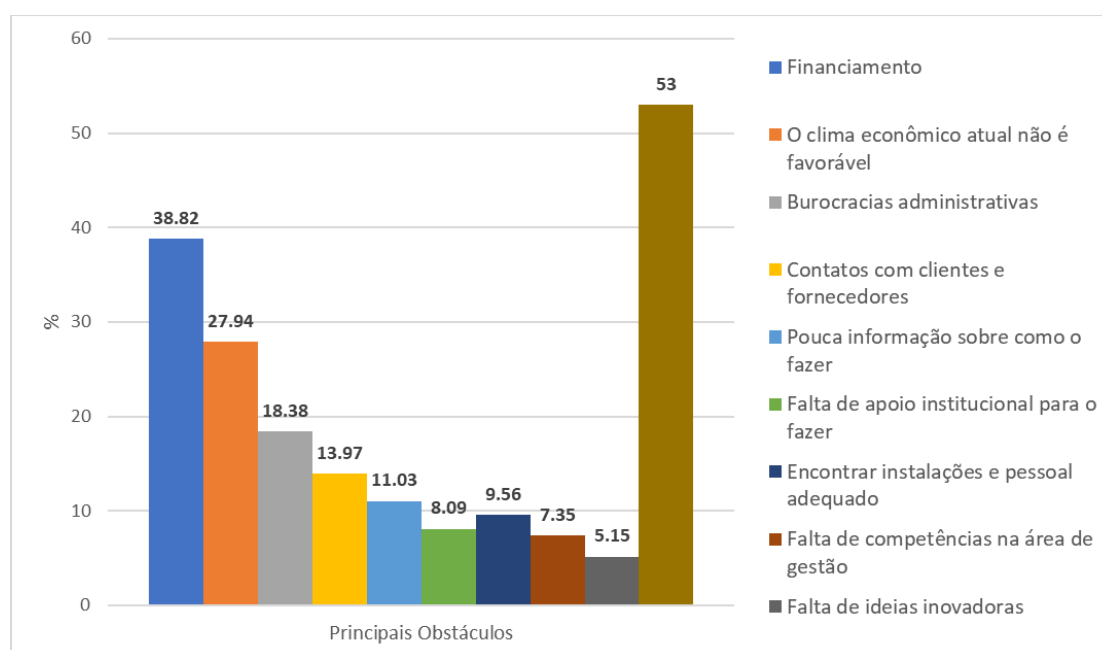
Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Tabela 78: Quantidade de respondentes de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto

Principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto¹³³	n	%
Financiamento	46	38,82
O clima econômico atual não é favorável	38	27,94
Burocracias administrativas	25	18,38
Contatos com clientes e fornecedores	19	13,97
Pouca informação sobre como o fazer	15	11,03
Falta de apoio institucional para o fazer	11	8,09
Encontrar instalações e pessoal adequado	13	9,56
Falta de competências na área de gestão	10	7,35
Falta de ideias inovadoras	07	5,15
Não se aplica	106	53,00

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 78: Porcentagem de respondentes de acordo com os principais obstáculos que receia enfrentar para realizar este projeto



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹³³ Questões de múltipla escolha, ou seja, a soma total ultrapassa 136 respostas devido o respondente poder selecionar mais de opção escolha.

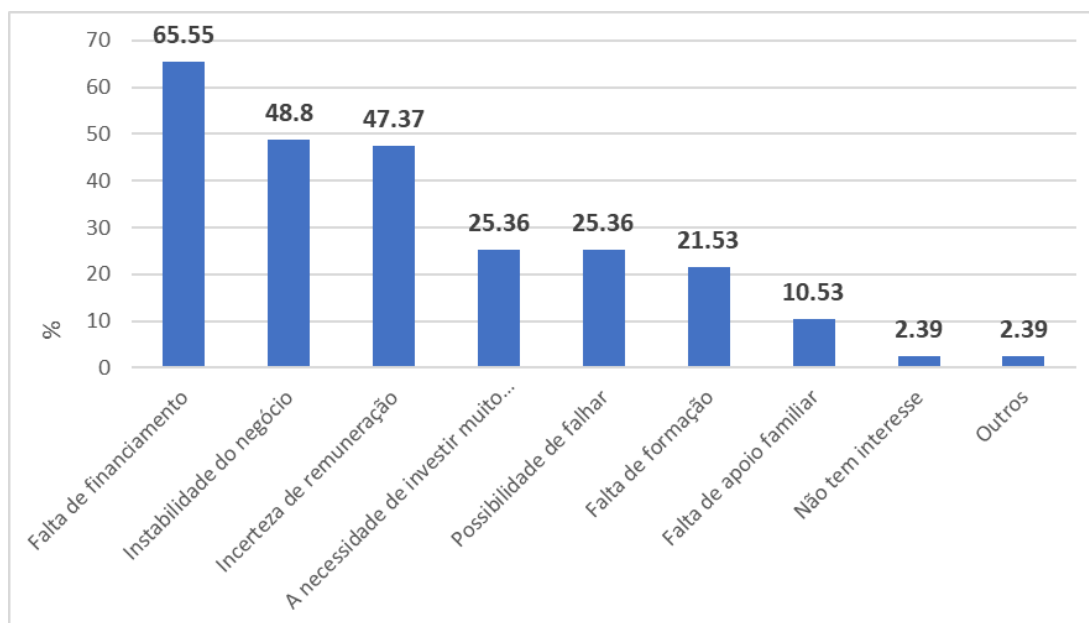
Justificativa dos respondentes¹³⁴ por não ter um projeto empreendedor em mente

Tabela 79: Quantidade de respondentes conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização

Obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização⁴	n	%
Falta de financiamento	137	65,55
Instabilidade do negócio	102	48,80
Incerteza de remuneração	99	47,37
A necessidade de investir muito tempo e energia no projeto	53	25,36
Possibilidade de falhar	53	25,36
Falta de formação	45	21,53
Falta de apoio familiar	22	10,53
Não tem interesse	05	2,39
Outros	12	2,39

Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

Gráfico 79: Porcentagem de respondentes conforme os obstáculos e receios que impedem a criação do seu próprio negócio/empresa/organização



Fonte: pesquisa realizada junto a alunos egressos do IFRN

¹³⁴ Dados referentes aos assalariados e desempregados que responderam à pergunta 36 do questionário, assinalando NÃO ter um projeto empreendedor em mente.

Apêndice IV – Análise inferencial da situação profissional de acordo com os *campi*, as características sociodemográficas e a percepção do termo “empreendedorismo”

Análise da situação profissional

As tabelas 1 a 5 apresentam os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre as características demográficas (faixa etária, sexo e raça), *campi* do IFRN e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha = 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há evidências de que exista associação entre todas as variáveis avaliadas com a situação profissional dos egressos.

Tabela 1: *Campi* dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Campus do IFRN	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Caicó	07 (3,50)	22 (18,18)	01 (4,17)	30 (8,70)
João Câmara	03 (1,50)	15 (12,40)	00 (0,00)	18 (5,22)
Mossoró	12 (6,00)	50 (41,32)	02 (8,33)	64 (18,55)
Natal – Central	176 (88,00)	30 (24,79)	09 (37,50)	215 (62,32)
Natal – Cidade Alta	02 (1,00)	04 (3,31)	12 (50,00)	18 (5,22)
Total	200	121	24	345 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 1: *Campi* dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

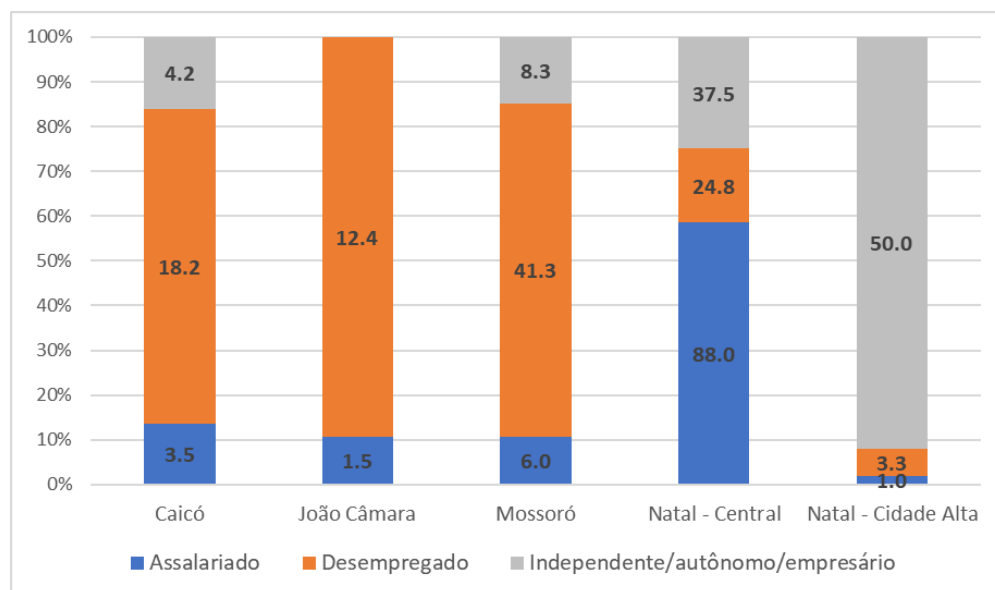


Tabela 2: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Menos de 20 anos	48 (24,24)	19 (15,79)	03 (12,50)	70 (20,41)
De 21 a 25 anos	88 (44,44)	60 (49,59)	12 (50,00)	160 (46,65)
De 26 a 29 anos	26 (13,13)	31 (25,62)	04 (16,67)	61 (17,78)
De 30 a 34 anos	17 (8,59)	09 (7,44)	04 (16,67)	30 (8,75)
De 35 a 39 anos	09 (4,55)	00 (0,00)	00 (0,00)	09 (2,62)
De 40 a 44 anos	05 (2,53)	00 (0,00)	01 (4,17)	06 (1,75)
Mais de 45 anos	05 (2,53)	02 (1,65)	00 (0,00)	07 (2,04)
Total	198	121	24	343 (100,00)

Valor- p = 0,021

Gráfico 2: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

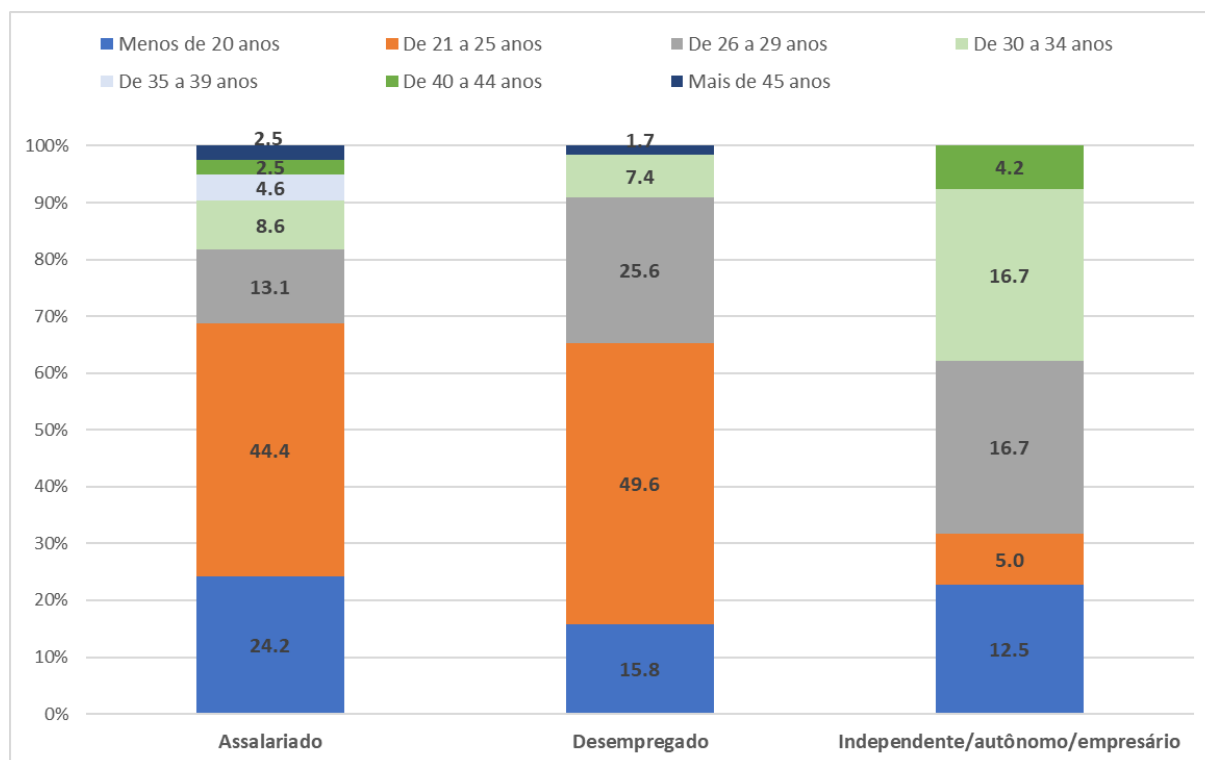


Tabela 3: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Feminino	41 (20,50)	60 (49,59)	18 (75,00)	119 (34,49)
Masculino	159 (79,50)	61 (50,41)	06 (25,00)	226 (65,51)
Total	200	121	24	345 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 3: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

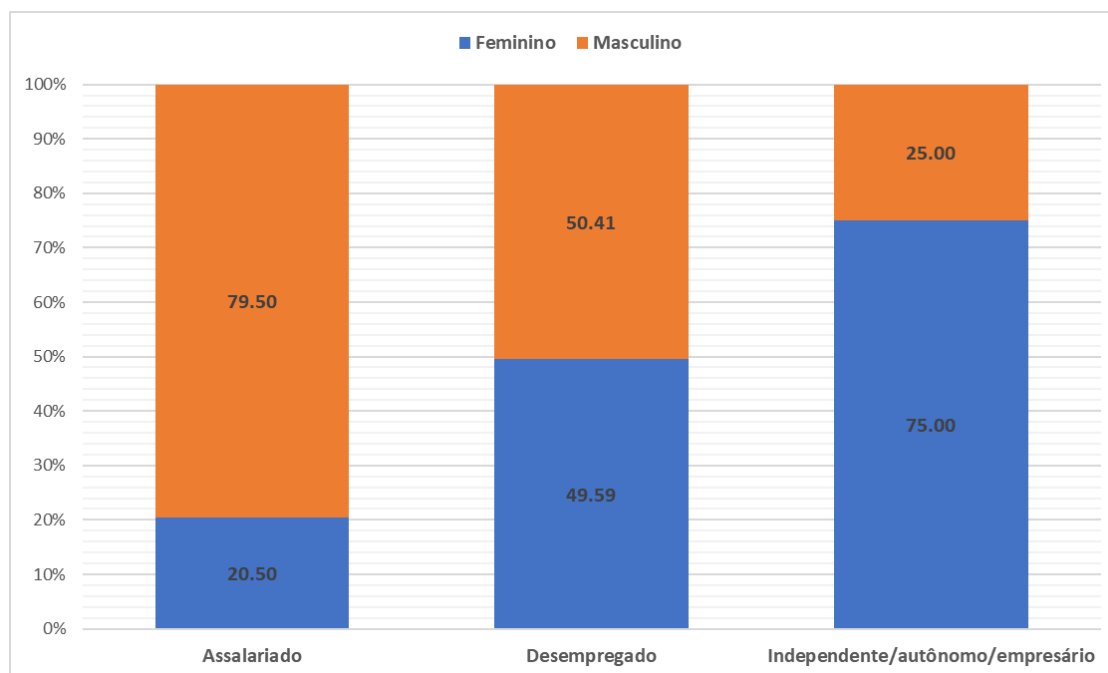


Tabela 4: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Parda	150 (75,00)	30 (24,79)	05 (20,83)	185 (53,62)
Branca	39 (19,50)	78 (64,46)	13 (54,17)	130 (37,68)
Preta	09 (4,50)	11 (9,09)	01 (4,17)	21 (6,09)
Amarela	02 (1,00)	02 (1,65)	05 (20,83)	09 (2,61)
Total	200	121	24	345 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 4: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

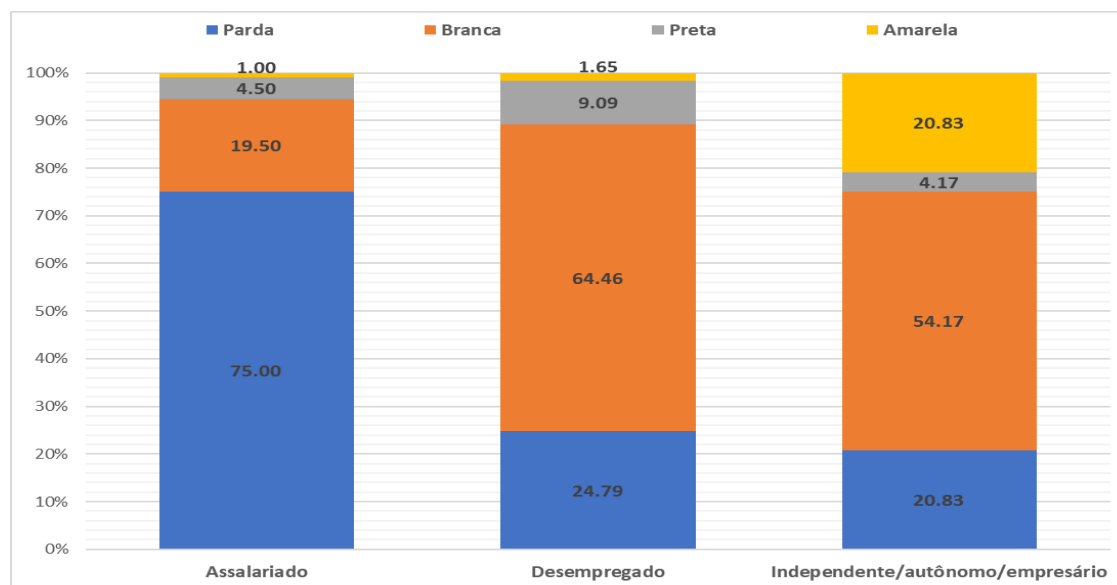
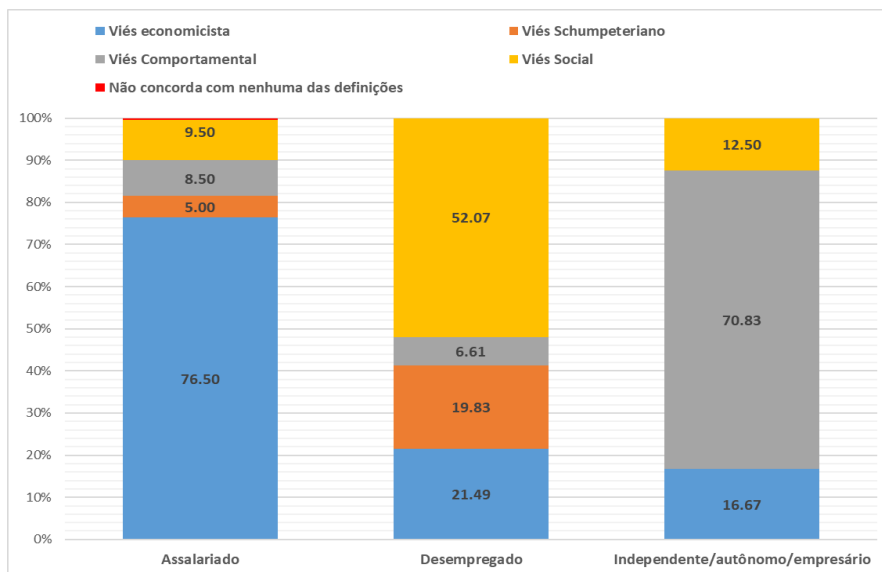


Tabela 5: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Viés economicista	153 (76,50)	26 (21,49)	04 (16,67)	183 (53,04)
Viés Schumpeteriano	10 (5,00)	24 (19,83)	00 (0,00)	34 (9,86)
Viés Comportamental	17 (8,50)	08 (6,61)	17 (70,83)	42 (12,17)
Viés Social	19 (9,50)	63 (52,07)	03 (12,50)	85 (24,64)
Não concorda com nenhuma das definições	01 (0,50)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (0,29)
Total	200	121	24	345 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 5: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.



Análise por campi – Caicó

As Tabelas 6 a 9 exibem os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre características demográficas (faixa etária, sexo e raça) e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha = 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há evidências de que exista associação entre as variáveis demográficas com a situação profissional dos egressos. Para a definição do empreendedorismo não houve evidência de associação entre a situação profissional.

Tabela 6: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Menos de 20 anos	00 (0,00)	02 (9,09)	00 (0,00)	02 (6,67)
De 21 a 25 anos	01 (14,29)	20 (90,91)	00 (0,00)	21 (70,0)
De 26 a 29 anos	01 (14,29)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (3,33)
De 30 a 34 anos	01 (14,29)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (3,33)
De 35 a 39 anos	03 (42,86)	00 (0,00)	00 (0,00)	02 (6,67)
De 40 a 44 anos	01 (14,29)	00 (0,00)	01 (100,00)	02 (6,67)
Mais de 45 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (00,0)
Total	07	22	01	30 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 6: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

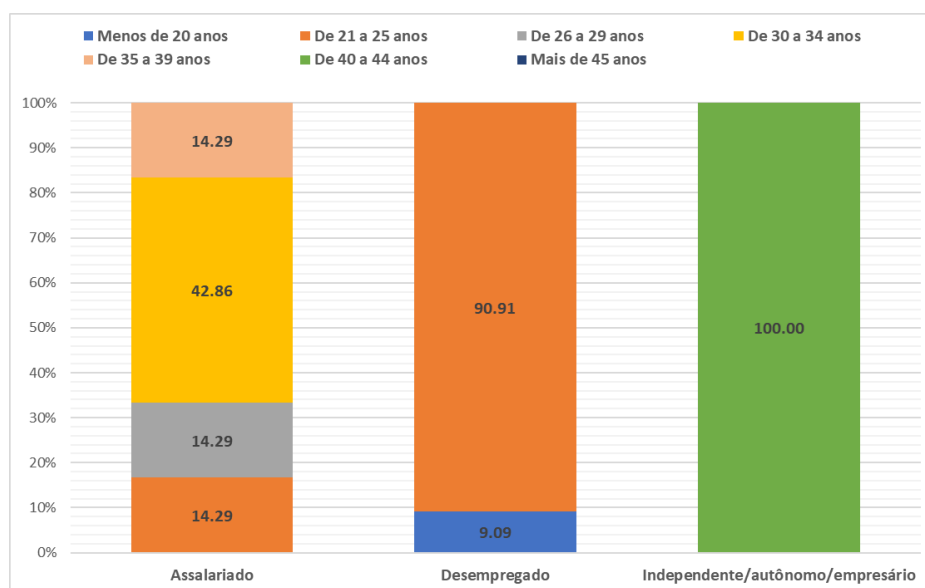


Tabela 7: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Feminino	01 (14,29)	20 (90,91)	00 (0,00)	21 (70,00)
Masculino	06 (85,71)	02 (9,09)	01 (100,00)	09 (30,00)
Total	07	22	01	30 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 7: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

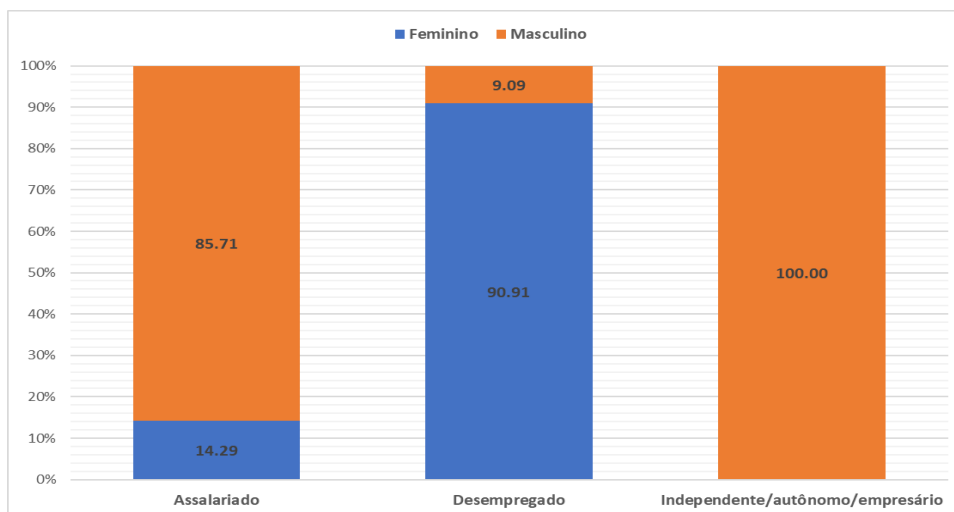


Tabela 8: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Parda	02 (28,60)	00 (0,00)	01 (100,00)	03 (10,00)
Branca	05 (71,40)	22 (100,00)	00 (0,00)	27 (90,0)
Preta	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Amarela	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	07	22	01	30 (100,00)

Valor- p =0,005

Gráfico 8: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

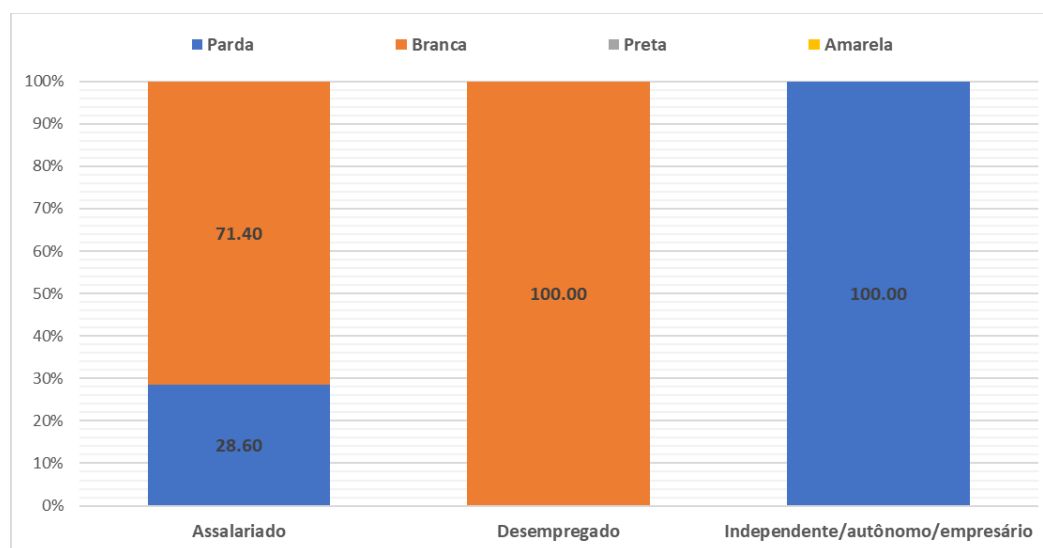
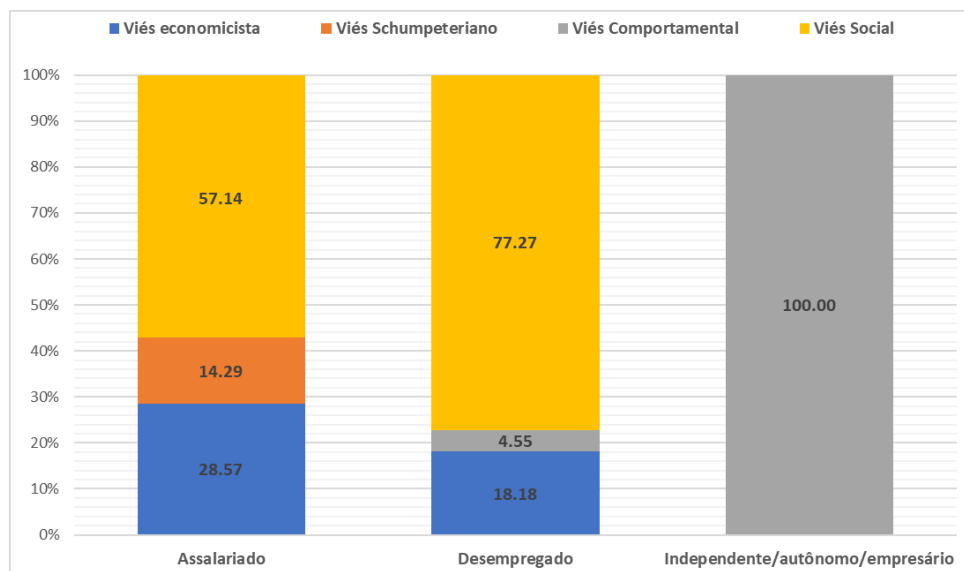


Tabela 9: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Viés economicista	02 (28,57)	04 (18,18)	00 (0,00)	06 (20,00)
Viés Schumpeteriano	01 (14,29)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (3,33)
Viés Comportamental	00 (0,00)	01 (4,55)	01 (100,00)	02 (6,67)
Viés Social	04 (57,14)	17 (77,27)	00 (0,00)	21 (70,00)
Total	22	07	01	30 (100,00)

Valor- p =0,071

Gráfico 9: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.



Análise por campi – João Câmara

As Tabelas 10 a 13 mostram os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre características demográficas (faixa etária, sexo e raça) e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha= 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há evidências de que exista associação entre a raça com a situação profissional dos egressos, e para as demais variáveis analisadas não houve evidencia de associação entre a situação profissional.

Tabela 10: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Menos de 20 anos	00 (0,00)	11 (73,33)	00 (0,00)	11 (64,71)
De 21 a 25 anos	02 (100,00)	04 (26,67)	00 (0,00)	06 (35,26)
De 26 a 29 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
De 30 a 34 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
De 35 a 39 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
De 40 a 44 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Mais de 45 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	02	15	00	17 (100,00)

Valor- p =0,110

Gráfico 10: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

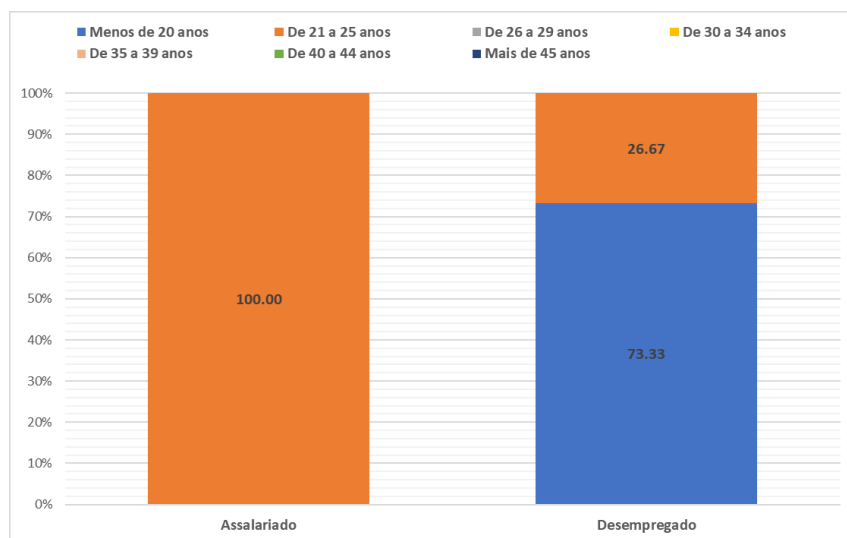


Tabela 11: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Feminino	02 (66,67)	11 (73,33)	00 (0,00)	13 (72,22)
Masculino	01 (33,33)	04 (26,67)	00 (0,00)	05 (27,78)
Total	03	15	00	18 (100,00)

Valor- p = 1,000

Gráfico 11: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

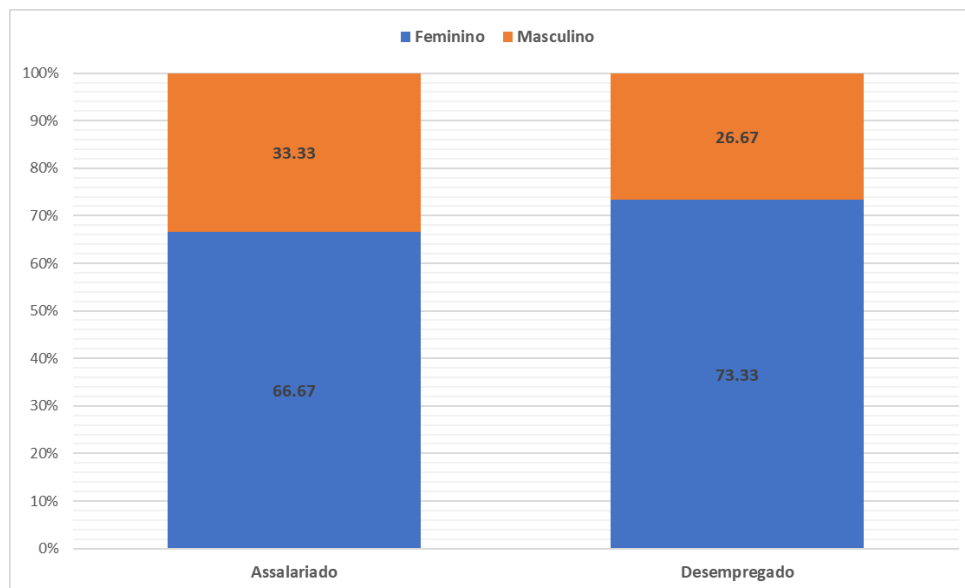


Tabela 12: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Parda	03 (100,00)	04 (26,67)	00 (0,00)	07 (38,89)
Branca	00 (0,00)	11 (73,33)	00 (0,00)	11 (61,11)
Preta	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Amarela	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	03	15	00	18 (100,00)

Valor- p =0,043

Gráfico 12: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

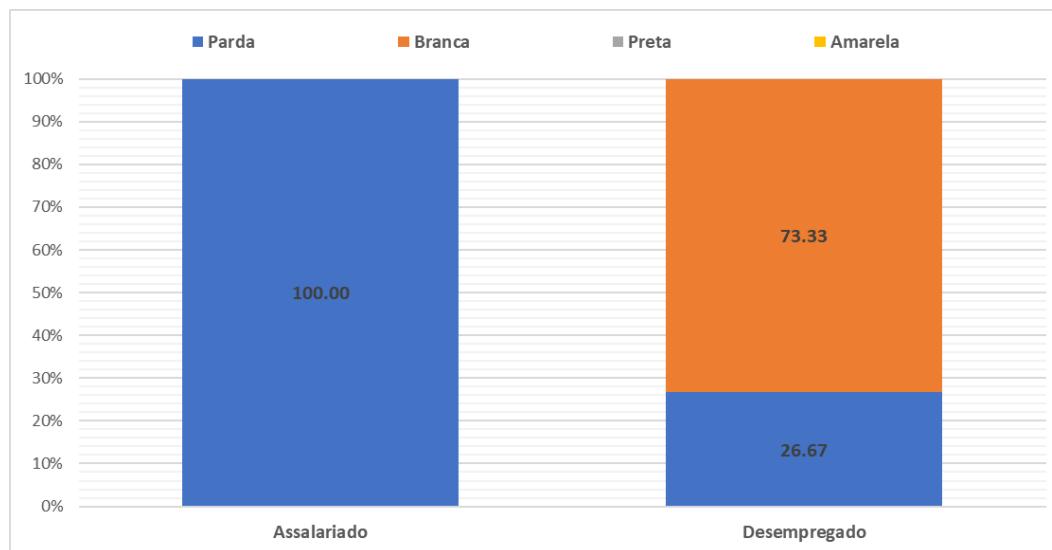
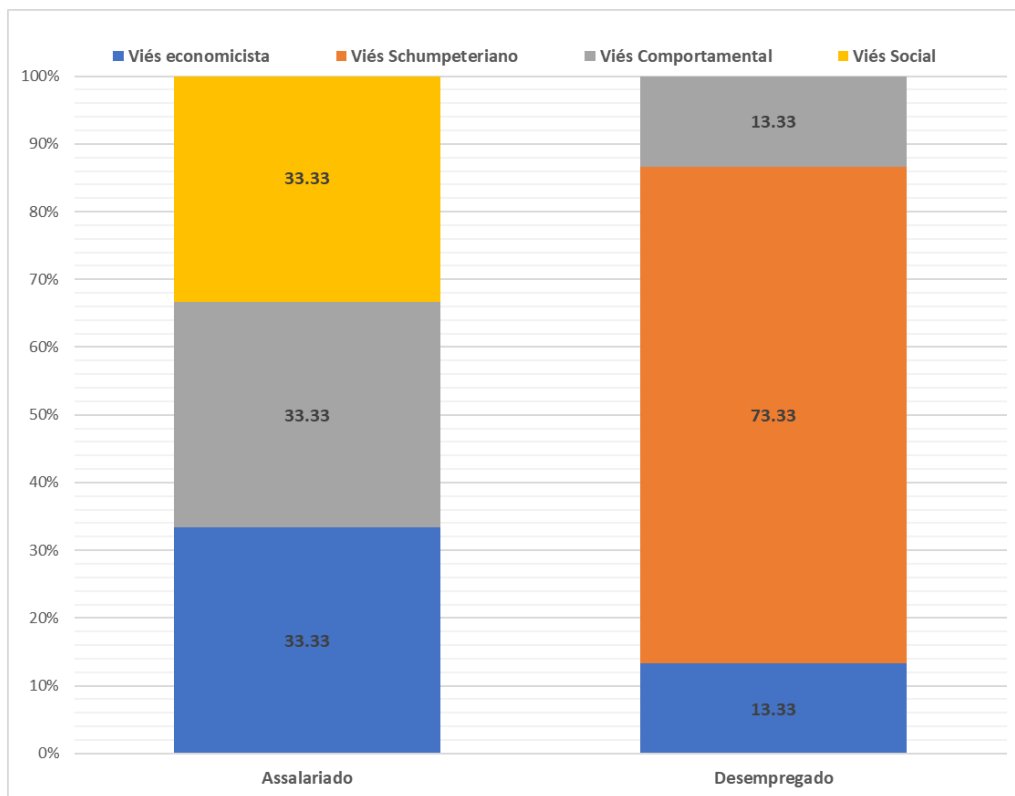


Tabela 13: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Viés economicista	01 (33,33)	02 (13,33)	00 (0,00)	03 (16,67)
Viés Schumpeteriano	00 (0,00)	11 (73,33)	00 (0,00)	11 (61,11)
Viés Comportamental	01 (33,33)	02 (13,33)	00 (0,00)	03 (16,67)
Viés Social	01 (33,33)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (5,56)
Total	03	15	00	18 (100,00)

Valor- p =0,117

Gráfico 13: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.



Análise por campi – Mossoró

As Tabelas 14 a 17 apresentam os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre características demográficas (faixa etária, sexo e raça) e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha= 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há indícios de que exista associação entre a raça e definição do empreendedorismo com a situação profissional dos egressos, e para as demais variáveis não indicaram associação com a situação profissional.

Tabela 14: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Menos de 20 anos	02 (16,67)	04 (8,00)	00 (0,00)	06 (9,38)
De 21 a 25 anos	04 (33,33)	13 (26,00)	01 (50,00)	18 (28,13)
De 26 a 29 anos	02 (16,67)	26 (52,00)	01 (50,00)	29 (45,31)
De 30 a 34 anos	03 (25,00)	07 (14,00)	00 (0,00)	10 (15,63)
De 35 a 39 anos	01 (8,33)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (1,56)
De 40 a 44 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	06 (9,38)
Mais de 45 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	12	50	02	64 (100,00)

Valor- p =0,141

Gráfico 14: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

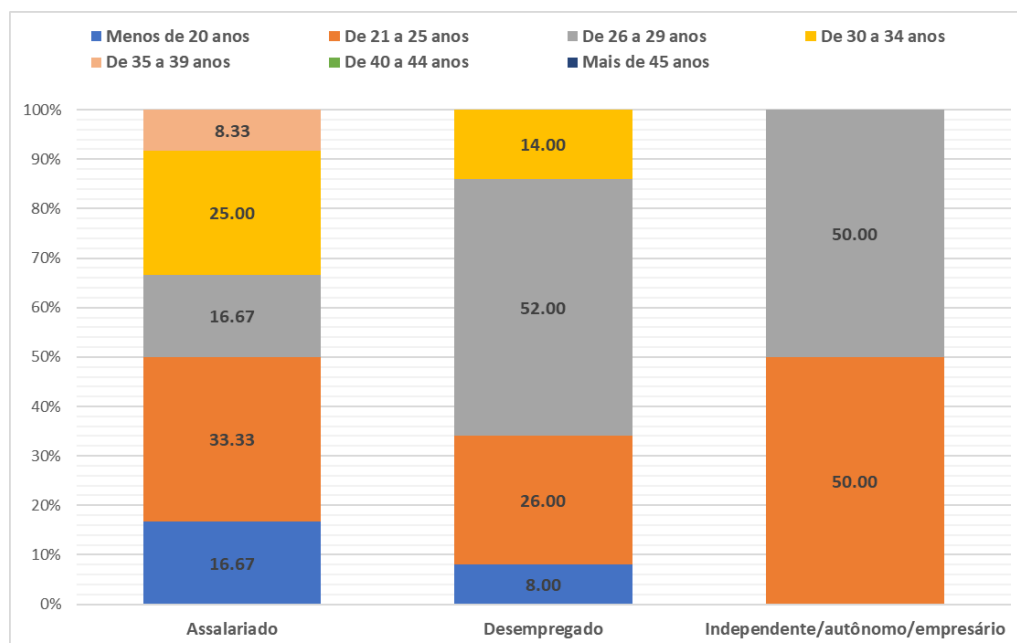


Tabela 15: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Feminino	03 (25,00)	11 (22,00)	01 (50,00)	15 (23,44)
Masculino	09 (75,00)	39 (78,00)	01 (50,00)	49 (76,56)
Total	12	50	02	64 (100,00)

Valor- p = 0,570

Gráfico 15: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

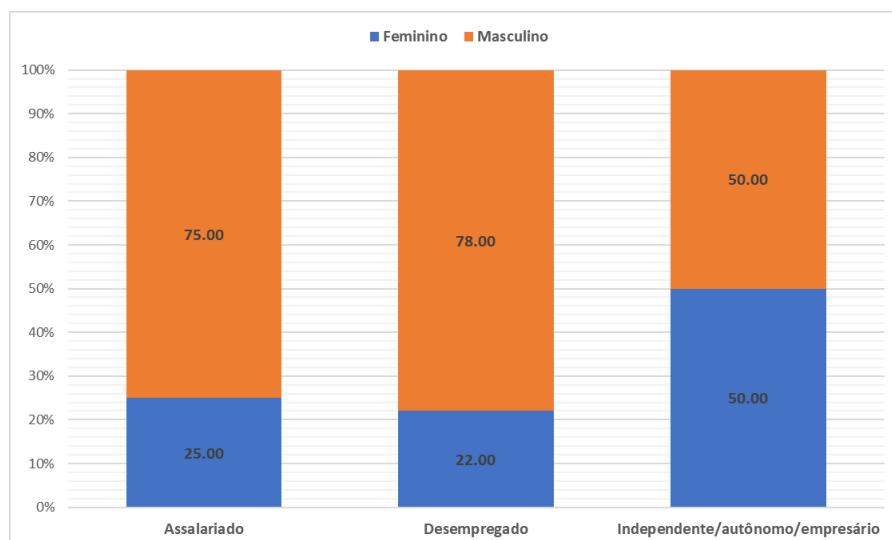


Tabela 16: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Parda	07 (58,33)	08 (16,00)	01 (50,00)	16 (25,00)
Branca	04 (33,33)	32 (64,00)	01 (50,00)	37 (57,81)
Preta	01 (8,33)	10 (20,00)	00 (0,00)	11 (17,19)
Amarela	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	12	50	02	64 (100,00)

Valor- p =0,023

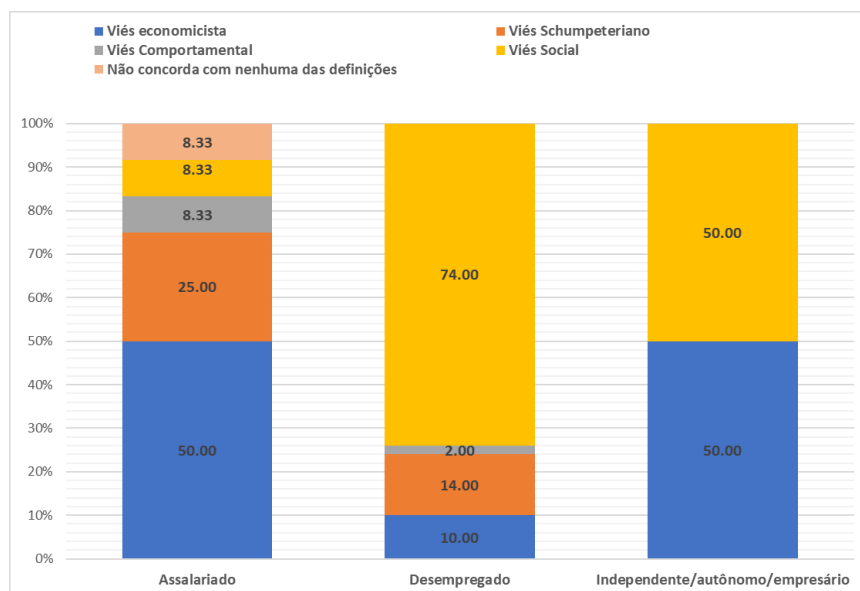
Tabela 17: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional
-----------	-----------------------

	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Viés economicista	06 (50,00)	05 (10,00)	01 (50,00)	12 (18,75)
Viés Schumpeteriano	03 (25,00)	07 (14,00)	00 (0,00)	10 (15,63)
Viés Comportamental	01 (8,33)	01 (2,00)	00 (0,00)	02 (3,13)
Viés Social	01 (8,33)	37 (74,00)	01 (50,00)	39 (60,94)
Não concordo com nenhuma dessas	01 (8,33)	00 (0,00)	00 (0,00)	01 (1,56)
Total	12	50	02	64 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 17: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.



Análise por *campi* – Natal-Central

As Tabelas 18 a 21 apresentam os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre características demográficas (faixa etária, sexo e raça) e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha= 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há indícios de que exista associação entre as variáveis demográficas e definição do empreendedorismo com a situação profissional dos egressos.

Tabela 18: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Menos de 20 anos	47 (26,70)	02 (6,67)	01 (11,11)	50 (23,26)
De 21 a 25 anos	80 (45,45)	22 (73,33)	02 (22,22)	27 (12,56)
De 26 a 29 anos	22 (12,50)	03 (10,00)	02 (22,22)	27 (12,56)
De 30 a 34 anos	13 (7,39)	02 (6,67)	04 (44,44)	19 (8,84)
De 35 a 39 anos	05 (2,84)	00 (0,00)	00 (0,00)	05 (2,33)
De 40 a 44 anos	04 (2,27)	00 (0,00)	00 (0,00)	04 (1,86)
Mais de 45 anos	05 (2,84)	01 (3,33)	00 (0,00)	06 (2,79)
Total	176	30	09	215 (100,00)

Valor- p =0,007

Gráfico 18: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

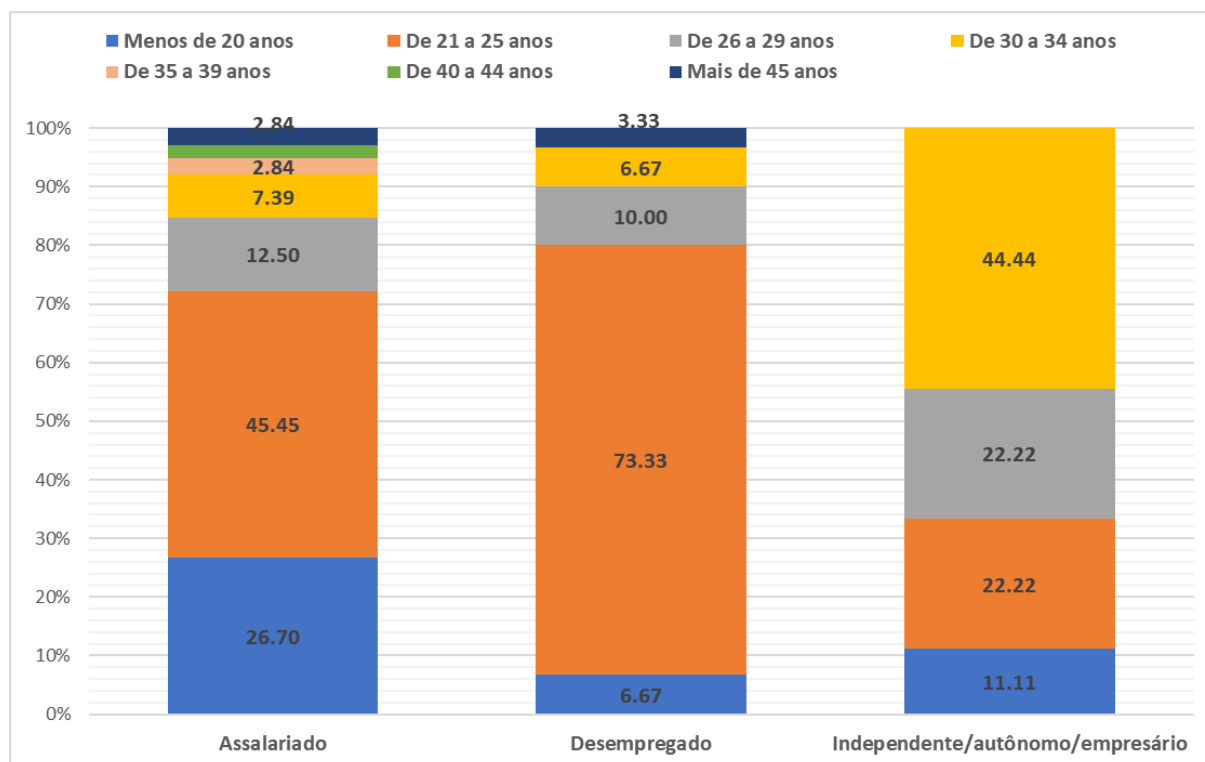


Tabela 19: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Feminino	34 (19,32)	15 (50,00)	05 (55,56)	54 (25,12)
Masculino	142 (80,68)	15 (50,00)	04 (44,44)	161 (74,88)
Total	176	30	09	215 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 19: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado, ao nível de significância de 5%.

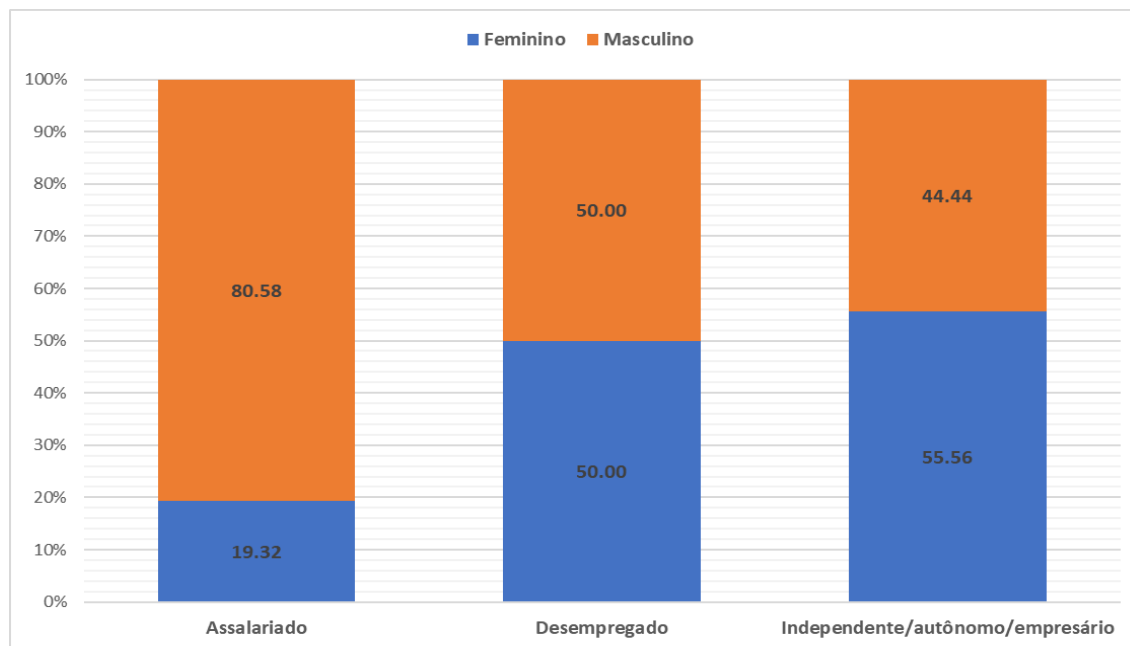


Tabela 20: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			Total n (%)
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Parda	137 (77,84)	16 (53,33)	03 (33,33)	156 (72,56)
Branca	30 (17,05)	12 (40,00)	05 (55,56)	47 (21,86)
Preta	08 (4,55)	00 (0,00)	01 (11,11)	09 (4,19)
Amarela	01 (0,57)	02 (6,67)	00 (0,00)	03 (1,40)
Total	176	30	09	215 (100,00)

Valor- p <0,001

Gráfico 20: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

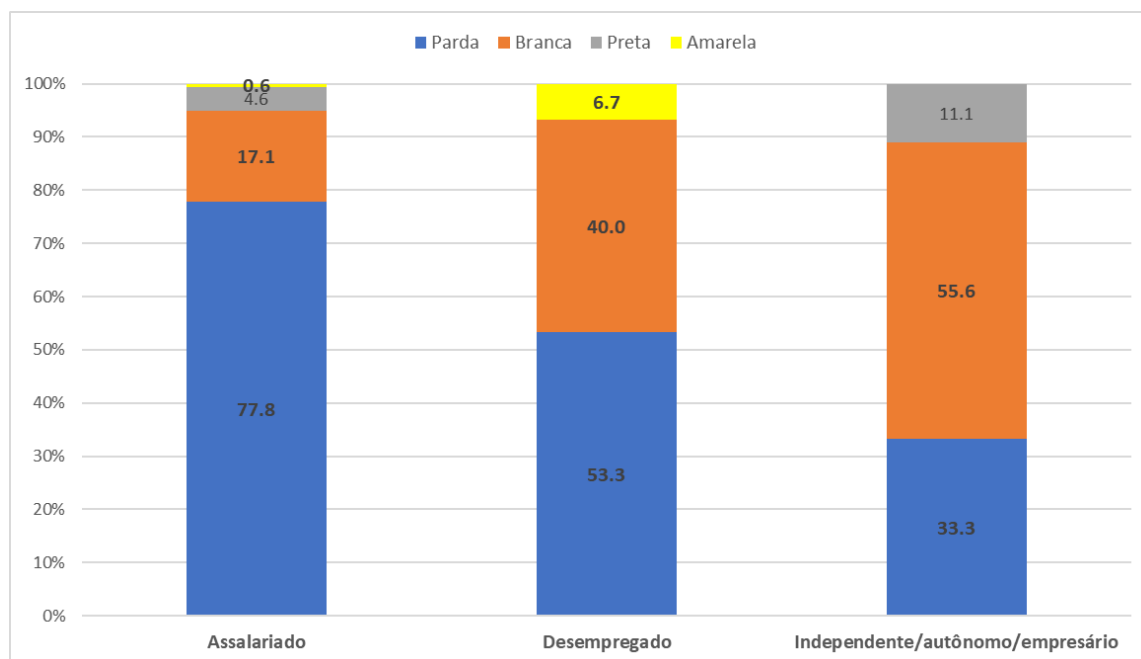
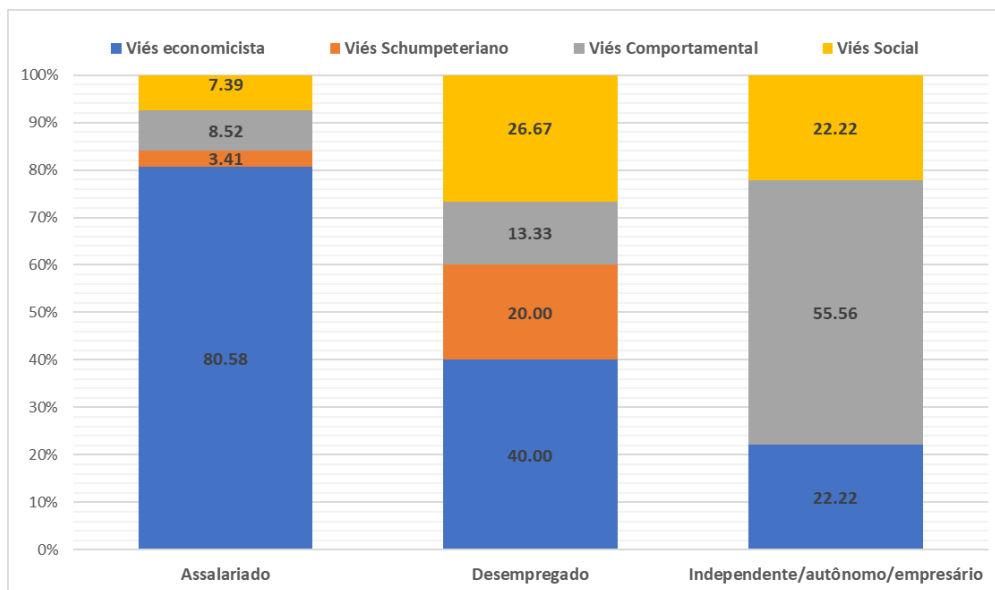


Tabela 21: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional			Total n (%)
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Viés economicista	142 (80,68)	12 (40,00)	02 (22,22)	156 (72,56)
Viés <i>Schumpeteriano</i>	06 (3,41)	06 (20,00)	00 (0,00)	12 (5,58)
Viés Comportamental	15 (8,52)	04 (13,33)	05 (55,56)	24 (11,16)
Viés Social	13 (7,39)	08 (26,67)	02 (22,22)	23 (10,70)
Total	176	30	09	215 (100,00)

Valor- p < 0,001

Gráfico 21: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.



Análise por campi – Natal (Cidade Alta)

As Tabelas 22 a 25 apresentam os resultados do teste de Qui-quadrado realizados para testar a associação entre características demográficas (faixa etária, sexo e raça) e definição do empreendedorismo, de acordo com situação profissional (assalariado, desempregado e independente/autônomo/empresário). Ao nível de significância de $\alpha = 5\%$, rejeita-se a hipótese de independência, ou seja, há indícios de que exista associação entre a raça e definição do empreendedorismo com a situação profissional dos egressos, e para demais variáveis não indicaram associação com situação profissional.

Tabela 22: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Faixa etária	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Menos de 20 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	02 (16,67)	02 (11,11)
De 21 a 25 anos	01 (50,00)	01 (25,00)	09 (75,00)	11 (61,11)
De 26 a 29 anos	01 (50,00)	02 (50,00)	01 (8,33)	04 (22,22)
De 30 a 34 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
De 35 a 39 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
De 40 a 44 anos	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Mais de 45 anos	00 (0,00)	01 (25,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Total	02	04	12	18 (100,00)

Valor- p =0,140

Gráfico 22: Faixa de idade dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

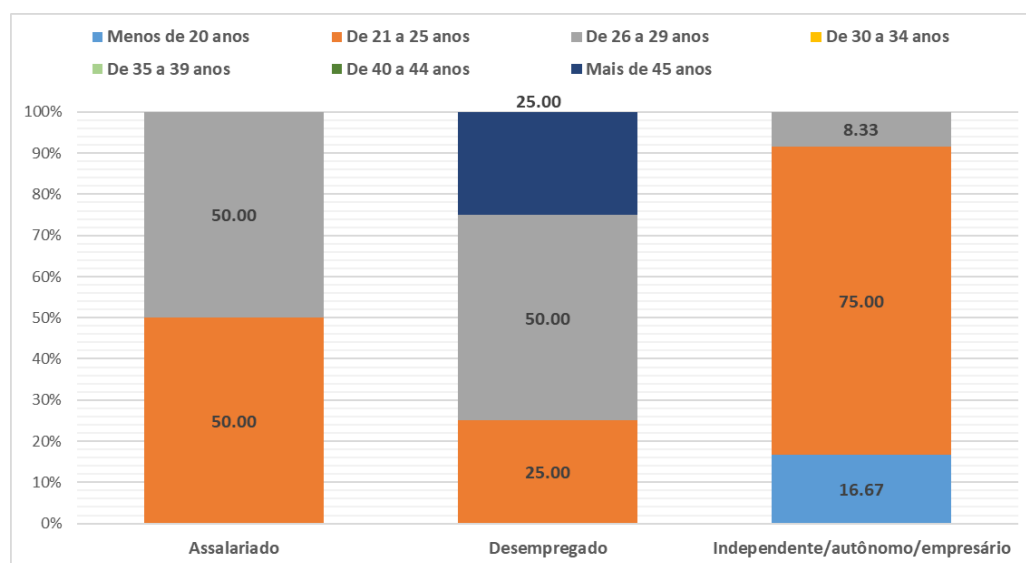


Tabela 23: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

Sexo	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Feminino	01 (50,00)	03 (75,00)	12 (100,00)	16 (88,89)
Masculino	01 (50,00)	01 (25,00)	00 (0,00)	02 (11,11)
Total	02	04	12	18 (100,00)

Valor- p = 0,098

Gráfico 23: Sexo dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

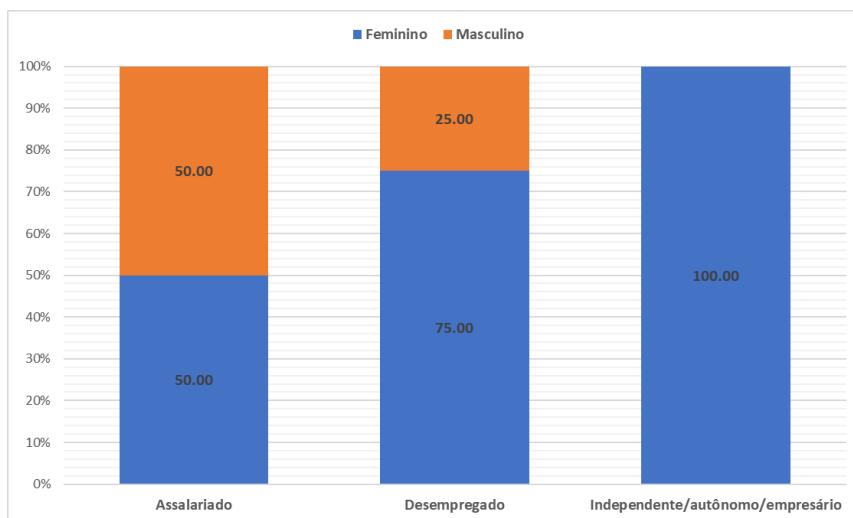


Tabela 24: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher, ao nível de significância de 5%.

Raça	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/ empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Parda	01 (50,00)	02 (50,00)	00 (0,00)	03 (16,67)
Branca	00 (0,00)	01 (25,00)	07 (58,33)	08 (44,44)
Preta	00 (0,00)	01 (25,00)	00 (0,00)	01 (5,36)
Amarela	01 (50,00)	00 (0,00)	05 (41,67)	06 (33,33)
Total	02	04	12	18 (100,00)

Valor- p = 0,015

Gráfico 24: Raça dos egressos de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

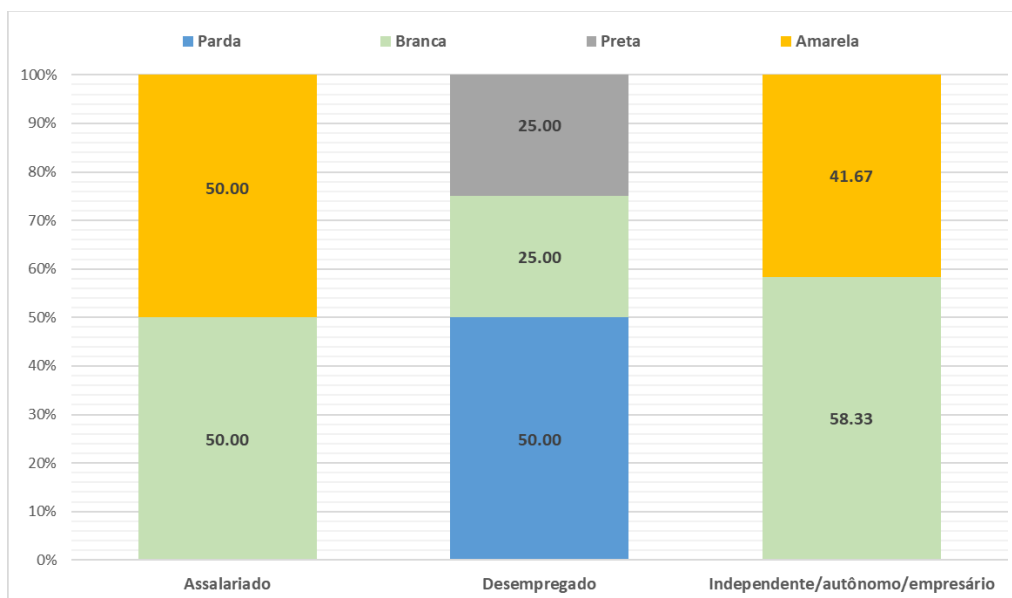
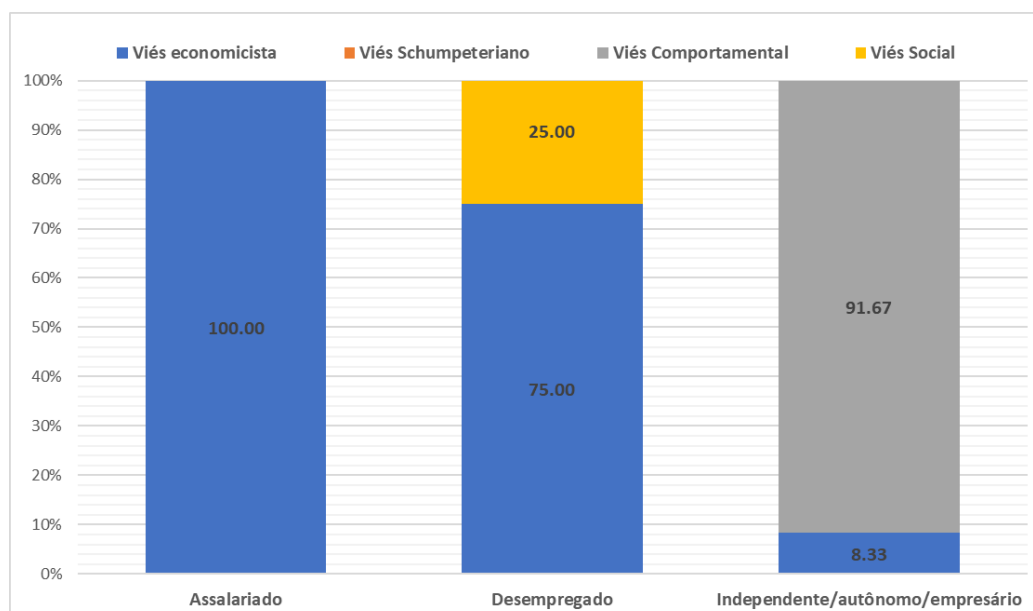


Tabela 25: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.

Definição	Situação profissional			Total
	Assalariado	Desempregado	Independente/autônomo/empresário	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Viés economicista	02 (100,00)	03 (75,00)	01 (8,33)	06 (33,33)
Viés Schumpeteriano	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)	00 (0,00)
Viés Comportamental	00 (0,00)	00 (0,00)	11 (91,67)	11 (61,11)
Viés Social	00 (0,00)	01 (25,00)	00 (0,00)	01 (5,56)
Total	02	04	12	18 (100,00)

Valor- p = 0,0003

Gráfico 25: Definições que sejam mais apropriadas para o tema "empreendedorismo" de acordo com a situação profissional, utilizando o teste de Fisher ao nível de significância de 5%.



Apêndice V – Categorização da análise de conteúdo

Tema 1: empreendedorismo no contexto acadêmico

Subtemas	Categorias / Subcategorias	
Definição de empreendedorismo	CCEs (Características e Comportamentos Empreendedores)	
Impacto do empreendedorismo para economia e sociedade	Aspectos positivos	Crescimento econômico Desenvolvimento da sociedade Menor dependência de empregos e políticas públicas
	Aspectos negativos	Egocentrismo
Empreendedorismo associado à educação	Pedagogia empreendedora	

Tabela 1: Quadro reduzido dos subtemas e categorias do tema 1.

Subtemas	Categorias	Subcategorias	Unidades de contexto
Definição de empreendedorismo	CCEs (Características e Comportamentos empreendedores)	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir riscos • Atingir objetivos • Inovação • Necessidade de satisfação e realização pessoal • Proatividade • Resolver problemas • Ter autonomia • Vencer os desafios • Visão de futuro 	<p>“É a autonomia que o ser humano busca para conquistar seus objetivos. Empreendedorismo é você resolver problemas, assumir desafios e riscos em prol de superar obstáculos e atender uma necessidade pessoal e da sociedade, conciliando isso de uma forma prática” G1</p> <p>“Empreender são ações que as pessoas devem ter para vencer os desafios do dia a dia, almejando o crescimento profissional individual e, obviamente, coletivo” G2</p> <p>“O empreendedorismo, antes de mais nada, é uma necessidade humana. O ser humano tem uma necessidade de empreender na vida.</p>

			<p>Então, seja qual for a motivação dele, haverá sempre uma necessidade de produzir algo que lhe traga satisfação. Essa sensação de realização, seja profissional ou de produção ou meramente humana, é o que gera valor à vida dele. [...] Você tem que desenvolver as características empreendedoras para que aproveite ao máximo a onda da inovação. Caso contrário, você vai perder a oportunidade. Então não adianta você ter a oportunidade e não estar preparado. Assim, trabalhamos muito as características empreendedoras com o viés comportamental” G4</p> <p>“Posso dizer que o empreendedorismo, de uma forma bem resumida, é você fazer as coisas diferentes para resolver problemas que a sociedade tem” G5</p> <p>“Para mim, o empreendedorismo é uma ação de inovação para melhoria de qualquer processo, de qualquer produto, de qualquer rotina ou de qualquer serviço. Ser empreendedor é ser proativo” G6</p> <p>“...no meu ponto de vista, vai além do empresarial. Parte de uma visão ou ação do sujeito de perspectiva de futuro, de empreender, de se organizar. [...] Em suma, o sujeito deve ter uma visão organizativa e de futuro” G3</p>
<p>Impacto do empreendedorismo para economia e sociedade</p>	<p>Aspectos positivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento econômico • Desenvolvimento da sociedade • Menor dependência de empregos e políticas públicas 	<p>“[...] Nós temos exemplos de grandes empreendedores que, de certa forma, impactaram a sociedade baseado em ideias que desenvolveram e validaram junto a potenciais clientes. Economicamente, o empreendedorismo promove um ganho geral, pois faz com que a roda da economia permaneça girando [...] Se todos tiverem esse perfil empreendedor, a economia vai se fortalecer e alcançar um “boom”, um bom crescimento” G1</p>

			<p>“[...] Na minha visão, o impacto do empreendedor para o desenvolvimento é muito grande, seja para a empresa ou seja para ele, enquanto pessoa” G3</p> <p>“A economia, de certa forma, é moldada por esses estímulos do empreendedor. [...] De forma geral, a sociedade está dependendo desses atores empreendedores para que tenha um crescimento, já que a política pública, hoje, não dá conta de todas as mazelas que vivemos” G4</p> <p>“[...] Diria que o principal impacto para a sociedade é fazer que as pessoas dependam menos de políticas públicas ou de empregos, porque estamos num mundo onde há cada vez mais trabalho e cada vez menos emprego. Então, o empreendedorismo é uma das maneiras das pessoas criarem riqueza, desenvolvimento e melhorias para sociedade” G5</p> <p>“[...]Se é o sujeito que está no contexto de uma sociedade, o ato de empreender, de tentar inovar, fazer uma coisa nova, leva realmente a uma melhoria da sociedade de uma maneira geral” G6</p>
	Aspectos negativos	<ul style="list-style-type: none"> • Egocentrismo 	<p>“Então, o empreendedorismo é uma das maneiras das pessoas criarem riqueza, desenvolvimento e melhorias para sociedade. Logicamente, existem impactos negativos. Não é fácil se praticar isso, considerando que há uma tendência de o empreendedor pensar muito mais em si do que no conjunto da sociedade. A formação de riqueza pressupõe que alguém vai trabalhar para você. Há um certo contraditório nesse aspecto” G5</p>

<p>Empreendedorismo associado à educação</p>	<p>Pedagogia empreendedora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação • Instituição empreendedora • Alunos empreendedores • Um modo de vida • Desenvolvimento das CCEs pelos alunos • Melhoria contínua • Nova forma de ensinar • Educação para o mercado • Benefícios aos professores 	<p>“[...]se você analisar bem o conceito do empreendedorismo, como já havia dito, a ação em que a pessoa se dispõe a construir algo, aplicar, desenvolver uma ideia, um produto ou serviço, estando vinculado ao ensino é perfeito [...] Pode-se dizer que esse modelo é de uma instituição empreendedora, que faz com que os alunos se tornem empreendedores” G1</p> <p>“Os benefícios são enormes. Deve haver um vínculo de empreendedorismo com educação” G2.</p> <p>“[...] Nessa lógica, não podemos apenas relacionar o empreender ao lucro, mas a um modo de vida, ao pensar uma sociedade de forma sustentável” G3</p> <p>“[...] eu explico aos alunos que todos eles têm habilidades e características empreendedoras que podem ser despertadas. [...] Então, essas características empreendedoras quando são desenvolvidas servem para a vida de cada um. Como educadora, vejo que isso é importante no processo de aprendizagem do aluno, pois vai dar a ele subsídios para escolher como ele quer utilizar essas características empreendedoras” G4</p> <p>“[...] O empreendedorismo traz muitos benefícios para os professores ensinarem. Os professores têm que mudar a forma como lecionam. [...] mas quando se busca uma educação empreendedora está, mesmo sem querer, se praticando uma educação para o mercado. Assim, os conhecimentos científicos e tecnológicos são direcionados para oportunidades e soluções de problemas para o mercado. A instituição tem que oportunizar, avançar e, até de certa forma, cobrar que os professores e alunos, ao aprenderem, devam enxergar soluções de</p>
--	--------------------------------	---	--

			<p>problemas para a sociedade. Esse é o principal benefício que vejo” G5</p> <p>“Os benefícios são no sentido de ser algo que promova a melhoria contínua, a ampliação, o crescimento, o desenvolvimento daquilo que a gente já faz” G6</p>
--	--	--	---

Tema 2: Política, projetos e ações empreendedoras no IFRN

Subtemas	Categorias / Subcategorias	
Políticas públicas, projetos e ações existentes	Currículos formal/informal Infraestruturas e projetos Relações de mentoria/parceria	
Agentes de implementação	Parcerias Internos Externos	
Envolvimento individual do gestor com as políticas	Inter-relação Liderança Prospecção Representação	
Acompanhamento e avaliação dos projetos de empreendedorismo no âmbito das políticas	Estratégias de acompanhamento Avaliação de projetos e relatórios	
Potencial de transformação local, empresarial, criação de emprego, etc.	Potencialidades	Desenvolvimento de metodologias próprias de incubação Desenvolvimento de projetos empreendedores Ensino de qualidade IFRN como modelo institucional Melhoria da qualidade de vida Promoção da sustentabilidade SUAP como produto comercializável
	Limitações ou constrangimentos	Comunicação com a sociedade Desconhecimento da educação empreendedora Fator humano a inviabilizar projetos Infraestrutura das incubadoras Regressão para hotel de projetos Saída de alunos de outras escolas para o IFRN

Tabela 2: Quadro reduzido dos subtemas e categorias do tema 2.

Subtemas	Categorias	Subcategorias	Unidades de contexto
<p>Políticas públicas, projetos e ações existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Currículos formal/informal • Infraestruturas e projetos • Relações de mentoria/parceria 	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplinas específicas sobre o tema • Feiras/ <i>workshops</i>/eventos • Prêmio empreendedorismo inovador • Fábrica de briquetes • Hotel de Projetos • Incubadora de empresas • Incubadora social • Empresa júnior • Projetos de pesquisa e extensão • Projetos sociais • NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) • Cooperação ANPROTEC/Sebrae • SUAP como negócio 	<p>“Na área de ensino, dependendo do PPC (Projeto Pedagógico do Curso), temos cursos com mais disciplinas e ações voltadas ao empreendedorismo” G4</p> <p>“[...]Participávamos de fóruns promovidos pelo SEBRAE, das feiras na cidade e com os eventos. Assim, o campus estava sempre presente, e, conseqüentemente, na vitrine, para que as pessoas lembrassem que a instituição estava fazendo parte da cadeia produtiva da cidade” G2</p> <p>“A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação tem desenvolvido políticas públicas voltadas para o empreendedorismo, entre elas o prêmio de empreendedorismo inovador[...] Geralmente, quando os alunos participam do prêmio de empreendedorismo inovador, logo depois procuram a nossa incubadora” G4</p> <p>“[...]Posso citar também nossa fábrica de briquetes, lá no campus de Ipanguaçu, que está no processo licitatório e é outro caminho interessante” G6</p> <p>“Para exemplificar, nós não trabalhamos mais com incubação. Demos um passo atrás e hoje trabalhamos o hotel de projetos, um formato de pré-incubação” G1</p> <p>“Pontualmente, a incubadora de empresas, com certeza, foi um marco - aquela coisa que as pessoas entendiam</p>

			<p>como importante, mas que ninguém sabia operar exatamente” G1</p> <p>“Destaco o campus Natal Central que tem a principal incubadora do IFRN. Como primeira incubadora, tem mais experiência e passou a direcionar, tanto de forma macro quanto em cada campus, para consolidar o empreendedorismo na instituição” G5</p> <p>“Ultimamente, dado a experiência com o IFSol (Incubadora Tecnológica para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do IFRN), temos desenvolvido empreendimentos com impacto social” G4</p> <p>“[...] empresa júnior surgiu no campus Central e também temos a de Canguaretama, mas é algo que não está como política nossa, pois tivemos uma experiência bastante complicada com a empresa júnior do campus Natal Central” G6</p> <p>“Com relação à pesquisa e extensão da instituição partem iniciativas pontuais, umas com mais sucesso, outras ainda em fase de estruturação” G1</p> <p>“Fora a incubadora de empresas, temos os projetos de extensão [...] Então, eu vejo esses projetos de extensão como de grande importância. Outros projetos são os de pesquisa, que, inclusive, funcionam em parceria com algumas empresas” G4</p>
--	--	--	---

			<p>“A todo momento observamos quais projetos de pesquisa que tem potencial inovador para serem registrados e incentivados para trabalharem na incubadora” G4</p> <p>“E, também, os projetos sociais desenvolvidos em parceria com a fundação. Hoje temos um projeto de economia solidária, com orçamento de dois milhões de reais, aprovado com interveniência da FUNCERN junto ao Ministério do Trabalho, que capacita e faz um acompanhamento de ações empreendedoras de economia solidária. É um empreendedorismo mais social, mas que tem uma grande importância, visto que o empreendedorismo vai muito além da empresa” G3</p> <p>“Temos também o programa Mulheres Mil (projeto com cunho social com objetivo de dar oportunidades a mulheres em vulnerabilidade), que formava mulheres para conseguirem abrir empresas de confecção ou conserto de roupas. Elas se organizavam a partir dos conselhos comunitários onde moravam e com ajuda do programa e da nossa incubadora começavam a trabalhar” G2</p> <p>“A incubadora de empresa do campus é sócia membro da ANPROTEC, associação que congrega todas as incubadoras no Brasil, e tem utilizado a expertise dessa associação para fortalecer o empreendedorismo na instituição, seja criando políticas internas ou sendo influenciados por políticas externas vindas, por exemplo, do ministério da educação ou SEBRAE nacional” G5</p>
--	--	--	---

			<p>“Temos um NIT no nosso campus onde desenvolvemos, sempre em parceria com a pró-reitoria de pesquisa, políticas de patentes e registro de softwares [...] Ressalto que todos os campi têm um representante do NIT mesmo que não tenha incubadora” G4</p> <p>“Trabalhávamos muito junto com o SEBRAE, pois era parceiro direto do IFRN – Campus Caicó. Muitas ações que fazíamos junto à comunidade dos empresários partia dessa parceria” G2</p> <p>“Hoje temos no instituto várias atividades e projetos em desenvolvimento que podem ser transformados em um negócio e uma das coisas que queremos fazer, como nosso primeiro grande negócio, é o SUAP. O nosso Sistema Unificado em Administração Pública (SUAP) vai se transformar no primeiro grande negócio do Instituto Federal do Rio Grande do Norte” G6</p>
Agentes de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias • Internos • Externos 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do SEBRAE e ANPROTEC • Coordenação de extensão do campus • Diretoria de inovação do campus • Editais institucionais • NIT (Núcleo de Inovação 	<p>“Desde o princípio, o IFRN percebeu que não conseguiria executar essa nova forma de educação empreendedora sozinho. Assim, buscou parceiras com o SEBRAE, nosso principal parceiro e que fomenta as micro e pequenas empresas, e ANPROTEC, associação que cuida das incubadoras no Brasil e que também faz parte de uma rede de acordos de cooperação internacionais” G5</p> <p>“Buscou-se muito apoio do SEBRAE e de outras instituições, como a ANPROTEC para enriquecer essa parte técnica e gestora” G1</p>

		<p>Tecnológica)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho escolar • PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) • Pró-reitoria de extensão • Pró-reitoria de pesquisa e inovação • Ministérios Federais • Parcerias internacionais com universidades 	<p>“Trabalhávamos muito junto com o SEBRAE, pois era parceiro direto do IFRN [...] Participávamos de fóruns promovidos pelo SEBRAE, das feiras na cidade e com os eventos” G2</p> <p>“[...] o próprio representante do SEBRAE citou o IFRN como um case de sucesso com suas incubadoras. Então essa é uma linha forte que temos, porém ainda precisa ser mais ampliada, consolidada e divulgada” G6</p> <p>“Tínhamos um grupo com o coordenador de extensão e ele tinha o conhecimento da região. O fato dele conhecer as pessoas facilitava as comunicações. Assim, a coordenação de extensão atuava direto no processo” G2</p> <p>“Dentre as pró-reitorias temos a de pesquisa inovação que ficou, entre outras tarefas, com toda parte relacionada ao desenvolvimento sistêmico do empreendedorismo. Em cada campus há um representante ou parte executora, geralmente chamada diretoria de inovação, para desenvolver as políticas macro de inovação e empreendedorismo vindas da pró-reitoria. Ressalto também que cada campus também pode elaborar políticas próprias em consonância com as políticas macro institucionais” G5</p> <p>“A pró-reitoria de pesquisa e inovação estimula os campi através dos editais, do NIT e dos prêmios. Essas políticas, geralmente, são formuladas no início do ano” G4</p> <p>“O empreendedorismo nasce desse planejamento,</p>
--	--	---	---

			<p>norteado pelo que a comunidade tem de necessidade, mas guiado pelo que a gestão entende por prioridade. As políticas estão atentas aos documentos institucionais, como o planejamento, o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e, obviamente, aquilo que é discutido nas instâncias internas do Campus” G3</p> <p>“Os recursos eram muito poucos. Era o que a Reitoria designava, através da pró-reitoria de extensão, para que fossem desenvolvidos os projetos de extensão. O valor era de R\$ 2.000 (dois mil reais) por campus para os projetos” G2</p> <p>“São os agentes que participam das instâncias colegiadas, que são: reuniões pedagógicas; colegiado da diretoria acadêmica; colégio gestor, composto por uma equipe/staff que dá apoio ao diretor, conforme nosso regimento; e o conselho escolar que é um conselho consultivo e deliberativo por onde passam as políticas de aprovação de ações internas que serão desenvolvidas dentro da instituição” G3</p> <p>“Geralmente, os recursos de divulgação são através do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), do site da PROPI, onde temos todos os editais, e através das redes sociais das incubadoras” G4</p> <p>“Do ponto de vista das políticas públicas em nível nacional, existem, em especial, os ministérios da ciência, tecnologia e inovação e o ministério da educação que têm políticas mais específicas nessa linha [...] Com quem nós</p>
--	--	--	--

			<p>estamos trabalhando aqui? Com o SEBRAE que tem sido nosso principal interlocutor para que possamos divulgar, disseminar e implantar esse tipo de política” G6</p> <p>“Aqui no IFRN é a Pró-Reitoria de inovação que trata mais especificamente dessas políticas [...] Temos ainda parcerias a nível internacional [...] Agora, os trabalhos acadêmicos vão começar, do doutorado em especial, a fazer parte dos projetos de inovação e pesquisa em parceria com a universidade do Minho [...] Cito ainda parcerias com universidades na França, Espanha, Estados Unidos e Canadá” G6</p>
Envolvimento individual do gestor com as políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Inter-relação • Liderança • Prospecção • Representação 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com diretores dos campi • Articulação com gestores de incubadoras • Conexão do campus com as instituições externas • Comando do processo 	<p>“É no sentido de tentar uma articulação com alguns colegas dentro da rede que estava se formando com os outros gestores de incubadoras e dos campi onde tinham essas iniciativas empreendedoras [...] Então, da minha parte, me dispus a articular com alguns colegas, gestores de incubadoras ou diretores de campi, para pensarmos em formar um núcleo gestor. Acho que seria uma ideia para fortalecermos essa política interna” G1</p> <p>“Atuava fazendo o <i>link</i> do campus com as instituições. A parte operacional ficava com o pessoal da coordenação e grupos de pesquisa dos trabalhos” G2</p> <p>“A minha participação como diretor, modéstia à parte, é muito grande porque nós temos uma cultura no IFRN, desde os tempos de ETRN, que é a cultura do líder. Se o diretor não está envolvido, a política não tem muita perspectiva de sucesso” G3</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • Detectar projetos em eventos científicos • Visita aos laboratórios de pesquisa • Preposto da instituição em parcerias 	<p>“Eu participo todo ano das mostras tecnológicas que acontecem na SECITEX e observo dentre os projetos de pesquisa do campus quais podemos articular. Visito os laboratórios de pesquisa dos diversos cursos do nosso campus, participo da EXPOTEC, das atividades de extensão e outros eventos científicos para fazer a prospecção de projetos. Quando prospecto, direciono esses projetos para os editais” G4</p> <p>“Normalmente, o diretor de inovação é quem representa a instituição nessas parcerias e nesses conselhos, conforme relatei na pergunta anterior. É preciso que esse diretor conheça a política macro da instituição e a política local de cada campus” G5</p>
Acompanhamento e avaliação dos projetos de empreendedorismo no âmbito das políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de acompanhamento • Avaliação de projetos e relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de alunos e professores • Modelo CERNE • Parcerias firmadas • Relatórios de gestão • Relatórios do SEBRAE • Sistemas de informação das incubadoras Via SUAP 	<p>“Sempre priorizamos a necessidade de dar retorno e informação de indicadores à própria instituição [...] Isso conseguimos fazer via Diretoria de Inovação e através dos próprios relatórios que o SEBRAE exigia. Então, inicialmente foi muito no sentido de atender às demandas do SEBRAE que desejava receber informações sobre os projetos que ela estava investindo [...] Posteriormente, ao passo em que as equipes fossem se qualificando, houve uma movimentação a fim de implementar o modelo CERNE, criado pela ANPROTEC, que já seria uma forma de instaurar um monitoramento e acompanhamento ao qual pudéssemos dar uma prestação de contas mais efetiva para a Instituição e medir, de fato, a nossa eficiência” G1</p>

		<p>“Alguns dos professores das áreas técnicas que eram envolvidos com as empresas e conheciam os proprietários, facilitavam o acesso dos alunos ao mercado de trabalho. Em contrapartida, dávamos o assessoramento ao aluno e indiretamente à empresa. A coordenação de extensão mapeava alunos e professores” G2</p> <p>“Desde as parcerias firmadas, onde os parceiros divulgam e participam da execução de um projeto [...] Há também, quantitativamente falando, sistemas de informação nas incubadoras que devem seguir uma série de critérios para se captar projetos e obter recursos financiamentos” G5</p> <p>“Ao final de cada ano temos que entregar o relatório de gestão, e dentro dele temos ações previstas no PDI e no planejamento, que deve constar no relatório como ação cumprida ou não cumprida. Assim, de certa forma, temos um monitoramento, até porque somos cobrados pelos indicadores do TCU (Tribunal de Contas da União)” G3</p> <p>“O nosso SUAP está sendo melhorado para permitir e facilitar o processo de acompanhamento de processos. Por exemplo, se estabelecemos um convênio, este estará registrado no SUAP. Além disso, teremos a interface desse processo com o planejamento, através da pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional que poderá tratar essas informações e colocá-las no nosso relatório macro de gestão” G6</p>
--	--	---

<p>Potencial de transformação local, empresarial, criação de emprego, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Potencialidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de metodologias próprias de incubação • Desenvolvimento de projetos empreendedores • Ensino de qualidade • IFRN como modelo institucional • Melhoria da qualidade de vida • Promoção da sustentabilidade • SUAP como produto comercializável 	<p>“Porém, logramos ótimos resultados no sentido do desenvolvimento de metodologias próprias de incubação e tivemos um retorno próximo das empresas incubadas que conseguimos graduar até o final desse processo” G1</p> <p>“Então, a incubadora tem um papel muito importante, além de dar essa visão do empreender, ela abre espaço para que projetos empreendedores passem por ali e permitam que os alunos façam suas práticas profissionais durante o curso, não apenas no final” G3</p> <p>“As pessoas passaram a ter oportunidade de receber um ensino de qualidade na rede pública. Além disso, na economia, trazíamos pessoas de fora para gerar comércio e circulação da moeda na cidade polo. Até nas cidades vizinhas, as pessoas criaram uma expectativa da melhoria da sua qualidade de vida, a partir do crescimento profissional e intelectual, pois muitas famílias carentes não tinham perspectiva” G2</p> <p>“Somos uma instituição que serve de modelo para outras instituições, tanto locais como nacionais e até mesmo fora do Brasil. Nosso <i>case</i>, nossa experiência é acompanhada e seguida por outras instituições. Isso é muito importante para o desenvolvimento da sociedade como um todo” G5</p> <p>“A fábrica de briquetes vai ter um aluguel relativamente barato, mas terá um impacto social extraordinário [...] Então a cadeia produtiva da região terá um ganho econômico, social e principalmente ambiental” G6</p>
--	---	--	---

			<p>“[...] Posso citar o exemplo do SUAP [...] Se, por exemplo, existirem dez clientes e a venda de um sistema, estaremos gerando aproximadamente R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais) em uma única ação [...] Isso é empreendedorismo para nossa Instituição do ponto de vista econômico” G6</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações ou Constrangimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação com a sociedade • Desconhecimento da educação empreendedora • Fator humano a inviabilizar projetos • Infraestrutura das incubadoras • Regressão para hotel de projetos • Saída de alunos de outras escolas para o IFRN 	<p>“O constrangimento, às vezes, existe por um motivo que precisamos atacar e é histórico na instituição; chama-se comunicação com a sociedade. Falo isso com a maior tranquilidade, pois temos uma dificuldade muito grande de se comunicar com a sociedade de forma clara e transparente” G6</p> <p>“Por exemplo, nossa instituição cresceu muito e inúmeras pessoas não conhecem como funciona a educação empreendedora no IFRN. Há necessidade de se praticar e, principalmente, divulgar mais isso” G5</p> <p>“O potencial de transformação não é muito usual, pois não existe um parâmetro ou uma receita que assegure que um projeto é muito bom e vai dar certo, porque existe o fator humano” G4</p> <p>“No entanto, é necessária uma melhor infraestrutura para essas incubadoras [...] Isso é uma crítica que fazemos. [...] Que tivéssemos uma infraestrutura ao dispor das incubadoras: técnicos administrativos, docentes, pesquisadores, espaço físico e recurso financeiro definido para proceder as ações de cada uma delas” G3</p>

			<p>“Já nos aspectos negativos, foi possível compreender que precisávamos nos estruturar melhor para uma segunda fase. Daí veio a ideia de dar um passo atrás com a pré-incubação (hotel de projetos)” G1</p> <p>“Como constrangimento, posso citar o das escolas particulares e estaduais da cidade que perderam muitos alunos que migraram para o ensino público federal de qualidade do IFRN” G2</p>
--	--	--	--

Tema 3: Suporte para professores e alunos no desenvolvimento do ensino empreendedor e acompanhamento dos egressos

Subtemas	Categorias
Suporte para professores e alunos ao ensino empreendedor	Financeiro Mentoria Infraestrutura Políticas ou ações
Formação dos profissionais a atuar na temática	Consultoria externa Mentoria interna Currículo formal/informal
Relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo	Pedagogia empreendedora Diretrizes institucionais Currículo formal/informal
Acompanhamento dos alunos egressos	Órgãos ou mecanismos internos Exiguidade institucional

Tabela 3: Quadro reduzido das categorias e subcategorias do tema 3.

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
Suporte para professores e alunos ao ensino empreendedor	<ul style="list-style-type: none"> • Financeiro • Mentoria • Infraestrutura • Políticas ou ações 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de suporte • Bolsa aos alunos • Edital para seleção de consultores • Eventos científicos e culturais • Melhoria do ambiente físico • Políticas deficientes • Recursos financeiros • Sistema de retribuição • Voluntariado 	<p>“Não especificamente. Acredito que falta uma programação direcionada para essa qualificação. Tudo parte muito mais do que se tem disponível do que um programa específico voltado para o empreendedorismo” G3</p> <p>“Hoje, existem apenas as bolsas para alunos. Os contemplados são que desenvolvem apoio à incubadora ou os que participam de projetos de pesquisa. O professor não tem qualquer suporte extra” G4</p> <p>“Cabe aos gestores articularem como isso pode se dar da melhor forma a exemplo da ITCART, que lançou um edital interno para seleção de consultores para a incubadora. Isso, ao meu ver, foi um dos melhores momentos da incubadora” G1</p> <p>“Oferece sim e precisa oferecer cada vez mais. Ela precisa de recursos financeiros específicos [...] Também tem usado esses recursos para melhorias do ambiente físico empreendedor, onde ficam empresas incubadas ou o hotel de projetos, e em eventos que a instituição promove, sejam científicos ou culturais, sempre com viés empreendedor” G5</p> <p>“Temos de forma muito incipiente. Essa é a grande verdade! É algo pontual, muito mais por iniciativa do</p>

			<p>servidor do que propriamente de uma política arrojada, agressiva e planejada no sentido de capacitação das pessoas. Então, é importante registrar e termos a humildade suficiente para reconhecer isso” G6</p> <p>“Ela precisa de recursos financeiros específicos [...]Esses recursos quase sempre funcionam como contrapartida de recursos de maior monta que captamos em editais públicos ou de estímulos privados empresariais, tais como bancos privados, o SEBRAE e outras instituições que promovem o empreendedorismo no Brasil” G5</p> <p>“[...]conseguimos montar uma equipe, a princípio de professores, com base num sistema de retribuição. Montamos através de previsto no edital, benefícios aos participantes, tais como contagem de horas e experiência curricular. Em parceria com a diretoria acadêmica, conseguimos elencar um <i>hall</i> de ganhos para os docentes e os que se disponibilizaram para serem consultores obtiveram tudo isso como benesse pela contribuição” G1</p> <p>“Não tivemos suporte extra. Eram voluntários. Existiam pessoas que acreditavam e tinham potencial e incentivamos essas pessoas” G2</p> <p>“Os professores sempre foram voluntários não existindo qualquer gratificação” G4</p>
--	--	--	---

<p>Formação dos profissionais a atuar na temática</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria externa • Mentoria interna • Currículo formal/informal 	<ul style="list-style-type: none"> • ITNC • Planos de cursos • Professores empreendedores • Professores voluntários • SEBRAE • Seminários/palestras/cursos 	<p>“[...] Trouxemos os consultores do SEBRAE para capacitar esse pessoal e a própria ITNC (Campus Natal Central) que já estava num ponto mais avançado. Fomos lá e eles vieram aqui” G1</p> <p>“Não existe de forma direta. Está muito subliminar. Nossos projetos de planos de cursos tratam essa questão muito mais como uma possibilidade do que como uma ação que é estratégica para a formação do estudante” G6</p> <p>“[...] percebemos que alguns professores têm facilidade e querem fazer parte da temática. Assim, acabamos trabalhando com esse perfil [...] De forma concreta, não obrigamos ninguém a ser um professor empreendedor. Fazemos uma sensibilização com os professores para que venham a ambientes de inovação e empreendedorismo e assim mudem a forma de ver o mundo e de aplicar o seu conhecimento junto aos alunos” G5</p> <p>“Recebíamos orientações periódicas do SEBRAE e dos professores voluntários” G2</p> <p>“Hoje, na nossa instituição, as ações são dadas na forma de seminários, a partir de algum profissional que tem o perfil e disponibilidade para disseminar palestras, ou trazendo parceiros externos, como o SEBRAE, para capacitação” G3</p>
---	--	--	--

			<p>“Temos, pelo menos, duas reuniões anuais para capacitação das incubadoras e NITs. São ofertados cursos que são lecionados pelos próprios gestores de outras incubadoras do IFRN” G4</p>
<p>Relação entre os objetivos dos cursos e o ensino do empreendedorismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia empreendedora • Diretrizes institucionais • Currículo formal/informal 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar o aluno empreendedor • Objetivos do PPC • Objetivos do PPP • Realização de eventos de empreendedorismo • Vincular disciplinas a projetos • Visitas técnicas (aulas de campo) 	<p>“Todos os cursos do IF preparam o aluno não só para ser um simples empregado de uma empresa. Acredito que eles dão condições aos alunos para que sejam empreendedores e criem sua própria empresa ou fábrica” G2</p> <p>“Partindo do ponto em que há um entendimento da instituição [...] deve-se, dentro do possível, colocar o ensino do empreendedorismo em paralelo ou dentro de outras disciplinas objetivando que o estudante não seja formado apenas para ser mão de obra do mercado, mas ser dono do seu próprio destino. Ser empreendedor é uma das possibilidades” G5</p> <p>“[...] temos depoimentos de vários empresários, das universidades da região que tem incubadoras e do próprio SEBRAE que utilizam o seguinte termo: “o estudante do IFRN é diferenciado”. Diferenciado em que? Diferenciado nessa visão empreendedora [...] Ou seja, é um aluno que tem características do que vivencia na instituição, como aspectos de liderança, empreendedorismo, como agir em determinadas situações, sua postura profissional” G3</p> <p>“Essa relação existe a partir do PPC (Projeto</p>

			<p>Pedagógico do Curso). Se forem observados os planos de cursos das disciplinas, existe, na forma documental e no próprio PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição, a preocupação com a questão empreendedora” G3</p> <p>“As metas não são muito claras. Existem através das coordenações dos cursos. Por exemplo, todo ano realizamos a feira de empreendedorismo no nosso campus” G4</p> <p>“Como falei, na questão do hotel de projetos, conseguimos enxergar projetos tocados pela incubadora andando em parceria com disciplinas, como elaboração de um plano de negócios e cadeiras voltadas para o empreendedorismo” G1</p> <p>“O que ajuda muito essa questão do empreendedorismo são as visitas técnicas de campo às empresas da região [...] Nelas, os estudantes veem, in loco, as possibilidades de empreender num determinado nicho de mercado. Na minha opinião, essas visitas técnicas são o elo mais forte que une o que está nos PPC’s e PPP com o fazer dos professores e alunos nessa visão empreendedora” G3</p>
--	--	--	---

<p>Acompanhamento dos alunos egressos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Órgãos ou mecanismos internos • Exiguidade institucional 	<ul style="list-style-type: none"> • Pró-reitoria de extensão • Ausência de acompanhamento • Dificuldade de execução • Diretorias dos campi • Via SUAP 	<p>“[...] já está no próprio planejamento da pró-reitoria de extensão esse acompanhamento [...] Atualmente, aqui no campus, não estamos tendo eficácia para esse acompanhamento [...] elaborar uma metodologia para esse acompanhamento e ter uma equipe é um ponto em que ainda não obtivemos êxito” G1</p> <p>“Não temos esse acompanhamento [...] Temos esse acompanhamento que acontece no cotidiano, mas não temos efetivamente uma ferramenta de monitoramento para identificar quem está empreendendo no mercado” G3</p> <p>“Assim, nas feiras de empreendedorismo posteriores, sempre procuramos ir atrás dos alunos egressos para saber se eles estavam empreendendo. Mas é muito difícil [...] A iniciativa foi particularmente minha [...] Não houve participação do campus, seja da extensão ou outro setor em buscar essa informação. Seria bom que isso acontecesse de forma sistemática por parte do campus” G4</p> <p>“A política de acompanhamento dos egressos é uma coisa muito difícil de ser feita [...] Mas, reforço que tentamos viabilizar e otimizar o processo de outra forma, porém sempre foi muito difícil” G2</p> <p>“Existe de forma sistêmica, a nível das pró-reitorias de ensino e extensão e isso se materializa nos campi</p>
---	---	---	---

			<p>com suas respectivas diretorias. De tempos em tempos, se averigua a situação dos alunos egressos na instituição como um todo. Se estão empregados, se são empreendedores, se estão desempregados, se verticalizaram para outros níveis de educação, seja no IFRN ou em outras universidades” G5</p> <p>“Tivemos recentemente uma pesquisa, fruto da dissertação de mestrado de um servidor nosso, que trata desse tema. A partir dessa pesquisa estamos criando um sistema de acompanhamento de egressos permanente, dentro do SUAP e sob a responsabilidade da pró-reitoria de extensão” G6</p>
--	--	--	---

Tema 4: Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN e projeções de novas políticas públicas

Subtemas	Categorias
Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN	Desagregação interna Ambiente empreendedor Abertura de negócios Inter-relações Formação de mão de obra Fortalecimento Institucional
Projetos para a implantação de novas políticas públicas	Infraestrutura da incubadora Consolidação do SUAP Empreendimentos com impacto social Implantação de um parque tecnológico no Rio Grande do Norte Inexistência de diretriz específica Internacionalização para capacitação docente
Metas ou indicadores a construir a partir das experiências em curso	Parcerias Implantação de incubadoras Fortalecer políticas

Tabela 4: Quadro reduzido das categorias e subcategorias do tema 4.

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
Mudanças que o empreendedorismo tem promovido no IFRN	<ul style="list-style-type: none"> • Desagregação interna • Ambiente empreendedor • Abertura de negócios • Inter-relações • Formação de mão de obra • Fortalecimento Institucional 		<p>“É positiva, mas ainda é muito incipiente porque é dispersa e não tem uma concentração de ações que demonstrem isso. Então, o que está acontecendo em Mossoró, em Pau dos Ferros ou em outros campi, fica muito localmente e não estamos trazendo esses <i>cases</i> para um <i>benchmarking</i> maior institucional. As ações não são integradas. O empreendedorismo não faz parte de uma política maior da instituição” G6</p> <p>“Nos aproximamos de outras incubadoras que não são do IFRN, pois vislumbrávamos um enorme potencial de construir algo voltado para o empreendedorismo na região potiguar” G1</p> <p>“Quanto a relação da instituição com empresas e outras instituições, posso citar que tivemos um aluno que fez o curso “Despertar” [...] percebendo uma carência em nossa cidade, abriu uma franquia de curso de inglês. Depois abriu outro cursinho na área tecnológica [...] e posteriormente abriu um restaurante [...]Nesse caso, percebemos que isso também é praticado por outros alunos” G4</p> <p>“Isso é de fundamental importância [...] O que se observava é que alguns alunos, principalmente do subsequente, após a conclusão do curso, abriam suas próprias fábricas. G2</p> <p>“Acho importante que essa educação empreendedora se materialize em coisas concretas para a sociedade. Dou como exemplo termos um grupo de alunos que, ao terem uma formação</p>

		<p>empreendedora, possam materializar em uma ideia de negócios. Inicialmente essa ideia ruma para o hotel de projetos e depois se formaliza numa empresa incubada” G5</p> <p>“Que os alunos possam entender que na sua formação em sala de aula, atividades pesquisa ou extensão, eles já estão empreendendo. Em algum momento eles podem ter a iniciativa de criar algo de valor. É a questão da cultura empreendedora. Muito se fala em criar essa cultura” G1</p> <p>“Interagimos com as instituições que tenham, mais ou menos, o nosso mesmo perfil, no sentido educativo-empreendedor” G1</p> <p>“Os empresários locais se colocaram em alta expectativa para com a formação dos alunos [...] Aí se observa o nível de confiança que o empresário depositava na formação dos nossos alunos. Por isso que os alunos, logicamente os que desejaram, tiveram facilidades de se inserir no mercado de trabalho” G2</p> <p>“De forma específica, o empreendedorismo com criação de empresas ainda é algo novo para a instituição [...] De forma relativa, diria que há um sucesso muito grande. Meço isso ao ver outras instituições que nos observam e nos seguem. Tanto os resultados gerais da instituição, assim como os resultados pessoais dos alunos e professores são bons. Diria que o empreendedorismo é um dos pontos que contribuem para que a instituição continue bem conhecida e respeitada” G5</p>
Projetos para a implantação de novas políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura da incubadora 	<p>“Temos projetos pensados pela instituição para a ampliação da incubadora” G3</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do SUAP • Empreendimentos com impacto social • Implantação de um parque tecnológico no Rio Grande do Norte • Inexistência de diretriz específica • Internacionalização para capacitação docente 		<p>“Do ponto de vista institucional, queremos melhorar esse processo de sistematização e a ponta de lança disso será o SUAP [...] A partir do momento em que construirmos o normativo de como trabalhar o SUAP como um negócio e consolidá-lo, teremos uma rotina e um resultado. Isso, certamente, gerará uma ação interna, uma demanda interna que vai culminar com uma política interna de ações nessa área do empreendedorismo” G6</p> <p>“Ultimamente, dado a experiência com o IFSol (Incubadora Tecnológica para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do IFRN), temos desenvolvido empreendimentos com impacto social” G4</p> <p>“[...]há a possibilidade de implantação de um parque tecnológico no Rio Grande do Norte e que teria o IFRN como uma das instituições parceiras para prospecção de grandes empreendimentos para esse parque” G4</p> <p>“Não existia diretriz específica. O campus estava tão envolvido com a sociedade que as ações e políticas saiam naturalmente. Nós não planejávamos. O objetivo era manter a incubadora funcionando” G2</p> <p>“[...]tem que manter projetos a nível local através de parcerias com empresas locais, órgãos públicos, captação de recursos junto a agências de fomento vinculadas aos ministérios da educação, ciência e tecnologia, e também a internacionalização da instituição para buscar conhecer experiências em outros países, tanto na América do Sul, quanto na Europa, principalmente para formação dos professores. Isso passa a ser um atrativo para os professores</p>
--	--	--	--

			buscarem formação em outros ambientes que tem o empreendedorismo como algo natural. Assim, quando o professor retornar, poderá mudar sua mentalidade e pode-se tornar mais fácil praticar o empreendedorismo no IFRN” G5
Metas ou indicadores a construir a partir das experiências em curso	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias • Implantação de incubadoras • Fortalecer políticas 		<p>“Os indicadores mais importantes que temos que construir são as parcerias. Temos que perceber até onde podemos ir quando nos dispomos a trabalhar algo voltado para o próprio mercado [...] Se você trabalhar o empreendedorismo, precisamos atingir outras áreas que o campus não detém e precisa-se galgar as parcerias. Isso é o indicador que temos que fortalecer bem” G1</p> <p>“Percebemos muita gente que insiste na questão de fazer “a arte pela arte”, ou na política de balcão – busca por patrocínio ou incentivos governamentais etc. A gente não vê isso como algo que se mantenha, que dê longevidade ao trabalho daquele artista. Queremos que eles se estruturam, saibam se planejar, se captar financeiramente etc. Seria então o empreendedorismo já partindo para o lado empresarial” G1</p> <p>“O que precisamos ter aqui, sob a ótica do empreendedorismo, são ações de sustentabilidade. Falo de sustentabilidade de uma forma ampla e não restrita. Na hora em que tivermos ações dos alunos, desenvolvidas de forma sistemática, com ordenamento jurídico etc., e essas ações se transformarem em negócios ou em propulsores de negócios, teremos retornos de diferentes formas. Pode ser retorno no aspecto financeiro, social ou ambiental que são os pilares dessa sustentabilidade a que me referi” G6</p> <p>“A princípio, não planejamos estabelecer metas ou indicadores” G2</p>

		<p>“Ampliar a incubadora procurando atingir um núcleo tecnológico” G3</p> <p>“As incubadoras não têm recursos próprios. Para conseguirmos recursos, temos que ir atrás de editais. Todas as incubadoras buscam o CERNE, pois essa certificação facilita a obtenção de recursos [...] e assim tentaremos, no próximo ano, ter o CERNE [...] Essa é nossa principal meta” G4</p> <p>“Geralmente essas informações atualizadas constam no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), mas diria que uma das metas é ampliar o número de incubadoras no IFRN” G5</p> <p>“[...] trataremos das novas políticas públicas relacionadas ao tema. A palavra-chave é institucionalizar essas questões. O exemplo que falei do campus de Santa Cruz, já se faz em todos os campi do IFRN. Já se tem essa ação empreendedora, sem necessariamente se ter uma política descrita. Porém é preciso institucionalizar isso, pois indicadores e metas são importantes para nossa avaliação e para dar respostas a sociedade por conta do dinheiro público empregado” G6</p>
--	--	--

Apêndice VI – Termo de consentimento e participação em pesquisa (questionário *on-line*)



Prezado(a) <<Nome>>,

Egresso do curso <<curso>>, IFRN - <<Instituição>>.

Por meio desta, convidamos a participar da Pesquisa sobre **Políticas Públicas e Empreendedorismo**.

O IFRN deseja avaliar posicionamentos sobre o tema da pesquisa e como os egressos percebem as políticas, projetos e ações empreendedoras no IFRN. Para tal, estamos disponibilizando um questionário online com perguntas objetivas. O seu preenchimento não levará muito do seu tempo e será importante contributo para o tema.

O anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos são garantidos.

A pesquisa faz parte do doutorado do professor Fernando Paiva (DIATINF – Campus Natal Central).

Os respondentes poderão, ao final de pesquisa, optar em participar de um sorteio de 3 (três) brindes.

Para responder a pesquisa clique no link para acessar o formulário:

<https://goo.gl/CrDvT5>

Ressaltamos que o **questionário estará disponível até 20 de junho de 2016**.

Contamos com sua importante colaboração!

Natal/RN, 10 de junho de 2016.

Prof Dr. Samir Cristino de Sousa
Diretor de Pesquisa e Inovação
Campus Natal Central

Prof Msc. Fernando Henrique D de Paiva
Professor pesquisador da DIATINF
Campus Natal Central

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | Reitoria

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol – Natal/RN – CEP: 59015-300

E-mail: egresso@ifrn.edu.br

Telefone: (84) 4005-0853

Apêndice VII – Termo de consentimento e participação em pesquisa (entrevista semiestruturada)



Programa de Cooperação
IFRN – Universidade do Minho



Universidade do Minho

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Aceito participar da pesquisa relacionada à Tese do professor Fernando Henrique Dantas de Paiva, intitulada “Políticas públicas e empreendedorismo nos Institutos Federais de Educação Tecnológica do Brasil: um estudo de caso no IFRN”, fruto de convênio Institucional realizado entre a Universidade do Minho (Portugal) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Minha participação consiste em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que este estudo terá finalidade de pesquisa acadêmica e que será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade.

Fui informado pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente e que não haverá qualquer ônus financeiro a nenhuma das partes.

Dados do Entrevistado:

Nome: _____

CPF: _____ Cargo: _____

Natal, ____ de _____ de 20 ____.

Prof Msc. Fernando Henrique D de Paiva
Professor Pesquisador

Entrevistado



Av. Senador Salgado Filho, 1559 – Tirol
Natal/RN – CEP 59015-000
(84) 4005-9843 / fernando.paiva@ifrn.edu.br